

PARQUE ESTADUAL DO JURUPARÁ

PLANO DE MANEJO



Anexos

EKOS BRASIL



SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

GOVERNO DE
SÃO PAULO

Imagens da Capa:

Paisagem de represa no perímetro do Parque Estadual do Jurupará - Fausto Pires de Campos

Esquerda: Residência rural de pau-a-pique no Bairro dos Paulo - Erika Marion Robrahn Gonzalez

Centro: *Epidendrum* sp. - Renato Lima

Direita: *Phasmahyla cochranae* - Juan Camilo Arredondo

Este Plano de Manejo foi elaborado como parte integrante do Termo de Compensação Ambiental (TCCA), no âmbito do licenciamento ambiental objetivando a ampliação de Unidade Agroindustrial da Açucareira Virgolino de Oliveira S/A, no Município de José Bonifácio, conforme Processo SMA 13.521/2006.

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
José Serra

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Francisco Graziano Neto

FUNDAÇÃO FLORESTAL

PRESIDENTE
Paulo Nogueira Neto

DIRETORIA EXECUTIVA
José Amaral Wagner Neto

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
Bóris Alexandre Cesar

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
Wanda Terezinha P. V. Maldonado

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
José Carlos Geraci

NÚCLEO PLANOS DE MANEJO
Cristiane Leonel

GERÊNCIA VALE DO RIBEIRA E LITORAL SUL
Donizetti Borges Barbosa

PARQUE ESTADUAL DO JURUPARÁ
Rinaldo Aparecido da Cruz Campanhã

São Paulo, 08 de julho de 2010

CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

FUNDAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Núcleo Planos de Manejo

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO JURUPARÁ

Coordenação Geral

Cristiane Leonel

Núcleo Planos de Manejo

Coordenação Técnica-Executiva

Anna Julia Passold

Instituto Ekos Brasil

Bruna Bianca Pasquini

Núcleo Planos de Manejo

Grupo Técnico de Coordenação

Fundação Florestal

Bruna Bianca Pasquini

Núcleo Planos de Manejo

Rinaldo Aparecido da Cruz Campanhã

Gestor do Parque Estadual do Jurupará

Instituto Florestal

Cristina de Marco Santiago

Divisão de Reservas e Parques Estaduais

Sueli Herculiani

Divisão de Reservas e Parques Estaduais

Instituto Ekos Brasil

Anna Julia Passold

Coordenadora de Projetos

Secretaria

Maria Luci de Toledo

Núcleo Planos de Manejo

Equipe do Parque Estadual do Jurupará

Maria Helena Braga Reis

Secretária

Sabrina Soares D'Almeida

Monitora

Aline Taminato

Estagiária

Carlos Ribeiro da Silva

Assistente de apoio à pesquisa

Antônio de Lima

Assistente de manutenção

Isaías Anselmo Domingues

Assistente de manutenção

Leonil Anselmo Domingues

Assistente de manutenção

Ademir da Silva Rocha

Assistente de manutenção

Décio Paulo Domingues

Assistente de manutenção

Ignácio Soares

Assistente de manutenção

Livir Vieira Machado

Assistente de manutenção

Equipe Técnica das Áreas Temáticas

Meio Físico

Coordenação

Isabel Cristina Moroz Consultor

Clima

Sérgio Serafini Júnior Consultor

Recursos Hídricos

Isabel Cristina Moroz Consultor
Fábio da Cunha Brito Colaborador

Geologia, Geomorfologia e Pedologia

José Mariano Caccia Gouveia Consultor
Fábio da Cunha Brito Colaborador

Biodiversidade

Coordenação

Renato Augusto Ferreira de Lima Consultor

Vegetação e Flora

Renato Augusto Ferreira de Lima Consultor
Andréa Garafulic Aguirre Colaboradora

Avifauna

Dennis Driesmans Beyer Consultor
Lígia Maria de Avellar Colaboradora
Carolina Lima Neves Colaboradora

Mastofauna

Erika Hingst-Zaher Consultora
Fabio de Andrade Machado Colaborador
Marcus Vinícius Brandão de Oliveira Colaborador

Herpetofauna

Hussam El Dine Zaher Consultor
Maurício da Cruz Forlani Colaborador

Ictiofauna

Alec Krüse Zeinad Consultor
Mauro Cornacchioni Lopes Colaborador - Engenheiro de Pesca

Participação especial

Isaías Anselmo Domingues Fundação Florestal

Meio Antrópico

Ocupação Antrópica, Socioeconomia e Vetores de Pressão

Marcos Antônio de Melo	Consultor
Daniel Takagi de Aquino	Estagiário
Michelle Odete dos Santos	Estagiária

Patrimônio Cultural e Aspectos Históricos

Erika Marion Robrahn Gonzalez	Consultora
Wagner Gomes Bernal	Colaborador
Rodrigo Silva	Colaborador
Rodolfo Luz	Colaborador
Sandra Regina Martins Sanchez	Colaboradora
Carlos França	Colaborador

Caracterização Fundiária e Legislação Incidente

Ana Carolina de Campos Honora	Fundação Florestal
Maria Aparecida Sales Rezende	Fundação Florestal
Erasm Henrique Belmar Arrivabene	Colaborador

Planejamento Integrado

Avaliação Estratégica da UC e Zoneamento

Anna Julia Passold	Instituto Ekos Brasil
José Vicente Vieira	Consultor

Oficinas de Planejamento

Anna Julia Passold	Instituto Ekos Brasil
Diego Gonzales	Instituto Ekos Brasil
José Vicente Vieira	Consultor

Programas de Gestão

Regularização Fundiária

Ana Carolina de Campos Honora	Fundação Florestal
Maria Aparecida Sales Rezende	Fundação Florestal

Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Cultural

Cristina de Marco Santiago	Instituto Florestal
Humberto Gallo Júnior	Instituto Florestal
Fernanda de Campos Bardelli	Estagiária Fundap
Joceli Alves Domingues	Estagiária

Uso Público

Fernanda Machado da Costa	Consultora
Sueli Herculiani	Instituto Florestal
Waldir Joel	Instituto Florestal
Elaine Alves Raimundo	Estagiária

Gabriela Mascarenhas da Silva Estagiária Fundap
Tadeu Gaspareto Estagiário

Gestão Organizacional e Proteção Ambiental

Rose Pereira Muniz de Souza Consultora

Interação Socioambiental

Marcos Antônio de Melo Consultor

Projetos Específicos

Projeto de Demolição de Benfeitorias e Remoção de Resíduos, em Áreas Abandonadas ou Reintegradas à Fazenda do Estado de São Paulo, localizadas no Parque Estadual do Jurupará.

Lorenz Meili Consultor

Termo de Referência para Elaboração do Projeto de Recuperação das Áreas Degradadas e Execução de um Projeto Piloto de Restauração Florestal no Parque Estadual do Jurupará.

Renato Augusto Ferreira de Lima Consultor

Termo de Referência Preliminar para Elaboração Levantamento Complementar da População Tradicional do Parque Estadual do Jurupará: acervo histórico cultural e uso do solo.

Cristina de Marco Santiago Instituto Florestal

Sueli Herculiani Instituto Florestal

Geoprocessamento

Giorgia Limnios Consultora

Revisão e Edição

Anna Julia Passold Instituto Ekos Brasil

Bruna Bianca Pasquini Núcleo Planos de Manejo

Cristiane Leonel Núcleo Planos de Manejo

Diego Gonzales Instituto Ekos Brasil

Estagiário

Marco Aurélio Lessa Villela Núcleo Planos de Manejo

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1. Conteúdo parcial do Decreto nº 12.185 de 30/08/78.....	1
Anexo 2. Conteúdo parcial do Decreto nº 35.703 de 22/09/92.....	2
Anexo 3. Conteúdo parcial do Decreto nº 35.704 de 22/09/92.....	4
Anexo 4. Programação das oficinas do Plano de Manejo do PEJU.....	6
Anexo 5. Listas de presenças assinadas das oficinas do Plano de Manejo do PEJU.....	18
Anexo 6. Descrição dos locais avaliados pelos módulos temáticos da biodiversidade.....	35
Anexo 7. Pesquisas desenvolvidas no PEJU - Vegetação e Flora.....	46
Anexo 8. Pesquisas desenvolvidas no PEJU - Avifauna.....	48
Anexo 9. Pesquisas desenvolvidas no PEJU - Mastofauna.....	49
Anexo 10. Pesquisas desenvolvidas no PEJU - Herpetofauna.....	50
Anexo 11. Questionário aplicado a pescadores e piscicultores no PEJU e entorno.....	51
Anexo 12. Pesquisas e trabalhos publicados sobre o contexto histórico e cultural do PEJU e área de abrangência.....	53
Anexo 13. Coletânea de legislação incidente à UC.....	55
Anexo 14. Roteiro de entrevistas semi-estruturas do Sub-Programa de Visitação Pública.....	65
Anexo 15. Questionário aplicado aos visitantes do PEJU.....	67
Anexo 16. Roteiro de entrevista semi-estruturada do sub-programa Educação Ambiental.....	69
Anexo 17. Entrevistas do sub-programa de Educação Ambiental.....	70
Anexo 18. Resultados do Módulo de Banco de Dados Geográficos - BDG PEJU.....	72
Anexo 19. Lista geral de espécies vegetais nativas registradas para o interior do PEJU.....	73
Anexo 20. Lista de registros não-incluídos na lista final de espécies vegetais do PEJU.....	99
Anexo 21. Lista geral das espécies de aves do PEJU e área de abrangência - dados secundários e primários.....	102
Anexo 22. Lista das espécies de aves registradas em campo e respectivos locais de ocorrência - dados primários.....	117
Anexo 23. Lista geral de pequenos mamíferos registrados para o PEJU - dados primários e secundários.....	130
Anexo 24. Lista comentada de espécies de pequenos mamíferos de ocorrência no PEJU.....	131
Anexo 25. Lista geral de médios e grandes mamíferos registrados para o PEJU - dados primários e secundários.....	138
Anexo 26. Lista comentada de espécies de mamíferos de médio e grande porte de ocorrência no PEJU.....	139
Anexo 27. Lista geral de quirópteros registrados para o PEJU - dados primários e secundários.....	148
Anexo 28. Lista comentada de espécies de quirópteros presentes no PEJU.....	149
Anexo 29. Lista sistemática das espécies de ictiofauna do PEJU.....	154

Anexo 30. Lista sistemática das espécies registradas da herpetofauna para o PEJU.	161
Anexo 31. Lista comentada de espécies de anfíbios registradas no PEJU.	169
Anexo 32. Lista comentada de espécies de répteis registradas no PEJU.	181
Anexo 33. Organização do Zoneamento.....	194
Anexo 34. Relatório técnico sobre a população tradicional do PEJU e quadro da população tradicional do PEJU.	199
Anexo 35. Mapa Vetores de Pressão, Proposta de Zoneamento e Zona de Amortecimento do Meio Físico.	205
Anexo 36. Portaria Normativa FF/DE N° 093/2009 que dispõe sobre a instituição e organização do Conselho de apoio à Gestão do PEJU.	207
Anexo 37. Estatuto do Conselho Consultivo do PEJU.	212
Anexo 38. Regimento Interno do PEJU.....	220
Anexo 39. Ações emergenciais na BAO Águas Claras.....	230
Anexo 40. Proposta de regulamentação de Pesca Amadora/Esportiva e Piscicultura.....	235
Anexo 41. Plano de Ação Preliminar para o Controle de Cães e Gatos Residentes e Errantes no Parque Estadual do Jurupará e Entorno.....	241
Anexo 42. Projeto de Educação Ambiental - PEAPEJU.....	252
Anexo 43. Relação das escolas localizadas no entorno do PEJU - Sub-programa de Educação Ambiental.	255
Anexo 44. Sugestão de acervo bibliográfico (Paradidáticos), acervo de filmes (DVDs) e composição de oficina de atividades (brinquedos e jogos educativos) - Sub-programa de Educação Ambiental.	261
Anexo 45. Projeto Preliminar de Proteção e Recuperação do Patrimônio Histórico-cultural do Parque Estadual do Jurupará: fortalecimento da identidade e dos saberes tradicionais caipira.	266
Anexo 46. Dados e estimativas das áreas a serem demolidas.....	272
Anexo 47. Resolução CONAMA n° 307, de 05/07/02.....	282
Anexo 48. Resolução CONAMA n° 348 de 16/08/04.....	286
Anexo 49. Mapa da Situação Fundiária - Áreas abandonadas (eventual pretendente localizado).	287
Anexo 50. Mapa da Situação Fundiária - Áreas abandonadas (eventual pretendente não localizado).	289
Anexo 51. Termo de compromisso de usos e créditos de materiais disponibilizados.	291
Anexo 52. Relação das áreas ocupadas no PEJU.....	292
Anexo 53. Referências Bibliográficas.....	304

Anexo I. Conteúdo parcial do Decreto nº 12.185 de 30/08/78.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Geral Parlamentar
Departamento de Documentação e Informação

Decreto Nº 12.185, de 30 de agosto de 1978

*Declara Reserva Florestal do Estado as terras do 2.º Perímetro de São Roque, necessárias aos fins que
específica*

PAULO EGYDIO MARTINS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 3.º, da alínea «a», e artigo 5.º, alínea «b», do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de dezembro de 1965),

Decreta:

Artigo 1.º – Ficam declaradas Reserva Florestal do Estado as terras do 2º Perímetro de São Roque, distritos, municípios e comarcas de Ibiúna e Piedade, com a área de 239.004.750,00 metros quadrados, declaradas devolutas por sentença do MM. Juiz de Direito da comarca de São Roque, de 17 de dezembro de 1959, registrada sob o nº 17.754, fls. 175, n-3-AC, em 4 de julho de 1960, do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São Roque, necessárias à conservação permanente das matas e demais formas de vegetação destinadas a atenuar a erosão daquelas terras. A área que divisa e confronta ao norte com o rio dos Bagres, uma estrada vicinal e em pequeno contraforte; ao sul com o rio Juquiá-Guaçu; ao leste, com o rio Juquiá-Guaçu e estrada vicinal da Canela Azul; ao oeste, com o rio dos Peixes, está assim discriminada: "Inicia em um marco de concreto, cravado na margem esquerda do Rio dos Peixes, a 18,00m, mais ou menos, do referido Rio, próximo da cabeceira da ponte da estrada de rodagem da Vila Elvio, deste ponto, tendo como estaca 0 (zero) o referido marco, seguem as divisas pelo Rio dos Peixes abaixo, cujas ordenadas foram levantadas sobre os alinhamentos seguintes: (0-1) 20°37'SE e 87,20m, (1-2) 54°07'SE e 136,75m, (2-3) 28°11'SE e

[...].

Artigo 2.º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de agosto de 1978

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Paulo da Rocha Camargo, Secretário da Agricultura

Publicado na Secretaria do Governo, aos 30 de agosto de 1978.

Maria Angélica Galiuzzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais.

Anexo 2. Conteúdo parcial do Decreto nº 35.703 de 22/09/92.

Transforma em Parque Estadual do Jurupará, a área da Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque, criada pelo Decreto nº 12.185, de 30 de agosto de 1978, e dá outras providências

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 23, inciso VI, e 225, § 1º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, 191 da Constituição do Estado de São Paulo e 5º da Lei federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e,

Considerando que o 2º Perímetro de São Roque abriga vários ecossistemas significativos da Mata Atlântica, com fauna e flora exuberante, onde foram constatadas espécies em extinção, com mais de uma dezena de animais e a “Araucária angustifolia”;

Considerando a ocorrência de inúmeros cursos d’águas naturais na área em questão, conforme consta no Plano Estadual de Recursos Hídricos (1990), como manancial cogitado para o suprimento das futuras demandas hídricas da Região Metropolitana de São Paulo;

Considerando que a área foi incluída no tombamento das Serras do Mar e Paranapiacaba, através da Resolução nº 40, de 4 de junho de 1985, da Secretaria da Cultura;

Considerando que, por estas e outras razões, a referida área foi indicada e aprovada pelo COBRAMAB – Comitê Brasileiro de Programa Homem Biosfera, nos estudos de sua segunda fase, que abrange, no Estado de São Paulo, a Região Metropolitana;

Considerando, finalmente, o compromisso da Administração Pública e da população local com a preservação de importante patrimônio ecológico,

Decreta:

Artigo 1º - Fica transformado em Parque Estadual do Jurupará, nos Municípios de Ibiúna e Piedade, área abrangida pelo 2º Perímetro de São Roque, com 23 900,47há, com a finalidade de proteger e conservar todo o complexo ecológico ali existente, desde espécies vegetais, animais, cursos d’águas e demais elementos do patrimônio natural e cultural da região.

Artigo 2º - A área do Parque Estadual do Jurupará fica composta por várias Glebas, objeto do Decreto nº 12.185, de 30 de agosto de 1978, que declarou esta Reserva Florestal do Estado, assim descritas: “Inicia em um marco de concreto, cravado na margem esquerda do Rio dos Peixes, a 18,00m, mais ou menos, do referido rio, próximo da cabeceira da ponta da estrada de rodagem da Vila Elvío, deste ponto, tendo como estaca 0 o referido marco, seguem as divisas pelo Rio do Peixe abaixo, cujas ordenadas foram levantadas sobre os alinhamentos seguintes:

[...].

Artigo 3º - As áreas de domínio particular, porventura existentes no perímetro do Parque, serão identificadas através de trabalho conjunto das Secretarias do Meio Ambiente, da Justiça e da Defesa da Cidadania e pela Procuradoria Geral do Estado, com a finalidade de serem desapropriadas e incorporadas ao patrimônio da Fazenda do Estado.

§ 1º - As terras devolutas arrecadadas no perímetro do Parque Estadual ficam, desde já, declaradas indisponíveis.

§ 2º - As eventuais benfeitorias decorrentes de ocupação de terras devolutas no interior do Parque Estadual do Jurupará, desde que passíveis de indenização, serão declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, em processo administrativo próprio.

Artigo 4º - Compete ao Instituto Florestal, da Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental – CINP, da Secretaria do Meio Ambiente, a implantação, administração e guarda do Parque Estadual do Jurupará ora criado.

Artigo 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 12.185, de 30 de agosto de 1978. Palácio dos Bandeirantes, 22 de setembro de 1992.

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO

Édis Milaré, Secretário do Meio Ambiente

Cláudio Ferraz de Alvarenga, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 22 de setembro de 1992

Anexo 3. Conteúdo parcial do Decreto nº 35.704 de 22/09/92.

Incorpora área territorial ao Parque Estadual do Jurupará e dá outras providências

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 23, inciso VI, e 225, § 1º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, 191 da Constituição do Estado de São Paulo e 5º da Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e,

Considerando que o 2º Perímetro de São Roque contígua ao Parque Estadual do Jurupará, criado pelo Decreto nº 35.703, de 22 de setembro de 1992, sendo portanto extensão de importante remanescente de Mata Atlântica em excelente estado de conservação;

Considerando a exuberância de sua fauna e recursos hídricos;

Considerando as espécies da fauna e flora em extinção, com mais de uma dezena de animais e a Araucária angustifolia;

Considerando finalmente o compromisso da Administração Pública e da população local com a preservação de importante patrimônio ecológico,

Decreta:

Artigo 1º - Fica incorporada ao Parque Estadual do Jurupará a área territorial correspondente à Gleba C do 2º Perímetro de São Roque, com 2.350,00 ha.

Artigo 2º - Em decorrência da incorporação de que trata este decreto, o Parque Estadual do Jurupará passa a abranger uma área de 26.250,47ha. com a área I descrita no Decreto nº 35.703, de 22 de setembro de 1992, acrescida da área 2, assim descrita: Área 2: Gleba C do 2º Perímetro de São Roque.

[...]

Artigo 3º - As terras de domínio particular porventura existentes na área incorporada, serão identificadas por meio de trabalho conjunto das Secretarias do Meio Ambiente, da Justiça e Defesa da Cidadania e pela Procuradoria Geral do Estado, com a finalidade de serem desapropriados ao patrimônio da Fazenda do Estado.

Parágrafo único – as eventuais benfeitorias decorrentes de ocupação de terras devolutas, no interior da área incorporada, desde que passíveis de indenização, serão declaradas de utilidade pública par afins de desapropriação, em processo administrativo próprio.

Artigo 4º - Cabe ao Instituto Florestal, da Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e pesquisa Ambiental – CINP, da Secretaria do Meio Ambiente, a administração e guarda da Gleba C, ora incorporada ao Parque do Jurupará.

Artigo 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de setembro de 1992.

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO

Édis Milaré, Secretário do Meio Ambiente

Cláudio Ferraz de Alvarenga, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 22 de setembro de 1992.

Anexo 4. Programação das oficinas do Plano de Manejo do PEJU.

Convite e Programação da Oficina Inicial do Plano de Manejo do PEJU.

À

A/C

Temos a satisfação de convidá-lo a participar da

**I^a OFICINA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO PARA A
ELABORAÇÃO DO
PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO JURUPARÁ**

DATA: 18 DE NOVEMBRO DE 2008

LOCAL: Usina Hidrelétrica da Fumaça – Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Clube dos Funcionários

OBS: Indicações de como chegar na Usina da Fumaça podem ser solicitadas na Base Operacional Jujuiá-Bonito, próxima à Usina do França, para quem vem de Juquitiba.

HORÁRIO: 08h30 às 13h00

OBJETIVOS DA OFICINA:

1. Início dos trabalhos de elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual do Jurupará.
2. Apresentar os objetivos e as etapas do Plano de Manejo.
3. Construir uma visão geral sobre o Parque Estadual do Jurupará e área de abrangência: identificar atividades econômicas, desafios sócio-ambientais e projetos em andamento, que tenham ou possam ter influência sobre o Parque.

Sua participação é muito importante!

PROGRAMAÇÃO

18/11/2008 (terça-feira)

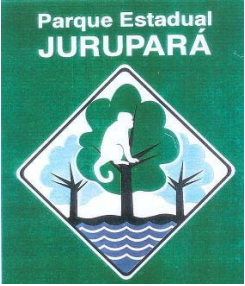
08:30 – 09:30	Café e identificação de organizações, projetos e programas no entorno do PEJU
09:30 – 10:30	Apresentação dos Participantes e do Plano de Manejo do Parque Estadual do Jurupará
10:30 – 11:30	Trabalho em grupos: Diagnóstico participativo
11:30 – 11:45	Intervalo - café
11:45 – 12:30	Apresentação dos resultados do trabalho em grupos
12:30 – 13:00	Próximos passos do Plano de Manejo
13:00	Encerramento e Almoço

Saudações ambientalistas,

Rinaldo Campanhã
Gestor – PEJU
Fundação Florestal

Por favor, confirme sua presença através dos fones: (11) 2258-1631 com Maria Helena ou Rinaldo ou pelo e-mail pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br ou preenchendo, destacando e entregando o canhoto abaixo para um dos funcionários do PEJU.

O número de convidados para esta oficina é limitado, portanto, o convite é nominal. Caso não possa comparecer, favor indicar outro nome ligado a sua instituição. Será necessário indicar nome completo e RG.

<p>Nome completo: _____</p> <p>RG: _____</p> <p>Instituição que representa: _____</p>	<p>VALE ALMOÇO</p> 
---	---

Convite e Programação da Oficina de Uso Público e Interação Sócio-ambiental do Plano de Manejo do PEJU.

**À
A/C:**

Temos a satisfação de convidá-lo a participar da

**OFICINA DE USO PÚBLICO E INTERAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DO
PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO JURUPARÁ**

DATA: 02 DE JUNHO DE 2009

LOCAL: Anfiteatro do Paço Municipal Messias Holim da Silva
Rua Rui Barbosa, nº 30 – Centro - Piedade - SP

HORÁRIO: 09h00 às 17h00

OBJETIVO GERAL DA OFICINA:

O objetivo geral é dar ciência à comunidade interessada sobre os diagnósticos dos temas relacionados a esta Oficina e obter contribuições para o encaminhamento estratégico dos Programas de Uso Público (Visitação Pública e Educação Ambiental) e Interação Socioambiental no Parque Estadual do Jurupará.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA OFICINA:

4. Apresentação do diagnóstico e obtenção de subsídios para dar encaminhamento às atividades prioritárias de Uso Público e Interação Socioambiental, em curto, médio e longo prazos;
5. Identificação de pontos fortes e fracos e proposição de melhorias na infra-estrutura, equipamentos, segurança e recursos humanos para o Uso Público adequado; e,
6. Identificação de sistemas de relacionamentos e possíveis parcerias, visando, inclusive, a operação de roteiros e ou atividades de visitação e educação ambiental.

Sua participação é muito importante!

Informamos que estão disponíveis para **consulta no site da Fundação Florestal** os documentos referentes ao Plano de Manejo do Parque Estadual do Jurupará. (<http://www.fflorestal.sp.gov.br/>). Assim que concluído será disponibilizado também o “Relatório de Caracterização do Parque Estadual do Jurupará”.

Atenciosamente,

Rinaldo Campanhã
Gestor do Parque Estadual do Jurupará
Fundação Florestal


PROGRAMAÇÃO

02/06/2009 (3ª feira)

08:00 – 09:00	Café e identificação de organizações, projetos e programas no entorno do PEJU
09:15 – 10:00	Abertura: Apresentação do Plano de Manejo e Uso Público
10:00 – 10:30	Intervalo - café
10:30 – 12:30	Trabalho em grupos sobre Uso Público
12:30 – 14:00	Almoço
14:00 – 14:30	Apresentação sobre Interação Socioambiental Principais Resultados da Caracterização sobre Interação Socioambiental
14:30 15:30	Trabalho em Grupos sobre Interação Socioambiental
15:30 – 16:00	Intervalo - café
16:00 – 17:00	Apresentação dos grupos
17:00 – 17:15	Próximos passos do Plano de Manejo

Por favor, confirme sua presença através dos fones: (11) 2258-1631 com Maria Helena ou Rinaldo ou pelo e-mail pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br, ou preenchendo, destacando e entregando o canhoto abaixo para um dos funcionários do PEJU.

O número de convidados para esta oficina é limitado, portanto, o convite é nominal. Caso não possa comparecer, favor indicar outro nome ligado a sua instituição. Será necessário indicar nome completo e RG.

Nome completo: _____	VALE ALMOÇO 
RG: _____	
Instituição que representa: _____	

Convite e Programação de Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Cultural do Plano de Manejo do PEJU.

**À
A/C:**

Temos a satisfação de convidá-lo a participar da

**OFICINA DE PESQUISA E MANEJO DO PATRIMÔNIO NATURAL E
CULTURAL DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO
JURUPARÁ**

DATA: 04 DE JUNHO DE 2009

LOCAL: Secretaria do Meio Ambiente

Av. Prof. Frederico Herman Jr., nº 345

Sala de reunião do CONSEMA, prédio 6, 1º andar, sala 112

HORÁRIO: 09h00 às 17h00

OBJETIVOS DA OFICINA:

1. Apresentação do diagnóstico, das recomendações e propostas de pesquisa e manejo para o Parque Estadual do Jurupará;
2. Definição das principais linhas de pesquisa e manejo a serem desenvolvidas em curto, médio e longo prazos;
3. Identificação de pontos fortes e fracos relacionados à pesquisa e manejo;
4. Identificação de necessidades e prioridades para a gestão adequada da pesquisa (trâmites burocráticos, infra, dentre outros); e,
5. Identificação de possíveis parcerias e instituições interessadas.

Sua participação é muito importante!

Informamos que estão disponíveis para **consulta no site da Fundação Florestal** os documentos referentes ao Plano de Manejo do Parque Estadual do Jurupará. (<http://www.fflorestal.sp.gov.br/>). Assim que concluído será disponibilizado também o “Relatório de Caracterização do Parque Estadual do Jurupará”.

Atenciosamente,

Rinaldo Campanhã

Gestor do Parque Estadual do Jurupará

Fundação Florestal

PROGRAMAÇÃO


04/06/2009 (5ª feira)

09:00 – 09:15	Abertura: <ul style="list-style-type: none">• Objetivos da Oficina• Visão geral do Plano de Manejo• Principais pontos da Visão do PEJU para 5 anos
09:15 – 10:00	Apresentação do diagnóstico, das recomendações e propostas de pesquisa e manejo e Matriz SWOT da Pesquisa
10:00 – 10:20	Intervalo – café
10:20 - 12:00	Trabalho em Grupos <ul style="list-style-type: none">• Identificar: Pontos Fortes e Fracos, linhas de Pesquisa e Manejo, necessidades para gestão da pesquisa
12:00 – 13:30	Almoço
13:30 – 14:30	Apresentação Grupos
14:30 – 16:00	Plenária: <ul style="list-style-type: none">• Lista individual de Parceiros• Priorização das linhas de pesquisa e manejo• Próximos Passos do Plano de Manejo

Por favor, confirme sua presença através do telefone: (11) 2258-1631 com Sabrina, Aline ou Rinaldo ou pelo e-mail pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br, ou preenchendo, destacando e entregando o canhoto abaixo para um dos funcionários do PEJU.

O número de convidados para esta Oficina é limitado, portanto, o convite é nominal. Caso não possa comparecer, favor indicar outro nome ligado a sua instituição.

Será necessário indicar nome completo e RG.

Nome completo: _____	VALE ALMOÇO 
RG: _____	
Instituição que representa: _____	

Convite e Programação da Oficina de Proteção Ambiental e Gestão do Plano de Manejo do PEJU.

**À
A/C:**

Temos a satisfação de convidá-lo a participar da

**OFICINA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO DO
PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO JURUPARÁ**

DATA: 09 DE JUNHO DE 2009

LOCAL: Usina Hidrelétrica da Fumaça – Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Clube dos Funcionários

OBS: Indicações de como chegar na Usina da Fumaça podem ser solicitadas na Base Operacional Juquiá-Bonito, próxima à Usina do França, para quem vem de Jucituba.

HORÁRIO: 09h00 às 17h00

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA OFICINA:

1. Apresentação do diagnóstico e vetores de pressão incidentes sobre o Parque Estadual do Jurupará;
2. Definição das principais frentes de ação (das estratégias de proteção) a serem desenvolvidas em curto, médio e longo prazos;
3. Identificação de pontos fortes e fracos relacionados à proteção e gestão;
4. Identificação de infra-estrutura básica necessária ao desenvolvimento da proteção e gestão; e,
5. Detalhamento dos procedimentos com instituições parceiras.

Nossa participação é muito importante!

Informamos que estão disponíveis para **consulta no site da Fundação Florestal** os documentos referentes ao Plano de Manejo do Parque Estadual do Jurupará. (<http://www.fflorestal.sp.gov.br/>). Assim que concluído será disponibilizado também o “Relatório de Caracterização do Parque Estadual do Jurupará”.

Atenciosamente,

Rinaldo Campanhã
Gestor do Parque Estadual do Jurupará
Fundação Florestal

Convite e Programação da Oficina de Zoneamento do Plano de Manejo do PEJU.

**À:
A/C:**

Temos a satisfação de convidá-lo a participar da

**OFICINA DE ZONEAMENTO
PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO JURUPARÁ**

DATA: 08 DE JULHO DE 2009

LOCAL: Anfiteatro do Paço Municipal Messias Holim da Silva
Rua Rui Barbosa, nº 30 – Centro - Piedade - SP

HORÁRIO: 08h30 às 17h00

OBJETIVOS DA OFICINA:

1. Apresentação de definições e objetivos do Zoneamento (zonas a serem consideradas em um zoneamento, critérios, graus de intervenção, normas gerais de manejo);
2. Apresentação do Zoneamento Técnico elaborado para o Parque Estadual do Jurupará e justificativas técnicas;
3. Discussão do Zoneamento Técnico da Unidade de Conservação.

Sua participação é muito importante!

DOCUMENTOS ANEXOS:

- Definições sobre Zoneamento de Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Atenciosamente,

**Rinaldo Campanhã
Gestor do Parque Estadual do Jurupará
Fundação Florestal**

PROGRAMAÇÃO


08/07/2009 (4ª feira)

08:30 – 09:00	Café, lista de presença, mapas
09:00 – 09:15	Abertura: boas vindas, programação e objetivos da Oficina
09:15 – 09:45	Apresentação de conceitos – Zoneamento de Parque Estadual
09:45 – 10:20	Zoneamento Técnico do PEJU
10:20 – 10:30	Intervalo – café, orientações para os Grupos de Trabalho
10:30 – 12:00	Trabalho em Grupos: discussão sobre Zoneamento Técnico
12:00 – 13:30	Almoço
13:30 – 14:30	Continuação do Trabalho em Grupos: Propostas para o zoneamento do PEJU
14:30– 15:30	Apresentação dos Grupos
15:30– 15:45	Intervalo – café
15:45 – 16:45	Plenária
16:45 – 17h00	Próximos passos do Plano de Manejo do PEJU

Por favor, confirme sua presença através do telefone: (11) 2258-1631 com Sabrina, Aline ou Rinaldo ou pelo e-mail pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br, ou preenchendo, destacando e entregando o canhoto abaixo para um dos funcionários do PEJU.

O número de convidados para esta Oficina é limitado, portanto, o convite é nominal. Caso não possa comparecer, favor indicar outro nome ligado a sua instituição.

Será necessário indicar nome completo e RG.

Nome completo: _____	VALE ALMOÇO 
RG: _____	
Instituição que representa: _____	

Convite e Programação da Oficina Conclusiva do Plano de Manejo do PEJU.

**À
A/C**

Temos a satisfação de convidá-lo a participar da

**OFICINA CONCLUSIVA
DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO JURUPARÁ**

DATA: 17 DE SETEMBRO DE 2009

LOCAL: Usina Hidrelétrica da Fumaça – Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Clube dos Funcionários

OBS: Indicações de como chegar na Usina da Fumaça podem ser solicitadas na Base Operacional Juquiá-Bonito, próxima à Usina do França, para quem vem de Juitiba.

HORÁRIO: 08h30 às 17h00

OBJETIVOS DA OFICINA:

1. Apresentação e discussão do zoneamento, programas de gestão e propostas de ação;
2. Compartilhar os resultados alcançados no processo de Elaboração do Plano de Manejo do PEJU.
3. Apresentar o fechamento deste processo e as etapas de implantação do Plano de Manejo.

Sua participação é muito importante!

Atenciosamente,

Rinaldo Campanhã

Gestor do Parque Estadual do Jurupará

Fundação Florestal

PROGRAMAÇÃO

17/09/2009 (5ª-feira)


08:30 – 09:00	Café, lista de presença, mapas
09:00 – 09:15	Abertura: boas vindas, programação e objetivos da Oficina
09:15 – 10:15	Apresentação do Zoneamento do PEJU
10:15 – 10:30	Intervalo – café
10:30 – 11:15	Continuação da apresentação do Zoneamento do PEJU
11:15 – 12:00	Plenária
12:00 – 13:30	Almoço
13:30 – 14:45	Apresentação dos Programas de Gestão e diretrizes
14:45– 15:00	Intervalo - café
15:00– 16:00	Plenária
16:00 – 17:00	Compartilhar os resultados alcançados no processo de Elaboração do Plano de Manejo do PEJU e próximos passos para sua implantação

Por favor, confirme sua presença através dos fones: (11) 2997-5051 com Maria Helena ou Rinaldo

ou pelo e-mail pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br

ou preenchendo, destacando e entregando o canhoto abaixo para um dos funcionários do PEJU.

O número de convidados para esta oficina é limitado, portanto, o convite é nominal. Caso não possa comparecer, favor indicar outro nome ligado a sua instituição. Será necessário indicar nome completo e RG.


Nome completo: _____	VALE ALMOÇO 
RG: _____	
Instituição que representa: _____	

**Anexo 5. Listas de presenças assinadas das oficinas do Plano de Manejo do PEJU.
Oficina Inicial do Plano de Manejo do PEJU.**

Plano de Manejo do PARQUE ESTADUAL DO JURUPARÁ
Lista de Participantes - Oficina Inicial 18/11/2008

NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Grupo Técnico de Coodenação		
1 Anna Julia Passold	Instituto EKOS BRASIL	
2 Bruna Bianca Pasquini	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
3 Cristiane Leonel	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
4 Maria Helena Braga Reis	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
5 Sabrina Soares D Almeida	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
6 Rinaldo Campanhã	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
7 Sueli Herculiani	INSTITUTO FLORESTAL - DRPE	
8 Cristina Santiago	INSTITUTO FLORESTAL - DRPE	
Gerente Vale do Ribeira + PEJU - Fundação Florestal		
9 Bóris Alexandre	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
Funcionários do PEJU		
10 Carlos Ribeiro da Silva	Parque Estadual do Jurupará	
11 Isaiás Anselmo Domingues	Parque Estadual do Jurupará	
Consultores e Colaboradores do Plano de Manejo		
12 Isabel Cristina Moroz	Recursos Hídricos e Coordenação Módulo	
13 Mariano Gouveia	Geomorfopedologia	
14 Renato Augusto F. de Lima	Vegetação e Flora e Coordenação Módulo	
15 Marcos Antônio de Melo	Ocupação Antrópica e Interação Socioambiental	
16 Michelle Odete dos Santos	Ocupação Antrópica e Interação Socioambiental	
17 Daniel Takagi de Aquino	Ocupação Antrópica e Interação Socioambiental	
18 José Vicente Vieira (Hare)	Oficinas	
19 Carolina Honora	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
20 Maria Aparecida Sales Rezende	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
Entidades Socioambientais		
21 Viviane R. de Oliveira	SOS Itupararanga	
22 Ruth Rodrigues Ayres de Araújo ou Carlos Eduardo Cerqueira César	Ass. Ecológica São Fco. De Assis - AESFA	
23 Mariana Gomes	Ass. Ong Taipal - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento	
24 Morrow Gaines Campbell	Vitae Civilis	
25 Mario Mantonavi	SOS Mata Atlântica	
Associação de Moradores		
26 Kênia Dantas G. da Silva	Associação dos Moradores e Proprietários e Amigos das Adjacências do Ribeirão e Campestre - AMPAARC	
27 Humberto Antônio Gonzales Castro	Associação dos Moradores e Sitiantes do Rio Bonito e Adjacências - ASSIMORABOA	
28 Aparecido Domingues	Representante dos moradores tradicionais	
29 Juvenal Alves de Moraes	Representante dos moradores tradicionais	
30 Julinda Domingues	Representante dos moradores tradicionais	
31 José Alves da Silva	Representante dos moradores tradicionais	
Empresas		
32 Renault B. Silva	UHE Cachoeira da Fumaça - Cia. Brasileira de Alumínio	
33 José de Paula Lemos	Gerente UHE do França - Cia. Brasileira de Alumínio	
34 Edmário de Araújo Prudente (Coordenador de Meio Ambiente)	Departamento de Meio Ambiente da CBA	
35 Roberto Gutierrez	Diretor Administrativo - Mineração Vale do Juquilá Ltda.	

Institutos de Pesquisa e Educação	
36	Walter Barrella PUC - Sorocaba
37	Cristina Banks, representando Alexandre Adalardo de Oliveira USP
38	Maurício Cetra/Prof. ELIANA CARDOSO LEITE Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba
39	Prof. Flávio Mascarenhas UNISO - Universidade de Sorocaba
Órgãos de Licenciamento e Fisc. Ambiental	
37	Tenente Marco Aurélio ^{SET 02/2} ^{Solano Binetti} Polícia Militar Ambiental - 3ª Cia do 1º Batalhão da Polícia Ambiental
38	Minoru ^{Fernando I. Cavalez} DEPRN
Prefeituras (prefeitos)	
39	Michael Nunes Fernandes Vice-diretor de escola - Ibiúna
40	Antônio de Pádua Secretário de Obras - Piedade
41	Roberto Silval Rocha Juquitiba
42	Carolina Rosa Cassão Nogueira Juquitiba
43	Alvino Guilherme Marzewski Suplente - Tapiraí
44	Myioji Kayo - suplentes Suplente - Miracatu
Secretarias Municipais	
45	Paulo Sergio Secretário de Meio Ambiente de Ibiúna
Procuradoria Geral do Estado	
46	Jaques Lamc Procurador do Estado - Coordenação de Defesa do Meio Ambiente da PGE
Ministério Público do Estado de São Paulo	
47	Fábio José Bueno Promotor de Justiça - Promotoria de Justiça de Ibiúna
Escolas Públicas	
48	Liliana Aparecida Domingues Professora - Escola Municipal do Bairro Rio Bonito
Setor Turístico - Operadoras	

Força Sindical de Ibiúna


Francisco Edivan Pereira
 (Direção Nacional Executiva)

Maria  Evonita Pereira

(AMPARE)

x Antonio Carlos Dias Pedraza - Sindicato do Trab. Rurais - Ibiúna

x Antonio Carlos 

Marcelo Silva Vieira - Prefeitura Piedade

x ~~XXXXXXXXXX~~


João Paulo Moraes Escanhoada - Pref. Piedade

x J-LLLL

↳ AVENTURA NATURAL SP @ yahoo.com.br

Marcelo da SILVA Oliveira mak@oscar@hotmail.com


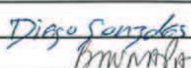
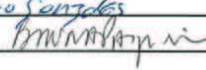
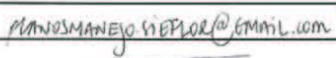

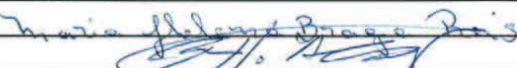







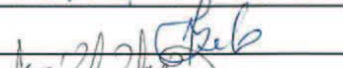
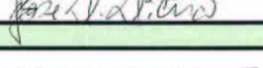







↓
EMPRESA CAPITAL

Rude Silva dos Santos -  - Ibicima - SP (15) 3248.1299

Roberto do Espírito Santo - Ibicima - SP (15) 9796.1627

Benedito Aparecido Vieira de Mello - Ibicima - SP (15) 9744.8859

Oficina de Uso Público e Interação Sócio-ambiental do Plano de Manejo do PEJU

Plano de Manejo do Parque Estadual do Jurupará		
Lista de Participantes - Oficina de Uso Público e Interação Sócio-ambiental 02 de junho de 2009 - Piedade/SP		
Nome	Instituição	Assinatura
Grupo Técnico de Coordenação		
1 Anna Julia Passold	Instituto EKOS BRASIL	
2 Diego Gonzales	Instituto EKOS BRASIL	
3 Bruna Bianca Pasquini	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
4 Cristiane Leonel	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
5 Aline Taminato	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
6 Sabrina Soares D Almeida	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
7 Maria Helena Braga Reis	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
8 Rinaldo Campanhã	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
9 Sueli Herculliani	INSTITUTO FLORESTAL - DRPE	
10 Cristina Santiago	INSTITUTO FLORESTAL - DRPE	
Diretoria de Operações - Fundação Florestal		
11 Bóris Alexandre	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
Gerente Vale do Ribeira + PEJU - Fundação Florestal		
12 Donizetti Borges Barbosa	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
Funcionários do PEJU		
13 Carlos Ribeiro da Silva	Parque Estadual do Jurupará	
14 Isaias Anselmo Domingues	Parque Estadual do Jurupará	
15 Leonil Anselmo Domingues	Parque Estadual do Jurupará	
Consultores e Colaboradores do Plano de Manejo		
16 Erika Marion Robrahn Gonzalez	Patrimônio Cultural e Aspectos Históricos	
17 Fernanda Machado da Costa	Visitação Pública	
18 Waldir Joel	Visitação Pública	
19 Marcos Antônio de Melo	Ocup. Antrópica e Interação Socioambiental	
20 José Vicente Vieira (Hare)	Oficinas	
Técnicos do IF e FF		
21 Adriana da Silva Neves	Técnica da FF - Educação Ambiental	
22 Marlene F. Tabanez	Pesquisadora em EA do IF	
Entidades Socioambientais		
23 Ruth Rodrigues Ayres de Araújo	Associação Ecológica São Fco. De Assis - AESFA	
24 Mariana Gomes	Associação Ong Taipal - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento	
25 Morrow Gaines Campbell	Vitae Civilis	
26 Viviane R. de Oliveira	SOS Ituparanga	
Associação de Moradores		
27 Joaquim Vitoriano do Espírito Santo - Presidente	AMPAARC	
28 Kênia Dantas G. da Silva	AMPAARC	
29 Humberto Antônio Gonzales Castro (Presidente)	ASSIMORABOIA	
30 João Batista Cardoso (Vice-Presidente)	ASSIMORABOIA	
31 José Domingues	Representante dos moradores tradicionais	

Associação de Moradores		
32	Juvenal Alves de Moraes	Representante dos moradores tradicionais
33	Julinda Domingues	Representante dos moradores tradicionais
34	José Alves da Silva	Representante dos moradores tradicionais
Empresas		
35	Patricia Werner	Votorantim Metais – Energia
36	José de Paula Lemos	Gerente das Usinas Hidrelétricas do França e Fumaça - CBA
Prefeituras, Secretarias Municipais, Estaduais		
37	Darcy Pereira Leite	Prefeito Ibiúna
38	Mauro Issler	Secretário de Turismo de Ibiúna
39	Ana Maria Rosano Bonjorni	Secretária de Educação de Ibiúna
40	Maria Aparecida Toloza Ribas	Secretária de Meio Ambiente de Ibiúna
41	Geremias Ribeiro Pinto	Prefeito de Piedade ou Representante
42	Michel Xocaira	Diretoria de Meio Ambiente Piedade
43	João Paulo Moron Escanhoela	Diretor de Obras e de Meio Ambiente de Piedade
44	Carlos Eduardo Sikorski Cerqueira César	Secretaria de Obras - Piedade
45	Jávara Evelize Garcia Sebastião Belizário	Secretária de Educação de Piedade
46	Cida Maschio	Prefeita de Juquitiba
47	Marciana de Azevedo Fernandes	Secretária de Educação de Juquitiba
48	Dea Fátima Viana Leite Moreira da Silva	Prefeitura de Miracatu
49	Fábio Cristiano S. Souza	Assessoria Gabinete Prefeito de Tapirai
Operadoras e Pousadas		
50	José Pupo	Sócio CANOAR REPRESENTANTE
51	Fábio Cassiano Klovrsa	Pousada Nhamandú
52	Sóstenes Sérgio	Pousada Cachoeira do França
53	Francisco de Sá Barbosa	Pousada e Marina Juquitiba
54	Jeffer de Oliveira	Pousada Salve Floresta
55	Paulo	Flauta Doce (pesqueiro e pousada)
Promotoria de Justiça		
56	Fábio José Bueno	Promotor de Justiça - Promotoria de Justiça de Ibiúna
57	Marcos Alberto de Almeida	Promotor de Justiça do Meio Ambiente de Piedade
58	Rodrigo Araújo	Secretaria de Cultura de Piedade
59	Sandra Beu	Gestora APA Itupararanga
60	Fernando A. Mendes	ASÍ MORABOA
61	Luis F. Lavan	Atimoraboa
62		
63		
64		

Michelle Odete Sartor

Sandra Sardes
Wagner Gomes Bormal } Documentos

Hamilton Pereira Deputado Estadual,
Líza de Almeida G. U. O. na presidente do Ceade

Marcos T. Silva Vieira
(chefe de gabinete - Piedade)

Paulo de Sousa Neto
(Secretário de M.A. de Juquitiba)

Naiane Gaschim - Ceade - imprensa @ ceade.org.br
Mitaranga @ ceade.org.br
ceade @ ceade.org.br

Mario Miyojim IPD TAIPAL miyojim@gmail.com

Eugenio B. Paixão IPD taipail bioarquitetura@terra.com.br
FRANCISCO EDIVAN PEREIRA - SINDICATO DOS TRAB. AVEIAS / BIGNA Floriano

Sandra Regina Vargas Meciano - representante Secretaria Educ. Ana Maria Bonjomi Rosano

Julio Jesus -> acompanhante de Michel Xcaai

Marina Pinere Furlan -> acompanhante de Michel Xcaai

Jacira Floriano de Lima -> Representando Prof. Marcuária (Educação Juquitiba)

Mara Lúcia Ferreira de Melo -> Ass. Dep. Hamilton Pereira

Patrícia Aparecida Muias -> Convidada pelo Michel Xcaai (UFSCAR)

Oficina de Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Cultural do Plano de Manejo do PEJU.

Plano de Manejo do Parque Estadual do Jurupará

Lista de Participantes - Oficina de Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Cultural 04 de junho de 2009 - São Paulo/SP

Nome	Intituição	Assinatura
Grupo Técnico de Coordenação		
1 Anna Julia Passold	Instituto EKOS BRASIL	
2 Diego Gonzáles	Instituto EKOS BRASIL	
3 Bruna Bianca Pasquini	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
4 Cristiane Leonel	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
5 Maria Helena Braga Reis	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
6 Aline Taminato	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
7 Sabrina Soares D Almeida	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
8 Rinaldo Campanhã	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
9 Sueli Herculliani	INSTITUTO FLORESTAL - DRPE	
10 Cristina Santiago	INSTITUTO FLORESTAL - DRPE	
Diretoria de Operações - Fundação Florestal		
11 Bóris Alexandre	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
Gerente Vale do Ribeira + PEJU - Fundação Florestal		
12 Donizetti Borges Barbosa	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
13 Sandra Beu	FUNDAÇÃO FLORESTAL - Gestora da APA de Itupararanga	
Funcionários do PEJU		
14 Carlos Ribeiro da Silva	Parque Estadual do Jurupará	
15 Isaías Anselmo Domingues	Parque Estadual do Jurupará	
16 Leonil Anselmo Domingues	Parque Estadual do Jurupará	
Consultores e Colaboradores do Plano de Manejo		
17 Isabel Cristina Moroz	Recursos Hídricos e Coordenação Módulo	
18 Mariano Gouveia	Geomorfopedologia	
19 Renato Augusto F. de Lima	Vegetação e Flora e Coordenação Módulo	
20 Erika Hingst-Zaher	Mastofauna	
21 Mauricio	Mastofauna	
22 Dennis Driesmans Beyer	Avifauna	
23 Hussam El Dine Zaher	Herpetofauna	
24 Fabio Machado	Herpetofauna	
25 Alec Krüse Zeinad	ictiofauna	
26 Erika Marion Robrahn Gonzalez	Patrimônio Cultural e Aspectos Históricos	
27 José Vicente Vieira	Moderador Oficinas	
28 Marcos Mello	Socioeconomia e Vetores de Pressão	
29 Humberto Gallo Júnior	Instituto Florestal - DRPE	
Instituto Florestal		
30 Osni Tadeu de Agular	Pesquisador IF - Herbário	
31 Alexander Z. Antunes	IF Seção de animal silvestre / COTEC - Comissão Técnico Científica, Instituto Florestal	
32 Lucília Kotez	IF/DRPE Especialista em Patrimônio Cultural	
33 Silvana Pereira Muniz de Souza	IF - Dasonomia	
Associação de Moradores		
34 Joaquim Vitoriano do Espírito Santo (Presidente)	AMPAARC	
35 Humberto Antônio Gonzales Castro (Presidente)	ASSIMORABOJA	

Moradores Tradicionais		
36	José Aparecido Domingues	Representante dos moradores tradicionais
37	Juvenal Alves de Moraes	Representante dos moradores tradicionais
38	Julinda Domingues	Representante dos moradores tradicionais <i>Julinda Domingues</i>
39	José Alves da Silva	Representante dos moradores tradicionais <i>J. Alves</i>
Empresas		
40	Patrícia Werner	Votorantim Metais – Energia
Institutos de Pesquisa e Educação - Sorocaba		
41	Walter Barrella	PUC - Sorocaba
42	Maurício Cetra, Profa. Eliana Cardoso Leite	Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba
43	Beatriz Stigliano	Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba <i>Beatriz</i>
44	Nobel Penteado de Freitas	UNISO - Universidade de Sorocaba
Institutos de Pesquisa e Educação		
45	Oswaldo Oyakawa	USP-Museu de Zoologia <i>Oswaldo</i>
46	Ricardo Ribeiro Rodrigues	ESALQ/USP - Laboratório de Restauração Florestal
47	Adriana Russi	Profa. PURO/UFF
48	Adriana Bueno	
49	Juliana Lopes Vendrami	Instituto de Biologia-USP <i>Juliana L. Vendrami</i>
50	Alexandre Adalardo de Oliveira	Vegetação - USP
51	Ana Gabriela Delagado Bleber	Depto. de Zoologia - UNICAMP <i>Ana Gabriela Bleber</i>
52	Renata Pardini	Mastofauna - USP
53	Marianna Dixo	Herpetofauna - USP <i>Marianna Dixo</i>
54	Thais Helena Condez	Herpetofauna - USP <i>Thais Helena Condez</i>
55	Pedro Develey	Avifauna - USP <i>Pedro Develey</i>
56	Alexandre Martensen (Tank)	Avifauna - USP
57	Maurício Talebi	Pro-Murulqui / UNIFESP <i>Maurício Talebi</i>
58	Renato Gaban	Avifauna - USP
59	Fernando D'Horta	
60	Eleonora Trajano	USP - Depto. de zoologia
61	Júlio César Suzuki	USP - Geografia Agrária
62	Sueli Ângelo Furlan	USP-Geografia
Agronomia		
63	Caetano Mainine	Casa da Agricultura de Ibiúna
64	MAURO ISSLER	Secretaria Técnica IBIUNA <i>Mauro Issler</i>
65	Sandra Saad	Documento <i>Sandra Saad</i>
66	Profa. da Concórdia	Recuperação AMPAROC
67	José Alves Domingues	
68	MARIO MIYAJIM	IPD TAIPAL PLEDADE, SP <i>Mario Miyajim</i>
69		
70		

Oficina de Gestão Organizacional e Proteção Ambiental do PEJU.

Plano de Manejo do Parque Estadual do Jurupará

Lista de Participantes - Oficina de Gestão Organiz. e Proteção Ambiental 09 de junho de 2009 - PEJU (Clube CBA)

Nome	Intitulação	Assinatura
Grupo Técnico de Coodenação		
1 Anna Julia Passold	Instituto EKOS BRASIL	
2 Diego Gonzales	Instituto EKOS BRASIL	
3 Bruna Bianca Pasquini	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
4 Cristiane Leonel	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
5 Rinaldo Campanhã	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
6 Aline Taminato	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
7 Sabrina Soares D Almeida	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
8 Maria Helena Braga Reis	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
9 Sueli Herculiani	INSTITUTO FLORESTAL - DRPE	
10 Cristina Santiago	INSTITUTO FLORESTAL - DRPE	
Diretoria de Operações - Fundação Florestal		
11 Bóris Alexandre César	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
Gerente Vale do Ribeira + PEJU - Fundação Florestal		
12 Donizetti Borges Barbosa	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
Funcionários do PEJU		
13 Carlos Ribeiro da Silva - Parte Norte	Parque Estadual do Jurupará	
14 Isaias Anselmo Domingues - Parte Sul	Parque Estadual do Jurupará	
15 Leonil Ancelmo Domingues	Parque Estadual do Jurupará	
Consultores e Colaboradores do Plano de Manejo		
16 Renato Augusto F. de Lima	Vegetação e Flora e Coordenação Módulo	
17 Marcos Antônio de Melo	Ocupação Antrópica e Interação Socioambiental	
18 Marcelo Hercowitz	Programas de Gestão e Proteção	
19 Fernanda Blauth	Programas de Gestão e Proteção	
20 José Vicente Vieira (Hare)	Oficinas	
21 Maria Aparecida Sales Rezende	NRF- FUNDAÇÃO FLORESTAL	
Empresas		
22 Patricia Werner ANA LUIZA DIAS	Gerência de Meio Ambiente da CBA	
23 José de Paula Lemos	Gerente das Usinas Hidrelétricas do França e Fumaça - CBA	
24 Julio Cesar Bueno	Encarregado da vigilância patrimonial - CBA	
Órgãos de Licenciamento e Fisc. Ambiental		
25 Tenente Guilherme Dartagnan C. Bopfe	Polícia Militar Ambiental - 3ª Cia do 1º Batalhão da Polícia Ambiental (Sorocaba)	
26 Capitão Glauco Rogério Ribeiro Alves	Polícia Militar Ambiental - 3ª Cia do 1º Batalhão da Polícia Ambiental (Sorocaba)	
27 Tenente Edgard Alcart Zullo de Castro	Polícia Militar Ambiental - Batalhão de Itapeicirica da Serra	
28 Jeronymo Ismael Canalez	DEPRN	

Delegados de Polícia Civil

29	Dr. Fabrício Lopes Ballarín	Delegacia de Ibiúna
30	Dr. José de Arruda Madudeira Jr.	Delegacia de Ibiúna
31	Dr. Higino Grigio	Delegacia de Juquitiba

Empresa Capital (fiscalização do Parque)

32	Henrique	Setor Norte
33	Marcos	Setor Norte
34	Carlos P. Pinto <i>Reduzido</i>	Setor Sul

Procuradoria Geral do Estado - PGE

35	Jaques Lamc	Procurador do Estado - Coordenação de Defesa do Meio Ambiente da PGE
36	Dr Carlos	PGE - Sorocaba

Promotoria de Justiça

37	Fábio José Bueno	Promotor de Justiça - Promotoria de Justiça de Ibiúna
38	Marcos Alberto de Almeida	Promotor de Justiça do Meio Ambiente de Piedade

Prefeituras, Secretarias Municipais, Estaduais

39	Mauro Issler	Secretário de Turismo de Ibiúna
40	Maria Aparecida Toloza Ribas	Secretária de Meio Ambiente de Ibiúna
41	Geremias Ribeiro Pinto	Prefeito de Piedade ou Representante
42	Michel Xocaira	Diretoria de Meio Ambiente Piedade
43	Carlos Eduardo Sikorski Cerqueira César	Piedade
44	Paulo de Sousa Silva	Secretaria da agricultura e Meio Ambiente de Juquitiba

45	<i>DÉCIO PAULO DOMINGUES</i>	<i>Décio Paulo Domingues</i>
46	<i>Juiz Carlos dos Santos / Capital / 72937678</i>	<i>Juiz Carlos dos Santos</i>
47	<i>Renata Pereira Jardim da Silva AMEC</i>	<i>Renata Pereira Jardim da Silva</i>
48	<i>JOSÉ DOMINGUES JOIR DOMINGUES</i>	<i>JOSÉ DOMINGUES JOIR DOMINGUES</i>
49	<i>Michelle O. Santos</i>	<i>Michelle O. Santos</i>

JOAQUIM VITORIANO
EDUARDO BUENO
Theo de Andrade
(theodeandrade74@gmail.com)

OCUPAÇÃO ANTERIOR.
AMIAARC
CBA
depto turismo - Piedade

Ana Adeline de O. Afonso
anaaf@ig.com.br

ADEMIR DA SILVA ROCHA
IF Ademir J Rocha

Emardo Salles Rosa
Francisco José Toloza Parolin
Peterson de Almeida

SEMA - Ibiúna
SEMA - Ibiúna
SEMA IBIÚNA

Oficina de Zoneamento do PEJU

Plano de Manejo do PARQUE ESTADUAL DO JURUPARÁ
Oficina de Zoneamento - 08 de julho de 2009 - Piedade / SP

Lista de Presença

Nome	Intituição	Assinatura
Grupo Técnico de Coodenação		
1 Anna Júlia Passold	Instituto EKOS BRASIL	
2 Diego Gonzales	Instituto EKOS BRASIL	
3 Bruna Bianca Pasquini	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
4 Cristiane Leonel	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
5 Rinaldo Campanhã	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
6 Maria Helena Braga Reis	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
7 Sabrina Soares D Almeida	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
8 Aline Taminato	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
9 Sueli Herculliani	INSTITUTO FLORESTAL - DRPE	
10 Cristina Santiago	INSTITUTO FLORESTAL - DRPE	
Diretoria de Operações - Fundação Florestal		
11 Bóris Alexandre César	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
Gerente Vale do Ribeira + PEJU - Fundação Florestal		
12 Donizetti Borges Barbosa	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
Funcionários do PEJU		
13 Carlos Ribeiro da Silva	Parque Estadual do Jurupará	
14 Isaias Anselmo Domingues	Parque Estadual do Jurupará	
15 Leonil Ancelmo Domingues	Parque Estadual do Jurupará	
Consultores e Colaboradores do Plano de Manejo		
16 Isabel Cristina Moroz	Recursos Hídricos e Coordenação Módulo	
17 Renato Augusto F. de Lima	Vegetação e Flora e Coordenação Módulo	
18 Marcos Antônio de Melo	Ocupação Antrópica e Interação Socioambiental	
19 Michelle Odete dos Santos	Ocupação Antrópica e Interação Socioambiental	
20 Daniel Takagi de Aquino	Ocupação Antrópica e Interação Socioambiental	
21 Waldir Joel	Instituto Florestal	
22 Erika González	Patrimônio Histórico-Cultural	
Consultores e Colaboradores do Plano de Manejo		
23 Giorgia Limnos	SIG	
24 Marcelo Hercovitz	Programas de Gestão e Proteção	
25 Fernanda Blauth	Programas de Gestão e Proteção	
26 José Vicente Vieira (Hare)	Oficinas	
25 Maria Aparecida Sales Rezende	NRF- FUNDAÇÃO FLORESTAL	
26 Erasmo H. B. Harribene	NRF- FUNDAÇÃO FLORESTAL	
27 Carolina Honora	NRF- FUNDAÇÃO FLORESTAL	

JOSÉ MARIANO CACCIA GOUVEIA - GEOMORFOLOGIA - Mariana:
JADERSON ALVES DA SILVA - ASS. DE COMUNICAÇÃO | PREFEITURA PIEDADE
15-(9777)0069 | jaderσον.alves@hotmail.com.

Entidades Socioambientais		
28	Ruth Rodrigues Ayres de Araújo	Ass. Ecológica São Fco. De Assis - AESFA
29	Mariana Gomes	Ass. Ong Taipal - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento
30	Morrow Gaines Campbell	Vitae Civilis
31	Viviane R. de Oliveira	SOS Itupararanga
32	Mario Mantovani	SOS Mata Atlantica
Associação de Moradores		
33	Joaquim Vitoriano do Espírito Santo Presidente	Associação dos Moradores e Proprietários e Amigos das Adjacências do Ribeirão e Campestre - AMPAARC
34	Kênia Dantas G. da Silva	Associação dos Moradores e Proprietários e Amigos das Adjacências do Ribeirão e Campestre - AMPAARC
35	Humberto Antônio Gonzales Castro (Presidente)	Associação dos Moradores e Sítiantes do Rio Bonito e Adjacências - ASSIMORABOIA
36	Antônio Alves Cardoso (Vice-Presidente)	Associação dos Moradores e Sítiantes do Rio Bonito e Adjacências - ASSIMORABOIA
37	José Aparecido Domingues	Representante dos moradores tradicionais
38	Juvenal Alves de Moraes	Representante dos moradores tradicionais
39	Julinda Domingues	Representante dos moradores tradicionais
40	José Alves da Silva	Representante dos moradores tradicionais
Empresas		
41	Ana Luísa Pereira Dias	Analista de Meio Ambiente - CBA
42	Renault	
43	José de Paula Lemos	Gerente das Usinas Hidrelétricas do França e Fumaça - CBA
44	Julio Cesar Bueno <i>REPRESENTANTE CLAUDIO MARCELIANO PINTO</i>	Encarregado da vigilância patrimonial - CBA
45	Roberto Gutierrez	Diretor Administrativo - Mineração Vale do Jiquiã Ltda. E SIESP
Órgãos de Licenciamento e Fisc. Ambiental		
46	Tenente Guilherme Dartagnan C. S. Boppré	Polícia Militar Ambiental - 3ª Cia do 1º Batalhão da Polícia Ambiental (Sorocaba)
47	Capitão Glauco Rogério Ribeiro Alves <i>REPRESENTANTE EDSON ANSELMO RIBEIRO</i>	Polícia Militar Ambiental - 3ª Cia do 1º Batalhão da Polícia Ambiental (Sorocaba)
48	Tenente Edgard Alcart Zullo de Castro	Polícia Militar Ambiental - Batalhão de Itapeçirica da Serra

49 Jeronymo Ismael Canalez DEPRN

Prefeituras (prefeitos)

48 Darcy Pereira Leite Prefeito Ibiúna

49 ^{REPRESENTANTE APARELHADO DE VOTÁRIOS} Mauro Isster Secretário de Cultura e Turismo de Ibiúna

50 ^{REPRESENTANTE FRANCISCO JOSÉ TOLÓCIA} Maria Aparecida Toloza Ribas ^{PARQUE} Secretária de Meio Ambiente de Ibiúna

51 Caetano Mainine Casa da Agricultura de Ibiúna

52 Geremias Ribeiro Pinto Prefeito de Piedade ou Representante

53 Michel Xocaira Diretoria de Meio Ambiente Piedade

54 João Paulo Moron Escanhoela Diretor de Obras e de Meio Ambiente de Piedade

55 Carlos Eduardo Sikorski Cerqueira César Piedade e AESFA

56 Rodrigo Araújo Secretaria de Cultura de Piedade

57 ^{JACIRO FLORIANO DE LIMA} Cida Maschio Prefeita de Juquitiba

58 ^{CASSIA MALVA TAVORA DE REZENDE FLEMING} Paulo de Sousa Silva Secretária da agricultura e Meio Ambiente de Juquitiba

Prefeituras (prefeitos)

59 José dos Santos Mota Fo. (Neno) Secretário de Fazenda e Planejamento de Miracatu

60 Dea Fátima Viana Leite Moreira da Silva Prefeitura de Miracatu

61 Fábio Cristiano S. Souza Assessoria Gabinete Prefeito de Tapiraí

APA Itupararanga

62 Sandra Beu Gestora APA Itupararanga

Força Sindical de Ibiúna

63 Francisco Edivan Pereira Força Sindical de Ibiúna

Empresa Capital (fiscalização do Parque)

64 Henrique ou Marcos Setor Norte

64 Carlos Pinto Pedroso Setor Sul

Procuradoria Geral do Estado - PGE

66 Jaques Lamc Procurador do Estado - Coordenação de Defesa do Meio Ambiente da PGE

67 Dra Sandra

68 Dr Carlos PGE - Sorocaba


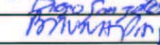

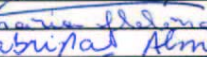
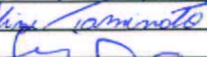
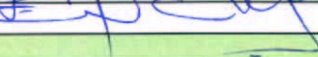
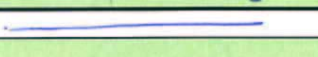
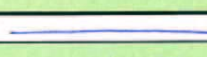

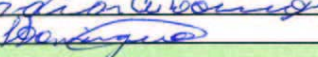

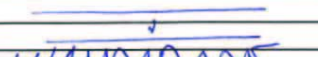
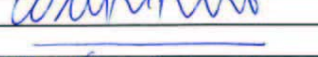
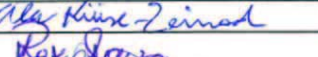
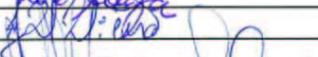


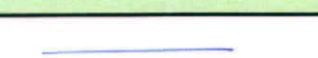


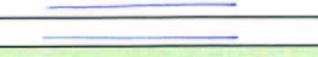








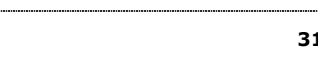



Promotoria de Justiça

69 Fábio José Bueno Promotor de Justiça - Promotoria de Justiça de Ibiúna


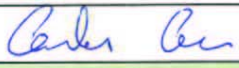




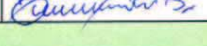






70 Marcos Alberto de Almeida Promotor de Justiça do Meio Ambiente de Piedade

Oficina Conclusiva do PEJU.

Plano de Manejo do PARQUE ESTADUAL DO JURUPARÁ: Oficina Conclusiva - 17 de setembro de 2009 - CLUBE CBA Lista de Assinaturas

Nome	Intituição	Assinatura
Grupo Técnico de Coodeenação		
1 Anna Julia Passold	Instituto EKOS BRASIL	
2 Diego Gonzales	Instituto EKOS BRASIL	
3 Bruna Bianca Pasquini	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
4 Cristiane Leonel	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
5 Rinaldo Campanhã	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
6 Maria Helena Braga Reis	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
7 Sabrina Soares D Almeida	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
8 Aline Taminato	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
9 Sueli Herculaní	INSTITUTO FLORESTAL - DRPE	
10 Cristina Santiago	INSTITUTO FLORESTAL - DRPE	
Diretoria de Operações - Fundação Florestal		
11 Bóris Alexandre César	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
Gerente Vale do Ribeira + PEJU - Fundação Florestal		
12 Donizetti Borges Barbosa	FUNDAÇÃO FLORESTAL	
Funcionários do PEJU		
13 Carlos Ribeiro da Silva	Parque Estadual do Jurupará	
14 Isaias Anselmo Domingues	Parque Estadual do Jurupará	
15 Leonil Ancelmo Domingues	Parque Estadual do Jurupará	
Consultores e Colaboradores do Plano de Manejo		
16 Isabel Cristina Moroz	Recursos Hídricos e Coordenação Módulo	
17 Renato Augusto F. de Lima	Vegetação e Flora e Coordenação Módulo	
18 Marcos Antônio de Melo	Ocupação Antrópica e Interação Socioambiental	
19 Waldir Joel	Instituto Florestal	
20 Erika González	Patrimônio Histórico-Cultural	
21 Alec Zelnad	Ictiofauna	
22 Rose Pereira Muniz de Souza	Programas de Gestão e Proteção	
23 José Vicente Vieira (Hare)	Oficinas	
24 Maria Aparecida Sales Rezende	NRF- FUNDAÇÃO FLORESTAL	
25 Erasmo	NRF- FUNDAÇÃO FLORESTAL	
26 Carolina Honora	NRF- FUNDAÇÃO FLORESTAL	
Entidades Socioambientais		
27 Ruth Rodrigues Ayres de Araújo	Ass. Ecológica São Fco. De Assis - AESFA	
28 Eugenio Bianchini da Paixão - presidente	Ass. Ong Taipal - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento	
29 Morrow Gaines Campbell	Vitae Civilis	
30 Viviane R. de Oliveira	SOS Itupararanga	
31 Mario Mantovani	SOS Mata Atlantica	
Associação de Moradores		
32 Joaquim Vitoriano do Espírito Santo - Presidente	Associação dos Moradores e Proprietários e Amigos das Adjacências do Ribeirão e Campestre - AMPAARC	
33 Kênia Dantas G. da Silva	Associação dos Moradores e Proprietários e Amigos das Adjacências do Ribeirão e Campestre - AMPAARC	

Associação de Moradores			
34	Humberto Antônio Gonzales Castro (Presidente)	Associação dos Moradores e Sitiantes do Rio Bonito e Adjacências - ASSIMORABOA	
35	João Batista de Souza (Vice-presidente)	Associação dos Moradores e Sitiantes do Rio Bonito e Adjacências - ASSIMORABOA	
36	José Aparecido Domingues	Representante dos moradores tradicionais	* José Domingues
37	Juvenal Alves de Moraes	Representante dos moradores tradicionais	
38	Julinda Domingues	Representante dos moradores tradicionais	Julinda Domingues
39	José Alves da Silva	Representante dos moradores tradicionais	
40	Terezinha Maria das Dores	Representante dos moradores tradicionais-Norte	
41	José Pereira Bueno	Representante dos moradores tradicionais-Norte	
Empresas			
42	José Raul Fabbri	Gerente de Meio Ambiente / Votarantín Energia	
43	Ana Luísa Pereira Dias	Analista de Meio Ambiente - Votorantín Energia - CBA	Ana Luísa P. Dias
Empresas			
44	Claudimir Antonio da Silva	Gerente das Usinas Hidrelétricas do França e Fumaça - CBA	
45	Renault B. Silva	Gerente da Usina Hidrelétrica da Fumaça - CBA	
46	Eduardo Bueno	Coordenador de Operações da Usina do França	Eduardo Bueno 17/09/04 9h 30 min
47	Julio Cesar Bueno	encarregado da vigilância patrimonial - CBA	
48	Roberto Gutierrez	Diretor Administrativo - Mineração Vale do Juquiá Ltda. E SIESP	
Órgãos de Licenciamento e Fisc. Ambiental			
49	Tenente Guilherme Dartagnan C. S. Boppré	Polícia Militar Ambiental - 3ª Cia do 1º Batalhão da Polícia Ambiental (Sorocaba)	3ª Cia do 1º Batalhão
50	Capitão Glauco Rogério Ribeiro Alves	Polícia Militar Ambiental - 3ª Cia do 1º Batalhão da Polícia Ambiental (Sorocaba)	
51	Tenente Edgard Aicart Zullo de Castro	Polícia Militar Ambiental - Batalhão de Itapeçirica da Serra	
52	Sargento Gilmar Pereira de Oliveira	1º Batalhão da 2ª Cia do 3º Pelotão da Polícia Militar Ambiental de Itapeçirica da Serra	
53	Jeronymo Ismael Canalez	Agência Ambiental de Sorocaba / Cetesb	
Prefeituras (prefeitos)			
54	Coiti Muramatso	Prefeito Ibiúna	
55	Mauro Isller issler	Secretário de Cultura e Turismo de Ibiúna	
Prefeituras (prefeitos)			
56	Maria Aparecida Toloza Ribas	Secretária de Meio Ambiente de Ibiúna	Fernando Martins (SEMA)
57	Caetano Mainine	Casa da Agricultura de Ibiúna	
58	Geremias Ribeiro Pinto	Prefeito de Piedade ou Representante	
59	Fernando Schneider	Diretoria de Meio Ambiente Piedade	Fernando Schneider

60	Michel Xocaira	Diretoria de Meio Ambiente Piedade	
61	João Paulo Moron Escanhoela	Diretor de Obras e de Meio Ambiente de Piedade	
62	Carlos Eduardo Sikorski Cerqueira César	Piedade AESPA	
Prefeituras (prefeitos)			
63	Rodrigo Araújo	Secretaria de Cultura de Piedade	
64	Maria Aparecida Maschio Pires	Prefeita de Juquitiba	
65	Paulo de Sousa Silva	Secretaria da agricultura e Meio Ambiente de Juquitiba	
66	José dos Santos Mota Fo. (Neno)	Secretário de Fazenda e Planejamento de Miracatu	
67	Dea Fátima Viana Leite Moreira da Silva	Prefeitura de Miracatu	
68	Fábio Cristiano S. Souza	Assessoria Gabinete Prefeito de Tapiraí	
APA Itupararanga			
69	Sandra Beu	Gestora APA Itupararanga	
Força Sindical de Ibiúna			
70	Francisco Edivan Pereira	Força Sindical de Ibiúna	
Empresa Capital (fiscalização do Parque)			
71	Henrique ou Marcos ELALDO RODRIGUES DA SILVA Setor Norte	Setor Norte	
72	Carlos Pinto Pedroso	Setor Sul	
Procuradoria Geral do Estado - PGE			
73	Jaques Lamc	Procurador do Estado - Coordenação de Defesa do Meio Ambiente da PGE	
74	Claudio Takeshi Tuda	PGE - Sorocaba	
75	Dra Sandra Rolim		
76	Dr Carlos Roberto Marques Jr	PGE - Sorocaba	
Promotoria de Justiça			
77	Fábio José Bueno	Promotor de Justiça - Promotoria de Justiça de Ibiúna	
78	Marcos Alberto de Almeida	Promotor de Justiça do Meio Ambiente de Piedade	
Universidades e Instituições de Pesquisa			
79	Beatriz Veroneze Stigliano - Docente e Coordenadora do curso de Turismo	Universidade de São Carlos - Campus de Sorocaba	
80	Mauricio Cetra - Professor de Ecologia	Universidade de São Carlos - Campus de Sorocaba	
81	Walter Barrella	PUC - Sorocaba/Professor de Ecologia	
82	Nobel Penteado de Freitas	Universidade de Sorocaba - UNISO/Prof. Coordenador de Gestão Ambiental	

83	Geraldo Antonio Daher Corrêa Franco	Instituto Florestal/Pesquisadora Científica	_____
84	Silvana Cristina Pereira Muniz de Souza	Instituto Florestal/Pesquisadora Científica	_____
Universidades e Instituições de Pesquisa			
85	Oswaldo Oyakawa	USP-Museu de Zoologia	_____
86	Claudia Guimarães		_____
Universidades e Instituições de Pesquisa			
87	Ana Gabriela Delagado Bieber	Ecologia - UNICAMP	Ana Gabriela Bieber
88	Marianna Dixo	Herpetofauna - USP (trabalhou no PEJU)	_____
89	Thias Helena Condez	Herpetofauna - USP (trabalhou no PEJU)	_____
90	Juliana Lopes Vendrami		Juliana L. Vendrami
91	Pedro Develey	avifauna - USP (trabalhou no PEJU)	_____
92	Maurício Talebi	Pro-Muruqui (trabalho no PECB e entorno)	_____
Setor Turístico - Operadoras			
93	Francisco de Sá Barbosa	Marina Juquitiba	_____
94	Empresa Canoar	Icaro de Oliveira	_____
Deputados			
95	João Caraméz	Deputado Estadual	_____
96	Lupercio Zerbinatti	Assessor - Caraméz	_____
97	Hamilton Pereira	Deputado Estadual	_____
Outros			
98	Valter Soares da Cunha	Policia Ambiental Itapetininga	_____
99	Marcos Alexandre de Almeida	LBA - UNF Alcaçim	_____
100	MARIA JOSE DE FREITAS	PREF. JUQUITIBA 4683-3103	_____
101	MARCOS ANTONIO FERREZ	PREF. JUQUITIBA 4683-3103	_____
	THEO DE ANDRADE	PREF. PICOPÊ (TURISMO)	_____
	Jose Roberto Gebmunt	ALEMA (Aracaju) - Legado h. 1	_____
	Ramon m mendes	Dep. Paracuruçá	_____
		Tuim	_____

Anexo 6. Descrição dos locais avaliados pelos módulos temáticos da biodiversidade.

Em parênteses, a nomenclatura das trilhas utilizada no Mapa Cobertura Vegetal e Trilhas da AER. Asteriscos indicam as trilhas fixas utilizadas durante a AER pelo módulo Biodiversidade.

Número e nome do sítio		Trilha	Faixas	Vegetação	Fuso	UTM ¹		Altitude	Tempo ²
I	Base Fumaça/Vila CBA	Tamanduá*	Capoeirão/Mata conservada/Capoeira	Dms	23J	268584	7344026	560-680	3h30m
		Grota do Tamanduá	Grota/Topo/Encosta + Baixa Encosta	Dm	23J	268584	7344026	560-640	2h30m
		Três Palmitos	Capoeirão/Mata Conservada	Ds	23J	266602	7342723	420	3h45m
II	Base Roda D'água	Jatobá*	Capoeirão/Grota/Encosta	Dm	23K	271430	7348255	700-800	3h00m
		Sede Roda d'Água(Km 8,5)	Capoeira	Dms	23K	272449	7348950	750	1h30m
III	Sede da Fazenda Tucano	Cachoeira do Grito	Grota/Baixada/Encosta	Dm	23K	273494	7344219	570-650	4h30m
IV	Base Descalvado	Pico do Descalvado	Capoeira/ vegetação rupícola/Mata conservada	Dm/Di	23K	264788	7358089	1050 – 1120	2h00m
		Pedra Lascada	Capoeira/Mata conservada	Dm/Di	23K	264655	7357675	1000 – 1100	3h00m
V	Represa do Jurupará	Trilha do Jurupará (Paredão)	Capoeirão/Mata Conservada	Dm	23K	0256853	7347963	650 – 750	3h30m
VI	Bairro do Lodo	Ribeirão do Lodo	Capoeira/Capoeirão/Mata Conservada	Dms	23K	0260480	7355464	800 – 950	3h00m

Legenda: Dms = Floresta Ombrófila Densa Montana Secundária / Dm = Floresta Ombrófila Densa Montana / Ds= Floresta Ombrófila Densa Submontana / Dm/Di = Floresta Ombrófila Densa Alto-Montana (Dm em transição para Di).

¹ Coordenadas referentes ao início da trilha

² Tempo aproximado de amostragem (sem paradas de almoço)

Trilha da Base Roda d'Água

Acesso fácil feito pela estrada/caminho que leva à sede da Base Roda d'Água, entre as edificações da sede e um pequeno lago cortado pela estrada. A avaliação desta trilha foi feita no dia 20/08/2008 durante 1h30min. Apesar de curta, a trilha não foi percorrida até o fim, mas sim até a segunda cabeceira de drenagem que cruza a trilha. Como a trilha é bastante marcada e freqüentemente utilizada pelos funcionários do Parque, não foi feita qualquer marcação.

De maneira geral, trata-se de uma vegetação secundária de Dm que recobre as encostas e drenagem do morro aos fundos da sede da Base Roda d'Água. Corresponde à antiga plantação de kiwi abandonada a cerca de 15 anos atrás. Assim, a área encontra-se em um estágio inicial de regeneração e seu estado de conservação foi considerado regular.

A vegetação possui apenas dois estratos verticais (i.e. sub-bosque e dossel), com um dossel ralo, com altura entre 8 e 10m e predominância de *Rapanea ferruginea*, *Tibouchina pulchra* e *Miconia cabucu*. Há baixa diversidade arbórea e o diâmetro dos indivíduos não ultrapassa 50 cm. O sub-bosque é ralo com uma marcante presença de samambaias arborescentes (i.e. *Cyathea delgadoii*). Ervas terrestres, epífitos vasculares e lianas lenhosas foram pouco abundantes e sempre com baixa riqueza de espécies.

A presença de espécies exóticas foi comum, como por exemplo, *Impatiens walleriana* e algumas gramíneas invasoras ao longo da trilha. Também são facilmente encontrados exemplares dos gêneros *Pinus*, *Eucalyptus* e *Citrus* ao longo da trilha. As frutíferas *Psidium guajava* (Goiabeira) e *Diospyros kaki* (Caqui) também foram encontradas, bem como um pequeno trecho dominado por um bambu lenhoso exótico. Observou-se ainda a presença de palmitos jovens recém cortados.

Trilha do Jatobá

O acesso ao início da trilha é feito pela estrada principal que corta o Parque, entre a Base Roda d'Água e o km 11,5 (próximo à corrente do acesso secundário que leva à sede da Base Roda d'Água). A saída da trilha é junto a uma divisa de terrenos mais próxima à entrada da sede da Base Roda d'Água. É uma trilha pouco utilizada e marcada, que foi percorrida em 3h00min no dia 20/08/2008.

De maneira geral, trata-se de um trecho de Dm em estado mais ou menos avançado de regeneração com estado de conservação entre bom (1ª faixa) e ótimo (2ª e 3ª faixa). Em todas as faixas da trilha, descritas a seguir, é nítida a existência de ao menos três estratos verticais (i.e. herbáceo, sub-bosque e dossel). O dossel é contínuo e possui alturas entre 15 e 25 m. O sub-bosque é denso e diversificado, assim como o estrato herbáceo. A presença de epífitos vasculares é marcante. Há também lianas lenhosas e bambus nativos, ambos com baixa densidade. Não foram detectadas quaisquer espécies invasoras ou exóticas. Contudo, nenhum palmito adulto foi avistado ao longo da trilha.

Nesta trilha foram identificadas três faixas distintas. A primeira delas corresponde a uma área de encosta suave onde houve extração de madeira para carvão há 50 anos (Figura 1A e 1B), que vai da entrada da trilha até a primeira fita zebrada transversal à trilha. Este trecho possui estrutura da vegetação bem desenvolvida que se assemelha àquela das demais faixas, exceto pela altura do dossel (15 a 20 m), diâmetro dos maiores indivíduos (até 50 cm de DAP) e composição do dossel (principalmente *Alchornea triplinervia*, *Ficus insipida*, *Piptadenia paniculata* e *Tibouchina pulchra*). A presença de *Psychotria suterella* no sub-bosque é marcante.

Na segunda e terceira faixas não há relatos de extração de madeira. A segunda faixa, em particular, trata-se de uma vegetação ao longo de um pequeno curso d'água com vários exemplares de *Piper* spp. no sub-bosque, e alguns grandes indivíduos de *Chrysophyllum inornatum* no dossel. A terceira faixa se inicia logo após a saída da trilha no curso d'água, entrando em um trecho de encosta muito bem conservado, com altíssima diversidade, dossel entre 20 e 25 m de altura e exemplares de indivíduos emergentes com até 30 m de altura e 100 cm de DAP. Um indivíduo de *Hymenaea courbaril* (Jatobá), que dá nome a trilha, obteve mais de 290 cm de DAP (Figura 54E, apresentada no Capítulo Caracterização da UC).

Trilha da Cachoeira do Grito

O acesso à trilha é feito por uma antiga estrada junto às ruínas da sede da Fazenda Tucano, que segue à esquerda do antigo refeitório. Sua saída é junto à estrada de acesso à sede, próximo à Cachoeira do Grito. O acesso a essa região é precário e é feito apenas em caminhonetes com tração nas quatro rodas (i.e. 4x4). A trilha foi percorrida no dia 21/10/2008 ao longo de aproximadamente 4h30min de amostragem. A trilha é bem marcada e aparentemente usada com certa frequência por palmiteiros e caçadores.

No geral, a trilha segue por um curso d'água (Figura 1C) que é cercado por um trecho de Dm praticamente primário em ótimo estado de conservação, exceto pelos vestígios de extração de palmitos. O dossel é contínuo, diversificado, possui altura entre 20 e 25 m na maioria dos trechos e indivíduos com até 100 cm de DAP. É possível distinguir a presença de quatro estratos definidos: herbáceo, sub-bosque, dossel e emergente. O sub-bosque, assim como o estrato herbáceo, é denso e bastante diversificado. Não foi detectada nenhuma espécie invasora ou exótica. Lianas lenhosas e bambus nativos ocorreram em baixa densidade. O único tipo de intervenção humana encontrado foi a ação de palmiteiros, com a presença de palmitos cortados recentemente e de uma pequena área aberta para o manejo dos palmitos cortados (Figura 1D). Certamente por este motivo, não foi encontrado nenhum indivíduo de *Euterpe edulis* adulto.

Foram definidas três faixas distintas. A primeira corresponde a uma Floresta Aluvial curta cercada por trechos de floresta sobre a encosta. Trecho bem conservado e dossel entre 20 e 25 m de altura. Após a primeira fita listrada fixada no sentido transversal, inicia um trecho de baixada no qual o rio meandra mais e a vegetação é mais baixa (no máximo 20 m) e mais aberta. Esta mudança é provavelmente natural e gerada por um solo mais argiloso e encharcado (neste ponto a trilha é menos marcada e o estrato herbáceo mais denso). Esta faixa termina um pouco antes da trilha começar a subir a encosta que leva à cachoeira, junto à segunda fita transversal. Esta última faixa, assim como a primeira possui alta diversidade com indivíduos de grande porte e ótimo estado de conservação.

Trilha dos Três Palmitos

Acesso feito pela estrada de serviço da CBA, próximo à ponte sobre o Rio Juquiá que representa o limite sul do PEJU. A trilha segue a margem do rio mantendo sempre a mesma cota altitudinal (Figura 1E). O início é bem marcado devido ao seu intenso uso por palmiteiros (inclusive com pegadas de mula – Figura 1F). Num segundo momento a trilha dos palmiteiros sobe o morro, enquanto que a amostragem continuou junto à margem do rio. A trilha foi percorrida em 3h45min no dia 22/08/2008.

A trilha está localizada um dos poucos trechos de Ds do PEJU, que ocorre em altitudes inferiores a 500 m. De maneira geral a vegetação encontra-se em bom estado de conservação, apesar da atividade dos palmiteiros e da ausência de indivíduos adultos de *Euterpe edulis*. A vegetação certamente é influenciada pela proximidade com o Rio Juquiá, apesar de não se tratar de uma Floresta Aluvial. A primeira faixa no início da trilha corresponde a uma área alterada, porém relativamente antiga em termos sucessionais (Figura 2A). Neste trecho, o dossel é um pouco mais aberto e tem entre 15 e 20 m de altura. A segunda faixa (que se inicia um pouco antes de um pequeno curso d'água que cruza a trilha) corresponde a um trecho de floresta madura (Figura 3B), com os estratos verticais bem definidos, dossel alto (25 m de altura) e contínuo. Vários indivíduos de *Cedrella fissilis* de grande porte no dossel (Figura 2B).

O sub-bosque é denso e diversificado, assim como o estrato herbáceo. Existe grande abundância de epífitos vasculares. Lianas lenhosas, taquaras e bambus ocorreram sempre em baixas densidades e nenhuma espécie exótica ou invasora foi detectada. Como dito anteriormente, a presença de palmiteiros parece ser constante, o que resulta em trilhas bastante movimentadas e no corte dos poucos indivíduos jovens de palmito remanescentes.

Trilha do Tamanduá

O acesso é fácil e feito através de uma estrada que se inicia próximo à portaria da CBA, com uma casa de vigilância da própria CBA (Figura 2C), próxima a um campo de futebol abandonado. Outra referência importante é a linha de transmissão de energia. A trilha se inicia aos fundos da casa da vigilância e se estende por alguns quilômetros até outro trecho do Parque mais ao norte. A trilha é bem marcada e não foi percorrida até seu final, levando cerca de 3h30min. A trilha foi percorrida no dia 23/10/2008.

A trilha percorre um trecho de Dm secundária, correspondendo a uma antiga estrada usada na extração seletiva de madeira para a produção de carvão. Assim, a vegetação varia entre trechos de capoeira com dossel mais aberto e várias clareiras de tamanho médio dominadas por bambus lenhosos (Figura 2D), até trechos de topo de morro mais antigos e bem conservados. Ao longo das margens da trilha é possível também observar a ocorrência de espécies ruderais como *Hypoxis decumbens*. Adicionalmente, é uma das poucas trilhas realizadas que percorre longos trechos de vegetação sobre alta encosta e topo de morro.

No geral, o dossel varia entre 15 e 20 m de altura com a presença de três estratos verticais claros: herbáceo, sub-bosque e dossel. Os indivíduos maiores no dossel ultrapassam os 50 cm de DAP, mas não são muito maiores. Foram observados vários indivíduos de *Solanum pseudoquina* frutificando no dossel. O sub-bosque e o estrato herbáceo são densos, exceto nas clareiras dominadas por bambu. Há pouca abundância de epífitas e não foi observada alta densidade de lianas agressivas. Em alguns trechos foram observados vestígios de fogo, ocasionado por um raio segundo relatos de funcionários locais. Apesar do estágio de regeneração mais jovem, a trilha possui muitos palmitos jovens (acima de 5 cm de DAP), o que aparenta baixa frequência de palmiteiros na trilha. Além disso, a trilha é muito usada por grandes mamíferos (e.g. antas e onças).

A trilha foi dividida em três faixas. A primeira faixa corresponde a um trecho de floresta secundária que vai desde a entrada da trilha até a primeira fita transversal. A segunda faixa corresponde a um trecho curto de vegetação de topo de morro em estágio avançado de regeneração, com alta diversidade de espécies. A terceira faixa se inicia após a segunda fita transversal até o ponto final percorrido, correspondendo novamente a um trecho de floresta secundária mais aberta.

Trilha da Grota do Tamanduá

O acesso é feito da mesma forma que a Trilha do Tamanduá, porém o início da trilha é ao lado de um antigo rancho, seguindo uma cerca de arame farpado (Figura 2E). A trilha passa por uma grande variedade de habitats (cursos d'água, encostas íngremes e topos de morro) e não foi percorrida até o final. A trilha possui uma bifurcação em T (demarcada com fita zebreada) próxima a um indivíduo de *Ficus gomelleira* com 35 m de altura e mais de 100 cm de DAP (Figura 54D, apresentada no capítulo Caracterização da UC).

Após a bifurcação, a trilha segue reto em direção a uma pequena cachoeira (tempo de amostragem desde o início da trilha 2h30min). Seguindo a direita, há uma trilha que termina na Trilha do Tamanduá após 1h15min de amostragem (não foi feita a marcação ao longo desta trilha). Ambos os trechos foram percorridos no dia 23/10/2008.

Trata-se de um dos trechos mais bem conservados (ótimo estado de conservação) e diversificados percorridos até então, com vários indivíduos jovens (DAP > 10 cm) de *Euterpe edulis* e sem indícios recentes de corte. Uma informação importante é que a esta trilha é periodicamente monitorada por funcionários da CBA. A vegetação corresponde à Dm que possui um dossel alto (20 a 30 m) com indivíduos emergentes ultrapassando os 35 m de altura e 100 cm de DAP (estágio de regeneração de avançado à primário). Assim, é possível distinguir quatro estratos verticais: herbáceo, sub-bosque, dossel e emergente.

Há grande abundância e diversidade de árvores, arbustos, ervas e epífitos. Lianas lenhosas não-agressivas foram pouco densas e não foi observada alta densidade de bambus. Também não foi observada a ocorrência de qualquer espécie exótica ou intervenção humana evidente.

Foi feita apenas uma divisão da vegetação nesta trilha, que corresponde a um curto trecho de vegetação secundária entre o início da trilha e a primeira fita transversal. Porém, é possível separá-la em mais faixas pelo ambientes que percorre. Ela se inicia e segue por um trecho de grota por 30 min., onde a trilha não é bem marcada. Depois, a trilha sai do leito do córrego, fica mais marcada e entra por sua margem direita num trecho de alta encosta e topo de morro que vai até um pouco após a bifurcação da trilha. Em seguida, entra num trecho de encosta bem íngreme que leva até um segundo curso d'água onde foi demarcado o final da trilha. O trecho após a bifurcação que leva à Trilha do Tamanduá também possui um ambiente diferenciado, alternando trechos de baixa encosta (Figura 2F) e trechos mais íngremes.

Trilha do Pico do Descalvado

O acesso é feito através de uma antiga estrada que leva ao Pico do Descalvado, partindo da Base Descalvado. O trecho final do acesso é feito apenas por veículo traçado (4x4). O início da trilha se dá junto à própria estrada, e a trilha segue a oeste levando ao Pico do Descalvado propriamente dito. Passa por pequenos capões de mata degradada sobre solos pouco profundos circundados por trechos de rocha exposta, coberta por uma vegetação rupícola, como bromélias, orquídeas e samambaias (Figura 3C). Por fim, a trilha segue na direção sul num trecho de floresta bem desenvolvida sobre uma vertente, na qual não há uma trilha bem marcada (não foram feitas quaisquer marcações com fita listrada neste percurso). Neste trecho, a amostragem foi feita descendo a vertente, paralelamente a uma cerca de arame farpado que divide duas propriedades. A amostragem da flora se restringiu apenas aos capões de mata e ao trecho de floresta sobre a vertente. A caracterização da vegetação propriamente dita (estrutura, estado de conservação e

regeneração) é feita apenas para o trecho de floresta sobre a vertente. A trilha foi percorrida no dia 11/12/2008 e teve duração aproximada de 2h00min.

A vegetação corresponde à Dm/Di, sendo um dos trechos florestais de maior altitude do Parque (entre 1.050 e 1.120 m). A floresta apresenta estágio de regeneração avançado e estado de conservação bom. O trecho de floresta possui estratificação vertical bastante definida, com três estratos claros (herbáceo, sub-bosque e dossel) e dossel contínuo e uniforme, variando entre 18 e 20 m de altura, com alguns indivíduos emergentes atingindo 25 m (nenhum indivíduo acima de 100 cm de DAP foi encontrado). O sub-bosque é bastante denso com vários arbustos e indivíduos jovens de espécies como *Geonoma schottiana*, *Heisteria silvianii*, *Psychotria suterella* e *Sorocea bonplandii*. No dossel, destacaram-se: *Copaifera trapezifolia* (Figura 54B, apresentada no capítulo Caracterização da UC) e algumas espécies de Myrtaceae. Há uma considerável abundância de epífitos e ervas. Em trechos de dossel mais aberto, devido à declividade, algumas espécies de bromélias se tornam abundante no solo da floresta. Não foi observada grande densidade de lianas ou de quaisquer outras espécies invasoras. Há, contudo, moitas de uma espécie de bambu lenhoso (provavelmente *Merostachys*), mas que não aparenta comprometer a estrutura e funcionamento da floresta. Não foi observada a ocorrência de qualquer espécie exótica. Quanto às intervenções humanas, observou-se o corte seletivo de madeira para a confecção de mourões de cerca (Figura 3D) e a presença de gado na parte inicial da trilha.

Apesar não ter sido subdividida em campo, a trilha cruza três fisionomias bem distintas e delimitadas que são: (i) capões de mata degradados, (ii) vegetação herbácea sobre a rocha exposta e (iii) trecho de Dm bem desenvolvida com alta diversidade. As espécies da flora listadas nesta trilha correspondem, em sua maioria, ao trecho de floresta percorrido.

Trilha da Pedra Lascada

O acesso é feito pela mesma estrada que leva ao Pico do Descalvado, porém a entrada da trilha encontra-se cerca de 100 m adiante, logo após um pequeno lago rente à estrada. Trata-se de uma trilha circular que se inicia próximo à base da montanha do Pico do Descalvado num trecho de floresta secundária, resultado de antigos usos para extração de madeira para carvão (cerca de 30 anos atrás). Nesta faixa, a trilha é bem marcada e aberta. Depois, a trilha entra numa faixa de mata bem conservada e desenvolvida (Figura 3A). Logo após o início desta última faixa, a trilha sai do caminho principal (antiga estrada abandonada) e entra na floresta percorrendo uma trilha pouco marcada. A trilha corta dois cursos d'água e depois sobe uma vertente até um trecho de topo de morro com vegetação bem exuberante. Após atingir novamente a base do pico, a trilha vira à direita e acompanha a rocha até voltar ao caminho principal, junto ao início da trilha. A trilha foi percorrida no dia 08/12/2008, durante 3h00min de amostragem.

Assim como a trilha do Pico do Descalvado, esta trilha percorre um dos trechos de floresta de maior altitude no PEJU, referido aqui como Dm/Di. No trecho mais bem conservado a vegetação encontra-se em ótimo estado de conservação, apesar da inexistência de indivíduos adultos de palmito-juçara. Corresponde a um trecho de floresta primária de dossel contínuo com altura média de 20 m e indivíduos com DAP > 100 cm (*Coussapoa microcarpa*). A presença de indivíduos de grande porte de *Micropholis cradissipedicelata* foi marcante. Estratificação vertical bastante clara, com estratos herbáceos e sub-bosque bastante densos e diversificados. A riqueza e abundância de epífitas também foram elevadas. Houve a presença de algumas moitas de um bambu lenhoso nativo (provavelmente *Merostachys*), mas sempre em baixas densidades. Não foram encontradas grandes

densidades de lianas ou de qualquer outra espécie invasora. Espécies exóticas foram registradas apenas no trecho secundário. Evidências recentes de corte seletivo de palmito-juçara.

Foi feita apenas uma divisão da vegetação nesta trilha, que corresponde à distinção entre a floresta secundária (capoeira) e a floresta primária. Esta divisão foi assinalada em campo, mas a mudança é facilmente perceptível. Adicionalmente, o trecho de floresta primária pode ser subdividido numa faixa que corta a vegetação de fundo de vale, ao longo dos dois cursos d'água cortados pela trilha e em outra faixa que percorre um trecho de encosta e topo de morro. As diferenças de composição e estrutura da vegetação entre estes dois trechos são sutis, mas presentes.



Figura I - (A) Aspecto externo da entrada da trilha do Jatobá; (B) vista interna do trecho de floresta secundária com 50 anos de idade – Trilha do Jatobá; (C) vista interna da vegetação no trecho ao longo do curso d'água – Trilha da Cachoeira do Grito; (D) área limpa para o beneficiamento do palmito *in loco* – Trilha da Cachoeira do Grito; (E) vista externa da vegetação – Trilha dos Três Palmitos; (F) pisoteio humano e por mulas usadas no transporte do palmito – Trilha dos Três Palmitos.



Figura 2 - (A) Aspecto interno da faixa inicial de floresta secundária da trilha dos Três Palmitos; (B) vista interna do trecho de floresta madura – Trilha dos Três Palmitos; (C) aspecto externo do ponto de entrada da trilha do Tamanduá, aos fundos da casa de vigilância da CBA; (D) aspecto de uma clareira média dominada por bambus lenhosos nativos na Trilha do Tamanduá; (E) ponto de entrada da trilha da Grota do Tamanduá, aos fundos de um antigo rancho; (F) vista interna da vegetação em um trecho de baixa encosta – Trilha da Grota do Tamanduá.



Figura 3 - (A) Vista superior do Trecho de Floresta Ombrófila Densa Montana da Trilha da Pedra Lascada; (B) vista da vegetação de Floresta Ombrófila Densa Submontana às margens da Usina da Barra; (C) Aspecto do Pico do Descalvado e de sua vegetação rupícola; (D) Presença de corte seletivo para a confecção e mourões de cerca - Trilha do Pico do Descalvado; (E) Moitas de bambu comuns na Trilha do Lodo; (F) Aspecto interno da vegetação na Trilha do Jurupará, evidenciando a estrutura bem desenvolvida da vegetação.

Trilha do Ribeirão do Lodo

Acesso feito por carro, por uma estrada vicinal que segue por fora do PEJU, passando pela Vila Elvio, até entrar no Parque no terço que cruza o Rio do Peixe, próximo aos acessos que levam à cabeceira da Represa do Jurupará. Após a chegada em uma cancela, o trecho tem que ser percorrido a pé ao longo de uma antiga estrada que hoje é freqüentemente usada para a prática de motociclismo. O trecho a pé até a entrada da trilha leva cerca de 30-40 min. Foi realizada uma amostragem ao longo da borda desta estrada abandonada, mas a caracterização da vegetação e flora se refere a um trecho de floresta secundária (capoeirão), descrito a seguir.

A trilha percorre um trecho de encosta bastante íngreme, um topo de morro e outra encosta mais suave, que leva a um curso d'água. A marcação foi realizada apenas nesta trilha. A trilha foi percorrida no dia 09/12/2008 durante 3h00min de amostragem.

A vegetação corresponde à Dms, resultado da extração de madeira para carvão a aproximadamente 40-50 anos atrás. O porte dos indivíduos atinge até 50 cm de DAP e a altura do dossel varia entre 15 e 18 m. Existe a estratificação da vegetação, porém o sub-bosque não é muito diversificado e em alguns pontos é pouco denso. A presença de *Psychotria suterella* no sub-bosque é marcante. No dossel, indivíduos de *Tibouchina pulchra* e *Miconia cinnamomifolia* foram comuns. A presença de epífitas é marcante, contudo as ervas foram pouco abundantes no chão da floresta. Lianas agressivas não foram observadas em grandes densidades. Moitas de uma espécie de bambu lenhoso nativo (provavelmente *Merostachys*) foram comuns (Figura 3E). Não foi observada a presença de espécies exóticas ou intervenções humanas recentes, apesar da inexistência de indivíduos de *Euterpe edulis* (palmito-juçara) adultos. Não foram feitas quaisquer subdivisões da trilha em faixas.

Trilha da Represa do Jurupará

O acesso é feito por carro por fora do PEJU até a barragem da Represa do Jurupará, dentro dos limites da propriedade da CBA. A trilha se inicia após o cruzamento a pé da barragem (localmente chamada de trilha do paredão), junto à margem esquerda da Represa. A trilha se inicia num trecho de floresta secundária até uma drenagem, a partir da qual a trilha sobe a vertente até um topo de morro, ao longo de um trecho de floresta bem diversificada e exuberante. A trilha é bem marcada e sinalizada, sendo usada por pesquisadores da USP para trabalhos com aves e formigas. A trilha foi percorrida no dia 10/12/2008 ao longo de 3h30min de amostragem.

O trecho corresponde a um dos mais bem conservados percorrido durante as atividades de campo, sendo a única trilha onde indivíduos adultos de *Euterpe edulis* (palmito-juçara) foram encontrados. Trata-se de um trecho de Dm em ótimo estado de conservação e em estágio primário a avançado de regeneração. Foram observados vários indivíduos de grande porte no dossel, com altura entre 20 e 25 m, apresentando-se sempre contínuo. Alguns indivíduos emergentes com mais de 30 metros e 100 cm de DAP também podem ser encontrados. A estrutura da vegetação reflete o ótimo estado de conservação, evidenciando a presença de quatro estratos: herbáceo, sub-bosque, dossel e emergente (Figura 3F). Os estratos inferiores da floresta foram bastante densos e diversificados, assim como para as espécies de epífitas. *Lytocaryum hoehnei* e *Malouetia arborea* foram comuns no sub-bosque. Dentre as espécies de dossel destacaram-se *Micropholis crassipedicellata*, *Pouteria caimito* e *Pterocarpus rohrii*, além de vários indivíduos de Lauraceae de grande porte. Não foi observada a presença de espécies exóticas ou qualquer espécie invasora em alta abundância.

Houve a presença de bambus arbustivos, mas nunca em altas densidades. Além da presença de pesquisadores, a trilha parece ser utilizada por palmiteiros, principalmente no seu trecho mais distante onde foram encontrados alguns indivíduos jovens cortados.

Apenas uma subdivisão foi feita nesta trilha, marcada por uma fita listrada transversal à trilha. Ela separa a Dms (capoeirão) que ocorre no início da trilha (dossel mais baixo e aberto) do trecho de Dm (mata conservada) que ocorre ao longo de toda a encosta e do topo do morro percorrido.

Trilha da Pedreira

Acesso feito pela Trilha dos Três Palmitos ou pela estrada próxima a UHE da Cachoeira da Fumaça, esta trilha percorre um trecho de mata bem conservado, em estágio avançado e possui muitos palmitos jovens. O dossel é contínuo e alto, com presença de árvores emergentes. O sub-bosque é relativamente aberto e a serrapilheira é espessa. Em contraste com a Trilha dos Três Palmitos, a Trilha da Pedreira é muito menos utilizada pelos palmiteiros e, portanto, menos perturbada. A trilha apresenta um trecho de mata secundária em estágio médio de regeneração, na área próxima à estrada da UHE da Cachoeira da Fumaça, aproximadamente na cota 440m.

Trilha do Bambu

Localizada nas proximidades das Trilhas do Tamanduá e da Grotta do Tamanduá, está situada próxima à linha de transmissão e apresenta uma mata com alta densidade de bromélias e lianas, e rica em córregos e áreas alagadas.

Anexo 7. Pesquisas desenvolvidas no PEJU - Vegetação e Flora.

Após a consulta da literatura especializada em várias fontes de informações disponíveis, foram encontrados sete trabalhos técnicos ou científicos concluídos envolvendo os temas vegetação e/ou flora. A maior parte destes trabalhos corresponde a Relatórios Técnicos de Atividades (quatro estudos), a maioria deles referentes a atividades do próprio Instituto Florestal de São Paulo na UC. Dois outros trabalhos foram publicados em periódicos (Boletim Técnico do Instituto Florestal e Silvicultura em São Paulo).

Apenas uma Dissertação de Mestrado foi realizada dentro do Parque (Souza, 2002). Um dos trabalhos técnicos corresponde ainda a um relatório de disciplina de graduação (Engenharia Florestal – ESALQ/USP) cujas atividades de campo também foram realizadas dentro do PEJU. Este número é pequeno quando comparado a outras unidades de conservação do Estado de São Paulo (e.g. PESH, PECB, PEIC) e reflete o elevado grau de desconhecimento da flora e vegetação do PEJU, que tem sido pouco procurado por pesquisadores em geral. Como um exemplo desta afirmação, foram abertos apenas 6 processos de autorização para pesquisa no PEJU entre 2003 e 2005, nenhum deles relacionado aos temas flora e vegetação (Menezes *et al.* 2006). Existe muita informação para as regiões do Morro Grande e para o distrito de Caucaia do Alto, ambos em Ibiúna, referentes a uma série de estudos realizados por pesquisadores da Universidade de São Paulo. Contudo, nenhuma das duas regiões se enquadra dentro da área de abrangência do PEJU, estabelecida como uma distância de até 10 km dos limites da unidade. Como estas áreas estão relativamente distantes da unidade de conservação e mais fortemente influenciadas por elementos florísticos da Floresta Estacional Semidecidual do interior do Estado de São Paulo, decidiu-se por não incluir tais estudos entre os dados secundários.

Outro aspecto importante sobre os estudos encontrados se refere ao nível de detalhamento no qual eles foram desenvolvidos. A grande parte deles (6 trabalhos) envolveu levantamentos rápidos, pontuais e expeditos de espécies da flora vascular arbórea do PEJU. Estes estudos resultaram em listas de espécies curtas que subestimam em muito a real flora do Parque. Em dois dos estudos encontrados (Alencar *et al.* 1976, Aoki & Saraiva 1982) fez-se algumas breves considerações sobre a estrutura e estado de conservação da vegetação, ambos citando informações que já estão bastante desatualizadas devido à data na qual foram publicados. Assim, não foi encontrado nenhum estudo que envolvesse um levantamento florístico detalhado e extensivo sobre a flora do Parque. Além disso, em alguns desses estudos a identificação do material botânico foi pouco aprofundada, em muitos casos contendo identificações de espécies de ocorrência questionável.

Dentre todos os trabalhos encontrados, aquele que merece maior destaque é a Dissertação de Mestrado da pesquisadora Silvana C.P.M. Souza, realizada próximo às ruínas da antiga sede da Fazenda Tucano e publicada no ano de 2002. Ele é o estudo mais detalhado realizado até então dentro da UC. De maneira bastante sucinta, este trabalho avaliou aspectos da regeneração natural em áreas de antigas pastagens e de antigas plantações de *Citrus* spp., visando avaliar o potencial de auto-recuperação das mesmas.

Nestes dois ambientes, foi avaliada a regeneração de espécies arbustivo-arbóreas (indivíduos entre 0,3 e 1,3 m de altura), a chuva de sementes e o banco de sementes do solo. Por tais motivos, este trabalho serviu como uma boa fonte de informações e referências para o manejo do PEJU. Isto porque, o Parque possui grandes extensões de áreas desmatadas que foram utilizadas para os mais

diferentes usos (e.g. pastagem e agricultura) e que hoje se encontram em diferentes estágios de regeneração.

Além destes trabalhos citados, foram encontradas ainda algumas referências de materiais botânicos coletados no PEJU citadas no banco de dados *speciesLink* - SinBiota, que foram complementadas por informações de coletas também realizadas no interior do Parque e disponíveis na FFSP. Um resumo do número de espécies com binômio completo citadas nestas e nas demais fontes de referência consultadas, é apresentado na Tabela I.

Tabela I. Resumo do número de citações de espécies da flora vascular por fonte de informação consultada.

Fonte	Localidade	Número de citações
Souza (2002)	Sede da Fazenda Tucano	45
Alencar <i>et al.</i> (1976)	(PEJU)	24
IF-SMA (sem data)	Vila da CBA	26
IF-SMA (1995)	Fazenda Tucano	55
Ville <i>et al.</i> (2000)	Sede da Fazenda Tucano	41
Souza (sem data)	Trilha da Cachoeira do França	27
CNEC (2008)	Usina da Barra	29
<i>speciesLink</i> - SinBiota	(PEJU e área de abrangência)	141
FFSP	(PEJU e área de abrangência)	9

Anexo 8. Pesquisas desenvolvidas no PEJU - Avifauna.

O inventário bibliográfico identificou três estudos cujos levantamentos foram conduzidos dentro dos limites do PEJU e um em seu entorno.

Develey (2004) avaliou os efeitos da fragmentação e do estado de conservação da floresta na diversidade de aves em três UCs, incluindo o Parque Estadual do Jurupará. Listou 126 espécies e sua grande contribuição foi o levantamento minucioso das espécies florestais do PEJU. Já Rubim (2004), que levantou dados das espécies de aves por meio de transectos, registrou 155 espécies, acrescentando 72¹ aves à lista do PEJU, muitas das quais tipicamente associadas à ambientes abertos ou de transição.

Mais recentemente, LEITE & METZGER (2007), estudando os efeitos do processo de fragmentação e perda de habitat sobre a comunidade de aves na região do Parque Estadual de Jurupará, registraram na porção oeste do Parque 60 espécies utilizando a metodologia de redes de neblina. Contribuíram com 11 novos registros de espécies, incluindo algumas ameaçadas de extinção.

Complementarmente, foram consultados os estudos ambientais efetuados nas UHEs do Rio Juquiá (Barra e Porto Raso) (CNEC, 2008). Estes estudos foram conduzidos nas áreas limítrofes e de entorno do Parque, e forneceram uma listagem de 178 espécies de aves, sendo algumas ainda sem registro para o PEJU, podendo desta forma serem consideradas como de possível ocorrência.

Este conjunto de levantamentos, já realizado no interior desta UC, revelou um total de 209 espécies de aves. Acrescentando as 35 espécies listadas para o entorno do PEJU, consideradas portanto, como de possível ocorrência, eleva-se o número de espécies para 244, conforme apresentado na planilha de registro de espécies (Anexo 4). Este número representa aproximadamente 66% das espécies listadas para toda a região, segundo dados secundários de outras UC, sendo desta forma, uma base de análise bastante abrangente para a caracterização da avifauna do PEJU.

¹ Não foi considerada no presente estudo a choquinha-de-flanco-branco *Myrmotherula axillaris* citada por RUBIM (2004), por se tratar de um registro duvidoso para o local.

Anexo 9. Pesquisas desenvolvidas no PEJU - Mastofauna

O levantamento da literatura disponível sobre a mastofauna do PEJU e regiões adjacentes indica que os mamíferos de médio e grande porte do Parque foram levantados em duas oportunidades, com um intervalo de dois anos entre as amostragens: em 2004, Steffler et al. realizaram um censo com base em transectos lineares, percorrendo um total de 107 km em seis trilhas. O objetivo principal foi comparar as espécies presentes em áreas de mata alterada e mata inalterada. Os autores registram a presença de menor número de espécies de interesse cinegético em áreas de mata alterada, quando comparado com o número presente em matas inalteradas. Ressaltam também a ausência de algumas espécies de primatas cuja distribuição abrange a área do Parque, como o guariba ruivo (*Alouatta fusca*), o mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*) e o sagüi-da-serra (*Callithrix aurita*) durante o censo. Comparando os resultados obtidos com o número de espécies de mamíferos de grande porte presentes em áreas protegidas próximas, na Serra de Paranapiacaba, ressaltam a baixa riqueza e densidade de espécies presentes no PEJU (Steffler et al., 2004).

O segundo levantamento de espécies de médio e grande porte foi feito em 2006, quando a CBA contratou um diagnóstico da mastofauna dentro do estudo técnico ambiental realizado pelo seu Departamento de Meio Ambiente. O levantamento da mastofauna foi feito dentro do Parque, na área de duas das oito represas da CBA no Rio Juquiá, a UHE Barra e a UHE Porto Raso. Foram utilizados transectos lineares, parcelas de areia e armadilhas fotográficas, além de entrevistas com moradores, resultando no registro de 20 espécies de mamíferos de médio e grande porte. Cabe ressaltar que embora as espécies de primatas ausentes no estudo anterior (Steffler et al., 2004) tenham sido registradas neste estudo (CNEC, 2008), os registros foram apenas através de entrevistas, e não avistamento ou vocalização.

A presença do mono-carvoeiro foi registrada por diversos autores para a região como um todo (Aguirre, 1971; Lane, 1990; Martuscelli et al., 1994; Strier e Fonseca, 1996-1997), e segundo Grelle (2000) sua distribuição deve de fato abranger a área do PEJU. No entanto, seu registro para o Parque permanece sem comprovação através de evidências diretas.

O único trabalho que trata da mastofauna da região com espécimes-testemunho (*voucher*) coletados é uma tese de doutorado desenvolvida na extremidade oeste do Parque, em uma área restrita (Bueno, 2008), com o objetivo de estudar a relação entre as populações de pequenos mamíferos e a fragmentação da paisagem na região de Morro Grande e Caucaia do Alto. Este estudo registra a presença de 13 espécies de pequenos mamíferos, sendo nove roedores e quatro marsupiais. Desta forma, pode-se considerar que o conhecimento da mastofauna da região é ainda escasso, sendo desejável o desenvolvimento de inventários e trabalhos de pesquisa pela comunidade científica dentro da área do Parque.

Anexo 10. Pesquisas desenvolvidas no PEJU - Herpetofauna.

O PEJU tem uma carência de trabalhos que estudem a herpetofauna de modo geral. Apenas um trabalho, publicado na forma de resumo de congresso, apresenta dados obtidos dentro da área do Parque. Este trabalho, desenvolvido por Condez e colaboradores (Condez et al., 2007) estuda os efeitos da fragmentação das áreas florestadas sobre a herpetofauna de serapilheira. São avaliados diferentes fragmentos de Mata Atlântica adjacentes ao PEJU, totalizando 15 pontos de amostragem nos Municípios de Piedade e Tapiraí, e seis pontos dentro do Parque. O objetivo é relacionar a composição da herpetofauna em remanescentes de diferentes tamanhos.

Em áreas próximas ao PEJU foram desenvolvidos quatro trabalhos envolvendo a herpetofauna: Dixo (2005) e Dixo & Verdade (2006), Oliveira (2004) e Zaher e colaboradores (2007). Os três últimos situam-se fora da área de abrangência do PEJU, tanto no que diz respeito aos municípios estabelecidos, como por terem sido realizados fora dos 10km traçados a partir dos limites do Parque. Apenas o trabalho de Dixo (2005), uma tese de doutorado, amostra uma área situada na área de abrangência do Parque, no município de Ibiúna. Assim como o trabalho de Condez et al. (2007), Dixo e Verdade (2006) que estudaram a diversidade de sapos e lagartos de serapilheira em fragmentos do Planalto Atlântico de São Paulo, tendo como local controle a Reserva Estadual do Morro Grande.

Os trabalhos de Dixo e Verdade (2006), realizados no município de Cotia, Oliveira (2004) no município de Pilar do Sul, e Zaher e colaboradores (2007) no Parque Estadual Carlos Botelho, embora se encontrem fora da área estabelecida para o levantamento de dados secundários, serão de grande importância para auxiliar nas comparações e discussões futuras. A lista de espécies registradas para a região do PEJU aqui apresentada é consistente, pois foi obtida através de dados de coletas em áreas próximas. Não foi necessário inferir a presença de possíveis espécies com base em listas publicadas para localidades mais distantes, como os trabalhos Dixo e Verdade (2006), Oliveira (2004) e Zaher e colaboradores (2007).

Anexo II. Questionário aplicado a pescadores e piscicultores no PEJU e entorno.

Localidade: _____ Data: ___ / ___ / ___

Rio : _____

Coordenadas: ___ ° ___ ' ___ " S / ___ ° ___ ' ___ " W

PESCADOR () SITIANTE () PISCICULTOR () OUTRO ()

I. CRIA PEIXES ()

Tipos:

Black Bass	()	Matrinxã	()
Bagre Africano	()	Pacu	()
Bagre Jundiá	()	Piau	()
Channel catfish	()	Piraputanga	()
Cará	()	Tabijucu	()
Carpa comum	()	Tilápia-do-Congo	()
Carpa cabeçuda	()	Tilápia-do-Nilo	()
Lambaris	()	Traíra	()

Outros:

Onde: () lago / () viveiro escavado / () viveiro alvenaria / () tanque-rede

Dimensões: _____ m² / volume _____ m³

Alimentação: () ração _____ / () outros _____

Frequência: () diária / () semanal / () esporádica

Quantidade: _____ kg/porção Obs: _____

Finalidade: () consumo próprio / () lazer / () venda

2. PESCA PEIXES ()

Tipos / Iscas:

Black Bass	()	Matrinxã	()
Bagre Africano	()	Pacu	()
Bagre Jundiá	()	Piau	()
Channel catfish	()	Piraputanga	()
Cará	()	Tabijucu	()
Carpa comum	()	Tilápia-do-Congo	()
Carpa cabeçuda	()	Tilápia-do-Nilo	()
Lambaris	()	Traíra	()

Outros:

Frequência: () semanal / () mensal / () bimestral / () trimestral / () semestral
() anual

Quantidade por pescaria: _____ unidades / _____ quilos

Realiza pesque-e-solte? () Não / () Sim / () parcial / () integral

Anexo 12. Pesquisas e trabalhos publicados sobre o contexto histórico e cultural do PEJU e área de abrangência.

Cinco trabalhos são significativos desse histórico de pesquisa e foram plataformas sobre as quais se construiu paulatinamente não só o conhecimento, como a relação com as populações tradicionais da região: o trabalho inicial de Sueli Herculiani de 1994, os estudos a respeito da arquitetura tradicional de barro realizado por F. Assis em 1994, os referentes ao artesanato cesteiro na região do Jurupará, desenvolvidos por Adriana Russi a partir de 1995 (1995 e 2004), e os trabalhos, novamente de Herculiani, de 2004 retomando aspectos levantados em 1994.

O primeiro dos trabalhos (Herculiani, 1994) pode ser compreendido como uma consolidação inicial de informações, resultando das pesquisas desenvolvidas pela equipe responsável pela implantação do PEJU desde 1992. Neste trabalho, a população residente na área do PEJU é definida como tradicional e seus aspectos econômicos, sociais, culturais e suas óbvias implicações materiais (inclusive no que diz respeito ao uso do espaço e a relação com o meio ambiente) são investigados. Parte-se do princípio da definição de uma ocupação colonial de, pelo menos, dois séculos, e do estabelecimento e permanência de uma cultura de feição caipira, ainda que não se consiga, neste trabalho de 1994, identificar as origens formadoras dessas populações. Como resultado indica-se ainda a relativa sustentabilidade dos modos de vida tradicionais, nos quais o uso dos recursos naturais se dá na medida do necessário e com pequena carga antrópica sobre o meio. Contudo, também se indica a crescente ameaça tanto às populações tradicionais quanto ao próprio parque por conta das mudanças culturais que avançavam na região, descaracterizando a cultura caipira e aumentando o impacto sobre o meio.

No mesmo movimento de estabelecimento de um conhecimento primário a respeito da região, Adriana Russi – da Universidade Presbiteriana Mackenzie – foi convidada a estudar um dos aspectos presentes na cultura da região: as técnicas de cestaria de origem tradicional. Em 1995 Adriana Russi (RUSSI, 1995) apresentou seu projeto de pesquisa a respeito desse traço cultural, fundamental nas culturas caipiras e herança da forte presença indígena em sua gênese. A pesquisa prosseguiu na década seguinte e ainda há pouco tempo Russi publicava a respeito do tema (Russi, 2004).

Ainda no estudo de aspectos específicos da cultura caipira na região do PEJU, F. Assis – arquiteto, também do Mackenzie – se deteve no estudo da arquitetura tradicional de taipa a mão (Assis, 1994), um dos itens mais ameaçados das técnicas tradicionais caipiras, paulatinamente suplantado pela adoção de materiais manufaturados e, conseqüentemente, também mais agressivos aos meio ambiente.

Com isso fechou-se um primeiro ciclo de estudos sobre as populações, história e cultura da região do PEJU. Em 2004, contudo, Sueli Herculiani produziu um novo relatório, em grande medida um balanço após dez anos da publicação de seu estudo inicial sobre o Jurupará (Herculiani, 2004). Este trabalho incorpora a experiência de uma década de existência e gestão do PEJU com seus desdobramentos legais, jurídicos e administrativos, mas, como grande conclusão, indica-se uma sensível piora na vida das populações, com uma crescente descaracterização de sua cultura tradicional, acompanhada do êxodo das famílias – parte obrigada, parte por opção dos mais jovens – o que, paradoxalmente, aumentou os riscos das bordas do parque por conta da implantação de populações com hábitos culturais mais agressivos.

A diminuição dramática, em 2004, dos indivíduos identificados na primeira pesquisa, em 1994, revela um processo praticamente irreversível de transmutação ou desaparecimento total da cultura caipira que marcou culturalmente o perfil da região nos últimos duzentos anos. Também se indica o quanto a materialidade dessa cultura – a arquitetura tradicional, os hábitos de alimentação, de uso dos recursos naturais, etc. – acompanham esse processo de desaparecimento.

Anexo 13. Coletânea de legislação incidente à UC.

Constituição Federal e Estadual

Constituição	Ano	Destaques
Federal	1988	Título VIII – Da Ordem Social, arts. 23, 24 Capítulo VI – Do Meio Ambiente, art. 225 e parágrafos
Estadual	1989	Capítulo IV – Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento Seção I, do Meio Ambiente – arts. 192 a 204 Seção II, da Cultura – art. 215

Política Nacional de Meio Ambiente

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	6.938	1981	Política Nacional de Meio Ambiente – criação
Lei Federal	7.804	1989	Altera a Lei 6.938/81
Decreto Federal	99.274	1990	Política Nacional de Meio Ambiente – regulamento

Política Estadual de Meio Ambiente e de Florestas

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Estadual	9.509	1997	Política Estadual de Meio Ambiente (cria o SEAQUA – Sistema Estadual de Meio Ambiente)
Decreto Estadual	47.400	2002	Regulamenta dispositivos referentes ao licenciamento ambiental da Lei 9.509/97
Decreto Estadual	51.453	2006	SIEFLOR – Sistema Estadual de Florestas – criação (transfere a administração das Ucs para a FF)
Res. SMA	16	2007	Organização do SIEFLOR
Decreto Estadual	53.027	2008	Reorganiza a SMA

Áreas Protegidas, Unidades de Conservação, Proteção da Biodiversidade

Políticas

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	9.985	2000	SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
Decreto Federal	4.340	2002	SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – regulamento
Decreto Federal	4.339	2002	Política Nacional da Biodiversidade
Decreto Federal	5.758	2006	Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas

Normas gerais

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Res. CONAMA	11	1988	Queimada em Ucs
Portaria IBAMA	760	1989	Assegura acesso gratuito aos maiores de 60 anos em Ucs Federais
Res. CONAMA	13	1990	Entorno de Ucs (10 km) – regulamenta artigo 27 do DF 99.274/90
Portaria IBAMA	90-N	1994	Pedidos de autorização para realização de filmagens, gravações e fotografias, de caráter científico ou comercial, nas Unidades de Conservação Federais de uso indireto
Res. CONAMA	09	1996	Corredores entre remanescentes – definição
Res. SMA	32	1998	Visitação pública e credenciamento de guias, agências, operadoras e monitores ambientais, para o ecoturismo e educação ambiental nas Ucs do Estado
Portaria IBAMA	77-N	1999	Criação de UCs – critérios e procedimentos
Lei Estadual	11.527	2003	Sinalização obrigatória de UCs
Res. CONAMA	331	2003	Câmara Técnica de UCs e áreas protegidas – criação
Decreto Federal	6.514	2008	Regulamenta sanções administrativas de crimes ambientais (LF 9.615/98)
Decreto Federal	6.515	2008	Programas de Segurança Ambiental - Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guardas-Parque
Res. SMA	59	2008	Regulamenta procedimentos de uso público nas UCs, incorpora os procedimentos da SMA 32/1998

Normas Parques

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Decreto Federal	84.017	1979	Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros
Portaria Norm. IBAMA	208-P	1982	Regula acesso e trânsito de veículos no interior de Parques Federais (proíbe motocross)
Decreto Estadual	25.341	1986	Regulamento de Parques Paulistas - gestão, plano de manejo, zoneamento
Decreto Estadual	53.146	2008	Define os parâmetros para a implantação, gestão e operação de estradas no interior de Unidades de Conservação de Proteção Integral no ESP

Normas outras categorias

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	6.902	1981	Estações Ecológicas e APAs – criação
Decreto Federal	89.336	1984	ÁRIEs e Reservas Ecológicas
Res. CONAMA	10	1988	APAs
Decreto Federal	99.274	1990	Política Nacional de Meio Ambiente – regulamento (Título II, cap. I e II – Estações Ecológicas e APAs)
Decreto Estadual	37.619	1993	APAs - regulamento
Res. CONAMA	04	1995	Reservas Ecológicas – define parâmetros (áreas de preservação permanente, conf. Art. 18 da Lei 6.938/81, posteriormente revogado)
Res. SMA	32	2002	APAs - Licenciamento
Decreto Federal	5.746	2006	RPPN – regulamento (o Decreto Federal 1.922/1996 regula as RPPNs criadas até abril de 2006, data deste Decreto)
Decreto Estadual	51.150	2006	RPPN – Programa Estadual de Apoio às RPPN – criação
IN IBAMA	145	2007	RPPN – procedimentos para reconhecimento junto ao IBAMA/Instituto Chico Mendes
Portaria FF	37	2007	RPPN – procedimentos para reconhecimento junto ao Estado – SMA/FF

Conselhos de Unidades de Conservação

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Decreto Estadual	48.149	2003	Conselhos Gestores de APAs – criação e funcionamento
Portaria FF	001	2004	Institui o Conselho Consultivo do Parque Estadual Intervales e aprova seu regimento
Decreto Estadual	49.672	2005	Conselhos Consultivos de UCs – criação, composição e funcionamento

UCs do Contínuo Ecológico, tombamento e outros atos

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Decreto Estadual	32.283	1958	Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - criação
Decreto Estadual	19.499	1982	Parque Estadual de Carlos Botelho - criação
Decreto Estadual	22.717	1984	APA da Serra do Mar - criação
Res. CONDEPHAAT	40	1985	Tombamento da Serra do Mar e Paranapiacaba
Decreto Estadual	26.890	1987	Estação Ecológica de Xitue - criação
Declaração UNESCO	s/n	1991	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (1ª Fase)
Decreto Estadual	35.703	1992	Transforma a Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque (Decreto Estadual nº.12.185/1978) em Parque Estadual do Jurupará.
Decreto Estadual	35.704	1992	Incorpora área ao território do Parque Estadual do Jurupará.
Decreto Estadual	40.135	1995	Parque Estadual Intervales – criação
Decreto Estadual	44.293	1999	Parque Estadual Intervales – reconhece os territórios quilombolas.
Declaração UNESCO	s/n	1999	Sítio do Patrimônio Natural Mundial – Mata Atlântica – Reservas do Sudeste SP/PR
Lei Estadual	10.850	2001	Parque Estadual Intervales – altera limites
Lei Estadual	12.406	2006	Criação do Mosaico da Juréia
Lei Estadual	12.810	2008	Mosaico de Jacupiranga – altera limites do Parque Estadual de Jacupiranga e atribui novas denominações por subdivisão, reclassifica, exclui e inclui áreas que especifica

Áreas de Preservação Permanente

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	4.771	1965	Artigos 2º e 3º estabelecem áreas de APP.
Res. CONAMA	302	2002	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno
Res. CONAMA	303	2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (revoga a Res. CONAMA 004/1985)
Res. CONAMA	369	2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP

Recursos Hídricos

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Constituição Federal		1988	Art. 21, inciso XIX, que trata do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Lei Estadual	7.663	1991	Cria o Programa Estadual de Recursos Hídricos (alterada pelas Leis Estaduais 9.034/94, 10.843/2001 e 12.183/2005)
Decreto Estadual	37.300	1993	Regulamenta o FEHIDRO
Lei Federal	9.433	1997	Cria o Sistema Nacional De Gerenciamento de Recursos Hídricos
Res. CONAMA	357	2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes

Educação Ambiental

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	9.795	1999	Política Nacional de Educação Ambiental (estabelece que aos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, devem promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente)
Lei Estadual	12.780	2007	Política Estadual de Educação Ambiental

Fauna

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	5.197	1967	Código de Fauna
Res. CONAMA	4	1985	Pousio de aves de arribação/migratórias
Portaria IBAMA	29	1994	Importação e exportação de animais da fauna silvestre brasileira e da fauna silvestre exótica – normatização
Dec. Estadual	42.838	1998	Declara as espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção e as provavelmente ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo e dá providências correlatas
Portaria IBAMA	28	1998	Inclui o bagre-cego e a aegla ocorrentes nas nas cavernas localizadas na Província Espeleológica do Alto Ribeira- SP na Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção
Instrução Normativa	03	2003	Lista das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, aquelas constantes da lista anexa a esta Instrução Normativa
Instrução Normativa	05	2004	Reconhecer como espécies ameaçadas de extinção e espécies sobreexplotadas ou ameaçadas de sobreexplotação, os invertebrados aquáticos e peixes, constantes dos anexos a esta Instrução Normativa.

Flora

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Res. SMA	48	2004	Espécies ameaçadas da flora do Estado de São Paulo

Infrações e crimes ambientais

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	7.347	1985	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico
Lei Federal	9.605	1998	Lei de Crimes Ambientais – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente
Res. SMA	37	2005	Estabelece Infrações Ambientais e respectivas sanções administrativas
Decreto Estadual	52.201	2007	Dispõe sobre a celebração de termos de ajustamento de conduta no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado
Decreto Federal	6.514	2008	Infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e processo administrativo federal para apuração destas infrações
Decreto Federal	6.515	2008	Criação da guarda nacional ambiental

Licenciamento Ambiental, Controle da Poluição e Reparação de danos

Geral

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Estadual	997	1976	Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente
Decreto Estadual	8.468	1976	Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente – regulamento
Lei Federal	6.803	1980	Zoneamento industrial em áreas críticas de poluição
Res. CONAMA	01	1986	Avaliação de Impacto Ambiental – critérios e diretrizes
Res. CONAMA	09	1987	Audiência Pública na avaliação de EIA/RIMA
Res. CONAMA	10	1987	Reparação de danos ambientais provocados por obras de grande porte
Decreto Federal	95.733	1988	Inclusão no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrentes da implantação
Res. CONAMA	05	1988	Licenciamento de obras de saneamento (sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotos sanitários, sistemas de drenagem e sistemas de limpeza urbana)
Res. CONAMA	13	1990	Estabelece o limite de 10Km das UC's para obras de impactos.
Res. SMA	19	1996	Estabelece critérios e procedimentos para o licenciamento ambiental dos Sistemas Urbanos de Esgotamento Sanitário
Decreto Estadual	41.261	1996	Autoriza a SMA a celebrar convênios com Municípios Paulistas, objetivando cooperação nas áreas de fiscalização e licenciamento
Res. CONAMA	237	1997	Licenciamento ambiental – procedimentos e critérios
Decreto Estadual	47.400	2002	Regulamenta dispositivos referentes ao licenciamento ambiental da Lei 9.509/97

...continuação da Tabela.

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Res. CONAMA	305	2002	Dispõe sobre Licenciamento Ambiental, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto no Meio Ambiente de atividades e empreendimentos com <u>Organismos Geneticamente Modificados</u> e seus derivados
Res. SMA	33	2002	Dispõe sobre a simplificação do licenciamento ambiental das intervenções destinadas à conservação, manutenção e pavimentação de estradas vicinais que se encontrem em operação
Res. SMA	54	2004	Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente
Res. SMA	40	2007	Desmatamento Zero – suspende e disciplina supressão de vegetação no ESP
Res. SMA	8	2008	Orientação para reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas

Parcelamento do solo urbano e Planos Diretores

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	6.766	1979	Parcelamento do solo urbano
Constituição Federal		1988	Artigos 182 e 183 da Política Urbana
Lei Federal	10.257	2001	Conhecida como “Estatuto da Cidade”, regulamenta os artigos 182 e 183 da CF e estabelece diretrizes gerais da Política Urbana.

Compensação Ambiental

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Res. CONAMA	002	1996	Estabelece compensação ambiental (mínimo de 0,5% dos custos totais previstos para implantação do empreendimento)
Lei Federal	9.985	2000	(SNUC) Estabelece a compensação ambiental para empreendimentos que causem significativo impacto (Art. 36, § 1º, § 2º. e § 3º.)
Decreto Federal	4.340	2004	Regulamenta artigos do SNUC, detalhando os procedimentos para a compensação ambiental (Arts. 31,32 e 33)
Res. CONAMA	371	2006	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental
Res. SMA	56	2006	Gradação do impacto para fins de cobrança de compensação ambiental

Manejo Sustentável

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Portaria IBAMA	439	1989	Reposição florestal de espécies produtoras de palmito
Res. SMA	11	1992	Exploração da caixeta (<i>Tabebuia cassinoides</i>) – normas
Portaria IBAMA	44-N	1993	-
Res. SMA	16	1994	Exploração do palmito (<i>Euterpe edulis</i>) - normas
Portaria IBAMA	113	1995	-
Res. SMA	46	1995	Exploração do Jacatirão (<i>Tibouchina</i> spp) - normas

Mata Atlântica e Florestas

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	4.771	1965	Código Florestal
Constituição Federal		1988	Art. 225, §4º, declara a <u>Mata Atlântica</u> e a Serra do Mar, entre outros, patrimônio nacional.
Constituição Estadual		1989	Art. 196, além da <u>Mata Atlântica</u> e Serra do Mar, declara também os Vales dos Rios Ribeira e Paranapanema e as UCs como espaços territoriais especialmente protegidos
Res. CONAMA	10	1993	Estabelece parâmetros para análise do estágio sucessional
Res. SMA/IBAMA	01	1994	Define vegetação primária e secundária e estágios sucessionais
Res. SMA/IBAMA	02	1994	Regulamenta art. 4º. Decreto 750/93 – supressão de vegetação em estágio inicial – áreas urbanas, alterada pela Res. SMA/IBAMA 05/96.
Res. CONAMA	378	2006	Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional
Lei Federal	11.428	2006	Mata Atlântica
Res. CONAMA	388	2007	Convalida as Resoluções 10 de 1993, 01, 02, 04, 05, 06, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 de 1994 e 7 de 1996
Decreto Federal	6.660	2008	Regulamenta dispositivos da Lei Federal 11.428/06 – Mata Atlântica que dispões sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica.

Parcerias

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	8.666	1993	Artigo 116 e parágrafos: aplicam-se no que couber aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.
Decreto Estadual	40.722	1996	Dispõe sobre a exigência de autorização do Governador do Estado previamente à celebração de convênios no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica e sobre a instrução dos processos respectivos
Lei	9.790	1999	Qualificação de OSCIPs e disciplina Termo de Parceria
Lei Estadual	11.688	2004	Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas PPP
Decreto Estadual	48.766	2004	Institui o Programa de Gestão Compartilhada de Unidades de Conservação por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs e aprova modelo-padrão de Termo de Parceria

Pesquisa Científica, coleta e remessa de patrimônio biológico, bioprospecção

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Constituição Federal		1988	Da Ciência e Tecnologia: Artigos 218 e 219
Constituição Estadual	Art.272	1989	Estabele normas para Institutos de Pesquisas
Decreto Federal	98.830	1990	Coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos no Brasil
Portaria IBAMA	887	1990	Promove a realização de diagnóstico da situação do patrimônio espeleológico nacional, através de levantamento e análise de dados, identificando áreas críticas e definindo ações e instrumentos necessários para a sua devida proteção e uso adequado.
Portaria IF	s/n	1993	Estabelece Termo de Compromisso sobre direitos e eventuais patentes decorrentes de pesquisa científica no interior das UCs

...continuação da Tabela.

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Portaria IBAMA	92-N	1994	Regulamenta a Pesquisa Científica em Unidades de Conservação de uso indireto.
Portaria IBAMA	016	1994	Dispõe sobre a manutenção e a criação em cativeiro da fauna silvestre brasileira com finalidade de subsidiar pesquisas científicas em Universidades, Centros de Pesquisa e Instituições Oficiais ou Oficializadas pelo Poder Público.
Instrução Normativa	109	1997	Estabelece e uniformiza os procedimentos de expedição de licença de pesquisa para realização de atividades científicas em Unidades de Conservação Federais de Uso indireto, definidas como Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas e Reservas Ecológicas.
Portaria IF	s/n	2000	Obrigatoriedade de acompanhamento da pesquisa científica pelos responsáveis pela gestão da UC
Res. SMA	25	2000	Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização
Decreto Federal	3.945	2001	Define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGPG - e estabelece as normas para o seu funcionamento, alterado pelo Decreto Federal nº 4.946, de 31.12.2003
Medida Provisória	2.186-14	2001	Dispõe sobre o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva para fins de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção.
Res. CGPG ²	13	2004	Estabelece procedimentos para a remessa, temporária ou definitiva, de amostra de componente do <u>patrimônio genético existente em condição in situ</u> , no território nacional, plataforma continental e zona econômica exclusiva, mantida em condição ex situ, que não apresente capacidade de multiplicação, regeneração ou reprodução para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico, e dá outras providências
Res. CGPG	14	2004	Estabelece procedimentos para a remessa, temporária ou definitiva, de <u>amostra viva de componente do patrimônio genético de plantas, líquens, fungos e algas macroscópicas</u> que apresentem capacidade de multiplicação, regeneração ou reprodução, existente em condições in situ no território nacional na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, mantida em condições ex situ, para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico
Res. CGPG	15	2004	Estabelece procedimentos para o transporte de amostra de componente do <u>patrimônio genético existente em condição in situ</u> , no território nacional, plataforma continental e zona econômica exclusiva, mantida em condição ex situ, exclusivamente para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico, que não requeira depósito definitivo na instituição onde será realizada a pesquisa
Res. CGPG	16	2004	Estabelece procedimentos para a remessa, temporária ou definitiva, de amostra de componente do <u>patrimônio genético microbiano</u> existente em condição in situ, no território nacional, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva, mantida em condição ex situ, que apresente capacidade de multiplicação, regeneração ou reprodução natural para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico

² CGPG – Conselho de Gestão do Patrimônio Genético

...continuação da Tabela.

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Resolução CGen	20	2006	Estabelece procedimentos para a remessa de amostra de componente do patrimônio genético existente em condição <i>in-situ</i> , no território nacional, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva, mantida em condição <i>ex-situ</i> , para o desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico.
Instrução Normativa	154	2007	Instituir o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO, na forma das diretrizes e condições previstas nesta IN.
Instrução Normativa	179	2008	Definir as diretrizes e procedimentos para destinação dos animais da fauna silvestre nativa e exótica apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente às autoridades competentes.

População Tradicional e Desenvolvimento Sustentável

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei federal	9.985	2000	(SNUC) Artigo 42
Decreto Federal	4.340	2002	Do artigo 35 ao 39, regulamenta o artigo 42 do SNUC
Decreto Federal	6.040	2007	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

Proteção do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Decreto-Lei Federal	25	1937	Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional
Lei Federal	3.924	1961	Proteção dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos
Resolução SC	40	1985	Tombamento da Serra do Mar e de Paranapiacaba, onde o Parque Estadual do Jurupará se apresenta como uma das áreas Núcleos da reserva da biosfera da Mata Atlântica, assim declarada pela UNESCO em 1991.
Constituição Federal		1988	Art. 20, item X – declara como bens da união, as cavidades naturais subterrâneas e <u>os sítios arqueológicos</u> e pré-históricos

Voluntariado

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	9.608	1998	Dispõe sobre o serviço voluntário (ressarcimento de despesas ao voluntário poderá ser realizado – no âmbito federal regulamentado pelo Decreto 5.313/04)
Decreto Federal	4.519	2002	Dispõe sobre o serviço voluntário em unidades de conservação federais
Portaria MMA	19	2005	Cria Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação

Tratados internacionais - Ratificação

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Decreto Legislativo	3	1948	Aprova a Convenção para a proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, assinada pelo Brasil, a 27 de dezembro de 1940
Decreto Federal	58.054	1966	Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América
Decreto Federal	76.623	1975	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
Decreto Federal	80.978	1977	Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural
Decreto Federal	2.652	1998	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
Decreto Federal	2.519	1998	Convenção da Diversidade Biológica – CDB
Decreto Federal	3.607	2000	Dispõe sobre a implementação da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – CITES, e dá outras providências
Decreto Federal	5.051	2004	Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais
Decreto Federal	5.445	2005	Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
Decreto Federal	5.705	2006	Protocolo de Cartagena sobre biossegurança da CDB (adotando o princípio da precaução, o objetivo do Protocolo é contribuir para assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguros dos organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna que possam ter efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, levando em conta os riscos para a saúde humana, e enfocando especificamente os movimentos transfronteiriços)

Licitações e Contratos

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Estadual	6.544	1989	Estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica
Lei Federal	8.666	1993	Licitações e Contratos
Decreto Estadual	53.336	2008	Institui o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis

Anexo 14. Roteiro de entrevistas semi-estruturas do Sub-Programa de Visitação Pública.

Entrevista aplicada a ex-gestor

1. Quando fez parte da gestão do PEJU?
2. Quais foram as dificuldades administrativas e operativas enfrentadas na sua gestão?
3. Quais eram os recursos humanos envolvidos nas atividades de Uso Público?
4. Quais eram os conflitos relativos ao Uso Público no PEJU?
5. Quais parcerias e projetos realizados no período da sua gestão?
6. Quais foram os principais impactos causados pela atividade de Uso Público?
7. Qual era a relação com os prestadores de serviços e receptivos do entorno?

Entrevista com o gestor

1. Desde quando faz parte da gestão do Parque?
2. A qual instituição está vinculada?
3. Existe um programa de visitação? Se sim, como funciona?
4. Quais e quantos recursos humanos estão envolvidos nas atividades?
5. Quais os serviços ofertados?
6. Existem controle e registro do número de visitantes?
7. Quais são as principais dificuldades administrativas e operativas enfrentadas na sua gestão?
8. Como se dá a relação com a CBA?
9. Quais conflitos relativos ao uso público do Parque?
10. Existem parcerias e projetos realizados no período da sua gestão? Se sim, quais?
11. Existem impactos causados pela atividade de uso público? Se sim, quais?
12. Existem associações, agências ou profissionais autônomos que realizam atividades de monitoria, estudo ou outros?

Roteiro de entrevista com donos de pousadas

1. Desde quando possui este estabelecimento?
2. Que tipo de público costuma freqüentar seu estabelecimento?
3. Quantos dias costumam ficar?
4. Quais atividades recreativas/esportivas/turísticas costumam realizar?
5. Seus hóspedes têm interesse em conhecer e/ou utilizar o PEJU? Com qual objetivo?
6. Existem funcionários específicos e capacitados (como monitores) para atividades de lazer?
7. Há interesse em realizar parcerias com o PEJU? De que forma?

8. Qual a relação com a administração do PEJU?

Roteiro de entrevista com funcionários

1. Desde quando trabalha no PEJU?
2. Qual sua função?
3. Quais locais do PEJU são procurados pelos visitantes?
4. Quais atividades os visitantes costumam realizar no Parque?
5. Que tipo de conflitos são causados pelos visitantes?
6. Quais eventos ocorrem no PEJU?

Anexo 15. Questionário aplicado aos visitantes do PEJU.

QUESTIONÁRIO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE A VISITAÇÃO

Parque Estadual Jurupará

Data: _____

I. DADOS PESSOAIS E PROCEDÊNCIA DO VISITANTE

a) Residência: cidade: _____ Estado: _____

b) Sexo () masculino () feminino

c) Idade () menor de 15 anos () de 15 a 18 anos () 19 a 24 anos
 () 25 a 34 anos () 35 a 45 anos () 46 a 59 anos
 () 60 a 65 anos () mais de 65 anos

d) Nível de escolaridade

() 1º Grau incompleto () 1º Grau completo
() 2º Grau incompleto () 2º Grau completo
() Ensino Médio incompleto () Ensino Médio Completo
() Superior incompleto () Superior completo
() Pós Graduação

e) Renda mensal individual:

() menos de R\$ 200 () de 1.000 a 2.000 () de 6.000 a 10.000
() de 200 a 500 () de 2.000 a 4.000 () mais de 10.000
() 500 a 1.000 () de 4.000 a 6.000

2. CARACTERÍSTICAS DA VISITA AO PARQUE

a) Você está visitando o Parque...

() sozinho () com a escola / faculdade
() com um grupos de amigos () com associações e federações
() excursão / agência de viagens () com a família
() outros _____

b) É a primeira vez que visita o parque?

() sim
() não, já estive aqui uma vez
() não, freqüento o parque uma vez ao ano
() não, freqüento o parque duas vezes ao ano
() não, freqüento o parque mais de três vezes ao ano

outros _____

c) Você conhece outros parques?

sim, qual/quais? _____

não

d) Como ficou sabendo sobre o Parque?

amigos/parentes agência de turismo/hotel

internet jornal/revista

TV placas/ pôsteres

outros _____

e) Qual é o principal motivo de sua visita ao Parque?

lazer e diversão apreciar a paisagem

conhecer a natureza descanso

conhecer a cultura local praticar esportes, qual/quais? _____

outros _____

f) Quais as atividades que você mais gosta de fazer no Parque?

tomar banho de rio e cachoeira percorrer uma trilha

andar de bicicleta fazer uma travessia

acampar observar a fauna e a flora

pescar fazer piquenique

outros _____

g) Quais atividades e serviços que você gostaria de encontrar no parque e que não estão disponíveis no momento?

h) Duração da visita:

um dia dois dias

três dias cinco dias

outros _____

i) Você tem alguma sugestão a dar para a melhoria do Parque?

Anexo 16. Roteiro de entrevista semi-estruturada do sub-programa Educação Ambiental.

Roteiro de entrevistas para gestor do PEJU

Data:

Nome:

1- Aponte os principais vetores de pressão sobre a UC e as localizações?

Vetor	Localização	Soluções	Obs

2- Fale o que pensa sobre a Educação Ambiental (conceito, objetivos, atividades, público alvo prioritário, concepção).

3- Você entende que o programa de educação ambiental possa contribuir na conservação da UC e na resolução dos problemas ambientais por você apontados?

Sim ()

Não ()

De que maneira?

4- Você teve oportunidade em conhecer o material produzido no Projeto de EA realizado no Parque? Se você respondeu sim, qual é sua opinião sobre ele?

5- Você constatou haver demandas para a realização de atividades de EA?

6- Para você qual é o programa de Educação Ambiental ideal para o Parque?

7- O que você considera importante ser contemplado no programa de EA do PEJU?

(Público (s) prioritários; infra- estrutura física e humana; local).

8- Você identifica as lideranças da comunidade?Quais são?

9- Você identifica potenciais parceiros (ONGs/ OSCIPs e empresas) para o desenvolvimento do programa de EA? Quais?

10- Deseja fazer mais alguma consideração?

Roteiro de entrevista com os atores da Educação

1- Sua instituição realiza ou realizou atividades de educação ambiental? Se sim qual, como, com quem? Tem materiais produzidos? Pode disponibilizar?

2- Tem interesse em realizar trabalhos conjuntos com a Fundação Florestal?

3- Já ouviu algo sobre UC . O que?

4- Já ouviu algo sobre o PEJU. O que ?

5- Fale o que pensa sobre EA.

6- Deseja fazer mais alguma consideração?

Anexo 17. Entrevistas do sub-programa de Educação Ambiental.

Entrevista com o Secretário de Educação do Município de Jujutiba / SP - Adilson Alves Navajas

A entrevista foi realizada em 9 de dezembro de 2008. A Prefeitura Municipal não desenvolve projetos específicos de educação ambiental no município. Nas escolas são realizadas atividades de estudo de meio em áreas urbanas, em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Pensa que a atividade turística é importante, devido às severas restrições ambientais que o município está submetido, é uma forma de se proporcionar maiores ofertas de emprego e renda para a população.

Tem conhecimento do Parque, mas não o conhece.

Indicou a Sra. Cristina do Hotary Clube por ser uma pessoa muito engajada nas questões políticas e ambientais; e a ONG Vitae Civilis pelo mesmo motivo.

Entrevista com a Secretária de Educação do Município de Ibiúna / SP - Ana Maria B. Rosano

Em entrevista realizada no dia 1º de abril do corrente ano, com a Secretária de Educação –S.E. I, Ana Maria B. Rosano, foi constatado seu grande interesse nas propostas de educação ambiental a serem desenvolvidas pelo Parque Estadual do Jurupará – PEJU futuramente.

Quando perguntado se já havia tido contato com a temática ambiental, esta declarou nunca ter trabalhado durante toda a sua carreira no magistério, todavia mostrou-se empenhada em apoiar a iniciativa, desde que os projetos fossem formalizados no âmbito da secretaria. Vale ressaltar que a entrevistada ocupou o cargo recentemente, encontrando-se ainda em uma fase de adaptação. A mesma não tem muito claro quais ações estão sendo desenvolvidas nas escolas da rede no que se refere a projetos de educação ambiental, porém destaca que já existe um trabalho desenvolvido pela Secretaria do Meio Ambiente (Secretária de Meio Ambiente Sra. Aparecida Ribas) nas unidades escolares (U.E.).

Quando questionada acerca das escolas existentes no interior do Parque Estadual do Jurupará, a mesma se mostrou apreensiva quanto aos problemas existentes (oferta de vagas, transporte, rotatividade de professores), afirmando que dará a atenção devida a essas U.E., tanto que, em poucos meses de gestão, já visitou as duas escolas existentes no PEJU. Conclui dizendo que os projetos de Educação Ambiental são totalmente pertinentes, não só às escolas do interior do parque, como em toda a rede de ensino.

Entrevista com o Secretário de Obras do Município de Piedade/SP - João Paulo M. Escanhoela

Em entrevista realizada no dia 1º de abril do corrente ano com o Secretário de Obras do município de Piedade Sr. João Paulo M. Escanhoela, que assim como a Secretária de Educação, está iniciando uma nova gestão, notamos que o mesmo demonstrou interesse nos assuntos referentes ao Parque Estadual do Jurupará. O secretário afirma que já teve contato com o Parque, pois como trabalha com turismo de aventura, levava grupos para praticar esportes radicais em seu interior, quando a entrada ainda era permitida.

Destaca que desde a sua chegada na Prefeitura, já houve um encontro para se discutir questões sobre o Parque, contudo, o mesmo não pôde participar. Além desta reunião, desconhece qualquer iniciativa sobre projetos de Meio Ambiente em âmbito da Secretaria, salientando a existência de Ongs no município que atuam nessa área. Indicou uma Senhora chamada Ruth componente do FEHIDRO. Finalizando a entrevista, o Secretário se colocou à disposição para participar da oficina de Uso Público, que será promovida pela Fundação Florestal, e apoiar as possíveis de projetos.

Entrevista com a técnica Patrícia Werner do Departamento de Meio Ambiente, Geologia e Topografia da Companhia Brasileira de Alumínio

Em entrevista realizada no dia 2 de Abril do corrente ano, via telefônica, com a Técnica Patrícia Werner da Companhia Brasileira de Alumínio, teve por objetivo complementar as informações contidas no email encaminhado ao Núcleo Planos de Manejo, em fevereiro pp, relacionadas as atividades de educação ambiental da U H de Serraria.

A Técnica confirmou as informações já apresentadas e disse não ter nada à acrescentar. Quando, solicitado o projeto de EA, fomos informados que a Empresa não dispõe de material escrito.

Listadas abaixo, seguem as atividade de educação ambiental desenvolvidas pela empresa no Parque:

- Chegada na UHE;
- Recepção dos Visitantes;
- Palestra institucional sobre a CBA, focando o tratamento das questões ambientais dentro das unidades;
- Dicas ambientais sobre preservação ambiental (reciclagem e gestão do lixo, uso consciente dos recursos naturais, importância da preservação florestal, etc);
- Palestra sobre o funcionamento de uma usina hidrelétrica;
- Visita à Barragem e vista da mata preservada;
- Almoço;
- Visita à sub-estação;
- Encerramento.

As visitas são previamente agendadas, de forma que não existe uma periodicidade definida para a realização das visitas.

Entrevistado: Sr. Isaias Anselmo Domingues (funcionário e guarda-parque do PEJU)

A entrevista realizada em 1º de Abril do presente ano procurou verificar junto ao funcionário a participação dos alunos nas atividades de educação ambiental (item 5.4.3.2) propostas pelos estagiários, o desempenho dos estagiários e a participação dos professores.

O funcionário acompanhou a realização de algumas atividades nas escolas. Em sua opinião, as crianças gostaram muito das atividades e participaram fazendo perguntas e realizando as ações sugeridas pelos estagiários. Quanto às professoras estas apenas acompanharam o que estava sendo realizado.

O Sr. Isaias expressa a importância da continuidade do programa de EA junto às escolas no interior do Parque para ajudar a conservar as matas.

Anexo 18. Resultados do Módulo de Banco de Dados Geográficos - BDG PEJU

O BDG do Plano de Manejo do PEJU é apresentado em arquivos digitais organizados nas seguintes pastas:

BDG_PEJU_UTM_SAD69_F23S

Pasta	Conteúdo
Imagens	Imagens SPOT 5, Ortofotos do Projeto PPMA, ArquivoTin e Logos utilizados nos mapas
Mapas para impressão PDF	Mapas do Plano de Manejo e Relatório de Caracterização da UC divididos em pastas por tamanho de papel (A0, A2, A3 e A4)
Projetos	Projetos em formato .mxd do Plano de Manejo e Relatório de Caracterização da UC
Vetores	Vetores, no formato shape, utilizados para a elaboração dos mapas
Vetores_Geodatabase	Mesmos vetores utilizados na elaboração dos mapas, que só podem ser visualizados no software ARCGIS

Anexo 19. Lista geral de espécies vegetais nativas registradas para o interior do PEJU.

Fitofisionomia de ocorrência: Ds= FOD Submontana, Dm= FOD Montana, Di= FOD Alto-montana, Dm/Di= Dm em transição para Di.

Fonte de dados: 1= dados primários, 2= dados secundários. Ocorrência na UC: ok= ocorrência confirmada, op= ocorrência provável.

Siglas sobrescritas 'Ex' e 'End' indicam espécies ameaçadas de extinção e endêmicas, respectivamente.

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
PTERIDÓFITAS					
Anemiaceae					
<i>Anemia phyllitidis</i> (L.) Sw.	herb		Dm	2	ok
Blechnaceae					
<i>Blechnum brasiliense</i> Desv.	herb		Dm,Dm/Di	1	ok
Cyatheaceae					
<i>Alsophila sternbergii</i> (Sternb.) D.S. Conant (= <i>Nephelea sternbergii</i> (Pohl.) Tryon)	arb	Samambaiçu	Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Alsophila setosa</i> Kaulf. (= <i>Nephelea setosa</i> (Kaulf.) Tryon)	arb	Samambaiçu	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Cyathea</i> cf. <i>microdonta</i> (Desv.) Domin	arb		Ds,Dm	1	ok
<i>Cyathea</i> cf. <i>phalerata</i> Mart. (= <i>Trichipteris phalerata</i> (Mart.) Barr.)	arb	Samambaiçu	Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Cyathea corcovadensis</i> (Raddi) Domin (= <i>Alsophila corcovadensis</i> (Radd.) C.Chr.)	arb	Samambaiçu	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Cyathea delgadii</i> Sternb.	arb	Samambaiçu	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Cyathea dichromatolepis</i> (Fée) Domin. (= <i>Trichipteris dichromatolepis</i> (Fée) Tryon)	arb	Samambaiçu	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Cyathea leucofolis</i> Domin.	arb	Samambaiçu	Dm	1	ok
Dennstaedtiaceae					
<i>Pteridium arachnoideum</i> (Kaulf.) Maxon	herb		Dm	1	ok
Dicksoniaceae					
<i>Dicksonia sellowiana</i> Hook. ^{Ex}	arb		Dm/Di	1	ok
Lycopodiaceae					
<i>Lygodium volubile</i> Sw.	lian		Dm	1	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
GIMNOSPERMAS					
Araucariaceae					
<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol.) Kuntze ^{Ex}	arv	Pinheiro-do-paraná	Dm,Dm/Di	1,2	ok
Podocarpaceae					
<i>Podocarpus sellowii</i> Klotzsch	arv	Pinho-bravo	Dm	1	ok
ANGIOSPERMAS					
Acanthaceae					
<i>Aphelandra ornata</i> (Nees) T. Anderson	herb		Ds,Dm	1	ok
<i>Geissomeria</i> cf. <i>longiflora</i> Salzm. ex Nees	subarb		Dm	1	ok
<i>Justicia carnea</i> Lindl. (= <i>Jacobinia carnea</i> (Lindl.) Nicholson)	subarb	Bálsamo-carne	Ds,Dm	1,2	ok
<i>Justicia dasyclados</i> (Ness) Lindal	subarb		Ds,Dm	1	ok
<i>Mendoncia velloziana</i> Mart.	lian		Dm	2	ok
<i>Stenostephanus</i> sp.	herb		Dm	2	ok
Amaranthaceae					
<i>Amaranthus</i> sp.	herb		Dm	2	ok
<i>Celosia brasiliensis</i> ?	herb		Dm	2	op
<i>Celosia cymosa</i> Seub.	herb		Dm	2	op
Anacardiaceae					
<i>Lithraea brasiliensis</i> Marchand	arv		Dm	2	ok
<i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi	arv	Aroeira-vermelha	Dm	1	ok
Annonaceae					
<i>Guatteria australis</i> A. St.-Hil.	arv	Pindaíba	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Rollinia sericea</i> (R.E. Fr.) R.E. Fr.	arv	Araticum, pinha-da-mata	Dm,Dm/Di	1,2	ok
<i>Rollinia sylvatica</i> (A. St.-Hil.) Mart.	arv	Araticum do mato	Dm,Dm/Di	1	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
<i>Xylopia brasiliensis</i> Spreng.	arv	Pindaíba	Ds,Dm	1,2	ok
<i>Xylopia langsdorffiana</i> A. St.-Hil. & Tul. ^{End}	arv	Pindaíba	Di	1	ok
Apocynaceae					
<i>Asclepia curassavica</i> L.	herb		Dm	1,2	ok
<i>Aspidosperma camporum</i> Müll. Arg.	arv		Ds	1,2	ok
<i>Aspidosperma olivaceum</i> Müll. Arg.	arv	Guatambú-oliva	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Malouetia arborea</i> (Vell.) Miers.	arv		Ds,Dm	1	ok
<i>Peltastes peltatus</i> (Vell.) Woodson ^{End}	lian	Folha-santa	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Aquifoliaceae					
<i>Ilex paraguariensis</i> A. St.-Hil.	arv	Erva-mate	Dm/Di	1	ok
<i>Ilex taubertiana</i> Loes. ^{Ex}	arv		Di	1	ok
<i>Ilex theezans</i> Mart. ex Reissek (= <i>Ilex integerrima</i> (Vell.) Reiss.)	arb	Congonha, caúna	Ds	1	ok
Araceae					
<i>Anthurium pentaphyllum</i> (Aubl.) G. Don	epi		Dm	2	ok
Araliaceae					
<i>Oreopanax capitatus</i> (Jacq.) Decne. & Planch.	hepi		Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Schefflera angustissima</i> (Marchal) Frodin (= <i>Didymopanax angustissimum</i> Marchal)	arv	Mandioqueira, rameira	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Schefflera morototoni</i> (Aubl.) Maguire, Steyerl. & Frodin	arv	Mandioqueiro	Ds,Dm	1	ok
Arecaceae					
<i>Bactris setosa</i> Mart.	arb	Tucum	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Euterpe edulis</i> Mart. ^{Ex}	arv	Palmito-juçara	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
<i>Geonoma elegans</i> Mart. (= <i>G. pauciflora</i> Mart.) ^{End}	arb	Guaricanguinha	Ds,Dm	1,2	ok
<i>Geonoma gamiova</i> Barb. Rodr.	arb	Guaricanga, gamiova	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Geonoma schottiana</i> Mart.	arb	Aricanga-do-brejo	Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Lytocaryum hoehnei</i> (Burret) Toledo	arb		Dm	1	ok
<i>Syagrus rommanzoffiana</i> (Cham.) Glassman	arv	Jerivá	Dm	1	ok
Aristolochiaceae					

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Aristolochia paulistana Hoehne	lian	Mil-homens	Dm	1	ok
Asteraceae					
Ageratum conyzoides L.	herb		Dm	2	ok
Baccharis cf. dentata (Vell.) G.M. Barroso	arb		Dm/Di	1	ok
Baccharis dracunculifolia DC.	arb		Dm	1,2	ok
Baccharis elaeagnoides Steud. ex Baker	arb	Vassoura	Dm	1	ok
Baccharis trimera (Less.) DC.	arb		Dm	1	ok
Elephantopus mollis Kunth	herb		Dm	2	ok
Erigeron sp.	herb		Dm	2	ok
Eupatorium sp.	-		Dm	2	ok
Gnaphalium spicatum Mill.	herb		Dm	2	ok
Gochnatia polymorpha (Less.) Cabrera	arv	Cambará	Dm	1	ok
Jaegeria hirta (Lag.) Less.	herb		Dm	2	ok
Mikania sp.	lian		Dm	2	ok
Piptocarpha angustifolia Dusén ex Malme	arv		Dm	1	ok
Piptocarpha axillaris (Less.) Baker	arv		Dm	1	ok
Piptocarpha oblonga (Gardner) Baker	arv		Dm	2	ok
Piptocarpha quadrangularis (Vell.) Baker	arb		Dm	1,2	ok
Senecio sp.	herb		Dm	2	ok
Symphyopappus polystachyus Baker.	arb		Dm	1	ok
Vernonia diffusa Less.	arv	Assa-peixe-branco	Ds	1	ok
Vernonia ferruginea Less.	arb		Dm	1	ok
Vernonia petiolaris DC.	arb		Dm	2	ok
Vernonia polyanthes Less.	arb		Dm	2	ok
Vernonia puberula Less.	arv	Pau-toucinho	Dm,Dm/Di	1,2	ok
Vernonia scorpioides (Lam.) Pers.	herb		Dm	2	Ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Begoniaceae					
<i>Begonia fischeri</i> Schrank	herb	Begônia	Dm	1	ok
<i>Begonia fruticosa</i> A. DC.	herb/epi	Begônia	Dm	1,2	ok
<i>Begonia luxurians</i> Scheidw.	arb		Dm	1,2	ok
Bignoniaceae					
<i>Anemopaegna racemosum</i> Mart. ex DC.	lian	Cipó-alho	Dm	2	ok
<i>Jacaranda puberula</i> Cham.	arv	Carobinha	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Pithecoctenium crucigerum</i> (L.) A.H. Gentry	lian	Pente-de-macaco	Dm	1	ok
<i>Sparathosperma leucanthum</i> (Vell.) K. Schum.	arv		Dm	1	ok
<i>Tabebuia alba</i> (Cham.) Sandwith	arv		Dm	1	ok
<i>Tabebuia cf. chrysotricha</i> (Mart. & A. DC.) Standley	arv	Ipê-amarelo-cascudo	Dm	1	ok
<i>Tabebuia heptaphylla</i> (Vell.) Toledo	arv	Ipê-roxo	Dm	2	op
<i>Tabebuia serratifolia</i> (Vahl) Nicholson	arv	Ipê-amarelo	Dm	1,2	ok
Boraginaceae					
<i>Cordia cf. sylvestris</i> Fresen.	arv	Juretê	Ds,Dm	1	ok
<i>Cordia ecalyculata</i> Vell.	arv	Caraíba	Dm/Di	1	ok
<i>Cordia sellowiana</i> Cham.	arv	Baba de boi	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Cordia trichotoma</i> (Vell.) Arrab.ex Steud	arv	Louro-pardo	Dm	2	ok
Bromeliaceae					
<i>Nidularium albiflorum</i> (L.B.Sm.) Leme ^{End}	epi		Dm	2	op
<i>Nidularium burchellii</i> (Baker) Mez (= <i>Canistropsis burchellii</i> (Baker) Leme) ^{End}	epi		Dm	2	op
<i>Tillandsia stricta</i> Solander ex Ker-Gawl.	epi		Dm	2	ok
<i>Vriesea carinata</i> var. <i>carinata</i> Wawra	epi		Dm	2	op
<i>Vriesea ensiformis</i> (Vell.) Beer	epi		Dm	2	op
<i>Vriesea hieroglyphica</i> (Carrière) E.Moren ^{Ex}	epi		Dm	1	ok
<i>Vriesea incurvata</i> Gaudich.	epi		Dm	2	op
<i>Vriesea taritubensis</i> var. <i>taritubensis</i> E. Pereira e I.A. Penna ^{End}	epi		Dm	2	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Burseraceae					
Protium kleinii Cuatr. ^{Ex}	arv		Ds,Dm	1	ok
Campanulaceae					
Siphocampylus convolvulaceus var. convolvulaceus (Cham.) G. Don	lian		Dm	2	ok
Canellaceae					
Capsicodendron dinisii Schwacke	arv	Pimenteira, pau-para-tudo	Dm,Dm/Di	1	ok
Cannabaceae					
Trema micrantha (L.) Blume	arv	Crindiúva	Dm,Dm/Di	1,2	ok
Cardiopteridaceae					
Citronella paniculata (Mart.) R.A. Howard (= Citronella megaphylla (Miers) R.A. Howard)	arv	Congonha	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Caricaceae					
Jacaratia spinosa (Aubl.) A.DC.	arv	Jacaratiá	Dm	1	ok
Celastraceae					
Maytenus communis Reissek ^{End}	arv		Dm	1	ok
Maytenus evonymoides Reissek	arb		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Maytenus robusta Reissek	arv	Papagaieiro	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Maytenus salicifolia Reissek ^{End}	arv		Dm	1	ok
Salacia elliptica (Mart. ex Roem. & Schult.) G. Don	lian		Dm	2	ok
Chrysobalanaceae					
Couepia venosa Prance ^{End}	arv	Ameixa-do-mato	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Hirtella hebeclada Moric. ex A.P. DC.	arv	Simbiúva, macucurana	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Licania cf. hoehnei Pilg.	arv		Ds,Dm	1	ok
Licania cf. kunthiana Hook. f.	arv		Dm	1	ok
Licania cf. tomentosa Fritschi	arv		Dm	1	ok
Licania indurata Pilg. ^{End}	arv	Milho-cozido	Dm	2	ok
Parinari excelsa Sabine	arv		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Clethraceae					
Clethra scabra Pers. (= Clethra brasiliensis Cham.)	arv	Beira-campo	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Clusiaceae					
Calophyllum brasiliense Cambess.	arv	Guanandi	Dm	2	ok
Clusia criuva subsp. parviflora Vesque (= Clusia parviflora (Sald.) Engl.)	arv/hepi	Mangerana, criuva	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Garcinia gardneriana (Planch. & Triana) Zappi	arv	Bacupari	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Tovomitopsis paniculata (Spreng.) Planch. & Triana ^{End}	arv		Dm	2	ok
Combretaceae					
Terminalia brasiliensis Camb.	arv		Dm/Di	1	ok
Commelinaceae					
Commelina erecta L.	herb	Trapoeiraba-azul	Dm	2	ok
Dichorisandra cf. thyrsoflora J.C. Mikan	herb		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Dichorisandra pubescens Mart.	herb		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Connaraceae					
Connarus rostratus (Vell.) L.B. Sm.	lian	Mata-cachorro	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Costaceae					
Costus spiralis (Jacq.) Roscoe	herb	Cana-do-brejo	Dm	1	ok
Cunoniaceae					
Lamanonia ternata Vell. (= L. speciosa (Cambess) L.B. Smith)	arv	Cangalheiro, guaperê	Dm,Dm/Di	1	ok
Weinmannia pinnata L.	arv		Dm,Dm/Di	1	ok
Cyclanthaceae					
Thoracocarpus bissectus (Vell.) Harling	hepi		Ds,Dm	1	ok
Cyperaceae					
Cyperus esculentus L.	herb		Dm	2	ok
Cyperus rotundus L.	herb		Dm	2	ok
Fimbristylis autumnalis L.	herb		Dm	2	ok
Fimbristylis dichotoma (L.) Vahl	herb		Dm	2	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
<i>Pleurostachys urvillei</i> Brongn.	herb		Ds,Dm	1	ok
<i>Scleria panicoides</i> Kunth	herb		Dm	2	ok
<i>Scleria pterota</i> Presl	herb		Dm	2	ok
Dilleniaceae					
<i>Davilla</i> sp.	lian		Dm	2	ok
<i>Doliocarpus</i> sp.	lian		Dm	2	ok
Elaeocarpaceae					
<i>Sloanea guianensis</i> (Aubl.) Benth.	arv	Sapopema, nimbiúva	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
<i>Sloanea monosperma</i> Vell.	arv	Pau-ferro, carrapicheiro	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Erythroxylaceae					
<i>Erythroxylum cuspidifolium</i> Mart.	arb		Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Erythroxylum deciduum</i> Sc. Hil.	arv		Ds,Dm	1	ok
Euphorbiaceae					
<i>Actinostemum concolor</i> (Spreng.) Mull. Arg	arv		Dm	1	ok
<i>Alchornea glandulosa</i> Poepp.	arv	Tapiá-branco	Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Alchornea sidifolia</i> Müll. Arg.	arv		Dm/Di	1,2	ok
<i>Alchornea triplinervia</i> (Spreng.) Müll. Arg.	arv	Tapiá-mirim	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
<i>Aparisthium cordatum</i> (A. Juss.) Baill.	arv	Tapiá-branco	Ds,Dm	1,2	ok
<i>Croton</i> cf. <i>macrobothrys</i> Bail.	arv	Capixingui	Dm	1	ok
<i>Croton urucurana</i> Baill.	arv		Dm	1	ok
<i>Manihot</i> sp.	arv		Dm	1	ok
<i>Maprounea guianensis</i> Aubl.	arv		Dm	1	ok
<i>Pausandra morisiana</i> (Casar.) Radlk.	arv		Ds	1	ok
<i>Sapium glandulosum</i> (L.) Morong (= <i>Sapium biglandulosum</i> (L.) Müll. Arg.)	arv	Leiteiro	Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Tetrorchidium rubrivenium</i> Poepp. & Endl.	arv		Dm,Dm/Di	1	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Fabaceae					
Abarema langsdorffii (Benth.) Barneby & J.W. Grimes (= Pithecellobium langsdorffii Benth.)	arv		Dm,Dm/Di	1	ok
Abarema sp.	arv		Dm	1	ok
Acacia grandistipula Benth.	lian	Aranha-gato	Dm,Dm/Di	1	ok
Anadenanthera colubrina (Vell.) Brenan (= Piptadenia colubrina (Vell.) Benth.)	arv	Angico	Dm	2	ok
Andira anthelmia (Vell.) J.F. Macbr. (= Andira anthelminthica (Vog.) Benth.)	arv	Angelim	Ds,Dm	1,2	ok
Andira fraxinifolia Benth.	arv	Morcegueiro, angelim-doce	Dm	1,2	ok
Bauhinia microstachya (Raddi) J.F. Macbr.	lian		Dm	1	ok
Copaifera langsdorffii Desf.	arv	Copaíba-vermelha	Dm/Di	1	ok
Copaifera trapezifolia Hayne	arv	Copaíba-branca	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Dahlstedtia pinnata (Benth.) Malme	arv	Caracatinga	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Dalbergia brasiliensis Vogel	arv		Dm	2	ok
Dalbergia frutescens (Vell.) Britton	lian		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Desmodium adscendens (Sw.) DC.	herb	Carrapicho-beiço-de-boi	Dm	2	ok
Desmodium uncinatum (Jacq.) DC.	herb		Dm	2	ok
Hymenaea courbaril var. altissima L. (= Hymenaea altissima Ducke)	arv	Jatobá	Dm,Dm/Di	1,2	ok
Hymenolobium janeirense Kuhlmann	arv		Ds,Dm	1	ok
Indeterminada 1	arv		Dm	1	ok
Indeterminada 2	arv		Dm	1	ok
Inga barbata Benth.	arv		Dm	1	ok
Inga capitata Desv.	arv	Ingá	Dm	1,2	ok
Inga edulis (Vell.) Mart.	arv	Ingá-feijão	Dm	1	ok
Inga laurina (Sw.) Willd.	arv	Ingá-branco	Dm	1	ok
Inga marginata Willd. (= Inga fagifolia (L.) Benth.)	arv	Ingá-mirim	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Inga sellowiana Benth. ^{Ex}	arv	Ingá	Dm	1	ok
Inga sessilis (Vell.) Mart.	arv	Ingá-ferradura	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Machaerium aculeatum Raddi	arb		Dm	1	ok
Machaerium nyctitans (Vell.) Benth. ^{Ex}	arb	Guaximbé, bico-de-pato	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Machaerium sp.	lian		Dm	1	ok
Machaerium triste Vogel	lian		Ds,Dm	1	ok
Machaerium villosum Vogel. (= Machaerium lanatum Tul.) ^{Ex}	arb		Dm	2	ok
Mimosa bracaatinga Hoehne (= Mimosa scabrella Benth.)	arb	Bracatinga	Dm	1,2	ok
Myrocarpus frondosus M. Allemão	arb	Cabréuva-amarela	Dm	1,2	ok
Ormosia arborea (Vell.) Harms	arb	Olho-de-cabra	Ds,Dm	1	ok
Piptadenia gonoacantha (Mart.) J.F. Macbr.	arb	Pau-jacaré	Dm	1,2	ok
Piptadenia paniculata Benth.	arb	Gambaero	Dm,Dm/Di	1	ok
Platymiscium floribundum Vogel	arb	Sacambu, jacarandá	Ds,Dm	1	ok
Poecilanthe parviflora Benth.	arb		Di	1	ok
Pseudopiptadenia warmingii (Benth.) G.P. Lewis & M.P. Lima	arb	Alecrim	Ds,Dm	1,2	ok
Pterocarpus rohrii Vahl	arb	Pau-sangue	Ds,Dm	1,2	ok
Schizolobium parahyba (Vell.) Blake.	arb	Guapuruvu	Dm	1,2	ok
Sclerolobium denudatum Vogel	arb	Tapassuaré	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Senna bicapsulada (L.) Roxb. (= Cassia bicapsularis L.)	herb	Dorme-dorme	Dm	2	ok
Senna multijuga (L.C. Rich.) H.S. Irwin & Barneby	arb	Pau-cigarra	Dm	1,2	ok
Zollernia ilicifolia (Brongn.) Vogel	arb		Dm,Dm/Di	1	ok
Gesneriaceae					
Besleria longimucronata Hoehne ^{End}	arb		Ds,Dm	1,2	ok
Besleria selloana Klotzsch & Hanst. ^{End}	arb		Dm	2	ok
Nematanthus fritschii Hoehne ^{End}	epi	Arnica-do-mato	Dm	2	ok
Nematanthus villosus (Hanst.) Wiehler ^{End}	epi	Pé-de-cobra	Dm	2	ok
Sinningia douglasii (Lindl.) Chautems ^{Ex}	epi		Dm	2	ok
Heliconiaceae					
Heliconia velloziana L. Emygdio	herb	Caetê-banana	Ds,Dm	1,2	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Humiriaceae					
Vantanea compacta (Schnizl.) Cuatrec.	arv	Guarapari	Dm	1,2	ok
Hypoxidaceae					
Hypoxis decumbens L.	herb		Dm	1	ok
Juncaceae					
Juncus sp.	herb		Dm	2	ok
Lacistemataceae					
Lacistema hasslerianum Chodat	arb		Dm	1	ok
Lamiaceae					
Aegiphila integrifolia (Jacq.) B.D. Jacks (= A. sellowiana Cham.)	arv	Tamanqueiro, papagaio	Dm,Dm/Di	1	ok
Hyptis umbrosa Salzm. ex Benth.	herb		Dm	2	ok
Ocimum selloi Benth.	herb		Dm	2	ok
Rhabdocaulon denudatum (Benth.) Epling	herb		Dm	2	ok
Salvia sp.	-		Dm	2	op
Vitex polygama Cham.	arv	Tarumã	Dm	1,2	ok
Lauraceae					
Aniba firmula (Nees & Mart.) Mez	arv	Canela-de-cheiro	Dm	1,2	ok
Aniba viridis Mez ^{End}	arv		Ds,Dm	1,2	ok
Beilschmiedia emarginata (Meisn.) Kosterm. ^{Ex}	arv		Ds,Dm	1	ok
Cinnamomum glaziovii (Mez) Kosterm.	arv		Dm	2	ok
Cinnamomum sp.	arv		Dm/Di	1	ok
Cinnamomum triplinerve (Ruiz. & Pav.) Kosterm.	arv		Dm,Dm/Di	1	ok
Cryptocarya mandioccana Meisn. ^{End}	arv	Canela-batalha	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Cryptocarya saligna Mez ^{End}	arv	Canela-ameixa	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Endlicheria paniculata (Spreng.) J.F. Macbr.	arv	Canela-fedida, canela frade	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Licaria armeniaca (Nees) Kosterm.	arv	Canela	Dm	1,2	ok
Nectandra megapotamica (Spreng.) Mez	arv	Canela-bosta	Dm	2	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Nectandra membranacea (Sw.) Griseb.	arv	Canela-branca, injuva	Dm,Dm/Di	1,2	ok
Nectandra oppositifolia Nees (= N. mollis var. oppositifolia (Nees) Rohwer)	arv	Canela-ferrugem	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Ocotea aciphylla (Nees) Mez	arv	Canela	Dm	2	ok
Ocotea brachybotra (Meisn.) Mez	arv	Canela	Dm/Di	1,2	ok
Ocotea catharinensis Mez ^{Ex}	arv	Canela-sassafrás	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Ocotea daphnifolia (Meisn.) Mez	arv		Dm/Di	1	ok
Ocotea dispersa (Nees) Mez	arv	Canela-fogo	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Ocotea elegans Mez	arv	Canela-do-campo	Dm	1,2	ok
Ocotea glaziovii Mez	arv		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Ocotea odorifera (Vell.) Rohwer (= O. pretiosa (Nees) Mez) ^{Ex}	arv	Canela-sassafrás	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Ocotea puberula (Rich.) Nees	arv	Canela-guaicá	Dm/Di	1	ok
Ocotea pulchella (Nees) Mez	arv	Canela-lageana	Di	1	ok
Ocotea sp 1	arv		Dm	1	ok
Ocotea sp 2	arv		Dm	1	ok
Ocotea sp 3	arv		Dm	1	ok
Ocotea teleiandra (Meisn.) Mez	arv	Canela-fogo	Dm	1	ok
Ocotea venulosa (Nees) Baitello ^{End}	arv		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Persea sp.	arv		Dm	1	ok
Persea willdenovii Kosterm. (= Persea pyrifolia Nees)	arv	Canela-rosa	Ds,Dm	1,2	ok
Lecythidaceae					
Cariniana estrellensis (Raddi) Kuntze	arv	Jequitibá-branco	Ds,Dm	1,2	ok
Loganiaceae					
Spigelia beyrichiana Cham. & Schltl. (= Spigelia dusenii L.B. Smith.)	herb		Ds,Dm	1	ok
Strychnos acuta Progel	arb		Ds	1	ok
Strychnos brasiliensis (Spreng.) Mart.	arb	Salta-martinho	Dm	1	ok
Strychnos trinervis (Vell.) Mart. (= Strychnos triplinervia Mart.)	lian	Espora-de-galo	Di	1	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Lythraceae					
Cuphea calophylla ssp. calophylla Cham. & Schltld.	herb		Dm	2	ok
Cuphea carthagenensis (Jacq.) J.F. Macbr.	herb		Dm	2	ok
Magnoliaceae					
Magnolia ovata (A. St.-Hil.) Spreng. (= Talauma ovata A.St. -Hil.)	arv	Pinha-do-brejo	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Malpighiaceae					
Bunchosia fluminensis Griseb. (= Bunchosia maritima (Vell.) J.F. Macbr.)	arv		Ds,Dm	1	ok
Byrsonima ligustrifolia A. Juss.	arv	Muchita	Dm,Dm/Di	1	ok
Byrsonima myricifolia Griseb.	arv	Murici	Dm	2	ok
Diplopterys pubipetala (A. Juss.) W.R. Anderson & C.Cav. Davis (= Banisteriopsis pubipetala (A. Juss.) Cuatrec.)	-		Dm	2	ok
Heteropterys nitida (Lam.) Kunth	lian		Ds,Dm	1	ok
Tetrapteryx crebriflora A. Juss.	arb/lian		Dm	2	ok
Tetrapteryx phlomoides (Spreng.) Nied.	lian		Dm	2	op
Malvaceae					
Pseudobombax grandiflorum (Cav.) A. Robyns	arv	Embiruçu	Dm	1	ok
Quararibea turbinata (Sw.) Poir.	arv		Dm	1	ok
Sida rhombifolia L.	herb		Dm	2	ok
Spirotheca rivierii var. passifloroides (Cuatrec.) P.E. Gibbs & W.S. Anderson (= Spirotheca passifloroides Cuatrec.)	hepi	Mata-pau-de-espinho	Dm,Dm/Di	1,2	ok
Triumfetta semitriloba Jacq.	arb		Dm	1,2	ok
Marantaceae					
Calathea communis Wand. & S.Vieira	herb	Caeté-banana	Ds,Dm	1	ok
Maranta divaricata Roscoe	subarb		Dm/Di	1	ok
Stromanthe tonckat (Aubl.) Eichler	herb		Dm	2	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Marcgraviaceae					
Marcgravia polyantha Delpino	epi	Hera-de-árvore	Ds,Dm	1,2	ok
Norantea brasiliensis Choisy	epi		Dm	1	ok
Melastomataceae					
Aciotis brachybotrya (DC.) Triana	herb		Dm	1	ok
Bertolonia mosenii Cogn.	herb		Ds,Dm	1	ok
Clidemia hirta (L.) D.Don	arb		Dm	2	ok
Comolia sp.	herb		Dm	2	ok
Leandra acutiflora (Naud.) Cogn.	arb		Dm,Dm/Di	1	ok
Leandra alterninervea Cogn.	arb		Dm/Di	1	ok
Leandra amplexicaulis DC.	arb		Dm	1	ok
Leandra barbinervis (Cham. ex Triana) Cogn.	arb		Dm	2	ok
Leandra cf. cardiophylla Cogn.	arb		Dm	1	ok
Leandra cf. ionopogon (Mart.) Cogn.	arb		Dm	1	ok
Leandra dasytricha (A. Gray) Cogn.	arb	Pixirica	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Leandra fragilis Cogn.	arb		Dm	2	ok
Leandra melastomoides Raddi	arb		Dm	1,2	ok
Leandra niangaeformis Cogn.	arb		Dm	2	ok
Leandra scabra DC.	arb		Dm	2	ok
Leandra sp.	arb		Ds,Dm	1	ok
Meriania glabra (DC.) Triana	arv		Ds,Dm	1	ok
Miconia brunnea Mart ex DC.	arv		Dm	1,2	ok
Miconia buddlejoides Triana	arb		Dm	1	ok
Miconia cabussu Hoehne	arv	Pixiricuçú, cabuçu, baratão	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Miconia cf. incospicua Miq.	arb		Dm	1	ok
Miconia cf. ligustroides Miconia ligustroides	arb		Dm	1	ok
Miconia cinnamomifolia (DC.) Naudin	arv	Jacaratião	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Miconia cubatanensis Hoehne	arv	Pixirica, jacaratiãozinho	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Miconia fasciculata Cogn.	arb		Dm	1	ok
Miconia hymenonervia Cogn.	arv		Dm	1,2	ok
Miconia inconspicua Miquel	arv		Dm	2	ok
Miconia latecrenata (DC.) Naud.	arb	Muxita	Dm	1,2	ok
Miconia petropolitana Cogn.	arb		Dm	2	ok
Miconia prasina (Sw.) DC.	arb		Dm	2	ok
Miconia racemifera Triana	arv		Dm	2	ok
Miconia rigidiuscula Cogn.	arb		Dm/Di	1	ok
Miconia saldanhaei Cogn.	arb		Dm	1	ok
Miconia sellowiana Naud.	arb		Dm,Dm/Di	1	ok
Miconia sp 1	arb		Dm/Di	1	ok
Miconia sp 2	arb		Ds	1	ok
Miconia tristis (L.) Spreng.	arv		Dm	2	ok
Mouriri chamissoana Cogn.	arv	Gué-branco, cafezinho	Ds,Dm	1,2	ok
Ossaea sp.	arb		Ds,Dm	1	ok
Ottonia martiana Miq.	arb		Dm,Dm/Di	1	ok
Rhynchanthera sp.	herb		Dm	2	ok
Tibouchina candolleana (Mart. ex DC.) Cogn. ^{Ex}	arv		Dm	2	ok
Tibouchina cf. sellowiana (Cham.) Cogn.	arv		Dm/Di	1	ok
Tibouchina gracilis (Bonpl.) Cogn.	arv	Quaresmeira	Dm	2	ok
Tibouchina mutabilis (Vell.) Cogn.	arv	Quaresmeira	Dm	2	ok
Tibouchina pulchra (Cham.) Cogn.	arv	Manacá-da-serra	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Meliaceae					
Cabralea canjerana subsp. canjerana (Vell.) Mart.	arv	Canjerana, canharana	Dm,Dm/Di	1,2	ok
Cedrela fissilis Vell. ^{Ex}	arv	Cedro, cedro-rosa	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Guarea macrophylla subsp. tuberculata (Vell.) T.D. Penn.	arv		Dm,Dm/Di	1,2	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Trichilia lepidota subsp. schumanniana (Harms) T.D. Penn. ^{Ex}	arv		Ds	1	ok
Trichilia pallens C. DC.	arv		Dm/Di	1	ok
Monimiaceae					
Mollinedia cf. triflora (Spreng.) Tul.	arb	Aperta-guela	Ds,Dm	1	ok
Mollinedia elegans Tul.	arv		Dm,Dm/Di	1	ok
Mollinedia micrantha Perkins ^{End}	arb		Dm,Dm/Di	1	ok
Mollinedia oligantha Perkins ^{End}	arv		Dm	1	ok
Mollinedia schottiana (Spreng.) Perkins (= Mollinedia floribunda Tul.)	arv	Pimenteira, capixim	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Mollinedia uleana Perkins ^{End}	arv	Pimenteira, capixim	Dm,Dm/Di	1	ok
Mollinedia widgrenii A. DC. ^{End}	arv		Dm	1	ok
Moraceae					
Brosimum glazioui Taub. ^{Ex}	arv		Dm	1	ok
Brosimum guianense (Aubl.) Huber	arv		Ds	1	ok
Dorstenia hirta Desv.	herb		Ds,Dm	1	ok
Ficus gomelleira Kunth & Bouché	arv	Gameleira	Dm	1	ok
Ficus guaranitica Chodat.	arv/hepi		Dm	2	ok
Ficus insipida Wild. (= F. adhatodifolia Schott)	arv		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Ficus luschnatiana (Miq.) Miq. (= F. enormis (Mart. ex Miq.) Miq.)	arv	Figueira-brava	Dm,Dm/Di	1	ok
Sorocea bonplandii (Baill.) W. Burg., Lanj. & Wess. Bo. (= Sorocea ilicifolia Miq.)	arv	Cincho, leiteiro	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Myristicaceae					
Virola bicuhyba (Schott) Warb. (= Virola oleifera (Schott) Smith) ^{Ex}	arv	Bicuiba, bocuva	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Virola gardneri (A. DC.) Warb.	arv	Bucuva	Ds	1,2	ok
Myrsinaceae					
Ardisia guyanensis (Aubl.) Mez (= Ardisia handroi Toledo ex Handro)	arb		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Ardisia martiana Miq. (= Stylogyne laevigata (Mart.) Mez) ^{End}	arv		Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Cybianthus peruvianus (A. DC.) Miq. (= Conomorpha peruviana A.DC.)	arv		Dm	1	ok
Rapanea ferruginea (Ruiz & Pav.) Mez	arv	Capororoca-vermelha	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Rapanea gardneriana (A. DC.) Mez	arv		Dm	2	ok
Rapanea guianensis Aubl.	arv		Dm/Di	1,2	ok
Rapanea hermogenesii Jung-Mend. & Bernacci	arv		Ds,Dm	1,2	ok
Rapanea umbellata (Mart.) Mez	arv	Capororoca	Dm,Dm/Di	1,2	ok
Rapanea venosa (A.DC.) Mez	arv	Capororó	Dm	2	ok
Myrtaceae					
Calyptranthes grandiflora O. Berg	arv		Dm	2	ok
Calyptranthes lucida Mart. ex DC.	arv		Dm	2	ok
Campomanesia guaviroba (DC.) Kiaersk.	arv	Guariroba	Dm,Dm/Di	1,2	ok
Campomanesia neriiflora (O. Berg) Nied. ^{Ex}	arv	Guariroba	Dm	2	ok
Campomanesia phaea (O. Berg) Landrum ^{Ex, End}	arv	Cambuci	Ds,Dm	1,2	ok
Eugenia capitulifera O. Berg	arv		Dm	1	ok
Eugenia cerasiflora Miq.	arv	Mamoneira	Dm,Dm/Di	1	ok
Eugenia cereja D. Legrand	arv		Dm	1	ok
Eugenia aff. cuprea (O. Berg) Nied.	arv	Murtinha	Dm	1	ok
Eugenia cf. neoverrucosa Sobral (= Eugenia verrucosa D. Legrand) ^{End}	arv	Guamirim	Dm,Dm/Di	1	ok
Eugenia cf. riedeliana (Vell.) Angely	arv		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Eugenia aff. supraaxillaris Spring	arv		Dm	1	ok
Eugenia cuprea (O. Berg) Nied.	arv	Murtinha	Dm	2	ok
Eugenia handroana D. Legrand ^{End}	arv	Camarinha	Dm	1	ok
Eugenia melanogina (D. Legrand) Sobral	arv		Dm	1	ok
Eugenia mosenii (Kausel) Sobral	arv	Cuxita	Dm,Dm/Di	1	ok
Eugenia multicostata D. Legrand	arv	Araça-piranga	Dm	1	ok
Eugenia neoaustralis Sobral (= Calycorectes australis D. Legrand) ^{Ex}	arv		Ds,Dm	1	ok
Eugenia oblongata Mattos & D. Legrand	arv	Jambro	Dm,Dm/Di	1	ok
Eugenia prasina O. Berg (= Eugenia stictosepala Kiaersk.) ^{End}	arv		Dm	1	ok
Eugenia pruinosa D. Legrand	arv		Dm	1	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
<i>Eugenia santensis</i> Kiaersk. (= <i>Eugenia bunchosifolia</i> Nied) ^{Ex}	arv		Dm	2	ok
<i>Eugenia</i> sp 1	arv		Dm	1	ok
<i>Eugenia</i> sp 2	arv		Dm/Di	1	ok
<i>Eugenia</i> sp 3	arv		Dm/Di	1	ok
<i>Eugenia subavenia</i> O. Berg	arv		Dm	2	ok
<i>Eugenia supraaxillaris</i> Spring (= <i>Eugenia cambucarana</i> Kiaersk.) ^{End}	arv	Uvaia	Dm/Di	1	ok
<i>Eugenia ternatifolia</i> Cambess. (= <i>Eugenia beaurepaireana</i> (Kiaersk.) D. Legrand)	arv		Dm	1	ok
<i>Eugenia velloziana</i> O. Berg	arv	Cambuí	Dm	2	ok
<i>Eugenia verticillata</i> (Vell.) Angely (= <i>Eugenia riedeliana</i> O. Berg)	arv		Ds	1	ok
<i>Gomidesia flagellaris</i> D. Legrand ^{Ex, End}	arv		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Marlierea eugeniopsoides</i> (D. Legrand & Kausel) D. Legrand.	arv		Ds,Dm	1	ok
<i>Marlierea obscura</i> O. Berg	arv	Araçazeiro, guajiripiroca	Ds,Dm/Di	1	ok
<i>Marlierea parviflora</i> O. Berg	arv		Dm	1	ok
<i>Marlierea tomentosa</i> Cambess.	arv	Vapurunga	Ds,Dm	1,2	ok
<i>Myrceugenia myrcioides</i> (Cambess.) O. Berg	arv	Pau-d'arco	Ds,Dm	1,2	ok
<i>Myrcia</i> cf. <i>richardiana</i> (O. Berg) Kiaersk.	arv		Ds,Dm	1	ok
<i>Myrcia</i> cf. <i>tenuivenosa</i> Kiaersk.	arv		Ds,Dm	1	ok
<i>Myrcia crassifolia</i> Kiaersk. ^{Ex}	arv		Dm	2	ok
<i>Myrcia hebeptala</i> DC. (= <i>Gomidesia affinis</i> (Cambess.) D. Legrand)	arv		Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Myrcia pubipetala</i> Miq. (= <i>Myrcia grandiflora</i> (O. Berg.) D. Legrand)	arv		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Myrcia rufula</i> Miquel	arv		Dm	2	ok
<i>Myrcia</i> sp 1	arv		Dm	1	ok
<i>Myrcia</i> sp 2	arv		Dm/Di	1	ok
<i>Myrcia spectabilis</i> DC. (= <i>Gomidesia spectabilis</i> (DC.) O. Berg)	arv	Guamirim-vermelho	Ds,Dm	1,2	ok
<i>Myrcia splendens</i> (Sw.) DC. (= <i>M. formosiana</i> DC., <i>M. fallax</i> (Rich.) DC., <i>M. rostrata</i> DC.)	arv		Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
<i>Plinia complanata</i> M. L. Kawasaki & B. Holst ^{Ex, End}	arv		Ds,Dm	1	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Plinia pauciflora M. L. Kawasaki & B. Holst ^{End}	arv		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Psidium cattleianum Sabine	arb	Aracá-amarelo	Dm	1,2	ok
Nyctaginaceae					
Guapira opposita (Vell.) Reitz	arv	Maria-mole	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Guapira sp.	arv		Dm	1	ok
Pisonia ambigua Heimerl	arv		Dm	1	ok
Ochnaceae					
Ouratea castaneaefolia (Dc.) Engl.	arv		Ds,Dm	1,2	ok
Ouratea salicifolia Engl.	arv		Dm,Dm/Di	1	ok
Sauvagesia sp.	herb		Dm	2	ok
Olacaceae					
Heisteria silvianii Schwacke	arv	Brinco-de-mulata	Dm,Dm/Di	1,2	ok
Tetrastylidium grandifolium (Baill.) Sleumer	arv	Mandigaú	Dm	1	ok
Oleaceae					
Chionanthus filiformis (Vell.) P.S.Green (= C. mandioccana (Eichler) Lozano & Fuertes)	arv	Chifre de carneiro	Di	1	ok
Onagraceae					
Fuchsia regia (Vell.) Munz	epi	Brinco-de-princesa	Dm,Dm/Di	1	ok
Orchidaceae					
Oncidium flexuosum Lindl.	epi	Chuva-de-ouro	Dm	2	op
Peraceae					
Pera glabrata (Schott) Poepp. ex Baill.	arv	Tabucuva, tamanqueira	Ds,Dm	1,2	ok
Pera obovata (Klotzsch) Bail.	arv	Sapateira	Dm/Di	1	ok
Phyllanthaceae					
Hyeronima alchorneoides Allemão	arv	Urucurana	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Phyllanthus tenellus Roxb.	herb		Dm	2	ok
Savia dictyocarpa Müll. Arg.	arv	Embira-de-nego	Dm	2	Ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Phytolaccaceae					
Gallesia integrifolia (Sprengel) Harms	arb	Pau-d'alho	Dm	2	ok
Seguiera langsdorffii Moq.	arb/lian		Dm	2	ok
Picramniaceae					
Picramnia ramiflora Planch. ^{Ex}	arb		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Piperaceae					
Peperomia urocarpa Fisch. & C.A.Mey.	epi	Erva-de-vidro	Dm	2	op
Piper aduncum L.	arb		Dm	1	ok
Piper arboreum Aubl.	arb		Dm	1	ok
Piper bowiei Yunck.	arb		Ds,Dm	1	ok
Piper caldense C. DC.	arb		Dm,Dm/Di	1,2	ok
Piper cernuum Vell.	arb		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Piper cf. mollicomum Kunth	herb		Dm	1	ok
Piper gaudichaudianum Kunth	arb		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Piper hispidum Sw.	arb		Dm	2	ok
Piper luceanum Kunth.	arb		Dm	1	ok
Piper pseudopothifolium C. DC.	arb		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Piper rivinoides Kunth	arb		Dm	2	op
Piper setebarraense E.Guim. & L.Costa ^{End}	arb		Ds,Dm	1	ok
Piper solmsianum C. DC.	arb		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Pothomorphe umbellata (L.) Miq.	arb		Dm	2	ok
Plantaginaceae					
Scoparia dulcis L.	herb		Dm	2	ok
Poaceae					
Andropogon bicornis L.	herb		Dm	2	ok
Chloris gayana Kunth.	herb		Dm	2	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Merostachys sp.	arb		Dm	1	ok
Panicum pilosum Sw.	herb		Dm	2	ok
Paspalum conspersum Schrad.	herb		Dm	2	ok
Polygalaceae					
Polygala paniculata L.	herb	Guiné	Dm	2	ok
Polygala spectabilis DC.	herb		Dm	2	ok
Polygonaceae					
Coccoloba cf. confusa Haw.	arv		Dm	1	ok
Coccoloba sp.	arv		Dm	1	ok
Coccoloba warmingii Meisn.	arv		Ds,Dm	1	ok
Proteaceae					
Euplassa sp.	arv		Dm	1	ok
Roupala brasiliensis Klotzsch ^{Ex}	arv	Carne-de-vaca, carvalho	Dm,Dm/Di	1,2	ok
Roupala cf. sculpta Sleumer ^{Ex, End}	arv		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Roupala sp.	arv		Dm	1	ok
Quiinaceae					
Quiina glazovii Engl.	arv	Bajaruvá	Dm	1	ok
Quiina magallano-gomesii Schwacke ^{End}	arv		Dm,Dm/Di	1	ok
Rosaceae					
Prunus myrtifolia (L.) Urb. (= P. sellowii Koehne, P. chamissoana Koehne)	arv	Pessegueiro-bravo	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Rubus brasiliensis Mart.	lian		Dm	2	ok
Rubus rosifolius var. rosifolius Sm.	arb/lian	Moranginho-silvestre	Dm	1,2	ok
Rubus urticifolius Poir.	lian		Dm	1,2	ok
Rubiaceae					
Alibertia myrciifolia K. Schum.	arb		Dm,Dm/Di	1,2	ok
Alseis floribunda Schott	arv	Tarumã, armação-de-serra	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Amaioua intermedia Mart.	arv	Guapeva fraca, carvoeiro	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
<i>Bathysa australis</i> (A. St.-Hil.) Benth. & Hook. f.	arb	Fumão, cavarana	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
<i>Borreria capitata</i> (Ruiz & Pav.) DC. (= <i>Spermacoce capitata</i> Ruiz & Pav.)	herb		Dm	2	ok
<i>Borreria palustris</i> (Cham. & Schltdl.) Bacigalupo & E.L. Cabral (= <i>Diodia alata</i> Nees & Mart.)	herb		Dm	2	ok
^{End} <i>Chomelia parvifolia</i> (Standl.) Govaerts (= <i>C. catharinae</i> (L.B. Sm. & Downs) Steyerm.)	arb		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Coccocypselum geophiloides</i> Wawra (= <i>C. krauseanum</i> Standl.)	herb		Dm	2	op
<i>Coccocypselum hasslerianum</i> Chodat (= <i>C. cordatum</i> Krause)	herb		Dm	2	ok
<i>Emmeorrhiza umbellata</i> (Spreng.) K. Schum. (= <i>Borreria umbellata</i> Spreng.)	lian	Poáia	Dm	2	ok
<i>Faramea</i> cf. <i>tetragona</i> Müll. Arg. ^{End}	arb		Ds,Dm	1	ok
<i>Ferdinandusa speciosa</i> (Pohl) Pohl	arb	Quina	Dm	1	ok
<i>Genipa americana</i> L.	arb	Genipapo	Dm	2	ok
<i>Ixora brevifolia</i> Benth. (= <i>I. glaziovii</i> e <i>I. membranaceae</i> Müll. Arg.)	arb		Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Manettia paraguariensis</i> Chodat	lian		Dm	2	ok
<i>Palicourea marcgravii</i> A. St.-Hill.	arb		Ds,Dm	1	ok
<i>Posoqueria latifolia</i> (Rudge) Schult.	arb	Fruto-de-macaco	Dm,Dm/Di	1,2	ok
<i>Psychotria astrellantha</i> Wernham	arb		Ds,Dm	1	ok
<i>Psychotria birotula</i> L.B.Sm & Downs	arb		Ds,Dm	1	ok
<i>Psychotria brachypoda</i> (Müll. Arg.) Britton (= <i>P. umbellata</i> Vell.)	arb		Ds,Dm	1	ok
<i>Psychotria carthagenensis</i> Jacq.	arb		Ds	1,2	ok
<i>Psychotria</i> cf. <i>mapoureoides</i> DC.	arb		Ds,Dm	1	ok
<i>Psychotria</i> cf. <i>nemorosa</i> Gardn.	arb		Dm	1	ok
<i>Psychotria forsteronioides</i> Müll. Arg.	arb		Dm	2	ok
<i>Psychotria hastisepala</i> Mull.Arg	arb		Ds,Dm	1	ok
<i>Psychotria leiocarpa</i> Cham. & Schltdl.	arb		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Psychotria ruelliifolia</i> (Cham. & Schltdl.) Müll.Arg. (= <i>P. involucrans</i> Müll. Arg.) ^{End}	subarb	Erva-de-rato	Ds,Dm	1,2	ok
<i>Psychotria</i> sp.	arb		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Psychotria suterella</i> Müll. Arg.	arb	Erva-de-anta	Dm,Dm/Di	1,2	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Psychotria vellosiana Benth. (= P. sessilis (Vell.) Müll. Arg.)	arv		Dm,Dm/Di	1	ok
Rudgea coriaceae (Spreng). K.Schum	arv		Dm	1,2	ok
Rudgea jasminoides (Cham.) Müll. Arg.	arv	Guatambú	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Rudgea recurva Müll. Arg.	arv	Pimenteira	Ds,Dm	1	ok
Rutaceae					
Balfourodendron riedelianum (Engl.) Engl.	arv	Pau-marfim, embira	Dm	2	ok
Esenbeckia grandiflora subsp. grandiflora Mart.	arv	Guaxupita	Ds,Dm	1	ok
Pilocarpus pauciflorus A. St.-Hil. ^{End}	arv	Pitaguará-de-branco	Ds,Dm	1,2	ok
Zanthoxylum fagara (L.) Sarg. (= Zanthoxylum hyemale A.St.-Hil.)	arv	Mamica-de-porca	Dm	2	ok
Zanthoxylum rhoifolium Lam.	arv	Mamica-de-porca	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Sabiaceae					
Meliosma itatiaiae Urb.	arv	Ameexia-do-mato	Ds,Dm	1,2	ok
Meliosma sellowii Urb.	arv	Pau-macuco	Dm,Dm/Di	1	ok
Meliosma sinuata Urb.	arv	Perinha	Dm	2	ok
Salicaceae					
Casearia cf. arborea (Rich.) Urb.	arv		Dm,Dm/Di	1	ok
Casearia decandra Jacq.	arv	Conguinho	Dm,Dm/Di	1	ok
Casearia obliqua Spreng.	arv	Pau-de-lagarto	Dm,Dm/Di	1,2	ok
Casearia sylvestris Sw.	arv	Lagarteira, guaçatonga	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Xylosma pseudosalzmannii Sleumer	arv	Espinho-de-cacho	Dm/Di	1	ok
Sapindaceae					
Allophylus petiolulatus Radlk.	arb	Baga-de-mocego, vacunzeiro	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Cupania oblongifolia Mart.	arv	Camboatã, rabo-de-bugio	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Cupania vernalis Cambess.	arv	Camboatã, arco-de-peneira	Dm/Di	1	ok
Matayba aff. juglandifolia (Cambess.) Radlk.	arv		Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Matayba cf. elaeagnoides Radlk.	arv	Camboatã-branco, cuvantã	Dm	1	ok
Matayba guianensis Aubl.	arv	Camboatã	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Sapotaceae					
<i>Chrysophyllum flexuosum</i> Mart.	arv	Bujueiro	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Chrysophyllum inornatum</i> Mart.	arv	Aleixo	Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Chrysophyllum viride</i> Mart. & Eichl.	arv	Aguaí, aguaizeiro	Dm,Dm/Di	1,2	ok
<i>Diploon cuspidatum</i> (Hoehne) Cronquist	arv	Guapicirica, guapevinha	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Ecclinusa ramiflora</i> Mart.	arv	Guacá-de-leite	Dm,Dm/Di	1,2	ok
<i>Micropholis crassipedicellata</i> (Mart. & Eichler.) Pierre	arv	Grumixava, gumbijava	Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Pouteria bullata</i> (S. Moore) Baehni ^{Ex}	arv	Guapeva	Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Pouteria caimito</i> (Ruiz & Pavon) Radlk.	arv	Guapeva	Dm	1	ok
<i>Pouteria cf. gardneriana</i> (A. DC.) Radlk. (= <i>P. cf. ciliolata</i> (Engl.) Dubard)	arv		Dm	2	ok
<i>Pouteria psammophila</i> (Mart.) Radlk. ^{Ex, End}	arv		Ds,Dm	1	ok
<i>Pradosia lactescens</i> (Vell.) Radlk.	arv		Dm	1	ok
<i>Sideroxylon gardnerianum</i> (Mart. & Eichl.) (= <i>Micropholis gardneriana</i> (A. DC.) Pierre)	arv	Grumixava	Dm	2	ok
Solanaceae					
<i>Acnistus arborescens</i> (L.) Schltldl.	arv	Espora-de-galo, saia branca	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
<i>Aureliana fasciculata</i> (Vell.) Sendtn.	arb		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Brunfelsia pauciflora</i> (Cham. & Schltldl.) Benth.	arb		Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Capsicum flexuosum</i> Sendtn.	arb		Dm	2	ok
<i>Cestrum amictum</i> Schltldl.	arb		Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Cestrum bracteatum</i> Link et Otto	arb		Dm/Di	1	ok
<i>Cestrum schlechtendalii</i> G. Don	arb		Dm,Dm/Di	1	ok
<i>Cyphomandra divaricata</i> (Mart.) Sendtn.	arb		Dm	1	ok
<i>Dyssochoma longipes</i> Miers	arb		Dm	1	ok
<i>Sessea brasiliensis</i> Toledo	arb		Dm	2	ok
<i>Solanum americanum</i> Mill	arb		Dm/Di	1	ok
<i>Solanum concinnum</i> Schott ex Sendt.	arv		Dm	2	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Solanum mauritianum Scop.	arb		Dm	1,2	ok
Solanum pseudoquina A. St.-Hil. (= Solanum inaequale Vell.)	arv	Quina-de-são-paulo	Ds,Dm	1,2	ok
Solanum schwackeanum L.B.Sm & Downs	arb		Dm,Dm/Di	1	ok
Solanum cf. melissarum Bohs	arb		Dm/Di	1	ok
Solanum swartzianum Roem. & Schult.	arv		Dm,Dm/Di	1,2	ok
Solanum variabile Mart.	arb		Dm,Dm/Di	1	ok
Symplocaceae					
Symplocos cf. falcata Brand.	arv		Di	1	ok
Symplocos laxiflora Benth.	arv		Ds	1,2	ok
Symplocos variabilis Mart. ex Miq.	arv		Ds,Dm,Dm/Di	1	ok
Theaceae					
Gordonia fruticosa (Schrad.) H. Keng (= Laplacea semiserrata (Nees) Cambess.)	arv		Dm	2	ok
Thymelaeaceae					
Daphnopsis fasciculata (Meisn.) Nevling	arv		Dm	1	ok
Daphnopsis schwackeana Taub. ^{End}	arv		Dm	1,2	ok
Typhaceae					
Typha sp.	herb		Dm	2	ok
Urticaceae					
Boehmeria caudata Sw.	arb		Dm	1	ok
Cecropia glaziovi Sneathlage	arv	Embaúba-vermelha	Ds,Dm,Dm/Di	1,2	ok
Cecropia hololeuca Miq.	arv	Embaúba-prateada	Dm	1	ok
Coussapoa microcarpa (Schott) Rizzini	arv/hepi	Figueira-preta, mata-pau	Dm,Dm/Di	1,2	ok
Pourouma guianensis Aubl. (= P. acutiflora Trécul)	arv	Baúbu, embaurana	Ds	1	ok
Urera nitida (Vell.) Brack	arb	Urtiga	Dm,Dm/Di	1	ok
Valerianaceae					
Valeriana scandens L.	lian		Dm	2	ok

Família, espécie e autoria (sinonímias)	Hábito	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Verbenaceae					
Citharexylum myrianthum Cham.	arv	Tucaneiro	Dm	1	ok
Stachytarpheta cayennensis (Rich.) Vahl	herb		Dm	2	ok
Violaceae					
Amphirrhox longifolia (A. St.-Hil.) Spreng.	arb		Ds	1,2	ok
Hybanthus sp.	herb		Dm	2	ok
Schweiggeria fruticosa Spreng.	subarb		Dm	1	ok
Vochysiaceae					
Vochysia bifalcata Warm	arv	Guaricica	Dm	1,2	ok
Vochysia sp.	arv		Di	1	ok
Zingiberaceae					
Renealmia petasites Gagnep.	herb	Capitiu	Dm,Dm/Di	1	ok

Anexo 20. Lista de registros não-incluídos na lista final de espécies vegetais do PEJU.

Abaixo seguem as informações e o respectivo motivo de exclusão de algumas espécies registradas no PEJU. As referências completas das fontes de informações estão disponíveis entre as referências bibliográficas.

Famílias, espécie e autoria	fontes de dados	motivo
Annonaceae		
Rollinea sp.	Ville <i>et al.</i> (2000)	binômio incompleto
Apocynaceae		
Aspidosperma parvifolium A. DC.	CNEC (2008)	identificação duvidosa
Aspidosperma populifolium A. DC.	Alencar <i>et al.</i> (1976)	identificação duvidosa
Areceaceae		
Geonoma sp.	IF-SMA (1995)	binômio incompleto
Asteraceae		
Baccharis sp.	speciesLink	binômio incompleto
Eupatorium sp.1	Ville <i>et al.</i> (2000)	binômio incompleto
Eupatorium sp.2	Ville <i>et al.</i> (2000)	binômio incompleto
Piptocarpha sp.	speciesLink	binômio incompleto
Spillanthes sp	Souza (2002)	binômio incompleto
Vernonia quinqueflora Less.	speciesLink	má identificação
Vernonia sp.	Ville <i>et al.</i> (2000)	binômio incompleto
Begoniaceae		
Begonia sp.	speciesLink	binômio incompleto
Boraginaceae		
Cordia sp.	speciesLink	binômio incompleto
Cardiopteridaceae		
Villaresia sp.	Alencar <i>et al.</i> (1976)	binômio incompleto
Elaeocarpaceae		
Sloanea cf. monosperma Vell.	IF-SMA (1995)	identificação incompleta
Fabaceae		
Andira sp.	Souza (sem data)	binômio incompleto
Calliandra foliolosa Benth.	Ville <i>et al.</i> (2000)	identificação duvidosa
Copaifera langsdorffii Desf.	CNEC (2008)	identificação duvidosa
Inga sp.	Alencar <i>et al.</i> (1976), Ville <i>et al.</i> (2000)	binômio incompleto
Sclerolobium sp.	Alencar <i>et al.</i> (1976), IF-SMA (1995)	binômio incompleto
Gesneriaceae		
Besleria longimucronata	speciesLink	má identificação
Clusiaceae		
Tovomitopsis sp.	IF-SMA (1995)	binômio incompleto
Heliconiaceae		
Heliconia sp.	IF-SMA (1995)	binômio incompleto
Humiriaceae		
Vantanea sp.	speciesLink	binômio incompleto

Famílias, espécie e autoria	fontes de dados	motivo
Lauraceae		
Aiouea sp.	Alencar <i>et al.</i> (1976)	binômio incompleto
Cryptocarya sp.	IF-SMA (sem data)	binômio incompleto
Nectandra sp.	IF-SMA (sem data), Ville <i>et al.</i> (2000), Souza (sem data)	binômio incompleto
Ocotea sp.	Souza (sem data)	binômio incompleto
Persea sp.	speciesLink	binômio incompleto
Phoebe sp. (= Cinnamomum sp.)	Ville <i>et al.</i> (2000)	binômio incompleto
Lecythydaceae		
Cariniana sp.	Souza (sem data)	binômio incompleto
Lythraceae		
Cuphea sp.	IF-SMA (1995)	binômio incompleto
Malpighiaceae		
Byrsonima ligustrifolia Saint-Hilaire	speciesLink	má identificação
Byrsonima sp.	IF-SMA (1995)	binômio incompleto
Tetrapteryx mucronata Cav.	speciesLink	má identificação
Melastomataceae		
Leandra sp.	Souza (2002)	binômio incompleto
Miconia fasciculata Cogn.	speciesLink	má identificação
Miconia latecrenata (DC.) Naud.	speciesLink	má identificação
Miconia sp.	IF-SMA (1995)	binômio incompleto
Mouriri sp.	Alencar <i>et al.</i> (1976)	binômio incompleto
Tibouchina sp.	speciesLink	binômio incompleto
Meliaceae		
Cedrela sp.	Alencar <i>et al.</i> (1976)	binômio incompleto
Guarea sp.	Alencar <i>et al.</i> (1976)	binômio incompleto
Moraceae		
Ficus sp.	Alencar <i>et al.</i> (1976), IF-SMA (sem data), Souza (sem data)	binômio incompleto
Myristicaceae		
Virola sp.	Alencar <i>et al.</i> (1976)	binômio incompleto
Myrsinaceae		
Cybianthus detergens Mart.	Ville <i>et al.</i> (2000)	identificação duvidosa
Myrtaceae		
Eugenia sp.	IF-SMA (1995)	binômio incompleto
Psidium sp.	Souza (2002)	binômio incompleto
Nyctaginaceae		
Torrubia sp. (= Guapira sp.)	Alencar <i>et al.</i> (1976)	binômio incompleto
Ochnaceae		
Ouratea folia	Souza (sem data)	binômio desconhecido
Ouratea sp.	speciesLink	binômio incompleto
Sauvagesia sp.	IF-SMA (1995)	binômio incompleto

Famílias, espécie e autoria	fontes de dados	motivo
Piperaceae		
Piper sp.	speciesLink, Ville <i>et al.</i> (2000)	binômio incompleto
Poaceae		
Panicum sp.	Souza (2002)	binômio incompleto
Rosaceae		
Rubus sp.	IF-SMA (1995)	binômio incompleto
Rubiaceae		
Alibertia sp.	Alencar <i>et al.</i> (1976)	binômio incompleto
Cephaelis sp. (=Psychotria sp.)	IF-SMA (1995)	binômio incompleto
Courarea sp.	Ville <i>et al.</i> (2000)	Gênero desconhecido
Sickingia sp. (= Simira sp.)	Alencar <i>et al.</i> (1976)	binômio incompleto
Sapotaceae		
Ecclinusa sp.	Alencar <i>et al.</i> (1976), Souza (sem data)	binômio incompleto
Pouteria sp.	Ville <i>et al.</i> (2000)	binômio incompleto
Capsicum sp.	speciesLink	binômio incompleto
Solanum caarusania	Ville <i>et al.</i> (2000)	binômio desconhecido
Solanum sp.	speciesLink, Ville <i>et al.</i> (2000)	binômio incompleto
Thymelaeaceae		
Daphnopsis sp.	IF-SMA (1995)	binômio incompleto
Urticaceae		
Urera sp.	speciesLink	binômio incompleto
Violaceae		
Rinorea sp.	IF-SMA (1995)	ocorrência improvável
Vochysiaceae		
Qualea sp.	Alencar <i>et al.</i> (1976)	identificação duvidosa

Anexo 21. Lista geral das espécies de aves do PEJU e área de abrangência - dados secundários e primários.

Fisionomia – Dm: montana, Ds: submontana; Fonte de dados – primários e secundários; Ocorrência – ok: confirmada; op: provável; Categoria de ameaça – CP: criticamente em perigo, EP: em perigo, VU: vulnerável, NT: quase ameaçada; Espécie endêmica – MA: Mata Atlântica

Família, espécie e autor	Nome popular	Fisionomia	Fontes de dados		Ocorrência	Categoria de ameaça			Espécie endêmica
			1ários	2ários		IUCN	Brasil	SP	
TINAMIFORMES									
Tinamidae									
<i>Tinamus solitarius</i> (Vieillot, 1819)	macuco	Dm Ds	x	x	ok	NT		VU	MA
<i>Crypturellus obsoletus</i> (Temminck, 1815)	inhambuguaçu	Dm	x	x	ok				
<i>Crypturellus noctivagus</i> (Wied, 1820)	jaó-do-sul	Dm	x	x	ok	NT	VU	EP	MA
<i>Crypturellus tataupa</i> (Temminck, 1815)	inhambu-chintã			x	ok				
GALLIFORMES									
Cracidae									
<i>Penelope superciliaris</i> Temminck, 1815	jacupemba			x	ok			NT	
<i>Penelope obscura</i> Temminck, 1815	jacuaçu			x	ok			NT	
Odontophoridae									
<i>Odontophorus capueira</i> (Spix, 1825)	uru	Dm	x	x	ok				MA
PELECANIFORMES									
Phalacrocoracidae									
<i>Phalacrocorax brasilianus</i> (Gmelin, 1789)	biguá		x	x	ok				
Anhingidae									
<i>Anhinga anhinga</i> (Linnaeus, 1766)	biguatinga		x		op				

Família, espécie e autor	Nome popular	Fisionomia	Fontes de dados		Ocorrência	Categoria de ameaça			Espécie endêmica
			1ários	2ários		IUCN	Brasil	SP	
CICONIIFORMES									
Ardeidae									
<i>Butorides striata</i> (Linnaeus, 1758)	socozinho		x	x	ok				
<i>Ardea alba</i> Linnaeus, 1758	garça-branca-grande		x	x	ok				
CATHARTIFORMES									
Cathartidae									
<i>Cathartes aura</i> (Linnaeus, 1758)	urubu-de-cabeça-vermelha		x	x	ok				
<i>Coragyps atratus</i> (Bechstein, 1793)	urubu-de-cabeça-preta		x	x	ok				
FALCONIFORMES									
Accipitridae									
<i>Elanoides forficatus</i> (Linnaeus, 1758)	gavião-tesoura		x		op				
<i>Elanus leucurus</i> (Vieillot, 1818)	gavião-peneira		x		op				
<i>Harpagus diodon</i> (Temminck, 1823)	gavião-bombachinha			x	ok				
<i>Accipiter bicolor</i> (Vieillot, 1817)	gavião-bombachinha-grande		x		ok				
<i>Leucopternis lacernulatus</i> (Temminck, 1827)	gavião-pombo-pequeno			x	op	VU	VU	VU	MA
<i>Rupornis magnirostris</i> (Gmelin, 1788)	gavião-carijó	Ds	x	x	ok				
<i>Spizaetus tyrannus</i> (Wied, 1820)	gavião-pega-macaco			x	op			VU	
Falconidae									
<i>Caracara plancus</i> (Miller, 1777)	caracará		x	x	ok				
<i>Milvago chimachima</i> (Vieillot, 1816)	carrapateiro	Dm	x	x	ok				
<i>Herpetotheres cachinnans</i> (Linnaeus, 1758)	acauã			x	op				
<i>Micrastur ruficollis</i> (Vieillot, 1817)	falcão-caburé	Dm	x	x	ok				

Família, espécie e autor	Nome popular	Fisionomia	Fontes de dados		Ocorrência	Categoria de ameaça			Espécie endêmica
			1ários	2ários		IUCN	Brasil	SP	
<i>Micrastur semitorquatus</i> (Vieillot, 1817)	falcão-relógio			x	ok				
GRUIFORMES									
Rallidae									
<i>Aramides ypecaha</i> (Vieillot, 1819)	saracuruçu			x					
<i>Aramides cajanea</i> (Statius Muller, 1776)	saracura-três-potes			x	ok				
<i>Aramides saracura</i> (Spix, 1825)	saracura-do-mato	Dm	x	x	ok				MA
CHARADRIIFORMES									
Charadriidae									
<i>Vanellus chilensis</i> (Molina, 1782)	quero-quero		x	x	ok				
COLUMBIFORMES									
Columbidae									
<i>Columbina talpacoti</i> (Temminck, 1811)	rolinha-roxa		x	x	ok				
<i>Patagioenas picazuro</i> (Temminck, 1813)	pombão			x	ok				
<i>Patagioenas cayennensis</i> (Bonnaterre, 1792)	pomba-galega			x	op				
<i>Patagioenas plumbea</i> (Vieillot, 1818)	pomba-amargosa	Dm	x	x	ok				
<i>Zenaida auriculata</i> (Des Murs, 1847)	pomba-de-bando			x	ok				
<i>Leptotila verreauxi</i> Bonaparte, 1855	juriti-pupu	Dm	x	x	ok				
<i>Leptotila rufaxilla</i> (Richard & Bernard, 1792)	juriti-gemeadeira	Dm	x	x	ok				
<i>Geotrygon montana</i> (Linnaeus, 1758)	pariri	Dm	x	x	ok				

Família, espécie e autor	Nome popular	Fisionomia	Fontes de dados		Ocorrência	Categoria de ameaça			Espécie endêmica
			1ários	2ários		IUCN	Brasil	SP	
PSITTACIFORMES									
Psittacidae									
<i>Pyrrhura frontalis</i> (Vieillot, 1817)	tiriba-de-testa-vermelha			x	ok				MA
<i>Forpus xanthopterygius</i> (Spix, 1824)	tuim	Dm	x	x	ok				
<i>Brotogeris tirica</i> (Gmelin, 1788)	periquito-rico	Dm	x	x	ok				MA
<i>Pionopsitta pileata</i> (Scopoli, 1769)	cuiú-cuiú	Dm	x	x	ok				MA
<i>Pionus maximiliani</i> (Kuhl, 1820)	maitaca-verde	Dm Ds	x	x	ok				
<i>Triclaria malachitacea</i> (Spix, 1824)	sabiá-cica	Dm	x	x	ok	NT		VU	MA
CUCULIFORMES									
Cuculidae									
<i>Piaya cayana</i> (Linnaeus, 1766)	alma-de-gato	Dm	x	x	ok				
<i>Crotophaga ani</i> Linnaeus, 1758	anu-preto		x		ok				
STRIGIFORMES									
Tytonidae									
<i>Tyto alba</i> (Scopoli, 1769)	coruja-da-igreja		x		ok				
Strigidae									
<i>Megascops choliba</i> (Vieillot, 1817)	corujinha-do-mato			x	op				
<i>Pulsatrix koeniswaldiana</i> (Bertoni & Bertoni, 1901)	murucututu-de-barriga-amarela			x	op				MA
<i>Strix hylophila</i> Temminck, 1825	coruja-listrada	Dm	x	x	ok	NT			MA
<i>Athene cucularia</i> (Molina, 1782)	coruja-buraqueira			x	op				
<i>Rhinoptynx clamator</i> (Vieillot, 1808)	coruja-orelhuda			x	op				

Família, espécie e autor	Nome popular	Fisionomia	Fontes de dados		Ocorrência	Categoria de ameaça			Espécie endêmica
			1ários	2ários		IUCN	Brasil	SP	
CAPRIMULGIFORMES									
Nyctibiidae									
<i>Nyctibius griseus</i> (Gmelin, 1789)	mãe-da-lua		x	x	ok				
Caprimulgidae									
<i>Lurocalis semitorquatus</i> (Gmelin, 1789)	tuju			x	ok				
<i>Nyctidromus albicollis</i> (Gmelin, 1789)	bacurau		x	x	ok				
<i>Hydropsalis torquata</i> (Gmelin, 1789)	bacurau-tesoura			x	ok				
APODIFORMES									
Apodidae									
<i>Streptoprocne zonoris</i> (Shaw, 1796)	taperuçu-de-coleira-branca			x	ok				
<i>Chaetura cinereiventris</i> Sclater, 1862	andorinhão-de-sobre-cinzento			x	op				
<i>Chaetura meridionalis</i> Hellmayr, 1907	andorinhão-do-temporal			x	op				
Trochilidae									
<i>Ramphodon naevius</i> (Dumont, 1818)	beija-flor-rajado	Dm	x	x	ok	NT			MA
<i>Phaethornis squalidus</i> (Temminck, 1822)	rabo-branco-pequeno			x	ok				MA
<i>Phaethornis pretrei</i> (Lesson & Delattre, 1839)	rabo-branco-acanelado	Dm	x	x	ok				
<i>Phaethornis eurynome</i> (Lesson, 1832)	rabo-branco-de-garganta-rajada	Dm Ds	x	x	ok				MA
<i>Eupetomena macroura</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-tesoura			x	op				
<i>Aphantochroa cirrochloris</i> (Vieillot, 1818)	beija-flor-cinza			x	ok				MA
<i>Florisuga fusca</i> (Vieillot, 1817)	beija-flor-preto	Dm	x	x	ok				MA
<i>Thalurania glaucopis</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-fronte-violeta	Dm	x	x	ok				MA
<i>Amazilia versicolor</i> (Vieillot, 1818)	beija-flor-de-banda-branca			x	ok				
<i>Amazilia fimbriata</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-garganta-verde			x	ok				

Família, espécie e autor	Nome popular	Fisionomia	Fontes de dados		Ocorrência	Categoria de ameaça			Espécie endêmica
			lários	2ários		IUCN	Brasil	SP	
<i>Amazilia lactea</i> (Lesson, 1832)	beija-flor-de-peito-azul			x	ok				
<i>Helimaster squamosus</i> (Temminck, 1823)	bico-reto-de-banda-branca			x	ok				MA
TROGONIFORMES									
Trogonidae									
<i>Trogon viridis</i> Linnaeus, 1766	surucuá-grande-de-barriga-amarela	Dm	x	x	ok				
<i>Trogon surrucura</i> Vieillot, 1817	surucuá-variado			x	ok				MA
<i>Trogon rufus</i> Gmelin, 1788	surucuá-de-barriga-amarela		x	x	ok				
CORACIIFORMES									
Alcedinidae									
<i>Megaceryle torquata</i> (Linnaeus, 1766)	martim-pescador-grande		x	x	ok				
<i>Chloroceryle amazona</i> (Latham, 1790)	martim-pescador-verde		x	x	ok				
<i>Chloroceryle americana</i> (Gmelin, 1788)	martim-pescador-pequeno			x	ok				
Momotidae									
<i>Baryphthengus ruficapillus</i> (Vieillot, 1818)	juruva-verde	Dm	x	x	ok				MA
GALBULIFORMES									
Bucconidae									
<i>Notharchus macrorhynchos</i> (Gmelin, 1788)	macuru-de-testa-branca			x	op				MA
<i>Malacoptila striata</i> (Spix, 1824)	barbudo-rajado	Dm	x	x	ok				MA
<i>Nonnula rubecula</i> (Spix, 1824)	macuru			x	ok			VU	

Família, espécie e autor	Nome popular	Fisionomia	Fontes de dados		Ocorrência	Categoria de ameaça			Espécie endêmica
			1ários	2ários		IUCN	Brasil	SP	
PICIFORMES									
Ramphastidae									
<i>Ramphastos vitellinus</i> Lichtenstein, 1823	tucano-de-bico-preto	Dm Ds	x	x	ok			CP	
<i>Ramphastos dicolorus</i> Linnaeus, 1766	tucano-de-bico-verde	Dm	x	x	ok				MA
<i>Selenidera maculirostris</i> (Lichtenstein, 1823)	araçari-poca	Dm	x	x	ok			NT	MA
<i>Pteroglossus bailloni</i> (Vieillot, 1819)	araçari-banana			x	op	NT		VU	MA
Picidae									
<i>Picumnus cirratus</i> Temminck, 1825	pica-pau-anão-barrado	Dm Ds	x (a confirmar espécie)	x	ok				
<i>Picumnus temminckii</i> Lafresnaye, 1845	pica-pau-anão-de-coleira			x	ok				MA
<i>Melanerpes candidus</i> (Otto, 1796)	birro, pica-pau-branco	Dm	x		ok				
<i>Melanerpes flavifrons</i> (Vieillot, 1818)	benedito-de-testa-amarela			x	ok				MA
<i>Veniliornis spilogaster</i> (Wagler, 1827)	picapauzinho-verde-carijó	Dm	x	x	ok				MA
<i>Piculus flavigula</i> (Boddaert, 1783)	pica-pau-bufador			x	ok				MA
<i>Piculus aurulentus</i> (Temminck, 1821)	pica-pau-dourado			x	ok	NT			MA
<i>Celeus flavescens</i> (Gmelin, 1788)	pica-pau-de-cabeça-amarela	Dm	x	x	ok				
<i>Dryocopus lineatus</i> (Linnaeus, 1766)	pica-pau-de-banda-branca			x	ok				
<i>Campephilus robustus</i> (Lichtenstein, 1818)	pica-pau-rei			x	op			NT	MA
PASSERIFORMES									
Thamnophilidae									
<i>Hypoedaleus guttatus</i> (Vieillot, 1816)	chocão-carijó	Dm	x	x	ok				MA
<i>Mackenziaena severa</i> (Lichtenstein, 1823)	borralhara			x	op				MA

Família, espécie e autor	Nome popular	Fisionomia	Fontes de dados		Ocorrência	Categoria de ameaça			Espécie endêmica
			1ários	2ários		IUCN	Brasil	SP	
<i>Thamnophilus doliatus</i> (Linnaeus, 1764)	choca-barrada			x	ok				
<i>Thamnophilus caerulescens</i> Vieillot, 1816	choca-da-mata	Dm	x	x	ok				
<i>Dysithamnus stictothorax</i> (Temminck, 1823)	choquinha-de-peito-pintado			x	ok	NT		NT	MA
<i>Dysithamnus mentalis</i> (Temminck, 1823)	choquinha-lisa	Ds	x	x	ok				
<i>Dysithamnus xanthopterus</i> Burmeister, 1856	choquinha-de-asa-ferrugem			x	ok				MA
<i>Myrmotherula gularis</i> (Spix, 1825)	choquinha-de-garganta-pintada	Dm	x	x	ok				MA
<i>Myrmotherula minor</i> Salvadori, 1864	choquinha-pequena			x	ok	VU	VU	VU	MA
<i>Myrmotherula unicolor</i> (Ménétrières, 1835)	choquinha-cinzenta	Dm	x	x	ok	NT			MA
<i>Herpsilochmus rufimarginatus</i> (Temminck, 1822)	chorozinho-de-asa-vermelha	Dm	x	x	ok				MA
<i>Dryophila ferruginea</i> (Temminck, 1822)	trovoada	Dm	x	x	ok				MA
<i>Dryophila ochropyga</i> (Hellmayr, 1906)	choquinha-de-dorso-vermelho			x	ok	NT		NT	MA
<i>Dryophila malura</i> (Temminck, 1825)	choquinha-carijó	Dm Ds	x		ok				MA
<i>Dryophila squamata</i> (Lichtenstein, 1823)	pintadinho	Dm	x	x	ok				MA
<i>Terenura maculata</i> (Wied, 1831)	zidedê	Dm	x	x	ok				MA
<i>Pyriglena leucoptera</i> (Vieillot, 1818)	papa-taoca-do-sul	Dm	x	x	ok				MA
<i>Myrmeciza squamosa</i> Pelzeln, 1868	papa-formiga-de-grota	Dm	x	x	ok				MA
Conopophagidae									
<i>Conopophaga lineata</i> (Wied, 1831)	chupa-dente	Dm	x	x	ok				MA
<i>Conopophaga melanops</i> (Vieillot, 1818)	cuspidor-de-máscara-preta	Dm	x	x	ok				MA
Grallariidae									
<i>Grallaria varia</i> (Boddaert, 1783)	tovacuçu	Dm	x	x	ok				
<i>Hylopezus nattereri</i> (Pinto, 1937)	pinto-do-mato			x	ok				MA

Família, espécie e autor	Nome popular	Fisionomia	Fontes de dados		Ocorrência	Categoria de ameaça			Espécie endêmica
			1ários	2ários		IUCN	Brasil	SP	
Rhinocryptidae									
<i>Merulaxis ater</i> Lesson, 1830	entufado			x	ok	NT		NT	MA
<i>Scytalopus indigoticus</i> (Wied, 1831)	macuquinho	Dm	x	x	ok	NT			MA
Formicariidae									
<i>Formicarius colma</i> Boddaert, 1783	galinha-do-mato	Dm	x	x	ok				MA
<i>Chamaeza campanisona</i> (Lichtenstein, 1823)	tovaca-campainha	Dm	x	x	ok				
<i>Chamaeza meruloides</i> Vigors, 1825	tovaca-cantadora	Dm	x	x	ok				MA
Scleruridae									
<i>Sclerurus scansor</i> (Ménétrières, 1835)	vira-folha	Dm	x	x	ok				MA
Dendrocolaptidae									
<i>Dendrocincla turdina</i> (Lichtenstein, 1820)	arapaçu-liso	Dm	x	x	ok				MA
<i>Sittasomus griseicapillus</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-verde	Dm	x	x	ok				
<i>Xiphocolaptes albicollis</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-de-garganta-branca			x	ok				MA
<i>Dendrocolaptes platyrostris</i> Spix, 1825	arapaçu-grande	Dm	x	x	ok				
<i>Xiphorhynchus fuscus</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-rajado	Dm	x	x	ok				MA
<i>Lepidocolaptes squamatus</i> (Lichtenstein, 1822)	arapaçu-escamado			x	op				
Furnariidae									
<i>Furnarius rufus</i> (Gmelin, 1788)	joão-de-barro		x	x	ok				
<i>Synallaxis ruficapilla</i> Vieillot, 1819	pichororé			x	ok				MA
<i>Synallaxis frontalis</i> Pelzeln, 1859	petrim			x	ok				
<i>Synallaxis spixi</i> Sclater, 1856	joão-teneném	Dm	x	x	ok				
<i>Cranioleuca pallida</i> (Wied, 1831)	arredio-pálido			x	ok				MA
<i>Anabacerthia amaurotis</i> (Temminck, 1823)	limpa-folha-miúdo			x	ok	NT			MA
<i>Syndactyla rufosuperciliata</i> (Lafresnaye, 1832)	trepador-quiete			x	op				

Família, espécie e autor	Nome popular	Fisionomia	Fontes de dados		Ocorrência	Categoria de ameaça			Espécie endêmica
			1ários	2ários		IUCN	Brasil	SP	
<i>Philydor lichtensteini</i> Cabanis & Heine, 1859	limpa-folha-ocráceo			x	ok				MA
<i>Philydor atricapillus</i> (Wied, 1821)	limpa-folha-coroado		x	x	ok				MA
<i>Philydor rufum</i> (Vieillot, 1818)	limpa-folha-de-testa-baia	Dm	x	x	ok				MA
<i>Anabazenops fuscus</i> (Vieillot, 1816)	trepador-coleira			x	ok				MA
<i>Cichocolaptes leucophrus</i> (Jardine & Selby, 1830)	trepador-sobrancelha			x	ok				MA
<i>Automolus leucophthalmus</i> (Wied, 1821)	barranqueiro-de-olho-branco	Dm	x	x	ok				MA
<i>Lochmias nematura</i> (Lichtenstein, 1823)	joão-porca	Dm Ds	x	x	ok				
<i>Heliobletus contaminatus</i> Berlepsch, 1885	trepadorzinho		x	x	ok				MA
<i>Xenops minutus</i> (Sparrman, 1788)	bico-virado-miúdo	Dm	x	x	ok				
Tyrannidae									
<i>Mionectes rufiventris</i> Cabanis, 1846	abre-asa-de-cabeça-cinza	Dm	x	x	ok				MA
<i>Leptopogon amaurocephalus</i> Tschudi, 1846	cabeçudo	Dm	x	x	ok				
<i>Hemitriccus diops</i> (Temminck, 1822)	olho-falso			x	ok				MA
<i>Hemitriccus orbitatus</i> (Wied, 1831)	tiririzinho-do-mato			x	ok	NT			MA
<i>Poecilotriccus plumbeiceps</i> (Lafresnaye, 1846)	tororó	Dm	x		ok				MA
<i>Todirostrum poliocephalum</i> (Wied, 1831)	teque-teque		x	x	ok				MA
<i>Phylomyias fasciatus</i> (Thunberg, 1822)	piolhinho	Dm	x	x	ok				
<i>Elaenia flavogaster</i> (Thunberg, 1822)	guaracava-de-barriga-amarela		x	x	ok				
<i>Elaenia mesoleuca</i> (Deppe, 1830)	tuque	Dm	x	x	ok				
<i>Camptostoma obsoletum</i> (Temminck, 1824)	risadinha			x	ok				
<i>Serpophaga subcristata</i> (Vieillot, 1817)	alegrinho			x	ok				
<i>Phylloscartes paulista</i> Ihering & Ihering, 1907	não-pode-parar	Dm	x	x	ok	NT		VU	MA
<i>Phylloscartes oustaleti</i> (Sclater, 1887)	papa-moscas-de-olheiras			x	ok	NT			MA
<i>Myiornis auricularis</i> (Vieillot, 1818)	miudinho			x	ok				MA

Família, espécie e autor	Nome popular	Fisionomia	Fontes de dados		Ocorrência	Categoria de ameaça			Espécie endêmica
			lários	2ários		IUCN	Brasil	SP	
<i>Tolmomyias sulphureus</i> (Spix, 1825)	bico-chato-de-orelha-preta	Dm	x	x	ok				
<i>Platyrinchus mystaceus</i> Vieillot, 1818	patinho	Dm	x	x	ok				
<i>Platyrinchus leucoryphus</i> Wied, 1831	patinho-gigante			x	ok	VU		VU	MA
<i>Myiophobus fasciatus</i> (Statius Muller, 1776)	filipe			x	ok				
<i>Myiobius barbatus</i> (Gmelin, 1789)	assanhadinho			x	ok				MA
<i>Myiobius atricaudus</i> Lawrence, 1863	assanhadinho-de-cauda-preta			x	ok				
<i>Hirundinea ferruginea</i> (Gmelin, 1788)	gibão-de-couro		x	x	ok				
<i>Lathrotriccus euleri</i> (Cabanis, 1868)	enferrujado	Dm Ds	x	x	ok				
<i>Colonia colonus</i> (Vieillot, 1818)	viuvinha		x	x	ok				
<i>Legatus leucophaius</i> (Vieillot, 1818)	bem-te-vi-pirata	Dm Ds	x	x	ok				
<i>Myiozetetes cayanensis</i> (Linnaeus, 1766)	bentevizinho-de-asa-ferrugínea			x	ok				
<i>Myiozetetes similis</i> (Spix, 1825)	bentevizinho-de-penacho-vermelho	Dm Ds	x	x	ok				
<i>Pitangus sulphuratus</i> (Linnaeus, 1766)	bem-te-vi	Dm Ds	x	x	ok				
<i>Myiodynastes maculatus</i> (Statius Muller, 1776)	bem-te-vi-rajado	Dm Ds	x	x	ok				
<i>Megarynchus pitangua</i> (Linnaeus, 1766)	neinei		x	x	ok				
<i>Empidonomus varius</i> (Vieillot, 1818)	peitica	Dm	x		ok				
<i>Tyrannus melancholicus</i> Vieillot, 1819	suiriri	Dm Ds	x	x	ok				
<i>Syrstes sibilator</i> (Vieillot, 1818)	gritador			x	ok				MA
<i>Myiarchus swainsoni</i> Cabanis & Heine, 1859	irré			x	ok				
<i>Myiarchus ferox</i> (Gmelin, 1789)	maria-cavaleira			x	op				
<i>Myiarchus tyrannulus</i> (Statius Muller, 1776)	maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado			x	ok				
<i>Attila phoenicurus</i> Pelzeln, 1868	capitão-castanho	Dm	x	x	ok				
<i>Attila rufus</i> (Vieillot, 1819)	capitão-de-saíra	Dm Ds	x	x	ok				MA

Família, espécie e autor	Nome popular	Fisionomia	Fontes de dados		Ocorrência	Categoria de ameaça			Espécie endêmica
			1ários	2ários		IUCN	Brasil	SP	
Cotingidae									
<i>Carpornis cucullata</i> (Swainson, 1821)	corocochó	Dm	x	x	ok	NT			MA
<i>Carpornis melanocephala</i> (Wied, 1820)	sabiá-pimenta	Dm	x	x	ok	VU	VU	CP	MA
<i>Procnias nudicollis</i> (Vieillot, 1817)	araponga	Dm	x	x	ok	VU		VU	MA
<i>Pyroderus scutatus</i> (Shaw, 1792)	pavó	Dm	x	x	ok			VU	MA
Pipridae									
<i>Piprites chloris</i> (Temminck, 1822)	papinho-amarelo			x	ok				
<i>Ilicura militaris</i> (Shaw & Nodder, 1809)	tangarazinho			x	ok				MA
<i>Chiroxiphia caudata</i> (Shaw & Nodder, 1793)	tangará	Dm Ds	x	x	ok				MA
Tityridae									
<i>Oxyruncus cristatus</i> Swainson, 1821	araponga-do-horto			x	ok				
<i>Schiffornis virescens</i> (Lafresnaye, 1838)	flautim	Dm	x	x	ok				MA
<i>Tityra inquisitor</i> (Lichtenstein, 1823)	anambé-branco-de-bochecha-parda			x	ok				
<i>Tityra cayana</i> (Linnaeus, 1766)	anambé-branco-de-rabo-preto			x	ok				
<i>Pachyramphus castaneus</i> (Jardine & Selby, 1827)	caneleiro		x	x	ok				MA
<i>Pachyramphus polychopterus</i> (Vieillot, 1818)	caneleiro-preto	Ds	x	x	ok				
<i>Pachyramphus marginatus</i> (Lichtenstein, 1823)	caneleiro-bordado			x	ok			NT	
<i>Pachyramphus validus</i> (Lichtenstein, 1823)	caneleiro-de-chapéu-preto			x	ok				
Vireonidae									
<i>Cyclarhis gujanensis</i> (Gmelin, 1789)	pitiguari	Dm	x	x	ok				
<i>Vireo olivaceus</i> (Linnaeus, 1766)	juruviara	Dm Ds	x	x	ok				
<i>Hylophilus poicilotis</i> Temminck, 1822	verdinho-coroado	Dm	x	x	ok				MA

Família, espécie e autor	Nome popular	Fisionomia	Fontes de dados		Ocorrência	Categoria de ameaça			Espécie endêmica
			1ários	2ários		IUCN	Brasil	SP	
Hirundinidae									
<i>Tachycineta albiventer</i> (Boddaert, 1783)	andorinha-do-rio			x	ok				
<i>Progne tapera</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-do-campo			x	ok				
<i>Progne chalybea</i> (Gmelin, 1789)	andorinha-doméstica-grande		x	x	ok				
<i>Pygochelidon cyanoleuca</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-pequena-de-casa		x	x	ok				
<i>Neochelidon tibialis</i> (Cassin, 1853)	calcinha-branca			x	op				
<i>Stelgidopteryx ruficollis</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-serradora		x	x	ok				
Troglodytidae									
<i>Troglodytes musculus</i> Naumann, 1823	corruíra		x	x	ok				
Poliophtilidae									
<i>Ramphocaenus melanurus</i> Vieillot, 1819	bico-assovelado		x	x	ok				
Turdidae									
<i>Turdus flavipes</i> Vieillot, 1818	sabiá-una	Dm	x	x	ok				
<i>Turdus rufiventris</i> Vieillot, 1818	sabiá-laranjeira		x	x	ok				
<i>Turdus amaurochalinus</i> Cabanis, 1850	sabiá-poca			x	ok				
<i>Turdus albicollis</i> Vieillot, 1818	sabiá-coleira	Dm Ds	x	x	ok				MA
Mimidae									
<i>Mimus saturninus</i> (Lichtenstein, 1823)	sabiá-do-campo		x		op				
Coerebidae									
<i>Coereba flaveola</i> (Linnaeus, 1758)	cambacica		x	x	ok				
Thraupidae									
<i>Orchesticus abellei</i> (Lesson, 1839)	sanhaçu-pardo			x	ok	NT		NT	MA
<i>Orthogonyx chloricterus</i> (Vieillot, 1819)	catirumbava			x	ok				MA
<i>Thlypopsis sordida</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	sai-canário			x	ok				

Família, espécie e autor	Nome popular	Fisionomia	Fontes de dados		Ocorrência	Categoria de ameaça			Espécie endêmica
			1ários	2ários		IUCN	Brasil	SP	
<i>Pyrrhocomma ruficeps</i> (Strickland, 1844)	cabecinha-castanha			x	op				
<i>Trichothraupis melanops</i> (Vieillot, 1818)	tiê-de-topete			x	ok				
<i>Habia rubica</i> (Vieillot, 1817)	tiê-do-mato-grosso	Dm Ds	x	x	ok				
<i>Tachyphonus cristatus</i> (Linnaeus, 1766)	tiê-galo			x	ok				
<i>Tachyphonus coronatus</i> (Vieillot, 1822)	tiê-preto	Dm Ds	x	x	ok				MA
<i>Tachyphonus rufus</i> (Boddaert, 1783)	pipira-preta			x	ok			VU	
<i>Ramphocelus bresilius</i> (Linnaeus, 1766)	tiê-sangue			x	ok				MA
<i>Thraupis sayaca</i> (Linnaeus, 1766)	sanhaçu-cinzento		x	x	ok				
<i>Thraupis cyanoptera</i> (Vieillot, 1817)	sanhaçu-de-encontro-azul		x	x	ok	NT			MA
<i>Thraupis ornata</i> (Sparman, 1789)	sanhaçu-de-encontro-amarelo			x	ok				MA
<i>Thraupis palmarum</i> (Wied, 1823)	sanhaçu-do-coqueiro			x	ok				
<i>Pipraeidea melanonota</i> (Vieillot, 1819)	saíra-viúva			x	op				
<i>Tangara seledon</i> (Statius Muller, 1776)	saíra-sete-cores		x	x	ok				MA
<i>Tangara cyanocephala</i> (Statius Muller, 1776)	saíra-militar			x	ok				MA
<i>Tangara desmaresti</i> (Vieillot, 1819)	saíra-lagarta			x	ok				MA
<i>Tangara cyanoventris</i> (Vieillot, 1819)	saíra-douradinha			x	op				MA
<i>Tangara cayana</i> (Linnaeus, 1766)	saíra-amarela			x	op				
<i>Tangara preciosa</i> (Cabanis, 1850)	saíra-preciosa			x	op				
<i>Dacnis cayana</i> (Linnaeus, 1766)	saí-azul			x	ok				
<i>Chlorophanes spiza</i> (Linnaeus, 1758)	saí-verde			x	op				MA
<i>Hemithraupis ruficapilla</i> (Vieillot, 1818)	saíra-ferrugem			x	ok				MA
Emberizidae									
<i>Zonotrichia capensis</i> (Statius Muller, 1776)	tico-tico	Dm	x	x	ok				
<i>Haplospiza unicolor</i> Cabanis, 1851	cigarra-bambu		x	x	ok				MA

Família, espécie e autor	Nome popular	Fisionomia	Fontes de dados		Ocorrência	Categoria de ameaça			Espécie endêmica
			1ários	2ários		IUCN	Brasil	SP	
<i>Sicalis flaveola</i> (Linnaeus, 1766)	canário-da-terra-verdadeiro		x		ok				
<i>Volatinia jacarina</i> (Linnaeus, 1766)	tiziu		x	x	ok				
<i>Sporophila lineola</i> (Linnaeus, 1758)	bigodinho		x	x	ok				
<i>Sporophila caerulea</i> (Vieillot, 1823)	coleirinho		x	x	ok				
<i>Sporophila angolensis</i> (Linnaeus, 1766)	curió		x		ok			VU	
Cardinalidae									
<i>Saltator fuliginosus</i> (Daudin, 1800)	pimentão	Dm Ds	x	x	ok				MA
<i>Saltator similis</i> d'Orbigny & Lafresnaye, 1837	trinca-ferro-verdadeiro	Dm	x	x	ok				
<i>Cyanococcyz brissonii</i> (Lichtenstein, 1823)	azulão		x		ok			VU	
Parulidae									
<i>Parula pitiayumi</i> (Vieillot, 1817)	mariquita	Dm Ds	x	x	ok				
<i>Geothlypis aequinoctialis</i> (Gmelin, 1789)	pia-cobra			x	ok				
<i>Basileuterus culicivorus</i> (Deppe, 1830)	pula-pula	Dm Ds	x	x	ok				
<i>Basileuterus leucoblepharus</i> (Vieillot, 1817)	pula-pula-assobiador	Dm	x	x	ok				MA
<i>Phaeothlypis rivularis</i> (Wied, 1821)	pula-pula-ribeirinho	Dm Ds	x	x	ok				MA
Icteridae									
<i>Cacicus haemorrhous</i> (Linnaeus, 1766)	guaxe	Ds	x	x	ok				
<i>Molothrus bonariensis</i> (Gmelin, 1789)	vira-bosta			x	ok				
Fringillidae									
<i>Carduelis magellanica</i> (Vieillot, 1805)	pintassilgo		x	x	ok				
<i>Euphonia violacea</i> (Linnaeus, 1758)	gaturamo-verdadeiro			x	ok				MA
<i>Euphonia pectoralis</i> (Latham, 1801)	ferro-velho			x	ok				MA
Passeridae									
<i>Passer domesticus</i> (Linnaeus, 1758)	pardal		x	x	op				

Anexo 22. Lista das espécies de aves registradas em campo e respectivos locais de ocorrência - dados primários.

Família, espécie e autor	Nome popular	Sítio amostral (trilhas)						
		Jurupará	Pedra lascada	Grota Tamanduá	Jatobá	Cachoeira do Grito	Três palmitos	Pedreira
TINAMIFORMES								
Tinamidae								
<i>Tinamus solitarius</i> (Vieillot, 1819)	macuco		x	x		x	x	x
<i>Crypturellus obsoletus</i> (Temminck, 1815)	inhambuagaçu			x	x	borda da trilha		
<i>Crypturellus noctivagus</i> (Wied, 1820)	jaó-do-sul			x				
GALLIFORMES								
Cracidae								
<i>Penelope obscura</i> Temminck, 1815	jacuaçu							Base 8,5
Odontophoridae								
<i>Odontophorus capueira</i> (Spix, 1825)	uru	x	x	x		x		
PELECANIFORMES								
Phalacrocoracidae								
<i>Phalacrocorax brasilianus</i> (Gmelin, 1789)	biguá							Represa da Fumaça e Jurupará
Anhingidae								
<i>Anhinga anhinga</i> (Linnaeus, 1766)	biguatinga							Área de abrangência

Família, espécie e autor	Nome popular	Sítio amostral (trilhas)							
		Jurupará	Pedra lascada	Grota Tamanduá	Jatobá	Cachoeira do Grito	Três palmitos	Pedreira	Outros
Ardeidae									
<i>Butorides striata</i> (Linnaeus, 1758)	socozinho								Base Águas Claras
<i>Ardea alba</i> Linnaeus, 1758	garça-branca-grande								Base Águas Claras
CATHARTIFORMES									
Cathartidae									
<i>Cathartes aura</i> (Linnaeus, 1758)	urubu-de-cabeça-vermelha								Base Fumaça
<i>Coragyps atratus</i> (Bechstein, 1793)	urubu-de-cabeça-preta								Base Fumaça
FALCONIFORMES									
Accipitridae									
<i>Elanoides forficatus</i> (Linnaeus, 1758)	gavião-tesoura								Área de abrangência
<i>Elanus leucurus</i> (Vieillot, 1818)	gavião-peneira								Área de abrangência
<i>Accipiter bicolor</i> (Vieillot, 1817)	gavião-bombachinha-grande								Base Fumaça
<i>Rupornis magnirostris</i> (Gmelin, 1788)	gavião-carijó						x		
Falconidae									
<i>Caracara plancus</i> (Miller, 1777)	caracará								Área de abrangência
<i>Milvago chimachima</i> (Vieillot, 1816)	carrapateiro							x	
<i>Micrastur ruficollis</i> (Vieillot, 1817)	falcão-caburé								x

Família, espécie e autor	Nome popular	Sítio amostral (trilhas)							
		Jurupará	Pedra lascada	Grota Tamanduá	Jatobá	Cachoeira do Grito	Três palmitos	Pedreira	Outros
Rallidae									
<i>Aramides saracura</i> (Spix, 1825)	saracura-do-mato								borda da trilha
CHARADRIIFORMES									
Charadriidae									
<i>Vanellus chilensis</i> (Molina, 1782)	quero-quero								Ambiente aberto próximo Cachoeira do Grito
COLUMBIFORMES									
Columbidae									
<i>Columbina talpacoti</i> (Temminck, 1811)	rolinha-roxa								Área de abrangência
<i>Patagioenas plumbea</i> (Vieillot, 1818)	pomba-amargosa					x			x
<i>Leptotila verreauxi</i> Bonaparte, 1855	juriti-pupu								borda da trilha
<i>Leptotila rufaxilla</i> (Richard & Bernard, 1792)	juriti-gemeadeira								borda da trilha
<i>Geotrygon montana</i> (Linnaeus, 1758)	pariri		x			x			

Família, espécie e autor	Nome popular	Sítio amostral (trilhas)						
		Jurupará	Pedra lascada	Grota Tamanduá	Jatobá	Cachoeira do Grito	Três palmitos	Pedreira
Psittacidae								
<i>Forpus xanthopterygius</i> (Spix, 1824)	tuim			x				
<i>Brotogeris tirica</i> (Gmelin, 1788)	periquito-rico	x				x		x
<i>Pionopsitta pileata</i> (Scopoli, 1769)	cuiú-cuiú	x	x	x		x		
<i>Pionus maximiliani</i> (Kuhl, 1820)	maitaca-verde	x		borda da trilha		x	x	x
<i>Triclaria malachitacea</i> (Spix, 1824)	sabiá-cica					borda da trilha		x
CUCULIFORMES								
Cuculidae								
<i>Piaya cayana</i> (Linnaeus, 1766)	alma-de-gato			borda da trilha				
<i>Crotophaga ani</i> Linnaeus, 1758	anu-preto							Base 8,5
STRIGIFORMES								
Tytonidae								
<i>Tyto alba</i> (Scopoli, 1769)	coruja-da-igreja							Base Fumaça
Strigidae								
<i>Strix hylophila</i> Temminck, 1825	coruja-listrada		x					

Família, espécie e autor	Nome popular	Sítio amostral (trilhas)							
		Jurupará	Pedra lascada	Grota Tamanduá	Jatobá	Cachoeira do Grito	Três palmitos	Pedreira	Outros
Nyctibiidae									
<i>Nyctibius griseus</i> (Gmelin, 1789)	mãe-da-lua								Base Fumaça
Caprimulgidae									
<i>Nyctidromus albicollis</i> (Gmelin, 1789)	bacurau								Base 8,5
APODIFORMES									
Trochilidae									
<i>Ramphodon naevius</i> (Dumont, 1818)	beija-flor-rajado	x	x	x		x			
<i>Phaethornis pretrei</i> (Lesson & Delattre, 1839)	rabo-branco-acanelado	x	x		x	borda da trilha			
<i>Phaethornis eurynome</i> (Lesson, 1832)	rabo-branco-de-garganta-rajada				x		x		
<i>Florisuga fusca</i> (Vieillot, 1817)	beija-flor-preto					borda da trilha			
<i>Thalurania glaucopis</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-fronte-violeta	x	x	x	x				
TROGONIFORMES									
Trogonidae									
<i>Trogon viridis</i> Linnaeus, 1766	surucuá-grande-de-barriga-amarela	x	x	x	x	x		x	
<i>Trogon rufus</i> Gmelin, 1788	surucuá-de-barriga-amarela							x	

Família, espécie e autor	Nome popular	Sítio amostral (trilhas)							
		Jurupará	Pedra lascada	Grota Tamanduá	Jatobá	Cachoeira do Grito	Três palmitos	Pedreira	Outros
Alcedinidae									
<i>Megaceryle torquata</i> (Linnaeus, 1766)	martim-pescador-grande								Represa Fumaça
<i>Chloroceryle amazona</i> (Latham, 1790)	martim-pescador-verde								Base Águas Claras
Momotidae									
<i>Baryphthengus ruficapillus</i> (Vieillot, 1818)	juruva-verde			borda da trilha	borda da trilha	x			
GALBULIFORMES									
Bucconidae									
<i>Malacoptila striata</i> (Spix, 1824)	barbudo-rajado				x				
PICIFORMES									
Ramphastidae									
<i>Ramphastos vitellinus</i> Lichtenstein, 1823	tucano-de-bico-preto	x					x	x	
<i>Ramphastos dicolorus</i> Linnaeus, 1766	tucano-de-bico-verde					x			
<i>Selenidera maculirostris</i> (Lichtenstein, 1823)	araçari-poca			x	x				
Picidae									
<i>Picumnus cirratus</i> Temminck, 1825	pica-pau-anão-barrado				x	x	x	x	
<i>Melanerpes candidus</i> (Otto, 1796)	birro, pica-pau-branco	borda da trilha				borda da trilha			
<i>Veniliornis spilogaster</i> (Wagler, 1827)	picapauzinho-verde-carijó				x	borda da trilha		x	
<i>Celeus flavescens</i> (Gmelin, 1788)	pica-pau-de-cabeça-amarela	x							

Família, espécie e autor	Nome popular	Sítio amostral (trilhas)						
		Jurupará	Pedra lascada	Grota Tamanduá	Jatobá	Cachoeira do Grito	Três palmitos	Pedreira
Thamnophilidae								
<i>Hypoedaleus guttatus</i> (Vieillot, 1816)	chocão-carijó	x	x	x	x	x		x
<i>Thamnophilus caerulescens</i> Vieillot, 1816	choca-da-mata		borda da trilha	borda da trilha	borda da trilha			
<i>Dysithamnus mentalis</i> (Temminck, 1823)	choquinha-lisa						x	x
<i>Myrmotherula gularis</i> (Spix, 1825)	choquinha-de-garganta-pintada	x		x		x		x
<i>Myrmotherula unicolor</i> (Ménétrières, 1835)	choquinha-cinzenta			x				
<i>Herpsilochmus rufimarginatus</i> (Temminck, 1822)	chorozinho-de-asa-vermelha	x	x	x	x	x		x
<i>Drymophila ferruginea</i> (Temminck, 1822)	trovoada			x	x	x		x
<i>Drymophila malura</i> (Temminck, 1825)	choquinha-carijó					x	x	x
<i>Drymophila squamata</i> (Lichtenstein, 1823)	pintadinho			x	x			
<i>Terenura maculata</i> (Wied, 1831)	zidedê	x	x					
<i>Pyriglena leucoptera</i> (Vieillot, 1818)	papa-taoca-do-sul			x	x			
<i>Myrmeciza squamosa</i> Pelzeln, 1868	papa-formiga-de-grota	x		x	x			
Conopophagidae								
<i>Conopophaga lineata</i> (Wied, 1831)	chupa-dente	x				borda da trilha		
<i>Conopophaga melanops</i> (Vieillot, 1818)	cuspidor-de-máscara-preta	x			x			x
Grallariidae								
<i>Grallaria varia</i> (Boddaert, 1783)	tovacuçu		x	x	x	x		
Rhinocryptidae								
<i>Scytalopus indigoticus</i> (Wied, 1831)	macuquinho			x	x	x		x

Família, espécie e autor	Nome popular	Sítio amostral (trilhas)							
		Jurupará	Pedra lascada	Grota Tamanduá	Jatobá	Cachoeira do Grito	Três palmitos	Pedreira	Outros
<i>Formicarius colma</i> Boddaert, 1783	galinha-do-mato	x		x	x			x	
<i>Chamaeza campanisona</i> (Lichtenstein, 1823)	tovaca-campainha	x	x						
<i>Chamaeza meruloides</i> Vigors, 1825	tovaca-cantadora			x	x	x		x	
Scleruridae									
<i>Sclerurus scansor</i> (Ménétrières, 1835)	vira-folha			x					
Dendrocolaptidae									
<i>Dendrocincla turdina</i> (Lichtenstein, 1820)	arapaçu-liso	x	x	x	x	x		x	
<i>Sittasomus griseicapillus</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-verde	x	x	x	x	borda da trilha		x	
<i>Dendrocolaptes platyrostris</i> Spix, 1825	arapaçu-grande			x	x				
<i>Xiphorhynchus fuscus</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-rajado	x		x					
Furnariidae									
<i>Furnarius rufus</i> (Gmelin, 1788)	joão-de-barro								Área de abrangência
<i>Synallaxis spixi</i> Sclater, 1856	joão-teneném					borda da trilha	borda da trilha		
<i>Philydor atricapillus</i> (Wied, 1821)	limpa-folha-coroado							x	
<i>Philydor rufum</i> (Vieillot, 1818)	limpa-folha-de-testa-baixa			x	x			x	
<i>Automolus leucophthalmus</i> (Wied, 1821)	barranqueiro-de-olho-branco	x	x		x	x		x	
<i>Lochmias nematura</i> (Lichtenstein, 1823)	joão-porca			x	x	x	x	x	
<i>Heliobletus contaminatus</i> Berlepsch, 1885	trepadorzinho							x	
<i>Xenops minutus</i> (Sparrman, 1788)	bico-virado-miúdo			x	x				

Família, espécie e autor	Nome popular	Sítio amostral (trilhas)							
		Jurupará	Pedra lascada	Grota Tamanduá	Jatobá	Cachoeira do Grito	Três palmitos	Pedreira	Outros
<i>Mionectes rufiventris</i> Cabanis, 1846	abre-asa-de-cabeça-cinza			x				x	
<i>Leptopogon amaurocephalus</i> Tschudi, 1846	cabeçudo			x	x				
<i>Poecilotriccus plumbeiceps</i> (Lafresnaye, 1846)	tororó			borda da trilha	borda da trilha				
<i>Todirostrum poliocephalum</i> (Wied, 1831)	teque-teque								Base 8,5
<i>Phyllomyias fasciatus</i> (Thunberg, 1822)	piolhinho				borda da trilha				
<i>Elaenia flavogaster</i> (Thunberg, 1822)	guaracava-de-barriga-amarela								Área de abrangência
<i>Elaenia mesoleuca</i> (Deppe, 1830)	tuque		borda da trilha						
<i>Phylloscartes paulista</i> Ihering & Ihering, 1907	não-pode-parar	x				x			
<i>Tolmomyias sulphurescens</i> (Spix, 1825)	bico-chato-de-orelha-preta	x	x	x	borda da trilha			x	
<i>Platyrinchus mystaceus</i> Vieillot, 1818	patinho		x		x				
<i>Hirundinea ferruginea</i> (Gmelin, 1788)	gibão-de-couro								Base Fumaça
<i>Lathrotriccus euleri</i> (Cabanis, 1868)	enferrujado			borda da trilha	borda da trilha		borda da trilha	x	
<i>Colonia colonus</i> (Vieillot, 1818)	viuvinha								Área de abrangência
<i>Legatus leucophaeus</i> (Vieillot, 1818)	bem-te-vi-pirata			borda da trilha	x	x	x		

Família, espécie e autor	Nome popular	Sítio amostral (trilhas)							
		Jurupará	Pedra lascada	Grota Tamanduá	Jatobá	Cachoeira do Grito	Três palmitos	Pedreira	Outros
<i>Pitangus sulphuratus</i> (Linnaeus, 1766)	bem-te-vi	borda da trilha		borda da trilha		borda da trilha	borda da trilha		
<i>Myiodynastes maculatus</i> (Statius Muller, 1776)	bem-te-vi-rajado	x		borda da trilha			borda da trilha		
<i>Megarynchus pitangua</i> (Linnaeus, 1766)	neinei							x	
<i>Empidonomus varius</i> (Vieillot, 1818)	peitica			borda da trilha					
<i>Tyrannus melancholicus</i> Vieillot, 1819	suiriri	borda da trilha					borda da trilha		
<i>Attila phoenicurus</i> Pelzeln, 1868	capitão-castanho	x		x		x			
<i>Attila rufus</i> (Vieillot, 1819)	capitão-de-saíra					borda da trilha	x	x	
Cotingidae									
<i>Carpornis cucullata</i> (Swainson, 1821)	corocochó	x	x						
<i>Carpornis melanocephala</i> (Wied, 1820)	sabiá-pimenta	x						x	
<i>Procnias nudicollis</i> (Vieillot, 1817)	araponga	x		x	x	x		x	
<i>Pyroderus scutatus</i> (Shaw, 1792)	pavó		x	x	x	borda da trilha		x	

Família, espécie e autor	Nome popular	Sítio amostral (trilhas)							
		Jurupará	Pedra lascada	Grota Tamanduá	Jatobá	Cachoeira do Grito	Três palmitos	Pedreira	Outros
<i>Chiroxiphia caudata</i> (Shaw & Nodder, 1793)	tangará	x	x	x	x	x	x	x	
Tityridae									
<i>Schiffornis virescens</i> (Lafresnaye, 1838)	flautim	x	x	x		x		x	
<i>Pachyramphus castaneus</i> (Jardine & Selby, 1827)	caneleiro								Base 8,5
<i>Pachyramphus polychopterus</i> (Vieillot, 1818)	caneleiro-preto						borda da trilha		
Vireonidae									
<i>Cyclarhis gujanensis</i> (Gmelin, 1789)	pitiguari			x					
<i>Vireo olivaceus</i> (Linnaeus, 1766)	juruviara	x	x	x	borda da trilha		x	x	
<i>Hylophilus poicilotis</i> Temminck, 1822	verdinho-coroado		x		x			x	
Hirundinidae									
<i>Progne chalybea</i> (Gmelin, 1789)	andorinha-doméstica-grande								Base Fumaça
<i>Pygochelidon cyanoleuca</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-pequena-de-casa								Base 8,5
<i>Stelgidopteryx ruficollis</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-serradora								Base Águas Claras
Troglodytidae									
<i>Troglodytes musculus</i> Naumann, 1823	corruíra								Base Fumaça
Poliptilidae									
<i>Ramphocaenus melanurus</i> Vieillot, 1819	bico-assovelado							x	
Turdidae									
<i>Turdus flavipes</i> Vieillot, 1818	sabiá-una		x						
<i>Turdus rufiventris</i> Vieillot, 1818	sabiá-laranjeira								Base 8,5
<i>Turdus albicollis</i> Vieillot, 1818	sabiá-coleira	x	x	x	x	x	borda da trilha	x	

Família, espécie e autor	Nome popular	Sítio amostral (trilhas)							Outros
		Jurupará	Pedra lascada	Grota Tamanduá	Jatobá	Cachoeira do Grito	Três palmitos	Pedreira	
<i>Mimus saturninus</i> (Lichtenstein, 1823)	sabiá-do-campo								Área de abrangência
Coerebidae									
<i>Coereba flaveola</i> (Linnaeus, 1758)	cambacica								Base 8,5
Thraupidae									
<i>Habia rubica</i> (Vieillot, 1817)	tiê-do-mato-grosso		x	x	x		x	x	
<i>Tachyphonus coronatus</i> (Vieillot, 1822)	tiê-preto	borda da trilha	borda da trilha	borda da trilha	borda da trilha	borda da trilha	borda da trilha		
<i>Thraupis sayaca</i> (Linnaeus, 1766)	sanhaçu-cinzento								Base Fumaça
<i>Thraupis cyanoptera</i> (Vieillot, 1817)	sanhaçu-de-encontro-azul								Base 8,5
<i>Tangara seledon</i> (Statius Muller, 1776)	saíra-sete-cores								Base Fumaça
<i>Zonotrichia capensis</i> (Statius Muller, 1776)	tico-tico	borda da trilha	borda da trilha						
<i>Haplospiza unicolor</i> Cabanis, 1851	cigarra-bambu								Base Águas Claras
<i>Sicalis flaveola</i> (Linnaeus, 1766)	canário-da-terra-verdadeiro								Base Águas Claras
<i>Volatinia jacarina</i> (Linnaeus, 1766)	tiziu								Base Águas Claras
<i>Sporophila lineola</i> (Linnaeus, 1758)	bigodinho								Base Águas Claras

Família, espécie e autor	Nome popular	Sítio amostral (trilhas)							
		Jurupará	Pedra lascada	Grota Tamanduá	Jatobá	Cachoeira do Grito	Três palmitos	Pedreira	Outros
<i>Sporophila angolensis</i> (Linnaeus, 1766)	curió								
Cardinalidae									
<i>Saltator fuliginosus</i> (Daudin, 1800)	pimentão			x		x		x	x
<i>Saltator similis</i> d'Orbigny & Lafresnaye, 1837	trinca-ferro-verdadeiro				borda da trilha				
<i>Cyanocompsa brissonii</i> (Lichtenstein, 1823)	azulão								
Parulidae									
<i>Parula pitiayumi</i> (Vieillot, 1817)	mariquita				borda da trilha			x	
<i>Basileuterus culicivorus</i> (Deppe, 1830)	pula-pula	x	x	x	x	x		x	x
<i>Basileuterus leucoblepharus</i> (Vieillot, 1817)	pula-pula-assobiador				borda da trilha				
<i>Phaeothlypis rivularis</i> (Wied, 1821)	pula-pula-ribeirinho					x		x	x
Icteridae									
<i>Cacicus haemorrhous</i> (Linnaeus, 1766)	guaxe							x	
Fringillidae									
<i>Carduelis magellanica</i> (Vieillot, 1805)	pintassilgo								Base Águas Claras
Passeridae									
<i>Passer domesticus</i> (Linnaeus, 1758)	pardal								Área de abrangência

Anexo 23. Lista geral de pequenos mamíferos registrados para o PEJU - dados primários e secundários.

Classificação taxonômica, nome popular e fonte de dados.

Ordem	Família	Espécie	Nome popular	Fontes de dados	
				Íários	Zários
Lagomorpha	Leporidae	Lepus europaeus Pallas, 1778	Coelho, Lebre		X
Lagomorpha	Leporidae	Sylvilagus brasiliensis (Linnaeus, 1758)	Tapiti, Lebre		X
Marsupialia	Didelphidae	Chironectes minimus Linnaeus, 1758	Cuíca-d'água		X
Marsupialia	Didelphidae	Didelphis aurita (Wied-Neuwied, 1826)	Gambá-de-orelha-preta	X	X
Marsupialia	Didelphidae	Gracilinanus microtarsus (Wagner, 1842)	Cuíca, Catita		X
Marsupialia	Didelphidae	Marmosops aff. paulensis	Cuíca		X
Marsupialia	Didelphidae	Marmosops incanus (Lund, 1840)	Catita	X	X
Marsupialia	Didelphidae	Micoureus demerarae (Thomas, 1905)	Cuíca		X
Marsupialia	Didelphidae	Micoureus paraguayanus Tate, 1931	Cuíca-d'água		X
Marsupialia	Didelphidae	Monodelphis americana (Müller, 1776)	Cuíca, Catita		X
Marsupialia	Didelphidae	Monodelphis iheringi (Thomas, 1888)	Catita		X
Marsupialia	Didelphidae	Monodelphis scalops (Thomas, 1888)	Catita		X
Marsupialia	Didelphidae	Monodelphis sorex (Hensel, 1872)	Cuíca, Catita		X
Marsupialia	Didelphidae	Philander frenatus (Olfers, 1818)	Cuíca-de-quatro-olhos cinza	X	X
Rodentia	Caviidae	Cavia sp.	Preá		X
Rodentia	Cricetidae	Akodon montensis (Thomas, 1913)	Camundongo-do-mato das montanhas		X
Rodentia	Cricetidae	Akodon sp1	Camundongo-do-mato		X
Rodentia	Cricetidae	Akodon sp2	Camundongo-do-mato	X	
Rodentia	Cricetidae	Bucepattersonius soricinus Hershkovitz, 1998	Rato-do-mato		X
Rodentia	Cricetidae	Delomys dorsalis (Hensel, 1873)	Rato-do-mato		X
Rodentia	Cricetidae	Delomys sublineatus (Thomas, 1903)	Rato-do-mato		X
Rodentia	Cricetidae	Euryoryzomys russatus (Wagner, 1848)	Rato-do-arroz	X	X
Rodentia	Cricetidae	Juliomys pictipes (Osgood, 1933)	Rato-de-focinho-vermelho		X
Rodentia	Cricetidae	Nectomys squamipes (Brants, 1827)	Rato-d'água		X
Rodentia	Cricetidae	Oligoryzomys cf. flavescens	Rato-do-mato		X
Rodentia	Cricetidae	Oligoryzomys nigripes (Olfers, 1818)	Camundongo-de-pé-preto		X
Rodentia	Cricetidae	Oligoryzomys sp1	Camundongo-de-pé-preto		X
Rodentia	Cricetidae	Oligoryzomys sp2	Camundongo-de-pé-preto		X
Rodentia	Cricetidae	Oligoryzomys sp3	Camundongo-de-pé-preto	X	
Rodentia	Cricetidae	Oxymycterus dasytrichus (Schinz, 1821)	Rato-do-brejo		X
Rodentia	Cricetidae	Rhipidomys mastacalis (Lund, 1840)	Rato-da-arvore	X	
Rodentia	Cricetidae	Sooretamys angoya (Fischer, 1814)	Rato-do-mato		X
Rodentia	Cricetidae	Thaptomys nigrita (Lichtenstein, 1829)	Camundongo-de-pé-preto	X	X
Rodentia	Echimididae	Euryzomatomys spinosus (G. Fischer, 1814)	Rato-de-espinho		X
Rodentia	Echimididae	Phyllomys nigrispinus (Wagner, 1842)	Rato-de-árvore-da-Mata-Atlântica		X
Rodentia	Muridae	Rattus rattus (Fischer de Waldheim, 1803)	Rato		X
Rodentia	Sciuridae	Guerlinguetus ingrani	Esquilo		X

Anexo 24. Lista comentada de espécies de pequenos mamíferos de ocorrência no PEJU.

Ordem Marsupialia

Família Didelphidae

Chironectes minimus (Zimmermann, 1780) – Cuíca d'água

Possui ampla distribuição na Região Neotropical: está presente desde o sul do México, passando pela América Central, englobando quase todo o leste Sul-Americano, até a altura do nordeste argentino (Nowak, 1999; Wilson e Reeder, 1992). No Brasil, está presente na porção sul da Floresta Atlântica (Eisenberg e Redford, 1999).

É a única espécie de marsupial bem adaptada para o hábito semi-aquático, apresentando membranas interdigitais nos membros posteriores, pelos impermeáveis e, nas fêmeas, um marsúpio a prova de água (Nowak, 1999). Possui hábito noturno, encontrando-se associada a corpos de água (Emmons e Feers, 1990; Voss *et al.*, 2001), um habitat essencial para a presença desta espécie. *C. minimus* alimenta-se de peixes e crustáceos, podendo também ingerir frutas e vegetação aquática (Emmons e Feers, 1990; Nowak, 1999).

Didelphis aurita (Wied-Neuwied, 1826) – Gambá-de-orelha-preta

Presente em toda a Floresta Atlântica, o gambá-de-orelha-preta ocorre em simpatria com o gambá-de-orelha-branca, *Didelphis albiventris*, em algumas localidades do Estado de São Paulo, onde sua distribuição se estende até os limites do Cerrado. Possui hábitos noturnos (Voss *et al.*, 2001), podendo andar tanto na copa alta das árvores como no sub-bosque intermediário ou no solo (Charles-Dominique, 1983; Emmons e Feers, 1990). Utiliza buracos em troncos de árvores, geralmente próximos a cursos d'água, para abrigar-se (Miles *et al.* 1981). É uma espécie considerada oportunista quanto à alimentação, consumindo principalmente pequenos animais e frutos (Emmons e Feers, 1990; Nowak, 1999), mas apresentando grande variação quanto aos táxons consumidos (Rossi *et al.* 2006), podendo até mesmo, em regiões litorâneas, alimentar-se de crustáceos marinhos (Cabrera e Yepes, 1960). É um marsupial comum e abundante tanto em áreas conservadas quanto alteradas, habitando inclusive centros urbanos.

Gracilinanus microtarsus (Wagner, 1842) – Catita, cuíca, cuíca-graciosa

Considerada endêmica da Mata Atlântica nas regiões Sudeste e Sul do Brasil (Hershkovitz, 1992), parece estar associada a locais de grande precipitação pluvial (Eisenberg e Redford, 1999), sendo uma espécie comum, embora não abundante (Bonvicino *et al.*, 2002). Apresenta-se sempre associada a formações florestais (Eisenberg e Redford, 1999) e aparentemente é incapaz de atravessar matrizes de gramíneas exóticas (Pires *et al.*, 2002).

É uma espécie onívora, alimentando-se de insetos, pequenos vertebrados e frutas (Hershkovitz, 1992). Assim como *Marmosops incanus* (ver abaixo), sua reprodução está fortemente associado à estação chuvosa, porém sem apresentar nenhuma queda populacional referente ao período pós-reprodutivo. Os animais desta espécie apresentam pés largos e cauda longa indicando hábito arborícola, apesar de serem coletados tanto no solo quanto em árvores (Eisenberg e Redford, 1999). É uma espécie sensível a alterações no habitat.

Marmosops paulensis (Tate, 1931) - Catita

Encontrando em florestas acima de 800m de altitude, nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná (Musturangi e Patton, 1997). Pode ocorrer em florestas primárias e secundárias, explorando tanto o solo quanto o sub-bosque (Rossi et al. 2006). É morfológicamente similar à *M. incanus*, podendo ocorrer em simpatria com este.

Marmosops incanus (Lund, 1840) - Catita

Marsupial endêmico da Floresta Atlântica (Emmons e Feer, 1990), estendendo-se da Bahia ao Paraná e interior do estado de Minas Gerais (Musturangi e Patton, 1997). É considerado insetívoro-onívoro (Rossi et al. 2006) e de hábito escansorial, podendo estar presente em matas primárias e secundárias, em fragmentos isolados ou contínuos (Pardini et al. 2005). Apresenta reprodução altamente associada com o período chuvoso e, após o período reprodutivo, a população de machos cai vertiginosamente (Eisenberg e Redford, 1999), enquanto o número de fêmeas se mantém por mais alguns meses (Rossi et al. 2006). Seu estado de conservação ainda é incerto, porém pode estar ameaçada no estado de São Paulo.

Micoureus demerarae (Thomas, 1905) - Cuíca

Possui ampla distribuição, desde a Colômbia até o Norte da Bolívia, Brasil central e Nordeste da Bahia (Patton e Costa, 2003), aparentemente apresentando inclusão moderada em áreas de Mata Atlântica. É um pequeno marsupial insetívoro-onívoro (Fonseca et al., 1996), com cauda prensil e um corpo adaptado para hábito arborícola ou semi-arborícola (Voss et al., 2001). Está aparentemente associado a regiões de mata, mesmo em biomas predominantemente abertos.

Micoureus paraguayanus Tate, 1931 - Cuíca, guaiquica-cinza.

Ocorre no litoral brasileiro, desde a Bahia, até o Rio Grande do Sul, estendendo-se ao sul até o Paraguai (Patton e Costa, 2003). Segundo Leite et al. (1996), alimenta-se principalmente de insetos, podendo ingerir crustáceos (Carvalho et al., 1999) ou frutas em maior quantidade (Cáceres et al., 2002), provavelmente sendo oportunista em relação à alimentação.

M. paraguayanus explora preferencialmente extratos arbóreos e arbustivos mais elevados de matas primárias e secundárias (Leite et al., 1996). Pode apresentar alto grau de mobilidade entre áreas fragmentadas (860m), porém em baixas taxas (1,2%; Pires et al; 2002).

Monodelphis americana (Muller, 1776) – Catita ou cuíca-listrada

A espécie distribui-se na porção oriental da América do Sul, desde Santa Catarina, até Belém, Pará (Rossi et al., 2006). É um animal pequeno, provavelmente insetivo-onívoro (Fonseca et al., 1996), essencialmente terrestre e diurno (Eisenberg e Redford, 1999). Raramente é capturado em armadilhas tradicionais, sendo as armadilhas de queda do tipo pitfall as mais efetivas para sua amostragem (Pardini et al. 2005).

Monodelphis iheringi (Thomas, 1888) - Catita

Presente em todo o sudeste brasileiro e parte da Argentina (Rossi et al., 2006), esse pequeno marsupial insetívoro-onívoro (Fonseca et al., 1996) é raro na maior parte das localidades que se encontra, podendo estar presente tanto em matas primárias quanto secundárias (Rossi et al. 2006). Talvez por sua raridade, a IUCN recentemente colocou esta espécie na categoria de Dados Deficientes.

Monodelphis scalops (Thomas, 1888) - Catita

Distribui-se pelo sudeste brasileiro, na faixa litorânea do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, chegando até o Paraguai e norte da Argentina (Rossi et al., 2006). Foi classificada como insetívora-onívora (Fonseca et al., 1996), apesar das informações a respeito de alimentação e hábito de vida serem escassos. Tem hábito terrestre, e está presente tanto em matas secundárias quanto em primárias (Pine e Arawaya, 1978).

Monodelphis sorex (Hensel, 1872) - Catita

Ocorre no sul e sudeste brasileiro, estendendo sua distribuição até o Paraguai e Argentina (Brown, 2004). Assim como todos os membros do gênero, provavelmente é insetívora-onívora dada a morfologia de seus dentes, mas informações mais precisas sobre seus hábitos de vida são necessárias (Reis et al. 2006).

Philander frenatus (Olfers, 1818) – Cuíca-de-quatro-olhos-cinzenta

Recentemente reconhecida como uma espécie válida, separando-se de *P. opossum*, espécie de distribuição amazônica (Patton e da Silva, 1997). Ocorre na parte meridional do Brasil, do sul da Bahia até Santa Catarina, estendendo-se até a porção sul do Paraguai e regiões adjacentes da Argentina (Rossi et al., 2006).

Freqüentemente encontrado em rios e brejos (Nowak, 1999), *P. frenatus* alimenta-se principalmente de insetos, podendo consumir também frutos, pequenos roedores, aves, répteis e, ocasionalmente, carniça (Emmons e Feers, 1990; Rossi et al., 2006). É um marsupial de porte mediano, e área de vida chegando a 1 ha (Gentile et al., 1997). Apesar de serem bons escaladores e nadadores, são primariamente terrestres (Nowak, 1999), apresentando alta freqüência de capturas, que ocorrem com maior intensidade no solo (Passamani, 2000).

Ordem Rodentia

Família Caviidae

Gênero *Cavia* Pallas, 1766

O gênero possui cinco espécies no Brasil muito similares morfológicamente (Reis et al. 2006). São terrestres, habitando bordas de mata na Mata Atlântica. Utilizam-se de áreas de campo, matas de galeria, campos úmidos e brejos e quando em altas densidades, chegam a deixar trilhas no estrato herbáceo de fácil identificação.

Família Cricetidae

Subfamília Sigmodontinae

Akodon montensis (Thomas, 1913) – Camundongo-do-mato das montanhas

As espécies do gênero *Akodon* são de difícil identificação, principalmente devido à homogeneidade morfológica. Por esse motivo, as espécies costumam ser identificadas através do cariótipo, informação esta que raramente está presente nas coleções. Embora três espécies do gênero tenham sido registradas para as proximidades, *A. cursor*, *A. montensis* e *A. serrensis* (Vivo e Gregorin, 2001; Vieira e Monteiro-Filho, 2003), apenas *A. cursor* foi registrada até o presente momento para o litoral da região (Carmignotto com. pess.). Presente na porção oriental do Brasil, desde a Paraíba até o Paraná, incluindo o leste de Minas Gerais (Oliveira e Bonvicino, 2006), esta espécie se alimenta de itens vegetais, sementes e larvas e adultos de insetos (Eisenberg e Redford, 1999). Sua distribuição pode ocorrer tanto em áreas de matas bem conservadas como em bordas de mata, ou mesmo em áreas abertas por influência antrópica (Bonvicino et al., 2002).

Brucepattersonius soricinus Hershkovitz, 1998 - Rato do mato

É um animal descrito para o Parque Estadual de Itaporanga no estado de São Paulo. Está presente em toda a região sudeste deste estado. É um animal terrestre e semi-fossorial, que habita campos de altitude da Mata Atlântica (Oliveira e Bonvicino, 2006).

Delomys sublineatus (Thomas, 1903) – Rato-do-mato

Endêmica da Floresta Atlântica, distribui-se do Espírito Santo e leste de Minas Gerais à Santa Catarina (Wilson e Reeder, 1992), em altitudes inferiores a 800m, sendo considerada uma espécie de distribuição predominantemente tropical (Vivo e Gregorin, 2001).

Delomys dorsalis (Hensel, 1872) – Rato-do-mato-listrado

Presente na região costeira do sudeste brasileiro e extremo nordeste argentino (Wilson e Reeder, 1992). Sabe-se que ocorre em simpatria com *D. sublineatus* nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo uma espécie de distribuição subtropical (Voss, 1993; Vivo e Gregorin, 2001). Difere de *D. sublineatus* em diversos caracteres de pelagem, mas principalmente no número de mamas (8 para *D. sublineatus* e 6 para *D. dorsalis*). Segundo Vivo e Gregorin (2001), na região de Intervalas as espécies pertencentes ao gênero *Delomys* foram mais abundantes acima de 500m de altitude.

Euryoryzomys russatus (Wagner, 1848) – Rato-do-arroz

Ocorre da Bahia ao Rio Grande do Sul, incluindo leste de Minas Gerais, e no Paraguai (Oliveira e Bonvicino, 2006), sul da Bolívia e norte da Argentina (Musser et al. 1998). Habita principalmente florestas primárias, sendo considerado comum, mas não abundante (Bonvicino et al., 1997; Bonvicino et al., 2002).

Juliomys pictipes (Osgood, 1933) – Rato-de-focinho-vermelho

O gênero *Juliomys* foi descrito recentemente, e a distribuição desta espécie é restrita às proximidades da localidade tipo, no interior de São Paulo (González, 2000). Normalmente presente em baixas densidades (Bonvicino et al. 2002; Umetsu et al., 2006), é um animal de hábitos arborícolas (Umetsu et al., 2006).

Nectomys squamipes (Brants, 1827) – Rato d'água

N. squamipes é um roedor bastante comum em áreas de baixas altitudes na Mata Atlântica, vivendo próximo a cursos d'água. Ocorre, no Brasil desde o estado de Pernambuco até o Rio Grande do Sul, incluindo parte dos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul (Oliveira e Bonvicino, 2006). Distribui-se também desde o centro-norte da Colômbia, ao leste dos Andes e até o nordeste da Argentina (Musser e Carleton, 1993). É uma espécie semi-aquática, se alimentando de fungos, frutos, sementes, artrópodes e peixes e, apesar de restrita a áreas próximas a cursos d'água, é comum e tolerante à influência antrópica (Bonvicino et al., 2002).

Oligoryzomys flavescens (Waterhouse, 1837)- Camundongo-amarelo

Pequeno roedor encontrado aparentemente próximo à cursos de água, distribuindo-se pelo sul do Brasil em regiões de Floresta Atlântica, desde o estado da Bahia até Rio Grande do Sul, e em matas de galeria no Cerrado do Brasil Central. Ocorre também no Paraguai, Uruguai e Argentina (Weksler e Bonvicino, 2005). Análises de conteúdo estomacal revelaram uma dieta composta principalmente por itens vegetais e alguns insetos (Oliveira e Bonvicino, 2006). É uma espécie considerada de ampla distribuição e ocorrendo tanto em áreas conservadas quanto em áreas alteradas, embora não abundante (Bonvicino et al., 2002).

Oligoryzomys nigripes (Olfers, 1818) – Camundongo-de-pé-preto

Ocorre no Paraguai, Uruguai, Argentina e, no Brasil, ocorre desde o Rio Grande do Sul até Pernambuco, além da porção sul do cerrado de Goiás, Minas Gerais e São Paulo (Weksler e Bonvicino, 2005). É a mais generalista das espécies deste gênero, podendo ocorrer em matas primárias ou secundárias, sendo usualmente encontrado em abundância (Bonvicino et al., 2002; Weksler e Bonvicino, 2005).

Oxymycterus dasytrichus (Schinz, 1821)- Rato do brejo

Ocorre desde o estado da Bahia, passando por Espírito Santo e Minas Gerais, até o Rio de Janeiro e litoral sul de São Paulo principalmente na região costeira. É terrestre e semifossorial (Bonvicino et al., 2006), altamente especializado em insetos (Oliveira e Bonvicino, 2006).

Rhipidomys mastacalis (Lund, 1840) - Rato-de-árvore

Ocorre de Pernambuco ao Paraná, estendendo-se no interior até Minas Gerais (sendo a localidade tipo em Lagoa Santa) e interior de São Paulo. Estes animais são arborícolas e noturnos (Eisenberg e Redford, 1999), ocupando formações florestais e de mata aberta úmida ao longo de sua distribuição geográfica (Oliveira e Bonvicino, 2006), se alimentando de sementes e artrópodes (Souza et al. 2004).

Sooretamys angouya (Fischer, 1814) – Rato de Sooretama

Distribui-se na região leste do Brasil, nordeste da Argentina e no Paraguai (Musser e Carleton, 1993). É uma espécie característica de áreas abertas, podendo ser encontrado em ecótonos. É considerada por Bonvicino et al. (2002) como um animal que ocorre tanto em áreas alteradas como conservadas, sendo comum, mas não abundante.

Thaptomys nigrita (Lichtenstein, 1829) – Camundongo-do-mato-preto

Gênero monoespecífico, presente desde o estado da Bahia, ao Rio Grande do Sul e no norte da Argentina (Oliveira e Bonvicino, 2006). Terrestre ou semi-fossorial, pode estar presente em vegetação alterada ou preservada, construindo túneis na serrapilheira (Davis, 1947). É considerada uma espécie rara, com hábitat restrito, preferindo áreas de campos úmidos (Bonvicino et al., 2002).

Família Echimyidae

Euryzomatomys spinosus (G. Fischer, 1814) - Rato-de-espinho

Ocorre desde o norte da Argentina e no Brasil, nos estados do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e ao leste de Minas Gerais (Emmons e Feer, 1997). Apresenta uma pelagem áspera no dorso que lhe conferiu a alcunha de rato do espinho. É um animal semi-fossorial, vivendo tanto na Mata Atlântica quanto nos Campos do Sul (Eisenberg e Redford, 1999). Pode ocorrer tanto em vegetação alterada quanto preservada, mas é encontrado primariamente em capoeiras baixas (Oliveira e Bonvicino, 2006).

Phillomys nigrispinus (Wagner, 1842) – Rato-de-árvore-da-Mata-Atlântica

P. nigrispinus é uma espécie aparentemente restrita à porção costeira dos estados de Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (Eisenberg e Redford, 1999). *P. nigrispinus*, não tem sua distribuição ou densidades populacionais suficientemente bem conhecidas, sendo até o momento tratada como deficiente em dados (Leite, 2003). A localidade tipo da espécie, Floresta Nacional de Ipanema, no Estado de São Paulo, é atualmente protegida.

Família Muridae

Rattus rattus (Linnaeus, 1758) –Ratazana cinzenta

Espécie exótica, *Rattus rattus* é registrado em todos os estados brasileiros, estando presente em áreas com diferentes graus de antropização, incluindo cidades. Possui habito terrestre e apresenta grande habilidade para escalada, preferindo locais secos em habitações humanas (Oliveira e Bonvicino, 2006).

Família Sciuridae

Guerlinguetus ingrami (Thomas, 1901) – Esquilo, caxinguelê

É a única espécie de esquilo presente na Mata Atlântica do sudeste do Brasil, com distribuição que vai até o Rio São Francisco, ao norte, até Goiás, a oeste, e até Misiones, na Argentina, ao sul (de Vivo, com. pess.). Possui hábito diurno e ativo (Voss e Emmons, 1996) sendo de fácil registro visual e identificação. É uma espécie de hábitos terrestres e arborícolas, estando presente em estratos baixos e intermediários das formações florestais em toda sua área de distribuição.

Ordem Lagomorpha

Família Leporidae

Lepus europaeus Pallas, 1778

Introduzida originalmente na Argentina e Chile, esta espécie originária do velho mundo teve um grande sucesso em seu novo hábitat, extendendo sua área de ocupação para o Brasil, estando presente desde o Rio Grande do Sul até São Paulo, apresentando uma notável expansão da sua fronteira de distribuição (Auricchio e Olmos, 1999). A espécie é maior do que o leporídeo nativo sul-americano, o tapiti (ver abaixo) e sobrepoe sua distribuição em alguns pontos do sul do continente. Ainda não está claro se a sua presença causa algum tipo de pressão direta sobre o tapiti. Deve-se, no entanto, monitorar atentamente sua presença, pois é um animal que coloniza de forma eficiente as áreas abertas de pasto, desmatamentos, áreas agrícolas e demais ambientes antropizados, podendo ser um indicador de degradação ambiental (Reis et al. 2006).

Sylvilagus brasiliensis Linnaeus, 1758 - Tapiti

Distribui-se desde o sul do México até a Argentina (Nowak, 1999), ocorrendo em quase todo o Brasil. Habitam tanto regiões de matas como regiões de campos. São comuns em regiões de transição entre bosques e locais próximos a cursos d'água. São de habito crepuscular ou noturno. Costumam ser alvo de caça tanto pela carne quanto por atacarem colheitas (Freitas e Silva, 2005), sendo também fonte de alimentação de muitos animais, incluindo variantes ferais de cães e gatos. Sofrem também com a fragmentação de seu habitat, tornando-se uma espécie muito frágil, em decorrência do enorme numero de pressões que sofre.

Anexo 25. Lista geral de médios e grandes mamíferos registrados para o PEJU - dados primários e secundários.

Classificação taxonômica, nome popular e fonte de dados.

Classe	Ordem	Família	Espécie	Nome popular	Fontes de dados	
					Iários	2ários
Mammalia	Arctiodactyla	Cervidae	Mazama americana (Erxleben, 1777)	Veado-mateiro		X
Mammalia	Arctiodactyla	Cervidae	Mazama gouazoubira (Fischer, 1814)	Veado-catingueiro	X	X
Mammalia	Arctiodactyla	Cervidae	Mazama sp.			X
Mammalia	Arctiodactyla	Tayassuidae	Pecari tajacu (Linnaeus, 1758)	Cateto	X	X
Mammalia	Carnivora	Canidae	Cerdocyon thous (Linnaeus, 1766)	Cachorro-do-mato		X
Mammalia	Carnivora	Felidae	Leopardus pardalis (Linnaeus, 1758)	Jaguatirica		X
Mammalia	Carnivora	Felidae	Leopardus sp.			X
Mammalia	Carnivora	Felidae	Leopardus tigrinus (Schreber, 1775)	Gato-do-mato		X
Mammalia	Carnivora	Felidae	Puma concolor (Linnaeus, 1771)	Onça parda		X
Mammalia	Carnivora	Felidae	Puma yagouaroundi (Geoffroy, 1803)	Jaguarundi		X
Mammalia	Carnivora	Mephitidae	Conepatus cf. chinga	Cangambá		X
Mammalia	Carnivora	Mustelidae	Eira barbara (Linnaeus, 1758)	Irara		X
Mammalia	Carnivora	Mustelidae	Galictis cuja (Molina, 1782)	Furão		X
Mammalia	Carnivora	Mustelidae	Lontra longicaudis (Olfers, 1818)	Lontra		X
Mammalia	Carnivora	Mustelidae	Pteronura brasiliensis (Gmelin, 1788)	Ariranha		X
Mammalia	Carnivora	Procyonidae	Nasua nasua (Linnaeus, 1766)	Quati		X
Mammalia	Carnivora	Procyonidae	Procyon cancrivorus (Cuvier, 1798)	Mão-pelada	X	X
Mammalia	Perissodactyla	Tapiridae	Tapirus terrestris (Linnaeus, 1758)	Anta	X	X
Mammalia	Primates	Atelidae	Alouatta guariba (Humboldt, 1812)	Bugio	X	X
Mammalia	Primates	Atelidae	Brachyteles arachnoides (É. Geoffroy, 1806)	Mono-carvoeiro		X
Mammalia	Primates	Callitrichidae	Callithrix aurita (É. Geoffroy, 1812)	Sagüi-da-serra-escuro		X
Mammalia	Primates	Cebidae	Cebus nigritus (Goldfuss, 1809)	Macaco-prego		X
Mammalia	Rodentia	Cuniculidae	Cuniculus paca (Linnaeus, 1758)	Paca		X
Mammalia	Rodentia	Dasyproctidae	Dasyprocta azarae Lichtenstein, 1823	Cutia		X
Mammalia	Rodentia	Erethizontidae	Sphiggurus villosus (F. Cuvier, 1823)	Ouriço cacheiro		X
Mammalia	Rodentia	Hydrochoeridae	Hydrochoerus hydrochaeris (Linnaeus, 1766)	Capivara	X	X
Mammalia	Rodentia	Myocastoridae	Myocastor coypus (Molina, 1782)	Ratão do banhado		X
Mammalia	Xenarthra	Bradypodidae	Bradypus variegatus Schinz, 1825	Preguiça		X
Mammalia	Xenarthra	Dasypodidae	Dasypus novemcinctus (Linnaeus, 1758)	Tatu-galinha	X	X
Mammalia	Xenarthra	Dasypodidae	Dasypus septemcinctus (Linnaeus, 1758)	Tatuí	X	X
Mammalia	Xenarthra	Dasypodidae	Cabassous tatouay (Desmarest, 1804)	Tatu-de-rabo-de-couro		X
Mammalia	Xenarthra	Dasypodidae	Euphractus sexcinctus (Linnaeus, 1758)	Tatu-peba		X
Mammalia	Xenarthra	Myrmecophagidae	Tamandua tetradactyla (Linnaeus, 1758)	Tamanduá mirin		X

Anexo 26. Lista comentada de espécies de mamíferos de médio e grande porte de ocorrência no PEJU

Ordem Xenarthra

Família Bradypodidae

Bradypus variegatus (Schinz, 1825) – Preguiça-de-garganta-marrom

Ocorre desde Honduras ao oeste do Equador, atravessando a Colômbia e Venezuela, estendendo-se ao sul pelo leste dos Andes, ocorrendo na matas do Equador, Peru, Bolívia e Brasil (Medri et al. 2006). No Brasil está presente em quase todos os biomas, exceto no Pantanal. Apresenta-se ausente também nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Medri et al. 2006).

É estritamente arborícola, alimentando-se de folhas, ramos e brotos, sendo que as folhas constituem a maioria absoluta de sua dieta (Queiroz, 1995). A espécie consta no apêndice II da CITES (2005) e a subespécie brasileira, que ocorre no Estado de São Paulo, é fortemente ameaçada pela destruição de habitat e caça (Nowak, 1999).

Família Dasypodidae

Dasypus novemcinctus (Linnaeus, 1758) – Tatu-galinha

Ocorre desde o sul dos Estados Unidos até o nordeste da Argentina e do Uruguai, incluindo uma porção ao oeste dos Andes no norte da América do Sul. Ocupa quase todos os biomas brasileiros, inclusive a caatinga.

Alimenta-se principalmente de invertebrados, mas pode consumir matéria vegetal, vertebrados pequenos, ovos e carniça (Medri et al. 2006). Possui hábitos crepusculares e/ou noturnos, mas pode ser observado durante o dia. Apesar de ser um animal bastante caçado e vítima constante de atropelamentos, não se encontra ameaçado de extinção devido a sua ampla distribuição geográfica (Aguiar, 2004), podendo no entanto estar extinto localmente em diversas regiões.

Dasypus septemcinctus (Linnaeus, 1758) – Tatuí

Ocorre desde o sul do Amazonas até o Rio Grande do Sul, invadindo parte da Argentina. Vive em tocas em campos, cerrado e floresta, sendo bastante tolerante com a presença humana e habitats alterados (Medri et al. 2006).

Foi classificado por Redford (1985) como insetívoro generalista, apesar dos hábitos alimentares destes animais não serem inteiramente conhecidos.

Cabassous tatouay (Desmarest, 1804) – Tatu de rabo de couro

Ocorre no Uruguai, sudeste do Paraguai, norte da Argentina e nas regiões Centro, Sudeste e Sul do Brasil. Esse tatu é altamente fossorial e alimenta-se principalmente de formigas e cupins (Redford, 1985). Habita matas primárias principalmente, podendo ocorrer em áreas secundárias, mas é totalmente intolerante com regiões alteradas e plantações, fazendo dele um ótimo bioindicador de qualidade ambiental. Pouco se sabe sobre a biologia deste animal, mas ele é muito ativo, cavando tocas novas todos os dias (Medri et al. 2006).

Euphractussexinctus (Linnaeus, 1758) – Tatu-peba

Ocorre em grande parte do território brasileiro, principalmente desde a Ilha de Marajó, sempre ao leste da região amazônica, abrangendo quase todo o litoral, atingindo a Bolívia, Paraguai e parte da Argentina. É um tatu relativamente onívoro, alimentando-se de matéria vegetal, invertebrados, pequenos vertebrados e carniça (Medri et al., 2006). Diferente de outros tatus, o tatu-peba não cava ao sinal de perigo, mas sim corre e pode até morder quando segurado.

Está ativo principalmente durante o dia, mas pode ser visto a noite também. Habita bordas de florestas e áreas abertas (Eisenberg e Redford, 1999) e apesar de serem solitários, podem formar aglomerados de tocas.

Esta espécie sofre muito com atropelamentos e caça. Mas apesar disso, com o aumento da áreas abertas o tatu-peba vem aumentando sua densidade populacional, conseguindo resistir a estas pressões (Medri et al., 2006).

Família Myrmecophagidae

Tamandua tetradactyla (Linnaeus, 1758) – Tamanduá-mirim

Ocorre à leste da cordilheira dos Andes, em toda a América do Sul, desde a Venezuela até o norte da Argentina. No Brasil está presente em todos os biomas. Utiliza tanto ambientes savânicos quanto florestais, tendo atividade predominantemente noturna. Refugiam-se em árvores ocas e tocas de tatus ou outras cavidades naturais. São quase que exclusivamente insetívoros, especializados em insetos sociais (abelhas, formigas, cupins) podendo eventualmente ingerir mel (Medri et al. 2006). Apesar de apresentar uma ampla distribuição, pode apresentar populações locais muito reduzidas.

Ordem Rodentia

Família Cuniculidae

Cuniculus paca (Linnaeus, 1758) - Paca

Apresenta ampla distribuição geográfica, abrangendo desde o México até o Paraguai, nordeste da Argentina e todos os Estados Brasileiros. É um animal de médio porte que se alimenta de frutos, brotos e tubérculos, habitando primariamente florestas e outros ambientes florestados, próximo a cursos d'água. São solitários, mas ocasionalmente são encontrados em pares (Eisenberg et al. 1979). São alvo comum de caçadores (Oliveira e Bonvicino, 2006).

Família Dasyproctidae

Dasyprocta aff. leporina (Linnaeus, 1758) - Cotia

Recentes revisões do gênero levaram a designação de um neótipo para *Dasyprocta agouti* (Linnaeus, 1966), tornando-o um sinônimo júnior de *D. leporina* (Voss et al. 2001) que engloba duas principais populações (lack-Ximenes, 1999). Seguindo Oliveira e Bonvicino (2006) chamaremos de *D. aff. leporina* o grupo que ocorre ao sul do rio Amazonas e no leste Brasileiro, do estado da Paraíba ao estado de São Paulo, principalmente em regiões litorâneas.

As cotias são animais terrestres que se alimentam de matéria vegetal (frutas, sementes, raízes e plantas suculentas; Oliveira e Bonvicino, 2006). Habitam florestas pluviais, florestas semidecíduas, cerrado e caatinga, normalmente associados a cursos d'água. São animais diurnos e crepusculares, que vivem em pares, apresentando refúgios, locais de alimentação e trilhas fixos (Smythe, 1978). Acumulam estoques de alimento dentro do seu território, atuando como importantes dispersores de sementes (Smythe, 1978).

Família Erethizontidae

Sphiggurus villosus (F. Cuvier, 1823) - Ouriço-caxeiro

Ocorre desde o Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul, incluindo o Estado de Minas Gerais. São roedores arborícolas, com cauda preênsil e garras fortes, recobertos de pêlos modificados formando espinhos que são utilizados na defesa contra predadores. Produzem apenas uma cria por gestação (Oliveira e Bonvicino, 2006).

Família Hydrochoeridae

Hydrochoerus hydrochaeris (Linnaeus, 1766) - Capivara

A capivara é o maior roedor vivente, atingindo mais de 50cm de altura no dorso. Distribui-se desde o Panamá até o norte da Argentina, incluindo todos os estados brasileiros (Eisenberg e Redford, 1999). Tem hábitos semi-aquáticos e se alimenta principalmente de matéria vegetal (gramíneas e vegetação aquática). Vive em rebanhos de até 37 indivíduos (registrados para o Pantanal; Eisenberg e Redford, 1999) que podem variar com as estações do ano, condições de habitat e densidade populacional (Schaller e Crawshaw, 1981). Habita áreas densamente florestadas próximas a cursos d'água, apesar de poder ser observada em áreas com diferentes graus de antropização. É comumente alvo de caça tanto pela pele e carne como pelo fato de ser considerada uma praga para lavouras. Em regiões de interação com o homem a capivara, assim como alguns outros mamíferos, modificou seu período de atividade de diurno para noturno (Nowak, 1999). Pode ser rara ou extinta em muitas das regiões que outrora habitava, porém, dado o ambiente adequado, pode se proliferar rapidamente a ponto de se tornar-se abundante (Oliveira e Bonvicino, 2006).

Família Myocastoridae

Myocastor coypus (Molina, 1782) - Ratão do Banhado

O ratão do banhado é originamente da região da Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, se restringindo, no Brasil à região do Rio Grande do Sul. Atualmente, entretanto, ela foi introduzida no estado de São Paulo, se adaptando bem aos ambientes de pastos alagados e brejos (Reis et al. 2006). Habitam cursos d'água em regiões alteradas e preservadas, podendo apresentar grande impacto nas regiões onde foi introduzido.

Ordem Primates

Família Atelidae

Alouatta guariba (Humbolt, 1812)- Bugio, guariba

O gênero *Alouatta* é um dos gêneros de primatas com de maior distribuição, desde o México até a Argentina. Apresenta 6 espécies no território nacional, sendo 3 delas exclusivas da Amazônia e apenas uma endêmica da Mata Atlântica. *A. guariba* é portanto a única espécie que pode ser encontrada no estado de São Paulo (Eisenberg e Redford, 1999).

Brachyteles arachnoides (E. Geoffroy, 1806) – Mono-carvoeiro

Ocorre nos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, habitando tanto florestas primárias quanto secundárias (Bicca-Marques et al. 2006). São os maiores primatas neotropicais, alimentando-se de folhas, frutos, flores, sementes, néctar, pólen, bambus e samambaias (Carvalho et al., 2004; Strier, 1991). Sua dieta pode variar dependendo com o grau de degradação da área, com o aumento do consumo de folhas em regiões fragmentadas, provavelmente pela diminuição de disponibilidade de recursos. Podem formar grupos grandes de 20 a 60 indivíduos, ocupando áreas de até 860 ha. Sua ocorrência não foi constatada na região, mas segundo Grelle (2000) a grande distribuição destes animais abrange a região de Bertioga e sua amplitude altitudinal permitiria sua presença no PEJU, fato este que ainda precisa ser verificado.

Família Callitrichidae

Callithrix aurita (E. Geoffroy in Humboldt 1812) – Sagüí

Endêmico da Mata Atlântica dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e sul do Espírito Santo. Ocorrem em diversos tipos de formações vegetais, inclusive áreas fragmentadas e em regeneração (Bicca-Marques, 2006). São diurnos e arborícolas, possuindo uma dieta onívora. São oportunistas, alimentando-se principalmente de insetos, néctar e extratos de plantas (gommas, resinas e látex), mas se alimentando também de flores, sementes, moluscos, ovos e pequenos vertebrados (Vilela e Faria, 2002). Podem formar grupos de 2 a 13 indivíduos com mais de um casal adulto com algum grau de hierarquização nas relações sociais. Encontra-se como ameaçado na Lista Oficial das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção provavelmente em decorrência da perda de habitat e caça para comércio ilegal (Rylands e Chiarello, 2003).

Família Cebidae

Cebus nigritus (Goldfuss, 1809) – Macaco-prego

Presente em quase toda a Mata Atlântica, esses primatas são os únicos macacos do novo mundo que são capazes de utilizar ferramentas para exploração de recursos. São diurnos e arborícolas e mostram uma preferência pela parte central do dossel, embora forrageiem no solo, onde fazem uso das ferramentas mais elaboradas (Bicca-Marques et al. 2006). São onívoros e se alimentam principalmente de frutos e insetos, podendo incluir sementes, flores, brotos e pequenos vertebrados. Esta dieta rica parece ser importante para a manutenção do hábito de forrageio ativo (Bicca-Marques et al. 2006).

Vivem em grupos sociais que podem conter até 35 indivíduos, normalmente com um ou dois machos. As interações sociais são estáveis e o comportamento agonístico é relativamente raro (Visalberghi e Anderson, 1999).

Apesar da grande redução de seu hábitat original e se sua dependência de áreas extensas e ricas em recursos alimentares, esta espécie não se encontra em nenhuma lista de ameaça de extinção (Bicca-Marques et al. 2006).

Ordem Carnivora

Família Canidae

Cerdocyonthous (Linnaeus, 1766) – Cachorro-do-mato

Habita quase todo o continente sul-americano, desde o norte da Colômbia até o norte da Argentina, menos nas regiões andinas e amazonicas (Reis et al. 2006). É um animal altamente generalista e oportunista, de habito crepuscular e noturno, podendo forragear sozinho ou em pequenos grupos familiares (Reis et al. 2006). Habita principalmente áreas abertas é um animal que apresenta um índice muito alto de mortes por atropelamento (Reis et al. 2006).

Família Felidae

Leopardus pardalis (Linnaeus, 1758) – Jaguaritica

A jaguaritica pode ser encontrada desde o México até o norte da Argentina, estando em quase todos os estados brasileiros (exceto Rio Grande do Sul). É um predador de médio porte, sendo primariamente noturno, solitário e terrestre. Apresentam grande variação na área de vida e sua dieta carnívora é constituída primariamente de pequenos vertebrados, podendo eventualmente consumir presas maiores (Cheida, et al. 2006).

Leopardus tigrinus (Screber, 1775) – Gato-do-mato

Ocorre desde a Costa Rica ao norte da Argentina, ocupando todos os biomas brasileiros. É considerado o menor felino selvagem do Brasil, com tamanho equiparável ao do gato doméstico. Possui habito semelhante a *L. pardalis*, embora predem preferencialmente presas menores (devido ao tamanho reduzido). Sofre muita pressão de caça (principalmente por causa da extração de pele) e apresenta uma alta incidência de atropelamentos, o que faz desta espécie um alvo importante para a conservação.

Puma concolor (Linnaeus, 1771) – Onça-parda, puma, suçuarana.

Apresenta a maior área de distribuição entre os felinos do Continente Americano, ocorrendo desde o oeste do Canadá até o extremo sul do continente sul-americano. É registrado para todos os estados Brasileiros (Cheida et al. 2006), apesar de extinto em grande parte de sua distribuição (Eisenberg e Redford, 1999). É a segunda maior espécie de felídeo Brasileiro e apresenta grande grau de adaptabilidade a diferentes ambientes, climas e composição vegetal, estando presente tanto em matas primárias quanto secundárias (Reis et al., 2006).

São primariamente animais noturnos, solitários e terrestres. Alimentam-se principalmente de mamíferos de médio porte, como porcos-do-mato, tatus, quatis, pacas e capivaras, mas podem alimentar-se de outros vertebrados de pequeno porte e invertebrados (Cheida et al., 2006). São afetadas pela caça e redução de hábitat direta e indiretamente (com a redução do numero de presas), sendo assim fortemente influenciadas pela ação antrópica.

Puma yagouaroundi (Geoffroy, 1803)- Jaguarundi

Ocorre desde o sul do Texas até a região central da Argentina, e em todo o Brasil em elevações de aproximadamente 2200 m. Habita todos os biomas brasileiros mas, apesar disso, não se apresenta em altas densidades (Fonseca et al. 1996, Emmons e Feers, 1997). É terrestre, podendo estar em atividade tanto a noite quanto de dia, caçando em pares ou sozinho. Alimenta principalmente de pequenos vertebrados, possivelmente alimentando-se de animais de maior porte de maneira oportunística ou através do consumo de carniça (Reis et al. 2006).

Assim como todos grandes mamíferos, a fragmentação do seu habitat é provavelmente a principal ameaça a esta espécie que pode se agravar por sua distribuição descontínua.

Família Mephitidae

Conepactus cf. chinga -cangambá

Ocorre na Bolívia, Uruguai, oeste do Paraguai até Argentina e Brasil. Muito comum em estados do sul do Brasil e São Paulo. Prefere áreas de vegetação aberta como campos e bordas de matas, mas também ocorre no interior de matas primarias e secundárias (Emmons e Feer, 1997; Eisenberg e Redford, 1999).

É um carnívoro terrestre primariamente noturno e crepuscular, podendo ser visto eventualmente durante o dia. Alimenta-se de pequenos vertebrados e insetos e ocasionalmente de frutos (Eisenberg e Redford, 1999). São famosos por serem capazes de produzir uma substância altamente volátil e fetida que pode ser usada em sua defesa.

Família Mustelidae

Eira barbara (Linnaeus, 1758)- Irara

Apresenta ampla distribuição, ocorrendo desde o sul do México até o norte da Argentina. Está presente em quase todo Brasil, em todos os biomas, principalmente em regiões de vegetação densa. (Eisenberg e Redford. 1999).São animais ágeis e ótimos nadadores, costumeiramente encontrados próximos a cursos d'água. Possuem porte médio e são solitários e diurnos. Costumam refugiar-se em troncos ocos e apresenta alimentação onívora, ingerindo uma quantidade significativa de pequenos vertebrados, podendo preda animais de médio porte (Cheida et al., 2006). São conhecidos por atacar animais domésticos (principalmente aves) e costumam ser vítimas de retaliações por parte de moradores locais.

Galictis cuja (Molina, 1782) -Furão-pequeno

Encontra-se na porção sul do continente, no Peru, Chile, Paraguai e Argentina. No Brasil está presente apenas nas regiões Sul e Sudeste, tanto em áreas de Cerrado, quanto Mata Atlântica e Campos Sulinos (Cheida et al., 2006).

São animais rápidos e ágeis e, apesar de ótimos escaladores, forrageiam primariamente no solo. Podem ser encontrados em pequenos agrupamentos, provavelmente familiares (Eisenberg e Redford, 1999), apresentando o comportamento curioso de andar em fila. Alimentam-se predominantemente de carne de vertebrados, principalmente pequenos mamíferos, répteis, anfíbios e aves, e eventualmente presas maiores. Habitam florestas e áreas abertas.

Lontra longicaudis (Olfers, 1818)- Lontra

É registrada desde o México até o Uruguai. No Brasil está presente em todos os biomas, excetuando a Caatinga, sempre associada a corpos d'água. Apresenta atividade primariamente diurna, com possível deslocamento para o período noturno em decorrência de distúrbios antrópicos (Cheida et al., 2006). É uma espécie solitária e semi-aquática que se alimenta de peixes, crustáceos e moluscos, e ocasionalmente aves e pequenos mamíferos (Pardini, 1998; Eisenberg e Redford, 1999). Abriga-se em tocas cavadas pela própria espécie em beiras de rios.

É considerada uma das lontras menos conhecidas do mundo (Waldermarin, 2004), o que dificulta os estudos de conservação desta espécie.

Família Procyonidae

Nasua nasua (Linnaeus, 1766)- Quati.

Espécie exclusiva da América do Sul, ocorrendo desde a Colômbia até a Argentina. No Brasil está presente na Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Campos Sulinos. (Emmons e Feer, 1997). São essencialmente diurnos e vivem em grupos de até 30 indivíduos, sendo os machos os mais solitários. Possui plasticidade na dieta, mas esta costuma ser constituída principalmente de insetos, frutos, bromélias e pequenos vertebrados (Eisenberg e Redford, 1999). Pode chegar a consumir animais maiores, como o macaco-prego (Rocha-Mendes, 2005). Apesar de amplamente distribuída, pode ser localmente ameaçada, principalmente em decorrência da fragmentação de habitat, atropelamentos e caça (Cheida et al., 2006).

Procyon cancrivorus (G. [Baron] Cuvier, 1798)- Mão-pelada, guaxinim.

Amplamente distribuído, é registrado desde Costa Rica e Panamá até o Uruguai, nordeste da Argentina e Brasil, estando presente em todos os biomas brasileiros. Vive geralmente em habitats florestais próximos a corpos d'água, alimentando-se moluscos, insetos, peixes, caranguejos, anfíbios e frutos (Eisenberg e Redford, 1999). É uma espécie de fácil registro, uma vez que está sempre próxima a cursos d'água que apresentam bancos de areia propícios para registrar sua pegada característica. É, entretanto, um animal de difícil avistamento.

Apesar da perda de habitat e constantes atropelamentos e caça para a utilização de partes de seu corpo em credences populares (Cheida et al., 2006), não é considerada uma espécie ameaçada no Brasil (Machado et al., 2005). Entretanto, segundo a Lista Vermelha mundial, a espécie está

classificada como em baixo risco ou de menor preocupação. Isso pode, entretanto ser função do baixo conhecimento a respeito desta espécie (Morato et al., 2004). Estudos mais extensos sobre a ecologia destes animais se fazem necessários para uma compreensão do seu real estado de conservação.

Ordem Artiodactyla

Família Cervidae

Mazama americana (Erxleben, 1777) – Veado mateiro

Possui ampla distribuição geográfica, abrangendo desde o sul do México até o norte da Argentina (Eisenberg e Redford, 1999). No Brasil ela ocorre em simpatria com outras quatro espécies de *Mazama*, incluindo *M. gouazoubira* (ver abaixo). Aparenta estar presente em todas as formações florestais do Brasil, incluindo áreas de transição, aparentando estar ausentes em formações principalmente abertas. Por serem veados de habito florestais, sua ecologia é menos conhecida que outros veados de área aberta. Alimentam-se principalmente de frutos e flores, gramíneas, leguminosas e outros arbustos e ervas.

Mazama gouazoubira (Fischer, 1814) – Veado catingueiro

Sua distribuição estende-se desde o Panamá até o norte da Argentina (Eisenberg e Redford, 1999). Está presente em todas as regiões brasileiras, habitando tanto formações florestais quanto abertas de campos, cerrados e caatingas, ocupando também áreas fragmentadas e em regeneração, como capoeiras (Redford e Eisenberg, 1999, Tiepolo e Tomas, 2006). Alimenta-se de raízes e frutas secas durante a estação seca e de frutas suculentas durante a estação chuvosa, complementando sua dieta com folhas, flores, brotos e raízes (Eisenberg e Redford, 1999).

Família Tayassuidae

Pecari tajacu (Linnaeus, 1758)- Cateto, porco-do-mato

Distribui-se desde os Estados Unidos até o noroeste do Peru e norte da Argentina. Encontra-se em todos os biomas brasileiros, em simpatria com *Tayassu pecari*.

Vive em pequenos grupos de até 50 indivíduos, tanto em ambientes florestais quanto abertos (Castellanos, 1983). Os grupos normalmente constituem-se de poucos (normalmente um) machos e diversas fêmeas que cooperam para obtenção de alimentos e defesa contra predadores. Alimentam-se de raízes, frutos, tubérculos, bulbos, rizomas, cactos e invertebrados.

Ordem Perissodactyla

Família Tapiridae

Tapirus terrestris Linnaeus, 1758 – Anta

Encontrado na Venezuela, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Guiana Francesa, Suriname, Brasil, Paraguai e norte da Argentina. É o Maior mamífero terrestre neotropical, chegando a pesar 350 kg.

Sua dieta consiste basicamente de frutos caídos, folhas, caules tenros, brotos, plantas aquáticas, cascas de árvores, organismos aquáticos e podem pastar monoculturas (Nowak, 1999). Por alimentar-se de frutas em grande quantidade é um poderoso dispersor de sementes. Tem hábito primariamente noturno e é um animal solitário (Fragoso, 1994). São famosas por usar um mesmo local para defecarem, geralmente em cursos d'água (Emmons e Feer, 1997), chamadas de "latrinas de anta". Geralmente associa-se a florestas úmidas, próximos a cursos d'água, podendo mergulhar para escapar de predadores. Apesar de existirem populações consideráveis de antas no Brasil, a fragmentação e perda de hábitat impacta fortemente a ecologia deste animal.

Anexo 27. Lista geral de quirópteros registrados para o PEJU - dados primários e secundários.

Classificação taxonômica, nome popular e fonte de dados.

Ordem	Família	Sub-família	Espécie	Nome popular	Fontes de dados	
					1ários	2ários
Chiroptera	Molossidae	Molossinae	Tadarida brasiliensis (l. Geoffroy, 1824)	Morcego	X	
Chiroptera	Phyllostomidae	Carollinae	Carollia perspicillata (Linnaeus, 1758)	Morcego	X	X
Chiroptera	Phyllostomidae	Desmodontinae	Desmodus rotundus (Geoffroy, 1810)	Morcego-vampiro	X	X
Chiroptera	Phyllostomidae	Desmodontinae	Diphylla ecaudata (Spix, 1823)	morcego-vampiro		X
Chiroptera	Phyllostomidae	Glossophaginae	Anoura caudifera (Geoffroy, 1818)	Morcego beija-flor	X	X
Chiroptera	Phyllostomidae	Glossophaginae	Anoura geoffroyi Gray, 1838	Morcego beija-flor		X
Chiroptera	Phyllostomidae	Glossophaginae	Glossophaga soricina (Pallas, 1766)	Morcego beija-flor		X
Chiroptera	Phyllostomidae	Phyllostominae	Chrotopterus auritus (Peters, 1856)	Morcego		X
Chiroptera	Phyllostomidae	Phyllostominae	Micronycteris megalotis (Gray, 1842)	Morcego		X
Chiroptera	Phyllostomidae	Phyllostominae	Mimon bennettii (Gray, 1838)	Morcego		X
Chiroptera	Phyllostomidae	Stenodermatinae	Artibeus fimbriatus Gray, 1838	Morcego	X	
Chiroptera	Phyllostomidae	Stenodermatinae	Artibeus lituratus (Olfers, 1818)	Morcego	X	
Chiroptera	Phyllostomidae	Stenodermatinae	Artibeus obscurus Schinz, 1821	Morcego	X	
Chiroptera	Phyllostomidae	Stenodermatinae	Platyrrhinus lineatus (É. Geoffroy, 1810)	Morcego		X
Chiroptera	Phyllostomidae	Stenodermatinae	Pygoderma bilabiatum (Wagner, 1843)	Morcego	X	
Chiroptera	Phyllostomidae	Stenodermatinae	Sturnira lilium (Geoffroy, 1810)	Morcego	X	X
Chiroptera	Vespertilionidae	Vespertilionidae	Eptesicus brasiliensis (Desmarest, 1819)	Morcego		X
Chiroptera	Vespertilionidae	Vespertilionidae	Eptesicus furinalis (D'Orbigny & Gervais, 1847)	Morcego		X
Chiroptera	Vespertilionidae	Vespertilionidae	Myotis albescens (É. Geoffroy, 1806)	Morcego	X	X
Chiroptera	Vespertilionidae	Vespertilionidae	Myotis levis (l. Geoffroy, 1824)	Morcego		X
Chiroptera	Vespertilionidae	Vespertilionidae	Myotis nigricans (Schinz, 1821)	Morcego		X
Chiroptera	Vespertilionidae	Vespertilionidae	Myotis riparius Handley, 1960	Morcego	X	
Chiroptera	Vespertilionidae	Vespertilionidae	Myotis ruber (Handley, 1960)	Morcego		X
Chiroptera	Vespertilionidae	Vespertilionidae	Myotis sp1	Morcego		X
Chiroptera	Vespertilionidae	Vespertilionidae	Myotis sp2	Morcego		X

Anexo 28. Lista comentada de espécies de quirópteros presentes no PEJU.

Ordem Chiroptera

Família Molossidae

Também chamados de “morcegos de cauda livre”, esta família é constituída por animais que forrageiam ativamente, capturando a presa (insetos) em pleno vôo. Abrigam-se em cavernas, tuneis, predios, trocos ocos, folhagens e até forros de casa. Diferente de outros morcegos, os molossídeos repousam com o corpo inteiro sobre o substrato, sendo comumente confundidos com ratos.

Tadarida brasiliensis (l. Geoffroy Saint-Hilaire, 1824) - Morcego-de-rabo-mexicano

Possui ampla distribuição nas Américas, desde o sul de Nebraska e Ohio, EUA, até norte da Argentina e sul do Brasil, subindo a costa até a altura da Bahia. Abriga-se comumente em frestas de rochas e podem formar colônias com centenas de indivíduos. É especialmente adaptada para alimentar de pequenas mariposas, capturadas em pleno vôo, atacando as asas do inseto (Eisenberg e Redford, 1999; Peracchi et al. 2006).

Família Phyllostomidae

É a família mais diversificada da Região Neotropical, contendo animais de diversos hábitos alimentares e ecológicos, apresentando variação morfológica de acordo. Entre os principais hábitos estão os frugívoros, nectarívoros, e limpa-folhas, que são insetívoros que não forrageiam ativamente, e sim através da inspeção cuidadosa de folhas. Devido a esta diversidade são divididos em diversas subfamílias que serão listadas abaixo.

Subfamília Carollinae

Carollia perspicillata (Linnaeus, 1758) - Morcego-de-rabo-curto

Está presente ao sul de Veracruz, ocupando quase toda a América do sul a leste dos Andes, até o litoral, até a altura do Rio Grande do Sul (Eisenberg e Redford, 1999).

Sua ecologia é bastante conhecida. Sua dieta depende fortemente da ingestão de frutas de *Piper*, mas também pode ser complementada com insetos (sendo considerado um limpa-folhas). Os machos defendem pequenos haréns, sendo que os locais mais comuns de refúgio são troncos ocos, cavernas e locais úmidos. Esta espécie é típica de altitudes baixas e encontrada tanto em florestas tropicais sempre-verdes quanto em florestas decíduas, existindo indícios de migrações sazonais (Eisenberg e Redford, 1999).

Subfamília Desmodontinae

Desmodus rotundus (E. Geoffroy, 1810) - Morcego vampiro

Ocorre desde o México até o norte da Argentina, estando presente em todo o território brasileiro. Pode ser encontrado em colônias de até 100 indivíduos, utilizando cavernas ou construções humanas como refúgio, sendo que a natureza do refugio variar com a localidade (Eisenberg e Redford, 1999). Tem grande plasticidade de habitat, preferindo áreas abertas para forrageio e florestas tropicais e subtropicais para refugio. Alimenta-se exclusivamente de sangue de mamíferos estando associado à transmissão de doenças, principalmente Raiva, causando grande prejuízo para rebanhos bovinos e eqüinos. Este fato resultou em ações indiscriminadas pelo homem, destruindo abrigos e envenenando morcegos, inclusive de outras espécies.

Formam colônias normalmente com até 100 indivíduos, embora sejam conhecidas colônias com quase 500 morcegos. Dentro das colônias, um grupo social é composto de aproximadamente 10 fêmeas, sendo que os machos lutam pelo acesso aos melhores grupos. Nos grupos há divisão de alimento por regurgitação, segundo grau de parentesco e possibilidade de reciprocidade.

Diphylla ecaudata (Spix, 1823) - Morcego vampiro

Ocorre desde o México até Venezuela, Peru e Bolívia, apresentando uma distribuição circum-amazonica, atingindo a região central do Brasil e litoral, desde a Bahia até Santa Catarina. É encontrado quase que exclusivamente em cavernas ou minas. É o hematófago mais especializado, atacando apenas aves.

Subfamília Glossophaginae

Anoura caudifera (E. Geoffroy, 1818) - Morcego

É encontrado na região norte da América do Sul até o sudeste brasileiro, estando ausente na região amazônica (Eisenberg e Redford, 1999), e fortemente associado a rios e florestas multi-estratificadas. Alimenta-se de pólen, néctar e insetos (Peracchi et al., 2006).

Anoura geoffroyi (Gray, 1838) - Morcego-sem-rabo

Possui distribuição similar à de *A. caudifera*, porém está presente no Estado do Ceará (Eisenberg e Redford, 1999). Alimenta-se de frutos, pólen, néctar e insetos (Peracchi et al., 2006). É altamente tolerante a presença de clareiras produzidas pelo homem e fortemente associada a rios e florestas multi-estratificadas.

Glossophaga soricina (Pallas, 1766) - Morcego Beija-flor

Ocorre desde Sonora, no México, até o norte da Argentina, compreendendo quase todo o território brasileiro, exceto Rio Grande do Sul (Eisenberg e Redford, 1999). Apresenta preferência por áreas úmidas, e pode tolerar áreas desmatadas e lavouras. Forma colônias maternais em cavernas e troncos ocos. Algumas centenas de fêmeas podem ser encontradas em um mesmo local, cada uma com apenas uma cria. Apesar de polinívoro, este morcego também é considerado um insetívoro limpa-folhas. Pode estabelecer territórios de forrageio, defendendo plantas específicas de outros indivíduos da mesma espécie.

Subfamília Phyllostominae

Chrotopterus auritus (Peters, 1856) - Morcego

Ocorre desde o sul do México até o sul do Brasil. Está ausente em grande parte da região amazônica, exceto no delta do Amazonas. Pode ser encontrado em matas primárias, secundárias e campos abertos. Alimenta-se principalmente de insetos e frutas, mas também preda ativamente outros vertebrados (Peracchi et al., 2006). Refugia-se em cavernas e troncos ocos, com colônias pequenas de um a sete indivíduos (Eisenberg e Redford, 1999).

Miconycteris megalotis (Gray, 1842) -Morcego orelhudo pequeno

Esta espécie inicia sua distribuição ao norte em Tamaulipas, no México, indo até o Peru, ao leste pela Colômbia, Venezuela, Guiana Francesa e ao sul no Brasil, atingindo o litoral de São Paulo (Eisenberg e Redford, 1999). Não ocorre acima de 800m e está comumente associada a florestas fechadas, mas também pode ocorrer em regiões mais secas.

São morcegos que forrageiam perto de cursos d'água e habitam cavernas, troncos e até casas. Comem tanto frutas quanto insetos (Eisenberg e Redford, 1999).

Mimon bennettii (Gray, 1838) - Morcego-dourado

Ocorre do México a Colômbia, Guianas e sudeste brasileiro (Peracchi et al. 2006). Habita preferencialmente matas primárias, refugiando-se em cavernas escuras e úmidas. Alimenta-se de pequenos vertebrados, insetos e frutas.

Subfamília Stenodermatinae

Artibeus fimbriatus Gray 1838 - Morcego frugívoro

Ocorre desde o Ceará, descendo pela costa até Rio Grande do Sul, indo até o Paraguai, em altitudes do nível do mar até 530 m (Handley, 1989).

Artibeus lituratus (Olfers, 1818) - Morcego frugívoro comum

Essa espécie pode ser encontrada desde o Sul do México até o norte da Argentina, ocupando todo o território brasileiro. Prefere regiões úmidas e florestas multi-estratificadas, mas suporta áreas abertas pelo homem (Eisenberg e Redford, 1999). É frugívoro e forrageia nas porções mais altas do dossel. Também podem, ocasionalmente, ingerir folhas (Peracchi et al., 2006).

Artibeus obscurus Schinz, 1821 - Morcego frugívoro negro

Ocorre no sul da Venezuela, em porções adjacentes das Guianas e norte do Brasil. No oeste ocorre na Colômbia, indo ao sul até o Paraguai, entrando no território brasileiro atingindo as regiões centro-oeste, sul e sudeste e nordeste (Peracchi et al., 2006). Está associada a regiões úmidas e florestas multi-estratificadas, sempre em altitudes inferiores a 500m.

Platyrrhinus lineatus (E. Geoffroy, 1810) - Morcego-de-nariz-largo

Presente da Colômbia até o Peru, Paraguai, Argentina e ao norte até o nordeste do Brasil (Eisenberg e Redford, 1999), ocupando todos os biomas brasileiros.

Pygoderma bilabiatum (Wagner, 1843) - Morcego-de-Ipanema

Esta espécie está presente no sul do Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia e Suriname, preferindo habitats de floresta tropical. Possui dois picos anuais de reprodução, um no outono e outro no inverno. Está presente tanto em florestas primárias quanto secundárias (Eisenberg e Redford, 1999).

Sturnira lilium (E. Geoffroy, 1810) - Morcego de ombro amarelo

Ocupa quase todo o continente sul-americano, com sua distribuição iniciando-se no sul do México, até o norte da Argentina. Costuma ser o morcego mais abundante onde ocorre, podendo chegar a altitudes de 1982 m na Venezuela (Eisenberg e Redford, 1999). Está confinado a habitats úmidos, refugiando-se em troncos ocos e cavernas. É exclusivamente frugívoro e pode forragear no chão atrás de frutas caídas.

Família Vespertilionidae

Os membros desta família são quase todos insetívoros que forrageiam no topo das árvores e, interiores de florestas. Estes morcegos apresentam dimorfismo sexual secundário quanto ao tamanho, com as fêmeas sendo maiores que os machos (Myers, 1978)

Eptesicus brasiliensis (Desmarest, 1819) - Morcego-marrom

Ocorre desde Veracruz no México até o nordeste Argentino. Ocorre sempre abaixo de 1000m, preferindo ambientes úmidos e florestas multiestratificadas, apesar de poder forragear em áreas abertas feitas pelo homem.

Eptesicus furinalis (d'Orbigny, 1847) - Morcego

Distribuiu-se desde o México, ao norte da Argentina, ocorrendo em florestas de vegetação primárias e secundárias, ocupando edificações humanas. Podem ser localmente abundantes, constituindo colônias grandes, sendo que uma especialmente numerosa foi encontrada no México contendo aproximadamente 10.000 indivíduos.

Myotis albescens (E. Geoffroy, 1806) - Morcego-da-ponta-cinza

Distribuiu-se desde Veracruz, México, até o norte da Argentina e Uruguai. Prefere altitudes um pouco mais elevadas que outros membros do gênero, mas é comumente achado abaixo de 500m. Toleram ambientes tanto úmidos quanto secos, podendo forragear em áreas abertas. Refugiam-se em construções, cavernas e troncos, normalmente próximos a cursos de água (Eisenberg e Redford, 1999).

Myotis levis (I. Geoffroy, 1824) - Morcego-borboleta amarelo

Presente na Argentina Central, sul do Brasil, Paraguai e Uruguai. Forrageia primariamente em áreas abertas. Suas colônias podem possuir milhares de indivíduos.

Myotis nigricans (Schinz, 1821) - Morcego-borboleta preto

Ocorre desde o México, percorrendo grande parte da América do Sul, até o norte da Argentina. Tende a se refugiar em áreas abrigadas e parecem ser incomuns em elevações superiores a 1200m. Esta espécie tolera uma grande diversidade de habitats, inclusive áreas antropizadas sendo que em algumas regiões pode ter se tornado dependente de construções humanas para refugio e pastos para o forrageio de insetos (Eisenberg e Redford, 1999).

Myotis riparius Handley 1960 - Morcego-borboleta do riacho

Encontra-se desde Honduras até a América do Sul, chegando ao Uruguai e Rio Grande do Sul, Brasil. Podem chegar a até 1000m de altitude, mas são mais achados abaixo de 200m. São insetívoros e bastante tolerantes a ação humana, podendo ser achados em colheitas, florestas decíduas ou multi-estratificadas.

Myotis ruber (E. Geoffroy, 1806) - Morcego-borboleta vermelho

Está restrita a região sul e sudeste do Brasil, Paraguai e nordeste da Argentina. É considerada pela IUCN (2008) como ameaçada de extinção, principalmente em decorrência da poluição e destruição de habitat

Anexo 29. Lista sistemática das espécies de ictiofauna do PEJU.

Ordem/Família/Espécie e autor	Nome popular	Ocorrência	Categoria de Ameaça			Espécies problema (invasora/exótica)
			IUCN	Brasil	SP	
Ordem Characiformes						
Anostomidae						
<i>Leporinus copelandii</i> Steindachner, 1875	Piau vermelho					alóctone
<i>Leporinus friderici</i> (Bloch, 1794) * ¹	Piau-três-pintas	ok				alóctone
Characidae						
<i>Astyanax altiparanae</i> Garutti & Britski, 2000 * ¹	Lambari-do-rabo-amarelo	ok				alóctone
<i>Astyanax fasciatus</i> (Cuvier, 1819) * ¹	Lambari-do-rabo-vermelho	ok				autóctone
<i>Astyanax janeiroensis</i> Eigenmann, 1908 * ¹	Lambari	ok				autóctone
<i>Astyanax paranae</i> Eigenmann, 1914	Lambari					autóctone
<i>Astyanax ribeirae</i> Eigenmann, 1911 * ¹	Lambari	ok				autóctone
<i>Astyanax</i> sp. 1 * ¹	Lambari	ok				autóctone
<i>Astyanax</i> sp. 2 * ¹	Lambari	ok				autóctone
<i>Astyanax</i> sp. 3	Lambari					autóctone
<i>Brycon hilarii</i> (Valenciennes, 1850) * ¹	Piraputanga	ok				alóctone
<i>Bryconamericus microcephalus</i> (Miranda Ribeiro, 1908) *	Lambari	op				autóctone
<i>Bryconamericus</i> sp. *	Lambari	op				autóctone
<i>Deuterodon iguape</i> Eigenmann, 1907 * ¹	Lambari	ok				autóctone
<i>Hollandichthys multifasciatus</i> (Eigenmann & Norris, 1900)	Lambari-riscado, bembeca					autóctone
<i>Hyphessobrycon bifasciatus</i> Ellis, 1911 * ¹	Lambari-limão	ok				autóctone
<i>Hyphessobrycon griemi</i> Hoedeman, 1957	Lambari					autóctone
<i>Hyphessobrycon reticulatus</i> Ellis, 1911 *	Lambari	op				autóctone
<i>Hyphessobrycon</i> sp.	Lambari					autóctone

Ordem/Família/Espécie e autor	Nome popular	Ocorrência	Categoria de Ameaça			Espécies problema (invasora/exótica)
			IUCN	Brasil	SP	
<i>Pseudocorynopoma heterandria</i> Eigenmann, 1914 *	Garrida	op			VU	autóctone
<i>Mimagoniates microlepis</i> (Steindachner, 1876) *	Manjubinha	op				autóctone
<i>Mimagoniates lateralis</i> (Nichols, 1913)	Manjubinha			VU	EN	autóctone
<i>Spintherobolus leptoura</i> Weitzman & Malabarba, 1999	Lambarizinho			VU	VU	autóctone
<i>Probolodus heterostomus</i> Eigenmann, 1911	Lambari					autóctone
<i>Oligosarchus hepsetus</i> (Cuvier, 1817) * ¹	Tajibucu	ok				autóctone
<i>Oligosarchus paranaensis</i> Menezes & Géry, 1983 * ¹	Tajibucu	ok				autóctone
<i>Piaractus mesopotamicus</i> (Holmberg, 1887) * ¹	Pacu	ok				alóctone
<i>Serrapinnus</i> sp. * ¹	Lambarizinho	ok				autóctone
<i>Serrapinnus</i> cf. <i>heterodon</i> (Eigenmann, 1915) * ¹	Lambarizinho	ok				autóctone
<i>Serrasalmus maculatus</i> Kner, 1858 * ¹	Piranha	ok				alóctone
Crenuchidae						
<i>Characidium japuhybense</i> Travassos, 1949	Charutinho					autóctone
<i>Characidium interruptum</i> Pellegrin, 1909	Charutinho					autóctone
<i>Characidium lanei</i> Travassos, 1967	Charutinho					autóctone
<i>Characidium lauroi</i> Travassos, 1949	Charutinho					autóctone
<i>Characidium pterostictum</i> Gomes, 1947 *	Charutinho	op				autóctone
<i>Characidium schubarti</i> Travassos, 1955 *	Charutinho	op				autóctone
<i>Characidium</i> sp. 1 * ¹	Charutinho	ok				autóctone
<i>Characidium</i> sp. 2 * ¹	Charutinho	ok				autóctone
Curimatidae						
<i>Cyphocharax santacatarinae</i> (Fernandes-Yepeç, 1948) *	Sagüiru	op				autóctone
Erythrinidae						
<i>Hoplias lacerdae</i> Miranda Ribeiro, 1908	Trairucu, trairão				VU	autóctone
<i>Hoplias malabaricus</i> (Bloch, 1794) * ¹	Traira	ok				Autóctone

Ordem/Família/Espécie e autor	Nome popular	Ocorrência	Categoria de Ameaça			Espécies problema (invasora/exótica)
			IUCN	Brasil	SP	
Ordem Cypriniformes						
Cyprinidae						
<i>Cyprinus carpio</i> Linnaeus, 1758 * ¹	Carpa-comum	ok				exótica
<i>Aristichthys nobilis</i> (Richardson, 1845) * ¹	Carpa cabeçuda	ok				
<i>Hypophthalmichthys molitrix</i> (Valenciennes, 1844) * ¹	Carpa-prateada	ok				
Ordem Siluriformes						
Auchenipteridae						
<i>Glanidium melanopterum</i> Miranda Ribeiro, 1918	Bagrinho					autóctone
<i>Trachelyopterus striatulus</i> (Steindachner, 1877)	Jauzinho					autóctone
Callichthyidae						
<i>Callichthys callichthys</i> (Linnaeus, 1758)	Tamboatá, tamoatá					autóctone
<i>Corydoras ehrhardti</i> Steindachner, 1910	Coridora					autóctone
<i>Corydoras nattereri</i> Steindachner, 1877 *	Coridora	op				autóctone
<i>Hoplosternum littorale</i> (Hancock, 1828) *	Caborja, tamboatá	op				autóctone
<i>Scleromystax barbatus</i> (Quoy & Gaimard, 1824) *	Andrezinho	op				autóctone
<i>Scleromystax macropterus</i> (Regan, 1913)	Corredora			VU	VU	autóctone
<i>Scleromystax prionotus</i> (Nijssen & Isbrücker, 1980) *	Corredora	op			VU	autóctone
Heptapteridae						
<i>Acentronichthys leptos</i> Eigenmann & Eigenmann, 1889	Bagre-mole					autóctone
<i>Chasmocranus lopezi</i> (Miranda Ribeiro, 1968)	Nhundiá-vareta					autóctone
<i>Imparfinis</i> sp.	Bagrinho					autóctone
<i>Pimelodella kronei</i> (Miranda Ribeiro, 1907)	Bagre-cego			VU	EN	autóctone
<i>Pimelodella transitoria</i> (Miranda Ribeiro, 1907) *	Mandi-tinga, mandi-chorão	op				autóctone

Ordem/Família/Espécie e autor	Nome popular	Ocorrência	Categoria de Ameaça			Espécies problema (invasora/exótica)
			IUCN	Brasil	SP	
<i>Rhamdia quelen</i> (Quoy & Gaimard, 1824) * ¹	Bagre, jundiá	ok				autóctone
<i>Rhamdia</i> *	Bagre, jundiá	op				autóctone
<i>Rhamdioglanis transfasciatus</i> Miranda Ribeiro, 1908	Mandi-pintado					autóctone
<i>Rhamdiopsis moreirai</i> Haseman, 1911	Bagre, jundiá, mandzinho					autóctone
Loricariidae						
<i>Ancistrus multispinis</i> (Regan, 1912)	Barbudinho					autóctone
<i>Ancistrus</i> sp.	Barbudinho					
<i>Harttia kronei</i> (Miranda Ribeiro, 1908) *	Bituva	op				autóctone
<i>Hisonotus gibbosus</i> (Miranda Ribeiro, 1908) *	Cascudinho, pituva	op				autóctone
<i>Hisonotus leucofrenatus</i> (Miranda Ribeiro, 1908)	Cascudinho					autóctone
<i>Hisonotus notatus</i> (Eigenmann & Eigenmann, 1889) *	Cascudinho	op				autóctone
<i>Hypostomus agna</i> (Miranda Ribeiro, 1907)	Cascudo					autóctone
<i>Hypostomus ancistroides</i> (Ihering, 1911) * ¹	Cascudo	ok				alóctone
<i>Hypostomus interruptus</i> (Miranda Ribeiro, 1918)	Cascudo					autóctone
<i>Hypostomus tapijara</i> Oyakawa, Akama & Zanata, 2005	Cascudo, tapijara					autóctone
<i>Hypostomus</i> sp. 1 * ¹	Cascudo	ok				autóctone
<i>Hypostomus</i> sp. 2 * ¹	Cascudo	ok				autóctone
<i>Isbrueckerichthys</i> sp. *	Cascudinho	op				autóctone
<i>Isbrueckerichthys alipionis</i> (Gosline, 1947)	Cascudinho					autóctone
<i>Isbrueckerichthys duseni</i> (Ribeiro, 1907) * ¹	Cascudinho	ok			VU	autóctone
<i>Isbrueckerichthys epakmos</i> Pereira & Oyakawa, 2003	Cascudinho				VU	autóctone
<i>Kronichthys lacerta</i> (Nichols, 1919)	Mãe-do-anhá					autóctone
<i>Kronichthys subteres</i> (Miranda Ribeiro, 1908) *	Mãe-do-anhá	op				autóctone
<i>Kronichthys</i> sp. *	Mãe-do-anhá	op				autóctone
<i>Loricaria</i> sp. * ¹	Cascudo, pito	ok				autóctone

Ordem/Família/Espécie e autor	Nome popular	Ocorrência	Categoria de Ameaça			Espécies problema (invasora/exótica)
			IUCN	Brasil	SP	
<i>Loricariichthys</i> sp.	Cascudo					autóctone
<i>Loricariichthys castaneus</i> (Castelnau, 1855) *	Cascudo	op				autóctone
<i>Neoplecostomus paranaensis</i> Langeani, 1990	Cascudinho				VU	autóctone
<i>Neoplecostomus ribeirensis</i> Langeani, 1990 *	Cascudinho	op				autóctone
<i>Otocinclus affinis</i> Steindachner, 1877	Cascudinho					autóctone
<i>Otothyris juquiae</i> Garavello, Britski & Schaefer, 1998	Cascudinho				VU	autóctone
<i>Pareiorhaphis</i> sp. *	Cascudo	op				autóctone
<i>Parotocinclus maculicauda</i> (Steindachner, 1877) *	Cascudinho	op				autóctone
<i>Pseudotothyris obtusa</i> (Miranda Ribeiro, 1911) *	Cascudinho	op				autóctone
<i>Pseudotothyris</i> sp. *		op				autóctone
<i>Pseudotocinclus juquiae</i> Takako, Oliveira & Oyakawa, 2005	Cascudinho				EN	autóctone
<i>Rineloricaria kronei</i> (Miranda Ribeiro, 1911)	Pito					autóctone
<i>Rineloricaria</i> *	Pito	op				autóctone
<i>Schyzolecis guntheri</i> (Miranda Ribeiro, 1918)	Cascudinho					autóctone
Pimelodidae						
<i>Pimelodus maculatus</i> Lacépède, 1803 * ¹	Mandi, mandi-guaçu	ok				alóctone
Pseudopimelodidae						
<i>Microglanis cottoides</i> (Boulenger, 1891) *	Bagrinho	op				autóctone
Trichomycteridae						
<i>Ituglanis proops</i> (Miranda Ribeiro, 1908)	Maria-mole					autóctone
<i>Microcambeva ribeirae</i> Costa, Lima & Bizerril, 2004	Microcambeva					autóctone
<i>Trichomycterus davisii</i> (Haseman, 1911)	Cambeva					autóctone
<i>Trichomycterus iheringi</i> (Eigenmann, 1917) * ¹	Cambeva	ok				autóctone
<i>Trichomycterus</i> sp.	Sobe-serra					autóctone
<i>Trichomycterus zonatus</i> (Eigenmann, 1918) *	Cambeva	op				autóctone

Ordem/Família/Espécie e autor	Nome popular	Ocorrência	Categoria de Ameaça			Espécies problema (invasora/exótica)
			IUCN	Brasil	SP	
Ordem Gymnotiformes						
Gymnotidae						
<i>Gymnotus carapo</i> Linnaeus, 1758 * ¹	Tuvira, sarapó	ok				autóctone
<i>Gymnotus pantherinus</i> (Steindachner, 1908) * ¹	Tuvira, sarapó	ok				autóctone
<i>Gymnotus silvius</i> Albert & Fernandes-Matioli, 1999 * ¹	Tuvira, sarapó	ok				autóctone
Hypopomidae						
<i>Brachypomus</i> sp.	Tuvira, sarapó					autóctone
Ordem Synbranchiformes						
Synbranchidae						
<i>Synbranchus marmoratus</i> Bloch, 1795	Mussum, muçum					autóctone
Ordem Perciformes						
Centrarchidae						
<i>Micropterus salmoides</i> Lacépède, 1802 * ¹	Black-bass, truta-verde	ok				exótica
Cichlidae						
<i>Cichlasoma facetum</i> (Jenyns, 1842) *	Acará, acará-peva, cará	op				autóctone
<i>Cichla</i> sp. * ¹	Tucunaré	ok				alóctone
<i>Crenicichla</i> sp. * ¹	Jacundá, joaninha	ok				autóctone
<i>Geophagus brasiliensis</i> (Quoy & Gaimard, 1824) * ¹	Cará, cará-papaterra	ok				autóctone
<i>Geophagus iporangensis</i> Haseman, 1911	Cará, cará-papaterra					autóctone
<i>Oreochromis niloticus</i> Linnaeus, 1758 * ¹	Tilápia-do-nilo	ok				exótica
<i>Tilapia rendalli</i> (Boulenger, 1897) * ¹	Tilápia-do-congo	ok				exótica

Ordem/Família/Espécie e autor	Nome popular	Ocorrência	Categoria de Ameaça			Espécies problema (invasora/exótica)
			IUCN	Brasil	SP	
Ordem Cyprinodontiformes						
Poeciliidae						
<i>Phalloceros caudimaculatus</i> (Hensel, 1868) * ¹	Guaru	ok				autóctone
<i>Phalloceros</i> * ¹	Guaru	ok				autóctone
<i>Poecilia reticulata</i> Peters, 1859 *	Barrigudinho	op				exótica
Rivulidae						
<i>Campellolebias dorsimaculatus</i> Costa, Lacerda & Brasil, 1989	Peixe-anual			VU	CR	autóctone
<i>Leptolebias aureoguttatus</i> (Myers, 1952)	Peixe-anual				VU	autóctone
<i>Rivulus santensis</i> Koehler, 1906 *	Peixe-anual	op				autóctone

Número total de espécies: 124

Número de espécies translocadas: 10

Número de espécies exóticas: 7

Espécies marcadas com*: 74 espécies com ocorrência no PEJU e região do entrono (10km), somente na bacia hidrográfica do Rio Juquiá (bacia do Ribeira de Iguape)

Espécies marcadas com*¹: tem ocorrência comprovada na área do PEJU (total de 42)

Anexo 30. Lista sistemática das espécies registradas da herpetofauna para o PEJU.

A lista a seguir contempla os seguintes dados dos registros: nome popular, fitofisionomia de ocorrência (Dm= Floresta Ombrofila Densa Montana ; Dms= Floresta Ombrofila Densa Montana secundária ; Ds= Floresta Ombrofila Densa Subontana ; Dss= Floresta Ombrofila Densa Subontana secundária ; Dm/Di= Floresta Ombrofila Densa Alto-montana), fonte de dados (1= dados primários; 2= dados secundários) e ocorrência (ok=confirmada; op=provável) no PEJU.

Ordem, família, espécie e autoria	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
ANURA				
Amphignathodontidae				
Flectonotus fissilis (Miranda-Ribeiro, 1920)	perereca-marsupial	Dm	1,2	ok
Flectonotus ohausi (Wandolleck, 1907)	perereca-marsupial		2	
Brachycephalidae				
Brachycephalus hermogenesi (Giaretta and Sawaya, 1998)	sapinho-de-folhiço		2	
Ischnocnema aff. nigriventris (Lutz, 1925)	rã-de-barriga-negra		2	
Ischnocnema guentheri (Steindachner, 1864)	rã-do-folhiço	Dm, Dms	1,2	ok
Ischnocnema parva (Girard, 1853)	rãzinha-do-folhiço		2	
Ischnocnema sp. (gr. parvus)	rãzinha-do-folhiço		2	
Ischnocnema spanios (Heyer, 1985)	razinha-de-iris-azul		2	
Bufonidae				
Dendrophryniscus brevipollicatus Jiménez de la Espada, 1870	sapinho-da-bromélia		2	
Rhinella icterica (Spix, 1824)	sapo-cururu	Dm, Dms	1,2	ok
Rhinella ornata (Spix, 1824)	sapo-cururuzinho	Dm, Dms, DI	1,2	ok
Centronelidae				
Hyalinobatrachium eurygnathum (Lutz, 1925)	perereca-de-vidro		2	
Hyalinobatrachium uranoscopum (Boulenger, 1895)	perereca-de-vidro		2	
Cycloramphidae				
Cycloramphus acangatan Verdade and Rodrigues, 2003	rã-da-mata		2	
Macrogenioglottus alipioi Carvalho, 1946	sapo-andarilho		2	
Proceratophrys apendiculata	sapo-de-chifres	Dm/Di	1,2	ok

Ordem, família, espécie e autoria	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Proceratophrys boiei (Wied-Neuwied, 1824)	sapo-de-chifres	Dm, Dms	1,2	ok
Craugastoridae				
Haddadus binotatus (Spix, 1824)	rã-do-folhiço		2	
Hylidae				
Aplostodiscus arildae (Cruz and Peixoto, 1987)	perereca-verde		2	
Aplastodiscus albosignatus (Lutz and Lutz, 1938)	perereca-flautinha	Dm, Dms	1,2	ok
Aplastodiscus leucopygius (Cruz and Peixoto, 1985)	perereca-verde	Dms	1,2	ok
Bokermannohyla astartea (Bokermann, 1967)	perereca		2	
Bokermannohyla circumdata (Cope, 1871)	perereca-da-mata	Dm, Dms	1,2	ok
Bokermannohyla hylax Heyer, 1985	perereca-da-mata	Dm, Dms	1,2	ok
Dendropsophus bertalutzae (Bokermann, 1962)	pererequinha		2	
Dendropsophus giesleri (Mertens, 1950)	pererequinha		2	
Dendropsophus elegans (Wied-Neuwied, 1824)	pererequinha-de-colete	Dms	1,2	ok
Dendropsophus microps (Peters, 1872)	pererequinha	Dms	1,2	ok
Dendropsophus minutus (Peters, 1872)	pererequinha-do-brejo	Dms	1,2	ok
Dendropsophus sanborni (Schmidt, 1944)	pererequinha-do-brejo	Dms	1,2	ok
Dendropsophus weneri (Cochran, 1952)	perereca	Dms	1,2	ok
Hypsiboas albomarginatus (Spix, 1824)	perereca-verde	Dms	1,2	ok
Hypsiboas albopunctatus (Spix, 1824)	perereca-cabrinha	Dms	1,2	ok
Hypsiboas bischoffi (Boulenger, 1887)	perereca	Dms	1,2	ok
Hypsiboas faber (Wied-Neuwied, 1821)	sapo-martelo	Dms	1,2	ok
Hypsiboas polytaenius (Cope, 1870)	perereca-de-pijama		2	
Hypsiboas pardalis Spix, 1824	sapo-porco	Dms	1,2	ok
Hypsiboas prasinus (Burmeister, 1856)	perereca	Dms	1,2	ok
Hypsiboas semilineatus (Spix, 1824)	perereca-flanco-esfumado	Dms	1,2	ok
Phasmahyla cochranae (Bokermann, 1966)	perereca-folha	Dm	1,2	ok
Scinax alter (Lutz, 1973)	perereca-do-litoral	Dms	1,2	ok
Scinax breni (De Witte, 1930)	perereca-malhada		2	

Ordem, família, espécie e autoria	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Scinax perpusillus (Lutz and Lutz, 1939)	pererequina-de-bromélia	Dm/Di, Dms	1,2	ok
Scinax crospedospilus (Lutz, 1925)	perereca	Dms	1,2	ok
Scinax fuscomarginatus (Lutz, 1925)	pererequina-do-brejo		2	
Scinax fuscovarius (Lutz, 1925)	perereca-do-banheiro		2	
Scinax hayii (Barbour, 1909)	perereca-do-banheiro	Dms	1,2	ok
Scinax perereca Pombal, Haddad, and Kasahara, 1995	perereca-do-banheiro	Dms	1,2	ok
Scinax rizibilis (Bokermann, 1964)	perereca-rizadinha	Dms	1,2	ok
Sphaenorhynchus orophilus (Lutz and Lutz, 1938)	pererequina-limão		2	
Hylodidae				
Crossodactylus aeneus Müller, 1924	razinha-de-riacho		2	
Crossodactylus caramaschii Bastos and Pombal, 1995	razinha-de-riacho	Dm, Dms	1,2	ok
Hylodes aff. heyeri Pombal, and Bastos, 1996	rã-de-corredeira	Dm	1,2	ok
Leiuperidae				
Physalaemus cuvieri Fitzinger, 1826	rã-cachorro	Dms	1,2	ok
Physalaemus olfersii (Lichtenstein and Martens, 1856)	rãzinha-rangedora	Dm, Dms	1,2	ok
Leptodactylidae				
Leptodactylus furnarius Sazima and Bokermann, 1978	rã	Dms	1,2	ok
Leptodactylus labyrinthicus (Spix, 1824)	rã-pimenta	Dms	1,2	ok
Leptodactylus marmoratus (Steindachner, 1867)	razinha-marmoreada	Dms	1,2	ok
Leptodactylus notoaktites Heyer, 1978	rã-gota	Dms	1,2	ok
Leptodactylus ocellatus (Linnaeus, 1758)	rã-manteiga	Dms	1,2	ok
Paratelmatobius cardosoi Pombal and Haddad, 1999	razinha-de-barriga-colorida		2	
Paratelmatobius spn.	razinha-de-barriga-colorida	Dm, Dms	1,2	ok
Microhylidae				
Chiasmocleis leucosticta (Boulenger, 1888)	razinha-da-mata		2	
Myersiella microps Carvalho, 1954	rãzinha-assobiadora-da-mata		2	

Ordem, família, espécie e autoria	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Ranidae				
Lithobates catesbeianus (Shaw, 1802)	rã-touro			2
GYMNOPHIONA				
Caeciliidae				
Siphonops paulensis Boettger, 1892	cobra-cega			2
REPTILIA				
LARCETILIA				
Amphisbaenidae				
Amphisbaena alba Linnaeus, 1758	"cobra"-de-duas-cabeças			2
Amphisbaena dubia Müller, 1924	"cobra"-de-duas-cabeças			2
Leposternon microcephalum Wagler, 1824	"cobra"-de-duas-cabeças			2
Anguidae				
Diploglossus fasciatus (Gray, 1831)	lagarto-barrado			2
Ophiodes fragilis (Spix, 1824)	"cobra"-de-vidro			2
Gekkonidae				
Hemidactylus mabouia (Moreau de Jonnés, 1818)	lagartixa			2
Gymnophthalmidae				
Cercosaura schreibersii Wiegmann, 1834	lagartinho-do-chão			2
Cercosaura quadrilineata (Boettger, 1876)	lagartinho			2
Colobodactylus taunayi Amaral, 1933	lagartinho-do-folhicho			2
Ecleopus gaudichaudii Duméril & Bibron, 1839	lagarto			2
Placosoma glabellum (Peters, 1870)	lagartinho-do-folhicho			2
Leiosauridae				
Anisolepis grillii Boulenger, 1891	calango			2
Enyalius iheringii Boulenger, 1885	calango			2
Enyalius perditus Jackson, 1978	calango			2
Polychrotidae				
Urostrophus vautieri Duméril & Bibron, 1837	calango			2

Ordem, família, espécie e autoria	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Teiidae				
Tupinambis merianae (Duméril & Bibron, 1839)	teiú	Dms	1,2	ok
Tropiduridae				
Tropidurus itambere Rodrigues, 1987	calango		2	
"SERPENTES"				
Anomalepididae				
Liotyphlops beui (Amaral, 1924)	cobra-cega		2	
Liotyphlops ternetzii (Boulenger, 1896)	cobra-cega		2	
Boidae				
Boa constrictor Linnaeus, 1758	jibóia		2	
Corallus cropani (Hoge, 1953)	cobra		2	
Corallus hortulanus (Linnaeus, 1758)	cobra-veadeira		2	
Colubridae				
Apostolepis assimilis (Reinhardt, 1861)	fura-terra	Dm	2	ok
Atractus maculatus Günther, 1858	fura-terra		2	
Atractus reticulatus (Boulenger, 1885)	fura-terra		2	
Atractus serranus Amaral, 1930	fura-terra		2	
Atractus trihedrurus Amaral, 1926	fura-terra		2	
Atractus zebrinus (Jan, 1862)	falsa-coral		2	
Chironius bicarinatus (Wied, 1820)	cobra-cipó		2	
Chironius exoletus (Linnaeus, 1758)	cobra-cipó		2	
Chironius flavolineatus (Boettger, 1885)	cobra-cipó		2	
Chironius foveatus Bailey, 1955	cobra-cipó		2	
Chironius fuscus (Linnaeus, 1758)	cobra-cipó		2	
Chironius multiventris Schmidt & Walker, 1943	cobra-cipó		2	
Chironius quadricarinatus (Boie, 1827)	cobra-cipó		2	
Clelia plumbea (Wied, 1820)	mussurana		2	

Ordem, família, espécie e autoria	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Clelia quimi Franco, Marques & Puerto, 1997	mussurana			2
Clelia rustica (Cope, 1878)	mussurana			2
Dipsas incerta (Jan, 1863)	come-lesma			2
Dipsas indica Laurenti, 1768	come-lesma			2
Echinanthera cephalostriata Di-Bernardo, 1996	cobrinha			2
Echinanthera cyanopleura (Cope, 1885)	cobrinha			2
Echinanthera melanostigma (Wagler, 1824)	cobrinha			2
Echinanthera undulata (Wied, 1824)	papa-rã			2
Erythrolamprus aesculapii (Linnaeus, 1766)	falsa-coral			2
Gomesophis brasiliensis (Gomes, 1918)	cobra-do-lodo			2
Helicops carinicaudus (Wied, 1825)	cobra-d'-água			2
Helicops modestus Günther, 1861	cobra-d'-água			2
Liophis almadensis (Wagler, 1824)	cobra-d'-água			2
Liophis atraventer Dixon & Thomas, 1985	cobra-d'-água			2
Liophis jaegeri (Günther, 1858)	cobra-verde			2
Liophis milliaris (Linnaeus, 1758)	cobra-d'-água			2
Liophis poecilogyrus (Wied, 1825)	cobra-de-capim			2
Liophis typhlus (Linnaeus, 1758)	cobra-verde			2
Liophis viridis Günther, 1862	cobra-d'-água			2
Mastigodryas bifossatus (Raddi, 1820)	jararacussu-do-brejo			2
Oxyrhopus clathratus Duméril, Bibron & Duméril, 1854	falsa-coral			2
Oxyrhopus guibei Hoge & Romano, 1977	falsa-coral			2
Oxyrhopus rhombifer Duméril, Bibron & Duméril, 1854	falsa-coral			2
Oxyrhopus trigeminus Duméril, Bibron & Duméril, 1854	falsa-coral			2
Phalotris mertensi (Hoge, 1955)	cobra			2
Philodryas aestiva (Duméril, Bibron & Duméril, 1854)	cobra-verde			2
Philodryas olfersii (Lichtenstein, 1823)	cobra-verde			2
Philodryas patagoniensis (Girard, 1858)	parelheira			2

Ordem, família, espécie e autoria	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Sibynomorphus neuwiedii (Ihering, 1911)	dormideira		2	
Simophis rhinostoma (Schlegel, 1837)	cobra		2	
Siphlophis longicaudatus (Andersson, 1907)	cobra		2	
Sordellina punctata (Peters, 1880)	cobra-d'água		2	
Spilotes pullatus (L., 1758)	caninana	Dms	1,2	ok
Taeniophallus affinis (Günther, 1858)	cobrinha		2	
Taeniophallus bilineata (Fischer, 1885)	cobrinha		2	
Taeniophallus poecilopogon (Cope, 1863)	cobrinha		2	
Taeniophallus occipitalis (Jan, 1863)	cobrinha		2	
Tantilla melanocephala (Linnaeus, 1758)	cobra-da-terra		2	
Thamnodynastes hipoconia (Cope, 1860)	falsa-jararaca		2	
Thamnodynastes pallidus (Linnaeus, 1758)	falsa-jararaca		2	
Thamnodynastes rutilus (Prado, 1942)	falsa-jararaca		2	
Thamnodynastes strigatus (Günther, 1858)	falsa-jararaca		2	
Tomodon dorsatus Duméril, Bibron & Duméril, 1854	corre-campo	Dms	1,2	ok
Tropidodryas serra (Schlegel, 1837)	falsa-jararaca	Dm	2	ok
Tropidodryas striaticeps (Cope, 1869)	falsa-jararaca		2	
Uromacerina ricardinii (Peracca, 1897)	cobra-cipó		2	
Xenodon neuwiedii Günther, 1863	falsa-jararaca		2	
Elapidae				
Micrurus corallinus (Merrem, 1820)	coral-verdadeira	Dms	1,2	ok
Micrurus decoratus (Jan, 1858)	coral-verdadeira		2	
Micrurus frontalis (Duméril, Bibron & Duméril, 1854)	coral-verdadeira		2	
Tropidophiidae				
Tropidophis paucisquamis (Müller, 1901)	jiboinha		2	

Ordem, família, espécie e autoria	Nome popular	Fitofisionomia	Fonte	Ocorrência
Viperidae				
Bothrops jararaca (Wied, 1824)	jararaca	Dm	1,2	ok
Bothrops jararacussu Lacerda, 1884	jararacuçu	Ds	2	ok
Bothrops neuwiedi Wagler, 1824	jararaca		2	
Crotalus durissus Linnaeus, 1758	cascavel		2	
Chelidae				
Hydromedusa maximiliani (Mikan, 1820)	cágado-pescoço-de-cobra		2	
Hydromedusa tectifera Cope, 1869	cágado-pescoço-de-cobra		2	

Fitofisionomias: Ds= FOD Submontana, Dm= FOD Montana, Di= FOD Alto-montana, Dm/Di= Dm em transição para Di; Fonte: 1= dados primários, 2= dados secundários; Ocorrência: ok= ocorrência confirmada, op= ocorrência provável.

Anexo 31. Lista comentada de espécies de anfíbios registradas no PEJU.

A seguir é apresentada a lista comentada das espécies registradas. São abordadas características básicas das espécies, tais como sua distribuição geográfica, tipo de habitat preferencial, dieta, diagnose da espécie e outros aspectos julgados pertinentes.

Anura

Família amphignathodontidae recentemente revalidada por Frost *et al.* (2006) para abarcar dois gêneros de anuros, Gastrotheca e Flectonotus. Os representantes desta família podem ser diferenciados das demais famílias por apresentarem uma bolsa dorsal para armazenar ovos. Com distribuição por Panamá a Costa Rica, Trinidad, Tobago e do Norte ao Sul do Brasil.

Flectonotus fissilis Miranda-Ribeiro, 1920 é uma Perereca de pequeno porte, comum das Restingas e outras formações Florestais Atlânticas. Sua coloração varia de entre verde a amarelo claro, podendo apresentar pontos escuros no dorso, punhos com uma barra transversal preta. Apresenta associação com bromélias, onde os machos são encontrados vocalizando durante a noite, entre um a três metros do chão (Heyer *et al.*, 1990). Apresenta modo reprodutivo característico da família (Frost *et al.*, 2006) onde as fêmeas carregam os ovos em uma bolsa (tipo de marsúpio) no dorso. Após a eclosão dos girinos estes são deixados em axilas de bromélias, terminando o seu desenvolvimento. A espécie é classificada como não ameaçada, devido a sua grande distribuição que inclui os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Apresenta grande tolerância a variações ambientais, podendo ocorrer próximos a locais alterados, necessitando de áreas florestais com presença de bromélias (IUCN).

Flectonotus ohausi (Wandolleck, 1907), apresenta padrão de tons de marrom com brancos e Iris dourada. Vive associada a regiões florestais com frequência de bambus. Considerada uma espécie rara devido a baixa densidade populacional e número de exemplares em coleções científicas. Apresenta reprodução especializada assim como a espécie acima. Endêmica da Mata Atlântica ocorrendo nos estados de São Paulo ao Espírito Santo.

Família Brachycephalidae – ainda que Brachycephalidae seja o nome com prioridade para este táxon, com exceção de *Brachycephalus* a família corresponde quase totalmente aos Eleutherodactylinae de outros autores, com a maior parte da literatura referindo-se a este nome. A distribuição das espécies inclui a região tropical e subtropical, indo do sudoeste dos EUA e Antilhas até o sul da América do Sul.

Brachycephalus hermogenesi (Giaretta and Sawaya, 1998) é uma espécie de tamanho reduzido, que vive associada a serrapilheira de áreas florestais. Os machos vocalizam durante o dia e a noite, protegidos por debaixo de folhas. Ocorre na estado de São Paulo e extremo Sul do Rio de Janeiro do nível do mar até 800 metros (Verdade *et al.*, 2008).

Ischnocnema guentheri (Steindachner, 1864) é uma rãzinha do chão de mata, com padrões diversificados de coloração. Apresenta patas traseiras grandes em relação ao corpo e artelhos longos, o que lhes proporciona dar grandes saltos. Como todos os representantes da família Brachycephalidae apresenta desenvolvimento direto (Frost *et al.*, 2006) onde as fêmeas

fazem ninhos em cavidades junto a serapilheira das matas. Vocalizações de machos são registradas em maior intensidade no início da noite. Ocorre do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul, Paraguai e Argentina (Frost, 2008). *I. guentheri* não se encontra ameaçado, porém as espécies do gênero *Ischnocnema*, são considerados bons indicadores ambientais devida a necessidade de microclimas específicos, ocorrendo declínio de espécies do gênero em áreas desflorestadas (Pearman, 1997).

Ischnocnema parva (Girard, 1853) é uma pequenina rã com cerca de 20 mm, de cor bege ou cinza, com uma área enegrecida próximo a região cloacal. Provável que seja um complexo de espécies. Assim como as demais espécies do gênero *Ischnocnema* descritos acima, habita o chão da mata, e apresentam desenvolvimento direto. Os machos vocalizam em cima de pequenas folhas até 50 cm do chão, sendo o pico de atividade entre o entardecer e à noite. Restrita ao Bioma Atlântico, esta relacionada a locais de mata do sudeste do Brasil.

Ischnocnema spanius (Heyer, 1985) é uma espécie extremamente rara, conhecida para localidade tipo, a Estação Ecológica de Boracéia e região entre PECB e PEJU. Possui o ventre, a cintura e os dedos avermelhados. Embora sejam encontrados na borda da mata pouco se conhece sobre a sua biologia (Heyer et al., 1990.).

Família Bufonidae – Esta família abrange uma grande diversidade de espécies, popularmente chamadas de “sapos”, com distribuição cosmopolita. Frost et al. (2006) subdividiram o antigo gênero “Bufo” em 17 gêneros distintos, incluindo a maioria das espécies sul-americanas nos gêneros *Rhaebo*, *Chaunus* e *Rhinella*. Todas as espécies desta família são terrestres, apresentam hábitos noturnos, e se alimentam principalmente de invertebrados. As espécies conhecidas apresentam uma variação muito significativa no tamanho (30 a 200 mm), enquanto que a morfologia externa tende a ser conservada. São animais geralmente corpulentos e com glândulas presentes em todo o corpo, podendo se concentrar em regiões específicas do corpo como, por exemplo, as características glândulas parotóides que se formam atrás dos olhos e sobre os tímpanos (PNMA, 1997). A família possui representantes que vivem em formações abertas e formações cobertas por matas (Strüssmann et al., 2000).

Dendrophryniscus brevipollicatus Jiménez de la Espada, 1871 é uma pequena espécie de sapo, cerca de 20mm, com focinho afilado e ponta dos dedos dilatada. Possui coloração cinza e um desenho no dorso em forma de “X”. Vive associado a bromélias no interior das matas do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro (Izechohn & Carvalho-e-Silva, 2001). *Dendrophryniscus brevipollicatus* é encontrado com frequência nas axilas de bromélias concomitantemente com ovos e larvas de sua espécie. Alguns aspectos sobre sua biologia ainda precisam ser estudados detalhadamente, como a sua vocalização e a sua suscetibilidade ambiental.

Rhinella icterica (Spix, 1824) é um sapo de grande porte, conhecido popularmente como sapo cururu. Apresenta dimorfismo sexual, onde os machos menores apresentam coloração uniforme verde e uma grande glândula parotóide em relação a fêmea. As fêmeas em geral apresentam coloração marrom com branco e são de maior tamanho. Sua reprodução é estimulada após chuvas intensas, onde machos vocalizavam na beira de corpos ambientes lânticos, permanentes ou temporários, sua desova é em forma de cordão com centenas de ovos. Distribuído pela região sudeste do Brasil chegando a Argentina e Paraguai (Frost, 2008). Pode ser encontrado em áreas abertas com frequência.

Rhinella ornata (Wied-Neuwied, 1821) é um sapo de médio porte, que habita o chão da mata. Apresenta coloração *cinza*, com uma faixa branca entre duas pretas no meio do dorso. Possui atividade predominante noturna, e se refugia durante a noite em tronco, tocas no chão e rochas (Haddad & Sazima, 1992). A vocalização dos machos apresenta dois turnos, um ao anoitecer e outro na aurora (Pombal & Gordo, 2004). Sua desova é parecida com um cordão gelatinoso contendo diversos ovos. Abundante na baixada litorânea é uma das poucas espécies com registros de reprodução em água salobra (Guix & Lopes, 1989). Apresenta pouca suscetibilidade ambiental, encontrado em áreas urbanas próximos de pequenos remanescentes. Distribuído pela Argentina, Paraguai e Sudeste, leste e noroeste brasileiro (Frost, 2008).

Família Centrolenidae – A família Centrolenidae constitui um grupo monofilético que no passado era considerado próximo às rãs arborícolas da família Hylidae. No entanto, trabalhos recentes colocam os centrolenídeos como sendo mais próximos filogeneticamente dos leptodactídeos. O monofiletismo deste grupo é sustentado por diversos caracteres morfológicos, comportamentais e moleculares. Os centrolenídeos são conhecidos como rãs de cristal, pois uma de suas características é o corpo transparente em maior ou menor grau, permitindo a visualização das vísceras.

A classificação taxonômica dos centrolenidae é ainda um tanto controversa, mas atualmente são reconhecidos quatro gêneros (com vários grupos de espécies) de rãs de cristal: *Allophryne*, *Centrolene*, *Cochranella* e *Hyalinobatrachium*. As rãs de cristal são nativas das florestas da América tropical, distribuindo-se desde o sul do México até o Panamá, e através dos Andes desde a Venezuela até a Bolívia, com algumas espécies nas Bacias Amazônica e do Orenoco, no Maciço das Guianas, no sudeste do Brasil e norte da Argentina.

Hyalinobatrachium eurygnathum (A. Lutz, 1925) é uma perereca verde com pontinhos brancos e ventre translúcido, o que lhe confere o nome popular de perereca-de-vidro. Vive associada as matas ciliares dos riachos. Os machos vocalizam em ramos de folhas sobre a água corrente em alturas entre 1 – 3 metros do chão (Heyer, 1990). Sua desova é depositada em folhas em forma de gelatina. Conforme os girinos vão se desenvolvendo eles caem no riacho, vivendo junto às folhas no fundo dos rios, onde terminam seu ciclo e se metamorfoseiam. Apesar de relatos de declínios populacionais locais esta espécie não está classificada como ameaçada (Heyer et. al., 1988).

Hyalinobatrachium uranoscopum (Muller, 1924) é uma perereca pequena (cerca de 20mm), de coloração verde e ventre transparente, o que também lhe conferiu o nome de perereca-de-vidro. Habitante das matas primária e secundária sempre associado a riachos e ribeirões. Sua biologia é similar a *H. eurygnathum*. Distribuiu-se pelas serras do Sudeste e Sul (Paraná e Santa Catarina) do Brasil e nordeste da Argentina (Frost, 2008). Foram registrados declínios populacionais desta espécie para o estado do Rio de Janeiro (Eterovick et al., 2005) Presente na lista da fauna ameaçada de extinção do Estado de São Paulo, na categoria de Provavelmente Ameaçada.

Família Cycloramphidae – Esta família foi recentemente redefinida por Frost et al. (2006) para abarcar 11 gêneros de anuros com distribuição pelas regiões sub-tropicais e temperadas da América do Sul. A família é definida por uma característica muscular da região do hióide.

Cycloramphus acangatan Verdade & Rodrigues, 2003 sapo de hábitos semi fossoriais, apresenta membros curtos e cabeça larga em relação ao corpo. Coloração uniforme marrom escuro, nos jovens pode apresentar linhas dorsais brancas. Na área de estudo só foi coletada pelo método passivo (pitfall). Distribuição geográfica: Restrito a Mata Atlântica, ocorrendo por toda a Serra de Paranapiacaba (Verdade & Rodrigues, 2003).

Macrogenioglottus alipioi Carvalho, 1946 é um sapo que vive no chão da mata, pode ser encontrado em poças no interior e na bordas de áreas florestais. Apresenta coloração apostemática, preta com manchas vermelhas nas partes internas das coxas e flancos. Considerada uma espécie rara, pois seu encontro não é freqüente mesmo em áreas de sua ocorrência. Sua distribuição esta associada a Floresta Atlântica do Sudeste ao estado da Bahia.

Proceratophrys appendiculata (Günther, 1873) é um sapo com diferentes tons de marrom, e apêndices na ponta do focinho e nas dobras oculares. Vive entre o folhiço de florestas primárias e secundárias em bom estado de conservação, não sendo encontrado em áreas abertas e antrópicas. Utiliza os pequenos riachos montanhosos para a reprodução, vocalizando em suas margens. Ocorre nas regiões costeiras do Espírito Santo ao Paraná (Frost, 2008).

Proceratophrys boiei é uma espécie que pode alcançar um porte médio a grande (55 a 75mm), com o corpo robusto e rugosos como o de um sapo. Sua característica distintiva é um par de apêndices cutâneos parecidos com chifres, acima dos olhos, o que originou seu nome popular: sapo-de-chifres. Sua coloração dorsal varia de cinzenta a parda, com o dorso manchado de castanho escuro. Um par de cordões dérmicos longitudinais e sinuosos camufla esta espécie na serapilheira, de forma que se torna difícil localizá-la. Sua alimentação pode incluir outros anuros, mas baseia-se em besouros e grilos (). Ocorre de Pernambuco a Santa Catarina.

Família Craugastoridae

Hadadus binotatus (Spix, 1824) é uma rã que vive no chão das matas, podendo ser encontrada durante o dia como a noite. Pode alcançar até 60 mm, seu dorso castanho-avermelhado apresenta com freqüência quatro pintas enegrecidas bem característica. Vive associada ao folhiço, em áreas de mata primária e secundária. Reproduz-se por desenvolvimento direto, ou seja, dos ovos nascem jovens iguais aos adultos, não ocorrendo o desenvolvimento do girino (fase larval). Espécie endêmica da Mata Atlântica com ampla distribuição, ocorrendo do sul da Bahia até o Rio Grande do Sul (Frost, 2008). Atualmente não se encontra com ameaçada, devido a grandes populações nos locais onde ocorrem (IUCN).

Família Hylidae – Esta família abrange as espécies popularmente conhecidas como pererecas. A família tem uma distribuição quase cosmopolita, com representantes no Novo Mundo, região Australo-Papuana, parte da Eurásia e norte da África. As espécies são geralmente delgadas com membros longos, artelhos com discos adesivos nas extremidades, pupilas verticais, horizontais ou triangulares (PNMA, 1997). A maioria das espécies é arbórea, porém existem algumas espécies aquáticas, possuem hábito noturno e se alimentam principalmente de invertebrados. A família

Hylidae corresponde a um dos grupos mais diversificado de anuros e foi recentemente revisada por Faivovich *et al.* (2006), que reconheceu 47 gêneros contendo mais de 870 espécies (Frost, 2008). Os gêneros *Dendropsophus* e *Hypsiboa* foram recentemente revalidados por Faivovich *et al.* (2006). O primeiro abrange 88 espécies pertencentes basicamente aos grupos de “Hyla” com 30 cromossomos, e o segundo agrupa 72 espécies de pererecas de médio e grande porte dos grupos *albopunctata*, *benitezi*, *faber*, *pellucens*, *pulchella*, *punctata* e *semilineata*. Ambos os gêneros foram diagnosticados por características derivadas das suas seqüências moleculares, mas uma provável característica morfológica exclusiva a *Hypsiboas* é a presença de um espinho prepical (Faivovich *et al.*, 2006).

Aplastodiscus arildae (Cruz and Peixoto, 1987) é uma perereca verde de porte médio (35 a 45 mm), cuja distribuição é restrita às Serras da Mantiqueira e do Mar, em altitudes entre 800 e 1500 m. Seu dorso é verde com muitos pontos brancos e alguns marrons. Seus ossos são verdes. É uma espécie de hábitos noturnos e florestais, que se reproduz às margens dos riachos de montanha, depositando os ovos em ninhos aquáticos subterrâneos, escavados pelos machos. Uma possível característica distintiva para o gênero é o fato dos tubérculos metatarsais e metacarpais se apresentarem relativamente bem desenvolvidos (Faivovich *et al.* 2006).

Aplastodiscus albosignatus (Lutz and Lutz, 1938) É uma perereca verde de porte médio (35 a 45 mm) conhecida do estado de São Paulo. Seu dorso é verde com muitas pintas marrons e algumas brancas. Apresenta o lábio inferior e apêndices calcâneos brancos. Seus ossos são verdes. Sua desova é aquática, depositada em tocas subterrâneas, que são escavadas pelos machos na lama das margens de poças temporárias e riachos.

Aplastodiscus leucopygius (Cruz and Peixoto, 1985) É uma perereca verde de porte médio (35 a 45 mm) conhecida nas Serras do Mar e da Mantiqueira, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Seu dorso é verde com muitas pintas marrons e algumas brancas. Apresenta o lábio inferior e apêndices calcâneos brancos. Possui um flap cloacal também branco (daí o seu nome). Seus ossos são verdes. Sua desova é aquática, depositada em tocas subterrâneas, que são escavadas pelos machos na lama das margens de poças temporárias e riachos.

Bokermannohyla astartea (Bokermann, 1967) é uma perereca de tamanho pequeno pertencendo ao grupo *B. circumdata*. Encontrada em regiões de mata vocalizando em bromélias. Ocorre em áreas florestais da Serra do Mar no Sudeste do Brasil.

Bokermannohyla circumdata (Cope, 1871) é uma perereca de médio a grande porte, apresenta braços anteriores robustos. Coloração bege escura com listras roxas na região interna das patas traseiras. Habita áreas de floresta, próximas a pequenos riachos distribuída geograficamente nas montanhas de Mata Atlântica do sudeste e sul do Brasil, nos estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina (Frost, 2008).

Bokermannohyla hylax (Heyer, 1985) é uma perereca pertencente ao grupo *circumdata*, apresenta coloração marrom escura, listras transversais nas partes internas das coxas e lateral do corpo, tímpano de tamanho reduzido em relação a outra espécie do grupo. De hábitos noturnos essa perereca vive próximo de pequenos riachos, dentro de florestas com bom estado de conservação. Os machos vocalizam em tocas ou empoleirados nas margens dos corpos de água. É comum encontrar fêmeas repousando em cima de folhas durante o dia e início da noite. Espécie abundante nos locais aonde ocorre. Restrita ao bioma Atlântico, nas regiões de encosta do Paraná a São Paulo (Frost, 2008).

Dendropsophus berthalutzae (Bokermann 1962) é uma perereca pequena (cerca de 2cm) de coloração bege-alaranjada, com a presença de um “X” do dorso. Vocaliza sobre a vegetação emergente na margem de ambientes de água parada, próximos a mata. Formam grandes coros entre o verão e outono. Os ovos são depositados fora da água, sobre a vegetação próxima à superfície de ambientes lênticos (Lutz 1973). Segundo Izecksohn & Czarvalho-e-Silva, 2001 é uma espécie típica da faixa litorânea, do sudeste e sul do país.

Dendropsophus elegans (Wied-Neuwied, 1824) é uma espécie de pequeno porte (cerca de 3cm) apresentar coloração que mescla um marrom nas partes laterais e região inguinal, com dourado na porção dorsal dos olhos até o meio do dorso. Deposita seus ovos na vegetação sobre a água, no qual a larva cai e termina seu desenvolvimento. Espécie que apresenta grande adaptação a alterações não sofrendo nenhum tipo de ameaçada. Ocorre na Mata Atlântica da Bahia a São Paulo do nível do mar até 800m. Em Minas Gerais está associada as matas de transição entre mata Atlântica e Cerrado e Caatinga (Frost, 2008).

Dendropsophus giesleri (Mertens, 1950) É uma perereca de porte pequeno (20 a 30 mm), de coloração castanha, alaranjada, bege ou castanho avermelhada, com padrão que se assemelha a casca de árvore ou líquens. Ocorre nas matas de baixada a 800 metros no estados de São Paulo ao Espírito Santo (Hartmann & Hartmann, 2002).

Dendropsophus microps (Peters, 1872) É uma perereca de porte pequeno (20 a 30 mm), de coloração castanha, alaranjada, bege ou castanho avermelhada, com padrão que se assemelha a casca de árvore ou líquens. A face inferior de seu pé e membros posteriores é alaranjada ou vermelha. Possui uma área clara sob o olho e o tímpano. Os machos, quando vocalizam à noite, possuem coloração dorsal amarela uniforme. Ocorre em interior e borda de florestas, na Mata Atlântica do Sudeste e Sul do Brasil (Frost, 2008).

Dendropsophus minutus (Peters, 1872) é uma espécie de pequeno porte, coloração amarela e um desenho semelhante a uma ampulheta no dorso. Espécie bastante conspicua por sua vocalização de alta frequência e intensidade emitida sobre a vegetação marginal de lagoas e grandes poças temporárias. A desova dessa espécie consiste em uma massa gelatinosa de ovos que são depositados na água ou na vegetação. Considerada uma das espécies de perereca mais comum da América do Sul (IUCN), constituindo um complexo de espécies que pode revelar endemismos após revisão taxonômica.

Dendropsophus sanborni (Schmidt, 1944) é uma perereca pequena, com 20 a 25 mm, de coloração castanha, alaranjada ou bege, com pequenos pontos escuros arranjados longitudinalmente. Ocorre no Sul e Sudeste do Brasil, sul do Paraguai, Uruguai e leste e centro da Argentina (nas províncias de Corrientes e Buenos Aires). É provável sua ocorrência no Centro-Oeste brasileiro (Ribeiro et al., 2005)

Dendropsophus weneri (Cochran, 1952) é uma perereca de pequeno porte, que vive em lagoas e brejos junto a mata. Sua coloração dorsal amarelo claro, caracterizada por uma mancha dorsal castanho clara em forma de X e uma mancha circular branca abaixo do olho (Pombal & Bastos, 1998). Típica das Matas de encosta dos Paraná e São Paulo.

Hypsiboas albomarginatus (Spix, 1824) – Perereca verde claro de porte médio (cerca de 7cm) com tons alaranjados nas palmas e na face oculta das coxas (Anexo – Figura 21). Espécie bastante comum em brejos e lagoas situados na margem das florestas em especial nas restingas, podendo ocorrer em ambientes de água salobra. Com atividade noturna, vocalizam na vegetação

arbustiva, formando grandes coros de indivíduos. Desovam na água sob forma de uma massa gelatinosa globosa, de onde eclodem os girinos. Presente especialmente nas restingas do bioma Atlântico, do Rio Grande do Norte até Santa Catarina. Apresenta grande capacidade de se adaptar a áreas antrópicas.

Hypsiboas albopunctatus (Spix, 1824) é uma perereca de porte médio a grande (30 a 65 mm), que possui ampla distribuição no Brasil, sendo encontrada no Planalto Central, nos estados do Sul e em quase todos os estados do Sudeste, e também no estado de Rondônia (Eterovick & Sazima, 2004). Ocorre também no nordeste da Argentina (na província de Corrientes), no leste da Bolívia (no departamento de Santa Cruz) e no leste do Paraguai e no Uruguai. Seu colorido vai do amarelo ao marrom-claro. É uma espécie típica de Cerrado, ocorrendo em áreas abertas na Serra do Japi. Como característica distintiva possui pintas na face posterior das coxas. Essas pintas são amarelas em vida, mas foram descritas como se fossem brancas pelo fato dos autores se basearem em exemplares preservados; daí vem o termo albopunctata. Tanto machos quanto fêmeas possuem prépólex, mas este às vezes acha-se pouco distinto nas fêmeas. Seu focinho possui uma faixa lateral escura, sendo a região abaixo dessa faixa - a “máscara” - de coloração marrom-escura a negra.

Hypsiboas bischoffi (Boulenger, 1887) pode ser encontrada em toda a porção meridional da Mata Atlântica, desde o Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul. É uma espécie de hábitos noturnos e tolerante ao desmatamento, ocorrendo mesmo em borda de mata e ambientes antropizados. Alcança um porte médio a grande (40 a 65 mm de CRC) e apresenta coloração dorsal alaranjada, castanha ou bege, geralmente com linhas escuras. Apresenta uma faixa lateral escura, que se estende do focinho até a região mediana do tronco, com uma estreita borda superior esbranquiçada. Na região do focinho, abaixo da faixa, apresenta uma “máscara” verde. As laterais das pernas e dos pés possuem uma faixa longitudinal marrom e/ ou verde-escura.

Hypsiboas faber (Wied-Neuwied, 1821) – Maior perereca da Mata Atlântica, atingindo cerca de 10cm. Apresenta coloração marrom, com uma faixa escura na linha vertebral. Conhecida popularmente como sapo martelo canta na vegetação situada ao redor de corpos de água lânticos na borda da mata. Os machos são territoriais e constroem ninhos no chão que permanecem isolados do corpo principal da poça. Estas “bacias” de barro com cerca de 20cm de diâmetro e paredes elevadas recebem a desova; e aí se desenvolvem os girinos nos primeiros dias. Terminada essa fase, ou após a destruição ou inundação do ninho por chuvas mais fortes, estes passam a viver no corpo d’água principal. É uma das espécies de anfíbios anuros mais conhecidos em relação a sua biologia (Martins & Oliveira., 1998). Espécies que se adapta bem a alterações no ambiente sendo freqüente em sítios e lagos em áreas abertas. Ocorre no leste e sul do Brasil, sudeste do Paraguai e em Misiones, na Argentina.

Hypsiboas pardalis (Spix, 1824) – Anfíbio de médio porte (cerca de 7cm) com membranas interdigitais bem desenvolvidas, coloração diversificada com tons de cinza, vermelho e verde tornando-a extremamente mimetizada com cascas de árvores. Habita. Machos vocalizam empoleirados ou no chão nas margens corpos de água permanente ou em pequenos cursos de água rasos, presentes na borda da mata. Espécie comum encontrada nas regiões central e leste brasileiro até São Paulo (Frost, 2008), se adaptando bem a áreas antrópicas e perturbadas (IUCN, 2006).

Hypsiboas polytaenius (Cope, 1870) é uma perereca de porte pequeno, caracterizada por apresentar listras escuras longitudinais no corpo, que lhe conferem o nome popular de *perereca-de-pijama*. Ocorre em lagoas e brejos em área aberta nos estados do São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Hypsiboas semilineatus (Spix, 1824) é uma perereca de médio porte, de coloração castanha escura e ventre claro. A região lateral e porções internas das coxas enfumaçadas de preto. Nos calcanhares apresenta apêndices desenvolvidos. Ocorre em terras baixas do nordeste ao sul do Brasil, sendo comum em áreas de restinga. Utiliza lagoas e brejos cercados de mata para se reproduzir. Os girinos de coloração negra apresentam comportamento gregário e podendo ser encontrados em locais de água salobra (Guix & Lopes, 1989).

Phasmahyla cochranæ (Bokermann, 1966) perereca de pupila vertical, durante a noite apresenta coloração roxa e durante o dia verde limão. A região dos flancos e parte interna das coxas apresenta coloração apostemática laranja com pontos roxos. Vive em riachos de fundo arenoso de baixo fluxo, em áreas de mata preservadas da Mata Atlântica do Sudeste. Foi encontrada apenas no sítio do Tamanduá.

Scinax alter (B. Lutz, 1973) é uma espécie de perereca de coloração amarelada, vive próximo de lagoas em áreas abertas e antropizadas. Espécie comum das restingas do sudeste brasileiro, ocorrendo deste o Nordeste a Santa Catarina. É possível que ao longo de sua distribuição geográfica contenha mais de uma espécie.

Scinax brieni (De Witte, 1930) é uma pequena espécie de perereca com padrão dorsal ornamentado de faixas curvas em diferentes tons de marrom com branco. A região inguinal apresenta um tom azulado característico do grupo *S. catharine*. Se reproduz em poças e remansos de riachos no interior da floresta. Endêmica do Estado de São Paulo.

Scinax crospedospilus (Lutz, 1925) perereca de tamanho reduzido, coloração amarela, com manchas marrom claro. Habita lagoas na borda de matas, vocalizando em ramos a meia altura na beira dos corpos de água. Ocorre nas montanhas do sudeste, nos estados do Rio de Janeiro a São Paulo.

Scinax fuscovarius (A. Lutz, 1925) é uma das espécies mais comuns de todo o Brasil. Conhecida popularmente como perereca do banheiro, por ser adaptar as alterações humanas, encontrada com frequência nas paredes de casas e banheiros. Sua reprodução ocorre em ambientes de água empoçada em áreas abertas. Possui distribuição ampla, podendo ser encontrada no sul e sudeste do Brasil, norte da Argentina, Paraguai e leste da Bolívia.

Scinax fuscomarginatus (Lutz, 1925) - é uma espécie de pequeno porte, facilmente avistada em poças permanentes ou temporárias, normalmente em áreas antrópicas, ocupando a vegetação arbustiva nas margens e no interior do corpo d'água (Pombal et al., 1995). A espécie ocorre desde o norte da Argentina até a Bolívia, Paraguai e regiões leste, centro e sul do Brasil (Frost, 2008).

Scinax hayii (Barbour, 1909) é uma perereca de porte médio (cerca de 4 cm), com dorso castanho amarelado. Ocorre na Serra do Mar, no sudeste do Brasil, do Espírito Santo e Minas Gerais até o Estado do Paraná. Habita florestas primárias e secundárias, áreas de pastos e jardins, e pode ser encontrada mesmo dentro de casas.

Scinax perereca Pombal, Haddad, and Kasahara, 1995 é uma perereca de porte médio (cerca de 4 cm), com dorso castanho amarelado apresentando algumas manchas mais escuras entre no dorso e um triângulo interocular. Ocorre na no Vale do Ribeira e Sul do Brasil. Habita florestas primárias e secundárias, áreas de pastos e jardins, e pode ser encontrada mesmo dentro de casas.

Scinax perpusillus (Lutz and Lutz, 1939) é uma espécie pequenina de perereca, que não tem um nome científico disponível (Pombal & Gordo, 2004). Está associada a bromélias, sendo que os girinos se desenvolvem na água acumulada entre suas folhas. Presente nas matas de baixada e planície do Bioma Atlântico.

Scinax rizibilis (Bokermann, 1964) perereca de pequeno porte, com focinho bicudo, apresenta linhas pretas sem padrão definido. Os machos apresentam coloração amarelada e vocalizam em áreas alagadas próximos de regiões florestais. Endêmica do estado de São Paulo.

Sphaenorhynchus orophilus (Lutz and Lutz, 1938) é uma pequena perereca de coloração verde e focinho curto. É típica de brejos de área aberta, os machos vocalizam sobre a vegetação flutuante.

Família Hylodidae – Família de rã com distribuição restrita do Nordeste do Brasil até Norte da Argentina. Recentemente revalidada por Frost *et al.* (2006) para abarcar três gêneros de anuros e 39 espécies. A família apresenta grande homogeneidade de habitat, onde todas as espécies vivem associadas a riachos.

Crossodactylus aeneus Müller, 1924 é uma pequena espécie de rã, que vive em riachos de águas correntes no interior da Mata. Dados sobre suas populações são considerados deficientes para se estabelecer a atual situação desta espécie. Restrita aos riachos florestais do estado de São Paulo e Rio de Janeiro.

Crossodactylus caramaschii Bastos and Pombal, 1995 de atividade diurna esta pequena rã vive em riachos cercados de florestas. A morfologia do gênero é críptica a sendo necessário muitas vezes a utilização da vocalização como caráter taxonômico.

Hylodes aff. heyeri (Müller, 1924) é uma espécie de rã de hábitos diurnos, que vive associada a riachos encaixadoes. É provável que seja uma espécie ainda não descrita que ocorre sempre em matas primárias e secundárias tardias, não sendo encontrado em áreas antropizadas. Restrito a Mata Atlântica dos Estados do de São Paulo. Assim como outras espécies associadas a riacho, foi constatado declínio populacional deste gênero na Estação Ecológica de Boracéia (Heyer, 1988).

Família Leiuperidae – Esta família foi recentemente revalidada por Grant *et al.* (2006) (veja também Frost *et al.*, 2006) para abrigar os gêneros *Edalorhina*, *Engystomops*, *Eupemphix*, *Physalaemus*, *Pleurodema*, *Pseudopaludicola* e *Somuncuria*. Com distribuição restrita ao Novo Mundo, esta família é diagnosticada apenas por características derivadas de suas seqüências de DNA. Segundo Grant *et al.* (2006), a sua composição é ainda tentativa e pesquisas futuras são necessárias para definir se este grupo é realmente natural ou se mudanças em sua composição são necessárias.

Physalaemus cuvieri Fitzinger, 1826 - - é vulgarmente conhecida como rã-cachorro por possuir vocalização composta por notas ligeiramente repetidas, lembrando um latido de um cão. Esta espécie tem um comportamento de defesa muito característico, conhecido como deimatismo, que consiste em mostrar suas duas manchas negras inguiniais com formato de olhos, dispostas na região posterior do dorso, quando se sente ameaçado por um predador, protegendo sua cabeça em uma direção oposta (Batista, 2001). As manchas delimitam glândulas inguiniais granulares produtoras de secreção (Caramaschi *et al.*, 1991). A espécie corre nas regiões nordeste, central e sul do Brasil, bem como na Argentina, Paraguai, Bolívia e Venezuela (Frost, 2008).

Physalaemus olfersii (Lichtenstein and Martens, 1856) - é uma espécie de distribuição ampla, ocorrendo na parte leste do Brasil nos Estados de Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Tem porte pequeno (cerca de 3 cm), e coloração marrom-clara com desenhos verde-claros e faixa lateral marrom escura. É encontrada em florestas primárias e secundárias, em vegetação baixa ou na serapilheira, e reproduz-se em lagoas temporárias ou permanentes. O aumento das áreas agrícolas e a expansão da ocupação humana representam ameaça para esta espécie.

Família Leptodactylidae – Esta família abrange parte das espécies popularmente conhecidas como rãs. Recentemente redefinida por Frost *et al.* (2006) e por Grant *et al.* (2006), a sua composição tradicional foi reduzida para quatro gêneros (*Hydrolaetare*, *Leptodactylus*, *Paratelmatoobius* e *Scythrophrys*). A nova distribuição da família se estende do sul dos Estados Unidos à Argentina. As espécies conhecidas variam de tamanho entre 20 e 215mm, são na maioria das vezes terrestres, de hábitos noturnos ou diurnos e estão presentes na maioria dos biomas tropicais, sub-tropicais e semi-áridos do Novo Mundo (Strüssmann *et al.*, 2000). Entre as diversas estratégias reprodutivas apresentadas pelos leptodactilídeos, a mais comumente observada consiste na oviposição em ninhos de espumas, onde o girinos eclodem e podem se desenvolver por um certo período (Haddad & Prado, 2005). A maioria das espécies do gênero *Leptodactylus* possui uma grande resistência a alterações ambientais produzidas pelo homem e os girinos parecem suportar um grau de poluição que não é tolerado por outras espécies de anuros (Izecksohn & Carvalho-e-Silva, 2001).

Leptodactylus furnarius Sazima and Bokermann, 1978 é uma rã de pequeno porte, de corpo afilado e comprido. Apresenta uma faixa branca do focinho a cloaca, junto com outras menos expressivas na região lateral do corpo. Vive em áreas abertas típica do Cerrado, ocorre em áreas abertas naturais e antropicas da Mata Atlântica. Vocaliza em meio a vegetação rasteira de áreas encharcadas.

Leptodactylus labyrinthicus (Spix, 1824) é uma rã de grande porte, podendo chegar a 180 mm, caracterizada pelo efeito irritante da sua secreção cutânea. Esta espécie é de hábitos noturnos e terrestres, sendo encontrada principalmente em ambientes abertos próximos a corpos de água. Os casais em amplexos depositam os ovos dentro de ninhos de espuma na água. A espécie se distribui por toda a América do Sul, preferencialmente nos biomas abertos ou nas áreas de vegetação aberta dentro dos biomas florestados.

Leptodactylus marmoratus (Steindachner, 1867) – Sapinho do chão da mata, de tamanho reduzido. Ativo durante o dia e no crepúsculo da noite. Apresenta padrão diversificado, podendo ocorrer mais de uma espécie no PECB. Apesar de ser uma espécie abundante, é de difícil visualização, devido ao seu tamanho e sítio de vocalização entre folhas da serapilheira.

Leptodactylus notoaktites Heyer, 1978 é uma rã de médio porte, com padrão dorsal caracterizado pela combinação de duas faixas claras dorsolaterais distintas, originando se na parte posterior da face e terminando na coxa, e da superfície posterior do tarso sem um padrão tibial. Ocorre no sudeste do Brasil, de São Paulo até Santa Catarina

Leptodactylus ocellatus (Linnaeus 1758) é uma espécie de grande porte, encontrada na proximidade de ambientes aquáticos diversos. Os machos vocalizam na água, abrigados na vegetação. As desovas são depositadas em um ninho de espuma flutuante e a fêmea costuma cuidar de sua prole, permanecendo dentro da água ao lado de sua desova ou de seus girinos, que formam cardumes compactos. Sua distribuição geográfica é bastante ampla, associada a áreas de vegetação aberta do norte ao sul do Brasil e Argentina.

Paratelmatobius cardosoi Pombal & Haddad, 1999 esta pequena rã de pequeno porte, vive em áreas florestadas na região altas Serra de Paranapiacaba e Serra do Mar. Apresenta manchas laranjas na porção ventral e dorso marrom escuro com manchas mais claras. Os machos apresentam asperidades nupciais no primeiro e segundo dedos. Os machos vocalizam em pequenos riachos que águas calmas que possibilitem a formação de pequenas poças.

Paratelmatobius spn. esta pequena rã de pequeno porte, vive em áreas florestadas na região do Vale do Ribeira e Serra de Paranapiacaba. Apresenta manchas laranjas na porção ventral e dorso marrom escuro com manchas mais claras. Os machos apresentam asperidades nupciais no primeiro e segundo dedos. Espécie ainda não descrita, que apresenta características similares a *P. cardosoi* e *P. poecilogaster*. Foi encontrada em todos os sítios amostrais demonstrando ser uma espécies comum no PEJU.

Família Microhylidae – esta família reúne espécies com hábitos essencialmente fossoriais e noturnos, apesar de incluir formas arborícolas também. Tem uma distribuição cosmopolita e apresenta grande diversidade de espécies e gêneros nas regiões tropicais. No Brasil, está representada por vários gêneros.

Chiasmocleis leucosticta (Boulenger, 1888), é uma espécie presente do estado de Santa Catarina até o Estado de São Paulo. Uma característica da espécie é a presença de membranas interdigitais desenvolvidas nos machos. O dorso com coloração escura uniforme pode apresentar uma linha dorsal completa ou apenas na porção posterior. Espécie com reprodução explosiva, onde os machos saem a procura das fêmeas por poucos dias do ano. Os machos vocalizam em poças temporárias em matas bem preservadas da Mata Atlântica.

Myersiella microps (Duméril & Bibron, 1841) é uma rã de corpo globoso, cabeça muito pequena e focinho afilado. Vive no chão de florestas unidas com hábitos semi-fossoriais. Endêmica do Bioma Atlântico, distribui-se pelos estados do Espírito Santo a São Paulo (Frost, 2008).

Família Ranidae

Lithobates catesbeianus (Shaw, 1802) é uma rã de grande porte, podendo alcançar 20cm, coloração esverdeada, e extensas membranas entre os dígitos nas patas posteriores. Conhecida popularmente como Rã-Touro é uma espécie exótica oriunda da América do Norte. Sua presença em ambientes naturais do Brasil é preocupante, uma vez que tanto os adultos como os girinos se alimentam de outros anfíbios. Se reproduz em grande escala podendo gerar até 20.000 ovos (Frost, 2008).

Gymnophiona

Família Caeciliidae – Família de cobra-cega com hábitos fossoriais. Os representantes desta família apresentam morfologia críptica, dificultando sua identificação. Contém 21 gêneros e 100 espécies. São encontrados na região sul da América do Sul, equatorial da África e Índia;

Siphonops paulensis Boettger, 1892 espécie de anfíbio apodo, de coloração azul escuro, que vive debaixo do substrato em galerias subterrâneas. Pouco se conhece sobre as populações e sua biologia, necessitando de uma revisão taxonômica. Suporta bem as alterações humanas, podendo ser encontrada em jardins urbanos. Ocorre nas regiões Nordeste, Central e Centro-oeste, Sul e Sudeste do Brasil. É provável que se estenda pelos países vizinhos como Paraguai, Argentina e Bolívia.

Anexo 32. Lista comentada de espécies de répteis registradas no PEJU.

A seguir é apresentada a lista comentada das espécies registradas. São abordadas características básicas das espécies, tais como sua distribuição geográfica, tipo de hábitat preferencial, dieta, diagnose da espécie e outros aspectos julgados pertinentes.

Squamata

Amphisbaenia

Família Amphisbaenidae – Os anfisbenídeos são popularmente conhecidos como cobras-de-duas-cabeças, devido à sua morfologia altamente modificada para o ambiente fossorial, com olhos rudimentares, reduzidos a pequenos pontos escuros cobertos por escamas em uma cabeça com formato parecido ao da própria cauda. Todos os anfisbenídeos são lagartos fossoriais, ovíparos, desprovidos de patas e com o corpo coberto por escamas retangulares dispostas em anéis. Após revisão taxonômica feita por Kearney (2003) e baseada em uma análise filogenética abrangente, a família passou a contar aproximadamente 110 espécies alocadas em 12 gêneros. Bastante diversificada, esta família merece ainda uma revisão abrangente para que se possam definir mais claramente os limites genéricos da irradiação de espécies descritas sob o gênero *Amphisbaena*. Membros desta família ocorrem na África, América Central, América do Sul e Caribe.

Amphisbaena alba Linnaeus, 1758 é um anfisbenídeo de médio porte com ampla distribuição na América do Sul, ao leste dos Andes, sendo encontrado na bacia amazônica, nos Cerrado e Caatinga brasileiros e no cerrado Boliviano. Pouco se sabe sobre sua Biologia.

Amphisbaena dubia Müller, 1924 é uma espécie de hábitos subterrâneos, se alimenta de artrópodes (Cruz & Abe, 1993), hábitos pouco conhecidos. Distribuição para os Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Leposternon microcephalum Wagler, 1824 é uma espécie de médio porte, com especializações cranianas extremas ao modo de vida fossorial. A espécie foi registrada nos biomas abertos e fechados do norte da Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Brasil, ao sul da Bacia Amazônica.

“Lagartos”

Família Anguidae – Os anguídeos representam uma família cosmopolita de lagartos com forte tendência à redução de patas e alongamento do corpo. No Brasil, ocorrem dois gêneros, *Ophiodes* e *Diploglossus*, o primeiro ápodo e o segundo com patas reduzidas mas ainda funcionais. São animais diurnos e predadores ativos. O gênero *Ophiodes* foi revisado recentemente por M. B. Martins, como tema de sua tese de Doutorado.

Diploglossus fasciatus (Gray, 1831) é uma espécie diurna, que habita o chão da floresta no folheto ou dentro solo e alimenta-se principalmente de artrópodes. Quando jovem apresenta faixas pretas e brancas com ventre avermelhado. O adulto mantém o mesmo padrão de faixas porém de coloração empalidecida. Se reproduz por oviparidade e existem indícios de que apresente cuidado parental (Marques & Sazima, 2004). Ocorre por toda a costa leste do Brasil De Santa Catarina a Bahia.

Ophiodes fragilis (Raddi, 1820) é um lagarto ápodo de hábitos diurno e terrestre. Sua distribuição se estende pelo nordeste da Argentina, estados do sul e sudeste do Brasil e litoral bahiano, sempre associada às áreas florestadas de Mata Atlântica.

Família Gekkonidae – Os geconídeos formam um grupo cosmopolita de lagartos eminentemente arborícolas e noturnos. A família é representada na América do Sul por 15 gêneros distribuídos em duas subfamílias (Sphaerodactylinae e Gekkoninae).

Hemidactylus mabouia (Moreau de Jonnes, 1818) corresponde a uma espécie introduzida e comum nas habitações brasileiras. Sua presença em áreas florestadas é marginal, onde deve sofrer pressão de competição por recursos com outras espécies de hemidactilíneos autóctones. Esta espécie não está ameaçada e sua área de distribuição avança concomitantemente com o desmatamento em direção ao norte de noroeste do país.

Família Gymnophthalmidae – Esta família é exclusivamente Neotropical, com uma distribuição que se estende da Nicarágua à Argentina e nas ilhas do Caribe. Até a presente data, foram descritas aproximadamente 180 espécies alocadas em 39 gêneros, a maioria dos quais tem uma distribuição restrita à América do Sul. São lagartos de pequeno a médio porte (40 a 150 mm de corpo) que ostentam diversas especializações relacionadas aos ambientes xerofíticos, psamófilos e subterrâneos, como a redução dos membros, o alongamento do corpo, a perda das pálpebras e a redução de tamanho. A diminuição de tamanho nesta família parece estar ligada a processos heterocrônicos de miniaturização (Hanken & Wake, 1991).

Cercosaura schreibersii Wiegmann, 1834 – distribui-se da Argentina ao Brasil central, em áreas abertas. As duas subespécies reconhecidas, *C. schreibersii schreibersii* e *Cercosaura s. albostrigata*, apresentam algumas diferenças morfológicas quanto à coloração das escamas e o número de poros femorais. Além disso as duas formas estão segregadas quanto ao tipo de ambiente, com *Cercosaura schreibersii schreibersii* sendo mais abundante em áreas de cerradão, matas secas e cerrado denso e raro em áreas de campo, enquanto *Cercosaura s. albostrigata* ocorre sempre em campos cerrados, campos limpos ou campos sujos, sendo ausente de Cerradão ou matas.

Cercosaura quadrilineata (Boettger, 1876) é um lagarto terrestre, de pequeno porte o adulto atinge aproximadamente 4 cm, de patas reduzidas, vive no folhiço a procura de pequenos invertebrados. Pouco se conhece sobre sua história natural. Ocorre nos estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Colobodactylus taunayi Amaral, 1933 - é uma espécie de pequeno porte da família dos gimnoftalmídeos com hábitos secretivos, vivendo no folhiço da mata. A espécie tem uma distribuição restrita à Mata Atlântica dos estados de São Paulo e Santa Catarina. As populações são sempre constituídas por um número relativamente pequeno de indivíduos, com registros na sua maioria escassos em toda a área de distribuição da espécie.

Ecpleopus gaudichaudii Duméril & Bibron, 1839 é uma de pequeno porte espécie com cauda comprida e membros curtos. Sua distribuição abrange o sudeste do Brasil, onde vive na serapilheira de áreas florestadas da Mata Atlântica (Eisemberg et al. 2004). Foi registrado na restinga da Marambaia, Rio de Janeiro (Carvalho et al., 2007).

Placosoma glabellum (Peters, 1870) é um pequeno lagarto terrestre e diurno, que vive na serrapilheira das regiões florestadas da Mata Atlântica do sudeste e sul do Brasil.

Família Leiosauridae

Anisolepis grilli Boulenger, 1891 é um lagarto de tamanho médio, com hábito arborícola, endêmico da Mata Atlântica ocorrendo do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro. E alimenta de pequenos artrópodes no chão ou em ramos de árvores.

Enyalius iheringii Boulenger, 1885 é uma espécie arborícola, diurna de médio porte. Pode ser vista frequentemente se locomovendo no chão. Distribui-se pelas áreas florestadas da Mata Atlântica, do sul ao sudeste do Brasil, até o Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Enyalius perditus Jackson, 1978 é uma espécie muito parecida com a anterior, distinguindo-se pela presença de escamas não alinhadas na cauda. É também arborícola e diurna, ocorrendo nas áreas florestadas da Mata Atlântica no Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

Urostrophus vautieri Duméril & Bibron, 1837 - é um lagarto de tamanho médio e coloração acinzentada, de hábitos arborícolas, conhecido vulgarmente como papa-vento de barriga lisa. Distribui-se nas áreas de Mata Atlântica, indo do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul, onde vive em áreas florestadas. Embora não esteja listado como ameaçado para o estado de São Paulo, é considerado ameaçado no Rio Grande do Sul.

Família Tropiduridae – Frost et al. (2001a) elevaram a subfamília Tropidurinae (sensu Frost & Etheridge, 1989) ao nível familiar, mantendo o arranjo genérico proposto por Frost et al (2001b) que abrange os gêneros *Uranoscodon*, *Microlophus*, *Eurolophosaurus*, *Plica*, *Strobilurus*, *Tropidurus* e *Uracentron*. Os lagartos dessa família possuem hábitos diversificados, com espécies terrestres e arborícolas, heliotérmicas e noturnas, todas ovíparas e de médio porte. Várias espécies de *tropidurus* estão entre as formas mais comuns em algumas regiões do Brasil. No Cerrado do Brasil central, até quatro espécies de *Tropidurus* podem viver em simpatria (Rodrigues, 1987; Vitt, 1991; Colli et al., 1992; Colli et al., 2002). A família Tropiduridae está distribuída por toda a América do Sul, dos contrafortes dos Andes à Argentina e por todos os biomas brasileiros.

Tropidurus itambere Rodrigues, 1987 - é uma espécie diurna de porte médio, que tem preferência para ambientes rochosos. Sua distribuição abrange os cerrados do sudeste e centro-oeste, ocorrendo de São Paulo ao norte do Mato Grosso e Goiás. É uma espécie predominantemente de áreas abertas.

Família Teiidae – Esta família abrange 10 gêneros e aproximadamente 120 espécies que se distribuem da América do Norte ao sul da América do Sul e ilhas do Caribe. São nove gêneros dos quais sete ocorrem no Brasil (*Ameiva*, *Cnemidophorus*, *Crocodilurus*, *Dracaena*, *Kentropyx*, *Teiús*, *Tupinambis*). São lagartos de médio a grande porte, geralmente diurnos, terrestres ou aquáticos, que são encontrados em todos os biomas brasileiros. A família é conhecida por ter representantes com hábitos alimentares especializados incomuns nos lagartos (moluscofagia de *Dracaena*) e por abrigar um dos gêneros com o maior número de espécies unisexuadas conhecido dentro do grupo (*Cnemidophorus*).

Tupinambis merianae (Duméril & Bibron, 1839) é um teiídeo de grande porte, diurno, heliotérmico, terrestre e onívoro podendo ocorrer em ambientes florestados, de borda ou em habitats abertos e costuma freqüentar áreas antropizadas. A espécie se distribui por grande parte das áreas abertas do Brasil ao sul da bacia amazônica. Ávila-Pires (1995) resolveu com precisão o problema taxonômico referente à identidade das espécies conhecidas até então como *Tupinambis teguixin* e *T. nigropunctatus*, sinonimizando o segundo ao primeiro e revalidando *T. merianae* para as populações das áreas abertas ao sul da Amazônia confundidas sob o nome de *T. teguixin*. Registro visual por parte de membro da equipe.

Serpentes

Família Anomalepididae

Liotyphlops beui Amaral, 1924. Localidade tipo: Instituto Butantan, São Paulo, SP. Cobra fossorial de pequeno porte que não supera os 15 cm, de corpo fino, com focinho arredondado em vista dorsal. A coloração do corpo é marrom com o focinho de cor branco que se pode estender até as primeiras escamas dorsais. Apresenta uma mancha branca na região cloacal. Em Brasil encontra-se de Paraná, MS, MT, e SP. É uma espécie própria da mata atlântica que pode ocorrer no cerrado e nas florestas úmidas de araucária do sul do Brasil. Também ocorre no este de Paraguai e norte de Argentina. Se alimenta principalmente de pequenos invertebrados como cupins e formigas.

Liotyphlops ternetzii Boulenger, 1896. Localidade tipo: “Paraguai”. Serpente pequena, corpo cilíndrico e de diâmetro pequeno. De hábitos fossoriais e noturna, que se encontra no Brasil nos estados de Paraná, GO, SP e MT. No Paraguai, encontra-se no este, com os registros da Argentina precisando confirmação. O corpo é de cor preto brilhante, e apresenta uma mancha branca na ponta do focinho. Ocorre na Mata Atlântica, e no Cerrado, mas há um registro da Amazônia (estado de Pará) que ao parecer é duvidoso. É uma espécie que se alimenta de cupins, formigas, e de outros invertebrados menores. Foi sinonimizada com *L. incertus* por Amaral (1924), mas outros estudos a separam como outra espécie, e na atualidade é reconhecida como válida.

Família Boidae – Esta família tem distribuição disjunta na América do Sul, Madagascar e ilhas do Indo-pacífico. A maior diversidade se encontra na América do Sul, com os gêneros *Boa*, *Corallus*, *Epicrates* e *Eunectes*.

Boa constrictor Linnaeus, 1758 - é um boídeo de grande porte, predominantemente terrestre e noturno. Sua distribuição é ampla e se estende da América do Norte ao sul da América do Sul, contando com diversas subespécies descritas. No Brasil, a espécie está presente em todos os biomas, de norte a sul do país, sendo geralmente incomum na natureza, apesar de apresentar densidades populacionais altas em alguns pontos da sua distribuição. A espécie pode ser encontrada tanto em áreas abertas como em ambientes de mata fechada, primárias ou antropizadas.

Corallus cropanii (Hoge, 1953) - A área de vida da Jibóia-de-cropani está restrita ao vale do Ribeira, na planície litorânea sul do Estado de São Paulo. São conhecidos apenas quatro indivíduos, que foram depositados em coleções científicas nos anos de 1953, 1960 e 2003. A baixa densidade populacional, aliada a uma área de vida restrita para uma região com elevada pressão antrópica faz com que esta espécie seja considerada um dos répteis mais raros e ameaçados da fauna brasileira. Diferente das demais espécies do gênero apresenta hábitos terrestres.

Corallus hortulanus (Linnaeus, 1758) é uma serpente de grande porte, arborícola e noturna, repousa enrodilhada em galhos de árvores. Os jovens apresentam diferentes padrões de coloração, avermelhados, amarelos e marrons, sempre com manchas escuras dispersas pelo corpo. Com pupila vertical, e grandes dentes, se alimenta de aves e pequenos mamíferos (Marques & Sazima, 2004). Com reprodução vivípara, a época de reprodução ocorre de março a agosto, o recrutamento de juvenis ocorre no final de do período chuvoso (Marques, 1998). Foi registrada para os municípios de Bertiooga e São Sebastião, nas coleções do IB e MZUSP.

Família Colubridae – Esta família representa o grupo mais diverso de serpentes, com mais de 1800 espécies distribuídas em 304 gêneros. Os colubrídeos estão distribuídos de forma cosmopolita, com exceção da Antártica, do ártico e de algumas ilhas oceânicas. Zaher (1999) reconheceu diversas subfamílias, baseando-se na morfologia hemipeniana. Os colubríneos agrupam serpentes de médio a grande porte, variando de 200 mm a mais de 3 metros, que podem ter hábitos fossoriais, terrestres ou arborícolas.

Apostolepis assimilis (Reinhardt, 1861) é uma espécie de coloração vermelha e cabeça com faixas brancas e pretas de hábitos predominantemente fossoriais ou criptozóicos (Ferrarezzi, 1993; Ferrarezzi; Barbo & Albuquerque, 2005), atividade no período noturno e dieta constituída de anfisbenídeos e outros répteis fossoriais alongados (Ferrarezzi; Barbo & Albuquerque, 2005).

Atractus maculatus Günther, 1858 as serpentes do gênero *Atractus* apresentam hábitos criptozóicos e fossoriais, ativas no período noturno, se alimentam de minhocas e cupins e outros invertebrados (Martins & Oliveira, 1998; Cunha & Nascimento, 1983). *Atractus maculatus* ocorre na região Sudeste do Brasil.

Atractus reticulatus (Boulenger, 1885) apresenta hábitos e ecologia semelhantes a *Atractus maculatus*. Ocorre em áreas florestais e abertas da América do Sul, Colômbia, Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.

Atractus serranus Amaral, 1930 apresenta hábitos e ecologia semelhantes a *Atractus maculatus*. Endêmica da Floresta Atlântica ocorre na Serra do Mar nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Atractus trihedurus Amaral, 1926 apresenta hábitos e ecologia semelhantes a *Atractus maculatus*. Endêmica da Floresta Atlântica ocorre na nos do Paraná ao Rio de Janeiro.

Atractus zebrinus (Jan, 1862) Serpente pequena com hábito subterrâneo, vivendo sob o solo e o folhiço. Ocorre na Mata Atlântica de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina (Fernandes et al., 2000)

Chironius bicarinatus (Wied, 1820) é conhecida popularmente como cobra cipó, devido a sua coloração verde escuro e corpo comprido, podendo chegar a um metro (Marques et al, 2001). Pode ser encontrada durante o dia nas matas e bordas de mata, forrageando o chão ou sobre a vegetação, atrás de pequenos anfíbios (Carvalho-Silva & Fernandes, 1994). Espécies de fuga rápida, porém quando acuada achata lateralmente e eleva a porção anterior do corpo e abre a boca. Amplamente distribuída pela região, estando presente não só no continente como em ilhas próximas, como a Ilha Bela (Cicchi et. al, 2007)

Chironius exoletus (Linnaeus, 1758) é uma serpente de grande porte, diurna e arborícola. Assim como outras espécies do gênero *Chironius* é uma espécie essencialmente batracófaga (se alimenta de anfíbios), com predominância de anfíbios arborícolas (Dixon et. al., 1993), o que sugere que esta espécie forrageia principalmente sobre a vegetação. O comportamento defensivo de *C. exoletus* é similar ao descrito para *C. bicarinatus*.

Chironius flavolineatus (Boettger, 1885) - é uma espécie diurna de médio porte e extremamente ágil, que prefere ambientes abertos. A espécie tem ampla distribuição por todo o Cerrado e a Caatinga brasileiros e nas áreas ecotonais entre Cerrado, Caatinga, Mata Amazônia e Mata Atlântica. A sua alimentação é exclusivamente batracófaga, com preferência para espécies da família Hylidae. O gênero *Chironius* pertence à irradiação autóctone da subfamília Colubrinae.

Chironius foveatus Bailey, 1955 é uma espécie de grande porte, arborícola e diurna. Sua área de distribuição se estende pelas regiões florestadas da Mata Atlântica, da Bahia a São Paulo.

Chironius fuscus (Linnaeus, 1758) é uma espécie de médio porte, diurna, arborícola e anurófaga que tem preferência para os ambientes florestados. A espécie se distribui pela Mata Atlântica do nordeste e do sudeste e por toda a bacia amazônica, em floresta primária e secundária, podendo ser encontrada em ambiente antropizado, mas ainda florestado. São reconhecidas duas subespécies, *C. f. fuscus* e *C. f. leucometapus* (Dixon et al., 1993). O gênero *Chironius* pertence à irradiação sul-americana da subfamília Colubrinae (Dixon et al., 1993).

Chironius multiventris Schmidt & Walker, 1943 “cobra-cipó”, “espia-caminho” – Diurna e semi-arborícola, a noite repousa empoleirada sobre a vegetação (Dixon et al. 1993). Reproduz-se durante a estação chuvosa (Marques, 1998). O número de ovos pode variar de 4 a 9 por ninhada, mas o grande porte desta serpente indica que ela pode produzir ninhadas maiores (Marques & Sazima, 2004) Possui eficiente capacidade de fuga quando molestada. Quando acuada, eleva a parte anterior do corpo, achata lateralmente o pescoço e escancara a boca (Marques et al., 2001).

Chironius quadricarinatus (Boie, 1827) cobra-cipó” - Apresenta hábitos semelhantes aos citados para *Chironius multiventris*. Alimenta-se principalmente de anfíbios.

Clelia plumbea (Wied, 1820) é uma espécie de grande porte noturna e essencialmente ofiófaga (se alimenta de outras serpentes). A espécie tem acentuada mudança ontogenética, com uma fase juvenil vermelha com capuz preto e colar branco e uma fase adulta com dorso negro e ventre creme. A espécie se distribui pelas áreas florestadas da Mata Atlântica do nordeste, sudeste e sul do Brasil e norte da Argentina.

Clelia quimi Franco, Marques & Puerto, 1997 é uma espécie de grande porte de hábito terrícola e atividade noturna (Marques et al., 2001). Assim como observado em outras espécies do gênero *Clelia*, essa espécie provavelmente se alimenta de mamíferos, lagartos e serpentes. Ocorre no Paraguai, Argentina e nos estados de Goiás, Sul e Sudeste do Brasil.

Clelia rustica (Cope, 1878) apresenta hábitos semelhantes as demais espécies do gênero descritas acima. Ocorre no Sul e sudeste do Brasil, com registros para o Norte da Argentina.

Dipsas incerta (Jan, 1863) Serpentes do gênero *Dipsas* são noturnas e semi-arborícolas deslocam-se pela vegetação e sobre o solo. São especializadas em comer moluscos, incluindo caramujos, que são extraídos de sua concha (Sazima, 1989). Como comportamento defensivo apresenta triangulação da cabeça (Marques et al., 2001), enrrondilhamento, elevação e golpes laterais simulando botes (Sazima, 1992).

Dipsas indica (Boettger, 1802) é outra espécie do gênero com hábitos arborícolas, noturnos e estritamente malacófagos. A espécie se distribui pelas áreas florestadas da Mata Atlântica do nordeste ao sul do Brasil. Esta população representa uma espécie à parte, *Dipsas petersi*, que está em curso de validação.

Echinanthera cephalostriata Di-Bernardo, 1996 é uma espécie de pequeno porte, terrestre e noturna. O táxon se distribui pelas regiões florestadas da Mata Atlântica do sudeste e sul do Brasil, do Espírito Santo ao Paraná.

Echinanthera cyanopleura (Cope, 1885) aparentemente apresentam atividade diurna, alguns exemplares já foram encontrados locomovendo-se no chão da mata durante a noite. Alimentam-se de anfíbios da serrapilheira, possivelmente utilizam sua longa cauda para esquadrihar o substrato, perturbando anfíbios que se encontram neste substrato, facilitando assim sua captura (Di-Bernardo, 1991). Apresenta reprodução sazonal (Marques, 1998).

Echinanthera melanostigma (Wagler, 1824) é uma espécie de pequeno porte, que possuem hábitos terrestres ou fossoriais e podem ser encontradas em atividade durante o dia. A reprodução é ovípara, dentição áglifa e alimentam-se de anuros e lagartos. Distribui-se do sudeste da Bahia até São Paulo preferencialmente em área florestais.

Echinanthera undulata (Wied, 1824) é uma espécie de pequeno porte noturna e terrestre que ocorre nas regiões sudeste e sul do Brasil, sempre em áreas florestadas do bioma atlântico.

Erythrolamprus aesculapii (Wied, 1821) é uma falsa-coral de médio porte, diurna, terrestre e ofiófaga. O táxon aqui em questão corresponde à subespécie *E. a. venustissimus*, que se distribui pelas regiões florestadas da Mata Atlântica do sudeste e sul do Brasil, de Minas Gerais até o Rio Grande do Sul, e nordeste da Argentina.

Gomesophis brasiliensis (Gomes, 1918) é uma serpente de pequeno porte de hábitos aquáticos, que se alimenta de preferencialmente de minhocas. Com dentição opistóglifa, apresenta colorido marrom com uma faixa vertebral mais clara da nuca ao final da cauda.

Helicops carinicaudus (Wied, 1825) Apresenta características voltadas a vida aquática, olhos e narinas situados dorsalmente na cabeça e válvulas nas narinas. A grande maioria das espécies de *Helicops* apresenta atividade noturna (Strüssmann, 1992; Dixon & Soini, 1977). Porém algumas espécies já foram encontradas em atividades durante o dia, indicando uma atividade diurna e noturna. O componente principal de sua dieta é peixe. Sua reprodução é sazonal, na época chuvosa, é vivípara e dá à luz 10 a 29 filhotes (Marques, 1998).

Helicops modestus Günther, 1861 semelhante a *H. carinicaudus*, apresenta hábito aquático e atividade diurna e noturna (MARQUES, 1998). A dieta é constituída de peixes e eventualmente pequenos anfíbios anuros (Marques, et al. , 2001).

Liophis almadensis (Wagler, 1824) - é uma espécie da tribo Xenodontini de colubrídeos neotropicais. Esta espécie espécie noturna e terrestre se alimenta de lagartos de pequeno porte. Sua distribuição é ampla, estendendo-se da Argentina ao nordeste do Brasil, por toda a diagonal sul-americana de áreas abetas, incluindo os biomas do Chaco, Cerrado e Caatinga.

Liophis atraventer Dixon & Thomas, 1985 é uma espécies de serpente de cor verde uniforme, com olhos grandes. Restrita do sudeste do Brasil nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, se alimenta de pequenos anfíbios em brejos e riachos.

Liophis jaegeri (Günther, 1858) é uma espécie semi-aquática, diurna, piscívora e batracófaga, que se distribui pelas áreas abertas do sudeste, sul e centro-oeste do Brasil, nordeste da Argentina e Paraguai.

Liophis miliaris (Linnaeus, 1758) é uma espécie de médio porte, semi-aquática, piscívora e batracófaga. A espécie tem ampla distribuição por toda a América do Sul, Venezuela à Argentina. Este táxon representa um complexo de espécies que ainda precisa ser desmembrado.

Liophis poecilogyrus (Wied, 1825) é uma espécie de médio porte, semi-aquática e batracófila. Esta espécie tem ampla distribuição por toda a América do Sul, da Bacia Amazônica à Argentina. Provavelmente, representa um complexo de espécies que ainda precisa ser desmembrado.

Liophis typhlus (Linnaeus, 1758) é uma serpente que vive próximo a corpos de água, se alimentando de pequenos anfíbios. Quando jovem a cabeça é marrom e o corpo verde com manchas marrons, os adultos são de cor uniforme verde. Espécie comum da América do Sul, da Colômbia, Venezuela até o Norte da Argentina.

Mastigodryas bifossatus (Raddi, 1820) é uma espécie de grande porte, diurna e terrestre, sendo encontrada de preferência em áreas alagadas, brejos e lagoas. A espécie tem ampla distribuição, ocorrendo nos biomas do Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, do norte ao sul do Brasil e nordeste da Argentina.

Oxyrhopus clathratus Duméril, Bibron & Duméril, 1854 é espécie de médio porte, noturna e terrestre. Sua distribuição abrange as áreas florestadas de Mata Atlântica do sudeste e sul do Brasil, de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina.

Oxyrhopus guibei Hoge & Romano, 1977 é uma falsa-coral de médio porte, terrestre e noturna. Esta espécie é muito comum nas áreas abertas e florestadas do nordeste, centro-oeste, sudeste e sul do Brasil. Ocorre também no nordeste da Argentina.

Oxyrhopus rhombifer Duméril, Bibron & Duméril, 1854 - é uma espécie de falsa-coral, cuja distribuição abrange os biomas do Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Chaco, nas regiões centro-oeste, sudeste e sul do Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina. A espécie é encontrada tanto em ambientes abertos de Cerrado quanto em áreas com mata fechada como as matas de galeria e florestas semi-decíduas e estacionais do sul e sudeste do Brasil. É uma espécie noturna, ovípara e terrestre. São reconhecidas várias subespécies das quais algumas representam possivelmente espécies válidas.

Oxyrhopus trigeminus Duméril, Bibron & Duméril, 1854 - é uma espécie claramente definida (Zaher & Caramaschi, 1992), com distribuição ampla por todo o Pantanal, Cerrado e Caatinga, sendo associada aos ambientes abertos antropizados ou preservados. O gênero *Oxyrhopus* pertence à tribo Pseudoboini da subfamília Xenodontinae (Zaher, 1999).

Phalotris mertensi (Hoge, 1955) é uma serpente com coloração vermelha e uma faixa branca entre duas pretas na região da cabeça. Ocorre nos estados brasileiros do Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

Philodryas aestiva (Duméril, Bibron & Duméril, 1854) serpente de porte médio, dentição opistóglifa, com dorso verde uniforme e ventre amareladas mais claro que o dorso. Alimenta-se de pequenos roedores e sapos que captura ativamente. De hábitos diurnos encontrada forrageando sob a vegetação ou no chão da mata. Apresenta ampla distribuição pelo Brasil e América do Sul.

Philodryas olfersii (Lichtenstein, 1823) Serpente de porte médio, dentição opistóglifa, com dorso verde uniforme e ventre mais claro que o dorso. Cabeça com coloração marrom e, geralmente, com uma faixa lateral escura que parte da loreal e termina na porção temporal. Com ativa durante o dia, principalmente nas horas mais quentes, podendo ser encontrada sobre a vegetação ou no chão da mata. Distribuída por toda a América do Sul e Andina.

Philodryas patagoniensis (Girard, 1857) é uma espécie de grande porte, terrestre e diurna. A sua área de distribuição abrange as regiões abertas, florestadas e antropizadas do nordeste ao sul do Brasil, Bolívia e Argentina.

Sibynomorphus mikanii (Schlegel, 1837) ou papa lesma como é conhecida, é uma serpente que se locomove vagarosamente sobre a vegetação ou pelo solo. Apresenta padrão característico com andas pretas e brancas. Ocorre em áreas florestais e antropizadas do Sul e Sudeste do Brasil e na Argentina.

Sibynomorphus neuwiedi (Ihering, 1910) é uma espécie malacófaga de pequeno porte, noturna e terrestre, podendo ser também arborícola. A espécie ocorre desde o sul da Bahia ao norte do Rio Grande do Sul, sempre em áreas florestadas da Mata Atlântica ou antropizadas.

Sibynomorphus turgidus (Cope, 1868) assim como a espécies de mesmo gênero *Sibynomorphus neuwiedi* se alimentam de moluscos. A espécies ocorre em áreas urbanas e áreas de vegetação abertas do Brasil, Paraguai, Bolívia e Argentina.

Simophis rhinostoma (Schlegel, 1837) é uma serpente terrestre e diurna de pequeno a médio porte, de padrão coral com vermelha com faixas pretas e brancas. Ocorre em áreas de cerrado e áreas de mata perturbadas (Sazima e Abe, 1991; Marques et al., 2001) da região sul ao sul da Bahia (Argolo, 1998).

Siphlophis longicaudatus (Andersson, 1907) é uma espécie rara de médio porte, noturna e arborícola. Sua distribuição abrange os estados do sul e sudeste do Brasil, do Rio Grande do Sul até o Espírito Santo, onde ocorre exclusivamente nas regiões densamente florestadas e preservadas da Mata Atlântica.

Sordellina punctata (Peters, 1880) é uma espécie de médio porte, diurna e aquática. Esta espécie é rara, sendo conhecida de apenas algumas dezenas de exemplares distribuídos do Rio de Janeiro a Santa Catarina, por localidades florestadas de Mata Atlântica.

Spilotes pullatus (Linnaeus, 1758) é uma espécie diurna, arborícola e por vezes terrestre. Esta espécie é tolerante aos diversos tipos de ambientes, estando presente tanto em áreas florestadas quanto em áreas abertas e fortemente ensolaradas. A espécie tem distribuição ampla da Costa Rica à Argentina, na América do Sul se distribui por toda a bacia amazônica, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e Chaco Boliviano, Paraguai e Argentino. O gênero é mono-específico.

Thamnodynastes nattereri (Mikan, 1828) é uma espécie noturna, vivípara, tanto terrestre quanto arborícola. Esta espécie é válida, mas precisa ainda ser revalidada oficialmente. Atualmente, esta espécie consta como sinônimo júnior de *Thamnodynastes strigilis* (Thunberg, 1787). Sua distribuição abrange as regiões florestadas de Mata Atlântica do sudeste do Brasil.

Taeniophallus affinis (Günther, 1858) é uma espécies de pequeno porte com coloração clara no ventre, dorso castanho e cabeça castanho escura. A distribuição dessa espécie se dá em áreas de Mata Atlântica de Alagoas, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e nordeste do Rio Grande do Sul.

Taeniophallus bilineata (Peters, 1863) é uma espécie de pequeno porte, terrestre e noturna. Sua área de distribuição abrange o sudeste e sul do Brasil, de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul. As espécies deste gênero são todas endêmicas de regiões florestadas da Mata Atlântica, com exceção de *E. occipitalis* que ocorre também no Cerrado.

Taeniophallus poecilopogon (Cope, 1863) é uma serpente de pequeno porte, com três linhas tenuas no dorso, a coloração escura da cabeça destoa do castanho claro do dorso, ventre avermelhado ou amarelado. Vive em áreas de mata ou borda de mata na região sul e sudeste do Brasil, Argentina e Uruguai.

Taeniophallus occipitalis (Jan, 1863) é uma espécie de pequeno porte com hábitos diurnos que se adaptou a uma larga gama de ambientes, abrangendo tanto a serrapilheira do chão de matas quanto os campos sujos do Cerrado. A espécie apresenta uma ampla distribuição e foi registrada na mata amazônica peruana (Duellman, 2005), bacia amazônica brasileira, aparentemente ao sul dos rios Amazonas e Solimões (Cunha & Nascimento, 1978), Cerrado brasileiro e boliviano, Mata Atlântica do nordeste e do sudeste e Mata Atlântica interiorana argentina (Giraudo, 2001).

Tantilla melanocephala (Linnaeus, 1758) - é uma serpente de pequeno porte, semi-fossorial, com 15 fileiras de dorsais sem redução posterior e um colorido característico no qual a cabeça e o pescoço são pretos com algumas manchas brancas esparsas e o resto do corpo é vermelho pálido ou marrom escuro com geralmente uma linha vertebral preta. Alimenta-se predominantemente de centopéias (Chilopoda) e se desloca a noite. A espécie tem ampla distribuição pela América do Sul cis-andina, compreendendo provavelmente mais de uma espécie ao longo de sua área de ocorrência. O gênero *Tantilla* pertence à subfamília Colubrinae, e a espécie *T. melanocephala* representa uma invasão recente da América do Sul a partir de uma irradiação centro-americana.

Thamnodynastes pallidus (Linnaeus, 1758) serpente de hábitos noturno, com escamas dorsais lisas e olhos grandes. Ocorre em áreas abertas e bordas de mata, por diversos países da América do Sul, como Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Colômbia e Guiana.

Thamnodynastes rutilus (Prado, 1942) serpente de ventre amarelado e dorso castanho. Com denteção opistóglifa é considerada como dados deficientes para a lista de espécies ameaçadas do Estado de São Paulo (SMA-SP, 2008). Esta restrita para a região sul e sudeste do Brasil.

Thamnodynastes strigatus (Günther, 1858) é uma serpente de tamanho médio, denteção opistóglifa, que pode ser encontrada em árvores ou no chão da mata. Coloração castanha escura com faixas pretas a região da lateral da cabeça. Se alimenta de pequenos sapos e roedores. Ocorre no Brasil principalmente no estado de São Paulo, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Tomodon dorsatus Duméril, Bibron & Duméril, 1854 é uma espécie de médio porte, diurna, terrestre e malacófaga. Sua distribuição abrange regiões abertas e florestadas do centro-oeste, sudeste e sul do Brasil, bem como o nordeste da Argentina.

Tropidodryas serra (Schlegel, 1827) é uma espécie de grande porte, diurna, tanto terrestre quanto arborícola. A sua distribuição abrange áreas florestadas de Mata Atlântica nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Tropidodryas striaticeps (Cope, 1869) é uma espécie de grande porte, diurna, tanto terrestre quanto arborícola. A espécie ocorre em regiões florestadas da Mata Atlântica nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Uromacerina ricardinii (Peracca, 1897) Espécie de tamanho moderado com corpo notavelmente delgado, cabeça afilada e alongada com focinho rombo e com cauda muito comprida. De atividade diurna apresenta ampla distribuição pelo Bioma Atlântico ocorrendo da Bahia ao Rio Grande do sul.

Xenodon neuwiedii Günther, 1863 é uma espécie batracófaga de grande porte, diurna e terrestre. A sua distribuição abrange as regiões abertas e florestadas do centro-oeste, sudeste e sul do Brasil, Bolívia, Paraguai e norte da Argentina.

Família Elapidae – Esta família conta com aproximadamente 300 espécies distribuídas em 61 gêneros (Uetz & Hallermann, 2006). São todas serpentes venenosas diagnosticadas pela presença de um aparato de inoculação de veneno que combina uma denticção proteróglifa associada a uma glândula serosa comprimida pelo músculo adutor superficial da mandíbula. A família inclui formas terrestres e marinhas, tem uma distribuição pantropical e está presente em todos os continentes com exceção da Europa, e todos os oceanos, com exceção do Atlântico. Três subfamílias são reconhecidas: Elapinae, Laticaudinae e Hydrophiinae. A subfamília Laticaudinae e abrange as espécies marinhas, a Hydrophiinae comporta formas marinhas e terrestres e a Elapinae inclui apenas formas terrestres. Os elapídeos podem ser fossoriais (*Micrurus*), semifossoriais *Aspidelaps*, *Calliophis*, *Micrurus*), arborícolas (*Dendroaspis*), semi arborícolas (*Oxyuranus*), e terrestres (*Bungarus*, *Naja*) e aquáticos (*Laticauda*, Hydrophiinae). A maioria é ovípara (*Micrurus*, *Oxyuranus*, elapíneos asiáticos, africanos e americanos), e apenas alguns táxons são vivíparos (*Denisonia*, *Notechis* e os hidrofiíneos). Apenas os gêneros *Micrurus* e *Leptomicrurus* ocorrem no Brasil (Campbell & Lamar, 2004).

Micrurus corallinus (Merrem, 1820) é uma coral-verdadeira, noturna e semifossorial, caracterizada por mônadas completas no corpo, formadas por bandas de cor negra bordadas por duas bandas brancas entre duas vermelhas. A espécie alimenta-se de outras serpentes e vertebrados alongados (Marques *et al.*, 2001). Sua distribuição abrange áreas florestadas da Mata Atlântica desde o Rio Grande do Sul até o Ceará.

Micrurus decoratus (Jan, 1858) é uma coral-verdadeira de pequeno porte, noturna e semifossorial, caracterizada por tríades completas no corpo, formadas por três anéis pretos semi-iguais separados por dois anéis brancos mais curtos que os anteriores. A espécie se distribui pelas áreas florestadas de Mata Atlântica dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

Micrurus frontalis (Duméril, Bibron & Duméril, 1854) cobra coral com bandas em tríades presentes no corpo e na cauda, em geral as pontas das escamas das bandas apresentam coloração preta. Espécie comum do Centro Sul brasileiro, Argentina, Paraguai e Uruguai. No estado de São Paulo esta associada ao bioma do Cerrado do interior paulista, e vem avançando sua distribuição para áreas de Mata Atlântica devido a exploração da vegetação nativa.

Família Tropidophiidae

Tropidophis paucisquamis (Müller, 1901) é uma serpente rara da mata Atlântica do sudeste do Brasil. Apresenta escamas da cabeça reduzidas o que lhe conferi o nome de *jiboinha*. Coloração castanho com pequenas manchas escuras, vive em árvores e bromélias epífitas, se alimentando de anfíbios.

Família Viperidae – Esta família abrange aproximadamente 260 espécies em 36 gêneros, distribuídos por toda a região pantropical, com a marcante exceção da Austrália e ilhas vizinhas. Todos os viperídeos são diagnosticados pela presença de um sistema inoculador de veneno que combina uma denteção solenóglifa associada a uma glândula de veneno serosa comprimida pelo músculo adutor profundo da mandíbula e pelo músculo pterigoideus glandulae. A família se divide em três subfamílias: Viperinae, Azemiopinae e Crotalinae, sendo que apenas a última está presente no continente sul-americano. Os azemiopíneos (monotípico) e viperíneos são restritos ao Velho Mundo e ocorrem por grande parte da África e Eurásia. Os crotalíneos se distribuem pelo leste da Ásia e Américas. Estes últimos formam um grupo claramente monofilético diagnosticado pela presença de um par de fossetas loreais termosensoras. Na América do Sul, ocorrem os gêneros *Bothriechis*, *Bothriopsis*, *Bothrocophias*, *Bothrops* e *Lachesis* (Campbell & Lamar, 2004).

Bothrops jararaca (Wied, 1824) é um viperídeo de médio porte, noturno e terrestre. Sua distribuição abrange áreas abertas e florestadas do Centro-oeste, sudeste e sul do Brasil, nordeste da Argentina e Paraguai.

Bothrops jararacussu Lacerda, 1884 é um viperídeo de grande porte, noturna e terrestre. Sua área de distribuição abrange regiões florestadas do nordeste da Argentina, sul da Bolívia, Paraguai e Brasil, do Rio Grande do Sul a Minas Gerais.

Crotalus durissus Linnaeus, 1758 conhecida popularmente como cobra *cascavel*, pode ser facilmente reconhecida pela presença de um chocalho na ponta da cauda. De aspecto áspero devido a quilhas desenvolvidas nas escamas dorsais. É característica de áreas abertas, sendo considerada invasora nas áreas de Mata Atlântica em decorrência de desmatamentos (Marques et al., 2001). Apresenta ampla distribuição por áreas abertas da América do Sul.

Testudines

Família Chelidae – Esta família é caracterizada pelo aspecto comprido do pescoço das espécies desta família, que apresenta ampla distribuição pela América do Sul e Oceania. Representam uma família com aproximadamente 40 espécies que habitam preferencialmente áreas florestais permeadas por rios, lagos e várzeas.

Hydromedusa maximiliani (Mikan, 1820) cágado que vive nos riachos de mata atlântica, ou em poças associados a ambientes lótico. De coloração castanho claro seu casco é menos ornamentado que *H. tectifera*. Seu pescoço apresenta coloração escura na parte superior e branca na inferior, possui pequenos espinhos dispersos.

Hydromedusa tectifera Cope, 1869 é uma espécie de cágado onde as fêmeas podem atingir até 30 cm. Uma das principais características desta espécie é seu pescoço comprido, o que lhes confere o nome popular de cágado-pescoço-de-cobra. De coloração escura tanto no plastrão como no casco, seu pescoço possui uma lista longitudinal preta que contrasta com a parte clara inferior. As placas do casco são em formato de pirâmide. Apresenta distribuição ampla pelo Sul e sudeste brasileiro ocorrendo também no Norte da Argentina.

Anexo 33. Organização do Zoneamento.

Para a estruturação do zoneamento do PEJU foram incorporadas informações geradas ao longo deste Plano de Manejo, incluindo diversas etapas, produtos e eventos, conforme preconizado no Roteiro Metodológico de Planejamento (IBAMA, 2002), dentre eles:

- Diagnósticos temáticos da UC obtidos nos levantamentos de campo e consolidados no relatório de “Caracterização da UC”;
- Planejamento Participativo, através de oficinas específicas para discussão e consolidação do zoneamento, como as Oficinas de Zoneamento e Conclusiva (Tabela A), e contribuições das oficinas de Uso Público e Interação Socioambiental, de Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Cultural e de Proteção Ambiental e Gestão Organizacional;
- Reuniões técnicas com consultores e coordenadores temáticos, reuniões técnicas e preparatórias do GTC e reuniões internas com especialista em GIS (Tabela A).

Tabela A. Principais reuniões e eventos que contribuíram no zoneamento do PEJU.

Principais Reuniões e Eventos	Data
Reunião Técnica de Diagnóstico com GTC e consultores	07/04/09
Reunião para Proposta de Zoneamento da Biodiversidade, com consultores	04/03/09
Reuniões Preparatórias da Oficina de Zoneamento com o GTC	28/04/09 e 01/07/09
Reuniões Técnicas de Pré-Zoneamento com os consultores	30/04/09 e 23/07/09
Reuniões internas para elaboração de mapas	maio a setembro
Reunião Zoneamento e Situação Fundiária com GTC e Diretoria da FF	01/07/09
Oficina de Zoneamento	08/07/09
Reunião Uso Público e Zoneamento, com GTC e especialista em Visitação	08/08/09
Oficina Conclusiva	17/09/09

O Zoneamento do PEJU foi inicialmente elaborado com base nas propostas dos módulos temáticos, resultantes da avaliação integrada da biodiversidade, e das propostas dos especialistas em meio físico, uso público, patrimônio histórico-cultural, ocupação antrópica e vetores de pressão.

Os diagnósticos de todos os módulos, consolidados no relatório “Caracterização da UC”, foram apresentados pelos consultores durante uma reunião técnica realizada em 07/04/09, na Fundação Florestal. A lista de participantes da Reunião Técnica de Diagnóstico a seguir.

A partir de então, as propostas dos módulos temáticos geraram subsídios para um pré-zoneamento do PEJU, discutidos durante duas reuniões técnicas (30/04/09 e 23/06/09), com a presença do GTC, dos consultores e coordenadores de cada módulo (Lista de Presença apresentada a seguir). Ainda como resultado destas reuniões foi elaborado o mapa de Pré-Zoneamento Técnico, conforme apresentado a seguir.

O zoneamento do PEJU, bem como seu respectivo mapa, continuou sendo aprimorado durante um processo de tomada de decisões com o GTC, bem como com a Diretoria da FF, que em 01/07/09 discutiu e definiu posicionamentos técnicos e institucionais. A seguir é apresentado o mapa de zoneamento que foi discutido durante a reunião com o GTC e a Diretoria da FF, onde se observa um grande avanço com relação à versão anterior, ou seja, o mapa de Pré-Zoneamento Técnico.

Em seguida, todas as decisões foram consolidadas com o objetivo de apresentar e discutir as argumentações de cada zona, bem como os limites geográficos, durante a Oficina de Zoneamento (08/07/09), que contou com a presença de diversos segmentos da sociedade local e regional, incluindo os consultores e a equipe da FF e do IF. O mapa apresentado na Oficina de Zoneamento encontra-se a seguir. Para a definição dos limites das zonas foi considerado preferencialmente, o critério de pontos notáveis, ou seja, de fácil identificação em campo (limites geográficos, tais como: curvas de nível, rios, acessos) e a terminologia das Zonas considerou o Roteiro Metodológico do Ibama (2002).

Após esta Oficina, foi realizada uma reunião em 08/08/09 com o GTC e os especialistas em uso público, para definir quais atividades de visitação e educação ambiental seriam contempladas e permitidas no PEJU, além de realizar uma revisão geral do zoneamento.

O resultado final do zoneamento, incorporando as contribuições da Oficina de Zoneamento, foi apresentado durante a Oficina Conclusiva, realizada no Clube dos Funcionários da CBA, em 17 de setembro de 2009.

Para a delimitação de parte da Zona de Amortecimento do PEJU foi utilizado o Zoneamento da APA de Itupararanga, com destaque para a Zona de Conservação da Biodiversidade, conforme mapa a seguir.

Participantes da Reunião Técnica de Diagnóstico: 07/04/09 – lista de assinaturas.

Reunião Técnica: Diagnóstico/Matriz SWOT (07 de Abril de 2009)


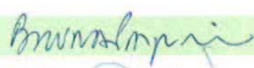
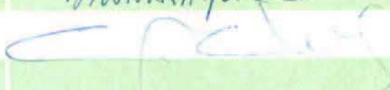



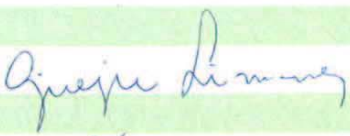

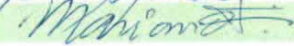
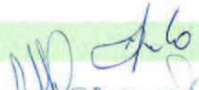
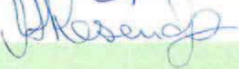




	Nome	Assinatura
1	Alec Krüse Zeinad	<i>Alec Krüse Zeinad</i>
2	Aline	<i>Aline</i>
3	Anna Julia Passold	<i>Anna Julia Passold</i>
4	Bruna Bianca Pasquini	<i>Bruna Bianca Pasquini</i>
5	Carolina Honora	<i>Carolina Honora</i>
6	Cristiane Leonel	<i>Cristiane Leonel</i>
7	Cristina Santiago	<i>Cristina Santiago</i>
8	Dennis Driesmans Beyer	<i>Dennis Driesmans Beyer</i>
9	Diego Gonzales	<i>Diego Gonzales</i>
10	Erasmus Arrivabene	<i>Erasmus Arrivabene</i>
11	Erika González	<i>Erika González</i>
12	Erika Hingst-Zaher	<i>Erika Hingst-Zaher</i>
13	Fabio de Andrade Machado	<i>Fabio de Andrade Machado</i>
14	Fernanda Machado da Costa	<i>Fernanda Machado da Costa</i>
15	Giorgia Limnios	<i>Giorgia Limnios</i>
16	Hussam El Dine Zaher	<i>Hussam El Dine Zaher</i>
17	Isabel Cristina Moroz	<i>Isabel Cristina Moroz</i>
18	José Mariano Caccia Gouveia	<i>José Mariano Caccia Gouveia</i>
19	José Vicente Vieira (Hare)	<i>José Vicente Vieira (Hare)</i>
20	Marcos Antônio de Melo	<i>Marcos Antônio de Melo</i>
21	Maria Aparecida Sales Rezende	<i>Maria Aparecida Sales Rezende</i>
22	Mauricio da Cruz Forlani	<i>Mauricio da Cruz Forlani</i>
23	Renato Augusto Ferreira de Lima	<i>Renato Augusto Ferreira de Lima</i>
24	Rinaldo Campanhã	<i>Rinaldo Campanhã</i>
25	Sabrina	<i>Sabrina</i>
26	Sérgio Serafini	<i>Sérgio Serafini</i>
27	Sueli Hercutiani	<i>Sueli Hercutiani</i>
28	Waldir Joel	<i>Waldir Joel</i>
29	FERNANDA BLAITH	<i>Fernanda Blauth</i>
30	Elaine A. Ramundo	<i>Elaine A. Ramundo</i>
31	Gabriela Mascarenhas	<i>Gabriela Mascarenhas</i>
32		

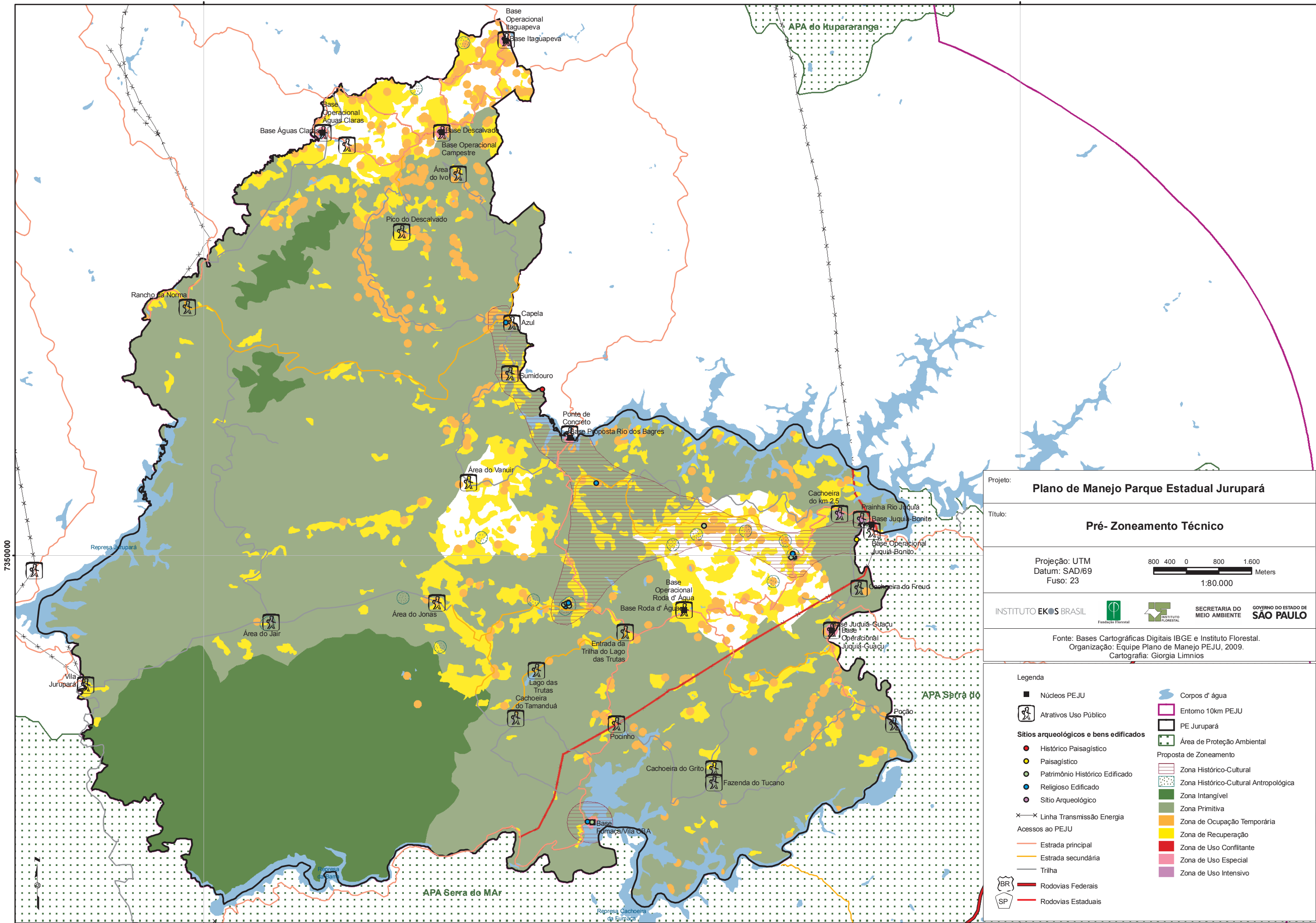
Participantes da 1ª Reunião Técnica de Pré-Zoneamento: 30/04/09 – lista de assinaturas.

Lista de Presença. Reunião Técnica de Pré - Zoneamento (30 de abril de 2009)

	Nome	Assinatura	
1	Anna Julia Passold		x
2	Alec Krüse Zeinad		
3	Aline		<
4	Bruna Bianca Pasquini		x
5	Cristina Santiago		x
6	Dennis Driesmans Beyer		
7	Diego Gonzales		x
8	Erasmu Arrivabene		
9	Erika González		
10	Erika Hingst-Zaher		
11	Fabio de Andrade Machado		
12	Fernanda Blaudt		
13	Giorgia Limnios		x
14	Hussam El Dine Zaher		
15	Isabel Cristina Moroz		
16	José Mariano Caccia Gouveia		
17	José Vicente Vieira (Hare)		x
18	Marcos Antônio de Melo		
19	Maria Aparecida Sales Rezende (Nininha)		x
20	Mauricio da Cruz Forlani		
21	Renato Augusto Ferreira de Lima		x
22	Rinaldo Campanhã		x
23	Sabrina		x
24	Sérgio Serafini		
25	Waldir Joel		
26	MARCELO HERCONITZ		
27			
28			

Participantes da 2ª Reunião Técnica de Pré-Zoneamento: 23/06/09 – lista de assinaturas.

Lista de Presença. Reunião Técnica de Pré - Zoneamento 2 (23 de junho de 2009)		
	Nome	Assinatura
1	Anna Julia Passold	
2	Alec Krüse Zeinad	
3	Aline	
4	Bruna Bianca Pasquini	
5	Cristina Santiago	
6	Dennis Driesmans Beyer	
7	Diego Gonzales	
8	Erasmus Arrivabene	
9	Erika González	
10	Erika Hingst-Zaher	
11	Fabio de Andrade Machado	
12	Fernanda Blaut	
13	Giorgia Limnios	
14	Hussam El Dine Zaher	
15	Isabel Cristina Moroz	
16	José Mariano Caccia Gouveia	
17	José Vicente Vieira (Hare)	
18	Marcos Antônio de Melo	
19	Maria Aparecida Sales Rezende (Nininha)	
20	Mauricio da Cruz Forlani	
21	Renato Augusto Ferreira de Lima	
22	Rinaldo Campanhã	
23	Sabrina Soares D'Almeida	Sabrina Almeida
24	Sérgio Serafini	
25	Waldir Joel	
26	FABIO BRITO	
27	SUELI HEZOLINI	
28		



Projeto: **Plano de Manejo Parque Estadual Jurupará**

Título: **Pré- Zoneamento Técnico**

Projeção: UTM
 Datum: SAD/69
 Fuso: 23

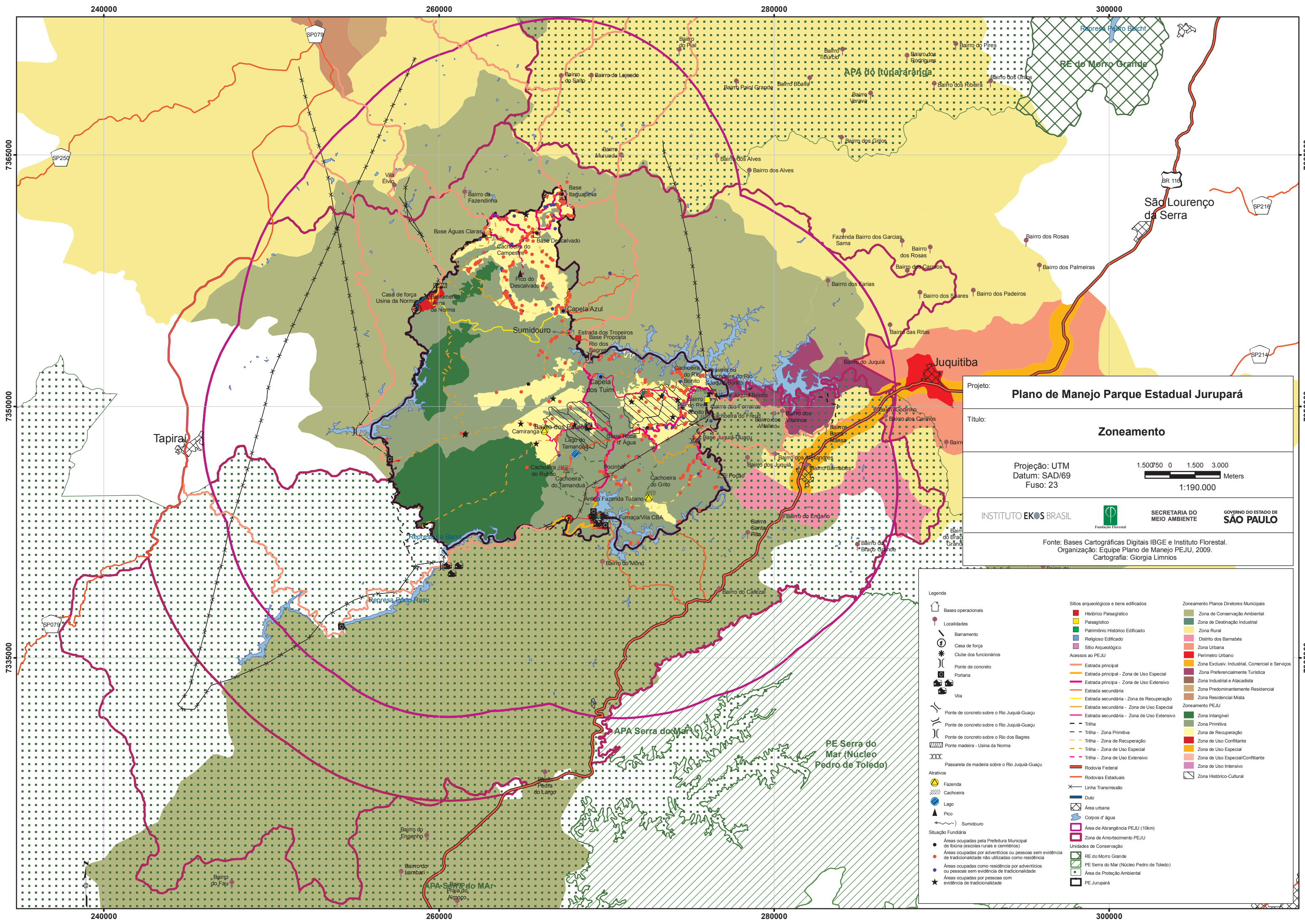
800 400 0 800 1.600
 Meters
 1:80.000

INSTITUTO EKOS BRASIL
 INSTITUTO FLORESTAL
 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
 GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fonte: Bases Cartográficas Digitais IBGE e Instituto Florestal.
 Organização: Equipe Plano de Manejo PEJU, 2009.
 Cartografia: Giorgia Linnios

Legenda

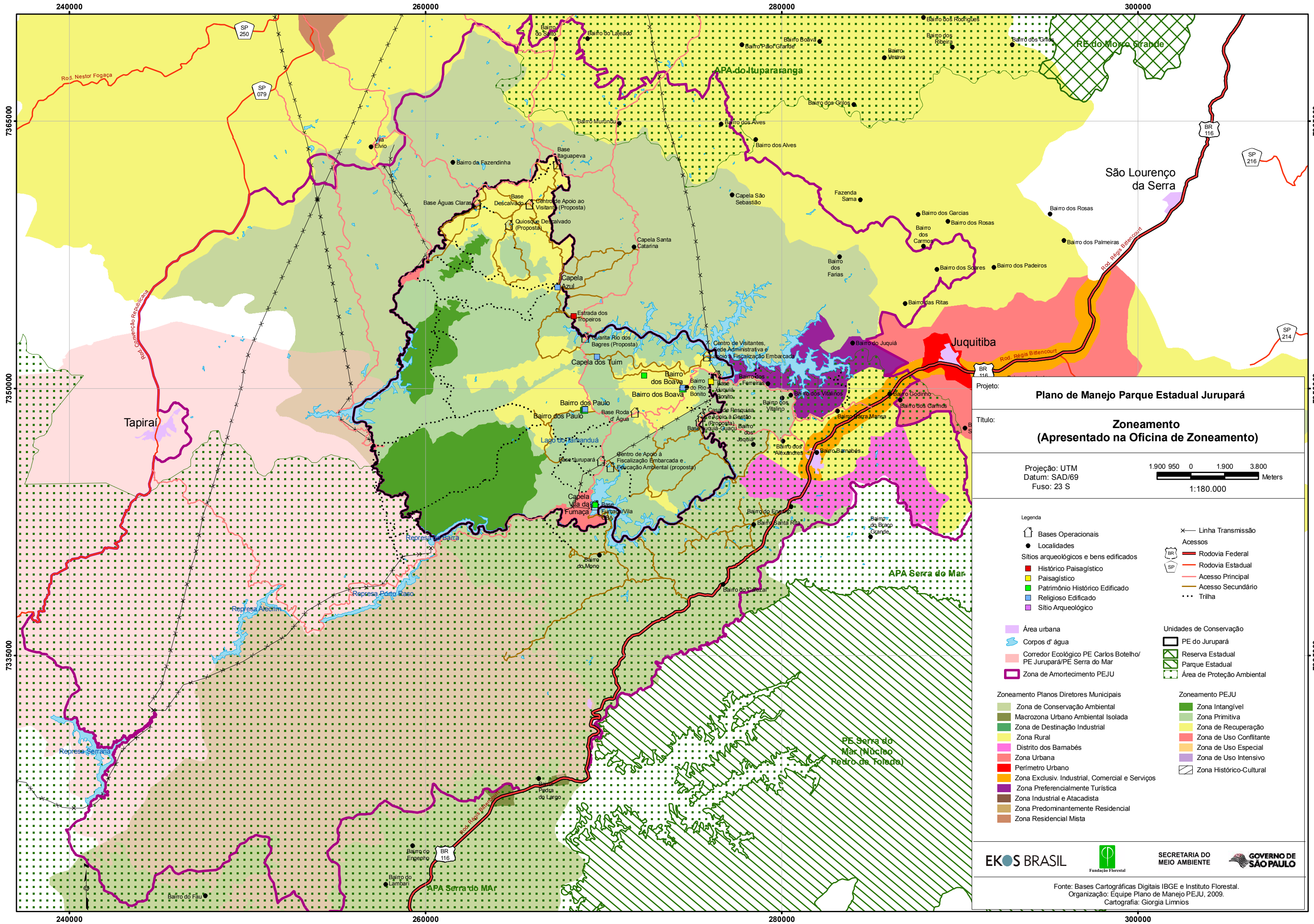
■ Núcleos PEJU	Corpos d' água
🚶 Atrativos Uso Público	Entorno 10km PEJU
Sítios arqueológicos e bens edificados	PE Jurupará
● Histórico Paisagístico	Área de Proteção Ambiental
● Paisagístico	Proposta de Zoneamento
● Patrimônio Histórico Edificado	Zona Histórico-Cultural
● Religioso Edificado	Zona Histórico-Cultural Antropológica
● Sítio Arqueológico	Zona Intangível
⚡ Linha Transmissão Energia	Zona Primitiva
Accessos ao PEJU	Zona de Ocupação Temporária
— Estrada principal	Zona de Recuperação
— Estrada secundária	Zona de Uso Conflitante
— Trilha	Zona de Uso Especial
🛣 Rodovias Federais	Zona de Uso Intensivo
🛣 Rodovias Estaduais	



Projeto: Plano de Manejo Parque Estadual Jurupará
Título: Zoneamento
 Projeção: UTM
 Datum: SAD/69
 Fuso: 23
 1:190.000
 INSTITUTO EKOS BRASIL
 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
 GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
 Fonte: Bases Cartográficas Digitais IBGE e Instituto Florestal.
 Organização: Equipe Plano de Manejo PEJU, 2009.
 Cartografia: Giorgia Linnios

Legenda

<ul style="list-style-type: none"> Bases operacionais Localidades Barramento Casa de força Clube dos funcionários Ponte de concreto Portaria Vila Ponte de concreto sobre o Rio Juquiá-Guaçu Ponte de concreto sobre o Rio Juquiá-Guaçu Ponte de concreto sobre o Rio dos Bagres Ponte madeira - Usina da Norma Passarela de madeira sobre o Rio Juquiá-Guaçu Fazenda Cachoeira Lago Pico Sumidouro Situação Fundiária Áreas ocupadas pela Prefeitura Municipal de Itubera (escolas rurais e cemitérios) Áreas ocupadas por adventícios ou pessoas sem evidência de tradicionalidade não utilizadas como residência Áreas ocupadas como residência por adventícios ou pessoas sem evidência de tradicionalidade Áreas ocupadas por pessoas com evidência de tradicionalidade 	<ul style="list-style-type: none"> Sítios arqueológicos e bens edificados Histórico Paisagístico Paisagístico Patrimônio Histórico Edificado Religioso Edificado Sítio Arqueológico Acessos ao PEJU Estrada principal Estrada principal - Zona de Uso Especial Estrada principal - Zona de Uso Extensivo Estrada secundária Estrada secundária - Zona de Recuperação Estrada secundária - Zona de Uso Especial Estrada secundária - Zona de Uso Extensivo Trilha Trilha - Zona Primitiva Trilha - Zona de Recuperação Trilha - Zona de Uso Especial Trilha - Zona de Uso Extensivo Rodovia Federal Rodovias Estaduais Linha Transmissão Duto Área urbana Corpos d'água Área de Abrangência PEJU (10km) Zona de Amortecimento PEJU Unidades de Conservação RE do Morro Grande PE Serra do Mar (Núcleo Pedro de Toledo) Área de Proteção Ambiental PE Jurupará 	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Planos Diretores Municipais Zona de Conservação Ambiental Zona de Destinação Industrial Zona Rural Distrito dos Barnabés Zona Urbana Perímetro Urbano Zona Exclusiv. Industrial, Comercial e Serviços Zona Preferencialmente Turística Zona Industrial e Atacadista Zona Predominantemente Residencial Zona Residencial Mista Zoneamento PEJU Zona Intangível Zona Primitiva Zona de Recuperação Zona de Uso Conflitante Zona de Uso Especial Zona de Uso Especial/Conflitante Zona de Uso Intensivo Zona Histórico-Cultural
--	--	--



Projeto: **Plano de Manejo Parque Estadual Jurupará**

Título: **Zoneamento (Apresentado na Oficina de Zoneamento)**

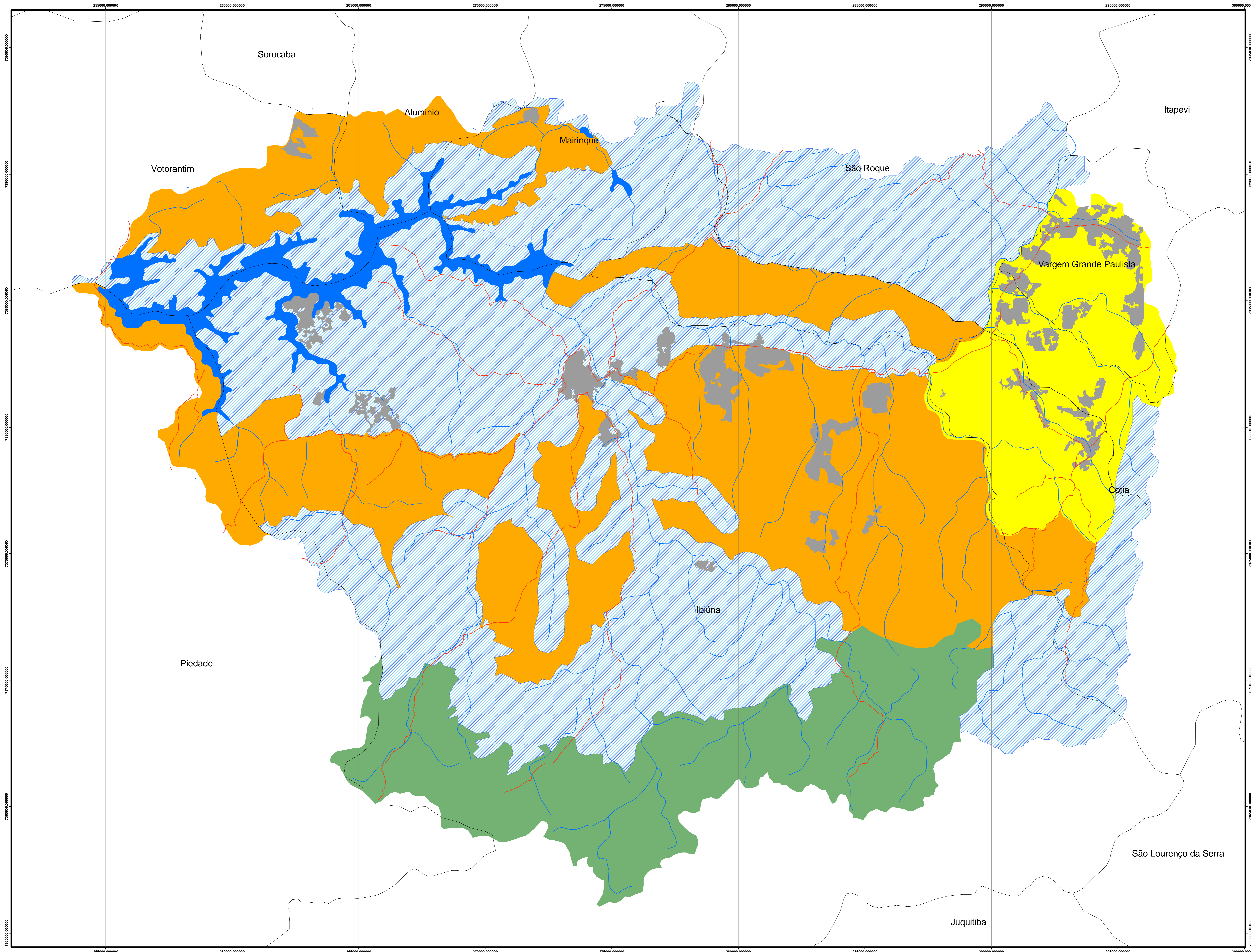
Projeção: UTM
 Datum: SAD/69
 Fuso: 23 S

1:900 950 0 1.900 3.800
 Meters

1:180.000

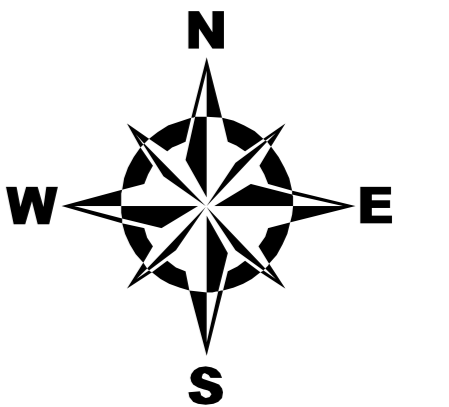
- Legenda
- Bases Operacionais
 - Localidades
 - Sítios arqueológicos e bens edificados
 - Histórico Paisagístico
 - Paisagístico
 - Patrimônio Histórico Edificado
 - Religioso Edificado
 - Sítio Arqueológico
 - Área urbana
 - Corpos d' água
 - Corredor Ecológico PE Carlos Botelho/ PE Jurupará/PE Serra do Mar
 - Zona de Amortecimento PEJU
 - Unidades de Conservação
 - PE do Jurupará
 - Reserva Estadual
 - Parque Estadual
 - Área de Proteção Ambiental
 - Zona de Conservação Ambiental
 - Macrozona Urbano Ambiental Isolada
 - Zona de Destinação Industrial
 - Zona Rural
 - Distrito dos Barnabés
 - Zona Urbana
 - Perímetro Urbano
 - Zona Exclusiv. Industrial, Comercial e Serviços
 - Zona Preferencialmente Turística
 - Zona Industrial e Atacadista
 - Zona Predominantemente Residencial
 - Zona Residencial Mista
 - Zona Intangível
 - Zona Primitiva
 - Zona de Recuperação
 - Zona de Uso Conflitante
 - Zona de Uso Especial
 - Zona de Uso Intensivo
 - Zona Histórico-Cultural

PLANO DE MANEJO DA APA ITUPARARANGA



Legenda

- Rodovias
- Hidrografia
- Ferrovia
- Limite Municipal
- Zona de Ocupação Diversificada
- Zona de Ocupação Rural
- Zona de Ocupação Consolidada
- Zona de Conservação da Biodiversidade
- Zona de Conservação dos Recursos Hídricos
- Reservatório



0 2.000 4.000 Metros

ESCALA 1:50.000
PROJEÇÃO: UTM - SAD 69 - FUSO 23

PLANO DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL- APA ITUPARARANGA

Organizado por: Sandra Eliza Beu e Jean Paulo Camargo

Data: Julho de 2009

Fontes:

- (1) Bases de dados dos municípios; DER (2005) e IBAMA (2005), referentes às informações de limites municipais, estradas, hidrografia, ferrovia e rodovias;
- (2) Dados de interpretação da imagem SPOT, 2006/ INSTITUTO LÓTUS;
- (3) Inventário florestal da vegetação natural do Estado de São Paulo/ São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente/ IF, 2005;
- (4) Oficinas participativas do Conselho Gestor da APA Itupararanga no período de elaboração do Plano de Manejo (2008 a 2009);
- (5) Rodrigues, R.R.; Bononi, V.L.R., Orgs. Diretrizes para Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado de São Paulo. São Paulo: Instituto de Botânica, 2008.

APA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
ITUPARARANGA



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Anexo 34. Relatório técnico sobre a população tradicional do PEJU e quadro da população tradicional do PEJU.



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO FLORESTAL

Rua do Horto, 931 - CEP 02377-000 - Horto Florestal - São Paulo, Brasil - Fone: (011) 2231-8555

RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE A POPULAÇÃO TRADICIONAL DO PARQUE ESTADUAL DO JURUPARÁ

Em resposta à solicitação dessa Fundação Florestal – Núcleo de Planos de Manejo, para a complementação das informações levantadas, por amostragem, no diagnóstico do patrimônio histórico-cultural do Parque Estadual do Jurupará, sobre a população tradicional (autodenominados nativos) existente nesta Unidade e sua localização, temos a informar:

- I. A referida unidade apresenta situações distintas quanto à condições fundiárias, classificando-se em quatro categorias:
 - a. Nativos que ainda estão em terras pertencentes aos seus antepassados, de ocupação e uso legítimos, em geral terras comunais, ou seja de uso comum entre herdeiros. Consta do rol de ocupantes da discriminatória do 2º Perímetro de São Roque, de 1957;
 - b. Nativos que trabalham e moram em terras de terceiros, mas possuem terras de origem, ainda ocupadas pela família;
 - c. Nativos que trabalham e moram em terras de terceiros, mas não possuem mais terras de origem e;
 - d. Nativos prováveis: que não foram identificados como tal, pelo ITESP e nem pelos demais levantamentos anteriores, mas cujo sobrenome, a naturalidade e o tempo de ocupação são fortes indícios de tradicionalidade. Não necessariamente são famílias com terras de origem no interior do Parque.



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO FLORESTAL

Rua do Horto, 931 - CEP 02377-000 - Horto Florestal - São Paulo, Brasil - Fone: (011) 2231-8555

2. As informações apresentadas neste trabalho são provenientes do cruzamento dos seguintes dados: rol de ocupantes da discriminatória do 2º Perímetro de São Roque, realizado pela Procuradoria Geral do Estado em 1957; Censo do IBGE de 1991, contraposto com dados de campo fornecidos por famílias reconhecidamente tradicionais; dados levantados na unidade em 1994, 2004 e cadastro atual do ITESP.

3. Este trabalho de sistematização não dispensa a necessidade de um cadastro futuro, específico, dirigido às populações tradicionais, pois não estão esgotadas as possibilidades de ocorrência de outras famílias nativas na área de abrangência do Parque, tendo em vista a constatação de outros ocupantes com indícios de tradicionalidade que não haviam sido identificados até o momento.

4. É parte integrante do presente documento o quadro anexo com as informações levantadas e sistematizadas e mapa base do levantamento fundiário elaborado para o plano de manejo e atualizado com os dados aqui apresentados.

São Paulo, 26 de junho de 2009.

Cristina de Marco Santiago

Pesquisadora Científica - DRPE

RG. 10.619.976 -6

Sueli Herculiani

Assessora Técnica - DRPE

RG. 12.230.230 -8

Quadro da população tradicional do PEJU.

	Nome	Idade	Bairro	Ponto Georefer.	Data	Gleba Discrim.	Gleba ITESP
●	Jorgina Pereira de Moraes	57 anos	Paiol Grande		26/09/2008	102	118
●	Juraci de Moraes		Rio dos Bagres		26/09/2008	163	244 * Terra de origem 102/
●	Catarina Paulo Borges	31 anos	Paulos		13/03/2008	100, 112 e 131	176,179,180,199,207,213,214 (Não consta no Itesp)
●	Domenico Antonio de Moraes	34 anos	Rio Bonito	23 K 0273372 / UTM 735.1427	14/03/2008	68	147
●	Andréa Fernandes da Silva	22 anos	Rio Bonito		29/01/2008	68	120
●	Anísio Antonio de Moraes	28 anos	Rio dos Bagres	23 K 0267309 / UTM 735.0473		102	218
●	Décio Paulo Domingues	61 anos	Paulos	23 K 0272456 / UTM 734.8812	13/03/2008	100	176
●	Edivaldo Paulo Domingues	21 anos	Paulos	23 K 0272456 / UTM 734.8812	13/03/2008	100, 112 e 131	(Não Consta no Itesp)
●	Eugenio Antonio de Moraes	73 anos	Rio Bonito	23 K 0273346 / UTM 735. 0542	29/01/2008	68	(Não Consta no Itesp)
●	Helena de Moraes da Silva	38 anos	Sítio São Patrício		29/02/2008	94	173 * terra de origem 66/ 88- As terras de origem são perto do 8,5 , foram vendidas para Tata Sebastiana., o Marido da D. Rosaria e o Edivaldo cuidam para o sitiante. O pai da Helena é José Alfredo de Moraes.
●	Helio Paulo Domingues	41 anos	Paulos	23 K 0272456 / UTM 734.8812	13/03/2008	100	180
●	Isaias Anselmo Domingues	66 anos	Paulos	23 K 0272456 / UTM 734.8812	08/02/2008	100	177
●	Luiz Antonio Pereira	40 anos	Rio Bonito		14/03/2008	55	146
●	Revelino Antonio de Moraes	30 anos	Bairro da 2,5		27/04/2008	57	279, 143 e 130 (caseiro) * Terra de origem 102 / 216, 230 (Não consta no Itesp)
●	José Alves da Silva	66 anos	Rio Bonito	23 K 0274371 / UTM 735.0411 OU 23 K 0265 059 / UTM 7361921	01/03/03	27	61
●	José Antonio Pereira	28 anos	Sítio do Romão		14/03/2008	55	146

...continuação da Tabela.

	Nome	Idade	Bairro	Ponto Georrefer.	Data	Gleba Discrim.	Gleba ITESP
●	Juvenal Alves de Moraes	66 anos	Laurindo	23 K 0272204 / UTM 7346705	14/03/2008	55	146 * terra de origem 95/ 149
●	Leonil Anselmo Domingues	36 anos	Paulos		13/03/2008	100	178
●	Lindolfo Paulo Domingues	59 anos	Paulos	23 K 0272456 / UTM 734.8812	13/03/2007	100	213
●	Maximinino Pereira de Oliveira	34 anos	8,5	23 K 0272015 / UTM 734.8540	01/03/2008	58	112 e 113 * terras rio bonito 68 (neto Sr. Eduardo)
●	Regiane Anselmo Domingues				29/02/2008	68	(Área de sitiante) * Terra de origem 68
●	Terezinha Maria das Dores	78 anos	Salto do Ribeirão Grande/ Campestre	23 K 0265059 / UTM 736.1921	28/02/2008	179	557
●	Rivaldo Alves da Silva	45 anos	Pocinho	23 K 0269741 / UTM 734.6440		86	(Não consta no Itesp)
●	Vicente Antonio Pereira	37 anos	Rio Bonito	23 K 0272011 / UTM 735.0551	29/02/2008	68	83
●	José Pereira Bueno	78 anos	Bairro do Salto	23 K 0265059 / UTM 736. 1921		175	354
●	Valdir Domingues	??				100, 112 e 131	(Não consta no Itesp)
●	Terezinha Domingues					100	191
●	Juraci de Moraes						105
●	Ana Alves da Silva					21	59
●	Paulo Alves da Silva					25	60
●	Adão Anselmo Domeingues					68	148
●	Jorge Domingues da Silva		Paulos			113	195
●	Nair Pereira Silvério Domingues					153	207
●	José Domingues						* Gleba de origem 100 (Não consta no Itesp)
●	Nadir Paulo Domingues						* Gleba de origem 100 (Não consta no Itesp)
●	Augusto Davino Soares			Rio Bonito		25	66 *viúvo de Maria Godinho da Silva Não mora dentro da UC

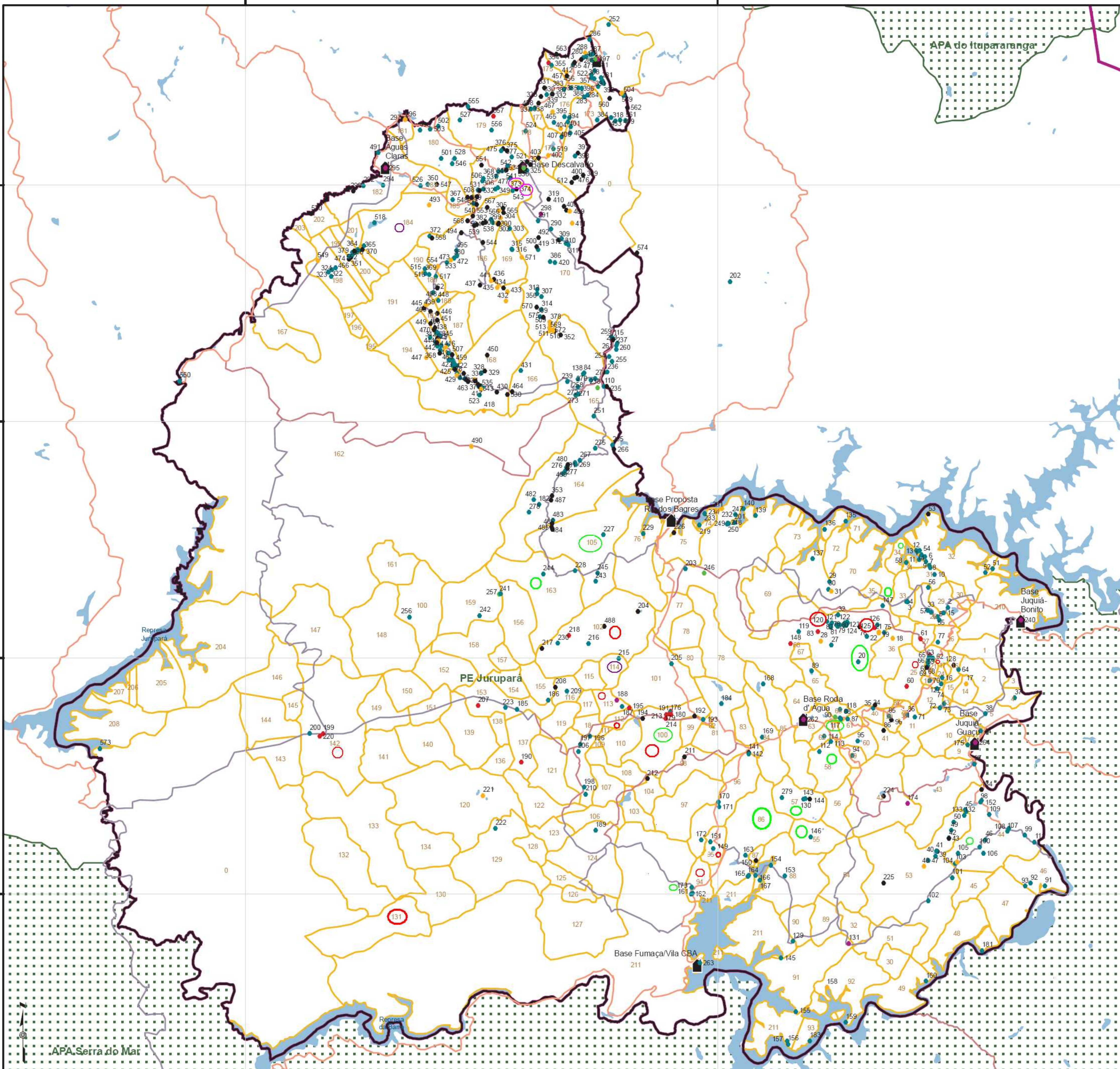
...continuação da Tabela.

	Nome	Idade	Bairro	Ponto Georrefer.	Data	Gleba Discrim.	Gleba ITESP
●	Ramira Maria de Jesus			Pocinho		94	161 Mantém casa no sitio e mora no Quirobe – bairro próximo do R.do França
●	João Francisco Alves Neto			Campestre		186	373 Não localizada a terra de origem.
●	Benedicto Francisco Alves			Campestre		186	374 Não localizada a terra de origem
●	Agenor Gabriel de Oliveira			Colina		184	518 Casal , ambos com sobrenome A esposa tem sobrenome nativo- Eugenia Domingues de Oliveira - filha de Euclides Paulo Domingues/ realizar estudos posteriores/ Forte evidencia de tradicionalidade/ não foi possível a localização das terras de origem
●	Rosaria Pereira Oliveira		8,5 perto da escola			66	117 O cadastro foi realizado em nome do marido que é não tradicional do interior do PQ - Augusto Pinto de Oliveira a esposa é nativa, cuja gleba de origem é a 68
●	Nelson Antonio da Silva						24 * não está plotado o número na planta e não identificado enquanto nativo
●	Lizia Domingues da Silva					113	195
●	Zilda Domingues da Silva					113	195
●	Oracio mandu		Cabeceira rio Bonito			114	215 * (Não consta no Itesp) e não está como nativo/ Não sabe o sobrenome , mas é nativo criado com o avo da D. Julinda. As terras são próximas as de Agra, na divisa com 40, Cabeceira do Rio Bonito
●	Antonia da Silva					34	(Não consta no Itesp) * Terra no 68
●	Antonio Francisco Pereira					142	220
●	Augusto Rosa	Fora do Parque					(Não consta no Itesp) * Fora do Parque
●	Edivaldo Anselmo Domingues	8,5					(Não consta no Itesp)

Legenda:

- Tradicionais fora de suas terras (caseiro);
- Tradicionais em terras de seus antepassados;
- Indício de tradicionalidade, fora da terra de origem;
- Tradicional: terras próprias, mas fora das terras de origem (não foi possível a sua localização).

Mapa da Situação Fundiária do PEJU



APA do Itapararanga

Represa Cachoeira do França

Represa Jurupará

PE Jurupará

Base Fumaça/Vila CBA

APA Serra do Mai

Projeto: **Plano de Manejo Parque Estadual Jurupará**

Título: **Situação Fundiária PEJU**

Projeção: UTM
 Datum: SAD/69
 Fuso: 23

800 400 0 800 1,600
 Metros
 1:80,000

INSTITUTO EKOS BRASIL INSTITUTO FLORESTAL Fundação Florestal SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

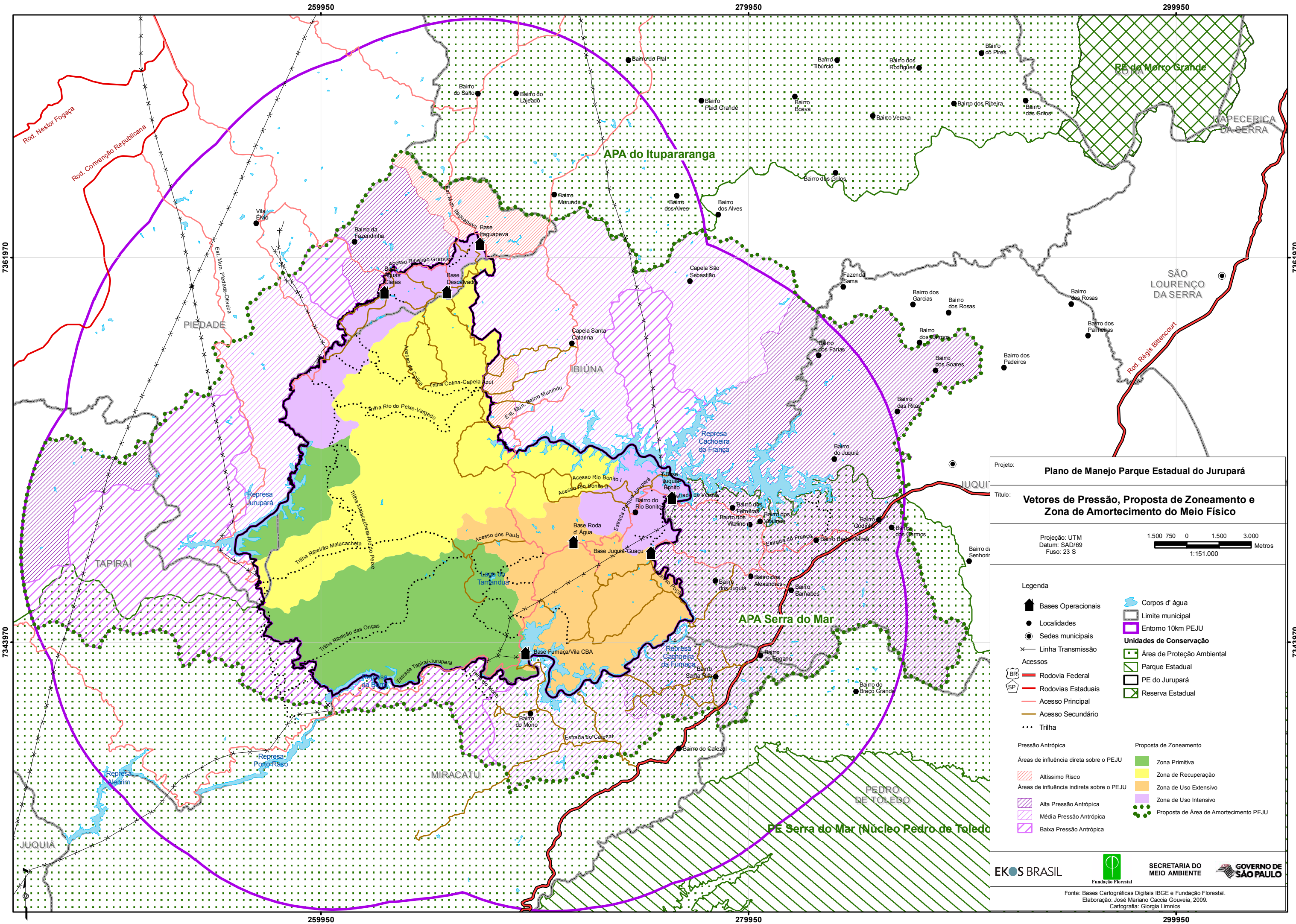
Fonte: Bases Cartográficas Digitais IBGE e Instituto Florestal.
 Elaboração: Erasmo Henrique Belmar Arivabene e Maria Aparecida Cândido Salles Resende, 2009.
 Cartografia: Giorgia Limnios

Legenda

Núcleos PEJU	PE Jurupará
Acessos ao PEJU	Área de Proteção Ambiental
Pavimento	Ocupações PEJU**
Estrada principal	Áreas abandonadas (s/ benfeitorias - ruínas ou vestígios de demolição)
Estrada secundária	Áreas com benfeitorias cujos ocupantes não foram localizados
Trilha	Áreas de ocupação advéncia ou sem evidência de tradicionalidade
Rodovia Federal	Áreas de ocupação com evidência de tradicionalidade
Rodovias Estaduais	Áreas ocupadas pela Prefeitura de Ibiúna (escolas rurais e cemitérios)
Corpos d' água	Áreas reintegradas (Fazenda do Estado de São Paulo)
Entorno 10km PEJU	Terra tradicional
Posses PEJU*	

* Planta do Plano Geral de Caracterização das Posses
 ** Ocupações PEJU (LIFs - ITESP, 2009)

Anexo 35. Mapa Vetores de Pressão, Proposta de Zoneamento e Zona de Amortecimento do Meio Físico.



Projeto: **Plano de Manejo Parque Estadual do Jurupará**

Título: **Vetores de Pressão, Proposta de Zoneamento e Zona de Amortecimento do Meio Físico**

Projeção: UTM
 Datum: SAD/69
 Fuso: 23 S

1:500 750 0 1.500 3.000
 Metros
 1:151.000

Legenda

<ul style="list-style-type: none"> Bases Operacionais Localidades Sedes municipais Linha Transmissão Acessos Rodovia Federal Rodovias Estaduais Acesso Principal Acesso Secundário Trilha 	<ul style="list-style-type: none"> Corpos d' água Limite municipal Entorno 10km PEJU Unidades de Conservação Área de Proteção Ambiental Parque Estadual PE do Jurupará Reserva Estadual
<p>Pressão Antrópica</p> <ul style="list-style-type: none"> Áreas de influência direta sobre o PEJU Altíssimo Risco Áreas de influência indireta sobre o PEJU Alta Pressão Antrópica Média Pressão Antrópica Baixa Pressão Antrópica 	<p>Proposta de Zoneamento</p> <ul style="list-style-type: none"> Zona Primitiva Zona de Recuperação Zona de Uso Extensivo Zona de Uso Intensivo Proposta de Área de Amortecimento PEJU

EKOS BRASIL Fundação Florestal

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

GOVERNO DE SÃO PAULO

Fonte: Bases Cartográficas Digitais IBGE e Fundação Florestal.
 Elaboração: José Mariano Caccia Gouveia, 2009.
 Cartografia: Giorgia Linnich

Anexo 36. Portaria Normativa FF/DE N° 093/2009 que dispõe sobre a instituição e organização do Conselho de apoio à Gestão do PEJU.



PORTARIA NORMATIVA FF/DE n° 093/2009	
ASSUNTO: Dispõe sobre a instituição e organização do Conselho de Apoio à Gestão do Parque Estadual do Jurupará – PEJU e dá providências correlatas	DATA DE EMISSÃO: 29/07/09

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **RESOLVE:**

CONSIDERANDO, o que estabelece a Lei Federal n° 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e o Decreto n° 4.340, de 22 de agosto de 2002, seu Regulamento;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual n° 49.672, de 06 de junho de 2005, dispõe sobre a criação, composição e estabelece diretrizes para o funcionamento do Conselho Consultivo em unidades de conservação de proteção integral, do Estado de São Paulo;

CONSIDERANDO a necessidade de consolidar um trabalho que já vem sendo realizado pela população local e regional, com a participação de várias instituições e autoridades afetas às questões sócio-ambientais da Unidade;

RESOLVE:

Art. 1° - Declarar instituído o Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jurupará – **PEJU**;

Art. 2° - O respectivo Conselho de Apoio à Gestão, ora constituído, terá o prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação desta Portaria Normativa, para concluir seus Estatutos e Regimentos já preliminarmente elaborados, submetendo-os à apreciação da Diretoria Executiva da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo;

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000
São Paulo – SP
PABX (011) 6997-5000 – Fax ramal: 242
e-mail: fflorestal@fflorestal.sp.gov.br
www.fflorestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

Art. 3º - O mandato dos membros do respectivo conselho será de dois anos, podendo ser renovado por igual período e não será remunerado, sendo considerado de atividade de relevante interesse público.

Art. 4º - A estrutura organizacional para o funcionamento do Conselho de Apoio à Gestão será disciplinada pelo que dispõem os Estatutos e Regimentos Internos respectivos, observadas as normas constantes do Decreto nº. 49.672, de 06 de junho de 2005.

§ 1º - O Conselho de Apoio à Gestão poderão instituir Câmaras Técnicas que tratem de assuntos específicos de suas atividades, com a participação de representantes convidados.

§ 2º - A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo providenciará os meios administrativos necessários à realização das reuniões e outras atividades do Conselho de Apoio à Gestão, se necessários instituindo Grupos de Apoio Técnico ao referido Conselho, para dar suporte a seu funcionamento.

Art. 5º - O Conselho de Apoio à Gestão será presidido por representante da Fundação Florestal, preferencialmente, pelo respectivo Gestor da Unidade;

Art. 6º - O Presidente do Conselho de Apoio à Gestão deverá encaminhar, anualmente, a partir da publicação desta Portaria Normativa, avaliação sobre as atividades desenvolvidas pelo Conselho à Diretoria Executiva da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo;

Art. 7º - Ficam indicados às entidades, membros e respectivos representantes, para comporem o Conselho de Apoio à Gestão do Parque Estadual do Jurupará – **PEJU**, constantes do Anexo, que passam a integrar a presente Portaria Normativa;

Art. 8º - Esta Portaria Normativa entrará em vigor na data de sua assinatura.

Diretoria Executiva, em 29 de setembro de 2009.

JOSÉ AMARAL WAGNER NETO

Diretor Executivo

ANEXO – Relação dos Representantes (Titular e Suplente) do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jurupará

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000

São Paulo – SP

PABX (011) 6997-5000 – Fax ramal: 242

e-mail: fflorestal@fflorestal.sp.gov.br

www.fflorestal.sp.gov.br

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

ANEXO – Relação dos Representantes (Titular e Suplente) do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jurupará

Nome	Instituição	RG	Atribuição
Rinaldo Aparecido da Cruz Campanhã (Titular – Presidência)	Fundação Florestal	16.631.000 - SSP	Gestor do Parque Estadual do Jurupará
Maria Helena Braga Reis (Suplente – Presidência)	Fundação Florestal	11.088.604 – 5 SSP	Técnica Administrativa
Tenente Edgard Aicart Zullo de Castro - Titular	Polícia Militar do Estado de São Paulo	21.623.100 SSP	Comandante do 1º Batalhão da 2ª Cia do 3º Pelotão da Polícia Ambiental – Itapecerica da Serra
Gilmar Pereira de Oliveira - Suplente	Polícia Militar do Estado de São Paulo	18.180.524 - SSP	Sargento do 1º Batalhão da 2ª Cia do 3º Pelotão da Polícia Ambiental – Itapecerica da Serra
Guilherme D'Artagnam C. S. Bopre - Titular	Polícia Militar do Estado de São Paulo	21.748.364 - SSP	Tenente do 1º Batalhão da 3ª Cia do 1º Pelotão da Polícia Ambiental - Sorocaba
Edson Anselmo Ribeiro - Suplente	Polícia Militar do Estado de São Paulo	22.274.700 - SSP	2º Sargento do 1º Batalhão da 3ª Cia do 1º Pelotão da Polícia Ambiental - Sorocaba
Jerônimo Canales - Titular	DPRN - Sorocaba	7.464.990 SSP	Supervisor do Núcleo Técnico de Sorocaba
José Murilo Martim Nano - Suplente	DPRN - Sorocaba	M-6.074.068 SSP/MG	Diretor Regional da CBRN
Beatriz Stigliano - Titular	Universidade de São Carlos – Campus de Sorocaba	26.629.961-1 SSP	Docente e Coordenadora do curso de Turismo
Maurício Cetra - Suplente	Universidade de São Carlos – Campus de Sorocaba	16.353.725-2 SSP	Professor de Ecologia
Silvana Cristina Pereira Muniz de Souza - Titular	Instituto Florestal	22.489.541-2 - SSP	Pesquisadora Científica
Geraldo Antônio Daher Corrêa Franco - Suplente	Instituto Florestal	7.504.572 - SSP	Pesquisador Científico
Maria Aparecida Toloza Ribas - Titular	Prefeitura Municipal de Ibiúna	9.403.275 SSP	Secretária Municipal de Meio Ambiente
Mauro Issler - Suplente	Prefeitura Municipal de Ibiúna	12.147.787-3 SSP	Secretário Municipal de Turismo
Paulo de Souza Silva - Titular	Prefeitura Municipal de Juitituba	11.252.377 SSP	Secretário de Agricultura e Meio Ambiente
Jacira Floriano de Lima - Suplente	Prefeitura Municipal de Juitituba	13.372.283 SSP	Orientadora Pedagógica

...continuação da relação de participantes do Conselho Consultivo do PEJU.

Nome	Instituição	RG	Atribuição
João Paulo Moron Scanhoela - Titular	Prefeitura Municipal de Piedade	23.697.495-6 - SSP	Diretor de Obras e Planejamento
Michel Xocaira - Suplente	Prefeitura Municipal de Piedade	33.600.121-6 SSP	Coordenador de Meio Ambiente
Carlos Eduardo Sikorski Cerqueira Cesar- Titular	Associação Ecológica São Francisco de Assis – Piedade - SP	23.534.844-2 SSP	Conselheiro
Ruth Ayres de Araújo Suplente	Associação Ecológica São Francisco de Assis – Piedade - SP	4.800.259 - SSP	Diretora
Viviane Rodrigues de Oliveira - Titular	Organização da Sociedade Civil de Interesse Publico SOS Itupararanga – Ibiúna - SP	26.870.346-6 SSP	Diretora
Patrícia Conceição de Souza	Organização da Sociedade Civil de Interesse Publico SOS Itupararanga – Ibiúna - SP	29.210.617-8 SSP	Assistente da Diretoria
Kênia Dantas G. da Silva - Titular	Associação dos Moradores e Proprietários e Amigos das Adjacências do Ribeirão e Campestre	4.389.503-9 SSP SC	Tesoureira
Joaquim Vitoriano do Espírito Santo - Suplente	Associação dos Moradores e Proprietários e Amigos das Adjacências do Ribeirão e Campestre	9.133.346 - SSP	Presidente
Humberto Antonio Gonzáles Castro - Titular	Associação dos Moradores e Sitiantes do Rio Bonito e Adjacências	W 49.3569-s	Presidente
João Batista de Souza - Suplente	Associação dos Moradores e Sitiantes do Rio Bonito e Adjacências	27.875.190-B SSP	Vice-Presidente
Julinda Domingues – Titular	Morador com evidência de Tradicionalidade	27.136.330-7 SSP	-
Terezinha Maria das Dores - Suplente	Morador com evidência de Tradicionalidade	18.991.309-5 SSP	-
José Alves da Silva - Titular	Morador com evidência de Tradicionalidade	6.896.652 SSP	-
José Pereira Bueno - Suplente	Morador com evidência de Tradicionalidade	11.033.076 SSP	-
Francisco de Sá Barbosa - Titular	Marina Jquitiba	9.700.637-3 SSP	Procurador
Icaro de Oliveira - Suplente	Empresa Canoar	42.437.868-I SSP	Coordenador de Novos Projetos

...continuação da relação de participantes do Conselho Consultivo do PEJU.

Nome	Instituição	RG	Atribuição
Walter Barrella -Titular	PUC - Sorocaba	10.539.580 SSP	Professor de Ecologia
Nobel Penteado de Freitas - Suplente	Universidade de Sorocaba - UNISO	14.700.670-3	Prof. Coordenador de Gestão Ambiental
José Raul Fabbri - Titular	Companhia Brasileira de Alumínio	9.097.685 SSP	Gerente de Meio Ambiente
Ana Luisa Pereira Dias- Suplente	Companhia Brasileira de Alumínio	11.587.982 SSP	Analista Ambiental

Anexo 37. Estatuto do Conselho Consultivo do PEJU.



ESTATUTO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DO JURUPARÁ

(atendendo ao Decreto nº 49.672, de 06 de junho de 2005).

CAPITULO I – DA CONSTITUIÇÃO

Artigo 1º - O Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jurupará – PEJU, instituído pela Fundação Florestal através da Portaria FF/DE nº 093/2009, de 29/07/2009, em observância à Lei Federal nº 9.985/2000 e sua regulamentação, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e adequado ao Decreto Estadual nº 49.672/2005, é um órgão colegiado, de caráter consultivo, para apoiar as ações de implantação e administração desta Unidade de Conservação da Natureza, consolidando o processo participativo iniciado durante a elaboração do Plano de Manejo.

CAPITULO II – DA SEDE E OBJETIVOS

Artigo 2º - A sede do Conselho coincidirá com a sede do Parque Estadual do Jurupará, situada em Ibiúna.

Artigo 3º - O Conselho Consultivo do PEJU terá como objetivos:

I – Garantir a participação dos órgãos públicos e da sociedade civil no acompanhamento e execução das atividades do PEJU, apoiando a implantação e a consolidação dos Programas de Gestão da Unidade, bem como a participação e apreciação na elaboração do Plano de Manejo e suas revisões;

II – Aprimorar a Gestão do PEJU, através da valorização, manutenção e conservação dos atributos naturais protegidos e da cultura tradicional local, garantindo a utilização da Unidade para fins educativos, recreativos e de pesquisa, diretrizes fundamentais da Unidade de Conservação da Natureza;

III – Divulgar a importância dos serviços ambientais prestados pelo PEJU e sua zona de amortecimento, sensibilizando as comunidades local e regional para a preservação, bem como sobre a importância da melhoria de seus ambientes para garantia da qualidade de vida;

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000 – São Paulo – SP

Tel. (011) 2997 5051-fax: 2997 5061 – e-mail:

pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br

www.fflorestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

IV - Buscar a otimização da inserção do PEJU no espaço regional e a abertura de novas formas de participação da comunidade local, ampliando o debate no ordenamento das atividades antrópicas no entorno da área, para apoiar e subsidiar a tomada de decisões na sua gestão;

V – Apreciar e recomendar alternativas de desenvolvimento econômico local e regional em bases sustentáveis no entorno do PEJU e contribuir para que a sua

gestão venha a possibilitar esse desenvolvimento nos municípios abrangidos pelo Parque;

VI – Propor estratégias de fiscalização e monitoramento para a preservação e manutenção do PEJU;

VII – Contribuir para otimização do aporte de recursos humanos, técnicos e financeiros, incluindo parcerias;

VIII – Acompanhar, monitorar e propor a aplicação dos recursos, garantindo que esta seja realizada na busca dos objetivos do PEJU, observadas as regras que regem a administração pública.

CAPÍTULO III – DA COMPETÊNCIA

Artigo 4º - São atribuições do Conselho Consultivo do PEJU:

I – elaborar seu regimento interno, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sua instalação, detalhando e disciplinando a atuação do Conselho, regida por este estatuto, bem como procedendo à sua atualização, sempre que $\frac{1}{2}$ (metade) mais um de seus membros aprovarem alterações;

II – Contribuir para o estabelecimento da sustentabilidade do PEJU, na gestão de recursos adicionais destinados à efetiva implementação do Parque, apreciando, sugerindo e recomendando a destinação destes recursos;

III – acompanhar e propor alterações na elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual do Jurupará, garantindo seu caráter participativo e sugerindo ações a serem desenvolvidas no âmbito dos objetivos propostos nos programas para seu aperfeiçoamento;

IV – monitorar o desempenho do desenvolvimento do PEJU e recomendar ações para seu aperfeiçoamento;

V – acompanhar e monitorar a prestação de contas e a dotação orçamentária do PEJU e propor alterações;

VI – Ter ciência dos recursos complementares captados, para a efetiva implantação do Plano de Manejo do PEJU e otimização dos serviços ambientais e usos permitidos nas áreas integralmente protegidas;

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000 – São Paulo – SP

Tel. (011) 2997 5051-fax: 2997 5061 – e-mail:

pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br

www.fflorestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE

SÃO PAULO

- VII - sugerir instituições que possam ser contatadas para fins de cooperação e parcerias;
- VIII – estimular a participação, integração e articulação entre os órgãos públicos municipais, estaduais e federais, organizações não governamentais, associações diversas, população do entorno e iniciativa privada, para a concretização dos planos, programas e ações de proteção, recuperação e melhoria dos recursos ambientais existentes;
- IX – buscar a integração do PEJU com Unidades de Conservação do Continuum Ecológico de Paranapiacaba e demais espaços territoriais especialmente protegidos;
- X – manifestar-se sobre obras ou atividade potencialmente causadora de impacto ambiental na Zona de Amortecimento da Unidade e requerer pareceres técnicos, quando estes forem necessários;
- XI – avaliar os documentos e opinar sobre as propostas encaminhadas por qualquer cidadão ou entidade pública ou privada, que manifeste interesse em desenvolver atividades no Parque Estadual do Jurupará ou colaborar com as atividades permitidas pelo Plano de Manejo do PEJU;
- XII – opinar sobre a elaboração de normas administrativas do PEJU, com base na legislação ambiental específica, bem como na realidade socioambiental da Unidade de Conservação e seu entorno, visando ordenar, quando couber entre outras, o uso público, as práticas de esportes de aventura, programas de voluntariado, práticas de educação ambiental e atividades de pesquisa científica;
- XIII – solicitar, sempre que necessário, a presença de especialistas da Secretaria do Meio Ambiente, de outros órgãos públicos, entre outras Instituições de Pesquisa e Ensino Superior para assessorar, subsidiar e acompanhar assuntos técnicos, científicos e jurídicos relevantes para a gestão da Unidade de Conservação;
- XIV – elaborar e proceder à atualização do Estatuto e Regimento Interno, sempre que 2/3 (dois terços) de seus membros aprovarem as alterações.

CAPÍTULO IV – DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 5º - O Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jurupará deverá ser integrado por representantes dos segmentos públicos e da sociedade civil, que apresentem atuação relevante na área de influência da Unidade de Conservação da Natureza, a saber:

- I - os municípios abrangidos pela Unidade de Conservação;
- II – os órgãos e entidades das administrações federais, estaduais e municipais, com interesse ou parcela de responsabilidade pelo ordenamento da região;
- III – as instâncias representativas da sociedade civil, devendo contemplar a comunidade científica e organizações não-governamentais, socioambientais com atuação comprovada e trabalhadores do setor privado atuantes na região.

**SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE**

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000 – São Paulo – SP
Tel. (011) 2997 5051-fax: 2997 5061 – e-mail:
pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br
www.fflorestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

§ 1º - A representação dos entes públicos e da sociedade civil no Conselho Consultivo será paritária com 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes;

§ 2º Os representantes dos municípios e seus suplentes serão escolhidos mediante consenso das Prefeituras interessadas;

§ 3º - Os representantes da sociedade civil e dos segmentos relacionados no inciso III deste artigo, bem como seus suplentes, serão indicados por suas instituições e escolhidos por seus pares, segundo consenso, dentre aquelas que se cadastrarem nos locais a serem indicados, mediante publicação de Edital.

As normas para cadastramento no Edital serão definidas pelo Conselho durante seu mandato.

§ 4º - Os conselheiros serão designados pelo Diretor Executivo da Fundação Florestal, com mandato de 2 (dois) anos, renovável por igual período, a exceção de seu Presidente.

Artigo 6º - O Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jurupará terá a seguinte estrutura:

I – Plenária

II – Presidência

III – Secretaria Executiva

§ 1º A Plenária será composta de todos os membros do Conselho Consultivo do PEJU, escolhidos, indicados e designados na forma do Decreto Estadual 49.672/2005 e terão direito de voz e voto.

§ 2º - O Conselho Consultivo do PEJU será presidido pelo responsável pelo expediente do PEJU, em observância ao SNUC e designados na forma do Decreto Estadual 49.672/2005.

§ 3º - O Secretário Executivo será eleito pelo Plenário.

§ 4º - As funções de membro, de Presidente e de Secretário Executivo do Conselho Consultivo do PEJU, bem como aquelas que vierem a ser assumidas junto aos Subcomitês, previsto no Artigo 7º, não serão remuneradas.

§ 5º - O órgão gestor poderá criar grupos de apoio técnico ao Conselho, para dar suporte ao seu funcionamento.

§ 6º - O Conselho poderá criar grupos de trabalho, com prazo de duração definido, para tratar de assuntos de interesse específico.

Artigo 7º - O Conselho Consultivo do PEJU poderá instituir Subcomitês para auxiliar no atendimento dos objetivos e atribuições previstos neste Estatuto, conforme previsto pelo Decreto Estadual 49.672/2005.

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000 – São Paulo – SP
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
Tel. (011) 2997 5051-fax: 2997 5061 – e-mail:
pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br
www.fflorestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

Parágrafo Único – A composição de cada Subcomitê observará a mesma paridade fixada para o Conselho Consultivo do PEJU.

CAPÍTULO V – DA COMPOSIÇÃO E ELEIÇÃO

Artigo 8º - O Conselho Consultivo do PEJU atenderá em sua composição, aos princípios de participação dos segmentos definidos no artigo 5º.

§ 1º - A indicação dos representantes titulares e suplentes de cada segmento deverá ser formalizada por seus pares, junto à administração do PEJU, mediante preenchimento de cadastro e entrega de documentação legal da entidade, currículo institucional e justificativo para participação;

§ 2º - A necessidade de substituição de qualquer representante, também deverá ser informada oficialmente à referida administração;

§ 3º - Os participantes do Conselho não receberão qualquer tipo de remuneração ou complementação salarial, auxílio ou vantagem econômica financeira, porém consideradas de serviço público relevante;

§ 4º - Em havendo dificuldade insanável para o preenchimento de determinada vaga, tanto dos órgãos públicos quanto da sociedade civil, poderá haver o preenchimento da mesma através de deliberação do Conselho Consultivo, por maioria simples, mantendo-se princípio de proporção entre os segmentos (equitatividade).

Artigo 9º - O Conselho Consultivo do PEJU será composto pelos segmentos abaixo relacionados:

ÓRGÃOS PÚBLICOS

I - 1 (um) representante do Órgão Gestor, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

II - 3 (três) representantes dos Órgãos de Licenciamento e Fiscalização Ambiental, sendo 01 (um) da Agência Ambiental de Sorocaba/ CETESB e/ou Centro Regional do Sudoeste Paulista/ CBRN e 02 (dois) da Polícia Militar Ambiental.

III - 3 (três) representantes das Prefeituras dos Municípios abrangidos pelo Parque Estadual do Jurupará e limítrofes, isto é, Ibiúna, Piedade, Juquitiba, Miracatu e Tapiraí, escolhidos mediante o consenso das respectivas prefeituras.

IV - 2 (dois) representantes de Instituição de Ensino e Pesquisa (sendo um do Instituto Florestal).

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000 – São Paulo – SP

Tel. (011) 2997 5051-fax: 2997 5061 – e-mail:

pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br

www.fflorestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

SOCIEDADE CIVIL

I - 2 (dois) representantes de Entidades Socioambientais.

II - 2 (dois) representantes de Associações de moradores e ocupantes do Parque Estadual do Jurupará

III - 2 (dois) representantes de moradores tradicionais do Parque Estadual do Jurupará

IV - 1 (um) representante de empresas com atuação no entorno do Parque Estadual do Jurupará

V - 1 (um) representante de entidade de Ensino e Educação

VI - 1 (um) representante de entidade do setor turístico com atuação na região.

§ 1º - O órgão gestor poderá criar grupos de apoio técnico ao Conselho para dar suporte ao seu funcionamento.

CAPÍTULO VI – DA PRESIDÊNCIA, SECRETARIA EXECUTIVA E PLENÁRIA.

Artigo 10 – O Conselho Consultivo será presidido pelo responsável pelo expediente do Parque Estadual do Jurupará.

Parágrafo Único – Ao Presidente do Conselho Consultivo do PEJU, cabe:

I – representar o Conselho;

II – convocar e presidir as reuniões ordinárias;

III – estabelecer a ordem do dia, bem como determinar a execução das deliberações do Plenário, por meio da Secretaria Executiva;

IV – resolver as questões de ordem nas reuniões do Plenário;

V – credenciar, por solicitação de membro do Conselho, pessoas e entidades da sociedade civil, representantes das Câmaras Municipais, dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente – CMMAs e do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, para participar de reuniões do Colegiado;

VI – votar como membro do Conselho Consultivo e exercer o voto de qualidade;

VII – adotar medidas de caráter urgente, submetendo-as à homologação em reunião extraordinária do Plenário, convocada imediatamente após a ocorrência do fato;

VIII – convocar reuniões extraordinárias do Plenário.

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000 – São Paulo – SP

Tel. (011) 2997 5051-fax: 2997 5061 – e-mail:

pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br

www.fflorestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

Artigo 11 – Ao Secretário Executivo do Conselho do PEJU, cabe:

- I – exercer a coordenação dos trabalhos da Secretaria Executiva;
- II – organizar a realização de reuniões e a ordem do dia, bem como secretariar e assessorar o Conselho Consultivo;
- III – adotar as medidas necessárias ao funcionamento do Conselho Consultivo e dar encaminhamento às suas manifestações, sugestões e propostas;
- IV – dar publicidade às proposições do Conselho Consultivo, divulgando-as na região;
- V – organizar a realização das reuniões públicas;
- VI – elaborar e divulgar as atas das reuniões.
- VII – Encaminhar as informações por e-mail aos membros do Conselho.
- VIII – Na ausência do Presidente o Secretário Executivo será seu representante legal.

Artigo 12 – Aos Membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jurupará em suas respectivas áreas de atuação, cabe:

- I – discutir, buscando consenso, e votar as matérias que lhes forem submetidas;
- II – apresentar propostas e sugerir temas para apreciação do colegiado;
- III – pedir vistas de documentos, de acordo com os critérios estabelecidos no regimento interno;
- IV – solicitar ao Presidente a convocação de reuniões extraordinárias, justificando o pedido formalmente;
- V – propor a inclusão de matéria na ordem do dia, bem como a priorização de assuntos dela constantes;
- VI – indicar pessoas ou entidades da sociedade civil, representantes de Câmaras Municipais, de Conselhos Municipais de Meio Ambiente – CMMA e do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, para participar das reuniões com direito a voz, porém sem direito a voto;
- VII – votar e ser votado para as funções previstas neste Decreto.

CAPÍTULO VII – DAS REUNIÕES E PROCEDIMENTOS

Artigo 13 – As reuniões do Conselho Consultivo do PEJU serão públicas, com pautas preestabelecidas no ato da convocação.

§ 1º - O Conselho se reunirá ordinariamente a cada três meses e extraordinariamente, sempre que o Presidente julgar necessário ou sempre que lhe for requerido, formalmente, por no mínimo 1/3 (um terço) de seus membros.

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000 – São Paulo – SP

Tel. (011) 2997 5051-fax: 2997 5061 – e-mail:

pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br

www.fflorestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

§ 2º - As reuniões ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e as extraordinárias com antecedência de 7 (sete) dias, observando cronograma anual, a ser estabelecido na primeira reunião ordinária do ano ou quando esta for a 1ª reunião formal de um Conselho recém instituído.

§ 3º - A convocação para as reuniões deverá se acompanhada, além da pauta, da ata da reunião anterior para leitura prévia e aprovação na reunião subsequente.

Artigo 14 – Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000 – São Paulo – SP

Tel. (011) 2997 5051-fax: 2997 5061 – e-mail:

pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br

www.fflorestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE

SÃO PAULO

Anexo 38. Regimento Interno do PEJU.



**MINUTA DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO CONSULTIVO DO
PARQUE ESTADUAL DO JURUPARÁ**

(aprovada em Assembléia realizada em 27/Agosto/2009)

CAPITULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - O Conselho é o órgão consultivo do Parque Estadual do Jurupará, com objetivos e competências definidas e detalhadas nos Capítulos II e III de seu Estatuto.

Artigo 2º - O Conselho tem sua sede no Parque Estadual do Jurupará, situado na base operacional Roda d' Água – Estrada do Jurupará Km 8,5, município de Ibiúna, conforme definido no artigo 2º do Capítulo II do seu Estatuto.

CAPÍTULO II – DA CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Artigo 3º- O Conselho é constituído por 18 (dezoito) membros Titulares e igual número de Suplentes, indicados pelas Instituições, entidades ou comunidades representadas de acordo com seus segmentos estabelecidos no Artigo 9º do Capítulo V do seu Estatuto, à Administração do Parque Estadual do Jurupará.

Artigo 4º - A indicação dos representantes deverá ser feita, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da reunião prévia à instalação da nova gestão, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- I – ata da reunião do segmento da escolha/indicação da(s) entidade(s) representantes como titular e suplente, quando couber;
- II – documentos da(s) entidade(s) (ata de constituição, ata da eleição da diretoria atual, estatuto ou contrato social), para entidades da sociedade civil;
- III – cópia do CPF e do RG do Membro Titular e respectivo Suplente.

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000 – São Paulo – SP
Tel. (011) 2997 5051-fax: 2997 5061 – e-mail:
pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br
www.fflorestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

Parágrafo Único – Todas as entidades da Sociedade Civil deverão possuir cadastro prévio junto ao Parque Estadual do Jurupará.

CAPÍTULO III – DAS ATRIBUIÇÕES, DIREITO E DEVERES DOS MEMBROS

Artigo 5º - Ao membro do Conselho cabe atuar para o cumprimento dos objetivos e dentro das competências definidos e detalhados nos Capítulos II e III do seu Estatuto.

DOS DIREITOS

Artigo 6º - Ao Membro Titular, ou a seu Suplente na ausência deste, é assegurado o direito de voto e de livre manifestação de suas opiniões sobre assuntos da competência do Conselho, dentro dos limites de conduta estabelecidos neste Regimento.

Artigo 7º - Ao Membro Titular, ou a seu Suplente na ausência daquele, são assegurados, pela Administração do Parque Estadual do Jurupará, sempre que necessário e solicitado meios para apoiar a viabilização da sua participação nas reuniões do Conselho, conforme estabelecido no Decreto Federal n.º 4.340 de 22/08/2002 e de acordo com a estrutura possível.

DOS DEVERES

Artigo 8º - O Membro do Conselho deve respeitar datas e cumprir horários e atividades estabelecidos, tanto para as Reuniões como nos Grupos de Trabalho.

Artigo 9º- O Membro do Conselho deve manter informado o seu Suplente e a instituição, entidade ou comunidade que representa sobre assuntos tratados no Conselho.

Artigo 10º – Em relação à conduta no Conselho, o Membro deverá:

- a) Apresentar postura séria profissional nas suas atividades, cumprindo os compromissos assumidos junto ao Conselho e procurando ser agente da promoção da paz e do entendimento;
- b) Ter forte senso de responsabilidade, evitando que, por omissão ou negligência, seus atos possam causar prejuízos ao Parque Estadual do Jurupará, ao Conselho, à Sociedade e aos demais Membros;

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000 – São Paulo – SP

Tel. (011) 2997 5051-fax: 2997 5061 – e-mail:

pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br

www.fflorestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

- c) Respeitar e proteger os patrimônios natural e cultural atuando na sua conservação e na conscientização da sociedade quanto à sua importância;
- d) Mesmo em casos de opiniões divergentes em relação à de outros Membros do Conselho, respeitar as suas manifestações, não adotando posturas agressivas, impositivas e incompatíveis como o bom andamento dos trabalhos, devendo buscar sempre o entendimento;
- e) Tratar com respeito, ética e atenção os demais Membros do Conselho e as pessoas direta ou indiretamente relacionadas ao Parque Estadual do Jurupará;
- f) Não praticar atos para tumultuar as Reuniões e o andamento dos trabalhos do Conselho, nem induzir terceiros a praticá-los;
- g) Não tecer, no decorrer das Reuniões, considerações de caráter político partidário;
- h) Não tecer, no decorrer das Reuniões, considerações contendo discriminação de raça, religião, classe social, sexo ou costumes;
- i) Não comparecer às Reuniões tendo feito uso, ou fazer uso durante, de bebida alcoólica, droga ilícita ou qualquer substância, que possa causar distúrbios emocionais ou alterar o comportamento;
- j) Não denegrir a imagem do Parque Estadual do Jurupará e de pessoas a ele relacionadas, bem como do Conselho e seus Membros;
- k) Priorizar o plenário para a resolução de problemas ou conflitos internos do Conselho.

CAPÍTULO IV – DO MANDATO DOS MEMBROS

Artigo 11º – O mandato do Membro do Conselho do Parque Estadual do Jurupará, à exceção do seu Presidente, é de dois anos, conforme estabelecido no parágrafo 4º, do Artigo 5º do Capítulo IV do seu Estatuto, podendo haver somente uma recondução do representante, seja de órgão público ou da sociedade civil.

Parágrafo 1º - Terminado o mandato, a instituição, entidade ou comunidade representada indicará novo representante.

Parágrafo 2º - As instituições, entidades ou comunidades poderão ser reconduzidas sempre que o segmento a eleger.

Artigo 12º - As funções dos Membros do Conselho somente cessarão:

I – ao final dos seus mandatos;

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000 – São Paulo – SP
SECRETARIA DO Tel. (011) 2997 5051-fax: 2997 5061 – e-mail:
MEIO AMBIENTE pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br
www.fflorestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

- II – pela renúncia apresentada por escrito, ratificada pela instituição, entidade ou comunidade representada;
- III – por solicitação formal da instituição, entidade ou comunidade representada;
- IV - pela perda do mandato;
- V – por morte ou doença que impeça tal função de forma definitiva ou por longo período.

Parágrafo Único – A perda do mandato, referida no inciso IV deste artigo, ocorrerá nos casos em que:

- a) O Membro for condenado criminalmente por sentença transitado em julgado;
- b) O Membro descumprir o presente regimento, em especial as normas de conduta, e 2/3 dos Membros do Conselho, por votação, julgar que o seu comportamento se mostre inadequado ao bom funcionamento do Conselho;
- c) O Membro faltar, sem justificativa prévia, fundamentada, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas, sem a devida substituição pelo respectivo Suplente.

CAPÍTULO V – DA SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO

Artigo 13º – A substituição de Membros titulares e/ou suplentes deverá ser feita quando houver perda de mandato ou a qualquer momento, por renúncia ou solicitação das instituições, entidades ou comunidades representadas.

Parágrafo 1º - Quando a substituição for necessária em virtude da perda de mandato de Membro Titular, o seu respectivo Suplente será elevado à condição de Titular, devendo então ser substituída à suplência.

Parágrafo 2º - Quando na substituição por perda de mandato do Titular pelo seu Suplente, deve a Instituição Pública ou segmento da sociedade civil, indicar novo Suplente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

Parágrafo 3º - A substituição deverá ser formalizada por meio de Ofício, acompanhado de cópia do CPF e RG do novo representante, à Administração do Parque Estadual do Jurupará.

CAPÍTULO VI - DA PRESIDÊNCIA E SECRETARIA DO CONSELHO

Artigo 14º – Compete ao Presidente:

- a) Presidir as reuniões do Conselho;
- b) Convocar, presidir, abrir, encerrar, suspender e prorrogar as Reuniões, observando e fazendo observar as determinações do presente Regimento;
- c) Elaborar propostas de pauta para as reuniões e, quando esta tratar de temática específica, convidar representantes dos segmentos, que possam contribuir com o tema a ser discutido, para participar da reunião;
- d) Coordenar a implantação e conclusão/encerramento de Grupos de Trabalho, conforme artigos 36 a 38 e 40 deste Regimento, e zelar pelo cumprimento das atividades e prazos estabelecidos aos mesmos;
- e) Fazer cumprir o Regimento Interno;
- f) Manter a ordem no recinto da Reunião do Conselho, advertir os participantes que perturbem a ordem podendo solicitar que se retirem do recinto;
- g) Em caso de cessação de mandato de Membro, por renúncia ou solicitação formal da instituição ou segmento representado, prevista no artigo 12 deste Regimento, comunicar ao Plenário, na primeira Reunião subsequente à notificação do fato, fazendo constar da Ata a declaração da cessação do mandato, e solicitar a indicação de novo representante;
- h) Em caso de perda de mandato de Membro, prevista no artigo 12 deste Regimento, comunicar ao Plenário, na primeira Reunião subsequente à apuração do fato, fazendo constar da Ata a declaração de extinção do mandato, convocar imediatamente o respectivo Suplente e solicitar a indicação de novo representante;

Artigo 15º – O Presidente é o representante legal do Conselho Consultivo nas suas relações externas, cabendo ao mesmo levar as propostas do Conselho às instâncias superiores e/ou externas.

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Artigo 16º – Compete ao Secretário

- a) Convocar, por determinação do Presidente e por escrito, os Membros para as Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, fazendo chegar aos mesmos, de forma antecipada, como previsto no artigo 23 deste Regimento, a pauta dos assuntos a discutir, local, horário além da ata da Assembléia anterior.

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000 – São Paulo – SP

Tel. (011) 2997 5051-fax: 2997 5061 – e-mail:

pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br

www.fflorestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

- b) Tomar as medidas necessárias para o funcionamento do Conselho e dar encaminhamento às propostas apresentadas em Reunião;
- c) Elaborar as atas das Reuniões;
- d) Verificar e declarar a presença dos Membros, fazendo passar a respectiva lista de presença;
- e) Organizar, com o Presidente, as pautas das Reuniões, levando em consideração as sugestões previamente manifestadas pelos membros;
- f) No início da Reunião, encaminhar a aprovação da Ata da Reunião anterior e, ao final da mesma, fazer leitura da pauta preliminar para a próxima ;
- g) Assinar, juntamente com o Presidente as Atas das Reuniões;
- h) Receber e zelar pela guarda dos papéis encaminhados à decisão do Conselho, neles anotando as discussões e votações;
- i) Apurar os votos do Plenário.

Parágrafo 1º - Na ausência do Secretário, o Conselho indicará um dos Membros para a sua substituição durante a Reunião em andamento.

Parágrafo 2º - O Presidente deve garantir ao Secretário Executivo integral apoio e acesso às informações relativas ao Conselho, por parte do Presidente.

CAPITULO VII – DA ESCOLHA DOS REPRESENTANTES E INSTALAÇÃO DO CONSELHO

DA ESCOLHA DOS REPRESENTANTES

Artigo 17º – Cada novo exercício do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jurupará será instalado na primeira reunião subsequente à última do exercício terminado, denominada Reunião de Instalação.

- a) Na penúltima reunião do exercício serão indicadas as entidades candidatas para representarem os respectivos segmentos e os respectivos Membros titulares e suplentes para o próximo mandato. A partir desta, o cadastro poderá ser efetuado até o início da Reunião de eleição, além do previsto no artigo 8º do Estatuto e definido no artigo 4º deste regimento.
- b) A eleição será realizada na última reunião do Conselho vigente.

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000 – São Paulo – SP

Tel. (011) 2997 5051-fax: 2997 5061 – e-mail:

pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br

www.fflorestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

DA INSTALAÇÃO DO CONSELHO E SUAS NOVAS GESTÕES

Artigo 18º – Na Reunião de instalação, será obedecida a seguinte ordem do dia:

- a) Apresentação nominal das instituições, entidades e comunidades escolhidas e respectivos membros indicados para o novo exercício.
- b) Indicação e apresentação do Secretario Executivo;

Parágrafo Único – Declarados empossados os Membros, o Presidente dará início aos trabalhos e apresentando os assuntos constantes da pauta previamente estabelecida e divulgada.

CAPITULO VIII - DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Artigo 19º – A reunião do Conselho constitui o Plenário, que é o órgão soberano do Conselho.

DA PERIODICIDADE, LOCAL E ORGANIZAÇÃO DAS REUNIÕES

Artigo 20º – O Conselho se reunirá em sua sede, ordinariamente a cada três meses e extraordinariamente sempre que o Presidente julgar necessário ou que 2/3 (dois terços) de seus Membros julgarem necessário, mediante solicitação à Presidência, conforme previsto no artigo 13 Capítulo VII do seu Estatuto.

- a) O local das Reuniões poderá ser eventualmente alterado, quando decidido em plenário em reunião anterior.
- b) A periodicidade das reuniões do Conselho poderá ser alterada, mediante aprovação em Assembléia.

Artigo 21º – O Presidente do Conselho convocará as reuniões ordinárias e extraordinárias, através da Secretaria Executiva do Conselho, conforme estabelecido no artigo 13 do Capítulo VII do seu Estatuto.

- a) As reuniões ordinárias, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e as extraordinárias com antecedência de 7 (sete) dias;
- b) A convocação será acompanhada de pauta, local e horário.

Artigo 22º – A organização das reuniões, bem como o dimensionamento das despesas e respectivo custeio para sua realização, estarão a cargo do Parque Estadual do Jurupará.

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000 – São Paulo – SP
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE Tel. (011) 2997 5051-fax: 2997 5061 – e-mail:
pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
www.fflorestal.sp.gov.br

DA ESTRUTURAÇÃO DE SUBCOMITES

Artigo 23º – O Conselho poderá criar ou extinguir subcomites para auxiliar no atendimento dos objetivos do mesmo, conforme artigo 8º do Decreto Estadual nº 49.672/05.

DO QUÓRUM E PARTICIPAÇÃO

Artigo 24º – As reuniões do Conselho serão iniciadas com o quorum de maioria absoluta do número total de seus integrantes 18 (dezoito representantes), e em segunda chamada, após trinta minutos, com maioria simples.

Artigo 25º -A participação de Suplentes em Reuniões que contam com a presença dos respectivos Titulares, bem como a participação de pessoas externa ao Conselho nas Reuniões é permitida desde que como ouvintes, sem direito s voz ativa e voto.

Artigo 26º -. As Manifestações de pessoas externas ao Conselho durante as Reuniões devem ser feitas por meio dos membros que as representam ou, em casos excepcionais, poderá ser-lhes concedida a palavra, quando o Conselho julgar que as mesmas trarão contribuição relevante ao andamento dos trabalhos.

Artigos 27º – O Conselho poderá julgar necessário, convidar especialistas ou outros representantes de setores públicos ou da sociedade civil para tratamento de questões específicas, a participarem das Reuniões, conforme estabelecido no parágrafo 1º do artigo 8º, Capítulo V, do seu Estatudo.

DA SUSPENSÃO, ENCERRAMENTO E PRORROGAÇÃO DA REUNIÃO.

Artigo 28º – A Reunião do Conselho poderá ser encerrada ou suspensa pelo Presidente, nos seguintes casos:

- a) Se, esgotada a matéria de pauta do dia, não houver mais inscritos para falar;
- b) Para preservação da ordem;
- c) Requerimento de qualquer Membro do Plenário, devidamente apreciado pelo Conselho;
- d) Por decisão da maioria do Conselho;
- e) Por esgotamento do tempo previsto para Reunião;
- f) Em caráter excepcional, por motivo de força maior, após apreciação pelo Conselho.

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000 – São Paulo – SP

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

Tel. (011) 2997 5051-fax: 2997 5061 – e-mail:

pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br

www.fflorestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE

SÃO PAULO

Artigo 29º – As Reuniões poderão ser prorrogadas pelo Presidente além do horário previsto e em casos excepcionais, por tempo determinado, para terminar a discussão ou a votação de proposição em debate.

DAS DECISÕES DO PLENÁRIO

Artigo 30º – As decisões do Plenário serão efetuadas por votação, sendo aprovadas aquelas que obtiveram maioria simples dos votos do total dos Membros presentes, respeitando o quorum.

Artigo 31º – Votação é o ato complementar da discussão, na qual o Conselho, por meio dos seus membros titulares ou suplentes, manifesta sua decisão.

Parágrafo 1º - A decisão para que a matéria entre em votação deverá ser consensual entre os membros presentes.

Parágrafo 2º - Considera-se matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declara encerrada a discussão e o início da fase.

Artigo 32º – A votação será sempre feita com voto aberto.

Artigo 33º – O membro presente à reunião não poderá escusar-se de votar, porém poderá abster-se, justificando sua posição, caso seja sua vontade.

DA CONSTITUIÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO

Artigo 34º – Poderão ser constituídos, pelo Presidente, Grupos de Trabalhos com o objetivo de discutir e encaminhar assuntos específicos de interesse do Conselho e do Parque Estadual do Jurupará, com prazo definido de duração, não superior a 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado a critério do Conselho.

Parágrafo Único - Os Grupos de Trabalho serão constituídos por membros Titulares e/ou Suplentes em exercício, podendo contar com a participação de convidados.

Artigo 35º - Poderão participar dos Grupos de Trabalho, como convidados, técnicos de reconhecida competência ou representantes de entidades idôneas em condições de propiciar esclarecimentos e/ou contribuições relevantes sobre o assunto submetido à apreciação dos Grupos.

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000 – São Paulo – SP

Tel. (011) 2997 5051-fax: 2997 5061 – e-mail:

pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br

www.fflorestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

Parágrafo Único - Cada Grupo de Trabalho terá um Coordenador, escolhido pelos seus Membros, responsável pelo cumprimento das tarefas atribuídas ao Grupo e relato dos trabalhos.

Artigo 36° – Constituídos os Grupos de Trabalho, cada grupo se reunirá conforme conveniência de seus contribuintes.

Artigo 37° - Os Membros dos Grupos de Trabalho serão distribuídos pelo próprio Grupo caso não compareçam às Reuniões de trabalho ou deixem de cumprir suas obrigações nos respectivos Grupos.

Parágrafo 1° – Quando ocorrer a situação prevista neste artigo, em grau que inviabilize o andamento dos trabalhos, o Presidente deverá levar o fato ao Conselho para discussão e adoção de providências.

Parágrafo 2° – O convite será formulado pelo Coordenador de Grupo, por requerimento da maioria dos componentes do Grupo.

Artigo 38° – Se o grupo deixar de cumprir, de maneira injustificada, as suas tarefas, o Presidente do Conselho designará novo grupo para dar continuidade aos trabalhos.

CAPÍTULO IX – DAS GRAVAÇÕES E/OU FILMAGENS DAS ATIVIDADES DO CONSELHO

Artigo 39° – Gravações e/ou filmagens das atividades do Conselho por pessoas externas dependem de autorização prévia do Presidente, que terá obrigatoriamente, direito a cópias dos materiais registrados originais e editados.

Parágrafo 1° - A solicitação de autorização para gravações e/ou filmagens deverá ser escrita, explicando detalhadamente os objetivos do registro e os domínios de divulgação.

Parágrafo 2° - Excluem-se desta restrição, os registros para documentação das atividades pelo próprio Conselho.

CAPÍTULO X – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 40° – Os casos não previstos neste Regimento ou os que suscitarem diferentes interpretações serão resolvidos pelo Plenário.

Artigo 41° – Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pela Diretoria Executiva da Fundação Florestal, atendendo à Portaria FF/DE nº 093/2009.

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – CEP 02377-000 – São Paulo – SP
Tel. (011) 2997 5051-fax: 2997 5061 – e-mail:
pe.jurupara@fflorestal.sp.gov.br
www.fflorestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

Anexo 39. Ações emergenciais na BAO Águas Claras.

Manejo Emergencial

Sob a ótica dos componentes geomorfopedológicos, a porção do PEJU que requer ação emergencial e prioritária está localizada no entorno da Base Águas Claras, na qual constatou-se o seguinte cenário.

I - A configuração atual daquele espaço apresenta-se da forma exposta na Figura 153.



Foto: José Mariano Caccia Gouveia (Dez/08).

Figura 4 - Visão geral da Base de Águas Claras e seu entorno.

Os destaques na Figura 153 referem-se:

1. Lago superior que, para efeito deste parecer será designado “Lago 2”, já que à direita da foto e não inserido nela, encontra-se outro lago de menores dimensões localizado à montante deste;
2. Vertedouro construído em concreto e blocos ligando “Lago 2” ao lago inferior, sobre o qual encontra-se instalada ponte construída com laje pré-fabricada e concreto;
3. Base de Águas Claras;
4. Lago inferior, doravante denominado “Lago 3”; e,
5. Vertedouro do “Lago 3”, originalmente construído com tubos de concreto de aproximadamente 1,00 metro de diâmetro.

II - Ocorre que, fruto de vício de construção, e/ou infiltrações permanentes, e/ou fluxo de vazão de pico subestimado, a instalação apresenta-se totalmente danificada e semi-destruída, como se constata na Figura 154.



Foto: José Mariano Caccia Gouveia (Dez/08).

Figura 5 - (A) Estado de deterioração do Vertedouro do “Lago 2”. (B) Estado de deterioração do Vertedouro do “Lago 2” - Observa-se à esquerda, processo erosivo remontante, ocasionado por turbilhonamento em momentos de fluxo d’água intenso, colocando em risco a via de acesso sobre a barragem do lago. (C) Estado de deterioração do Vertedouro do “Lago 2”.

Os destaques da Figura 154 (C), referem-se a:

1. Base em concreto sobre material de aterro da barragem do “Lago 2”. Constata-se que, fruto do intenso processo erosivo remontante, o aterro que suporta o vertedouro já foi erodido em aproximadamente 1,5 metros em direção ao Lago;
2. O processo descrito resultou, também, na retirada de viga de sustentação da ponte de concreto em aproximadamente um metro de comprimento. Salienta-se que tal viga foi originalmente construída em blocos de cimento, material pouco apropriado para esse fim; e,
3. A ponte de concreto fixada sobre o vertedouro e as vigas perdeu parte de sua sustentação e, já em 04/02/2009, apresentava uma inclinação de aproximadamente 10°, rebaixada no sentido montante/jusante.

III - Conseqüência

Dada a extrema fragilidade em que se encontram a barragem e o vertedouro do “Lago 2”, é de se esperar que, muito em breve, em um período de forte elevação no afluxo de água no lago, a estrutura venha a se romper como um todo. Caso isso ocorra, um significativo volume de água será acrescido ao “Lago 3”, implicando em uma repentina sobrecarga ao vertedouro deste, em um curto período de tempo, no máximo, poucos minutos.

Adicionalmente, o “Lago 3” também possui seu vertedouro comprometido em sua função, por motivos de vício de construção, e/ou infiltrações permanentes, e/ou fluxo de vazão de pico subestimado, assim como no “Lago 2”. Tal realidade pode ser constatada através das Figuras 155 e 156.



Foto: José Mariano Caccia Gouveia (Dez/08).

Figura 6 - Estado de deterioração do Vertedouro do “Lago 3”, em 07/12/2008.

Em 1 observa-se fluxo de saída do “Lago 3”, sem qualquer proteção, erodindo o solo abaixo da barragem. Em 2, tubulação sub-dimensionada, destinada à vazão de toda bacia de drenagem à montante. Em 3, aterro sob o leito carroçável da estrada, já totalmente suprimido pela erosão.



Foto: José Mariano Caccia Gouveia (Dez/08).

Figura 7 - Estado de deterioração do Vertedouro do “Lago 3”.

Em 1 observa-se porção do “Lago 3”. Em 2, o fluxo de saída do “Lago 3”, sem qualquer proteção, erodindo o solo abaixo da barragem. Em 3, aterro sob o leito carroçável da estrada, já totalmente suprimido pela erosão, com profundidade aproximada de 4 metros. Em 4, tubulação subdimensionada, destinada à vazão de toda a bacia de drenagem à montante, com diâmetro aproximado de 1 metro. Em 5, antigo leito carroçável da estrada interrompida pela erosão.

IV - Conseqüência

O acúmulo de água oriunda do “Lago 2” às águas do “Lago 3” levará, de forma inexorável, à ruptura do vertedouro deste, que já estaria operando previamente, como devemos lembrar, em condições de forte fluxo.

Uma possível, e bastante plausível, ruptura dos dois lagos provocaria significativos danos ambientais à jusante podendo, inclusive, acarretar perdas materiais e riscos às populações residentes próximas aos seus vales.

Posteriormente à ruptura dos lagos, novos impactos poderiam ser observados, principalmente no tocante aos aspectos geomorfológicos das áreas afetadas. Ambos os corpos d’água vem recebendo e acumulando, desde sua construção, forte aporte de sedimentos trazidos pelos cursos d’água que os abastecem, como é inerente a todo ambiente lacustre. Portanto, ao longo de anos, um grande volume de sedimentos finos decantou em seus leitos. Com a supressão desses ambientes, os cursos d’água retomariam suas dinâmicas anteriores, passando a erodir o antigo leito dos lagos, carregando

os materiais para jusante. Dessa dinâmica pode-se apontar duas conseqüências, entre diversas outras possíveis:

Primeiro, o vale pré-existente no entorno da Base Águas Claras voltaria a ser erodido, aprofundando seu leito e instabilizando suas margens que teriam, também, processos erosivos desencadeados e acelerados. Tais processos colocariam em risco as próprias instalações físicas da Base Águas Claras, construída sobre aterro às margens do "Lago 3", resultando na necessidade de obras de contenção.

Segundo o material erodido, como já dito, seria mobilizado para jusante, ocasionando danos sócio-econômicos e ambientais, gerando assoreamento dos cursos d'água e vales – muitos destes utilizados para cultivo agrícola -, perda de nascentes e mananciais, alterações no ambiente aquático com reflexos na fauna e vegetação ciliar, entre outros.

IV - Recomendações

- a)- A proibição imediata e total, da passagem de veículos sobre a ponte existente sobre o vertedouro do "Lago 2";
- b)- A imediata instalação de obras de readequação de medidas de vazão e recuperação dos vertedouros dos Lagos 2 e 3, minimizando os riscos de ruptura;
- c)- A construção de ponte sobre a estrada que margeia o limite do PEJU junto à Base Águas Claras, adequando as dimensões do canal sob ela, de forma a permitir a livre passagem dos fluxos mais intensos; e,
- d)- Manejo da vegetação higrófila que se desenvolve às margens dos lagos, com sua supressão nas proximidades dos vertedouros, com vistas a impedir o entupimento destes e evitar acúmulo de pressão à montante.

Preende-se, dessa forma, evitar o mal maior que significaria a ruptura dos lagos, enquanto espera-se que os atuais vertedouros resistam às exigências impostas pelos períodos.

Anexo 40. Proposta de regulamentação de Pesca Amadora/Esportiva e Piscicultura.

Legislação Federal e Estadual que dispõe sobre o ordenamento das atividades de pesca amadora no Estado de São Paulo

Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, estabelece normas gerais para as pesca desportiva, profissional e científica. A observação destas normas e disposições básicas, que tratam da atividade da pesca amadora, ajuda a traçar um panorama sobre a regulamentação, mais geral e abrangente, da atividade no território nacional.

Pontos mais relevantes:

- Capítulo III e seus Art. 29º, 30º, 31º e 32º, que tratam da emissão e da obrigatoriedade da posse da licença de pesca para os pescadores amadores;
- Capítulo IV, que trata sobre as permissões, proibições e concessões, em especial do Título I e do Art. 35º que definem os locais e métodos de captura proibidos (nos lugares e épocas interditados pelo órgão competente; em locais onde o exercício da pesca cause embaraço à navegação; com dinamite e outros explosivos comuns ou com substâncias que, em contato com a água, possam agir de forma explosiva; com substâncias tóxicas; a menos de 500 metros das saídas de esgotos) e do Art. 36º, que atribui responsabilidades de cuidado à fauna pela concessionária de represas em curso d'água (no caso a CBA);
- Capítulo V (da fiscalização e suas responsabilidades Artigos 53º e 54º);
- Capítulo VI (das infrações e das penas, Artigos 55º, 56º, 57º, 58º e 61º);
- Capítulo VII (multas).

Portaria Ibama Nº 30, de 23 de maio de 2003, estabelece normas gerais para a pesca amadora, inclusive de competições e do cadastro de entidades de pesca amadora. A observação destas normas e disposições esclarecerá quais são as *categorias existentes para a prática da pesca amadora*, da *necessidade da aquisição da licença de pesca amadora*, mesmo dos menores de 18 anos e maiores de 60 anos de idade, assim como das *quantidades máximas que podem ser capturadas e abatidas em ambientes de água doce ou salgada*, e quais são os *critérios para o transporte do pescado capturado pelos praticantes da pesca amadora*.

Pontos mais relevantes:

- Art. 2º, inciso I que define e caracteriza a atividade da pesca amadora;
- Art. 3º define os tipos de pesca amadora e a obtenção das respectivas licenças de pesca para sua prática: categoria (A) desembarcada, categoria (B) embarcada e categoria (C) subaquática e de seus §1º e §2º que dispõe sobre o uso de garatéias (anzóis triplos) e de aparelhos de respiração artificial para a pesca;
- Art. 4º sobre a validade da licença de pesca amadora em todo o território nacional, e de seu único parágrafo que determina a validação de normas estaduais ou municipais, desde que mais restritivas ao da portaria;
- Art. 5º define dispensa do uso da licença de pesca das categorias A, B ou C, desde que para menores de 18 anos e maiores de 60 anos;

- Art. 6º define as cotas de captura para pesca em água doce (10 Kg) e salgada (15 Kg), destinação, uso e transporte do pescado oriundo da pesca amadora (comprovante de origem, proibição para a comercialização e/ou industrialização do produto pescado);
- Art. 7º define a necessidade de documento de identificação do pescador para ser apresentado junto com a licença de pesca quando fiscalizado.

Instrução Normativa Ibama Nº 195, de 03 de outubro de 2008, que estabelece normas para a pesca durante o período reprodutivo (piracema), nas bacias hidrográficas da região sudeste do Brasil, nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Esta Instrução Normativa é muito importante já que *institui a necessidade de se respeitar o período de reprodução das espécies nativas de peixes da região sudeste do país (época da piracema), normatiza os locais e petrechos de uso proibido para a pesca amadora durante este período, e também na definição das áreas, dos petrechos e das técnicas que poderão ser usadas pelos pescadores amadores durante o período de reprodução dos peixes nativos*. Um ponto muito importante desta IN é que as espécies alóctones (exóticas ou translocadas) tem sua captura livre durante este período, tendo pouco impacto sobre a pesca na área de abrangência do PEJU, já que grande parte das espécies de interesse são constituídas por espécies alóctones.

Pontos mais relevantes:

- Art. 2º define os ecossistemas aquáticos (bacia hidrográfica: o rio principal, seus formadores, afluentes, lagos, lagoas marginais, reservatórios e demais coleções d'água; lagoas marginais: alagados, alagadiços, lagos, banhados, canais ou poços naturais situados em áreas alagáveis da planície de inundação, que apresentam comunicação permanente ou intermitente com o rio principal ou canais secundários);
- Art 3º define a proibição da pesca de 1º de novembro até o dia 28 de fevereiro do ano subsequente, na época da piracema, e também nas lagoas marginais e a menos de 1.000 das barragens;
- Art. 4º proíbe a realização de campeonatos voltados à captura de espécies nativas na piracema, mas permite a pesca das espécies exóticas em campeonatos durante este período;
- Art. 5º permite a pesca desembarcada com uso de petrechos permitidos em rios durante a piracema (por meio de linha de mão, caniço, vara com molinete ou carretilha, com o uso de iscas naturais ou artificiais providas ou não de garatérias, exceto pelo processo de lambada);
- Art. 6º define os petrechos permitidos para uso do pescador amador em represas na pesca embarcada ou desembarcada (quando realizada por pescador amador, com a utilização de linha de mão ou vara, linha e anzol, caniço simples, com molinete ou carretilha, iscas naturais e artificiais providas ou não de garatérias, exceto pelo processo de lambada);
- Art. 7º define petrechos de uso proibido (fica proibido o uso de aparelhos, petrechos e métodos de pesca não mencionados na Instrução Normativa);
- Art. 8º define os tipos de peixes que podem ser pescados durante a piracema (espécies translocadas e exóticas);
- Art. 14º define as penalidades que serão impostas aos infratores da Instrução Normativa.

Portaria IBAMA N° 145 de 29 de outubro de 1998, estabelece normas para a introdução, reintrodução e transferência de peixes no território nacional. Esta Portaria tem enorme importância para a área do PEJU e seu entorno, uma vez *proíbe qualquer tipo de introdução e/ou translocação de espécies de peixes*, uma vez que há uma quantidade muito grande de espécies alóctones nos ecossistemas aquáticos nativos, sobretudo nas áreas alteradas das grandes represas e também nos lagos, açudes e barramentos das pequenas propriedades situadas no PEJU e Zona de Amortecimento.

Pontos mais relevantes

- Art. 1° define aquíicultura, espécies nativas, exóticas, autóctones e alóctones, assim como da Unidade Geográfica Referencial (UGR) das bacias hidrográficas brasileiras (Espécie nativa: espécie de origem e ocorrência natural nas águas brasileiras, Espécie exótica: espécie de origem e ocorrência natural somente em águas de outros países quer tenha ou não já sido introduzida em águas brasileiras, Espécie autóctone: espécie de origem e ocorrência natural em águas da UGR considerada, Espécie alóctone: espécie de origem e ocorrência natural em águas de UGR que não a considerada, Translocação: qualquer processo de deslocamento de espécies aquáticas de uma UGR para outra, dentro ou fora do país, Introdução: importação de exemplares vivos de espécies exóticas, e/ou seus híbridos, não encontrada nas águas da UGR onde será introduzida, Reintrodução: importação de exemplares vivos de espécie exótica, e/ou seus híbridos, já encontrada em corpos d'água inseridos na área de abrangência da UGR onde será reintroduzida, Transferência: translocação de exemplares vivos de espécies, e/ou seus híbridos, de uma UGR para outra onde ela é considerada alóctone);
- Art. 3° proíbe a introdução de peixes de água doce no território nacional;
- Art. 7° proíbe a reintrodução de larvas e juvenis para engorda e abate;
- Art. 8° trata das normas e exigências para a transferência de espécies (translocação);
- Art. 9° permite a soltura e o cultivo de espécies autóctones na UGR;
- Art. 11° das penalidades.

Lei N° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, *Lei de crimes ambientais*.

Pontos mais relevantes:

- Capítulo V, dos crimes contra o meio ambiente em sua Seção I, crimes contra a fauna;
- Art. 29° das penalidades pela captura sem permissão ou licença;
- Art. 31° das penalidades pela introdução de espécies sem a devida permissão;
- Art. 33°, das penalidades pela poluição de ecossistemas aquáticos;
- Art. 34° das penalidades quando a pesca é praticada em período e locais proibidos;
- Art. 35° das penalidades pela pesca com substâncias venenosas ou explosivas.

Lei Estadual N° 11.221, de 24 de julho de 2002, que dispõe sobre a pesca em águas superficiais de domínio do Estado de São Paulo. Legislação Estadual que trata especificamente da questão da pesca amadora no Estado de São Paulo. Em relação às categorias de pesca amadora e das taxas é um pouco redundante em relação à Portaria N° 30 do Ibama, que já define a obrigatoriedade da

obtenção e o porte da licença de pesca, contudo, acrescenta novidades quanto à permissão da captura indiscriminada de espécies exóticas, e da obrigatoriedade do pesque-e-solte de algumas espécies nativas da ictiofauna do Estado. Entretanto, não há ocorrência natural destas espécies na bacia do Rio Ribeira de Iguape.

Pontos mais relevantes:

- Art. 2º define as modalidades da pesca amadora no Estado de São Paulo (I - pesca embarcada, quando executada com auxílio de embarcação de qualquer espécie e realizada com emprego de linha de mão, caniços simples ou dotados de molinete ou carretilha; II - pesca desembarcada, quando executada a partir das margens de rios e lagos, com emprego de linha de mão, caniços simples ou dotados de molinete ou carretilha);
- Art. 3º (§1º, §2º, §3º) da obrigatoriedade, tipo e duração da licença de pesca estadual;
- Art. 4º, §6º que libera a pesca de espécies exóticas, entendidos aqueles que não sejam originários do País, tais como: tilápias, black bass, truta, bagre africano e carpas;
- Art. 5º das multas e penalidades pela pesca sem licença e das espécies proibidas e em período de piracema (nativas);
- Art. 6º da apreensão de equipamentos e lavragem de auto de infração.

Medidas para o Ordenamento da Pesca Esportiva/Amadora de Curto e Médio Prazo

Com o objetivo de ordenar a atividade da pesca esportiva e amadora praticada dentro do PEJU, na sua Zona de Amortecimento e nos limites representados pelas represas das usinas hidrelétricas (Cachoeira do França, Cachoeira da Fumaça, Barra e Jurupará), sugere-se como primeiras providências:

- Informar os pescadores sobre a necessidade do porte da licença de pesca Federal ou Estadual, atualizada, sobretudo dos pescadores que pescam embarcados;
- Fiscalizar a utilização de equipamentos, petrechos e técnicas proibidas que vêm sendo empregados por pescadores, tais como redes de malha, tarrafas e “anzol de galho” (uso de linhas múltiplas em varas de bambu, estacas ou outro dispositivo de suporte);
- Fiscalizar locais, épocas e uso de petrechos de pesca proibidos durante o período de reprodução, que vai de 1º de novembro a 28 de fevereiro;
- Fiscalizar e proibir práticas usuais entre os pescadores amadores relativos à introdução e translocação de espécies de peixes, inclusive do uso de iscas naturais do tipo iscas-vivas constituídas por peixes provenientes de outras bacias hidrográficas, que não a do Ribeira de Iguape, e de toda e qualquer ação neste sentido, conforme Portaria Ibama N° 145 de 1998, inclusive da proibição de introdução ou translocação de espécies exóticas e/ou translocadas de peixes já presentes nos ecossistemas aquáticos, ou com populações estabelecidas na área, quer sejam em áreas alteradas ou não, particulares ou públicas;
- Fiscalizar a pesca das espécies nativas durante o período de defeso (piracema) e dos locais proibidos para a prática da pesca neste período, a fim de resguardar as espécies de peixes nativas, cujas populações já se encontram fortemente impactadas pelas interferências ambientais provocadas pelo Homem na região há mais de 50 anos, conforme Instrução Normativa Ibama N° 195 de 2008.

- Espécies nativas de interesse para a pesca amadora, como os lambaris e a traíra, entre outras, são muito exploradas pelos pescadores na área do PEJU e Zona de Amortecimento, e necessitam de atenção especial para sua conservação. É preciso instituir para estes peixes o tamanho mínimo de captura, em especial da traíra (*H. malabaricus*), do cará (*G. brasiliensis*), do bagre (*R. quelen*) e também de algumas espécies de lambaris. Embora existam particularidades do tamanho mínimo de captura nas diferentes bacias hidrográficas brasileiras, mesmo nas espécies com ampla distribuição no território nacional, adotar em caráter emergencial, os tamanhos mínimos de captura conforme lista proposta pelo Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora PNDPA/Ibama através do site: www.ibama.gov.br/pesca-amadora/documentos/tabelas-de-tamanhos/. O único tamanho que consta na tabela de peixes de água doce sugerido para as espécies nativas de interesse para a pesca amadora no PEJU é o da traíra (30 cm).

B) Piscicultura

Legislação Aplicada às Atividades de Piscicultura

Resolução Conama nº 237, de 08 de janeiro de 1997, que disciplina o Licenciamento Ambiental e a emissão das Licenças Prévia, Implantação e Instalação de pisciculturas.

Instrução Normativa SEAP Nº 5 de 18 de janeiro de 2001 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através as Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) que estabelece o Registro Geral de Pesca e Aquicultura e dá outras providências.

Portaria Ibama Nº 95-N, de 30 de agosto de 1993, que estabelece as normas e diretrizes para a obtenção do registro de aquicultor.

Portaria Ibama Nº 145 de 29 de outubro de 1998, que estabelece normas para a introdução, reintrodução e transferência de peixes no território nacional, em especial de seu Art. 1º que define aqüicultura, espécies nativas, exóticas, autóctones e alóctones, assim como da Unidade Geográfica Referencial das bacias hidrográficas brasileiras; Art. 3º que proíbe a introdução de peixes de água doce; Art. 7º que proíbe a reintrodução de larvas e juvenis para engorda e abate; Art. 8º que trata das normas e exigências para a transferência de espécies (translocação); Art. 9º que permite a sultura e o cultivo de espécies autóctones; Art. 11º das penalidades.

Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Lei de crimes ambientais, em especial do Capítulo V, dos crimes contra o meio ambiente em sua Seção I, crimes contra a fauna Art. 29º da penalidade da captura sem permissão ou licença; Art. 31 das penalidades pela introdução de espécies sem a devida permissão; Art. 33, das penalidades pela poluição de ecossistemas aquáticos.

Medidas para o Ordenamento das Atividades relacionadas à Piscicultura

Com relação ao ordenamento das atividades ligadas à piscicultura, também é preciso realizar sua adequação e aplicar a legislação existente, a fim de minimizar os impactos da atividade sobre os corpos d'água e ictiofauna nativa associada do PEJU e Zona de Amortecimento. Assim sugere-se a adoção das seguintes medidas:

- Prospectar minuciosamente as criações de peixes que existem dentro da área do PEJU e Zona de Amortecimento, a fim de se determinar as espécies cultivadas, em qualquer tipo de sistema: extensivos, semi-intensivos ou intensivos, como no caso de tanques-rede (a. ex. da represa da PCH Jurupará).

- Verificar quais cultivos tem autorização para funcionar e fechar os estabelecimentos irregulares. A estrutura dos cultivos que quiserem se legalizar deve ser mantida, com a premissa de que sejam criadas somente espécies nativas da bacia hidrográfica do rio Juquiá-Guaçu com potencial para criação em cativeiro, tais como os lambaris do gênero *Astyanax* spp.; traíra *H. malabaricus*; trairão do Ribeira *H. lacerdae*; cará *G. brasiliensis* e o bagre-jundiá *R. quelen*. Deverá haver uma adequação com relação ao tamanho da criação, de acordo com o porte do corpo d'água que estiver inserida, a fim de reduzir a emissão de efluentes da piscicultura para níveis compatíveis com a qualidade da água, conforme classificação de uso da água estabelecida pelo Conama Resoluções: 20/86; 274/2000 e 357/2005.
- Proibir, paulatinamente, o cultivo de espécies alóctones e exóticas dos cultivos legalizados e fomentar o cultivo de espécies nativas da bacia do rio Juquiá-Guaçu, tais como: lambaris do gênero *Astyanax* spp., traíra *H. malabaricus*, trairão do Ribeira *H. lacerdae*, cará *G. brasiliensis* e, especialmente, o bagre-jundiá *R. quelen*. Esta última espécie tem ganhado destaque, com crescente grau de importância, na piscicultura nacional. Atualmente apresenta grau crescente de desenvolvimento e incremento significativo no número de pesquisas e técnicas para sua criação e cultivo em cativeiro pela piscicultura brasileira.
- Normatizar os tipos de rações que podem ser utilizados nas áreas supra-citadas, como rações de menor impacto poluidor, com menores teores de fósforo e nitrogênio, sais que são sabidamente os principais causadores da eutrofização pela floração (Bloom) de microalgas. Definir junto aos criadores a quantidade de ração e os métodos a serem utilizados para o arraçoamento, a fim de se evitar sobras e minimizar e reduzir a poluição e eutrofização dos cursos d'água.
- Definir densidades de estocagem dos peixes a serem utilizados nos cultivos, de acordo com as espécies e fase da engorda, a fim de se evitar a superpopulação e o aumento da produção de excretas e resíduos dos peixes e da execução da atividade, que também causam intensa poluição.
- Proibir a introdução e translocação de espécies de peixes não nativas à bacia hidrográfica do rio Juquiá-Guaçu.
- Condicionar a obtenção da licença de cultivo nos órgãos competentes (SEAP, Ibama, Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo - DEPRN, DAEE, Cetesb - e Ministério da Marinha) ao parecer e aprovação do gestor do PEJU.

Anexo 41. Plano de Ação Preliminar para o Controle de Cães e Gatos Residentes e Errantes no Parque Estadual do Jurupará e Entorno.

Executor(es)

Gestão do PEJU.

Objetivos

O objetivo geral deste Plano de Ação é definir medidas para garantir a preservação da biodiversidade existente no PEJU, evitando sua defaunação por ataque de animais domésticos (espécies exóticas invasoras).

Para alcançar tal objetivo serão realizadas campanhas de *posse responsável* e *controle populacional de cães e gatos* entre ocupantes da UC e moradores do entorno, assim como será estritamente normatizada a posse de animais no Parque – até que todos os que lá estão atualmente estejam mortos, já que a entrada de novos animais é proibida e os que lá permanecerem serão esterilizados –, inclusive com penalidades aos infratores.

As possibilidades de mobilidade de animais domésticos serão restringidas e será realizado maior controle do lixo e sua disposição, acompanhado de redução do acesso a recursos como água e abrigo – desestimulando a perambulação de animais domésticos.

Isso para que se obtenha a melhor e humanitária solução para o problema que esses animais representam ao Parque e sua biodiversidade.

Para que se possa agir com eficácia, é preciso conhecer/entender o problema a ser tratado, o que inclui quantificar e localizar – o registro dos animais será um instrumento para o planejamento, além das questões do bem-estar do animal e de saúde pública.

Para se alcançar os objetivos deste Plano busca-se também conseguir a compreensão e o comprometimento da população residente e do entorno para com ele, aumentando assim sua eficácia.

Será montado um grupo interno reunindo moradores e funcionários sensíveis à questão desses animais domésticos, em conjunto com Associações de Proteção aos Animais. Espera-se assim que a fauna silvestre seja protegida e que ocupantes e animais domésticos não sejam desrespeitados/maltratados, mesmo que seu sacrifício se faça necessário.

Justificativa

O impacto negativo significativo dos animais domésticos (especialmente gatos) sobre a fauna silvestre foi apontado por relatores dos módulos de biodiversidade, embasados em observações de campo e extensa literatura consolidada a respeito do assunto. Para que os objetivos preservacionistas do PEJU sejam atingidos, é necessário que haja controle e talvez até proibição da presença de animais domésticos no Parque.

Antecedentes

O Parque Estadual do Jurupará enquadra-se no Grupo das Unidades de Conservação de Proteção Integral, de acordo com o Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC, 2000). Conforme p Art. 31 é proibida a introdução de espécies não autóctones nas unidades de conservação.

Somado ao problema da caça de animais silvestres por cães e gatos, há ainda o Art. 40 Parágrafo 2º que diz que a ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral será considerada circunstância agravante para a fixação da pena, comprometendo, portanto, os responsáveis pela administração do Parque, se permitirem a permanência de cães e gatos tal como ocorre hoje, ferais ou não.

Em 2002, a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, por meio da Lei 13.131/98, criou o Registro Geral do Animal (RGA) e com isso montou um banco de dados e mapeou os animais domiciliados, a fim de elaborar e planejar um conjunto de ações em relação a eles.

O RGA, que é recomendado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP), foi tornado obrigatório em Ibiúna pela Lei Municipal N° 1.049/05. Segundo tal lei, todos os cães e gatos residentes no município devem ser registrados no Centro de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses “Tereza Rodrigues de Camargo” (Cevisa), sendo o registro válido pelo período de um ano, devendo então ser renovado. Posteriormente Piedade aprovou lei semelhante: Lei Municipal N° 3.947/08.

Em um período de 12 meses a partir de novembro de 2005, Bernardi e Soto (2009) desenvolveram um estudo/programa de identificação dos cães e gatos do município de Ibiúna, tendo realizado campanhas com distribuição de folhetos, fixação de cartazes, *outdoor*, palestras em escolas e um dia da *posse responsável*, na praça principal da cidade, quando o RGA foi oferecido gratuitamente. O resultado de 982 animais (880 cães) foi bastante humilde perante a população total estimada em 20 mil (17 mil cães). Todavia, o desenvolvimento de um sistema de informações representou um resultado bastante positivo, possibilitando ações futuras mais eficazes e eficientes nessa área.

Em relação ao método de identificação, apesar de não ser obrigatório, os autores recomendam métodos eletrônicos de implantação de microchip, desde que atendam as normas ISO 11784, ISO 11785 e NBR 4766. A preferência por tais métodos decorre da fragilidade dos outros possíveis, como uma placa na coleira, dado que esta pode cair ou ser retirada.

Além das referidas leis 1.049/05 (IBIÚNA) e 3.947/08 (PIEDADE), de interesse para o presente Plano de Ação é também a Lei Municipal N° 998/04 (IBIÚNA), que dispõe sobre política do controle populacional de cães e gatos, definindo preço de R\$50,00 para a castração, porém também possibilidades de isenção, além de incluir como necessidade a realização de campanhas educativas acerca de posse responsável e ética perante os animais.

Baseado em tal lei, no mesmo período em que foi realizado o cadastramento de cães e gatos, também se implantou um programa de castração cirúrgica de tais animais, tendo Soto et al (2007) estudado essa experiência. Foram realizadas em média 21 cirurgias por mês, somando um total de 251 ao final do programa. Não houve qualquer problema relacionado à infecção pós-operatória, porém dois cães faleceram: uma sofreu hemorragia interna e a outra tinha 16 anos e faleceu após seis dias da cirurgia. Mesmo com tais óbitos, a taxa de sucesso dos procedimentos foi bastante elevada, o que deve servir para tranquilizar os proprietários dos animais em questão – ocupantes do PEJU.

Durante as atividades do Plano de Manejo do PEJU percebeu-se que além de todas as ameaças de que já se tinha conhecimento, como a caça, a fauna do Parque também têm sido historicamente vítima de animais domésticos introduzidos pela população local.

A principal fonte desse impacto são os cães e gatos (ênfase para estes) dos ocupantes, que circulam pela UC e representam assim mais uma séria ameaça à fauna do PEJU. O prejuízo à fauna silvestre resulta em degradação da ecologia local e conseqüente risco de não se atingirem os objetivos da UC.

Não há previsão de que a ocupação humana no Parque seja encerrada. Dessa forma, mostra-se necessária a realização de controle da população dos animais domésticos do PEJU e entorno, principalmente dos ocupantes.

O Projeto do “Plano de Ação para Cães e Gatos Residentes e Errantes no Parque Estadual Alberto Löfgren e Entorno”, indicado nas referências bibliográficas, foi empregado como modelo a partir do qual se elaborou o presente Plano de Ação, e é dele que se retira a seguinte citação (CATARUCCI, 2006, p. 10):

(...) as atividades isoladas de remoção e eliminação de cães e gatos não são efetivas no controle das populações desses animais. Essa afirmação é unânime para diversos autores e institutos que tratam da saúde pública. É necessária que se atue na causa do problema, ou seja, a procriação animal excessiva e a falta de responsabilidade dos proprietários na posse, propriedade e guarda dos animais.

Há inclusive um estudo realizado em 2003 em Ibiúna (SOTO, 2003, apud CATARUCCI, 2006, p. 10), município que responde por mais de 90% da área do Parque, que traz a mesma conclusão. E são inúmeras mais as fontes que afirmam serem programas de castração em massa e programas educativos medidas mais eficientes, éticas e menos custosas para o controle da população de animais domésticos: “a eliminação, além de custosa, abre espaço para reposições pela população com outros animais, principalmente jovens” (CATARUCCI, 2006, p. 12).

Soto et al (2007, p. 303), citando outros autores, apontam que o custo de castração de uma cadela de porte médio era de aproximadamente R\$50,00, enquanto gastos com recolhimento, manutenção e sacrifício somavam em torno de R\$70,00.

Atividades

- A primeira medida a ser tomada é realizar uma Campanha de Registro Animal e Posse Responsável, com orientação em relação à legislação vigente (o que inclui a obrigatoriedade do RGA), saúde e bem estar animal, maus-tratos e abandono, controle de natalidade dos animais (empregar o Anexo A – Dez mandamentos, da Arca Brasil). A campanha não deve se limitar aos ocupantes do PEJU, mas também se estender às escolas públicas municipais e estaduais e postos de saúde do entorno do Parque, em forma de cartazes e panfletos;

No âmbito da campanha, dar especial importância ao esclarecimento para ocupantes do PEJU acerca da importância de tais medidas (o controle populacional de animais domésticos na UC, com posterior proibição da presença dessa categoria de animais), buscando sensibilizá-los para a preservação da fauna silvestre e para o gosto pela observação à distância, sem interferência humana. Explicar que se compreende a importância dos animais para companhia e segurança, porém eles também precisam entender a importância da preservação da biodiversidade que pode ser ameaçada por esses animais;

- Junto à campanha deve ser realizado o cadastramento dos animais domésticos dos ocupantes do PEJU, empregando-se para isso a *Ficha de cadastro* (Anexo B). Dessa forma já se obterá um censo dessa população. Como pode ser visto na ficha em anexo, deverão ser obtidos os seguintes dados dos animais:
 - quantidade por domicílio;
 - espécie (felina ou canina);
 - sexo;
 - idade;
 - grau de controle (domiciliado, semidomiciliado, comunitário);
 - esterilizados ou não;
 - vacinados ou não;
 - histórico de crias;
 - origem do animal (como foi obtido? Onde foi encontrado?);
- Avaliar se há ocorrência de animais errantes transitando pelo PEJU e, caso haja, buscar cadastrá-los para posterior esterilização. Se forem de moradores do entorno, seguir os procedimentos das citadas leis 1.049/05 e 3.947/08;
- Avaliar se há abandono de animais no PEJU e, caso haja, verificar qual é a dinâmica do abandono (locais propícios, tipo de animal). Se houver significativo problema de abandono, tomar as seguintes medidas:
 - Colocação de faixas incisivas, alertando que animais abandonados serão encaminhados para o CCZ e serão sacrificados;
 - Produzir e divulgar pelo entorno do PEJU faixas e banners educativos, trazendo os dez mandamentos para cuidar dos animais (Anexo 2), informando que abandono é crime previsto em lei e que os animais podem ser castrados e encaminhados para feiras de adoção;
 - Instrução aos funcionários acerca de como proceder em caso de abandono, como denunciar, como abordar as pessoas. Eles devem ser instruídos também a informar as pessoas sobre a posse responsável;
- Obter informações sobre infra-estrutura local para se planejar a realização da esterilização (clínicas veterinárias e entidades de proteção);
- Para reduzir a atratividade para animais domésticos errantes, garantir coleta de lixo adequada e cuidar para que os ocupantes e moradores do entorno realizem disposição e acondicionamento adequado de lixo e resíduos – para isso empregar campanhas, pedindo auxílio a jornais e rádios locais, p. ex., e baixar portarias que normatizem tais procedimentos no interior do PEJU, caso necessário;
- Há resistência da população frente à esterilização, por julgarem ser um procedimento contrário à natureza e ao bem-estar do animal. Para lidar com isso, dar ênfase ao fato de que se conhece e será seguida a Lei Federal Nº 9.605, de fevereiro de 1998, de Crimes Ambientais, que em seu Art. 32 prevê que a prática de ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, incorre na detenção de três

meses a um ano e multa, sendo aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

Dessa forma, esclarecer que não se deseja o sofrimento dos animais em questão (domésticos), muito pelo contrário, e que se trata de medida necessária tendo em vista os outros animais, silvestres; empregar o Anexo C, elaborado pela Arca Brasil;

- Promover a castração dos animais dos ocupantes do PEJU e eventuais animais errantes que houver, por meio da técnica do gancho, menos invasiva e de recuperação mais rápida; caso necessário, prover aos ocupantes do PEJU transporte de ida e volta ao local de realização do procedimento;

Os animais errantes devem ser castrados e encaminhados para doação, sendo o sacrifício a última alternativa.

Equipamentos, infra-estrutura e materiais necessários

Microchips e clínicas veterinárias para sua implantação e esterilização. Materiais de divulgação em geral, para propaganda (posse responsável e registro) e campanhas.

Fichas para cadastramento dos animais dos moradores do PEJU.

Resultados esperados

Espera-se obter cadastramento integral dos animais domésticos dos ocupantes do PEJU, assim como sua castração cirúrgica. Desse modo vislumbra-se a médio prazo o final da existência de animais domésticos no interior do Parque, resultando em um vetor de pressão a menos para a já difícil preservação da fauna silvestre e biodiversidade do PEJU e da Mata Atlântica.

Parceiros estratégicos e responsabilidades

- *Centro de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses “Teresa Rodrigues de Camargo” (Cevisa)*, Ibiúna – SP. Francisco Rafael Martins Soto: Caixa postal 34 – Ibiúna – SP. CEP 18150-000. Tel: (15) 3294-2223 / 3248-1880. E-mail: chicosoto@ig.com.br. Fernanda Bernardi: Rua Ribeirão Pires, s/n – Paes – Ibiúna, SP – Brasil. E-mail: bernadif@uol.com.br.

O Cevisa foi responsável pelas campanhas de registro e castração de cães e gatos em Ibiúna e certamente poderiam contribuir para realizar o mesmo tipo de campanha, agora visando apenas o PEJU e não todo o município. Eles já têm o conhecimento e os meios para levar a cabo. Francisco Soto é médico veterinário concursado do Cevisa. Fernanda Bardini também é médica veterinária do Cevisa. Ambos possuem doutorado em epidemiologia/zoonoses.

- ARCA Brasil. Site: www.arcabrasil.org.br.

A ARCA Brasil é uma OSCIP que teve importante participação para a consolidação do conceito de posse responsável de cães e gatos, além de ser bastante atuante na defesa dos

diretos dos animais (não apenas domésticos) e estar sempre envolvida em diversas questões e oferecer suportes vários. Provavelmente se mostrariam dispostos a contribuir com o PEJU.

Beneficiários diretos

Animais domésticos dos ocupantes do PEJU e a fauna silvestre do Parque. Os próprios ocupantes seriam beneficiados, por conta da mudança de comportamento dos animais causada pela castração.

Fontes financeiras previstas e aplicação por resultados e atividades

Cobrança dos proprietários para a esterilização, verba do PEJU.

Referências bibliográficas e outras fontes de consulta / articulação

BERNARDI, Fernanda; SOTO, F. R. M. *Experiência da implantação do registro geral animal com identificação não permanente e microchip, em cães e gatos no município de Ibiúna, SP, Brasil*. Revista Ciência em Extensão, v. 5, n. 1, p. 37-42, 2009. Disponível em: <http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/9/62>. Acesso em: 04 de novembro de 2009.

CATARUCCI, Amanda de Fátima Martin et. al. *Projeto do “Plano de Ação para Cães e Gatos Residentes e Errantes no Parque Estadual Alberto Löfgren e Entorno”*. São Paulo: SMA/IF (Grupo Interno – Febre Maculosa), 2006.

IBIÚNA. Lei n. 998, de 16 de novembro de 2004. Dispõe sobre política de controle populacional de cães e gatos e dá outras providências. Disponível em: <http://198.106.222.139/2004/lei_n_998.htm>. Acesso em: 03 de novembro de 2009.

IBIÚNA. Lei n. 1.049, de 13 de maio de 2005. Disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no município de Ibiúna. Disponível em: <http://198.106.222.139/2005/lei_n_1049.htm>. Acesso em: 03 de novembro de 2009.

PIEDADE. Lei n. 3.947, de 13 de agosto de 2008. Estabelece normas sobre o controle das populações animais e sobre a prevenção e o controle de zoonoses, no município de Piedade, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl>>. Acesso em: 05 de novembro de 2009.

SOTO, Francisco Rafael Martins et al. *Experiência da implantação do programa de castração no município de Ibiúna, SP – Brasil*. Veterinária e Zootecnia, v. 14, n. 2, dez., p. 300-305, 2007. Disponível em: <http://www.fmvz.unesp.br/revista/volumes/vol14_n2/Revista%20v14n02_2007_162_167.pdf>. Acesso em: 04 de novembro de 2009.

ANEXOS

Anexo A. Os Dez Mandamentos ARCA Brasil da posse Responsável de Cães e Gatos.



Antes de adquirir um animal, considere que seu tempo médio de vida é de 12 anos. Pergunte à família se todos estão de acordo, se há recursos necessários para mantê-lo e verifique quem cuidará dele nas férias ou em feriados prolongados.



Adote animais de abrigos públicos e privados (vacinados e castrados), em vez de comprar por impulso.



Informe-se sobre as características e necessidades da espécie escolhida – tamanho, peculiaridades, espaço físico.



Mantenha o seu animal sempre dentro de casa, jamais solto na rua. Para os cães, passeios são fundamentais, mas apenas com coleira/guia e conduzido por quem possa contê-lo.



Cuide da saúde física do animal. Forneça abrigo, alimento, vacinas e leve-o regularmente ao veterinário. Dê banho, escove e exercite-o regularmente.



Zele pela saúde psicológica do animal. Dê atenção, carinho e ambiente adequado a ele.



Eduque o animal, se necessário, por meio de adestramento, mas respeite suas características.



Recolha e jogue os dejetos (cocô) em local apropriado.



Identifique o animal com plaqueta e registre-o no Centro de Controle de Zoonoses ou similar, informando-se sobre a legislação do local. Também é recomendável uma identificação permanente (microchip ou tatuagem).



Evite as crias indesejadas de cães e gatos. Castre os machos e fêmeas. A castração é a única medida definitiva no controle da procriação e não tem contra-indicações.

Disponível em: <<http://www.arcabrasil.org.br/acoes/posse/mandamentos.htm>>. Acesso em: 04 de novembro de 2009.

Anexo B. Ficha de Cadastro – Animais dos ocupantes do Parque Estadual do Jurupará.

PROPRIETÁRIO

1. Nome do proprietário responsável: _____

2. Endereço: _____ n° _____ compl.

3. Cidade: _____ Estado: _____
4. Telefone: res _____ com _____ cel _____

5. RG: _____ CPF _____
6. E-mail: _____
7. Profissão: _____
8. Quantas pessoas moram na casa? _____

9. Quantas vezes mudou de casa? Especifique quais lugares. _____

ANIMAL

1. Nome do animal: _____
2. Raca: []SDR []Outra: _____
3. Pelagem: []branca []preta []marrom []amarela []cinza []preta/marrom
[]branca/preta []tricolor
outra _____
4. Espécie: []Canina []Felina []Outra _____
5. Sexo: []Macho []Fêmea
6. Origem do animal: _____

7. Possui outros animais em casa? []S []N. Qual? []canino []felino []outros _____

Quantos? _____
8. O animal é vacinado? []S []N Que tipo de vacina? []Anti-rábica []Polivalente
Qual a freqüência de vacinação? _____
9. O animal é esterilizado? []S []N Desde quando? _____

10. O animal já teve crias? S N Quantas vezes? _____

Quantos filhotes? _____

Qual o destino dos filhotes? _____

11. Qual a área destinada ao animal? casa toda parte da casa cozinha
 lavanderia quintal quintal e dentro de casa banheiro outro: _____

12. Onde ele dorme? casa toda parte da casa cozinha lavanderia
 quintal quintal e dentro de casa banheiro outro: _____

13. A casa possui portão? S N. O animal tem contato/acesso ao portão? S N

14. Já possuiu ou possui animais idosos? S N cão gato. Quantos? _____

15. Já soltou, ou conhece alguém que tenha soltado animais no PEJU ou entregado ao CCZ?

S N

16. Qual o grau de controle do animal? domiciliado semidomiciliado

comunitário errante

Plano de Ação para Cães e Gatos do Parque Estadual do Jurupará e Entorno

Núcleo Planos de Manejo – Fundação Florestal

Anexo C. Informações sobre castração.



- O que é a Castração?
- Como funciona?
- Vantagens da Castração
- Mitos sobre a Castração
- Locais para Castração

O que é a Castração?



A castração consiste em uma cirurgia feita em cães e gatos, fêmeas e machos, para impedir que se reproduzam sem controle. Para cada bebê que nasce, 15 cães e 45 gatos também podem nascer. Em seis anos, uma cadela e seus descendentes podem gerar 64 mil filhotes!! No caso das gatas esse número é ainda maior. Isso explica o grave problema da superpopulação desses animais, com a morte de milhares deles. Isso pode ser evitado por meio da informação.

Como funciona?



Consiste na retirada do útero, trompas e ovários, no caso das fêmeas. Nos machos, na retirada dos testículos. A cirurgia, feita com anestesia geral, é simples mas deve ser executada **apenas por veterinários devidamente habilitados**. Em torno de uma semana o animal estará totalmente recuperado. A castração pode ser feita a partir dos 2 meses de idade. Para as fêmeas é recomendado castrar antes do primeiro cio.

Vantagens da Castração:

- 1) Diminui drasticamente o risco de doenças nas vias uterinas, do câncer de mama, útero, próstata e testículos;
- 2) Elimina a Gravidez Psicológica, comum em algumas fêmeas após o término do cio, o que ocasiona aumento das mamas (muitas vezes com edema), a produção de leite e irritabilidade excessiva;
- 3) Elimina o risco do câncer dos órgão genitais;
- 4) Diminui o risco das fugas e brigas, que podem acarretar acidentes graves e até fatais;
- 5) Acaba com os latidos, uivos e miados excessivos que ocorrem por ocasião do cio;
- 6) Elimina os estados de excitação por falta de cruzamento (e o embarço com as visitas!);

7) Elimina a inconveniente perda de sangue das cadelas no período de cio, assim como as desagradáveis reuniões de machos na porta de sua residência;

8) Diminuiu o hábito dos gatos de urinar em paredes e móveis para marcar território. A urina também perde o odor forte e desagradável.

Mitos sobre a Castração:

- "Castração engorda?"

O animal não engorda devido à castração e sim pela diminuição de suas atividades físicas, necessitando, portanto, mais exercícios. A quantidade de alimento também poderá ser diminuída.

- "Eu não posso pagar!"

O custo da operação será amplamente compensado por futuros gastos com alimentação, vacinas, etc. do animal gestante e das crias. Ou de eventuais complicações no parto ou ainda despesas com cirurgias e medicamentos decorrentes de doenças em animais não castrados (ex. Piometra). Hoje, várias clínicas realizam castrações a preços reduzidos ou facilitam o pagamento.

- "Eu sempre arrumo pra quem dar os filhotes"

Nem sempre isso é verdadeiro, sendo mais comum a atitude de querer se livrar de um problema. É sempre bom lembrar que uma fêmea pode gerar dezenas de filhotes que, por sua vez, crescerão e terão outras crias, multiplicando o problema. **Para que deixar novos filhotes nascerem se não há lares suficientes para os que já existem?**

- "Ele não tomará mais conta da casa."

Os animais castrados não perdem o instinto de proteger seu território. Por outro lado, perde o indesejável costume de urinar em diversos cantos. Cabe ainda lembrar que animais castrados ficarão mais caseiros, deixando de se envolver em brigas na disputa de fêmeas.

- "Mas ela precisa ter pelo menos uma cria..."

Ter uma cria não acrescenta saúde ao animal e sim mais animais ao problema. Pesquisas mostram que, quanto mais cedo for realizada a castração, menores as chances da fêmea desenvolver câncer de mama. A castração também prevenirá o surgimento de Piometra, doença freqüente em fêmeas adultas.

- "Meu animal vai sofrer?"

A cirurgia, feita sob anestesia geral, é indolor. Dentro de um ou dois dias, o animal estará brincando e retomará suas atividades normais.

- "Eu estarei interferindo na natureza do meu animal?"

Seu animal não tem escolha, segue apenas o instinto. É dever do proprietário intervir e prevenir nascimentos indesejados. O animal será beneficiado e não subtraído de algo.

Disponível em: <<http://www.arcabrasil.org.br/acoes/castracao.htm>>. Acesso em: 04 de novembro de 2009.

Anexo 42. Projeto de Educação Ambiental - PEAPEJU.

Projeto de Educação Ambiental do Parque Estadual do Jurupará - PEAPEJU

Atividades de educação ambiental realizadas pela equipe de monitoria

Com base na Proposta Metodológica de Educação Ambiental para o PEJU, foram elaboradas e aplicadas pelos monitores nove atividades nos quatro Centros Integrados de Ensino Básico (CIMEB-Rural)³, que se encontravam no interior do PEJU: Escola da Vila Residencial Cachoeira da Fumaça e Escola do Rio Bonito (porção sul da UC) e Escolas do Itaguapeva e Campestre (porção norte da UC). As atividades realizadas foram divididas em quatro eixos temáticos: água, solo, vegetação e fauna.

Conforme pode ser observado na Tabela I, as atividades não foram aplicadas em todas as escolas, pois algumas se encontravam em desvantagem devido a escassez de recursos (transporte escolar) e de infra-estrutura (inexistência de rede de energia elétrica). No relatório das atividades realizadas nas escolas, elaborado pelos monitores, foi apontada a participação dos alunos e das professoras como ponto central na avaliação, que neste caso foi considerada positiva, por ambas as partes. Ainda, cabe destacar que a participação dos alunos durante as atividades aplicadas foi intensa, de acordo com as informações prestadas pelo funcionário da UC que acompanhou as atividades, em parte.

Tabela I. Relação entre atividades e escolas.

Atividades	Escolas			
	Rio Bonito	Juquiá	Itaguapeva	Campestre
I - Visita à mina d'água	X	X	X	X
II - Ciclo da Água I	X	X	X	-
III - Ciclo da água II	X	X	X	X
IV - Processos Erosivos	X	X	X	X
V - Etapas da Erosão ⁴	-	-	-	-
VI – Vegetação	X	X		X
VII - O solo e a vegetação	-	X	X	X
VII - O homem e os animais	X	X		-
IX - Jogo de adivinhação e mosaico do PEJU	X	X	X	X

Fonte: Relatórios do PEAPEJU.

Os monitores permaneceram no Parque por dois anos para receberem a formação adequada; construírem o projeto de EA, bem como efetuarem sua aplicação junto a alunos e professoras das quatro escolas; comunidade tradicional e funcionários. A partir da análise dos relatórios disponibilizados pela gestão da UC, constatou-se o desenvolvimento de atividades apenas com os alunos. Cabe considerar o que no período de dois anos foram realizadas apenas 3 a 4 atividades

³ No ano de 2006, através da Lei Municipal nº 1124, as escolas municipais de Ibiúna passaram a ser denominadas Centro Integrado Municipal de Educação Básica.

⁴ Não há registros das escolas participantes dessa atividade.

por escola⁵ e a participação das professoras foi apenas em termos de acompanhante; os demais públicos eleitos na proposta não foram envolvidos em momento algum. São desconhecidas as razões do baixo desempenho em campo com o público escolar. Por se tratar de uma proposta educativa é condição que seja desenvolvida de maneira sistemática e continuada, desse modo é possível afirmar que o projeto não atingiu os objetivos pretendidos.

O contrato estabelecido entre a FF e o Centro de Integração Empresa Escola com quase dois anos de vigência foi interrompido, sendo os monitores desvinculados da UC e as atividades paralisadas.

Equipe de Monitoria

Para o desenvolvimento do PEAPEJU foram contratados pelo Centro de Integração Empresa Escola CIEE - em fevereiro de 2004 - quatro estagiários⁶, sendo um de nível médio e os demais de ensino superior (ciências biológicas) que passam a ser denominados monitores.

Os monitores receberam formação da consultoria contratada, para participarem da elaboração e desenvolvimento do projeto de educação ambiental; realização de atividades de revisão bibliográfica; reuniões técnicas com as consultoras e técnicos da UC; oficina participativa; aplicação de entrevistas com as professoras das escolas localizadas no interior da UC e devolutivas para as mesmas; elaboração do Caderno de Educação Ambiental e ministrar uma palestra⁷ sobre o Projeto de EA no curso de capacitação e reciclagem dos funcionários de campo e pela elaboração e aplicação das atividades desenvolvidas nos Centros Integrados de Ensino Básico (CIMEB - Rural).

Material Didático "Caderno de Educação Ambiental"

O "Caderno de Educação Ambiental" foi elaborado pelos monitores do PEAPEJU como estratégia de orientar o referido projeto. De acordo com os relatórios analisados, o referido Caderno teve a intenção de nivelar entre todos os alunos as informações acerca das questões ambientais eleitas, por isso apresenta uma forma mais elaborada e conceitual e aborda as seguintes temáticas: recursos naturais, o solo, o ar, a água, os seres vivos, os vegetais, os animais, a ação do homem na natureza, conservação dos recursos naturais, unidades de conservação e uma breve caracterização do PEJU.

A partir da análise do relato elaborado pelos monitores relacionado às atividades aplicadas junto aos alunos, depreendeu-se que a forma com que os conteúdos foram abordados no Caderno, implicou na exclusão da maioria das crianças envolvidas no Projeto, visto que se encontravam em níveis diferentes de aprendizagem - especialmente por se tratar de escolas com salas multisseriadas⁸ e unidocentes, nas quais os alunos apresentam diversas dificuldades, principalmente, no que se refere à leitura e compreensão dos textos e conceitos. O recurso acabou se tornando uma apostila didático-pedagógica complementar, ficando a cargo das professoras a sua utilização.

⁵ As escolas são multisseriadas e unidocentes com apenas uma sala de aula para as quatro séries iniciais do Ensino Fundamental. São poucos alunos: a sala com maior número de alunos não ultrapassa 25.

⁶ Um estagiário contratado foi desviado para a realização de atividades administrativas junto à gestão da UC.

⁷ De acordo de informações dos funcionários esta palestra não aconteceu.

⁸ Em geral, as escolas rurais se configuram como classes multisseriadas e unidocentes que recebem alunos que percorrem longas distâncias do local de moradia ou do trabalho para a escola, que apresentam baixo poder aquisitivo e dificuldades no acesso a informações gerais. Em muitas situações, o currículo e o calendário dessas escolas desconsideram a realidade do campo e desvalorizam a cultura rural, promovendo alterações nos valores sócio-culturais da população do campo em detrimento aos valores urbanos.

Contudo, de acordo com as entrevistas realizadas, com duas das quatro professoras envolvidas na atividade, o material não foi utilizado posteriormente pelos alunos.

Ao analisar o Caderno de Educação Ambiental e os relatórios de atividades, pôde-se fazer alguns destaques, tanto quanto ao conteúdo como a sua forma. De acordo com os registros disponibilizados, houve cinco momentos no decorrer do Projeto destinados à revisão do Caderno. Esses registros não fazem menção de que estas revisões tenham sido feitas pensando no cunho pedagógico do material e ao analisar outras duas versões anteriores, notou-se apenas mudanças ortográficas, substituição de palavras e alteração da parte gráfica (ilustrações).

A construção do Caderno pareceu ter obedecido à lógica comum dos livros didáticos utilizados nas escolas. Com a finalidade de se desenvolver um material mais elaborado, perdeu-se a oportunidade de se criar um que contemplasse o contexto local, considerando a realidade dos alunos, ou seja, foram desconsiderados os aspectos sócio-culturais dos alunos/alunas e os aspectos naturais e jurídico/fundiários do Parque.

Constatou-se que o referido Caderno é inapropriado para os alunos, pois apresenta textos extensos, conceitos e linguagem desconhecida pelos alunos. Destaca-se o fato deste ter sido criado para ser utilizado por alunos de salas multisseriadas, nas quais é comum ter alunos que ainda não dominam a leitura e a escrita.

No que se refere à linguagem utilizada, nota-se que é descontextualizada da realidade local. Não se julga aqui desacreditar na capacidade de compreensão e aprendizado dos alunos. Trata-se de assegurar-lhes o direito de adaptação dos conteúdos à realidade local em que vivem, direito assegurado legalmente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigo 1º.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A mesma descontextualização é observada nas ilustrações. Algumas passam uma leitura simplista e desvirtuada do cotidiano da vida do homem do campo (Exemplo: homem com uma serra elétrica desmatando e com um facão com cara de mau - caçando uma capivara). O conceito transmitido é que todas as pessoas que estão no interior do Parque causam impactos negativos ao meio natural; outras ilustrações fazem parte da realidade de crianças que vivem em ambientes urbanos, não tendo assim significado para o público para o qual o material foi desenvolvido (Exemplo: figura de um mago; de um frango assado de padaria).

Dessa maneira, avaliou-se que o material é pouco exploratório, tendo em vista que não se apropria dos conhecimentos de que os alunos já portam; e, finalizando, as atividades propostas são muito repetitivas.

Como já mencionado, acredita-se que um caderno de atividades elaborado para contribuir com a proposta de educação ambiental nas escolas rurais deve estar sintonizado com a realidade local e seguir as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o material poderia ter sido elaborado de forma a contemplar os princípios de transversalidade proposto no documento, e que está contido no referencial teórico-metodológica do PEAPEJU, elaborado pelas consultoras, mas que não foi absorvido pelos monitores na elaboração do “Caderno de Educação Ambiental”.

Anexo 43. Relação das escolas localizadas no entorno do PEJU - Sub-programa de Educação Ambiental.

Escolas do entorno imediato (5 km) em relação às bases do PEJU			
Município	Tipo	Escola	Distância
Ibiúna	Municipal - Rural	CIMEBR Bairro Cláudios Bairro Cláudios, s/n – Cláudios CEP: 18150-000 – Tel: (015) 3248-9900	5 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEB João José da Silva Bairro Murundu, s/n - Murundu	5-7 km de Itaguapeva

Escolas com o raio de aproximadamente 20 km em relação às bases do PEJU			
Município	Tipo	Escola	Distância
Juquitiba	Municipal - Rural	Escola Municipal Paulino Bueno Endereço: Estrada das Pereiras, 09 - Palestina CEP: 06950-000 – Tel: (011) 4684-1415	15 km de Itaguapeva
Juquitiba	Estadual - Rural	Escola Estadual Bairro Vitalino Estrada Cachoeira do França, 100 – Vitalino CEP: 06950-000 - Tel: (011) 4684-1138	15 km
Piedade	Municipal - Rural	EMEIEF Gregório Rodrigues Machado Bairro do Piraporinha, s/n CEP: 18170-000 - Tel: (015) 33441192	15 km da pousada
Piedade	Municipal - Rural	EMEIEF Miriam Corsini Ruzzi Rua do Comércio, s/n – Vila Elvino CEP: 18170-000 - Telefone: (015) 3344-6103	10 km da pousada
Piedade	Municipal Rural	EMEIEF Professora Myriam Silva Bastos Rodovia José de Carvalho, Km 106, s/n – Caetezal CEP: 18170-000 - Tel: (015) 3299-6007	20 km
Piedade	Estadual - Rural	Escola: Professora Dimpina Rocha Lopes Rod. Pe. Guilherme Hoowel, Km 134 Miguel Russo - CEP: 18170-000 Tel: (015) 3299-1385	20 km
Piedade	Estadual Rural	Escola: Maria Teresa do Espírito Santo Estrada dos Lavradores, s/n - Godinhos CEP: 18170-000 – Tel: (015) 3244-4983	15 km de Itaguapeva
Piedade	Estadual Rural	Escola: Miguel Pires Godinho Rua Lourenço José Pereira, s/n - Ortizes CEP: 18170-000 - Tel: (015) 3244-5390	18 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Bairro Boavas Estrada do Boavas km 5, s/n, Boavas CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3248-9900	15 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Bairro Cristiano Pedroso Estrada dos Ribeiros, s/n – Cristiano Pedroso CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3241-1555	20 km de Itaguapeva

...continuação da Tabela.

Escolas com o raio de aproximadamente 20 km em relação às bases do PEJU			
Município	Tipo	Escola	Distância
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Bairro Morro Grande Estrada Mun. Benedito Domingues Vieira, s/n – Morro Grande CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3248-9900	20 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Bairro Paulos Estrada Mun. Do Verava Km 20, s/n - Paulos CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3248-9900	15 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Bairro Saltinho Rodovia Júlio Dal Fabro Km 18, s/n - Saltinho CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3349-8003	20 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Bairro Tiburcio Estrada Mun. Do Verava Km 13, s/n - Tiburcio CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3248-9900	15 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Estância Bela Vista Estrada do Sabão, s/n - Verava CEP: 18150-000	10 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR João José da Silva Bairro Murundu, s/n - Murundu CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3248-9900	20 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Maria Benedita Rodrigues Rodovia Júlio Dall Fabro, Km 15,5 – Vargem do Salto CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3394-7002	15 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Professora Maria Durce Salvadeo Romaniuc Rodovia Júlio Dal Fabro, Km 20, s/n - CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3294-0221	15 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	Núcleo Municipal de Ensino Básico Rural Waldomiro Antônio Soares Estrada do Verava IBN, s/n – Verava CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3248-9900	15 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	Núcleo Municipal de Ensino Básico Rural Ver Lourival Correia de Araújo Rua José Carlos Marcicano, s/n – Ressaca	20 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Antônio Coelho Ramalho Estrada Municipal da Figueira, s/n – Figueira	15 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Aparício Luiz Setti Recreio Residencial, s/n – Recreio Residencial	20 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Bairro Coelhos Bairro Coelhos, s/n – Coelhos	15 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Benedito Luiz Braga Adão A Gonçalves, s/n	20 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Professor Calil Rahal Neto Projeta, 620 – Capim Azedo	10 km de Itaguapeva

...continuação da Tabela.

Escolas com o raio de aproximadamente 20 km em relação às bases do PEJU			
Município	Tipo	Escola	Distância
Ibiúna	Municipal Comum	Creche Municipal Celzira Bolgioni Folena Projetada, s/n – Capim Azedo	12 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	NEB Clélia Carmelo da Silva Rua São Benedito, s/n – Matadouro	15 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	Creche Municipal Gabriela Cípulo Rua José Carlos Marcicano, s/n – Ressaca	20 km de Itaguapeva
Ibiúna	Estadual Rural	Escola: Bairro Vargem Rodovia Júlio Del Fabro, Km 15, s/n - Vargem CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3349-8117	15 km de Itaguapeva
Ibiúna	Estadual Rural	Escola: Lino Vieira Ruivo Rodovia presidente Tancredo A Neves, Km 13 - Piai CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3294-7163	10 km de Itaguapeva

Escolas que estão no raio acima de 20 km em relação às bases do PEJU			
Município	Tipo	Escola	Distância
Juquitiba	Municipal Rural	Escola Municipal Altamiro Pinto de Moraes Estrada SP 57, 7000 - Juquiázinho - CEP: 06950-000 Tel: (011) 4683-2406	45 km
Juquitiba	Municipal Rural	Escola Municipal Bairro da Jacuba R. João Franco de Camargo, s/n – Jacuba CEP: 06950000 - Tel: (011) 4683-2406	25 km
Piedade	Municipal Rural	EMEIEF Miguel Mincovschi Bairro Miguel Russo, s/n – Bairro do Miguel Russo CEP: 18170-000 - Tel: (015) 3344-5002	25 km da pousada
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Bairro Olindo Estrada do Verava Km 11, s/n - Olindo CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3248-9900	30 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Bairro Paiol Grande Bairro Paiol Grande, s/n CEP: 18150000 - Tel: (015) 3248-9900	25 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Bairro Rio Bonito Bairro Rio Bonito, s/n – Rio Bonito CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3248-9900	30 km do França/Sama
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Bairro Rodrigues Bairro Rodrigues, s/n - Rodrigues CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3248-9900	30 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Benedito de Almeida Prado Bairro Grilos, s/n CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3248-9900	25 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Cristina Domingues de Souza Estrada Mun. Verava Km 10, s/n - Domingues CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3248-9900	20-25 km de Itaguapeva

...continuação da Tabela.

Escolas que estão no raio acima de 20 km em relação às bases do PEJU			
Município	Tipo	Escola	Distância
Ibiúna	Municipal Rural	Creche Municipal Francisco Alves da Silva Rodovia Tancredo Neves, s/n - Piai CEP: 18150-000	30 km do França/Sama
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Guilhermina Paula Domingues Av. Nossa Senhora do Carmo, s/n – Carmo Messias CEP: 18150-000	35 km do França/Sama
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Joana Maria de Goes Bairro Piai de Cima, s/n CEP:18150-000 - Tel: (015) 3248-9900	30 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Joaquim Machado de Oliveira Bairro Veravinha, s/n CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3248-9900	30 km do França/Sama
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Marcos Fernando Prestes Bairro Faxinal, s/n – Faxinal CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3248-9900	30 km do França/Sama
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Professora Maria Aurora Leite Agostinho Estrada Municipal, s/n – Vieiras CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3248-9900	25 km do França/Sama
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Plácido Dias do Carmo Rodovia Júlio Dal fabro, Km 17, s/n - Dias CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3248-9900	+30 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Raimundo Vieira Bastos Estrada Mun. Bairro Colégio, s/n - Colégio CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3349-8002	30 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	CIMEBR Rebeca Monchati Vieira Bairro Lageado, s/n - Lageado CEP: 18150-000 - Tel: (015) 3248-9900	25 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Rural	Núcleo Municipal de Ensino Básico Rural Seme Issa Prefeito Rodovia Presidente Tancredo A Neves, Km 13, s/n – Piai. CEP: 18150-000 – Tel: (015) 3294-7854	28 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Alice Vieira de Camargo Estrada Municipal, s/n – Areia Vermelha	+ 30 km
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Azor Ferreira de Campos Rodovia Bunjiro Nakao, s/n – Cocais	+ 30 km
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Bairro Borbas Bairro Borbas, s/n	+30 km
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Bairro Cachoeira Estrada Bairro Cachoeira, s/n – Cachoeira	28 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Bairro Dois Córregos Estrada Municipal Ibiúna Km 5, s/n – Dois Córregos	+30 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Bairro Km 57 Rodovia Bunjiro Nakao Km 57, s/n – Km 57	+30 km de Itaguapeva

... continuação da Tabela.

Escolas que estão no raio acima de 20 km em relação às bases do PEJU			
Município	Tipo	Escola	Distância
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Bairro Manuel Clemente Rodovia Bunjiro Nakao, km 63 – Manuel Clemente	30 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Bairro Recanto Primavera Bairro Ribeiros, s/n – Ribeiros	+30 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Bairro Sara-Sara Estrada Municipal Bairro Verava Km 5, s/n – Sara Sara	+30 km do França/Sama
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Bairro Tavares Bairro Tavares, s/n – Tavares	+30 km do França/Sama
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB BenedItaguapeva Cordeiro Medelos Estrada Municipal Km 5, s/n – Rio de Uma de Cima	+30 km do França/Sama
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Benedito Antônio Leite Estrada Vicinal, 20 – Feltaguapeval	25 km do França/Sama
Ibiúna	Municipal Comum	EMEI Professora Vitória Evany Miguel Cordeiro Joaquim Inácio Rodrigues, s/n – Jd. Sandra Maria	+30 km
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Padre Elidio Mantovani Treze de Maio, s/n – Centro	+30 km
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Helena Soares da Rosa Rodovia Bunjiro Nakao Km 65, s/n – Curral	30 km
Ibiúna	Municipal Comum	EMEI Professora Oriane Cândida de Paula Rua XV de Novembro, 340 – Centro	+30 km
Ibiúna	Municipal Comum	NIEB Professora Inês Nunes Makiyama Rua Wilson do Carmo Falci, s/n – Centro	+30 km
Ibiúna	Municipal Comum	Creche Izaura Martinho do Nascimento Rua Eupidio Domingues, 5 – Paruru	35 km da pousada
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB João Cardoso de Moraes Rua Europa, s/n – Capim Azedo	28 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB José Gabriel Machado Estrada Municipal, s/n – Sorocabucu	+30 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	Creche Municipal Juliana Coelho da Silva Hamana Rua Miguel Fabiano, s/n – Rosarial	25 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Luiz Gonzaga Soares Rodovia Pref. Quintino de Lima Km 4,5, s/n – Paiol Pequeno	25 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Mafalda Dalpra Matusso Estrada Municipal IBN-454, s/n – Votorantim	+30 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Moysés José Godinho Estrada Municipal Bairro Campo Verde, s/n – Campo Verde	30 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	EMEI Rosilede de O Lima Galduroz 30km Rua Benjamim Constant, s/n – Centro	30 km

...continuação da Tabela.

Escolas que estão no raio acima de 20 km em relação às bases do PEJU			
Município	Tipo	Escola	Distância
Ibiúna	Municipal Comum	Creche Municipal Priscila Dias de Moraes Rua Amaro Gabriel Vieira, s/n – Sorocabucu	+30 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	Creche Municipal Rosana Lima Cristiano Marciano Rua Joaquim Gabriel Soares, s/n – Vila Pitico	30 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Salvador Ferreira de Campos Rua Piratuba, s/n – Piratuba	+30 km Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Tereza Falci Rodovia Júlio Dall Fabbro Km 8, s/n – Cupim	28 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Ubirajara Pedroso Domingues Estrada Municipal IBN, 100 – Rosarial	30 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	Creche Municipal Vitor Aislan Ramalho Bispo Rodovia Bunjiro Nakao Km 63, s/n - Ibiúna	30 km de Itaguapeva
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Professora Yolanda Agostinho de Lima Rua Indiana, s/n – P. Vista Linda	30 km França/Sama
Ibiúna	Municipal Comum	CIMEB Zeni Soares Ramalho Estrada Municipal do Verava, s/n - Lageadinho	30 km França/Sama
Ibiúna	Estadual Comum	Escola Frederico Marciano Avenida João Cipulo, 51 - Ressaca	+ 30 km de Itaguapeva
Ibiúna	Estadual Comum	Escola Professora Laurinda Vieira Pinto Rua Venezuela, 60 – Jd. Nova Ibiúna	+30km Itaguapeva
Ibiúna	Estadual Comum	Escola Professora Lurdes Penna Carmelo Rodovia Bunjiro Nakao, km 87 - Paruru	30 km pousada
Ibiúna	Estadual Comum	Escola Maria Angerami Scalamandre Rua Quatro, s/n – Jd. Nova Ibiúna	+30 km de Itaguapeva
Ibiúna	Estadual Comum	Escola Nazaria Cipriano de Freltaguapevas Estrada Municipal Tancredo de Almeida Neves, km 3 - Capim Azedo	25 km de Itaguapeva
Ibiúna	Estadual Comum	Escola Dona Olímpia Falci Travessa Sergipe, s/n – Vila Camargo	28 km de Itaguapeva
Ibiúna	Estadual Comum	Escola Professor Roque Bastos Rua Gregório Almeida Lima, 246 - Centro	30 km

Anexo 44. Sugestão de acervo bibliográfico (Paradidáticos), acervo de filmes (DVDs) e composição de oficina de atividades (brinquedos e jogos educativos) - Sub-programa de Educação Ambiental.

Sugestão de acervo bibliográfico (Paradidáticos)

Livro	Autor(a)	Editora	Coleção
Perigo na Mata	Tieloy	Stampa LTDA	-
Tudo que você queria saber sobre plantas	Sueli Ângelo Furlan	Oficina de Textos	-
Água, meio ambiente e vida	Sonia Dias	Global	Crianças Criativas
Florinha e a fotossíntese	Samuel Murgel Branco	Moderna	Vira Mundo
Ecologia em Quadrinhos V.2	Luca Novelli	Brasiliense	-
Reciclagem	Jean Green	Difusão Cultural do Livro	Nosso Ambiente
Árvores. Um retrato da natureza muito viva	Silvana de Menezes	Cortez	-
Coisas que a garotada pode fazer para o mundo não acabar	Almir Correia	Novo Século	-
Seis razões para cuidar bem da água	Nilson José Machado e Silmara Rascalha Casadei	Escrituras	Escritinha
A história da Cadeia Alimentar	Jacqui Baley e Matthew Lilly	Difusão Cultural do Livro	Ciência Viva
Natureza e Poluição	Brigitte Labbé e Michel Puech	Scipione	-
A história da água	Jacqui Baley e Matthew Lilly	Difusão Cultural do Livro	Ciência Viva
Árvores	-	-	Primeiras Descobertas
Terra sob pressão. A vida na era do aquecimento global	Sérgio Túlio Caldas	Moderna	-
Caça ao tesouro. Uma viagem ecológica	Liliana Iacocca e Michele Iacocca	Ática	-
Uma floresta de histórias	Rina Singh e Helen Cann	Martin e Fontes	-
História de índio	Daniel Munduruku	Companhia das Letras	-
Catando Piolhos. Contando Histórias	Daniel Munduruku	Brique Book	-
Meu Livro do Folclore	Ricardo Azevedo	Ática	-
De boca em boca. Histórias de todos os cantos do Brasil	ACTC	Editora Salesiana	-
Mitos. O folclore do Mestre André	Marcelo Xavier	Formato	-
Amigos da Onça	Ernani Ssó	Companhia das Letrinhas	-
Cultura da Terra	Ricardo Azevedo	Moderna	-
Contos Indígenas Brasileiros	Daniel Munduruku	Global	-

...continuação da Tabela.

Livro	Autor(a)	Editora	Coleção
Histórias da Onça	Ruth Guimarães	Usina das Idéias	-
13 Lendas Brasileiras	Mario Bag	Paulinas	-
Armazém do Folclore	Ricardo Azevedo	Ática	-
Lendas e Mitos do Brasil	Theobaldo Miranda Santos	Companhia Editora Nacional	-
Curupiras, Sacis e outras criaturas fantásticas das florestas. Um guia de observação	Fábio Sombra	Rocco	-
Vaguiño contra o desmatamento	Vinícius Donole e Roberta Salomone	Globo	Oco do Toco
Nina na Mata Atlântica	Nazário, N.	-	-
Seis razões para amar a natureza	Machado, N.	Escrituras	Escritinha
Seis razões para diminuir o lixo no mundo	Machado, N.	Escrituras	Escritinha
Uma Fonte. A história da água na Terra	Strauss, R.	Melhoramentos	-
Kabá Darebú	Daniel Mandaruku	-	-
Coleção Meio Ambiente (10 volumes)	Bell e Sommer	-	-

Sugestão de acervo de filmes – DVDs

Este material pode ser utilizado tanto pelos alunos quanto serve de embasamento teórico para as professoras das escolas e estagiários envolvidos no novo Programa de Educação Ambiental:

Duração	Gênero	Título	Idioma	Ano	Registro
52'	Documentário	EcoVídeo	Português	1993	639
Sinopse:	Apresenta vídeos com temas sobre noções de ecologia. Trata de frutas típicas da região e animais regionais. Mostra os seguintes vídeos: Plantas verdes - uma fábrica de alimentos, Cadeia alimentar, Medicina popular, Artesanato utilitário, A importância de cada espécie na natureza, O que podemos fazer para ajudar a natureza? E Costumes da região.				Tamanho
Notas:	Projeto financiado em convênio com o FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente e Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal. Apoio: TABA - Transportes Aéreos. Consultoria Técnica: Kazue Matsuchima. Supervisão Geral: Jorge Bodanzky				39 Mb
38'	Documentário	I. Parque das árvores queimadas. II. Queimadas. III. Esculturas vivas de árvores mortas	Português	1996	633
Sinopse:	I. Trata da mostra "Parque das árvores queimadas" que é um trabalho do artista plástico Zenildo Barreto. A instalação, que exhibe troncos de árvores destruídos pelo fogo, tem como objetivo desencadear um processo de reflexão e consciência crítica da população sobre a devastação das florestas nativas. Narração: Luiz Adriano. Coordenador geral: Jocundo Parente Pinto. Chefe de TV: Roberto Gontijo. Diretor de radiodifusão: Weiller Diniz. Realização: Casa Baiana para Integração Cultural Latino Americana - CABLINCA				Tamanho
Notas:	II. O vídeo trás uma série de imagens combinadas à um poema e relativas às queimadas no Brasil. III. Esculturas de árvores mortas				29 MB
7'	Documentário	Habitat Humano	Português	1994	666
Sinopse:	Trata do habitat humano - os núcleos urbanos. Enfoca o crescimento das cidades e das indústrias, acarretando a poluição ambiental				Tamanho
Notas:	Cliente: Universidade Livre do Meio Ambiente. Edição: Marcos Ferreira				10 MB
13'	Documentário	Campanha do Lixo	Português	1995	672
Sinopse:	Gari / Arteriosclerose / Placar do desperdício / Reciclagem / Lixão / Socrelp / Um dia a casa cai / Lixo a céu aberto / Protesto. Lixo só no latão. Apresenta o trabalho dos garis, faxineiros e todo o pessoal de limpeza que colaboram para a saúde de todos. Desperdício em construção civil e produção elétrica, agrícola, consumo doméstico e água tratada. Um terço do que jogamos fora podem ser reaproveitados. Catadores de lixo. Lixo acumulado em encostas causam desabamentos				Tamanho
Notas:	Realização: MMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente				17 MB
14'	Documentário	O papel de todo nós	Português	199?	695
Sinopse:	Reutilização e coleta do papel. Estímulo à formação de redes solidárias entre escolas públicas e particulares proposta pelo Programa de Vídeos Ecológicos - PUC/RJ. O programa de educação ambiental constatou que o papel enviado como lixo pode ser utilizado para confecção de novos papéis. Mostra o resultado de coleta seletiva de papel e reutilização do papel realizado pelos alunos das escolas				Tamanho
Notas:	Coordenação e Roteiro Inicial: Miriam Langenbach				18 MB

...continuação da Tabela.

Duração	Gênero	Título	Idioma	Ano	Registro
14'	Documentário	Mulheres e educação ambiental em uma área de proteção ambiental	Português	199?	698
Sinopse:	Pesquisa feita com mulheres visando resgatar a identidade cultural das comunidades locais, à qual se perdeu em meio ao processo histórico de ocupação da região nordeste do estado de São Paulo. Constatou-se recentemente, que existe uma forma feminina de aproximação com a natureza, que pode se traduzir em uma relação mais ecológica e sensível dos seres humanos para com outros seres que habitam este planeta				Tamanho
Notas:	Coordenação do Projeto: Regina C. Di Ciommo. Colaboradores: Bernardo A. do Nascimento				20 MB
18'	Documentário	Apicultura	Português	1997	700
Sinopse:	Revela de forma didática ao pequeno produtor, as possibilidades de geração de renda sem agressão ecológica. Para grande parte das pessoas, a mata sempre foi vista como um ambiente que somente poderia oferecer, como recurso econômico, a extração de sua madeira. A apicultura apresenta-se como uma alternativa bastante positiva que concilia desenvolvimento econômico e conservação da Mata Atlântica				Tamanho
Notas:	Apoio: Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA				24 MB
2'	Documentário	Lixo do Luxo	Português	199?	701
Sinopse:	Apresenta informação sobre o problema do lixo. Trata do lixo produzido nas casas e do lixo jogado nos esgotos. Mostra imagens do lixão. Informa o conceito dos três erres: reduzir, reutilizar e reciclar				Tamanho
Notas:	Elenco: Antonio Maciel				2 MB
18'	Documentário	Terra viva: uma experiência de agricultura sustentável	Português	1996	702
Sinopse:	O agricultor Teófilo Mazuurkevics e sua família mostram sua experiência com adubação verde e plantio direto sem uso de herbicidas, bem como outras alternativas que desenvolvem em sua pequena propriedade, dando passos significativos na construção de uma agricultura sustentável				Tamanho
Notas:	Locução: Fernando Oliveira. Seleção musical: Isaac Starosta				
14'	Documentário	Vozes da mata: Desmatamento, produção rural e agrofloresta	Português	1991	707
Sinopse:	O vídeo mostra como conciliar a agricultura, a preservação da Mata Atlântica e a sobrevivência do homem no campo. Trata também de uma técnica chamada agrossilvicultura, que pode ser descrita como é um sistema viável de uso da terra, o qual além de aumentar o rendimento da área, combina a produção de culturas (incluindo culturas arbóreas) e espécies florestais/animais simultaneamente ou em seqüência na mesma unidade de área, e ainda emprega práticas de manejo compatíveis com as práticas culturais da população local				Tamanho
Notas:	Coordenador geral: Agostinho Guerreiro. Técnico responsável: André Luis Z. Monte. Técnico em comunicação: Alexandre F. Rosas. Roteiro: Rosane Lima. Fotografia: Fred Rangel. Edição: Emerson Guimarães. Ilustrações: Marcelo Pereira. Animação: Flávio P. Ceccon. Assistente de câmera: Luiz Carlos Lima. Assistente de produção: Aluizio Firmo Brother. Foto: Nando Neves. Narração: Cévio Cordeiro. Apoio técnico: José Carlos Bissati				20 MB
28'	Documentário	O lixo de todos nós (Vídeo 1). Terra Planeta Água (Vídeo 2). Agricultura ecológica: uma alternativa sustentável (Vídeo 3)	Português	199?	708
Sinopse:	Vídeo 1: Trata de importância de um tratamento adequado dos lixões: Reciclagem de papel				Tamanho
Notas:	Gravação e edição: VIDEOSOM. Apoio: Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA				

Sugestão para composição de oficina de atividades - Brinquedos e Jogos Educativos

Detalhes do produto “O Kit de Brinquedos Educativos - Ecoteca ensina as crianças a valorizar nosso Meio Ambiente”. São 23 jogos e atividades voltados ao tema Meio Ambiente divididos em 2 baús:

Baú 1 (baú em MDF medindo 45 x 46,5 x 27,5 cm), contendo 22 jogos sendo:

- 06 Seqüências Lógicas:
 - natureza;
 - desperdício;
 - caça e pesca;
 - desmatamento;
 - separando o lixo;
 - poluição-aquecimento global.
- 07 Jogos de Fantoches:
 - frutas;
 - legumes;
 - natureza;
 - família negra;
 - família branca;
 - animais selvagens;
 - animais domésticos.
- 05 Jogos de Carimbos:
 - produção de texto
 - reciclagem
 - estações do ano
 - formando frases
 - ecoteca
- 1 Kit Quebra-Cabeças "Elementos da Natureza", contendo 8 jogos
- 1 Quebra-Cabeça "Animais em Extinção"
- 1 Jogo de Tabuleiro "Um dia cuidando do Meio Ambiente"
- 1 Jogo de Tabuleiro "Para onde vai o nosso Lixo?"

Baú 2 (baú em MDF medindo 45 x 95 x 18 cm), contendo 1 jogo:

- Corrida da Coleta Seletiva, contendo 154 peças em madeira (MDF) e EVA.

Anexo 45. Projeto Preliminar de Proteção e Recuperação do Patrimônio Histórico-cultural do Parque Estadual do Jurupará: fortalecimento da identidade e dos saberes tradicionais caipira.

Projeto Preliminar de Proteção e Recuperação do Patrimônio Histórico-Cultural do Parque Estadual do Jurupará: fortalecimento da identidade e dos saberes tradicionais caipira.

Objetivo geral

Proteger, recuperar e revitalizar o patrimônio histórico-cultural, material e imaterial do Parque apontado pelo diagnóstico do Plano de Manejo, bem como aprimorar a política pública local de conservação, conciliando proteção do patrimônio natural e cultural, até que se defina a situação fundiária da UC.

Objetivos específicos

- Fortalecer a identidade da população tradicional;
- Difundir as tradições e o exercício das atividades reconhecidas como importantes pela população tradicional no seu modo de vida e sua reprodução social;
- Aprimorar e ampliar as técnicas e os saberes tradicionais com a inserção de outras tecnologias tradicionais ou a extensão de conhecimentos técnico-científicos;
- Aprofundar o conhecimento técnico-científico sobre as práticas tradicionais, a relação sociedade-natureza e a lógica de desenvolvimento da cultura caipira;
- Valorizar aspectos positivos da relação com a natureza da sociedade caipira;
- Melhorar a qualidade de vida da população tradicional do PEJU, segundo a sua própria lógica sócio-cultural.

Justificativa

Contexto legal e local

O Parque Estadual do Jurupará, criado em 1992, sobre as terras da antiga Reserva Estadual Florestal do 2º Perímetro de São Roque, tem como atributos importantes a biodiversidade e o patrimônio histórico-cultural (material e imaterial) próprio à população tradicional caipira ali presente há cerca de 300 anos. Entretanto, o enquadramento legal da categoria Parque se deu antes da promulgação do SNUC, razão pela qual tem-se hoje estabelecido um conflito entre proteção integral e populações tradicionais.

As restrições legais somadas ao acelerado processo de desenvolvimento do Estado trouxeram grandes impactos à cultura local, especialmente quanto à qualidade de vida da população que passa de uma vida simples, mas de grande fartura e riqueza de atividades sócio-culturais, para uma vida de pobreza. Apesar desse quadro, o diagnóstico do Plano de Manejo considerou os *modus vivendi* dessa população, ou seja, o seu saber fazer, a sua arquitetura, e a paisagem cultural tradicional um importante patrimônio histórico-cultural, material e imaterial, que em seus vários elementos se articulam com o patrimônio natural, um testemunho vivo do cenário econômico e cultural de um período da história do Estado de São Paulo. Portanto, um patrimônio cuja manutenção e proteção

dependem da perpetuação do modo de vida da população local (com suas manifestações culturais cotidianas, da manutenção dos saberes transmitidos de geração para geração) para se manter vivo.

A questão sobre as áreas naturais protegidas e as populações tradicionais tem sido amplamente debatida nos últimos 30 anos, em fóruns nacionais e internacionais sobre a conservação da natureza. Entre as décadas de 1980 e 1990 as políticas públicas nacionais e internacionais passam a reconhecer a importância dos saberes dessas populações e a estabelecer orientações aos Estados para a valorização e envolvimento das comunidades no planejamento e gestão dos ecossistemas naturais.

Como resultado desse movimento são ampliadas as categorias de manejo de áreas naturais protegidas (UICN, 1992), considerando-se as necessidades sociais e peculiaridades culturais na política internacional de conservação. No Brasil a Lei nº 9.985/ 2000 (SNUC) passa a reconhecer formalmente os conflitos e os direitos das populações tradicionais em UC de proteção integral.

Assim, entre os objetivos e diretrizes nacionais de conservação (SNUC), estão: a proteção dos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, a sua promoção social e econômica, o respeito e a valorização do seu conhecimento e sua cultura (Art. 4º, inciso XIII), as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais (Art. 5º, inciso IX).

Os moradores tradicionais do PEJU autodenominam-se nativos e pertencem à cultura caipira, bem definida nos estudos de Cândido (1977), Queiroz (1973a), Queiroz (1973b) e Brandão (1983), representando um dos últimos remanescentes dessa cultura no Estado de São Paulo.

A necessidade de sobrevivência, frente às restrições legais desde 1978, com a criação da Reserva, impôs a perda da autonomia na produção dos próprios meios de subsistência, fator determinante na construção e manutenção dos saberes tradicionais sobre o uso e o manejo dos recursos naturais, a qual foi sendo substituída pela dependência quase que total de empregos cada vez mais difíceis, seja pelo abandono ou pelo desinteresse dos sítiantes veranistas que ocupavam as terras do Parque, o que tende a aumentar consideravelmente com a regularização fundiária prevista no Plano de Manejo, o qual estabelece como medida prioritária a retirada dos ocupantes adventícios.

É dentro deste contexto que se propõe o presente projeto: com foco na conservação dos saberes tradicionais. Ao contrário da maioria das propostas que objetivam o apoio às populações tradicionais, por meio da busca de alternativas de renda, este projeto parte da reestruturação e do fortalecimento cultural, para que a população, a partir da sua própria lógica de desenvolvimento e conhecimentos particulares à cultura, passe a buscar soluções para a melhoria da qualidade de vida e recuperação dos seus bens histórico-culturais.

Esta população ainda é portadora de conhecimentos ancestrais sobre o manejo e o uso dos recursos naturais. Contudo, entende-se que, se não houver intervenção por parte do poder público, tais conhecimentos serão perdidos, ainda mais se considerado que tais saberes são transmitidos apenas oralmente. Com isso, é fundamental a retomada de atividades já não mais realizadas, com a possibilidade de repasse desses saberes para os mais novos.

Nessa perspectiva, espera-se não apenas respeitar os direitos ancestrais desses nativos, como também salvaguardar os seus saberes e o seu modo de vida.

Considerações Metodológicas

O presente projeto deverá ser realizado segundo um referencial teórico-metodológico que considere a perspectiva cultural do caipira, seus valores, sua lógica de desenvolvimento, seu conhecimento material e imaterial, tecnológico e artístico. O que envolve o constante aprofundamento técnico-científico por parte da instituição gestora do PEJU, sobre “o fazer, o como fazer e o porquê fazer caipira”.

Os mais velhos são referências importantes para as crianças e jovens, no que toca à construção de valores⁹, à transmissão de conhecimentos e técnicas acerca da cultura caipira. É através da interação cotidiana, no fazer juntos, que se reproduz o modo de vida tradicional de geração para geração.

Desse modo, é necessário que os conhecimentos tradicionais e valores sejam apreendidos pelos mais “novos” e que esses conhecimentos e valores sejam somados àqueles transmitidos pelas instituições de ensino e extensão, possibilitando o acesso e uso das informações técnico-científicas já desenvolvidas.

A execução do projeto deve ser orientada por uma postura de conciliação de saberes tradicionais e técnico-científicos, na firme proposta de mudar a atual realidade local, bem como de efetuar monitoramento conjunto (com a população) dos efeitos do projeto¹⁰.

As manifestações folclóricas exercidas pela comunidade possibilitará a compreensão dos elementos culturais materiais e imateriais, por meio dos quais pretende-se disseminar os saberes tradicionais. Entendendo-se o folclore como uma ciência popular, com característica ancestral, cultural e ideológica.

“É um sistema que a tudo unifica e dá sentido próprio original: o modo de vida camponês que estrutura formas de sentir pensar, de representar o mundo, a vida e a ordem social, de trocar entre as pessoas bens, serviços, e símbolos, de criar e fazer segundo as regras da sabedoria tradicional e os costumes que as pessoas seguem com raras dúvidas (...)” (Brandão, 1985, p. 21)

(...) são os “causos” contados durante o dia de festas, mitos, estórias, lendas, narrativas antigas, perdidas no tempo, transmitidas de geração a geração sem que ninguém se lembre de um autor ou de uma origem. Os costumes e crenças do lidar com a natureza tanto no trabalho da lavoura quanto no artesanato do algodão. As promessas feitas aos santos e os ritos com que os homens e mulheres irão cumpri-las. O saber que há em todas as formas rústicas do trabalhador, na roça, na cozinha, no tear, nos dias de mutirão entre outros. (Brandão, 1985, p. 20-21)

⁹ Para Araújo (2007), os valores estão integrados em sistemas motivacionais e emocionais, que por sua vez, fornecem a base para a construção da identidade e do auto-conceito do sujeito.

¹⁰ A pesquisa participante dentro desse contexto é um método de referência e o folclore é considerado como um dos princípios desse método.

Antecedentes

Para a realização do presente projeto são condições imprescindíveis que antecedem a sua implantação:

- A assinatura de termo de compromisso entre a Fundação Florestal e os ocupantes tradicionais do PEJU, conforme diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo;
- A infra-estrutura;
- O estabelecimento de parcerias com outras instituições públicas e organizações não governamentais de ensino, pesquisa e extensão para;
- A apropriação, pelo poder público, das regras e condutas tradicionais de transmissão cultural.

Atividades

Implantação

- Parcerias entre instituições de ensino, pesquisa, desenvolvimento e extensão e a população tradicional (mestres de ofícios);
- Manufatura e/ou aquisição dos equipamentos e utensílios tradicionais;
- Campanha de adesão ao projeto;
- Captação de recursos financeiros;
- Formação de grupo coordenador (os envolvidos sob coordenação paritária estado e comunidade).

Desenvolvimento

- Planejamento, implantação e avaliação de oficinas específicas de aprendizado: lavoura, indústria caseira de transformação (processamento e conservação de alimentos e ervas medicinais, utensílios e vestuário); sistemas construtivos tradicionais e manifestações artísticas. O conteúdo, o número de participantes, a carga horária, dentre outros aspectos serão definidos na etapa de planejamento das oficinas, incorporando as estratégias de ensino local.

As oficinas serão divididas em 3 módulos, cada módulo devendo acontecer em um semestre.

Equipamentos, Infra-estrutura e Materiais necessários

São necessários para o desenvolvimento do projeto:

- Conjunto de equipamentos e utensílios para fabrico de farinha: monjolo (madeira e mão de obra), pilão, peneiras, fogão, taxo, pá, suruca, sacos de algodão e balaios para armazenamento;
- Conjunto de equipamentos e utensílios para defumação e conservação de alimentos – (cozinha);
- Conjunto de equipamentos e ferramentas para carpintaria e marcenaria;
- Conjunto de equipamentos e ferramentas para a construção e manutenção do pau-a-pique e outras técnicas construtivas.
- Conjunto de equipamentos e utensílios para execução da lavoura;
- Conjunto de equipamentos e utensílios para a moenda da cana;

- Equipamentos e instrumentos musicais;
- Conjunto de equipamentos e utensílios para tecer;
- Biblioteca /Acervo de livros, vídeos e discos sobre a cultura caipira ; acervo de brinquedos e jogos;
- Conjunto de equipamentos e materiais para costura, bordado, confecção de renda;
- Conjunto de equipamentos para tecer; e,
- Ervas medicinais.

Resultados Esperados

- Jovens dominando o conhecimento tecnológico e artístico tradicional e os saberes sobre o uso e manejo dos recursos naturais.
- Aprimoramento e ampliação das tecnologias tradicionais (conservação do solo, produtividade dos plantios; condições de habitação e esgotamento sanitário; elaboração e confecção de tecidos; alimentação, higiene e saúde).
- Retomada dos ensinamentos tradicionais pela família caipira.
- Auto-sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida da população.
- Ampliação do conhecimento técnico-científico sobre as práticas tradicionais e aplicação no manejo e conservação do patrimônio natural e cultural.
- Formação de novos mestres tradicionais de ofício.
- Parcerias estabelecidas e envolvimento da população tradicional do PEJU na implantação e gestão do projeto.
- Instituição de um núcleo de difusão do desenvolvimento tecnológico e artístico tradicional.

Indicadores

- N° de famílias e N° de jovens aplicando os conhecimentos apreendidos (melhoria da produção agrícola; qualidade ambiental, habitação, higiene, saúde, alimentação, lazer).
- Grau de independência ao consumo de produtos comprados: n° de elementos/produtos adquiridos e n° de elementos/produtos passíveis de produção pela própria comunidade.
- N° de oficinas propostas / n° de oficinas realizadas.
- N° de jovens inscritos nas oficinas, n° de jovens existentes na comunidade e n° de jovens que concluíram as oficinas.
- Parceiros necessários e parcerias estabelecidas.

Período de Implementação

Tabela 1. Cronograma de atividades Resumido

Ações	Implantação
1º semestre	1. Plano de Realização e Ensino das oficinas de aprendizado 2. Aquisição de materiais e equipamentos para a realização das oficinas do modulo I. 3. Formalização das parcerias

...continuação da Tabela 1.

2º semestre	<ol style="list-style-type: none"> 1. Execução das oficinas do módulo I (lavoura, tecido, costura e música) 2. Aquisição dos materiais e equipamentos para as oficinas do módulo II 3. Avaliação sistemática/ monitoramento do módulo I
3º semestre	<ol style="list-style-type: none"> 1. Execução das oficinas do módulo II (processamento e conservação de alimentos e ervas medicinais). 2. Aquisição dos materiais e equipamentos para as oficinas do módulo III. 3. Avaliação/ monitoramento sistemática do módulo II
4º semestre	<ol style="list-style-type: none"> 1. Execução das oficinas do módulo III (marcenaria, carpintaria e técnicas construtivas). 2. Avaliação/ monitoramento sistemática do módulo III.

Parceiros Estratégicos e Responsabilidades

Tabela 2. Parceiros estratégicos e responsabilidade.

Parceiros	Responsabilidades	Atividade
Universidades (USP: Esalq, - EACH; UNESP; UFScar; PUC Sorocaba; UNISO Sorocaba)	Apoio técnico nas áreas específicas de conhecimento e atividades de extensão	Planejamento, implantação e avaliação das oficinas específicas de aprendizado
Instituições de pesquisa e desenvolvimento (IF, CATI, Embrapa, prefeituras e Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo)	Apoio técnico nas áreas específicas de conhecimento e atividades de extensão.	Planejamento, implantação e avaliação das oficinas específicas de aprendizado
População	Repasse de conhecimento e mobilização	Planejamento, implantação e avaliação das oficinas específicas de aprendizado

Beneficiários Diretos

A população, os parceiros e a gestão do PEJU.

Fontes Financeiras Previstas e Aplicação por Resultados e Atividades

Fonte única de financiamento prevista: Câmara de Compensação Ambiental/ SMA.

Valor Estimado do Projeto

R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Elaboração do Projeto:

Cristina de Marco Santiago

Instituto Florestal

Sueli Herculiani

Instituto Florestal

Anexo 46. Dados e estimativas das áreas a serem demolidas.

Legenda:

AI: área informada do imóvel (terreno)

AC: área construída

Desc: descrição uso, tipologia, etc

Estado: estado de conservação das construções

Vestígios: somente vestígios de demolição / ocupação

Ruína: sem telhado e paredes parcialmente destruídas

Péssimo: com telhado parcial ou completo, mas construção totalmente deteriorada

Ruim: habitável, mas em estado de conservação ruim

Regular: em estado de conservação regular

Sis: sistema construtivo

Alv: alvenaria de tijolos

Blo: alvenaria de blocos de concreto

Mad: madeira

Pau: pau a pique

Alt.: altura dos pavimentos

Comp.: comprimento (linear) de parede

Parede: volume da parede

Cob: área de cobertura

Piso: volume de pisos e lajes de concreto

Con: volume de concreto (sem pisos e lajes)

Resíduos: volume real a ser demolido

Volume: volume aparente (solto) dos resíduos de demolição

(a): conforme registro LIFs

(b): conforme registro e análise das fotos dos LIFs

(c): estimativa baseada nos registros e fotos dos LIFs

Observações:

1. Dados das glebas fornecidos pelo cliente

2. Dados gerais conforme planilha entregue em 03.09.2009: "Parque Estadual do Jurupará – Relação das Glebas Abandonadas ou Reintegradas à FESI com Ruínas e Vestígios de Demolição"

3. Dados específicos (metragem e estado de conservação) conforme consulta aos "Laudos de Identificação Fundiária (LIFs) – Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP"

4. Não será considerado nenhum tipo de reaproveitamento do material removido

5. Quantitativos estimados após análise de fotos e visita ao local

Gleba	Nome	Local	Lote	AI (a)	AC (a)	Desc (b)	Estado (b)	Sis (b)	Alt. (c)	Comp. (c)	Parede (c)	Cob (c)	Piso (c)	Con (c)	Resíduos	Volume
				ha	m ²				m	m	m ³	m ²	(m ³)	(m ³)	(m ³)	(m ³)
22	JOSÉ ANTONIO DE OLIVEIRA	R. Bonito		8,61	182,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Sul		114,00	Casa	Regular	Alv	3,00	77,00	27,72	150,00	11,40	0,00	46,62	69,93
			Sul		44,00	Barracão	Regular	Mad	2,50	27,60	8,28	62,00	4,40	0,00	15,78	23,67
			Sul		24,00	Curral	Regular	Mad	2,50	20,00	6,00	24,00	0,00	0,00	7,20	10,80
35	MANOEL CAETANO	R. Bonito	Sul	-	56,00	Casa	Ruína	Blo	3,00	36,70	13,21	0,00	0,00	0,10	13,31	19,97

Gleba	Nome	Local	Lote	AI (a)	AC (a)	Desc (b)	Estado (b)	Sis (b)	Alt. (c)	Comp. (c)	Parede (c)	Cob (c)	Piso (c)	Con (c)	Resíduos	Volume
				ha	m²				m	m	m³	m²	(m³)	(m³)	(m³)	(m³)
43	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Santa Rosa	Sul	-	21,00	Casa	Ruína	Alv	3,00	18,40	6,62	0,00	2,10	0,10	8,82	13,24
53	ANTONIO EMANUEL SIMÕES	R. dos Bagres	Sul	-	-	-	Vestígios	Alv	-	-	-	-	-	-	-	-
69	AGEU	R. Bonito	Sul	-	77,00	Casa	Ruim	Blo	3,00	43,10	15,52	99,70	7,70	0,00	28,20	42,30
76	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	R. Bonito	Sul	-	60,00	Casa	Péssimo	Alv	3,00	50,00	18,00	80,60	6,00	0,00	28,03	42,05
86	AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA DO BRASIL	Juquiá		36,30	78,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Sul		36,00	Casa	Péssimo	Alv	4,00	60,00	28,80	68,00	3,60	0,00	35,80	53,70
			Sul		42,00	Casa	Péssimo	Pau	3,00	37,00	13,32	59,30	4,20	0,00	20,49	30,73
90	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA	Laurindos		-	202,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Sul	-	136,00	Escola	Regular	Alv	3,50	79,00	33,18	167,40	13,60	0,30	55,45	83,18
			Sul	-	48,00	Refeitório	Regular	Alv	3,00	40,00	14,40	66,20	4,80	0,20	22,71	34,07
			Sul	-	18,00	Cozinha	Regular	Alv	3,00	20,80	7,49	29,80	1,80	0,00	10,78	16,17
96	ALAIR BRAGA LUIZ	Juquiá	Sul	7,26	-	-	Vestígios	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00
131	FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO	Tucanos		-	8.350,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Sul		1.360,00	Casa	Ruína	Alv	3,50	600,00	252,00	0,00	136,00	25,00	413,00	619,50
			Sul		18,00	Depósito	Ruína	Alv	3,50	21,00	8,82	0,00	1,80	1,70	12,32	18,48
			Sul		1.120,00	Casa	Ruína	Alv	5,00	300,00	180,00	0,00	112,00	12,80	304,80	457,20
			Sul		195,00	Piscina	Péssimo	Alv	0,50	65,60	3,94	0,00	60,00	0,00	63,94	95,90
			Sul		72,00	Garagem	Ruína	Alv	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,60	2,60	3,90
			Sul		450,00	Quadra	Ruína	Alv	-	0,00	0,00	0,00	45,00	0,00	45,00	67,50
			Sul		1.800,00	Curral	Ruína	Alv	5,00	215,00	129,00	0,00	180,00	8,00	317,00	475,50
			Sul		84,00	Casa	Péssimo	Alv	3,00	64,00	23,04	108,24	8,40	0,00	36,85	55,28

Gleba	Nome	Local	Lote	AI (a)	AC (a)	Desc (b)	Estado (b)	Sis (b)	Alt. (c)	Comp. (c)	Parede (c)	Cob (c)	Piso (c)	Con (c)	Resíduos	Volume
				ha	m²				m	m	m³	m²	(m³)	(m³)	(m³)	(m³)
131	FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO	Tucanos	Sul		84,00	Casa	Péssimo	Alv	3,00	64,00	23,04	108,24	8,40	0,00	36,85	55,28
			Sul		35,00	Cozinha	Ruína	Alv	2,50	25,50	7,65	0,00	0,00	0,00	7,65	11,48
			Sul		32,00	Galinheiro	Ruína	Alv	2,50	24,00	7,20	0,00	0,00	0,00	7,20	10,80
			Sul		240,00	Casa	Ruína	Alv	3,50	146,00	61,32	0,00	24,00	0,00	85,32	127,98
			Sul		12,00	Depósito	Péssimo	Alv	2,50	14,00	4,20	20,00	1,20	0,00	6,40	9,60
			Sul		340,00	Casa	Ruína	Alv	4,00	300,00	144,00	0,00	34,00	11,20	189,20	283,80
			Sul		18,00	Depósito	Péssimo	Alv	3,00	21,00	7,56	0,00	4,00	0,00	11,56	17,34
			Sul		420,00	Casa	Ruína	Alv	4,00	300,00	144,00	0,00	42,00	8,00	194,00	291,00
			Sul		30,00	Cx d'água	Ruína	Alv	2,00	22,00	5,28	0,00	6,00	1,00	12,28	18,42
			Sul		150,00	Barracão	Ruína	Alv	4,00	55,00	26,40	0,00	15,00	3,20	44,60	66,90
			Sul		55,00	Barracão	Ruína	Alv	3,00	31,00	11,16	0,00	5,50	0,00	16,66	24,99
			Sul		200,00	Oficina	Ruína	Alv	4,00	60,00	28,80	0,00	40,00	3,80	72,60	108,90
			Sul		225,00	Oficina	Ruína	Alv	5,00	60,00	36,00	0,00	40,00	20,00	96,00	144,00
			Sul		40,00	Rampa	Péssimo	Alv	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	0,00	4,00	6,00
			Sul		150,00	Casa	Ruína	Alv	4,00	95,00	45,60	0,00	15,00	4,80	65,40	98,10
			Sul		362,00	Casa	Ruína	Alv	4,00	176,50	84,72	0,00	36,20	6,80	127,72	191,58
			Sul		130,00	Casa	Ruína	Alv	4,00	92,50	44,40	0,00	13,00	4,80	62,20	93,30
			Sul		80,00	Casa	Ruína	Alv	3,50	62,00	26,04	0,00	8,00	3,40	37,44	56,16
			Sul		10,00	Depósito	Ruína	Blo	2,50	13,00	3,90	0,00	1,00	0,00	4,90	7,35
			Sul		24,00	Depósito	Ruína	Alv	3,00	30,00	10,80	37,40	2,40	0,00	15,07	22,61
			Sul		78,00	Casa	Ruína	Blo	2,00	20,00	4,80	0,00	7,80	5,80	18,40	27,60
			Sul		264,00	Casa	Ruína	Blo	3,00	119,20	42,91	0,00	26,40	0,00	69,31	103,97
			Sul		128,00	Casa	Ruína	Alv	3,00	48,00	17,28	0,00	12,80	2,80	32,88	49,32
Sul		126,00	Casa	Ruína	Alv	3,00	105,00	37,80	0,00	12,60	5,00	55,40	83,10			
Sul		16,00	Lavanderia	Ruína	Alv	3,00	20,00	7,20	0,00	1,60	2,00	10,80	16,20			

Gleba	Nome	Local	Lote	AI (a)	AC (a)	Desc (b)	Estado (b)	Sis (b)	Alt. (c)	Comp. (c)	Parede (c)	Cob (c)	Piso (c)	Con (c)	Resíduos	Volume
				ha	m²				m	m	m³	m²	(m³)	(m³)	(m³)	(m³)
134	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Santa Rosa	Sul	-	30,00	Casa	Ruína	Alv	3,00	33,00	11,88	0,00	3,00	0,00	14,88	22,32
141	ABRÃO	Onze Meio ^e		-	51,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Sul		48,00	Casa	Regular	Alv	3,00	48,00	17,28	66,20	4,80	0,00	25,39	38,09
			Sul		3,00	Casa	Regular	Alv	2,50	7,00	2,10	3,50	0,30	0,00	2,58	3,86
144	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Pocinho	Sul	7,26	40,00	Curral	Ruim	Pau	3,00	26,00	9,36	40,00	0,00	0,00	11,36	17,04
168	DJALMA INÁCIO DA SILVA	R. Bonito		-	340,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Sul		112,00	Casa	Ruim	Mad	3,00	86,00	30,96	138,90	11,20	0,00	49,11	73,66
			Sul		16,00	Casa	Ruim	Alv	2,50	16,00	4,80	27,00	1,60	0,00	7,75	11,63
			Sul		12,00	Capela	Ruim	Alv	2,50	14,00	4,20	21,80	1,20	0,00	6,49	9,74
			Sul		128,00	Casa	Ruim	Alv	3,00	94,00	33,84	156,80	12,80	0,00	54,48	81,72
			Sul		42,00	Casa	Ruim	Blo	3,00	39,00	14,04	59,00	4,20	0,00	21,19	31,79
			Sul		30,00	Casa	Péssimo	Alv	3,00	33,00	11,88	44,60	3,00	0,00	17,11	25,67
174	FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO	Santa Rosa	Sul	-	49,00	Casa	Péssimo	Alv	3,00	49,00	17,64	67,20	4,90	0,00	25,90	38,85
188	FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO	Paulos	Sul	-	96,00	-	Vestígios	Alv	0,00	0,00	5,00	0,00	0,00	5,00	10,00	15,00
192	FERNANDA	R. Bonito	Sul	-	70,00	Casa	Ruína	Blo	3,00	41,00	14,76	0,00	0,00	0,00	14,76	22,14
194	FRANCISCO JOSÉ CARMELIO RIZZO	R. Bonito		58,08	385,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Sul		60,80	Casa	Péssimo	Alv	3,00	42,00	15,12	0,00	12,20	2,20	29,52	44,28
			Sul		143,00	Depósito	Ruína	Alv	4,00	68,60	32,93	0,00	28,60	6,40	67,93	101,89
			Sul		182,00	Casa	Ruína	Alv	3,00	56,00	20,16	0,00	27,30	2,90	50,36	75,54
204	VALENTIM	R. dos Bagres	Sul	-	44,00	Casa	Ruína	Pau	2,50	40,50	12,15	54,00	0,00	0,00	14,85	22,28

Gleba	Nome	Local	Lote	AI (a)	AC (a)	Desc (b)	Estado (b)	Sis (b)	Alt. (c)	Comp. (c)	Parede (c)	Cob (c)	Piso (c)	Con (c)	Resíduos	Volume
				ha	m²				m	m	m³	m²	(m³)	(m³)	(m³)	(m³)
208	CÍCERO JOÃO DA SILVA	R. Bonito	Sul	2,42	40,00	Barraco	Péssimo	Mad	2,50	39,00	11,70	50,00	0,00	0,00	14,20	21,30
211	EDMUNDO	R. Bonito		-	72,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Sul		70,00	Casa	Ruína	Mad	3,00	65,00	23,40	91,80	0,00	0,00	27,99	41,99
			Sul		2,00	Galinheiro	Ruína	Mad	2,50	4,00	1,20	2,00	0,00	0,00	1,30	1,95
			Sul		2,00	Rancho	Ruína	Mad	2,50	4,00	1,20	2,00	0,00	0,00	1,30	1,95
212	NAKASHIMA	Tamanduá	Sul	-	34,00	Casa	Ruína	Alv	2,50	34,00	10,20	0,00	3,40	0,00	13,60	20,40
217	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	R. dos Bagres	Sul	-	74,00	Casa	Ruína	Blo	2,50	52,20	15,66	0,00	7,40	0,00	23,06	34,59
224	ROBERTO LOMONACO NOGUEIRA		Sul	190,30	-	-	Vestígios	Alv	0,00	0,00	1,00	0,00	2,50	0,00	3,50	5,25
226	FÁTIMA PECCI GIANCOLI	R. dos Bagres	Sul	93,00	-	-	Vestígios	Mad	-	-	-	-	-	-	-	2,00
235	CUSTÓDIO MAURÍCIO DA GAMA	Capela Azul	Norte	93,00	30,00	Casa	Vestígios	Mad	-	-	-	-	-	-	-	5,00
241	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA	Lúcios		0,25	72,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			?		66,00	Escola	Regular	Alv	3,50	49,80	20,92	87,40	6,60	2,50	34,39	51,58
			?		6,00	Casa	Regular	Alv	2,50	13,00	3,90	8,00	0,60	0,00	4,90	7,35
293	CÍCERO ANDRÉ DE SOUZA	Ribeirão Grande	Norte	-	84,00	Casa	Ruína	Alv	3,50	55,20	23,18	0,00	8,40	4,20	35,78	53,68
298	FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO	Nova Morada		-	106,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Norte		60,25	Casa	Ruína	Alv	3,00	54,00	19,44	80,60	6,03	0,00	29,50	44,24
			Norte		25,50	Casa	Ruína	Alv	3,00	25,00	9,00	35,00	2,55	0,00	13,30	19,95
			Norte		21,00	Casa	Ruína	Mad	3,00	20,00	7,20	30,00	2,10	0,00	10,80	16,20

Gleba	Nome	Local	Lote	AI (a)	AC (a)	Desc (b)	Estado (b)	Sis (b)	Alt. (c)	Comp. (c)	Parede (c)	Cob (c)	Piso (c)	Con (c)	Resíduos	Volume
				ha	m²				m	m	m³	m²	(m³)	(m³)	(m³)	(m³)
301	JOSÉ ANTONIO BARBOSA	Descalvado	Norte	1,50	30,00	Casa	Péssimo	Mad	3,00	33,00	11,88	44,60	0,00	0,00	14,11	21,17
302	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Descalvado	Norte	-	24,00	Casa	Péssimo	Mad	3,00	24,00	8,64	37,40	0,00	0,00	10,51	15,77
319	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Campestre		6,00	52,25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Norte		42,25	Casa	Ruína	Alv	3,00	42,00	15,12	60,50	0,00	0,00	18,15	27,22
			Norte		10,00	Casa	Ruína	Mad	2,50	16,00	4,80	14,00	0,00	0,00	5,50	8,25
327	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Campestre	Norte	7,26	16,00	Casa	Péssimo	Alv	3,00	20,00	7,20	27,04	0,00	0,00	8,55	12,83
333	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Itaguapeva	Norte	4,84	16,50	Casa	Ruína	Mad	3,00	20,00	7,20	27,70	0,00	0,00	8,59	12,88
339	LAURO ANTONIO BARBOSA DE LIMA	Itaguapeva	Norte	3,46	29,25	Casa	Ruína	Alv	2,50	22,00	6,60	0,00	0,00	0,00	6,60	9,90
351	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Campestre	Norte	-	-	-	Vestígios	-	-	-	-	-	-	-	-	4,00
361	LUIZ TORQUATO	Descalvado	Norte	6,00	-	-	Vestígios	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00
375	JOAQUIM AGUINELO DA SILVA	Campestre		3,02	71,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Norte		46,80	Casa	Péssimo	Mad	2,50	42,60	12,78	46,80	0,00	0,00	15,12	22,68
			Norte		25,00	Casa	Péssimo	Mad	2,50	25,00	7,50	25,00	0,00	0,00	8,75	13,13
376	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Campestre	Norte	-	11,44	Barraco	Péssimo	Mad	2,50	14,00	4,20	19,00	0,00	0,00	5,15	7,73
397	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Itaguapeva		-	96,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Norte		44,00	Casa	Ruína	Alv	3,00	40,50	14,58	0,00	0,00	0,00	14,58	21,87
			Norte		52,00	Casa	Ruína	Alv	3,00	47,70	17,17	0,00	0,00	0,00	17,17	25,76

Gleba	Nome	Local	Lote	AI (a)	AC (a)	Desc (b)	Estado (b)	Sis (b)	Alt. (c)	Comp. (c)	Parede (c)	Cob (c)	Piso (c)	Con (c)	Resíduos	Volume
				ha	m²				m	m	m³	m²	(m³)	(m³)	(m³)	(m³)
399	TARCI ARGENTON	Nova Morada	Norte	6,00	48,00	Casa	Ruína	Alv	3,00	42,00	15,12	0,00	0,00	0,00	15,12	22,68
400	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO		Norte	-	27,00	Casa	Ruína	Alv	2,50	32,25	9,68	0,00	0,00	0,00	9,68	14,51
403	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO		Norte	-	52,80	Casa	Ruína	Blo	3,00	43,80	15,77	0,00	0,00	0,00	15,77	23,65
408	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Itaguapeva	Norte	-	50,40	Casa	Ruína	Blo	3,00	40,40	14,54	0,00	0,00	0,00	14,54	21,82
410	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Itaguapeva	Norte	-	72,00	Casa	Ruína	Blo	3,00	54,00	19,44	0,00	0,00	0,00	19,44	29,16
413	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Itaguapeva	Norte	-	119,00	Casa	Ruína	Blo	3,00	84,50	30,42	0,00	0,00	0,00	30,42	45,63
434	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Descalvado	Norte	-	32,00	Casa	Ruína	Blo	2,50	27,80	8,34	0,00	0,00	0,00	8,34	12,51
436	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Descalvado	Norte	-	32,00	Casa	Vestígios	Mad	-	-	-	-	-	-	-	7,00
437	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Descalvado		-	176,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Norte		50,00	Casa	Ruína	Alv	3,00	30,00	10,80	0,00	5,00	0,00	15,80	23,70
			Norte		48,00	Casa	Ruína	Blo	3,00	28,00	10,08	0,00	4,80	0,00	14,88	22,32
			Norte		77,00	Casa	Ruína	Blo	3,00	35,00	12,60	0,00	7,70	0,00	20,30	30,45
		Norte		6,00	Casa	Ruína	Blo	3,00	10,00	3,60	0,00	0,60	0,00	4,20	6,30	
439	MIRTIS FERREIRA LOPES	Colinas	Norte	3,00	-	-	Vestígios	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00
446	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Colinas	Norte	-	32,00	Casa	Ruína	Alv	3,00	30,00	10,80	0,00	3,20	0,00	14,00	21,00
449	DAMASIO FONSECA ARAGÃO	Colinas	Norte	4,84	20,00	Casa	Ruína	Pau	2,50	25,00	7,50	0,00	2,00	0,00	9,50	14,25

Gleba	Nome	Local	Lote	AI (a)	AC (a)	Desc (b)	Estado (b)	Sis (b)	Alt. (c)	Comp. (c)	Parede (c)	Cob (c)	Piso (c)	Con (c)	Resíduos	Volume
				ha	m²				m	m	m³	m²	(m³)	(m³)	(m³)	(m³)
451	SATURNINO CANDIDO LOPES	Colinas	Norte	-	36,00	Casa	Péssimo	Alv	3,00	36,00	12,96	0,00	7,20	0,00	20,16	30,24
455	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Itaguapeva	Norte	-	38,00	Casa	Ruína	Alv	3,00	37,80	13,61	0,00	5,70	0,00	19,31	28,96
457	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Itaguapeva	Norte	-	-	-	Vestígios	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	2,00	3,00
462	ALÍPIO MENDONÇA SILVA	Colinas	Norte	-	25,00	Barraco	Péssimo	Mad	2,50	25,00	7,50	0,00	0,00	0,00	7,50	11,25
463	ALÍPIO MENDONÇA SILVA	Colinas	Norte	-	-	-	Vestígios	-	-	-	-	-	-	-	-	3,00
464	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Colinas	Norte	-	36,00	Casa	Ruína	Mad	2,50	36,00	10,80	51,80	0,00	0,00	13,39	20,09
484	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO		Norte	-	-	-	Vestígios	-	-	-	-	-	-	-	-	7,00
485	AGUINALDO	Vargedo	Norte	-	9,00	Casa	Ruína	Mad	3,00	12,00	4,32	0,00	0,00	0,00	4,32	6,48
486	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Vargedo	Norte	3,00	-	-	Vestígios	-	-	-	-	-	-	-	-	5,00
492	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Nova Morada	Norte	-	60,00	Casa	Péssimo	Alv	2,50	48,00	14,40	0,00	0,00	0,00	14,40	21,60
494	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Colinas	Norte	-	-	-	Vestígios	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00
500	JOÃO BENJAMIM OVIDIO	Nova Morada		6,05	36,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Norte		31,50	Casa	Péssimo	Mad	2,50	25,00	7,50	31,50	0,00	0,00	9,08	13,61
			Norte		4,50	-	Vestígios	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Gleba	Nome	Local	Lote	AI (a)	AC (a)	Desc (b)	Estado (b)	Sis (b)	Alt. (c)	Comp. (c)	Parede (c)	Cob (c)	Piso (c)	Con (c)	Resíduos	Volume
				ha	m²				m	m	m³	m²	(m³)	(m³)	(m³)	(m³)
507	GERALDO DOMINGUES MACHADO	Colinas	Norte	9,00	-	-	Vestígios	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00
508	JOSÉ RAMOS CRUZ	Campestre	Norte	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,00
511	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Descalvado		-	203,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Norte		144,00	Casa	Péssimo	Alv	3,00	96,00	34,56	174,00	14,40	0,00	57,66	86,49
			Norte		32,00	Casa	Ruína	Alv	2,50	28,00	8,40	0,00	3,20	0,00	11,60	17,40
			Norte		27,00	Piscina	Ruína	Alv	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	0,00	4,00	6,00
512	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Descalvado		-	108,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Norte		90,00	Casa	Ruína	Alv	3,00	67,00	24,12	90,00	9,00	1,50	39,12	58,68
			Norte		27,00	Piscina	Ruína	Alv	0,00	0,00	0,00	0,00	2,70	0,00	2,70	4,05
539	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Campestre	Norte	-	231,00	Casa	Ruína	Alv	3,00	139,00	50,04	0,00	23,10	5,00	78,14	117,21
540	ANTONIO MACEDO PASSOS	Campestre	Norte	23,00	205,00	Casa	Ruína	Alv	3,00	111,50	40,14	0,00	41,00	3,60	84,74	127,11
541	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Campestre		-	86,85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Norte		65,48	Casa	Ruína	Alv	3,00	50,00	18,00	0,00	41,00	0,00	59,00	88,50
			Norte		9,37	Chiqueiro	Péssimo	Alv	1,00	13,00	1,56	0,00	0,00	0,00	1,56	2,34
			Norte		12,00	Galinheiro	Ruína	Mad	-	-	-	-	-	-	-	2,00
544	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Descalvado	Norte	-	-	-	Vestígios	-	-	-	-	-	-	-	15,00	
545	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Campestre	Norte	-	72,00	Casa	Péssimo	Blo	3,00	60,00	21,60	93,00	7,20	0,00	33,45	50,18
551	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Campestre	Norte	-	54,00	Casa	Péssimo	Alv	3,00	52,00	18,72	73,00	5,40	0,00	27,77	41,66

Gleba	Nome	Local	Lote	AI (a)	AC (a)	Desc (b)	Estado (b)	Sis (b)	Alt. (c)	Comp. (c)	Parede (c)	Cob (c)	Piso (c)	Con (c)	Resíduos	Volume
				ha	m ²				m	m	m ³	m ²	(m ³)	(m ³)	(m ³)	(m ³)
560	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Itaguapeva	Norte	-	36,00	Casa	Péssimo	Alv	3,00	36,00	12,96	0,00	3,60	0,00	16,56	24,84
564	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Descalvado	Norte	-	-	-	Vestígios	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00
567	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Descalvado	Norte	-	20,00	-	Ruína	Alv	1,00	20,00	2,40	0,00	0,00	0,00	2,40	3,60
568	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Descalvado	Norte	-	40,00	Casa	Ruína	Alv	3,00	38,00	13,68	0,00	0,00	0,00	13,68	20,52
575	OCUPANTE NÃO LOCALIZADO	Nova Morada	Norte	3,00	24,00	Casa	Péssimo	Mad	2,50	25,00	7,50	24,00	0,00	0,00	8,70	13,05
Total GERAL											2638,62	2986,02	1309,18	168,70	4265,80	6462,70
Total LOTE SUL											1943,86	1905,68	1092,10	149,90	3281,14	4925,71
Total LOTE NORTE											694,77	1080,34	217,08	18,80	984,66	1536,99

Anexo 47. Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/02.

Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6 de julho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, Anexo à Portaria nº 326, de 15 de dezembro de 1994, e:

Considerando a política urbana de pleno desenvolvimento da função social da cidade e da propriedade urbana, conforme disposto na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

Considerando a necessidade de implementação de diretrizes para a efetiva redução dos impactos ambientais gerados pelos resíduos oriundos da construção civil;

Considerando que a disposição de resíduos da construção civil em locais inadequados contribui para a degradação da qualidade ambiental;

Considerando que os resíduos da construção civil representam um significativo percentual dos resíduos sólidos produzidos nas áreas urbanas;

Considerando que os geradores de resíduos da construção civil devem ser responsáveis pelos resíduos das atividades de construção, reforma, reparos e demolições de estruturas e estradas, bem como por aqueles resultantes da remoção de vegetação e escavação de solos;

Considerando a viabilidade técnica e econômica de produção e uso de materiais provenientes da reciclagem de resíduos da construção civil; e

Considerando que a gestão integrada de resíduos da construção civil deverá proporcionar benefícios de ordem social, econômica e ambiental, resolve:

Art. 1º Estabelecer diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais.

Art. 2º Para efeito desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

I - Resíduos da construção civil: são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha;

II - Geradores: são pessoas, físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis por atividades ou empreendimentos que gerem os resíduos definidos nesta Resolução;

III - Transportadores: são as pessoas, físicas ou jurídicas, encarregadas da coleta e do transporte dos resíduos entre as fontes geradoras e as áreas de destinação;

IV - Agregado reciclado: é o material granular proveniente do beneficiamento de resíduos de construção que apresentem características técnicas para a aplicação em obras de edificação, de infra-estrutura, em aterros sanitários ou outras obras de engenharia;

V - Gerenciamento de resíduos: é o sistema de gestão que visa reduzir, reutilizar ou reciclar resíduos, incluindo planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos para desenvolver e implementar as ações necessárias ao cumprimento das etapas previstas em programas e planos;

VI - Reutilização: é o processo de reaplicação de um resíduo, sem transformação do mesmo;

VII - Reciclagem: é o processo de reaproveitamento de um resíduo, após ter sido submetido à transformação;

VIII - Beneficiamento: é o ato de submeter um resíduo à operações e/ou processos que tenham por objetivo dotá-los de condições que permitam que sejam utilizados como matéria-prima ou produto;

IX - Aterro de resíduos da construção civil: é a área onde serão empregadas técnicas de disposição de resíduos da construção civil Classe "A" no solo, visando a reservação de materiais segregados de forma a possibilitar seu uso futuro e/ou futura utilização da área, utilizando princípios de engenharia para confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente;

X - Áreas de destinação de resíduos: são áreas destinadas ao beneficiamento ou à disposição final de resíduos.

Art. 3º Os resíduos da construção civil deverão ser classificados, para efeito desta Resolução, da seguinte forma:

I - Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;

c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II - Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros;

III - Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso;

IV - Classe D - são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros.

Art. 4º Os geradores deverão ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem e a destinação final.

§ 1º Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei, obedecidos os prazos definidos no art. 13 desta Resolução.

§ 2º Os resíduos deverão ser destinados de acordo com o disposto no art. 10 desta Resolução.
Art. 5º É instrumento para a implementação da gestão dos resíduos da construção civil o Plano

Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a ser elaborado pelos Municípios e pelo Distrito Federal, o qual deverá incorporar:

I - Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil; e

II - Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

Art 6º Deverão constar do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil:

I - as diretrizes técnicas e procedimentos para o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e para os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil a serem elaborados pelos grandes geradores, possibilitando o exercício das responsabilidades de todos os geradores.

II - o cadastramento de áreas, públicas ou privadas, aptas para recebimento, triagem e armazenamento temporário de pequenos volumes, em conformidade com o porte da área urbana municipal, possibilitando a destinação posterior dos resíduos oriundos de pequenos geradores às áreas de beneficiamento;

III - o estabelecimento de processos de licenciamento para as áreas de beneficiamento e de disposição final de resíduos;

IV - a proibição da disposição dos resíduos de construção em áreas não licenciadas;

V - o incentivo à re inserção dos resíduos reutilizáveis ou reciclados no ciclo produtivo;

VI - a definição de critérios para o cadastramento de transportadores;

VII - as ações de orientação, de fiscalização e de controle dos agentes envolvidos;

VIII - as ações educativas visando reduzir a geração de resíduos e possibilitar a sua segregação.

Art 7º O Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil será elaborado, implementado e coordenado pelos municípios e pelo Distrito Federal, e deverá estabelecer diretrizes técnicas e procedimentos para o exercício das responsabilidades dos pequenos geradores, em conformidade com os critérios técnicos do sistema de limpeza urbana local.

Art. 8º Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil serão elaborados e implementados pelos geradores não enquadrados no artigo anterior e terão como objetivo estabelecer os procedimentos necessários para o manejo e destinação ambientalmente adequados dos resíduos.

§ 1º O Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, de empreendimentos e atividades não enquadrados na legislação como objeto de licenciamento ambiental, deverá ser apresentado juntamente com o projeto do empreendimento para análise pelo órgão competente do poder público municipal, em conformidade com o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

§ 2º O Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil de atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, deverá ser analisado dentro do processo de licenciamento, junto ao órgão ambiental competente.

Art. 9º Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil deverão contemplar as seguintes etapas:

I - caracterização: nesta etapa o gerador deverá identificar e quantificar os resíduos;

II - triagem: deverá ser realizada, preferencialmente, pelo gerador na origem, ou ser realizada nas áreas de destinação licenciadas para essa finalidade, respeitadas as classes de resíduos estabelecidas no art. 3º desta Resolução;

III - acondicionamento: o gerador deve garantir o confinamento dos resíduos após a geração até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos em que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem;

IV - transporte: deverá ser realizado em conformidade com as etapas anteriores e de acordo com as normas técnicas vigentes para o transporte de resíduos;

V - destinação: deverá ser prevista de acordo com o estabelecido nesta Resolução.

Art. 10. Os resíduos da construção civil deverão ser destinados das seguintes formas:

I - Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

II - Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

III - Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

IV - Classe D: deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Art. 11. Fica estabelecido o prazo máximo de doze meses para que os municípios e o Distrito Federal elaborem seus Planos Integrados de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil, contemplando os Programas Municipais de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil oriundos de geradores de pequenos volumes, e o prazo máximo de dezoito meses para sua implementação.

Art. 12. Fica estabelecido o prazo máximo de vinte e quatro meses para que os geradores, não enquadrados no art. 7º, incluam os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil nos projetos de obras a serem submetidos à aprovação ou ao licenciamento dos órgãos competentes, conforme §§ 1º e 2º do art. 8º.

Art. 13. No prazo máximo de dezoito meses os Municípios e o Distrito Federal deverão cessar a disposição de resíduos de construção civil em aterros de resíduos domiciliares e em áreas de "bota fora".

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor em 2 de janeiro de 2003.

JOSÉ CARLOS CARVALHO

Presidente do Conselho

Publicada DOU 17/07/2002

Anexo 48. Resolução CONAMA nº 348 de 16/08/04.

RESOLUÇÃO Nº 348, DE 16 DE AGOSTO DE 2004

Altera a Resolução CONAMA Nº 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto no seu Regimento Interno, e tendo em vista as disposições da Lei nº 9.055, de 1º de junho de 1995 e:

Considerando o previsto na Convenção de Basileia sobre Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, promulgada pelo Decreto Federal nº 875, de 19 de julho de 1993, que prevê em seu art. 1º, item I, alínea "a" e anexo I, que considera o resíduo do amianto como perigoso e pertencente à classe Y36;

Considerando a Resolução CONAMA nº 235, de 7 de janeiro de 1998, que trata de classificação de resíduos para gerenciamento de importações, que classifica o amianto em pó (asbesto) e outros desperdícios de amianto como resíduos perigosos classe I de importação proibida, segundo seu anexo X;

Considerando o Critério de Saúde Ambiental nº 203, de 1998, da Organização Mundial da Saúde-OMS sobre amianto crisotila que afirma entre outros que "a exposição ao amianto crisotila aumenta os riscos de asbestose, câncer de pulmão e mesotelioma de maneira dependente em função da dose e que nenhum limite de tolerância foi identificado para os riscos de câncer", resolve:

Art. 1º O art. 3º, item IV, da Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

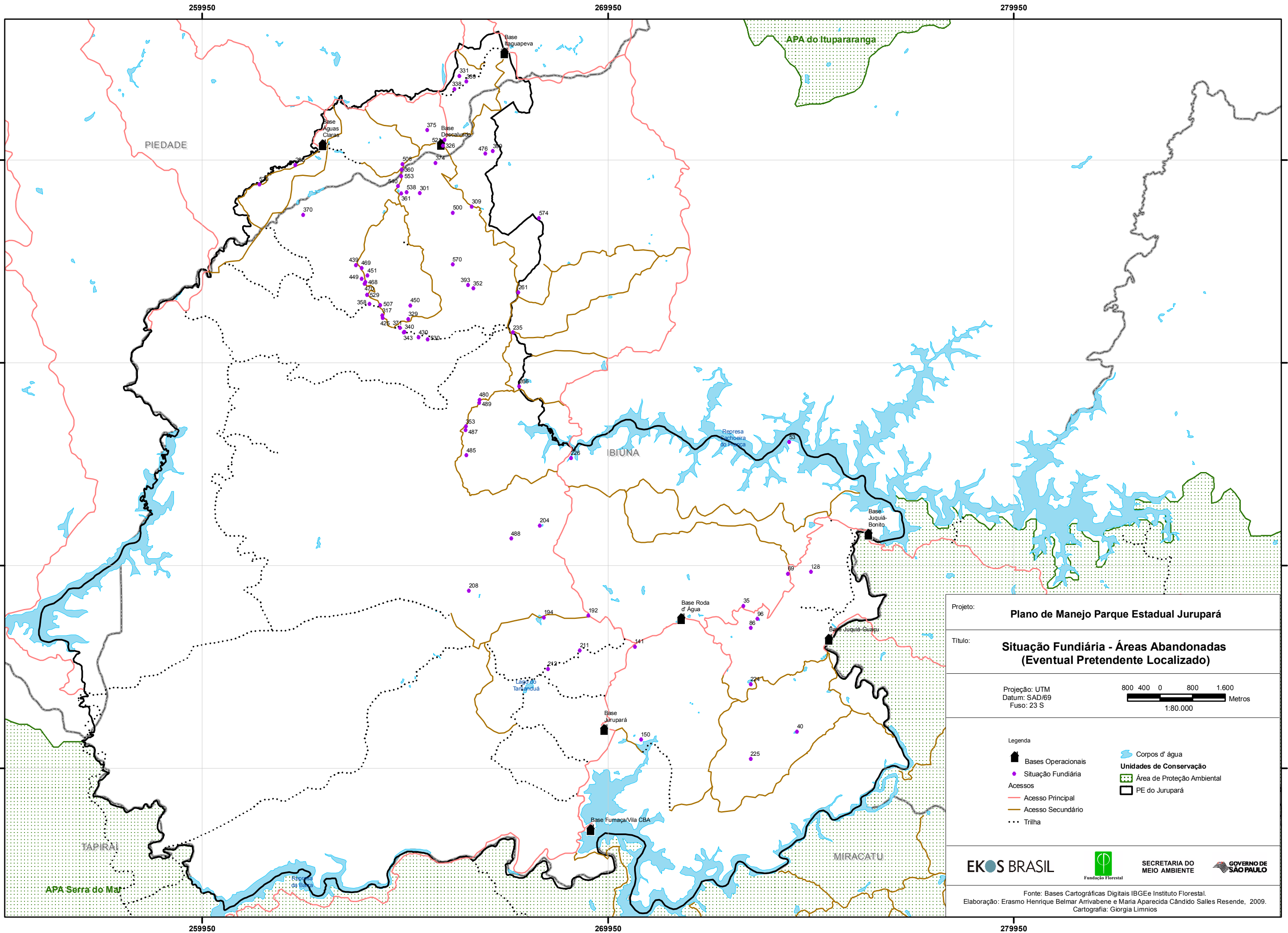
IV - Classe "D": são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA

Presidente do Conselho

Anexo 49. Mapa da Situação Fundiária - Áreas abandonadas (eventual pretendente localizado).



Projeto: **Plano de Manejo Parque Estadual Jurupará**

Título: **Situação Fundiária - Áreas Abandonadas (Eventual Pretendente Localizado)**

Projeção: UTM
 Datum: SAD/69
 Fuso: 23 S

800 400 0 800 1.600
 Metros
 1:80.000

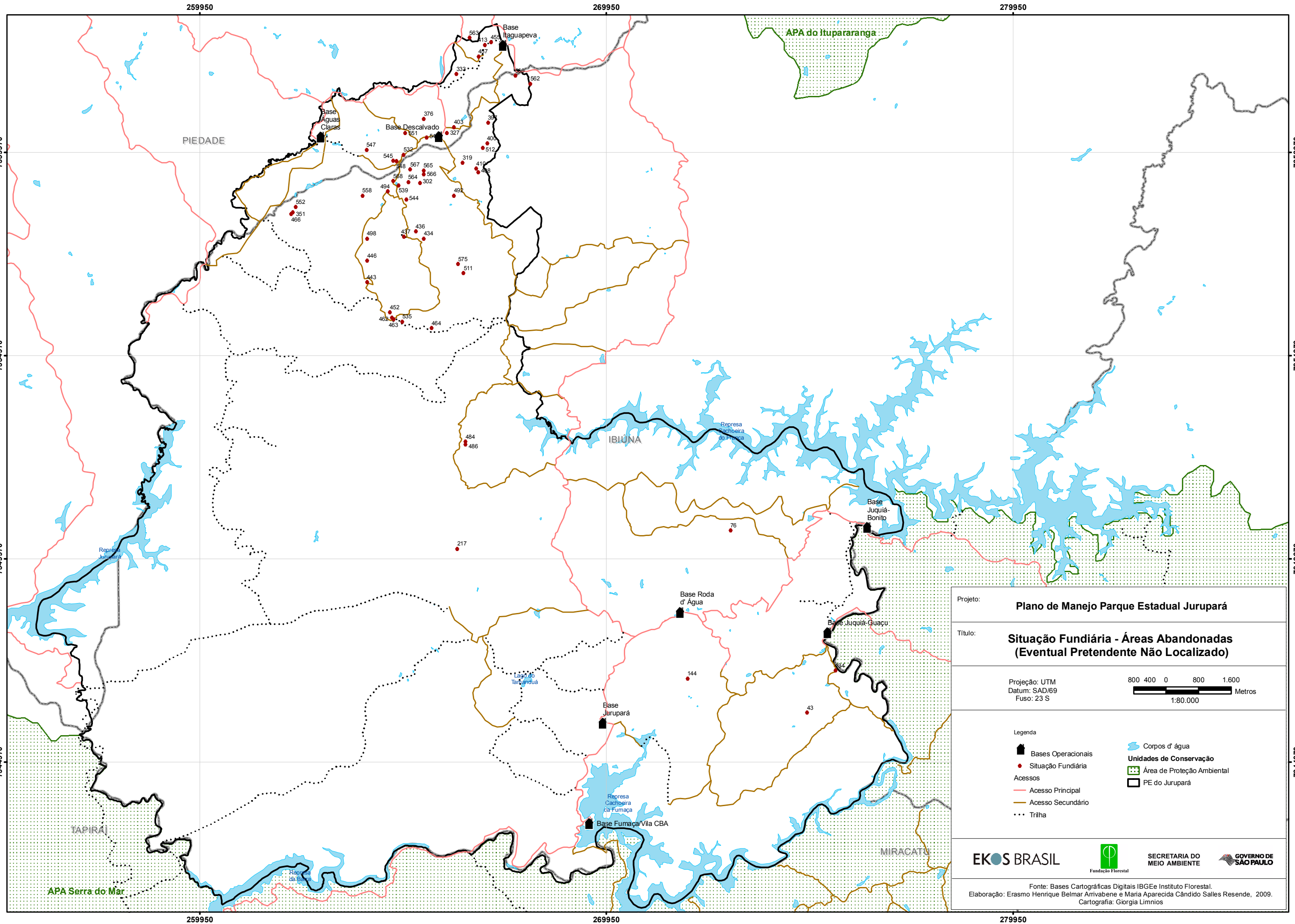
Legenda

- Bases Operacionais
- Situação Fundiária
- Acessos
- Acesso Secundário
- Trilha
- Corpos d' água
- Unidades de Conservação
- Área de Proteção Ambiental
- PE do Jurupará

EKOS BRASIL SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Fonte: Bases Cartográficas Digitais IBGE e Instituto Florestal.
 Elaboração: Erasmo Henrique Belmar Arrivabene e Maria Aparecida Cândido Salles Resende, 2009.
 Cartografia: Giorgia Limnios

Anexo 50. Mapa da Situação Fundiária - Áreas abandonadas (eventual pretendente não localizado).



Projeto: **Plano de Manejo Parque Estadual Jurupará**

Título: **Situação Fundiária - Áreas Abandonadas (Eventual Pretendente Não Localizado)**

Projeção: UTM
 Datum: SAD/69
 Fuso: 23 S

800 400 0 800 1.600
 Metros
 1:80.000

- Legenda
- Bases Operacionais
 - Situação Fundiária
 - Acesso Principal
 - Acesso Secundário
 - Trilha
 - Corpos d' água
 - Unidades de Conservação
 - Área de Proteção Ambiental
 - PE do Jurupará



Fonte: Bases Cartográficas Digitais IBGE e Instituto Florestal.
 Elaboração: Erasmo Henrique Belmar Arrivabene e Maria Aparecida Cândido Salles Resende, 2009.
 Cartografia: Giorgia Limnios

Anexo 51. Termo de compromisso de usos e créditos de materiais disponibilizados.

O Responsável pelo Projeto compromete-se a:

1. Respeitar toda a legislação brasileira e tratados internacionais de proteção dos recursos naturais, toda a legislação brasileira relativa à pesquisa, expedições científicas, patentes e segredos de indústria bem como todos os termos do Decreto n.º 2.519, de 16 de março de 1998, que promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, principalmente aqueles relacionados com acesso aos recursos genéticos, conhecimento tradicional e transferência de tecnologia;
2. Referenciar todo material técnico-científico e cartográfico, quando já publicado, utilizado na geração das informações (textos, mapas, gráficos e tabelas) no corpo do relatório ou do Plano de Manejo;
3. Constar crédito Institucional, quando for utilizado material pertencente ao Instituto Florestal/Fundação Florestal, na confecção de relatório ou do Plano de Manejo;
4. Consultar os pesquisadores e, quando for o caso incluir como participantes da publicação, na forma de créditos de acordo com o grau de intervenção, autoria, colaboração, agradecimento ou fonte, quando da utilização de dados técnicos;
5. Não multiplicar e/ou divulgar para terceiros o material disponibilizado, sem prévia autorização da Fundação Florestal/Instituto Florestal;
6. Não alterar, em seus parâmetros de projeto e *datum* as bases cartográficas disponibilizadas, formadas pelo Instituto Florestal, sem prévia autorização da cedente dos mesmos;
7. Utilizar as fotos aéreas, em papel, exclusivamente no Instituto Florestal. A retirada destes materiais serão permitidas apenas para fotocópia;
8. Entregar os arquivos digitais de linhas, polígonos ou pontos em formato de arquivo SHAPE FILE (.shp). As tabelas de atributos das feições geométricas (siglas, legendas, descrições e outros) associados ao arquivo deverão ter orientação técnica para inclusão no Sistema de Informação Geográfica do SIEFLOR.

Local e Data: _____

Assinatura do Responsável pelo Projeto

Anexo 52. Relação das áreas ocupadas no PEJU.

Relação das áreas ocupadas por pessoas com evidência de tradicionalidade

Gleba N°	Nome	Localidade
59	ANNA PEREIRA DA SILVA	R. Bonito
60	PAULO ALVES DA SILVA	R. Bonito
61	JOSÉ ALVES DA SILVA	R. Bonito
83	VICENTE ANTONIO PEREIRA	R. Bonito
125	EUGÊNIO ANTONIO DE MORAES	R. Bonito
148	ADÃO ANSELMO DOMINGUES	R. Bonito
176	DÉCIO PAULO DOMINGUES	Paulos
177	ISAIAS ANSELMO DOMINGUES	Paulos
178	LEONIL ANSELMO DOMINGUES	Paulos
180	HELIO PAULO DOMINGUES	Paulos
190	MOACIR DOMINGUES	Paulos
191	TEREZINHA DOMINGUES	Paulos
195	JORGE DOMINGUES DA SILVA	R. Bonito
199	JAIR FRANCISCO PEREIRA	R. das Pedras
207	NAIR PEREIRA SILVÉRIO DOMINGUES	R. das Pedras
213	LINDOLFO PAULO DOMINGUES	Paulos
214	MOACIR DOMINGUES	Paulos
218	JORGINA PEREIRA	R. dos Bagres
220	ANTONIO FRANCISCO PEREIRA	R. das Pedras
354	JOSÉ PEREIRA BUENO	Itaguapeva
557	TEREZINHA MARIA DAS DORES	Ribeirão Grande

Relação das áreas ocupadas, como residências, por adventícios e pessoas sem evidência de tradicionalidade.

Gleba N°	Nome	Localidade
3	LAURINDO PETRY	R. Bonito
23	JOSÉ FERREIRA SILVA	R. Bonito
24	NELSON ANTONIO DA SILVA	R. Bonito
36	HUMBERTO ANTONIO GONZALES CASTRO	R. Bonito
37	ELINA ROSA CARRANZA	Juquiá-Bonito
54	DODGENE ORTEGA	R. dos Bagres
56	JOSÉ AUGUSTO MARTINS	R. Bonito
64	JOVENARIA PINTO SOARES	Juquiá
67	RUBENS DOS SANTOS MATTOS	R. Bonito
74	ANDRÉ LUIZ RODRIGUES DA SILVA	Juquiá
84	SEVERINO MANOEL DA SILVA	Capela Azul
85	WALDEMAR XAVIER DE MATTOS	Juquiá
87	RAIMUNDO MARCELINO	Laurindos
91	OTÁVIO SANTIAGO	Juquiá
100	ANTONIO ROBERTO NETO	Santa Rosa
117	AUGUSTO PINTO DE OLIVEIRA	Laurindos
120	CÉLIO LEAL SANTOS	R. Bonito
126	JOÃO CARLOS BRUNO	R. Bonito
143	JOSÉ SABINO DA CRUZ	Pocinho
202	PAULO ROBERTO DE ASSIS	Areião do R. Bonito
210	SELMA GUIMARÃES DE SOUZA	R. do Peixe
239	FLORISVALDO NOVAES DOS SANTOS	Capela Azul
280	ERASMINO MARTINS SOUZA	<i>Itaguapeva</i>
281	ORANIDE FRANCELINO	<i>Itaguapeva</i>
282	VALDIR DE JESUS COSTA	<i>Itaguapeva</i>
285	NOEL RODRIGUES DE MELLO	<i>Itaguapeva</i>
292	JAIME BARBOSA DE OLIVEIRA	<i>Ribeirão Grande</i>
296	DORGIVAL RAIMUNDO DA SILVA	<i>Ribeirão Grande</i>
306	CLAUDINEI APARECIDO DA SILVA	<i>Campestre</i>
315	JOÃO TAVARES DE LIMA	<i>Descalvado</i>
325	JOÃO LUZIANO RODRIGUES	<i>Campestre</i>
330	CLOVES SODRÉ DE CARVALHO	<i>Itaguapeva</i>
332	VALDECE ALVES OLIVEIRA	<i>Itaguapeva</i>
344	ARNELINO VIEIRA	<i>Colinas</i>
367	BENEDITO FRANCISCO ALVES FILHO	<i>Campestre</i>

... continuação da tabela.

Gleba N°	Nome	Localidade
369	JOSÉ DE SOUZA LIMA	<i>Descalvado</i>
383	JOAQUIM VITORIANO DO ESPIRITO SANTO	<i>Itaguapeva</i>
387	ALINALVO RAMOS FERREIRA	<i>Itaguapeva</i>
388	JOSIANE AP. DOS SANTOS CAVALCANTI	<i>Itaguapeva</i>
392	JUSCELINA SILVA XAVIER	<i>Itaguapeva</i>
394	ANTONIO OLIVEIRA LIMA	<i>Itaguapeva</i>
398	GENECYR JACINTO	<i>Itaguapeva</i>
401	JOSÉ ANTONIO SALVADOR FILHO	<i>Itaguapeva</i>
405	ADÃO FRANCISCO PESSOA	<i>Itaguapeva</i>
414	JOSÉ DE ALMEIDA FERNANDES	<i>Colinas</i>
417	JOSÉ RODRIGUES DA SILVA	<i>Colinas</i>
438	ZITA PEREIRA LOPES	<i>Colinas</i>
515	JOSÉ ALFREDO DA SILVA	<i>Descalvado</i>
527	BENEDITO ELOI DA SILVA	<i>Ribeirão Grande</i>

Relação das áreas ocupadas, não utilizadas como residências, por adventícios e pessoas sem evidência de tradicionalidade.

Gleba N°	Nome	Localidade
1	ANA SOARES DAS DORES	R. dos Bagres
2	JOSÉ DIMAS	R. Bonito
4	NIVALDO	R. Bonito
5	MARIA JOSÉ DA SILVA RIBEIRO	R. Bonito
6	LEONOR PARISI	R. dos Bagres
7	LUIZ CARLOS GRECCO	R. dos Bagres
8	ANTONIO INÁCIO DOS SANTOS	R. dos Bagres
9	SERGIO	R. dos Bagres
10	HENRIQUE LIMA DE ALMEIDA (LÉA)	R. dos Bagres
11	FLÁVIO BOTELLE	R. dos Bagres
12	RANGEL	R. dos Bagres
13	TIGUEIS	R. dos Bagres
14	HILÁRIO FERNANDES GIL	R. dos Bagres
15	ANTONIO BICO	R. Bonito
16	LUIZ SALOMÉ	R. Bonito
20	ROBSON LUIZ LOPES	R. Bonito
22	JOSÉ ANTONIO DE OLIVEIRA	R. Bonito
25	ROBERTINO PEREIRA DE MORAES	R. Bonito
26	HORLANDO	R. Bonito
27	IROMAR DIAS DAMASCENO	R. Bonito
29	JOSÉ ANTONIO GARDENAL DOS SANTOS	R. Bonito
30	MARIA APARECIDA TREVELIN	R. Bonito
32	ANGELO ROCHA GUIMARÃES	R. Bonito
33	JOSÉ DE BRITO NETO	R. Bonito
34	COLÉGIO COMERCIAL JD. BONFIGLIOLI LTDA.	R. Bonito
38	ACHILES ROSA DE MORAES	Santa Rosa
39	CLÓVIS COUTO SILVEIRA	Santa Rosa
41	SEBASTIÃO SEVERINO DE LIMA	Santa Rosa
42	EDUARDO NOGUEIRA SANTOS	Santa Rosa
44	JOÃO RENER ALVES	Santa Rosa
45	ISMAEL	Santa Rosa
46	ISMAEL	Santa Rosa
47	LUIZ GUSTAVO GOUVEIA PIMENTEL	Santa Rosa
49	RENATO	Santa Rosa
50	NIVALDO	Santa Rosa

...continuação da Tabela.

Gleba N°	Nome	Localidade
51	ROSANA	R. dos Bagres
52	IVANILDO GOMES	R. dos Bagres
55	GONZALO COMPADRE ANTON	R. Bonito
57	WILSON ROBERTO MARTINS	R. Bonito
58	PAULO THOMAZ	R. Bonito
63	JOEL ANGELO DE FIGUEIREDO	R. Bonito
65	ARTHUR BAZONI NETTO	R. Bonito
66	AUGUSTO DAVINO SOARES	R. Bonito
68	CÍCERO MARTINS DOS SANTOS	R. Bonito
70	MARIA TEREZA BARBOSA DE MORAIS	Juquiá
71	HUMBERTO CHIARELLI	Juquiá
72	MANUEL JOSÉ FIDALGO	Juquiá
73	MANUEL JOSE FIDALGO	Juquiá
75	ESPEDITO FRANCISCO DA SILVA	R. Bonito
77	DIMAS	R. Bonito
78	ANTONIO JOSÉ DA SILVA	R. Bonito
79	JOSÉ SEDEMIAS DA SILVA	R. Bonito
80	CRESPIM	R. Bonito
81	ROQUE	R. Bonito
82	TEREZINHA ARAÚJO FERREIRA	R. Bonito
88	ANNA DI RE TATA	Laurindos
89	MARIO CELIO RODRIGUES	R. Bonito
92	LAÉRCIO ALVES	Juquiá
93	HUGO	
94	HITOSHI NISHIDA	Juquiá
95	JOSÉ EDUARDO MARTINS CORREA	Juquiá
97	OSMAR RIBEIRO MIRANDA	Santa Rosa
98	RENATO MARQUES DOS SANTOS	Santa Rosa
99	LACI BARCELLOS	Santa Rosa
101	ANTONIO ROBERTO NETO	Santa Rosa
102	LAÉRCIO TAMIOSO	Palmital
103	ANTONIO	Palmital
105	JOSÉ DA SILVA	Palmital
106	JOSÉ CORREIA	Santa Rosa
107	JÚLIO RIBEIRO DE ARAUJO	Juquiá
108	CARLOS	Poção

... continuação da Tabela.

Gleba N°	Nome	Localidade
109	PAULO ROBERTO DOMINGUES DA SILVA	Santa Rosa
110	RAIMUNDO COELHO DA SILVA	Capela Azul
111	REINALDO PEREIRA GONÇALVES	Poção
112	PEDRO ANIBAL DRAGO	Laurindos
113	JOSÉ ROBERTO DA SILVA	Laurindos
114	IRMA CATARINA TATA BUCCI	Laurindos
115	MACHADO	Capela Azul
116	NENO	Laurindos
118	JOSÉ MARCOS	Laurindos
119	LUIZ SALOMÉ	R. Bonito
121	MADALENA PEREIRA	R. Bonito
122	WALTER	R. Bonito
123	MARIA	R. Bonito
124	TINGA	R. Bonito
127	GIUSEPPE CURRAO	Juquiá
129	JOEL	Pocinho
130	ANTONIO MIGUEL DOS SANTOS	Pocinho
132	FLAVIO	Santa Rosa
133	ALICE DO NASCIMENTO	Santa Rosa
135	PEDRO THOMAZ	R. Bonito
136	ADRIANO	R. dos Bagres
137	DARCI	R. dos Bagres
138	JOEL CARVALHO NOVAIS	Capela Azul
139	TULLIO DI IORIO	R. Bonito
140	EDÍSIO MANOEL DE SANTANA	R. dos Bagres
142	BRUNO GAIGHER BARBOSA DA SILVA	Onze e Meio
145	JOSÉ ROBERTO GUARALDO MONTEIRO	Pocinho
146	ROMALDAS MERZVINSKAS	Pocinho
147	JOSE BEZERRA DA SILVA FILHO	R. Bonito
149	ITAIM COMÉRCIO IMPORT. E EXPORT. LTDA.	Pocinho
151	JORGE FERNANDES	Pocinho
152	ILSE MARIA EDINGER	Santa Rosa
153	JOSÉ MARICO	Pocinho
154	ELIAS	Pocinho
155	LUIZ CARLOS MARTINS	Juquiá
156	JOÃO LIOTÉRIO	Juquiá

... continuação da Tabela.

Gleba N°	Nome	Localidade
157	ADRIANO BARBOSA	Juquiá
159	JOSÉ FIGUEIREDO PIRES	Juquiá
160	ALCINO RUI REGO FERREIRA	Juquiá
161	RAMIRA MARIA DE JESUS	Pocinho
162	ROGÉRIO DE OLIVEIRA	Pocinho
163	ARUNAS JUOZAS MERZVINSKAS	Juquiá-Guaçú
164	VANILDA MICHELS	Pocinho
165	JOSÉ PAULO VAZ	Pocinho
166	OSMAR HENRIQUE DE CAMILLIS	Pocinho
167	ROGÉRIO	Pocinho
168	DJALMA INÁCIO DA SILVA	R. Bonito
169	NELSON ISSAO NAKAOJI	Juquiá
170	HUGO DA FONSECA ALVES PEREIRA	Pocinho
171	ODORICO MENDES NETO	Pocinho
172	CLAYTON BATISTA ZONATTO	Pocinho
173	ARISTIDES	Pocinho
175	MARIO VIOTTI GUARNIERI	Santa Rosa
179	IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS	Paulos
181	LUIZ OSVALDO PAMIO	Juquiá
182	ROBERTO	R. dos Bagres
183	SAULO	Juquiá
184	TEMPLO MESSIANICO UNIVERSAL	R. Bonito
185	FRANCISCO JONAS FRADE	R. das Pedras
186	ESPEDITO FRANCISCO DA SILVA	R. Bonito
187	DENIVAL RIBEIRO	Paulos
189	ALBINO GÓES DOS SANTOS	Paulos
193	JOSÉ DA CONCEIÇÃO	R. Bonito
196	PEDRO LOPES SALES JUNIOR	R. Bonito
197	VÍTOR LÚCIO DOS SANTOS	R. Bonito
198	ADELMARIO MACHADO CAIRES	Tamanduá
200	IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS	R. das Pedras
201	NELSON	Areião do R. Bonito
203	RAMON MENDEZ MENDEZ	R. Bonito
205	FERNANDO AGRA MENDEZ	R. Bonito
206	FERNANDO AGRA MENDES	Camiranga
209	ANTONIO ERALDO MONTEIRO	R. Bonito

... continuação da Tabela.

Gleba N°	Nome	Localidade
215	HORACIO	R. dos Bagres
216	ELMIRO ILDEFONÇO RIBEIRO	R. dos Bagres
219	LUIZ FOLENA	R. dos Bagres
223	MARCIO FRANCISCO SCHVEITZER	R. das Pedras
227	PAULINA	R. dos Bagres
228	ROQUE ZANINETTI JUNIOR	R. dos Bagres
229	NADIR FRANÇA CAPELLANO	R. dos Bagres
230	ESPEDITO FRANCISCO DA SILVA	R. dos Bagres
234	ROQUE ANTONIO SALVETTI	R. dos Bagres
236	EDMUNDO	Capela Azul
237	CEARÁ	Capela Azul
242	OSMAR ANANIAS DA SILVA	Lúcios
243	JOSÉ CAITANO DA SILVA	R. dos Bagres
244	ETENILDO ALVES DE OLIVEIRA	R. dos Bagres
245	PAULO ALAMINO ARMOND	R. dos Bagres
247	GILBERTO CARLOS TAVARES CUSTÓDIO	Areião do R. Bonito
248	CARLOS NOGUEIRA VENEGAS	Areião do R. Bonito
249	WANDERLEY ALVES	Areião do R. Bonito
250	ABDIAS LIBANIO DOS SANTOS FILHO	Areião do R. Bonito
251	FUMIO CHIBA	Capela Azul
252	ERNANDE NUNES SANTANA	Capela Azul
253	FRANCISCO BARBOSA DE FIGUEIREDO	Capela Azul
254	ORLANDO FERREIRA DE SOUZA	Capela Azul
255	JONAS CARMO DOS SANTOS	Capela Azul
256	PAULO ROBERTO DE ASSIS	Lúcios
257	MITRA DIOCESANA DE OSASCO	Lúcios
258	MARINS APARECIDO NEVES	Capela Azul
259	JAIR MAURÍCIO DA GAMA	Capela Azul
260	JOSÉ CABRAL CEZAR	Capela Azul
263	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO	Cach. da Fumaça
265	RITA DE CÁSSIA ALVES CORDEIRO DA SILVA	Vargedo
267	ADÃO DA SILVA	Capela Azul
268	ARMANDO GALHOTO	Capela Azul
269	JOSÉ ALVES NAZÁRIO	Capela Azul
270	JOAQUIM FERNANDES DE OLIVEIRA	Capela Azul
271	DIRCE RODRIGUES DA SILVA	Capela Azul

... continuação da Tabela.

Gleba N°	Nome	Localidade
272	OSVALDO FERNANDES DA SILVA	Capela Azul
273	ABEL CAETANO DOS SANTOS	Capela Azul
274	ARON MARTINS OLIVEIRA	Capela Azul
275	WANUIR CÂNDIDO LOPES	Vargedo
276	FRANCISCO	Vargedo
277	ADEILTON	Vargedo
278	IZAURA AMÉRICO DE CAMPOS DE PROENÇA	Vargedo
279	MARIA NAIR ALVES DA SILVA	Onze e Meio
283	SERGIO SIMPLICIO DA SILVA	Itaguapeva
284	SILVIO JUSTINO DA SILVA	Itaguapeva
286	SOHEI OSUMI	Itaguapeva
287	CARLOS SANTOS	Itaguapeva
289	LAMBERTO BUSTI	Itaguapeva
290	DELCIUC BARRETO DE OLIVEIRA	Nova Morada
291	DELCIUC BARRETO DE OLIVEIRA	Nova Morada
294	FRANCISCO PINTO FILHO	Ribeirão Grande
299	MANOEL MESSIAS VELOSO	Descalvado
303	ESTANILAU RODRIGUES CEQUEIRA	Descalvado
307	JOÃO LUIZ GUEDES	Nova Morada
308	MOACIR PEDRO DA SILVA	Itaguapeva
310	JOSÉ GOMES DA CRUZ	Nova Morada
311	WELINGTON SIQUEIRA	Nova Morada
312	MARIA TERESA ALVES OLIVEIRA MOURA	Nova Morada
313	DALVENIR CONCEIÇÃO DO PATROCINIO	Nova Morada
314	JOSÉ DUTRA DOMINGUES	Nova Morada
316	PEDRO DIONISIO DE ARAUJO LIMA	Descalvado
318	JOSÉ JAIRO DE MELO	Itaguapeva
320	FERNANDO FERREIRA DA ROCHA	Campestre
321	JOADY MACHADO BEZERRA	Campestre
322	APARECIDO VIEIRA MAJOR	Campestre
323	ELIAS BARBOSA	Campestre
324	APARECIDA CORREA MARTINS	Campestre
328	SUELI ESCUDEIRO DE SOUSA	Colinas
334	VICENTE LAZARO RODRIGUES	Colinas
335	ROMUALDO FRANCISCO DA SILVA	Colinas
337	ERALDA PEREIRA	Itaguapeva

... continuação da Tabela.

Gleba N°	Nome	Localidade
341	VALDER GOMES DA SILVA	Colinas
342	SILVESTRE BASILIO DA SILVA	Colinas
345	JOSÉ NERI FILHO	Colinas
346	MARIA DAS GRAÇAS SANTOS	Colinas
347	JOSÉ CARLOS DOS SANTOS	Campestre
348	JOSÉ CARLOS DOS SANTOS	Campestre
349	EDMUNDO AUGUSTO	Campestre
350	JOAQUIM BELCHIOR	Campestre
355	ANTONIO MENDES SIMÕES	Itaguapeva
356	MANOEL MARTINIANO DA SILVA	Nova Morada
357	LEONOR BIAJOLLI	Itaguapeva
359	LUIZ FERNANDES DANTAS	Campestre
362	JAIRO PATTI	Colinas
363	GESSY PEREIRA DA SILVA	Campestre
364	ABDIEL DE SOUZA OLIVEIRA	Campestre
366	SEVERINO LEITE DE ALQUIMIM	Campestre
368	FIDELCINO MONTEIRO DA ROCHA	Campestre
372	NILO ANTONIO MORREIRA	Campestre
373	JOÃO FRANCISCO ALVES NETO	Campestre
377	FRANCISCO CAROLINO DE ALMEIDA	Campestre
378	OSMAR LUCIO DE PAULA	Nova Morada
379	ADÃO VIEIRA DE SOUZA	Campestre
380	ELDER DE OLIVEIRA	Campestre
382	JOSE SOUZA DE OLIVEIRA	Descalvado
384	BATISTA PAIXÃO NUNES	Salto
385	ADOLFO EDUARDO GONÇALVES	Itaguapeva
386	CARLOS BRITO	Nova Morada
389	SEVERINO ALVES DE MENÉZES	Salto
390	JOANA PEREIRA COUTO	Itaguapeva
391	TOKUJI IOSHIZAWA KAMIYAMA	Itaguapeva
395	MASSAO KIWAMEN	Itaguapeva
396	JOSÉ ROBERTO DO REGO BARROS	Itaguapeva
404	MARIO DA SILVA SANTOS	Itaguapeva
407	ANTONIO GOMES DA SILVA	Itaguapeva
412	JOSE DANTAS DA SILVA	Itaguapeva
416	VALDEMAR MARQUES DA SILVA	Colinas

... continuação da Tabela.

Gleba N°	Nome	Localidade
419	SILVIO CORREA DE MORAIS	<i>Nova Morada</i>
420	ARMELINO MOREIRA	<i>Nova Morada</i>
421	PAULO DIMAS MARQUES	<i>Colinas</i>
422	MARIA APARECIDA MARQUES SILVA	<i>Colinas</i>
423	SALVADOR DA SILVA XAVIER	<i>Colinas</i>
424	DANIEL RODRIGUES DE CARVALHO	<i>Colinas</i>
427	JOSÉ MANOEL DA SILVA	<i>Colinas</i>
429	ANIZIO PEDROSO	<i>Colinas</i>
431	PAULO JESUS COSTA	<i>Colinas</i>
440	MARCOS FERREIRA LOPES	<i>Colinas</i>
442	JURACI ALVES DE FRANÇA	<i>Colinas</i>
448	WILSON DE ALMEIDA SILVA	<i>Colinas</i>
453	ILDETE CLAUDINA ARAUJO	<i>Itaguapeva</i>
458	MARIA JOSÉ VIEIRA DA MOTA	<i>Itaguapeva</i>
459	VALENTIM JOSÉ CEMÊNCIO	<i>Colinas</i>
460	JOÃO NICODEMOS DA SILVA	<i>Colinas</i>
461	ANTONIO PEDROSO NUNES	<i>Colinas</i>
465	JOÃO HONORATO DA SILVA	<i>Ribeirão Grande</i>
471	SALUSTRIANO PEREIRA CARDOSO	<i>Itaguapeva</i>
472	GLORINHA DOMINGUES ALVES	
473	FIDELINO PEREIRA DE SOUZA	<i>Campestre</i>
474	FRANCISCO ANTONIO DA SILVA	<i>Mandiocal</i>
475	ELEOTÉRIO JOSÉ DA SILVA	<i>Campestre</i>
477	VIRGINIO DA SILVA SANTOS	<i>Campestre</i>
479	JOSÉ GALDINO DA SILVA	<i>Campestre</i>
481	ARNALDO	<i>Vargedo</i>
482	MARIA EUNICE DOS SANTOS ANDRADE	<i>Capela Azul</i>
483	MARIA DO CARMO NUNES FERREIRA	<i>Vargedo</i>
491	ANTONIO RAIMUNDO TORRES	<i>Ribeirão Grande</i>
495	JOÃO NATAN GOMES DOS SANTOS	<i>Colinas</i>
496	BENEDITO GILBERTO MARTINS	<i>Ribeirão Grande</i>
499	ANTONIO MARQUES DA SILVA	<i>Itaguapeva</i>
501	ALZENITA PEREIRA DE MOURA	<i>Ribeirão Grande</i>
502	ANTONIA PEREIRA DANTAS	<i>Ribeirão Grande</i>
503	WELLINGTON JOSÉ DANTAS	<i>Ribeirão Grande</i>
504	OSWALDO MUNIZ	<i>Itaguapeva</i>

... continuação da Tabela

Gleba N°	Nome	Localidade
505	JOAQUIM FAUSTINO DE CAMPOS	Campestre
506	JOSÉ APARECIDO CORTEZ	Campestre
516	NAPOLEÃO PEDRO DO NASCIMENTO	Descalvado
517	NATANIEL RAMOS PEREIRA	Descalvado
518	AGENOR GABRIEL DE OLIVEIRA	Campestre
519	FRANCISCO GOMES DA SILVA	Itaguapeva
522	CÍCERO GOMES DA SILVA	Itaguapeva
523	LUIZ CARLOS SOARES DE CAMPOS	Colinas
524	JOSÉ MARIA MANZANOS SAENZ DE TEJADA	Campestre
525	BERNARDINO JOSÉ DA SILVA	Campestre
526	LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA	Campestre
528	JOÃO GOMES FERREIRA FILHO	Ribeirão Grande
531	ELENI MARIA DE SOUZA	Campestre
537	JUAREZ AMÉRICO DA SILVA	Campestre
543	VALDECI DA SILVA	Campestre
546	JEVERSON BENEDITO MORAIS FONSECA	Ribeirão Grande
550	NORMA JANETTE GOMES	Lodo
555	SAKURA ISHIBUCHI NANNI	Ribeirão Grande
556	JOSÉ DEL FAVERI NETO	Ribeirão Grande
561	NILTA SCHOT PASSOS	Itaguapeva
573	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO	Vila Élvio

Relação das áreas ocupadas pela Prefeitura do Município de Ibiúna.

Gleba N°	Nome	Localidade
62	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIUNA	R. Bonito
90	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIUNA	Laurindos
241	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIUNA	Lúcios
497	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIUNA	Itaguapeva
536	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIUNA	Campestre
238	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA	Capela Azul
246	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA	R. Bonito

Anexo 53. Referências Bibliográficas.

INTRODUÇÃO

Agnello, S. Composição, estrutura e conservação da comunidade de aves da Mata Atlântica no Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Cubatão, São Paulo. Tese de Mestrado – ESALQ/USP.

Leitão-Filho, H. F. Ecologia da Mata Atlântica em Cubatão. Campinas: Editora UNESP – Unicamp, 1993. 184p.

Mata Atlântica

<http://www.aliancamataatlantica.org.br/> - Acessado em 09/03/09.

http://www.rbma.org.br/anuario/index_anuario.asp - Acessado em 09/03/09

MEIO FÍSICO

Ayoade, J. O, 1991. Introdução à Climatologia para os Trópicos. Rio de Janeiro : ed. Bertrand Brasil, 3ª edição,

Botelho, R. G. M. & Silva, A. S. da, 2004. Bacia Hidrográfica e Qualidade Ambiental in VITTE, A. C. & GUERRA, A. J. T. (orgs) *Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil*. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, p.153-192

BRASIL. ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Resolução RDC nº 54, de 15 de junho de 2000. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para Fixação de Identidade e Qualidade de Água Mineral natural e Água Natural. Publicação: Diário Oficial da União em 19/06/2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS nº 518, de 25 de março de 2004. Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativas ao controle e vigilância da qualidade de água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências. – Publicação: Diário Oficial da União em 26 de março de 2004. Seção 1, p.266-270

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 357/05. “Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.” Diário Oficial da União em 18/03/2005, pág. 58-63.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei 9.433 de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos. Publicação: Diário Oficial da União em 09/01/1997. pág. 470.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 274/00. Define os critérios de balneabilidade em Águas Brasileiras. - Publicação: Diário Oficial da União em 25/01/2001. pág. 70-71

BRASIL. Secretaria Especial de Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 20/1986. “Dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas do Território Nacional” - Publicação: Diário Oficial da União em 18/06/1986. pág. 11356-11361.

CETEC (Centro Tecnológico da Fundação Paulista de Tecnologia e Educação) 2000. Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI II, São Paulo : CBH-RB Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul.

- CETEC (Centro Tecnológico da Fundação Paulista de Tecnologia e Educação) 2004. Plano da Bacia UGRHI II, São Paulo : CBH-RB Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul.
- CETESB (São Paulo) 1987. Guia de coleta e preservação de amostras de água, 1ª ed. São Paulo, 155p.
- CETESB (São Paulo). Relatório de qualidade das águas interiores do estado de São Paulo 2000. São Paulo, 2001. (Série Relatórios). Disponível em: <<http://www.Cetesb.sp.gov.br/Agua/rios/relatorios.asp>>. Acesso em: fevereiro de 2009.
- _____. Relatório de qualidade das águas interiores do estado de São Paulo 2001. São Paulo, 2002. (Série Relatórios). Disponível em: <<http://www.Cetesb.sp.gov.br/Agua/rios/relatorios.asp>>. Acesso em: fevereiro de 2009.
- _____. Relatório de qualidade das águas interiores do estado de São Paulo 2002. São Paulo, 2003. 2 v. (Série Relatórios). Disponível em: <<http://www.Cetesb.sp.gov.br/Agua/rios/relatorios.asp>>. Acesso em: fevereiro de 2009.
- _____. Relatório de qualidade das águas interiores do estado de São Paulo 2003. São Paulo, 2004. (Série Relatórios). Disponível em: <<http://www.Cetesb.sp.gov.br/Agua/rios/relatorios.asp>>. Acesso em: fevereiro de 2009.
- _____. Relatório de qualidade das águas interiores do estado de São Paulo 2004. São Paulo, 2003. (Série Relatórios). Disponível em: <<http://www.Cetesb.sp.gov.br/Agua/rios/relatorios.asp>>. Acesso em: fevereiro de 2009.
- _____. Relatório de qualidade das águas interiores do estado de São Paulo 2005. São Paulo, 2006. v. I, 488 p. (Série Relatórios). Disponível em: <<http://www.Cetesb.sp.gov.br/Agua/rios/relatorios.asp>>. Acesso em: fevereiro de 2009.
- _____. Relatório de qualidade das águas interiores do estado de São Paulo 2006. São Paulo, 2007. v. I, 327 p. (Série Relatórios). Disponível em: <<http://www.Cetesb.sp.gov.br/Agua/rios/relatorios.asp>>. Acesso em: fevereiro de 2009.
- _____. Relatório de qualidade das águas interiores do estado de São Paulo 2007. São Paulo, 2008. (Série Relatórios). Disponível em: <<http://www.Cetesb.sp.gov.br/Agua/rios/relatorios.asp>>. Acesso em: fevereiro de 2009.
- CNEC Engenharia S.A. 2088. Estudos para Regularização de Usinas da CBA na Bacia do Rio Juquiá. São Paulo : vol. I. II e III.
- Coelho Netto, A. L. 1994 Hidrologia de encosta na interface com a Geomorfologia, In: GUERRA, A. J. T. E CUNHA, S. B. (orgs.) *Geomorfologia: Uma Atualização de Bases e Conceitos*, Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, p.93 -148
- Consórcio Encibra S.A./Hidroconsult. 2006. PDAA. Plano diretor de abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Meio Ambiente. São Paulo : Sabesp.
- DAEE. São Paulo. 2006. Plano Estadual de Recursos Hídricos: 2004 / 2007 Resumo. São Paulo : Conselho Estadual de Recursos Hídricos, 92p. il.
- De Biasi, M. (s/data) - A Carta Clinográfica - Os Métodos de Representação e sua Confecção, São Paulo : Publicação Interna, FFLCH - USP

- Forsdyke, A. G. 1975, *Previsão do Tempo e Clima*, tradução de Fernando de Castro Ferro. São Paulo : Melhoramentos, Edusp, série prisma n° 17
- Freitas, M. T. de. 1998. *Distribuição temporo-espacial da pluviosidade na área do Parque Estadual do Jurupará e arredores (Ibiúna-SP)*, São Paulo : TGI – Dep. Geografia-FFLCH-USP.
- Fundação Florestal. São Paulo. 2007. Documento sistematizador de informações sobre a região do Vale do Ribeira e do Alto Paranapanema - Subsídios para os Planos de Manejo das Unidades de Conservação Versão I. São Paulo: Fundação Florestal.
- Gouveia, J. M. C. 2000. *Análise ambiental urbana: sub-bacias do Córrego Marmeleiro e Alto do Ribeirão Moinho Velho – Cotia/Embu – SP*. São Paulo : FFLCH/USP (Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia).
- Hespanhol, I. 2008. *Um novo paradigma para a gestão de recursos hídricos*. São Paulo: Estudos avançados 22 (63).
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Conselho Nacional do Meio Ambiente) 2008 . *Resoluções do Conama: resoluções vigentes publicadas entre julho de 1984 e novembro de 2008 – 2. ed. / Conselho Nacional do Meio Ambiente. – Brasília: Conama, 2008. 928 p.*
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Conselho Nacional do Meio Ambiente) 2002. *Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica*. Brasília: Ibama, 9136 p.
- Lino, C. F & Dias, H. 2003 *Águas e florestas da mata atlântica : por uma gestão integrada . – São Paulo : Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2003. 132 p. ; 21 cm . – (Caderno da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica : série políticas públicas, 27)*
- Loczy, L. & Ladeira, E. A. 1976. *Geologia estrutural e introdução à geotectônica*, Rio de Janeiro : Edgar Bluncher/CNDT.
- Monteiro, C. A. F., 1969, *A Frente Polar Atlântica e as Chuvas de Inverno na Fachada Sul-Oriental do Brasil – Contribuições Metodológicas à Análise Rítmica dos Tipos de Tempo no Brasil*, São Paulo : Série teses e Monografia n° 01, USP-IG.
- Oliveira, J. B. de; Camargo, M. N. de; Rossi, M. e Calderano Filho, B. 1999. *Mapa pedológico do Estado de São Paulo: legenda expandida*. Campinas: Instituto Agrônomo/EMBRAPA Solos. v I.
- Pires Neto, A. G. & Rossi, M. 2007 *Meio Físico in Fundação Florestal*. São Paulo. 2007. Documento sistematizador de informações sobre a região do Vale do Ribeira e do Alto Paranapanema - Subsídios para os Planos de Manejo das Unidades de Conservação Versão I. São Paulo: Fundação Florestal.
- Rodrigues, C; Moroz, I. C. & Santana, C. L. *Geomorfologia Fluvial Aplicada ao Planejamento Ambiental : O exemplo do PEI – Parque Estadual Intervales/SP. In Anais do VII Simpósio Nacional de Geomorfologia*, Belo Horizonte, 2008.
- Ross, J. L. S. & Moroz, I. C. 1997. *Mapa geomorfológico do estado de São Paulo – Escala 1 : 500.000*, São Paulo : Lab. Geomorfologia-Dep. Geografia – FFLCH – USP/IPT/FAPESP.
- Ross, J. L. S. 1994. *Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados*. São Paulo : Revista do Departamento de Geografia-USP, n° 8 : 63-74.

- Ross, J. L. S. 1985. Relevo brasileiro : uma nova proposta de classificação, São Paulo : Revista do Departamento de Geografia-USP, n° 4 : 25-39.
- Sant'anna Neto, J. L & Zavatini, J. A., 2000, Variabilidade e Mudanças Climáticas: Implicações Ambientais e Socioeconômicas, Maringá : Eduem.
- São Paulo (Estado). Decreto Estadual n° 8.468, de 8 de setembro de 1976. Aprova o Regulamento da Lei n° 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre a Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp>>.
- São Paulo (Estado). Decreto n° 10.755 de 22 de dezembro de 1977. Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no Decreto n° 8468, de 08/09/1976 e dá outras providências. (DOE 23/11/1977)
- São Paulo (Estado). Lei Estadual n° 9.034, de 27 de dezembro de 1994. Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, em conformidade com a Lei n° 7.663, de 30 de dezembro de 1991, que instituiu normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos.
- Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/estadual/leis/1994_Lei_Est_9034.pdf>. Acesso em Março/2009.
- São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Resolução n° 65, de 13 de agosto de 1998. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, São Paulo, 14 ago. 1998. Seção I, p. 27.
- Serafini, S. J., 2008, Adequação da escala climatológica para planos de manejos: o Parque Estadual de Intervales como estudo de caso, V Simpósio Latino Americano de Geografia Física.
- Yabe, M. J. S.; Gimenez, S. M. N.; Bisinoti, M. C.; Paes, M. A. A.; Lobo, R, da R. e Figueiredo, E. S. 1999. Influência de Fenóis na Bacia do Rio Tibagi. Disponível em: <http://www.s bq.org.br/ranteriores/23/resumos/1260/index.html>. Acessado em abril/2009.

BIODIVERSIDADE

- Ab'Sáber A. N. 1986. Geomorfologia da região Corredor Carajás-São Luiz. In Carajás. Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento. São Paulo:CNPq. p. 88-123.
- Aguiar, J. M. 2004. Species summaries and species discussions. In: Fonseca, G.; Aguiar, J.; Rylands, A.; Paglia, A.; Chiarello, A; e Sechrest, W. (Orgs.). The 2004 Edentate Species Assessment Workshop. Edentata, n. 6. Washington. P. 3-26.
- Aguiar, O.T. 2003. Comparação entre métodos de quadrantes e parcelas na caracterização da composição florística e fitossociológica de um trecho de Floresta Ombrófila Densa no Parque Estadual "Carlos Botelho" – São Miguel Arcanjo, São Paulo. Dissertação de Mestrado (Recursos Florestais). Piracicaba: ESALQ/USP. 119p.
- Aguirre, A. C. 1951. Sooretama - Estudo sobre o Parque de Reserva, Refúgio e Criação de Animais Silvestres, "Sooretama", no Município de Linhares, Estado do Espírito Santo. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro. (publicação póstuma em 1992).
- Aguirre, A. C. 1971. O Mono Brachyteles arachnoides (E. Geoffroy). Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro.
- Aleixo, A. & Galetti, M. 1997. The conservation of the avifauna in a lowland Atlantic forest in southeast Brazil. Bird Conservation International 7: 235-261.

- Aleixo, A., Galetti, M. 1997. The conservation of the avifauna in a lowland Atlantic forest in southeast Brazil. *Bird Conservation International* 7: 235-261.
- Alencar, R.M.A; Nogueira, J.C.B; Emmerich, W. Terras do 2o Perímetro de São Roque e suas características fisiográficas. *Boletim Técnico do Instituto Florestal, São Paulo*, v.20, p.1-13. 1976.
- Amori G., Gippoliti S. 2001. Identifying priority ecoregions for rodent conservation at the genus level. *Oryx* 35(2): 158-165.
- Aoki, H; Saraiva, I.R. Análise temporal da cobertura vegetal da Reserva Florestal de Ibiúna através de fotografias aéreas. *Silvicultura em São Paulo, São Paulo*, v.16A, n.3, p.1806-1810. 1982.
- APG (Angiosperm Phylogeny Group). 2003. An update of the angiosperm phylogeny group classification for the orders and families of flowering plants: APG II. *Botanical Journal of the Linnaen Society of London* 141: 399-436.
- Araújo, A.C.S. 2004. Emprego de armadilhas fotográficas em inventários e conservação de mamíferos em área de Mata Atlântica do Espírito Santo, sudeste do Brasil. Dissertação de mestrado, PUC-MG, Belo Horizonte, 100 pp.
- Auricchio, P; F. Olmos. Northward range extension for the european hare, *Lepus europaeus* Pallas, 1778 (Lagomorpha - Leporidae) in Brazil. *Publicações avulsas do Instituto Pau Brasil*, n.2. 1999, p.1-5.
- Ávila-Pires, T. C. S. 1995. Lizards of Brazilian Amazonia (Reptilia: Squamata). *Zool. Verh.* 1995: 3-706.
- Ayres, J.M. & C. Ayres. 1979. Aspectos da caça no alto rio Aripuanã. *Acta Amazonica*, 9: 287-298.
- Batista, C.G. 2001. Estrutura genética populacional de *Physalaemus cuvieri* Fitzinger, 1826 (Lissamphibia: Leptodactylidae) em fragmentos antrópicos e naturais de cerrado. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 31 pp.
- Beisiegel B. M. 1999. Contribuição ao estudo da história natural do cachorro-do-mato, *Cerdocyon thous*, e do cachorro vinagre, *Speothos venaticus*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- Beisiegel B. M. 2001. Notes on the coati, *Nasua nasua* (Carnivora: Procyonidae) in an Atlantic Forest area. *Braz. J. Biol.* [online] 61(4): 689-692.
- Beisiegel B. M., Mantovani W. 2006. Habitat use, home range and foraging preferences of the coati *Nasua nasua* in a pluvial tropical Atlantic forest area. *Journal of Zoology* 269(1): 77-87
- Beisiegel B.M. 1999. Contribuição ao estudo da história natural do cachorro-do-mato, *Cerdocyon thous*, e do cachorro vinagre, *Speothos venaticus*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- Beisiegel B.M. 2001. Notes on the coati, *Nasua nasua* (Carnivora: Procyonidae) in an Atlantic Forest area. *Braz. J. Biol.* 61(4): 689-692.
- Beisiegel B.M., Mantovani W. 2006. Habitat use, home range and foraging preferences of the coati *Nasua nasua* in a pluvial tropical Atlantic forest area. *Journal of Zoology* 269(1): 77-87.
- Beisiegel, B.M., Polegatto, C. 2007. Plano de Manejo do Parque Estadual Intervales (PEI) – Relatório Técnico: Fauna. São Paulo.
- Bicca-Marques J.C.; V.M. da Silva; D.F. Gomes. 2006. Ordem Primates In: Reis, N.R.; Peracchi, A.L., Pedro, W.A. Lima, I.P. (Eds.) *Mamíferos do Brasil*. 1ªed. Londrina - Paraná. 473p.

- Bizzerril, C. R. S. F. & Lima, N. R. W. 2000. Levantamento da Ictiofauna da Bacia do Rio Ribeira, Brasil. *Acta Biologica Leopoldensia*. Vol. 22. N° 1. Janeiro/junho. p. 103 - 110.
- Bizzerril, C. R. S. F. 1994. Análise taxonômica e biogeografia da ictiofauna de água doce do leste brasileiro. *Acta Biologica Leopoldensia*. Vol 16: 51-80.
- Bodmer, R. E., J. F. Eisenberg & K. H. Redford. 1997. Hunting and the likelihood of extinction of Amazonian mammals. *Conservation Biology*, 11: 460-466.
- Boitani, L.; Ciucci, P. 1995. Comparative Social Ecology of Feral Dogs and Wolves. *Ethology Ecology & Evolution*, 7: 49-72.
- Bonvicino, C. R., Langguth, A., Lindberg, S. M.; Paula, A. C. 1997. An elevational gradient study of small mammals at Caparaó National Park, South Eastern Brazil. *Mammalia*. n.61 v.4 p.547-560.
- Bonvicino, C. R.; Lindbergh, S. M.; Maroja, L. S. 2002. Small non-flying mammals in altered and conserved areas of Atlantic Forest and Cerrado: comments on their potential use for monitoring environment. *Brazilian Journal of Biology*. São Carlos. n.62 v.4 p1-12.
- Breier, T.B. O epifitismo vascular em florestas do Sudeste do Brasil. Tese de Doutorado (Biologia Vegetal). Campinas: IB/UNICAMP. 139p. 2005.
- Britski, H. A. 1972. Peixes de água doce do estado de São Paulo - Sistemática. p. 79 -108, In *Poluição e Piscicultura*. Fac. Saúde Pública da USP e Inst. De Pesca, São Paulo, 216 p.
- Britski, H. A. 1994. A fauna de peixes Brasileiros de Água Doce e o Represamento de Rios. In: *Seminário sobre fauna aquática e o setor elétrico brasileiros; fundamentos, reuniões temáticas preparatórias: caderno I - fundamentos*, Foz do Iguaçu, 4-5 agosto, 1993. Comitê Coordenador das Atividades do Meio Ambiente do Setor Elétrico - COMASE. - R.J.: ELETROBRÁS, 60p.
- Brooks T. M., Mittermeier R. A., Mittermeier C. G., Da Fonseca G. A., Rylands A. B., Konstant W. R., Flick P., Pilgrim J., Oldfield S., Magin G., Hilton-Taylor C. 2000. Habitat Loss and Extinction in the Hotspots of Biodiversity. *Conservation Biology* 16(4):909-923.
- Brown, B.E. 2004. Atlas of new world marsupials. *Fieldiana Zoology: New Series*. V.102, p.1-108
- Brown, K. S., Jr. & G. G. Brown. 1992. Habitat alteration and species loss in Brazilian forests. In T.C. Whitmore & J.A. Sayer (eds.). *Tropical Deforestation and Species Extinction*. Chapman & Hall, London. p. 119-142.
- Bruner A. G., Gullison R. E., Rice R. E., da Fonseca G. A. B. 2000. Effectiveness of Parks in Protecting Tropical Biodiversity. *Science* 291:125-128.
- Bueno A. A. 2008. Pequenos mamíferos não-voadores da reserva Florestal de Morro Grande - distribuição das espécies e da diversidade em uma área de mata Atlântica. Tese de Doutorado. Instituto de Biologia, USP, São Paulo, SP. Pp 116
- Butler, J. R. A. & J. T. Du Toit. 2002. Diet of free-ranging domestic dogs (*Canis familiaris*) in rural Zimbabwe: implications for wild scavengers on the periphery of wild reserves. *Animal Conservation*, 5: 29-37.
- Butler, J. R. A.; J. T. Du Toit & L. Bingham. 2004. Free-ranging domestic dogs (*Canis familiaris*) as predators and prey in rural Zimbabwe: threats of competition and disease to large wild carnivores. *Biological Conservation*, 115: 369-378.

- Cabrera, A.; J.Yepes. 1960. Mamíferos sud americanos. Vida, costumbres y descripción. 2.ed. Buenos Aires: Ed. Comp. Argent., 1960. 370p.
- Cáceres, N.C. 2004. Diet of three didelphid marsupials (Mammalia, Didelphimorpha) in southern Brazil. *Mammalian Biology*. v.69, n.6, p.430-433.
- Caramaschi, U., Carcerelli, L.C.C. & Feio, R.N. 1991. A new species of *Physalaemus* (Anura: Leptodactylidae) from Minas Gerais, Southeastern Brazil. *Herpetologica*, 47 (2): 148-151.
- Carmignotto, A. P.; A. Higa; A. Bezerra & M. A. Geraldés. 2006. Relatório Técnico de Mamíferos, Módulo Biodiversidade, Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar. PPMA e Instituto Ekos Brasil.
- Carss, D.N. 1995. Prey brought home by domestic cats (*Felis catus*) in northern Scotland. *Journal of Zoology*, 237:678-686.
- Carvalho F.M.V.; P.S. Pinheiro; F.A.S. Fernandez; J.L. Nessimian. 1999. Diet of small mammals in Atlantic Forest fragments in southeastern Brazil. *Revista Brasileira de Zoologia*. v.1, n.1, p.91-101.
- Carvalho JR., O.; S.F. Ferrari; K.B. Strier. 2004. Diet of a murequi group (*Brachyteles arachnoides*) in continuous primary forest. *Primates*, Inuyama, V.45. p.201-204, 2004.
- Carvalho, A. L. G.; Araújo, A. F. B. & Silva H. R. 2007. Lagartos da Marambaia, um remanescente insular de Restinga e Floresta Atlântica no estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Biota Neotropica*, 7(1): 221-226.
- Carvalho-e-Silva, S. P. & Fernandes, R. 1994. Natural history notes. *Chironius bicarinatus* (NCN). Foraging Behavior. *Herpetological Review*, 25: 28.
- Casatti, L. 2002. Alimentação dos peixes em um riacho do parque estadual do Morro do Diabo, bacia do alto rio Paraná, sudeste do Brasil. *Biota Neotropica* v2 (n2).
- Casatti, L.; Langeani, F. & R. M. C. Castro. 2001. Peixes de riacho do parque estadual do Morro do Diabo, bacia do alto rio Paraná, SP. *Biota Neotropica* v1 (n1).
- Castro, R. M. C & Menezes, N. A. 1998. Estudo diagnóstico da diversidade de peixes do Estado de São Paulo, In: Biodiversidade do Estado de São Paulo, Brasil. Síntese do conhecimento ao final do séc XX, V6. Vertebrados. São Paulo. Wiermergraph - FAPESP, Castro, R. M. C. Ed.; Joly, C. A.; Bicudo, C. E. M. Orgs. 71p.
- Castro, R. M. C., L. Casatti, H. F. Santos, K. M. Ferreira, A. C. Ribeiro, R. C. Benine, G. Z. P. Dardis A. L. A. Melo, R. Stopiglia, T. X. Abreu, F. A. Bockmann, M. Carvalho, F. Z. Gibran, & F. C. T. Lima. 2003. Estrutura e composição da ictiofauna de riachos do rio Paranapanema, sudeste do Brasil. *Biota Neotropica*, v 3 (n3).
- Castro, R. M. C.; Cassatti, L.; Santos, E. F.; Melo, A. L. A.; Martins, L. S. F.; Ferreira, K. M.; Gibran, F. Z.; Benine, R. C.; Carvalho, M.; Ribeiro, A. C.; Abreu, T. N.; Bockmann, F. A.; Pelção, G. Z.; Stopiglia, R. & Langeani, F. Estrutura e Composição da Ictiofauna de Riachos da Bacia do Rio Grande no Estado de São Paulo, Sudeste do Brasil. *Biota Neotropica*. v. 4 (n1): 1 – 39. 2004.
- Castro, R.M.C., Menezes, N.A. 1998. Estudo diagnóstico da diversidade de peixes do Estado de São Paulo, In: Biodiversidade do Estado de São Paulo, Brasil. Síntese do conhecimento ao final do séc XX, V6. Vertebrados. São Paulo. Wiermergraph - FAPESP, Castro, R. M. C. Ed.; Joly, C. A.; Bicudo, C. E. M. Orgs. 71p.

- CBRO. 2007. Lista das aves do Brasil, versão 16/08/2007. Disponível em <http://www.cbro.org.br/CBRO/listabr.htm>.
- Centofante, L. Citogenética comparativa entre ictiofáunulas isoladas por um divisor de águas em regiões limítrofes de duas bacias hidrográficas na Serra da Mantiqueira. São Carlos: UFSCar, 2003. 163p. (Tese de doutorado).
- CEO. 2009. Lista das Aves do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.ceo.org.br>. Acessado em fevereiro de 2009.
- CESP. 1996. Aspectos Limnológicos, Ictiológicos e Pesqueiros de Reservatórios da CESP no período de 1986 a 1994. Série Pesquisa e Desenvolvimento, 136. São Paulo, SP. 81p.
- Charles-Dominique, P. 1983. Ecology and social adaptations didelphid marsupials: Comparison with similar ecology. Em: Eisenberg, J.F.; Kleiman, D.G (Ed.) *Advances in study mammalian behaviour*. Shippensburg; Amer. Soc. Mamm.; Pensylvania, p. 392-425. (Special Publication, 7).
- Cheida C.C.; E. Nakano-Oliveira; R. Fusco-Costa; F. Rocha-Mendes; J. Quadros. 2006. Ordem Carnivora In: Reis, N.R.; Peracchi, A.L.; Pedro, W.A.; Lima, I.P. (Eds.) *Mamíferos do Brasil*. 1ªed. Londrina - Paraná. 473p.
- Chiarello, A. G. 1999. Effects of fragmentation of the Atlantic forest on mammal communities in South-eastern Brazil. *Biological Conservation*, 89: 71-82.
- Chiarello, A. G. 2000. Influência da caça ilegal sobre mamíferos e aves das matas de tabuleiro do norte do estado do Espírito Santo. *Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão*, 11/12: 229-247.
- Churcher, P. B. & J. H. Lawton. 1987. Predation by domestic cats in English village. *Journal of Zoology*, 212:439-455.
- Cicchi, P.J.P.; De Sena, M.A. Peccinini-Seale, D.M. and Duarte, M.R. 2007. Snakes from coastal islands of State of São Paulo, Southeastern Brazil. *Biota Neotrop*. vol. 7, no. 2.
- CNEC Engenharia S.A. 2008. Estudos para Regularização de Usinas da CBA na Bacia do Rio Juquiá. São Paulo, SP: volumes I, II e III (RT 04).
- CNEC Engenharia S.A. 2008. Estudos para Regularização de Usinas da CBA na Bacia do Rio Juquiá – RT 06 – Barra.
- Colli, G.R., Araújo, A.F.B., Silveira, R. & Roma, F. 1992, Niche partitioning and morphology of two syntopic *Tropidurus* (Sauria: Tropiduridae) in Mato Grosso, Brazil. *Journal of Herpetology*, 26: 66-69.
- Colli, G.R., Bastos, R.P. & Araújo, A.F.B. 2002. The character and dynamics of the Cerrado herpetofauna. Pp. 223-241. In: P. S. Oliveira and R. J. Marquis (Eds.), *The Cerrados of Brazil: Ecology and Natural History of a Neotropical Savanna*. Columbia University Press, New York.
- Condez, T. H., Dixo, M. e Sawaya, R. J. Influência do tamanho de fragmentos florestais de mata atlântica na anurofauna de serapilheira nos municípios de tapiraí e piedade, sp., In: 3 Congresso Brasileiro de Herpetologia, 2007, Belém - PA. Anais do 3 Congresso Brasileiro de Herpetologia, 2007.
- Corn, P. S., 1994. Straight-line drift fences and pitfall traps. Pp 109-117. In: W. R. Heyer, M. A. Donnelly, R. W. McDiarmid, L. A. C. Hayek e M. S. Foster. *Measuring and monitoring biological diversity. Standard methods for amphibians*. Smithsonian Institution Press, Washington.

- Cruz, A. & Abe, S. A., 1993. Diet Composition of Two Syntopic Species of Neotropical Amphisbaenians, *Cercolophia roberti* and *Amphisbaena mertensii*. *Journal of Herpetology*, 27, No. 2, pp. 239-240.
- Cullen, L., Jr., R. E. Bodmer & C. Valladares-Pádua. 2001. Ecological consequences of hunting in Atlantic forest patches, São Paulo, Brazil. *Oryx*, 35: 137-144.
- Cullen, L., Jr.. 1997. Hunting and Biodiversity in Atlantic Forest Fragments, São Paulo, Brazil. Tese de Mestrado (MSc.), University of Florida, Gainesville.
- Cunha, A. A. & H. Rajão. 2007. Mamíferos terrestres e aves da Terra Indígena Sapukai (Aldeia Guarani do Bracuí), Angra dos Reis, RJ, Brasil. *Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão*, 21: 19-34.
- Cunha, O. R. & Nascimento, F. P. Ofídios da Amazônia XX: as espécies de *Atractus* Wagler, 1828, na Amazônia oriental e Maranhão (Ophidia, Colubridae). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 123:1-38, 1983.
- Cunha, o. R.; Nascimento, F. P. 1978. Ofídios da Amazônia X – As cobras da região leste do Pará. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi* 31, p. 1-218.
- Dahmer, T. D. 2001. Feral dogs and civet mortality on Kau Sai Chau, Sai Kung. *Porcupine*, 24: 16-18.
- Davis, D. E. 1947. Notes on the life history of some Brazilian mammals in two Brazilian forest. *Boletim do Museu Nacional*, v76 p1-8.
- Dean, W. 1995. *With Broadax and Firebrand - The Destruction of the Brazilian Atlantic Forest*. University of California Press, Berkeley.
- Deem, S. L., W. B. Karesh and W. Weisman, 2001. Putting theory into practice: Wildlife health in conservation. *Conservation Biology* 15: 1224-1233.
- Develey, P.F. 2004. Efeitos da fragmentação e do estado de conservação da floresta na diversidade de aves de Mata Atlântica. Tese (Doutorado). São Paulo: IB/USP. 135p.
- Diamond, J. M. & C. R. Veitch. 1981. Extinctions and introductions in the New Zealand avifauna: cause and effect? *Science* 211: 499-501.
- Diamond, J. M. 1989. Conservation Biology, 900 kiwis and a dog. *Nature*, 338: 544-544.
- Dias, A.C. Composição florística, fitossociologia, diversidade de espécies arbóreas e comparação de métodos de amostragem na Floresta Ombrófila Densa do Parque Estadual de Carlos Botelho, SP Brasil. Tese de Doutorado (Recursos Florestais). Piracicaba: ESALQ/USP. 166p. 2005.
- Di-Bernardo, M. 1991. Estudo revisivo de *Natrix melanostigma* Wagler, 1824, com a revalidação de *Echinantera* Cope, 1894 e análise cladística dos táxons afins (Serpentes, Colubridae, Xenodontini). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 222p.
- Dixo, M. B. O. Diversidade de sapos e lagartos de serrapilheira numa paisagem fragmentada do Planalto Atlântico de São Paulo. Tese de Doutorado, Instituto de Biociências da USP, 180p, 2005.
- Dixo, M. B. O.; Verdade, V. K. Herpetofauna de serrapilheira da Reserva Florestal de Morro Grande, Cotia,(SP). *Biota Neotropica*, 6(2), 2006.
- Dixo, M.B.O. 2005. Diversidade de sapos e lagartos de serrapilheira numa paisagem fragmentada do Planalto Atlântico de São Paulo. Tese de Doutorado, Instituto de Biociências da USP, 180 pp.

- Dixo, M.B.O., Verdade, V.K. 2006. Herpetofauna de serapilheira da Reserva Florestal de Morro Grande, Cotia (SP). *Biota Neotropica* 6(2).
- Dixon, J. R. & Soini, P. 1977. The reptiles of the upper Amazon basin, Iquitos region, Peru. II. Crocodylians, turtles, and snakes. *Museum Contributions of Biology and Geology* (Milwaukee Publications), 12: 1-71
- Dixon, J. R., Wiest, J. A. & Cei, J. M. 1993. Revision of the tropical snake *Chironius* Fitzinger (Serpentes, Colubridae). *Museo Regionale de Scienze Naturali* (Monografie), 13: 1-279.
- Duellman, W.E. 2005. *Cusco Amazónico. The lives of Amphibians and Reptiles in an Amazonian Rainforest*. Comstock Publishing Associates, Ithaca, 433 pp.
- Duke Energy International Geração Paranapanema, 2003. *Peixes do rio Paranapanema*. Ed. Horizonte Geográfico. 112 p.
- Eisemberg, C.C., Cassimiro, J. & Bertoluci, J. 2004. Notes on the diet of the rare gymnophthalmid lizard *Ecleopus gaudichaudii* from southeastern Brazil. *Herpetol. Rev.* 35(4):336-337.
- Eisenberg, J. F.; K. H. Redford. 1999. *Mammals of the neotropics: the central neotropics*. Chicago: The University of Chicago Press, 190 p.
- Elton, D. K. 1972. *The ecology of invasions by animals and plants*. London, Chapman & Hall.
- Emmons, L. H.; Feer, F. 1990. *Neotropical rainforest mammals, a field guide*. Chicago, University of Chicago Press, 187 p.
- Eterovick, P. C. & Sazima, I. 2004. *Anfíbios da Serra do Cipó*. Editora PUCMinas, Belo Horizonte, 150 p.
- Eterovick, P.C.; Carnaval, A.C.O.Q.; Borges-Nojosa, D.M.; Silvano, D.; Segalla, M.V.; Sazima, I. 2005. Amphibian declines in Brazil: an overview. *Biotropica*, v.37, p.166–179.
- Faivovich, J.; Haddad, C. F. B.; Garcia, P. C. A.; Frost, D. R.; Campbell, J. A.; Wheeler, W. C. 2006. Systematic review of the frog family Hylidae, with special reference to Hylinae: phylogenetic analysis and taxonomic revision. *Bulletin of The American Museum Of Natural History*, n. 224. 240p.
- Fernandes, R., Freire, E. M. X. & Puerto, G. 2000. Geographic variation of the Brazilian Atlantic Rainforest snake *Atractus maculatus* (Günther, 1858) with revalidation of *Rhabdosoma zebrinum* Jan, 1862 (Serpentes: Colubridae). *Boletim do Museu Nacional*, 419: 1-8.
- Fichberg, I. 2000. *Desenvolvimento e validação do índice de integridade Biótica para o trecho médio inferior do rio Paraíba do Sul, utilizando a comunidade de peixes*. Dissertação de Mestrado, não publicada. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 108 p.
- Fleury, M. & M. Galetti. 2004. Effects of microhabitat on palm seed predation in two forest fragments in southeast Brazil. *Acta Oecologica*, 26(3): 179-184.
- Fonseca G. A. B. 1985. The vanishing Brazilian Atlantic forest. *Biological conservation* 34(1):17-34.
- Fonseca G. A. B., Herrmann G., Leite, Y. L. R., Mittermeier R. A. , Rylands A. B., Patton J. L. 1996. Lista anotada dos mamíferos do Brasil. *Occas. Pap. Conserv. Biol.* 4:1-38.
- Fonseca, G. A. B. & J. G. Robinson. 1990. Forest size and structure: competitive and predatory effects on small mammal communities. *Biological Conservation*, 53: 265-294.

- Fonseca, G. A. B.; G. Herrmann; Y. L. R. Leite ; R. A. Mittermeier; A. B. Rylands; J. L. Patton 1996. Lista anotada dos mamíferos do Brasil. *Occasional Papers in Conservation Biology*, v. 4 p.1-38.
- Forlani, M. C. 2006. Levantamento de anfíbios do Parque estadual Carlos Botelho, São Paulo. Monografia de Conclusão de Curso, Biologia, Faculdade de Ciências Biológicas, Exatas e Experimentais da Universidade Presbiteriana Mackenzie. 68p.
- Fragoso J.M.V .1994. Large mammals and the community dynamics of an Amazonian Tain Forest. Tese de (doutorado Phd). University of Florida, Gainesville. 210p.
- Freitas, M.A; T.F.S. Silva. 2005. Guia ilustrado-Mamíferos da Bahia: espécies continentais. Pelotas: Useb, 2005, p.108.
- Frost, D. R., & R. Etheridge. 1989. A phylogenetic analysis and taxonomy of iguanian lizards (Reptilia: Squamata). *Misc. Publ. Mus. Nat. Hist. Univ. Kansas* 81: 1-65.
- Frost, D., Etheridge, R., Janies, D. & Titus, T. 2001a. Total Evidence, Sequence Alignment, Evolution of Polychrotid Lizards, and a Reclassification of the Iguania (Squamata: Iguania). *American Museum Novitates*, 3343: 1-38.
- Frost, D.R., Rodrigues, M.T., Grant, T. & Titus, T.A. 2001b. Phylogenetics of the lizard genus *Tropidurus* (Squamata: Tropiduridae: Tropidurinae): direct optimization, descriptive efficiency, and sensitivity analysis of congruence between molecular data and morphology. *Molecular Phylogenetics and Evolution*, 21 (3): 352–371.
- Frost, Darrel R. 2009. Amphibian Species of the World: an online reference. Version 5.3 (12 February, 2009). Electronic Database accessible at <http://research.amnh.org/herpetology/amphibia/American Museum of Natural History, New York, USA>.
- Frost, F. D., Grant, T., Faivovich, J., Bain, R.H., Haas, A., Haddad, C.F.B., De Sá, R.O., Channing, A., Wilkinson, M., Donnellan, S.C., Raxworthy, C.J., Campbell, J.A., Blotto, B.L., Moler, P., Drewes, R.C., Nussbaum, R.A., Lynch, J.D., Green, D.M. & Wheeler, W.C. 2006. The Amphibian Tree of Life. *Bulletin of the American Museum of Natural History*, 297: 1-370.
- Fundação Biodiversitas. 2005. Revisão da Lista da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção. (Workshop realizado em Junho de 2005). Disponível em <http://www.biodiversitas.org.br>.
- Galetti, M. & I. Sazima. 2006. Impacto de cães ferais em um fragmento urbano de Floresta Atlântica no sudeste do Brasil. *Natureza e Conservação*, 4: 58-63.
- Galindo-Leal C., Câmara I.G. 2005. Mata atlântica: diversidade, ameaças e perspectivas. São Paulo, Fundação SOS Mata Atlântica/ Belo Horizonte, Conservação Internacional
- Galindo-Leal, C.; Câmara, I.G. 2003. Atlantic Forest hotspot status: an overview, in: Galindo-Leal, C., Câmara, I.G. (Eds.), *The Atlantic Forest of South America: biodiversity status, threats, and outlook*. Island Press, Washington, pp. 3-11.
- Gentile, R; D' Andrea, P. S. ; R. Cerqueira. 1997. Home ranges of *Philander frenata* and *Akodon cursor* in a Brazilian Restinga (coastal shrubland). *Mastozoología Neotropical*, v. 4, n. 2, p. 105-112.
- Giraudó, A. 2001. Serpientes de la Selva Paranaense y del Chaco Húmedo. L.O.L.A. Editora, Buenos Aires, 285 pp.

- González, E. M. 2000. Un nuevo género de roedor sigmodontino de Argentina e Brasil (Mammalia: Rodentia: Sigmodontinae). *Comunicaciones Zoológicas del Museo de Historia Natural de Montevideo*, v. XII, n. 195, p. 1-12.
- Grant, T.; Frost, D.R.; Caldwell, J.P.; Gagliardo, R.; Haddad, C.F.B.; Kok, P.J.R.; Means, D.B.; Noonan, B.P.; Schargel, W.E.; Wheeler, W.C., 2006 Phylogenetic systematics of Dart-Poison frogs and their relatives (Amphibia: Athesphatanura: Dendrobatidae). *Bulletin of the American Museum of Natural History*, v.299, p.1-154.
- Grelle (2000). *Areografia dos Primatas Endêmicos da Mata Atlântica*. Tese (Doutorado em Zoologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Guix, J. C. & Lopes, R.M., 1989. Occurrence of *Hyla geographica* Spix and *Bufo crucifer* Wied tadpoles in brackish water environment in the Juréia region (São Paulo, SE Brazil). *Amphibia-Reptilia*, 10: 185-192.
- Guix, J.C., Tabanez, A.A.J., da Silva, A.N., Lopez, C., Martínez, C., Matheu, E., de Souza, F.L., Pisciotta, K.R., Bradbury, N., & Portilho, W.G. 1992. Viagem de reconhecimento científico a algumas áreas desconhecidas da Fazenda Intervales, Estado de São Paulo, durante o período de 04 a 16 de outubro de 1991. Grupo de Estudos Ecológicos, série documentos n° 4. São Paulo, Brazil. 94p.
- Haddad C. F. B. 1998. Biodiversidade dos anfíbios no Estado de São Paulo. Pages 16-26 in Castro R. M. C., ed. *Biodiversidade no Estado de São Paulo (Brazil): Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo*.
- Haddad C. F. B., Prado C. P. A. 2005. Reproductive Modes in Frogs and Their Unexpected Diversity in the Atlantic Forest of Brazil. *BioScience* 55(3):207-217.
- Haddad, C.F.B. & Sazima, I. 1992: Anfíbios anuros da Serra do Japi. In: L.P.C. Morellato (Org.), *História Natural da Serra do Japi: ecologia e preservação de uma área florestal no Sudeste do Brasil*. UNICAMP/FAPESP, Campinas.
- Handley, C.O. Jr. 1989. The *Arctibeus* of Gray 1838. In: Redford, K.H.; Eisenberg, J.F. (Eds.). *Advances in Neotropical mammalogy*. p.443-468. Gainesville:Sandhill Crane Press.
- Hanken, J. & Wake, D.B. 1993. Miniaturization of Body Size: Organismal Consequences and Evolutionary Significance. *Annual Review of Ecology and Systematics*, 24: 501-519.
- Hershkovitz, P. 1992. The South American gracile mouse opossums, genus *Gracilinanus microtarsus* Gardner and Greighton, 1989 (Marmosidae, Marsupialia): a taxonomic review with notes on general morphology and relationships. *Fieldiana*, v. 70, p.1-70.
- Heyer, W. R.; Donnelly, M. A.; McDiarmid, R. W., Hayek, L. A. C. & Foster, M. S. 1994. *Measuring and monitoring biological diversity: standart methods for Amphibians*. Smithsonian Institution Press. 364p.
- Heyer, W.R, 1988. Declinations extinctions, and colonizations os frog populations in southest Brazil and their evolutionary implications. 230-235.
- Heyer, W.R.; Rand, A.S.; Cruz, C.A.G.; Peixoto, O.L. & Nelson, C.E., 1990. Frogs of Boracéia. *Arquivos de Zoologia*, São Paulo, 31:231-410.
- Hueck, K. 1972a. *As florestas da América do Sul, ecologia, composição e importância económica*. (trad. H. Reichardt). Editora Universidade de Brasília / Editora Polígono. 466 p.

- Hueck, K. 1972b. Mapa de la vegetación de América del Sur (1: 8.000.000). Adap. Paul Seibert. Forstliche Forschungsanstalt München. Gustav Fisher Verlag, Stuttgart.
- IBGE. 1995. Mapa da Vegetação do Brasil. Rio de Janeiro. 1 mapa: color. (seg. impressão); 90 x 107 cm. Escala 1:5.000.000.
- IUCN (International Union for Conservation of Nature). 2006. IUCN Red List of Threatened Species. Disponível em: www.iucnredlist.org.
- IUCN (International Union for Conservation of Nature). 2008 IUCN Red List of Threatened Animals. Disponível em: www.iucnredlist.org. 2008.
- IUCN (International Union for Conservation of Nature). 2001. IUCN Red List Categories and Criteria. version 3.1. IUCN Species Survival Commission. IUCN, Switzerland and Cambridge, UK.
- IUCN (International Union for Conservation of Nature). 2006. Global Amphibian Assessment. <www.globalamphibians.org>. Último acesso em 10 de dezembro de 2008.
- Izecksohn, E. & Carvalho-e-Silva, S.P. 2001. Anfíbios do município do Rio de Janeiro. Editora da UFRJ, Rio de Janeiro, 147 pp
- Jones, C.; Mcshea, W. J.; Conroy M. J.; et. Kunz, H. 1996. Capturing mammals. In: D. E. Wilson, F. R. Cole, J. D. Nichols, R. Rudran e M. Foster. Measuring and monitoring biological diversity. Standard methods for mammals. Smithsonian Institution Press. Pp. 115-156.
- Karr, J. R. Assessment of biotic integrity using fish communities. Fisheries. 6(6): 21-27. 1981. Kiesecker, J.M., 2003. Invasive Specie as a Global Problem. In: Amphibian Conservation. Eds. Semlitsch, R.D. & Wade, D.B. Smithsonian Institution, Pg 113-126.
- Lane, F. 1990. A hunt for "monos" (*Brachyteles arachnoides*) in the foothills of the Serra da Paranapiacaba, São Paulo, Brazil. Primate Conservation, 11: 23-25.
- Langeani, F. 1989. Ictiofauna do alto curso do rio Tietê (SP): taxonomia. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo: IBUSP.
- Langeani, F.; Castro, R.M.C; Oyakawa, O.T.; Shibatta, O.A.; Pavanelli, C. & Cassatti, L. 2007. Diversidade da ictiofauna do Alto Paraná: composição atual e perspectivas futuras. Biota Neotropica. Vol(7) n(3) (Disponível em: WWW.scielo.br/pdf/bn/v7n3/19.pdf)
- Leitão Filho, H.F. (coord.) 1993. Ecologia da Mata Atlântica em Cubatão. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista; Campinas, Editora da Universidade de Campinas. 184p.
- Leite P. R. 2003. Logística Reversa: Meio Ambiente e Competitividade. São Paulo: Prentice Hall.
- Leite, C.B.; Metzger, J.P. 2007. Relatório parcial de atividades: Estudo sobre os efeitos do processo de fragmentação e perda de habitat sobre a comunidade de aves na região do Parque Estadual de Jurupará, SP. São Paulo: IB/USP.
- Leite, M. R. P. 2000. Relações entre a onça pintada, onça preta e moradores locais em três unidades de conservação da floresta atlântica do estado do Paraná, Brasil. Dissertação de Mestrado, Pós graduação em Ciências Florestais, Universidade Federal do Paraná.
- Leite, P.R. 2003. Logística Reversa: Meio Ambiente e Competitividade. São Paulo: Prentice Hall.
- Leite, Y. L. R. 2003. Evolution and systematics of the Atlantic tree rats, genus *Phyllomys* (Rodentia, Echimyidae), with description of two new species. University of California Press Publications in Zoology. Berkeley. v. 132, p. 1-118.

- Leite, Y.L.R.; L.P. Costa; J.R. Stallings. 1996. Diet and vertical space use of three sympatric opossums in a Brazilian Atlantic forest reserve. *Journal of Tropical Ecology*. v.12,p.435-440.
- Levantamento de espécies de mamíferos da Fazenda Intervales, Serra do Paranapiacaba. Tese (São Paulo: Departamento de Biologia da FFCLRP/USP, 125p.
- Lima, F. C. T. & Rosa, R. 2005. Peixes. p 67-81. In: Lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção, Incluindo as espécies quase ameaçadas e deficientes em dados. Machado, A. B. M.; Martins, C. S.; Drummond, G. M. Editores. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas. 160p. il. Color., tabs.
- Lima, H.C., Guedes-Bruni, R.R. 1997. Diversidade de plantas vasculares na Reserva Ecológica de Macaé de Cima, in: Lima, H.C., Guedes-Bruni, R.R. (Eds.), Serra de Macaé de Cima: diversidade florística e conservação em Mata Atlântica. Rio de Janeiro, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, pp. 29-39.
- Lucinda, P. H. F. 2008. Systematics and biogeography of the genus *Phalloceros* Eigenmann, 1907 (Cyprinodontiformes: Poeciliidae: Poeciliinae), with the description of twenty-one new species. *Neotropical Ichthyology*. Vol 6. N°2. April/June. p. 113 - 158.
- Lutz, B. 1973. Brazilian species of *Hyla*. University of Chicago Press, Austin. fication for the family. *Biol. J. Linn. Soc.* 74:317-340.
- Machado, A. B. M.; C. S. Martins & G. M. Drummond. 2005. Lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção, incluindo as espécies quase ameaçadas e deficientes em dados. Belo Horizonte, Fundação Biodiversitas. 160p.
- Magalhães, A. C. 1939. Ensaio Sobre a Fauna Brasileira. Secretaria de Agricultura, Industria e Comércio do Estado de São Paulo, São Paulo.
- Manço, D.G., Adriani, E.P. Trematore, F., Gregorin, R., Silva, S.B.P. 1991. Levantamento de espécies de mamíferos da Fazenda Intervales, Serra do Paranapiacaba. Tese (São Paulo: Departamento de Biologia da FFCLRP/USP, 125p.
- Marques, O. A. V. & Sazima, I. 2004. História Natural dos répteis da Estação Ecológica Juréia-Itatins. In: Marques, O. A. V. & Duleba, W. (eds.). Estação Ecológica Juréia-Itatins. Ambiente físico, flora e fauna. Holos Editora, Ribeirão Preto, pp.257-277.
- Marques, O. A. V. 1998. Composição faunística, história natural e ecologia de serpentes da Mata Atlântica, na região da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, SP. Tese de doutorado. Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, São Paulo, 135 p.
- Marques, O. A. V., Eterovic, A.. SAZIMA, I. 2001. Serpentes da Mata Atlântica guia ilustrado para a Serra do Mar. 184 pp, Ribeirão Preto, Editora Holos.
- Martins, M , Oliveira, M. E. 1998. Natural history of snakes in forests of the Manaus Region, Central Amazonia, Brazil. *Herpetological Natural History* 6 (2), p. 78-150,
- Martins, M. & Haddad, C. F. B. 1988. Vocalizations and reproductive behaviour in the smith frog, *Hyla faber* Wied (Amphibia: Hylidae). *Amphibia-Reptilia*, 9: 46-60.
- Martuscelli, P., L. M. Petroni & F. Olmos. 1994. Fourteen new localities for the muriqui *Brachyteles arachnoides*. *Neotropical Primates*, 2: 12-15.
- Mateos, E., Guix, J.C., Serra, A. & Pisciotta, K. 2002. Censuses of Vertebrates in a Brazilian Atlantic Rainforest Area: The Paranapiacaba Fragment. Centre de Recursos de Biodiversitat Animal, Divisió de Ciències Experimentals i Matemàtiques, Universitat de Barcelona. 229p.

- McLennan, J. A., and M. A. Potter. 1992. Distribution, Population-Changes and Management of Brown Kiwi in Hawkes Bay. *New Zealand Journal of Ecology*, 16: 91-102.
- McLennan, J. A.; M. A. Potter; H. A. Robertson; G. C. Wake; R. Colbourne; L. Dew; L. Joyce; A. J. McCann; J. Miles; P. J. Miller & J. Reid. 1996. Role of predation in the decline of kiwi, *Apteryx* spp, in New Zealand. *New Zealand Journal of Ecology*, 20: 27-35.
- Medri, I.M; G.M. Mourão; F.H.G. Rodrigues. 2006. Ordem Xenarthra In: Reis, N.R.; Peracchi, A.L., Pedro, W.A. Lima, I.P. (Eds.) *Mamíferos do Brasil*. 1ªed. Londrina - Paraná. 473p.
- Melhem, T.S., Wanderley, M.G.L., Martins, S.E., Jung-Mendaçolli, S.L., Shepherd, G.J., Kirizawa, M. (Eds.). 2007. *Flora Fanerogâmica do Estado de São Paulo* (vol. 5). São Paulo: FAPESP. 476p.
- Melo, F. R.; L. G. Dias. 2005. Muriqui population reported in the literature over the last 40 years. *Neotropical Primates* (13(Suppl.)):19-24.
- Menezes, G.V.; Matsukuma, I.M.M.; Yokomizo, N.K.S. (orgs). Relatório de Atividade Triênio 2003/2005 São Paulo: Comissão Técnico-Científica/Instituto Florestal. 2006. Disponível em: http://www.iflorestal.sp.gov.br/pesquisa/Rel_Trienio_2003_2005.pdf.
- Menezes, N. A.; Weitzman, S. H.; Oyakawa, O. T.; Lima, F. C. T. de; Castro, R. M. C.; Weitzman, M. J. 2007. Peixes de Água Doce da Mata Atlântica: Lista Preliminar das Espécies e Comentários sobre Conservação de Peixes Neotropicais de Água Doce. São Paulo: Museu de Zoologia - Universidade de São Paulo. 408 p. il.
- Milles, M. A.; Souza, A. A.; Pova, M. M. 1981. Mammal tracking and nest location in Brazilian Forest with as improved spool-and-line device. *Journal of Zoology*, v. 195, p.331-347.
- Miretzki M. 2005. Padrões de distribuição de mamíferos na Floresta Atlântica brasileira. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- Mittermeier R. A. 1988. Primate diversity and the tropical forest: case studies from Brazil and Madagascar and the importance of megadiversity countries. In:
- Mittermeier R. A., Werner T., Ayres J. M., da Fonseca G. A. B. 1992. País da megadiversidade. *Boletim FBCN*;14(81):20-27.
- Mittermeier, R. A, G. A. B. Fonseca, A. Rylands & C. G. Mittermeier. 1999. Atlantic Forest. pp. 136-147. In Mittermeier, R. A., N. Myres, P. R. Gil & C. G. Mittermeier (eds.). *Earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions*. Cemex. Washington, DC.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente. 2003. Lista oficial das espécies brasileiras ameaçadas de extinção. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/fauna>. Acesso em março de 2005.
- Morato, R.G.; F.H.G. Rodrigues; E. Eizirik; P.R. Mangini; F.C.C. Azevedo. 2004. Plano de ação: pesquisa e conservação de mamíferos carnívoros do Brasil. Brasília: IBAMA. 52p.
- Morellato, L.P.; Haddad, C.F.B.. Introduction: the Brazilian Atlantic Forest. *Biotropica* 32, 786-792. 2000.
- Mori, S.A., Boom, B.M., Carvalho, A.M. & Santos, T.S. 1983. Southern Bahian moist forests. *Botanical Review* 49(2):155-232.
- Mori, S.A., Boom., B.M. & Prance, G.T. 1981. Distribution patterns and conservation of Eastern Brazilian Coastal Forest tree species. *Brittonia* 33(2):233-245.

- Musser, G.G.; M.D. Carleton; E.M. Brothers; A.L. Gardner .1998. Systematic studies of the oryzomyine rodents (Muridae, Sigmodontinae): Diagnoses and distribution of species formerly assigned to *Oryzomys* "capito". New York: Bull. Amer. Mus. Nat. Hist. 236:1-376.
- Mustang, A. M.; J. L. Patton. 1997. Phylogeography and systematics of the slender mouse opossum, *Marmosops* (Marsupialia, Didelphidae), Berkeley: University of California Press, 130 pp.
- Myers N., Mittermeier R. A., Mittermeier C. G., da Fonseca G. A. B. Kent J. 2000. Nature 402: 853.
- Myers, N.; Mittermeier, R.A.; Mittermeier, C.G.; Fonseca, G.A.B.; Kent, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. Nature 403: 863-858. 2000.
- Myers, P. 1978. Sexual dimorphism in size of vespertilionid bats. Amer. Nat. v.112, n.986, p.701-711.
- Nowak, R.M. 1999. Walker's mammals of the world. 6. ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991. 2v.
- Oliveira, J. A.; C. R. Bonvicino. 2006. Ordem Rodentia p. 347-406. In: Reis, N.R.; Peracchi, A.L., Pedro, W.A. Lima, I.P. (Eds.) Mamíferos do Brasil. 1ªed. Londrina - Paraná. 473p.
- Oliveira, M. M. & J. C. C. Oliveira. 1993. A Situação dos cebídeos como indicador do estado de conservação da Mata Atlântica no Estado da Paraíba, Brasil. In Yamamoto, M. E. & M. B. C. de Souza (Eds.). A Primatologia no Brasil, Vol. 4. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. p. 155-167.
- Oliveira, S. H. 2004. Diversidade de Anuros de Serapilheira na Floresta Atlântica e plantio de *Eucalyptus saligna*, no município de Pilar do Sul, SP. Dissertação de Mestrado, Escola de Agricultura Luis de Queiróz.
- Oliveira-Filho, A.T.; Fontes, M.A.L. Patterns of floristic differentiation among Atlantic Forests in southeastern Brazil and the influence of climate. Biotropica 32: 793-810. 2000.
- Oliver, W. L. R. & I. B. Santos. 1991. Threatened endemic mammals of the Atlantic forest region of south-eastern Brazil. Wildlife Preservation Trust Special Scientific Report, 4: 1-126.
- Olmos, 1991. Observation on the behavior and population dynamics of some Brazilian Atlantic Forest rodents. Mammalia 55:555-565.
- Olmos, F.; C. S. São Bernardo & M. Galetti. 2004. O impacto dos Guarani Mbya em Unidades de Conservação paulistas. pp. 246-261 In: Ricardo, F. (Org.). Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- Olmos, F.; M. Milano; J. L. B. Albuquerque; I. G. Câmara; A. F. Coimbra-Filho; M. Galetti; C. G. Pena; M. A. Pizo; A. Aleixo; J. F. Pacheco; C. Bauer & T. R. O. Freitas. 2002. Correção Política e Biodiversidade: a crescente ameaça das "Populações Tradicionais" à Mata Atlântica. In: F. F. C. J. J.L.B. Albuquerque, F.C. Straube e A.L. Roos (Eds.) Ornitologia e conservação da ciência as estratégias. Florianópolis, Editora Unisul.
- Oyakawa, O. T. & Pereira, E. H. L. 2003. *Isbrueckerichthys epakmos*, a new species of loricariid catfish from the rio Ribeira de Iguape basin, Brazil (Teleostei: Siluriformes). Neotropical Ichthyology. Vol 1. N°1. July/September. p. 3 - 11.
- Oyakawa, O. T.; Akama, A.; Mautari, K. C.; Nolasco, J. C. 2006. Peixes de Riacho da Mata Atlântica nas Unidades de Conservação do Vale do Ribeira de Iguape no Estado de São Paulo. São Paulo: Editora Neotrópica. 201 p. il.

- Pardini R., Umetsu F. 2006. Pequenos mamíferos não-voadores da reserva Florestal de Morro Grande - distribuição das espécies e da diversidade em uma área de mata Atlântica. *Biota Neotropica* 6(2). Pp. 22.
- Pardini, R. 1998. Feeding ecology of the neotropical river otter *Lontra longicaudis* in an atlantic Forest stream, south-eastern Brazil. *Journal of Zoology*. v. 245. London: 1998, p.385-391.
- Pardini, R.; Souza, S. M.; Braga Neto, R.; Metzger, J. P. 2005. The role of forest structure, fragment size and corridors in maintaining small mammal abundance and diversity in an Atlantic forest landscape. *Biological Conservation*, v. 124, n. 266, p. 253-266.
- Passamani, M. 2000. Análise da comunidade de marsupiais em Mata Atlântica de Santa Tereza, Espírito Santo. *Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão, Nova Série*, v. 11/12, p. 215-228.
- Patton J. L.; M.N.F. Da Silva; J.R. Malcolm. 2000. Mammals of the rio Juruá and the evolutionary and ecological diversification of Amazonia. *Bulletin of the american Museum of Natural History*. V. 244, New York: p.1-306.
- Patton J.L.; L.P. Costa. 2003. Molecular phylogeography and species limits in rainforst didelphid marsupials od South America. In: Jones, M.E.; C.R. Dickman; M. Archer (eds.). *Predator with Pouchs: biology of carnivorous marsupials*. Melbourne: CSRO Press. p.63-81.
- Patton, J. L.; M. N. F. da Silva. 1997. Definition of species of pouched four-eyed opossums (*Didelphidae*, Philander). *Journal of Mammalogy*, v. 78, p. 90-102.
- Pauwels, J. G.; Pereira, F. A.; de Azevedo, R.; Boezko, R.; Conti, J. B.; De Biazzi, M. (2002) *Atlas Geográfico Melhoramentos*. Companhia Melhoramentos, São Paulo. 96p.
- Pearman, P.B. 1997 Correlates of amphibian diversity in an altered landscape of Amazonian Ecuador. *Conservation Biology*, v.11,p.1211-1225.
- Pedrocchi, V. & Souza, F.L. 1996. Inventario de aves y mamíferos en la fazenda Intervalles. Pp 40-49. In: *Memoria de resultados del segundo viaje de reconocimiento científico a regiones poco conocidas del Parque estadual Intervalles, Estado de São Paulo, Brasil (Microforma)*. (Mateos, E. & Mañosa, S. eds.). Universitat de Barcelona.
- Peracchi A.L.; I. P. Lima; N. R. Dos Reis; M. R. Nogueira; H. O. Filho. 2006. Ordem Chiroptera. In: Reis, N.R.; Peracchi, A.L., Pedro, W.A. Lima, I.P. (Eds.) *Mamíferos do Brasil*. 1ªed. Londrina - Paraná. 473p.
- Percequillo A. R., Hingst-Zaher E., Bonvicino, E. 2008. Systematic Review of Genus *Cerradomys* Weksler, Percequillo and Voss, 2006 (Rodentia: Cricetidae: Sigmodontinae: Oryzomyini), with Description of Two New Species from Eastern Brazil. *American Museum Novitates* 3622(1):1-46.
- Peres, C. A. 1996. Population status of white-lipped *Tayassu pecari* and collared peccaries *T. tajacu* in hunted and unhunted Amazonian forests. *Biological Conservation*, 77: 115-123.
- Peres, C.A. 2000. Effects of subsistence hunting on vertebrate community structure in amazonian forests. *Conservation Biology*, 14: 240-253.
- Pianca, C. C. 2004. A caça e seus efeitos sobre a ocorrência de mamíferos de médio e grande porte em áreas preservadas de Mata Atlântica na Serra de Paranapiacaba, SP. *Dissertação de Mestrado em Ecologia, ESALQ*.

- Pianca, C.C. 2001. Levantamento de Mamíferos e sua Caça em uma Área Preservada de Mata Atlântica no Sudeste de São Paulo. Relatório Final, Faculdade de Ciências Biológicas, Centro de Ciências Médicas e Biológicas, PUCSP, Sorocaba, SP
- Pine, R. H.; J. P. Arawaya. 1978. Notes on the Brazilian opossum *Monodelphis scallops* (Thomas) (Mammalia: Marsupialia: Didelphidae). *Mammalia*, v. 43, n. 4, p. 379-382.
- Pinto, L. P.; L. Bedê; A. Paese; M. Fonseca; A. Paglia & I. Lamas. 2006. Mata Atlântica brasileira: os desafios para a conservação da biodiversidade de um hotspot mundial. Capítulo 4 In: Rocha, C. F. D. ; H. G. Bergallo; M. Van Sluys & M. A. S. Alves (Orgs) .*Essências em Biologia da Conservação*. Rio de Janeiro, RiMa.
- Pires A.S.; P.K. Lira; F.A. Fernandez; G.M.Schittini; L.C. Oliveira. 2002. Frequency of movements of small mammals among Atlantic Coastal forest fragments in Brazil. *Biological Conservation*. v. 108. p.229-237.
- Pizo, M. A. & E. M. Vieira. Palm harvesting affects seed predation of *Euterpe edulis*, a threatened palm of the Brazilian Atlantic Forest. *Brazilian Journal of Biology*, 64(3b): 669-676, 2004.
- Pombal Jr., J. P. & Bastos, R. P. 1998. Nova espécie de *Hyla Laurenti*, 1768 do Centro-Oeste brasileiro e a posição taxonômica de *H. microcephala weneri* Cochran, 1952 e *H. microcephala meridiana* B. Lutz, 1952 (Anura, Hylidae). *Boletim do Museu Nacional (N.S.) Zoologia*, 390: 1-14.
- Pombal Jr., J. P., R. P. Bastos & C. F. B. Haddad. 1995 [1996]. Vocalizações de algumas espécies do gênero *Scinax* (Anura, Hylidae) do sudeste do Brasil e comentários taxonômicos. *Naturalia* 20: 213-225.
- Pombal Júnior, J. P.; Gordo, M. 2004. Anfíbios anuros da Juréia. In: MARQUES, O. A. V.; DULEPA, W. (Ed.). *Estação Ecológica Juréia-Itatins: ambiente físico, flora e fauna*. Ribeirão Preto: Holos. p. 243-256.
- Ponçano, W. L.; Carneiro, C. D. R.; Bistrichi, C. A.; Almeida, F. F. M. de e Prandini, F. L. 1981. Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Monografia 5. v. 1 e 2. Escala 1:1.000.000.
- Proença, C. E. M. de; Bittencourt, P. R. L. 1994. *Manual de Piscicultura Tropical*. Brasília: IBAMA. 196p. il.
- Programa Nacional do Meio Ambiente. 1997. Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP. Diagnóstico dos Meios Físicos e Bióticos, 2 (3): 200-241.
- Püttker T. 2007. Effects of fragmentation on use of vegetation structures, density, movement patterns and parasite load of selected small mammal species in secondary forest fragments of the coastal Atlantic forest, Brazil.
- Püttker T., Meyer-Lucht Y., Somme S. 2008a. Effects of fragmentation on parasite burden (nematodes) of generalist and specialist small mammal species in secondary forest fragments of the coastal Atlantic Forest, Brazil. *Ecological Research*. 23(1): 207-215.
- Püttker T., Meyer-Lucht Y., Somme S. 2008b. Fragmentation effects on population density of three rodent species in secondary Atlantic Rainforest, Brazil. *Studies on Neotropical Fauna and Environment* 43(1): 11-18.
- Queiroz, H.L. de. 1995. *Preguiças e Guaribas, os Mamíferos Folívoros Arborícolas do Mamirauá*. v.2. Rio de Janeiro. CNPq e Sociedade Civil Mamirauá. 176p.

- Redford, K. H. 1985. Food habits of armadillos (*Xenarthra: Dasypodidae*). In: Montgomery, G. G. (Ed.). *The Evolution and Ecology of Armadillos, Sloths and Vermilinguas*. Washinton and London: Smithsonian Institution Press, 1985, p. 429-437.
- Redford, K. H. 1992. The empty forest. *Bioscience*, 42: 412-422.
- Reis, N. R.; A. L. Peracchi; W. A. Pedro & I. P. Lima. 2006. *Mamíferos do Brasil*. Londrina, PR.
- Reis, R. E.; Kullander, S. O.; Ferraris, JR. C. J. 2003. *Check List of The Freshwater Fishes of South and Central America*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 742p.
- Ribeiro, A. C. 2006. Tectonic history and the biogeography of the freshwater fishes from the coastal drainages of eastern Brazil: an example of faunal evolution associated with a divergent continental margin. *Neotropical Ichthyology*. Vol 4. N°2. April/june. p. 225 - 246.
- Ribeiro, R. S., Egito, G. T. B. T., Haddad, C. F. B. 2005. Chave de identificação: anfíbios anuros da vertente de Jundiá da Serra do Japi, estado de São Paulo. *Biota Neotropica*, 5 (2): 1-15.
- Rizzini, C.T. 1997. *Tratado de Fitogeografia do Brasil: aspectos ecológicos, sociológicos e florísticos*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições Ltda., 747p.
- Robinson, J. G. 1996. Hunting wildlife in forest patches: an ephemeral resource. In J. Schelhas & R. Greenberg (eds.). *Forest Patches in Tropical Landscapes*. Island Press, Washington, DC. p. 111-130.
- Rocha-Mendes, F. 2005. *Ecologia alimentar de carnívoros (Mammalia:Carnivora) e elementos de etnozologia do município de Fêniz, Paraná, Brasil*. 72p. *Disseração (Mestrado em Biologia Animal)- Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto*.
- Rodrigues, M. T, D. Pavan. 2007. *Levantamento complementar da fauna de vertebrados terrestres da área sob influência da linha de transmissão (LT) Itaberá-Tijuco Preto III. Relatório Final. Consultoria Ambiental*.
- Rodrigues, M.T. 1987. Sistemática, ecologia e zoogeografia dos *Tropidurus* do grupo *torquatus* ao sul do Rio Amazonas (*Sauridae, Iguanidae*). *Arquivos de Zoologia*, 31: 105-230.
- Rodrigues, R.R. (Coord.) *Parcelas Permanentes em 40ha de florestas do Estado de São Paulo: uma experiência interdisciplinar. Relatório Final de Projeto Temático (Processo FAPESP 1999/09635-0)*. Piracicaba: ESALQ/USP. Disponível em: <www.lerf.esalq.usp.br>. 2005.
- Rossi, R. V.; V. G. Bianconi; W. A. Pedro. 2006. Ordem Didelphimorphia. p. 27-66. In: Reis, N. R.; Peracchi, A. L., Pedro, W. A.; Lima, I. P. (Eds.) *Mamíferos do Brasil*. 1ªed. Londrina - Paraná. 473p.
- Rubim, P. 2004. Diagnóstico das populações de aves e mamíferos cinegéticos nas Unidades de Conservação da Mata Atlântica de São Paulo. Dados disponíveis em: <<http://sinbiota.cria.org.br/sia/consulta?search>> Código da coleta: 8951. Acessado em novembro de 2008.
- Rylands, A.B; A.G. Chiarello. 2003. Official list of Brazilian fauna threatened with extinction. *Neotropical Primates*, Washington. v.11, n.1, p.43-49.
- Sayre, R., Roca, E., Sedaghatkish, G., Young, B., Keel, R., Sheppard, S. 2000. *Natureza em Foco: Avaliação Ecológica Rápida*. Island Press, The Nature Conservancy, 167p.
- Sazima, I. Natural history of the jararaca pitvipers, *Bothrops jararaca*, in southeastern Brazil. p. 199-216. In: *Biology of Pitvipers*. J. A. Campbell; E. D. Brodie (ed.). Texas: Selva Publishing, 1992.

- Sazima, I.; Abe, A. S. Habits of Five Brazilian Snakes with Coral-snake Pattern, Including a Summary of Defensive Tactics. *Studies on Neotropical Fauna and Environment* 26, p. 159-164, 1991.
- Schaller, G.B.; P.G. Crawshaw. 1981. Social organization of a capybara population. *Sonderstruck aus Saugetierkundliche*. v.29, n.1. Munique: 1981, p. 3-16.
- Schloegel, L.M., Daszak, P. & A. Nava. 2005. Medicina da conservação: buscando causas e soluções práticas para doenças infecciosas emergentes. *Natureza & Conservação*, 3: 29-41.
- Secretaria Especial do Meio Ambiente, SEMA, 1984 Relatório da Qualidade do Meio Ambiente, Brasília, DF. 276p.
- Shibatta, O. A.; Orsi, M. L.; Bennemann, S. T. & A. T. Silva-Souza. 2002. Diversidade e distribuição de peixes na bacia do rio Tibagi. Capítulo 22, 403-423. in: *A bacia do rio Tibagi*. 2002. Medri, M. E.; Bianchini, E.; Shibatta, O. A. & J. A. Pimenta. Londrina, 595 p.
- Sick, H. 1997. *Ornitologia Brasileira*. Ed Nova Fronteira. 912p.
- Sigrist, T. 2006. *Aves do Brasil, uma visão artística*. Ed Avis Brasilis. 672p.
- Silva, C.R. 2001. Riqueza e Diversidade de Mamíferos não-voadores em um mosaico formado por Plantios de *Eucalyptus saligna* em remanescentes de Floresta Atlântica no Município de Pilar do Sul, SP. Tese de Mestrado. EALQ, Pircicaba, SP. Pp. 81.
- Silva, W.R., Vielliard, J. 1997. Aves do Parque Estadual Intervales registradas nos levantamentos exaustivos e por pontos de escuta, nas áreas da Sede e Carmo. In: *Parque Estadual Intervales. Plano de Gestão Ambiental. Fase I. Fundação Florestal. Relatório não publicado*.
- SMA (Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo). 2004. Lista oficial das espécies da flora do Estado de São Paulo ameaçadas de extinção. Resolução SMA nº48, publicada no Diário Oficial do Estado de 22 de setembro de 2004.
- SMA (Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo). 2008. Lista das espécies da fauna ameaçada de extinção no Estado de São Paulo.
- SMA (Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo). Parque Estadual de Jurupará - Relatório das excursões realizadas (Relatório de Atividades). São Paulo: Instituto Florestal (Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental). 1995. 7p.
- SMA (Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo). Segundo Perímetro de São Roque - Área vistoriada próximo à Vila da Companhia Brasileira de Alumínio (Relatório de Atividades). São Paulo: Instituto Florestal (Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental). Sem data. 2p.
- SMA (Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo). 1990. Levantamentos e análise do quadro ambiental e proposta de zoneamento da APA Serra do Mar. Volume I: Diagnóstico Ambiental. Themag Engenharia, São Paulo, 134 p.
- SMA (Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo). 2005. Atlas das unidades de conservação ambiental do estado de São Paulo. SMA, São Paulo, 64 p.
- SMA-SP. 2008. Lista das espécies da fauna ameaçada de extinção no Estado de São Paulo.
- Smith, N.J.H. 1976. Utilization of game along Brazil's transamazon highway. *Acta Amazonica*, 6: 455-466.

- Smythe, N. 1978. The natural history of the Central America agouti (*Dasyprocta punctata*). Smithsonian Contributions in Zoology. v. 257, Washington: 1978, p.1-52
- Souza, M.A.; A. Langguth; E.do A. Gimenez. 2004. Mamíferos dos brejos de altitude da Paraíba e Pernambuco. In: Porto, K.; J.J.P. Cabral, M.Tabarelli (Eds.). Brejos de altitude em Pernambuco e Paraíba: historia natural, ecologia e conservação. MMA, Brasília: 2004. p.229-254.
- Souza, S.C.P.M. 2002. Análise de alguns aspectos de dinâmica florestal em uma área degradada no interior do Parque Estadual do Jurupará, Ibiúna, São Paulo. Dissertação (Mestrado). Piracicaba: ESALQ/USP. 88p.
- Souza, S.C.P.M. Parque Estadual de Jurupará - Levantamento florístico preliminar da trilha da Cachoeira do França (Relatório de Atividade). Ibiúna: Instituto Florestal (Parque Estadual do Jurupará).
- Steffler, C. E.; P Rubim e M. Galetti. 2004. Situação das populações de aves e mamíferos cinegéticos do Parque Estadual do Jurupará, Ibiúna, São Paulo. pp. 278-287, Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Curitiba.
- STOTZ, D.F.; FITZPATRICK, T.A.; PARKER III, T.A.; MOSKOVITS, D.K. 1996. Neotropical Birds: Ecology and Conservation. Chicago & London, University of Chicago Press. 478p.
- Strier K.B. 1991. Diet in one group of wooly spider monleys or muriquis (*Brachyteles arachnoides*). American Journal of Primatology. Hoboken, v.23, n.2, p.113-126.
- Strier K.B.; G. A. B. Fonseca. 1996-1997. The endangered mურიqui in Brazil's Atlantic forest. Primate Conservation (17):131-137.
- Strüssmann, C. 1992. Serpentes do pantanal de Poconé, Mato Grosso: composição faunística, história natural e ecologia comparada. Dissertação de Mestrado. Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 125 p.
- Strüssmann, C., Prado, C.P.A., Uetanabaro, M. & Ferreira, V.L. 2000. Levantamento de anfíbios e répteis de localidades selecionadas na porção sul da planície alagada do Pantanal e Cerrado do entorno, Mato Grosso do Sul, Brasil. Pp. 219–223. In: Willink, P.W., Chernoff, B., Alonso, L.E., Montambault, J.R. & Lourival, R. (Eds.), Uma avaliação ecológica dos ecossistemas aquáticos do Pantanal, Mato Grosso do Sul, Brasil. Conservation International.
- Taylor, R. H. 1979. How the Macquarie Island parakeet became extinct? New Zealand Journal of Ecology2: 42-45.
- Teixeira Filho, A. R. Piscicultura ao alcance de todos. 1991. São Paulo: Editora Nobel. 212p. il
- Umetsu, F.; L. Naxara; R. Pardini. 2006. Evaluating the efficiency of pitfall traps for sampling small mammals in the Neotropics. Journal of Mammalogy, 87 (4): 757-765.
- Valladares-Padua, C. B., C. S. Martins & R. Rudran. 2003. Manejo integrado de espécies ameaçadas. pp. 647-664. In Cullen Jr., L., R. Rudran & C. Valladares-Padua (orgs.). Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre. Ed. da UFPR, Curitiba.
- Vazzoler, A. E. A. de M.; Agostinho, A. A.; Hahn, N. S. 1997. A Planície de Inundação do Rio Paraná: Aspectos físicos, biológicos e sócioeconômicos. Maringá: EDUEM: Nupélia. 460 p.: il.
- Veloso, H.P. (Org.). 1992. Manual técnico da vegetação brasileira. Rio de janeiro: IBGE (Manuais técnicos de geociências no1). 92p.

- Venturieri, R. 2002. Pesque-Pague no Estado de São Paulo. São Paulo: ECO Associação para Estudos do Ambiente. 177p. il.
- Verdade V. K., Rodrigues M. T., Cassimiro J., Pavan D., Liou N. & Lange M. C. 2008. Advertisement Call, Vocal Activity, and Geographic Distribution of *Brachycephalus hermogenesi* (Giaretta and Sawaya, 1998) (Anura, Brachycephalidae). *Journal of Herpetology*, 42, (3), pp. 542–549.
- Verdade, V.K. & Rodrigues, M.T. 2003. A new species of *Cycloramphus* (Anura, Leptodactylidae) from the Atlantic Forest, Brazil. *Herpetologica* 59(4):513-518.
- Vieira E. M., Monteiro-Filho E. L. A. 2003. Vertical stratification of small mammals in the Atlantic rain forest of south-eastern Brazil. *Journal of Tropical Ecology* 19(5):501-507.
- Vieira, E. M.; Monteiro-Filho, E. L. A. 2003. Vertical stratification of small mammals in the Atlantic rainforest of south-eastern Brazil. *Journal of Tropical Ecology*. v. 19, p.501-507.
- Vilela, S. L.; D.S. Faria. 2002. Dieta de *Callithrix penicillata* (Primates, Callitrichidae) em áreas de cerrado no Distrito Federal, Brasil. *Neotropical Primates*, Washington, v.10, n.1, p.17-20.
- Ville, C; Campo-Filho, E.M.; Amaral, J.B.; Gabriel, M.V.; Senno, R.; Mazzeo, R.R.; Souza, R.P.M. Levantamento florístico de tres fisionomias florestais: borda, clareira e interior de mata no Parque Estadual de Jurupará - Ibiúna, SP (Trabalho de disciplina). Piracicaba: ESALQ/USP. 2000. 15p.
- Visalberghi E.; J.R. Anderson. 1999. Capuchin monkeys. In: Poole, T. (Ed.). *The Universities Federation for the Welfare of Animals Handbook and the Care for Management of Laboratory Animals*, vol.1. Oxford: Blackwell. p.601-610.
- Vitt, L.J., 1991. An introduction to the ecology of cerrado lizards. *Journal of Herpetology*, 25: 79-90.
- Vivo M., Gregorin R. 2001. Mamíferos. In *Intervalos* (C. Leonel, coord.). Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. 116-123.
- Vivo, M. 1997. A mastofauna da Floresta Atlântica: padrões biogeográficos e implicações conservacionistas. *Anais da 5ª Reunião Especial da SBPC: Floresta Atlântica: diversidade biológica e Sócio-Econômica*. Blumenau, Santa Catarina, p. 60-63.
- Vivo, M. de; R. Gregorin. 2001. Mamíferos. p.116-123. In: *Intervalos*. Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. 240 p.
- Von Allmen, C.; P. C. L. Morellato & M. A. Pizo. 2004. Seed predation under high seed density condition: the palm *Euterpe edulis* in the Brazilian Atlantic. *Journal of Tropical Ecology*, 20 (4): 471-474.
- Von Ihering, H. 1894. Os mamíferos de São Paulo, Catálogo. Typographia do Diário Oficial, São Paulo.
- Voss R. S. Emmons L. H. 1996. Mammalian Diversity in Neotropical Lowland Rainforests: A Preliminary Assessment. *Bulletin-American Museum of Natural History* 230:1-115.
- Voss, R. S. 1993. A revision of the Brazilian muroid rodent genus *Delomys* with remarks on thomomysine characters. *American Museum Novitates*. v.3073, p.1-44.
- Voss, R. S.; D. P. Lunde; N. b. Simmons. 2001. The mammals of Paracou, French Guiana: a Neotropic lowland rainforest fauna. Part 2. nonvolant species. *Bulletin of the American Museum of Natural History*. v. 263, p.1-236.

- Waldermarin, H.F. 2004. Ecologia da lontra neotropical (*Lontra longicaudis*), no trecho inferior da bacia do rio Mambucada, Angra dos Reis, 122p. Tese (Doutorado em Ecologia)- Instituto de Biologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Wanderley, M.G.L., Shepherd, G.J., Giuliatti, A.M., Melhem, T.S., Bittrich, V., Kameyama, C. (Eds.) 2002. Flora Fanerogâmica do Estado de São Paulo (vol. 2). São Paulo: HUCITEC. 391p.
- Wanderley, M.G.L., Shepherd, G.J., Melhem, T.S., Giuliatti, A.M., Kirizawa, M. (Eds.) 2003. Flora Fanerogâmica do Estado de São Paulo (vol. 3). São Paulo: FAPESP/RiMa. 367p.
- Wanderley, M.G.L., Shepherd, G.J., Melhem, T.S., Martins, S.E., Kirizawa, M., Giuliatti, A.M., (Eds.) 2005. Flora Fanerogâmica do Estado de São Paulo (vol. 4). São Paulo: FAPESP/RiMa. 392p.
- Watanabe, S. 1997. Glossário de Ecologia. 2° ed. São Paulo: Aciesp. 351p
- Weksler, m.; C.r. Bonvicino. 2005. Taxonomy of pigmy rice rats genus *Oligoryzomys* Bangs, 1900 (Rodentia, Sigmodontinae) of the Brazilian cerrado, with the description of two new species. Arquivos do Museu Nacional. Rio de Janeiro, v. 63, n. 1, p. 113-130.
- Wilson E. O., Peters F. M., editors. Biodiversity. Washington, DC: National Academy of Sciences of 145–154.
- Wilson, D. E. & D. M. reeder. 1993. Mammal Species of the World, a Taxonomic and geographic Reference. Smithsonian Inst. Press, Washington and London.
- Zaher, H. & U. Caramaschi, 1992. Sur le statut taxinomique d'*Oxyrhopus trigeminus* et *O.guibeii* (Serpentes, Xenodontinae). Bulletin du Muséum National d'Histoire Naturelle, 14: 805-827
- Zaher, H. 1999. Hemipenial morphology of the South American Xenodontine snakes, with a proposal for a monophyletic Xenodontinae and a reappraisal of Colubroid hemipenes. Bulletin of the American Museum of Natural History, 240: 1-168.
- Zaher, H; Araújo, C; Forlani, M; Suárez, A. P, 2007. Relatório Final, módulo Avaliação Ecológica Rápida, tema Herpetofauna. Planos de Manejo do Parque Estadual Carlos Botelho e Estação Ecológica de Xitué. São Paulo: Relatório Técnico apresentado ao Instituto Ekos Brasil e ao Instituto Florestal de São Paulo.

MEIO ANTRÓPICO

- Abreu, J. C. . 2000. Capítulos de História Colonial, 7 ed., São Paulo: Publifolha.
- Abreu, J. C.. 1975. Caminhos antigos e povoamento do Brasil, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Alencar, F. M. A. et alli, 1976. "Terras do 2°. Perímetro de São Roque e suas características fisiográficas", in: Boletim Técnico do Instituto Florestal, N. 20, São Paulo: Instituto Florestal/Secretaria Estadual de Agricultura, março
- Alencar, F. M. A.; Nogueira, J. C. B; Emmerich, W. Terras do 2° Perímetro de São Roque e suas Características Fisiográficas. Boletim Técnico nº 20. São Paulo: Instituto Florestal, 1976. p. 1 a 10.
- Alencastro, L. F. 2000. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul, São Paulo: Companhia das Letras.

- Alves, M.A. & Calleffo, M.E.V. 1996. Sítio de Água Limpa, Monte Alto, São Paulo - estruturas de combustão, restos alimentares e padrões de subsistência. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* n.6:123-140, São Paulo.
- Alves, M.A. 1988. Análise cerâmica: estudo tecnotipológico. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo.
- Andrade, P. P. 2006. "O Vale do Paranapanema: ocupação, especulação e devastação. 1890-1944". In: *Revista Patrimônio e memória*. São Paulo/ Assis: UNESP/Assis, v.2.
- Araujo, A.G. 1995. Levantamento arqueológico da área Alto Taquari, Estado de São Paulo, com ênfase na abordagem dos sítios líticos. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP.
- Araujo, A.G. 2001. Teoria e método em Arqueologia: um estudo de caso no alto Paranapanema, Estado de São Paulo. Tese de Doutorado, MAE-USP, São Paulo.
- Assis, F. 1994. Estudo das características da arquitetura tradicional do Parque Estadual do Jurupará. Trabalho de conclusão do curso de Arquitetura, Univ. Mackenzie, São Paulo.
- Barros, B., Cristiana N.G. 1988. A ocupação pré-colonial do vale do rio Ribeira de Iguape, SP: os sítios concheiros do médio curso. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo.
- Bellotto, H. L. 1979. Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura.
- Bernard, H.R. 1994. *Research methods in Anthropology: qualitative and quantitative approaches*. London / New Delhi: Sage Publications.
- Blaj, I. 2002. *A Trama das Tensões. O Processo de Mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721)*. São Paulo: Editora Humanitas.
- Bo, João Batista L. 2003. *Proteção do patrimônio na Unesco, ações e significados*, Brasília, DF: Unesco.
- Borrini, F. G. 1997. *O Manejo Participativo de Áreas Protegidas: Adaptando o Método ao Contexto*. Quito, Equador: Temas de Política Social. UICN SUR.
- Boxer, C. 2002. *O Império marítimo português, 1415-1825*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Brettell, C.B. 2000. Fieldwork in the archives: methods and sources in historical anthropology. In: BERNARD, H.R. (Ed.) *Handbook of methods in Cultural Anthropology*. California: AltaMira Press. p. 513-546.
- Bruno, E. S. 1967. *História do Brasil, geral e regional: vol. 4, Rio e Minas*, São Paulo: Cultrix.
- Bruno, E. S. 1967. *História do Brasil, geral e regional: vol. 5, S. Paulo e o Sul*, São Paulo: Cultrix.
- Caldarelli, S.B. & Neves, W.A. 1981. Programa de pesquisas arqueológicas no vale do rio Pardo: 1981. *Revista de Pré-História*, São Paulo, 3:13-49.
- Caldarelli, S.B. 1983. Aldeias tupiguarani no vale do rio Moji-Guaçu, Estado de São Paulo. *Revista de Pré-História*, São Paulo, 5:37-124.
- Candido, A. *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- Cascudo, L. C. 1983. *História da alimentação no Brasil*. Pesquisa e notas. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 2 ed., 2 vols. (1 ed. 1967-8)

- Cascudo, L. C. 2002. Dicionário de folclore brasileiro, São Paulo: Global.
- Castells, M. 2000. O poder da identidade, São Paulo: Paz e Terra.
- Certeau, M. 1994. A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer. 2 ed., volume 2, Petrópolis: Vozes.
- Certeau, M. 1994. A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer. 2 ed., volume 1, Petrópolis: Vozes.
- Certeau, M. 1995. A Cultura no Plural, Trad.: Enid Abreu Dobranszky, Campinas: Papirus.
- Chmyz, I. 1972. Pesquisas Paleoetnográficas efetuadas no vale do rio Paranapanema, Paraná e São Paulo. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo.
- Chmyz, I.; Perota, C.; Mueller, H.I. & Fleury Da Rocha, M.L. - 1968. Notas sobre a Arqueologia do vale do Itararé. Rev. do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, Curitiba, 1:7-23.
- De Blasis, P.A. & Robrahn-González, E.M. 1998. Investigações arqueológicas no médio/baixo vale do Ribeira de Iguape. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia n. 8, São Paulo.
- De Blasis, Paulo A. 1988. A ocupação pré-colonial do vale do rio Ribeira de Iguape, São Paulo: os sítios líticos do médio curso. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo.
- De Blasis, Paulo A. 1996. Bairro da Serra em três tempos: arqueologia, uso do espaço regional e continuidade cultural no médio vale do Ribeira. Tese de Doutorado, MAE-USP, São Paulo.
- De Blasis, Paulo A. 1997. Relatório de Impacto Ambiental - Gasoduto Bolívia/Brasil (Gasbol) Contrato MAE/USP - Petrobrás. Relatório interno.
- De Blasis, Paulo A. 2003. “Os sambaquis fluviais do vale do Ribeira de Iguape: evidências intra e extra-sítio. In: Arqueologia da América Latina. Resumo de apresentação em congresso, SBE, São Paulo.
- De Blasis, Paulo A. et all, 1994. “Algumas considerações sobre os sambaquis fluviais do médio Ribeira”. In: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia 4, São Paulo.
- De Blasis, Paulo A., 2000. “Indicadores da transição do Arcaico para o Formativo na região montanhosa do médio vale do Ribeira, in: TENORIO, Maria C. Pré-História da Terra Brasilis, Editora UFRJ, Rio de Janeiro.
- Delgado, J. M. 2005. Programa de Educação Ambiental para o Desenvolvimento das Comunidades do Entorno da Reserva Biológica do Lago Piratuba, AP. Relatório da Consultoria. MMA/FUNBIO.
- Diegues, A. C. S, 1994. O mito da natureza intocada, São Paulo, EDUSP.
- Ellis, M. 1972. “As bandeiras na expansão geográfica do Brasil”, in: HOLANDA, Sérgio Buarque (org), História geral da civilização brasileira, tomo I, A época colonial, vol. I do descobrimento à expansão territorial, 4º Ed., São Paulo: DIFEL.
- Ellis, M. e Ellis Jr. A. A economia paulista no século XVIII, São Paulo: 1950. (Boletim n. 115. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. História da Civilização Brasileira n. 11)
- Entrevista, realizada no dia 20 de fevereiro de 2009 com Sueli Herculiani e Maria Aparecida Candido Salles Resende a respeito do histórico de formação do Parque Estadual do Jurupará.
- Evangelista, E. G. S. 2003. A Unesco e o mundo da cultura, Brasília, DF: Unesco / Editora UFG.
- Faccio, N.B. 1992. Estudo do sítio arqueológico Alvim no contexto do Projeto Paranapanema. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo,

- Figuti, L. 2003. "Os sambaquis fluviais do Ribeira", in: Anais do XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, São Paulo.
- Franco, M. S. C. 1983. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Kairós.
- Furtado, J. P. 2002. O manto de Penélope, história, mito e memória da Inconfidência Mineira 1788-9, São Paulo: Companhia das Letras.
- Galante, M. et al. 2002. Roteiro Metodológico de Planejamento. Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. ICMBIO.
- Geertz, C. 1989. A interpretação das culturas, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Geertz, C. 2000. O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa, Trad: Vera Mello Joscelyne, 3 ed., Petrópolis: Vozes.
- Gonsalves de Mello, J. A. 1978. Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil, Recife: Secretaria de Educação e Cultura.
- Goulart, M., 1982. Novas perspectivas de análise cerâmica em pré-história brasileira. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo.
- Hemming, J. 1978. Red-Gold. The conquest of the Brazilian Indians. The Camelot Press Ltd., Londres.
- Herculani, S. Caracterização do perfil da população nativa do Parque Estadual do Jurupará. São Paulo, IF/SMA, 1995. Relatório interno.
- Herculani, S. Relatório Técnico Parque Estadual do Jurupará. São Paulo, IF/SMA, 2004. Relatório interno.
- Herculiani, S. 1994. Caracterização do perfil da população nativa do Parque Estadual do Jurupará. Relatório interno, Instituto Florestal/ Secretaria do Meio Ambiente. São Paulo.
- Herculiani, S. 2004. Relatório Técnico do PEJU, Relatório interno, Instituto Florestal/ Secretaria do Meio Ambiente. São Paulo.
- Herculiani, S.; Resende, M. A. C. S; Oliveira, R. C. R. Relatório Técnico Parque Estadual do Jurupará. São Paulo: Instituto Florestal, 2004. Material não-publicado.
- Hespanha, A. M. 1994. As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal, século XVII. Coimbra: Livraria Almedina.
- Holanda, S. B. 1966. "Movimentos da população em São Paulo no século XVII", Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 1:55-111, São Paulo.
- Holanda, S. B. 1990. Monções, 3^o.ed, São Paulo: Brasiliense.
- Holanda, S. B. 1995. Caminhos e fronteiras, São Paulo: Companhia das Letras.
- Holanda, S. B. 1997. Raízes do Brasil, São Paulo: Companhia das Letras.
- Holanda, Sérgio Buarque de. (org), 1972. História Geral da Civilização Brasileira, Vol. I, Tomo I, 4^o.ed, São Paulo: DIFEL.
- Hunt, L. (org.). 1992. A nova história cultural, Trad: Jefferson Luís Camargo, São Paulo: Martins Fontes.
- Krone, R., 1914. Informações etnográficas do vale do rio Ribeira de Iguape. Exploração do Rio Ribeira de Iguape, Comissão Geográfica e Geológica, São Paulo.

- Kunzli, R., 1987. Arqueologia regional: primeiros resultados das pesquisas realizadas na área de Presidente Prudente, São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, vol. 32:223-247, São Paulo.
- Leite, S.S., 1938. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Vol. I-X, Livraria Portugália, Lisboa.
- Lemos, C. A. C., 1999. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo, EDUSP.
- Lino, C. F. 1978. *Alto vale do Ribeira: arquitetura e paisagem*. São Paulo: Condephaat.
- Lopes, J. R. B. 1957. "Zonas Ecológicas do Estado de São Paulo". In: *Educação e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, ano II, v.2, n.5.
- Machado, P. A. L. *Direito Ambiental Brasileiro*. 16ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- Maranca, S. 1974. Relatório do 4. e 5. anos do PRONAPA no Estado de São Paulo. PRONAPA 5. ano (1969/70). *Publicações Avulsas* n.26, Belém.
- Maranca, S.; Monteiro Da Silva, A.L.; Scabello, A.M.P., 1994. Projeto Oeste Paulista de Arqueologia do baixo e médio vale do rio Tietê: síntese dos trabalhos realizados. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 4:223-226.
- Maranca, S.; Monteiro Da Silva, A.L.; Scabello, A.M.P., 1994. Projeto Oeste Paulista de Arqueologia do baixo e médio vale do rio Tietê: síntese dos trabalhos realizados. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 4:223-226.
- Marques, M. E. A. 1954. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 2 tomos.
- Martinez, M. C. 1995. *Ação governamental e a resistência camponesa no vale do Ribeira - 1968/1986*. Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH/USP. São Paulo.
- Medeiros, N. 1949. *O vale do Ribeira de Iguape*. São Paulo: Secretaria da Agricultura.
- Mello, E. C. 1998. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*, Rio de Janeiro: Topbooks.
- Mendes, M. L. P. S. 1980. *Condições de vida e consumo alimentar em uma área de pobreza rural: vale do Ribeira - estado de São Paulo*. Dissertação de mestrado apresentada à FEAUSP. São Paulo.
- Meneses, U. T. B. 1980. O objeto material como documento, aula ministrada no curso "Patrimônio cultural: políticas e perspectivas", organizado pelo IAB/CONDEPHAAT em mimeo.
- Meneses, U. T. B. 1996. "Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana", in *Revista USP: Dossiê Brasil dos Viajantes*, São Paulo, N. 30, junho/agosto, pp. 144-155.
- Milaré, E. *Direito do Ambiente*. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- Monteiro, J. M. 1995. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Morais, J L. 1995. Salvamento arqueológico na área de influência da PCH Moji-Guaçu. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 5:77-98.

- Morais, J. L. 1979. A ocupação do espaço em função das formas de relevo e o aproveitamento das reservas petrográficas por populações pré-históricas do Paranapanema, São Paulo. Coleção Museu Paulista, Série Arqueologia vol.6, São Paulo.
- Morais, J. L. 1985. Aerofotoarqueologia: um estudo de caso no Projeto Paranapanema. Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol.30:99-114, São Paulo.
- Morais, J. L. 1986. A propósito de interdisciplinariedade em Arqueologia. Revista do Museu Paulista Nova Série, vol.31:56-77, São Paulo.
- Morais, J. L. 1999. Perspectivas geoambientais da arqueologia do Paranapanema paulista. Tese de Livre-Docência, USP, São Paulo.
- Morais, J. L. 1999/2000. Arqueologia da região sudeste. Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira II. Revista USP.
- Morse, R. M. 1970. Formação histórica de São Paulo. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Muller, D. P. 1923. Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo. São Paulo: Seção de obras d'O Estado de S. Paulo.
- Myasaki, N. 1995. Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 5:77-98.
- Myasaki, N. Brastubos 1976: um sítio arqueológico em dunas. Município de Praia Grande, Estado de São Paulo. Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol.24:131-158, São Paulo. 1977.
- Nogueira, O. 1968. Pesquisa social - Introdução às suas técnicas. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- Novais, F. A. 1997. "Condições da privacidade na colônia". In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, pp.13-39.
- Pallestrini, L. & Moraes, J.L., 1983. Prassévichis, aldeia pré-histórica no município de Itaberá, São Paulo. Revista do Museu Paulista, vol. 29, São Paulo.
- Pallestrini, L. 1964. Pereira J. R. Cerâmica indígena do Morumbi (primeiras informações). Apontamentos arqueológicos n.6, São Paulo.
- Pallestrini, L. 1965. Cerâmica arqueológica indígena de Peruíbe. Apontamentos Arqueológicos n.8:1-10, São Paulo.
- Pallestrini, L. 1968/69. O sítio arqueológico Jango Luiz. Revista do Museu Paulista, Nova Série, v.18:25-56, São Paulo.
- Pallestrini, L. 1969. Sítio Arqueológico Fonseca. Museu Paulista, São Paulo.
- Pallestrini, L. 1974. Sítio arqueológico Alves. Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol.21:47-96, São Paulo.
- Pallestrini, L. 1975. Interpretação das estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo. Coleção Museu Paulista, Nova Série, vol.22, São Paulo.
- Pallestrini, L. 1981/82. Cerâmica há 1.500 anos, Mogi-Guaçu, SP. Revista do Museu Paulista, São Paulo, 28:115-129.
- Pallestrini, L. 1983/84. Pallestrini, L. & Moraes, J.L. - Prassévichus, aldeia pré-histórica no município de Itaberá, São Paulo. Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol. 29:151-167, São Paulo,

- Pallestrini, L. 1984. Sítio Arqueológico da Lagoa São Paulo: Presidente Epitácio - SP. Rev. de Pré-História, São Paulo, 6:381-410.
- Paoliello, R. M. 1998. As Tramas da Herança: da reprodução camponesa às atualizações dos sentidos da transmissão da terra. Tese de doutorado apresentada à FFLCH/USP. São Paulo.
- Patrimônio Mundial No Brasil, 2002. 2º. Ed., Brasília, DF: Unesco / Caixa Econômica Federal.
- Pereira Jr., J. A. 1964. Cerâmica indígena do Morumbi (primeiras informações). Apontamentos arqueológicos n. 6, São Paulo.
- Pereira Jr., J. A. 1965. Cerâmica arqueológica indígena de Peruíbe. Apontamentos Arqueológicos n. 8, São Paulo.
- Perosa, E. A. P. 1992. Questão possessória no vale do Ribeira, São Paulo: conflito, permanência e transformação. Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH/USP. São Paulo.
- Pesez, Jean-Marie. 2003. "A história da cultura material", in LE GOFF, Jacques, A história nova, Rio de Janeiro: Martins Fontes, pp. 180-215.
- Petrone, M. T. S. 1976. O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Petrone, P. 1995. Aldeamentos paulistas, São Paulo: Edusp.
- Petrone, P. 1966. Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana. São Paulo: FFLCH/USP.
- Plens, C. R. 2007. Sítio Moraes, uma biografia não autorizada: análise do processo de formação de um sambaqui fluvial. Tese de Doutorado, MAE-USP.
- Prado Jr., C. 1972. Evolução Política do Brasil e outros estudos, São Paulo: Brasiliense.
- Prado Jr., C. 2000. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Publifolha.
- Programa de educação ambiental do Vale do Ribeira / Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental [e] Secretaria da Educação, Divisão Especial de Ensino de Registro. São Paulo: A Coordenadoria: A Divisão. 1992.
- Prous, A. 1979. Première information sur les maisons souterraines de L'État de São Paulo. Rev. de Pré-História, São Paulo.
- Prous, A. 1982. Arqueologia Brasileira, Editora da UnB.
- Puntoni, P. L. 2002. A Guerra dos Bárbaros, São Paulo: Hucitec/Edusp.
- Queiroz, M. I. P. 1969. Vale do Ribeira: pesquisas sociológicas. São Paulo: FFCL/USP,
- Queiroz, R. S. 2006. Caipiras negros no vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica, São Paulo: Edusp.
- Ribeiro, D. 1995. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras.
- Robrahn-González, E. M. & De Blasis, P. 1998. Investigações arqueológicas no médio/baixo vale do Ribeira de Iguape, São Paulo. Rev. do Museu de Arqueologia n. 8 :57-70, São Paulo,
- Robrahn-González, E. M. 1989. A ocupação pré-colonial do vale do Ribeira de Iguape, SP: os grupos ceramistas do médio curso. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo.

- Robrahn-González, E. M. 1991. Projeto Paranapanema: a ocupação pré-colonial de grupos ceramistas. Projeto interno, MAE/USP, São Paulo.
- Robrahn-González, E. M. 1997. São Paulo, terra de fronteiras: a ocupação de grupos ceramistas pré-coloniais. Anais da IX Reunião Científica da SAB, Rio de Janeiro.
- Robrahn-González, E. M. 1998. Regional pottery making groups in Southern Brazil. *Antiquity* 72 (277): 616-624, September.
- Robrahn-González, E. M. 1999. Diversidade cultural entre os grupos ceramistas do sul-sudeste brasileiro: o caso do vale do Ribeira de Iguape. In: M.C.Tenório (ed.) *Pré-História da Terra Brasilis*, Rio de Janeiro.
- Robrahn-González, E. M. 2001. A expansão Tupi, em busca da terra sem mal. *Brasil 50 mil anos, uma viagem ao passado pré-colonial*. EDUSP, : 27-34, São Paulo.
- Robrahn-González, E. M. 2002. Diagnóstico Arqueológico de Ampliação da Mina Limeira. Documento Ltda., São Paulo.
- Robrahn-González, E. M. 2004. Programa de Diagnóstico Arqueológico da Mina SP-01. Documento Ltda., São Paulo.
- Robrahn-González, E. M. 2005. O Programa arqueológico do Rodoanel Metropolitano de São Paulo, Trecho Oeste: ciência, preservação e sustentabilidade social. *Revista do IPHAN*.
- Robrahn-González, E. M., 1997. Diversidade cultural entre os grupos ceramistas do sul-sudeste brasileiro: o caso do vale do Ribeira de Iguape. M.C.Tenório (ed.), *Pré-História Brasileira*, EDUFRJ, Rio de Janeiro.
- Rodrigues, J. E. R. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. 1ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- Russel-Wood, A. J. R., 1977. "O Poder Local na América Portuguesa". *Revista de História*, v. 55, no. 109, São Paulo, pp. 25-79.
- Russi, A. R. 2001. O artesanato cesteiro do Parque Estadual do Jurupará. Dissertação de Mestrado, Depto. Ciências Sociais, PUC, São Paulo.
- Russi, A. R. 2004. Cestaria, homem e natureza: a arte do trançado do rio Juquiá-Guaçu. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, volume I, n. 1.
- Sampaio, T. 1902. "São Paulo no século XIX". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v.06, pp.159-205.
- Sanchez, F. J. B. 2004. Identidade e conflito: a construção política dos "remanescentes de quilombo" do Vale do Ribeira. Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH/USP. São Paulo.
- Santiago, C. M. Relatório sobre a Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque. São Paulo: Instituto Florestal, 1992. Material não-publicado.
- Santiago, C. M. Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque 1992 Relatório Interno – Instituto Florestal.
- Scatamacchia, M. C. M. & Uchôa, D. P., 1993. O contato euro-indígena visto através de sítios arqueológicos do Estado de São Paulo. *Rev. de Arqueologia*, São Paulo, 7:153-173.

- Schmitz, P. I.; Barbosa, A. S. & Ribeiro, M. B. 1980. Temas de Arqueologia Brasileira 5: Os cultivadores do planalto e do litoral. Anuario de Divulgação Científica n.9, Goiânia.
- Schwarcz, L. K. M. & REIS, L. V. S. (org.). 1996 . Negras imagens, São Paulo: Edusp/Estação Ciência.
- Setúbal, M. A. (coord). 2004. A Formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e seus usos da terra. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de SP, Coleção Terra paulista, volume 01, 208 p.
- Silva-Mendes, G. L. 2007. Caçadores-coletores na serra de Paranapiacaba durante a transição do Holoceno médio para o tardio (5.920 a 1.000 AP). Dissertação de mestrado, MAE-USP, São Paulo.
- Souza, L. M. 1997. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, fronteiras e nas fortificações”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Cia das Letras, pp.41-81.
- Thomaz, R. C. C. 1995. Arqueologia da Influência Jesuítica no baixo Paranapanema: o estudo do sítio Taquaruçu. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo.
- Tobar, F. 2004. Caixa de Ferramentas da Gestão Social. São Paulo: INDES/ BID / SAS – Instituto Interamericano de Desenvolvimento Econômico e Social/ Banco Interamericano de Desenvolvimento / Secretaria de Assistência Social da Prefeitura da Cidade de São Paulo.
- Uchôa, D. P. & Garcia, C. D. R. 1976. Subsídios à arqueologia do litoral paulista: um sítio cerâmico na região de Ubatuba. Resumos da 28. Reunião Anual da SBPC, Brasília.
- Uchôa, D. P.; Scatamacchia, M. C. M.; Garcia, C. R. 1984. O sítio de Itaguá. Um sítio de contato no litoral do Estado de São Paulo, Brasil. Revista de Arqueologia v.2, 2:51-59.
- Valentin, A. 2006. Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880). Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH/USP. São Paulo.
- Vilhena de Moraes, Á. 1975. “A matéria prima da indústria lítica do sítio Almeida, município de Tejuapá, São Paulo”. Revista do Museu Paulista 22: 37-45, USP, São Paulo.
- Young, E. 1904. “História de Iguape”. In: Revista do instituto Histórico e Geográfico de São Paulo., v.VIII.
- Zan, J. R. 1986. Conflito de terra no Vale do Ribeira: estudo sobre pequenos posseiros em luta pela terra do município de Sete Barras. Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH/USP. São Paulo.

Fontes documentais consultadas

Arquivo da Sede do Parque Estadual do Jurupará

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. PROCESSO SMA Nº 42.242/92

Ofícios:

Ofício de José Luiz Timoni, Diretor Geral. Interessado: DRPE. Assunto: Encaminha proposta de transformação da Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque em Parque Estadual do Jurupará. (31/08/92).

Ofício de Joaquim de Britto Costa Neto. Interessado: Divisão de Reservas e Parques Estaduais Encaminha proposta de transformação da Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque em Parque Estadual do Jurupará. (31/08/92).

Ofício de Joaquim de Britto Costa Neto. Interessado: Divisão de Reservas e Parques Estaduais. Encaminha proposta de incorporação da Gleba C do 2º Perímetro de São Roque ao Parque Estadual do Jurupará. (01/09/92)

Ofício de José Luiz Timoni. Interessado: Divisão de Reservas e Parques Estaduais. Assunto: Encaminha proposta de incorporação da Gleba C do 2º Perímetro de São Roque ao Parque Estadual do Jurupará. (03/09/92)

Ofício de Vincenzo Raffaele Bochicchio, coordenador do CINP/SMA. Interessado: Divisão de Reservas de Parques Estaduais. Assunto: Proposta para a transformação da Reserva do 2º Perímetro São Roque para Parque Estadual do Jurupará. (04/09/92)

Ofício de Renato Nascimento Fabrial, secretário adjunto. Interessado: Divisão de Parques Estaduais. Assunto: Proposta para a transformação da Reserva do 2º Perímetro São Roque para Parque Estadual do Jurupará. (04/09/92)

Ofício de Renato Nascimento Fabrial. Interessando: Divisão de Reservas e Parques Estaduais. Assunto: Proposta para a transformação da Reserva do 2º Perímetro São Roque para Parque Estadual do Jurupará. (15/09/92)

Ofício de José Galante Rodrigues. Interessando: Divisão de Reservas e Parques Estaduais. Assunto: Proposta para a transformação da Reserva do 2º Perímetro São Roque para Parque Estadual do Jurupará. (15/09/92)

Ofício de Édis Milaré, Secretário do Meio Ambiente, ao Governador de São Paulo. (15/09/1992).

Ofício de Olavo Silva Júnior, Assessor Chefe do Governo do Estado de São Paulo. Interessando: Secretaria do Meio Ambiente. Assunto: Transforma em Parque Estadual do Jurupará a 2º Perímetro São Roque para Parque Estadual do Jurupará. (01/10/92)

Ofício de José Galante Rodrigues. Interessando: Secretaria do Meio Ambiente. Assunto: Encaminha proposta de incorporação da Gleba C, do 2º Perímetro de São Roque ao Parque Estadual do Jurupará (15/09/1992)

Despachos:

Despacho de Helosia de Mello Eigenheer, procuradora do Estado e Chefe da Consultoria Jurídica de São Paulo. Interessando: Divisão de Reservas e Parques Estaduais. Assunto: Proposta para a transformação da Reserva do 2º Perímetro São Roque para Parque Estadual do Jurupará. (08/09/92)

Despacho de Antonio Fernando Vieira Nunes, Chefe de Gabinete. Interessado: Divisão de Reservas e Parques Estaduais. Assunto: Proposta para a transformação da Reserva do 2º Perímetro São Roque para Parque Estadual do Jurupará. (06/10/92)

Despacho de Vincenzo Raffaele Bochicchio. Interessando: Divisão de Reservas e Parques Estaduais. Assunto: Proposta para a transformação da Reserva do 2º Perímetro São Roque para Parque Estadual do Jurupará. (08/09/92)

Pareceres:

Parecer da Comissão Jurídica do Estado de São Paulo. Interessando: Divisão de Reservas e Parques Estaduais. Assunto: Proposta para a transformação da Reserva do 2º Perímetro São Roque para Parque Estadual do Jurupará. (11/09/92)

Correspondências:

Correspondência da 2ª Reserva Estadual de São Roque, assinada por Cristina de Marco Santiago, ao Diretor da Divisão de Reservas e Parques Estaduais Joaquim de Britto Costa Neto. (01/09/92)

Correspondência de Édis Milaré ao presidente da Companhia Brasileira de Alumínio, Antonio Ermírio de Moraes. (18/09/92).

Correspondência de Antonio Ermírio de Moraes ao Secretário do Meio Ambiente. (23/09/1992).

Correspondência da 2ª Reserva Estadual de São Roque, assinada por Cristina de Marco Santiago, ao Diretor da Divisão de Reservas e Parques Estaduais Joaquim de Britto Costa Neto. (25/08/1992)

Mapas/plantas:

Área proposta para incorporação ao Parque Estadual do Jurupará

Decretos:

Decreto nº 35.703, de 22 de setembro de 1992, que transforma em Parque Estadual do Jurupará a área da Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque, criada pelo Decreto nº 12.185, de 30 de agosto de 1978, e dá outras providências. Pelo governador do Estado Luiz Antonio Fleury Filho.

Decreto de Decreto nº 35.704, de 22 de setembro de 1992, que incorpora a Gleba C do 2º Perímetro de São Roque ao Parque Estadual do Jurupará, criado pelo Decreto nº 35.703. Pelo governador do Estado Luiz Antonio Fleury Filho.

Decreto nº 41.007, de 2 de agosto de 1996, que autoriza a Fazenda do Estado a receber, por doação, da Companhia Brasileira de Alumino, imóvel que especifica, situado no município de Ibiúna.

Referências de pesquisas eletrônicas (sites na internet)

Dados gerais - SEADE

<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php> - Acessado em : 20/02/2009

Ibiúna

Lavouras permanentes e temporárias - quantidade produzida

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_lavoura_permanente.asp?ildMun=100135228&ildTipo=3 - Acessado em : 20/02/2009

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_lavoura_temporaria.asp?ildMun=100135228&ildTipo=3 - Acessado em : 20/02/2009

Pecuária

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_pecuaria.asp?ildMun=100135228 - Acessado em : 20/02/2009

PIB

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/ibiuna/pib> - Acessado em : 20/02/2009

Senso agropecuário IBGE 2006

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/ibiuna/sensoagropecuario> - Acessado em: 20/02/2009

Composição de renda

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_economia_renda.asp?ildMun=100135228 - Acessado em : 20/02/2009

IDH

http://www.cnm.org.br/idh/mu_idh_atual.asp?ildMun=100135228 - Acessado em: 20/02/2009

População urbana

http://www.cnm.org.br/demografia/mu_dem_pop_urbana.asp?ildMun=100135228 - Acessado em : 20/02/2009

População Rural

http://www.cnm.org.br/demografia/mu_dem_pop_rural.asp?ildMun=100135228 - Acessado em : 20/02/2009

Educação

Analfabetismo

http://www.cnm.org.br/educacao/mu_edu_analfabetismo.asp?ildMun=100135228 - Acessado em : 20/02/2009

Piedade

Lavouras permanentes e temporárias - quantidade produzida

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_lavoura_permanente.asp?ildMun=100135428&ildTipo=3 - Acessado em: 20/02/2009

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_lavoura_temporaria.asp?ildMun=100135428&ildTipo=3 - Acessado em: 20/02/2009

Pecuária

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_pecuaria.asp?ildMun=100135428 -

Acessado em: 20/02/2009

PIB

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/piedade/pib> - Acessado em : 20/02/2009

Senso agropecuário IBGE 2006

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/piedade/sensoagropecuario> - Acessado em : 20/02/2009

Dados gerais população

Composição de renda

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_economia_renda.asp?ildMun=100135428 - Acessado em : 20/02/2009

IDH

http://www.cnm.org.br/idh/mu_idh_atual.asp?ildMun=100135428 - Acessado em: 10/09/08

População urbana

http://www.cnm.org.br/demografia/mu_dem_pop_urbana.asp?ildMun=100135428 - Acessado em : 20/02/2009

População rural

http://www.cnm.org.br/demografia/mu_dem_pop_rural.asp?ildMun=100135428 - Acessado em : 20/02/2009

Educação

Analfabetismo

http://www.cnm.org.br/educacao/mu_edu_analfabetismo.asp?ildMun=100135428 - Acessado em : 20/02/2009

Tapiraí

Atividades econômicas

Lavouras permanentes e temporárias - quantidade produzida

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_lavoura_permanente.asp?ildMun=100135598&ildTipo=3 - Acessado em : 20/02/2009

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_lavoura_temporaria.asp?ildMun=100135598&ildTipo=3 - Acessado em : 20/02/2009

Pecuária

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_pecuaria.asp?ildMun=100135598 - Acessado em : 20/02/2009

PIB

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/tapirai/pib> - Acessado em : 20/02/2009

Senso agropecuário IBGE 2006

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/tapirai/sensoagropecuario> - Acessado em : 20/02/2009

Dados gerais população

Composição de renda

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_economia_renda.asp?ildMun=100135598 - Acessado em : 20/02/2009

IDH

http://www.cnm.org.br/idh/mu_idh_atual.asp?ildMun=100135598 - Acessado em : 20/02/2009

População urbana

http://www.cnm.org.br/demografia/mu_dem_pop_urbana.asp?ildMun=100135598 - Acessado em : 20/02/2009

População rural

http://www.cnm.org.br/demografia/mu_dem_pop_rural.asp?ildMun=100135598 - Acessado em : 20/02/2009

Educação

Analfabetismo

http://www.cnm.org.br/educacao/mu_edu_analfabetismo.asp?ildMun=100135598 - Acessado em : 20/02/2009

http://www.cnm.org.br/infra/mu_infra_domicilio.asp?ildMun=100135598 - Acessado em : 10/09/08

Juquitiba

Lavouras permanentes e temporárias - quantidade produzida

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_lavoura_permanente.asp?ildMun=100135299&ildTipo=3 - Acessado em : 20/02/2009

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_lavoura_temporaria.asp?ildMun=100135299&ildTipo=3 - Acessado em : 20/02/2009

Pecuária

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_pecuaria.asp?ildMun=100135299 - Acessado em : 20/02/2009

PIB

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/juquitiba/pib>

Senso agropecuário IBGE 2006

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/juquitiba/sensoagropecuario> - Acessado em : 20/02/2009

Dados gerais população

Composição de renda

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_economia_renda.asp?ildMun=100135299 - Acessado em : 20/02/2009

IDH

http://www.cnm.org.br/idh/mu_idh_atual.asp?ildMun=100135299 - Acessado em : 20/02/2009

População urbana

http://www.cnm.org.br/demografia/mu_dem_pop_urbana.asp?ildMun=100135299 - Acessado em : 20/02/2009

População rural

http://www.cnm.org.br/demografia/mu_dem_pop_rural.asp?ildMun=100135299 - Acessado em : 20/02/2009

Educação

Analfabetismo

http://www.cnm.org.br/educacao/mu_edu_analfabetismo.asp?ildMun=100135299 - Acessado em : 20/02/2009

Miracatu

Lavouras permanentes e temporárias - quantidade produzida

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_lavoura_permanente.asp?ildMun=100135340&ildTipo=3 - Acessado em : 20/02/2009

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_lavoura_temporaria.asp?ildMun=100135340&ildTipo=3 - Acessado em : 20/02/2009

Pecuária

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_pecuaria.asp?ildMun=100135340 - Acessado em : 20/02/2009

PIB

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/miracatu/pib>

Senso agropecuário IBGE 2006

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/miracatu/sensoagropecuario> - Acessado em : 20/02/2009

Dados gerais população

Composição de renda

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_economia_renda.asp?ildMun=100135340 - Acessado em : 20/02/2009

IDH

http://www.cnm.org.br/idh/mu_idh_atual.asp?ildMun=100135340 - Acessado em : 20/02/2009

Indicadores de pobreza

http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_economia_pobreza.asp?ildMun=100135340 - Acessado em : 20/02/2009

População urbana

http://www.cnm.org.br/demografia/mu_dem_pop_urbana.asp?ildMun=100135340 - Acessado em : 20/02/2009

População rural

http://www.cnm.org.br/demografia/mu_dem_pop_rural.asp?ildMun=100135340 - Acessado em : 20/02/2009

Educação

Analfabetismo

http://www.cnm.org.br/educacao/mu_edu_analfabetismo.asp?ildMun=100135340 - Acessado em : 20/02/2009

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. PROCESSO SMA Nº 40.508/002

Portaria I.F. de 17 de maio de 2002

Periódicos

A Vanguarda de Ibiúna, 11/02/1993.

Jornal Cruzeiro do Sul, 23/01 e 29/01 de 1994.

Documentos referentes ao 2º Perímetro da Reserva de São Roque

Ofícios:

Ofício de Carlos Eduardo Ferreira da Silva, Chefe da Seção de Reservas da Capital. Interessado: Diretor da Divisão de Reservas e Parques Estaduais. Assunto: Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque. (16/04/1990)

Pareceres:

Parecer do Constituinte Fábio Feldman a respeito da Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque. (julho/88).

Correspondências:

Correspondência de Francisco Corrêa Sérgio, do Diretor da Divisão de Reservas e Parques Estaduais ao Diretor Geral do Instituto Florestal Hélio Yoshiaki Ogawa (04/09/1988).

Relatórios:

Relatório nº IBPM-005/322/88 do Cmt do 2º GpPFM Nedir Lopes à engenheira Maria Tereza B. de Almeida Prado, sobre levantamento do 2º Perímetro de São Roque. (11/10/88).

II. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (site <http://www.itesp.sp.gov.br/br>). Acesso em fevereiro de 2009.

III. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 482 de 2008 elaborado pelo deputado Sebastião Almeida

ASPECTOS HISTÓRICOS

Arquivo da Sede do Parque Estadual do Jurupará:

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. PROCESSO SMA Nº 42.242/92

Ofícios:

Ofício de José Luiz Timoni, Diretor Geral. Interessado: DRPE. Assunto: Encaminha proposta de transformação da Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque em Parque Estadual do Jurupará. (31/08/92).

Ofício de Joaquim de Britto Costa Neto. Interessado: Divisão de Reservas e Parques Estaduais Encaminha proposta de transformação da Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque em Parque Estadual do Jurupará. (31/08/92).

Ofício de Joaquim de Britto Costa Neto. Interessado: Divisão de Reservas e Parques Estaduais. Encaminha proposta de incorporação da Gleba C do 2º Perímetro de São Roque ao Parque Estadual do Jurupará. (01/09/92)

Ofício de Jose Luiz Timoni. Interessado: Divisão de Reservas e Parques Estaduais. Assunto: Encaminha proposta de incorporação da Gleba C do 2º Perímetro de São Roque ao Parque Estadual do Jurupará. (03/09/92)

Ofício de Vicenzo Raffaele Bochicchio, coordenador do CINP/SMA. Interessado: Divisão de Reservas de Parques Estaduais. Assunto: Proposta para a transformação da Reserva do 2º Perímetro São Roque para Parque Estadual do Jurupará . (04/09/92)

Ofício de Renato Nascimento Fabrial, secretário adjunto. Interessado: Divisão de Parques Estaduais. Assunto: Proposta para a transformação da Reserva do 2º Perímetro São Roque para Parque Estadual do Jurupará . (04/09/92)

Ofício de Renato Nascimento Fabrial. Interessando: Divisão de Reservas e Parques Estaduais. Assunto: Proposta para a transformação da Reserva do 2º Perímetro São Roque para Parque Estadual do Jurupará . (15/09/92)

Ofício de José Galante Rodrigues. Interessando: Divisão de Reservas e Parques Estaduais. Assunto: Proposta para a transformação da Reserva do 2º Perímetro São Roque para Parque Estadual do Jurupará . (15/09/92)

Ofício de Édis Milaré, Secretário do Meio Ambiente, ao Governador de São Paulo. (15/09/1992).

Ofício de Olavo Silva Júnior, Assessor Chefe do Governo do Estado de São Paulo. Interessando: Secretaria do Meio Ambiente. Assunto: Transforma em Parque Estadual do Jurupará a 2º Perímetro São Roque para Parque Estadual do Jurupará . (01/10/92)

Ofício de José Galante Rodrigues. Interessando: Secretaria do Meio Ambiente. Assunto: Encaminha proposta de incorporação da Gleba C, do 2º Perímetro de São Roque ao Parque Estadual do Jurupará (15/09/1992)

Despachos:

Despacho de Helosia de Mello Eigenheer, procuradora do Estado e Chefe da Consultoria Jurídica de São Paulo. Interessando: Divisão de Reservas e Parques Estaduais. Assunto: Proposta para a transformação da Reserva do 2º Perímetro São Roque para Parque Estadual do Jurupará . (08/09/92)

Despacho de Antonio Fernando Vieira Nunes, Chefe de Gabinete. Interessado: Divisão de Reservas e Parques Estaduais. Assunto: Proposta para a transformação da Reserva do 2º Perímetro São Roque para Parque Estadual do Jurupará . (06/10/92)

Despacho de Vicenzo Raffaele Bochicchio. Interessando: Divisão de Reservas e Parques Estaduais. Assunto: Proposta para a transformação da Reserva do 2º Perímetro São Roque para Parque Estadual do Jurupará . (08/09/92)

Pareceres:

Parecer da Comissão Jurídica do Estado de São Paulo. Interessando: Divisão de Reservas e Parques Estaduais. Assunto: Proposta para a transformação da Reserva do 2º Perímetro São Roque para Parque Estadual do Jurupará. (11/09/92)

Correspondências:

Correspondência da 2º Reserva Estadual de São Roque, assinada por Cristina de Marco Santiago, ao Diretor da Divisão de Reservas e Parques Estaduais Joaquim de Britto Costa Neto. (01/09/92)

Correspondência de Édis Milaré ao presidente da Companhia Brasileira de Alumínio, Antonio Ermírio de Moraes. (18/09/92).

Correspondência de Antonio Ermírio de Moraes ao Secretário do Meio Ambiente. (23/09/1992).

Correspondência da 2º Reserva Estadual de São Roque, assinada por Cristina de Marco Santiago, ao Diretor da Divisão de Reservas e Parques Estaduais Joaquim de Britto Costa Neto. (25/08/1992)

Mapas/plantas:

Área proposta para incorporação ao Parque Estadual do Jurupará

Decretos:

Decreto nº 35.703, de 22 de setembro de 1992, que transforma em Parque Estadual do Jurupará a área da Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque, criada pelo Decreto nº 12.185, de 30 de agosto de 1978, e dá outras providências. Pelo governador do Estado Luiz Antonio Fleury Filho.

Decreto de Decreto nº 35.704, de 22 de setembro de 1992, que incorpora a Gleba C do 2º Perímetro de São Roque ao Parque Estadual do Jurupará, criado pelo Decreto nº 35.703. Pelo governador do Estado Luiz Antonio Fleury Filho.

Decreto nº 41.007, de 2 de agosto de 1996, que autoriza a Fazenda do Estado a receber, por doação, da Companhia Brasileira de Alumino, imóvel que especifica, situado no município de Ibiúna.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. PROCESSO SMA Nº 40.508/002

Portaria I.F. de 17 de maio de 2002

Periódicos

A Vanguarda de Ibiúna, 11/02/1993.

Jornal Cruzeiro do Sul, 23/01 e 29/01 de 1994.

Documentos referentes ao 2º Perímetro da Reserva de São Roque

Ofícios: Ofício de Carlos Eduardo Ferreira da Silva, Chefe da Seção de Reservas da Capital. Interessado: Diretor da Divisão de Reservas e Parques Estaduais. Assunto: Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque. (16/04/1990)

Pareceres: Parecer do Constituinte Fábio Feldman a respeito da Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque. (julho/88).

Correspondências: Correspondência de Francisco Corrêa Sérgio, do Diretor da Divisão de Reservas e Parques Estaduais ao Diretor Geral do Instituto Florestal Hélio Yoshiaki Ogawa (04/09/1988).

Relatórios:

Relatório nº IBPM-005/322/88 do Cmt do 2º GpPFM Nedir Lopes à engenheira Maria Tereza B. de Almeida Prado, sobre levantamento do 2º Perímetro de São Roque. (11/10/88).

II. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (site <http://www.itesp.sp.gov.br/br>). Acesso em fevereiro de 2009.

III. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 482 de 2008 elaborado pelo deputado Sebastião Almeida

PROGRAMAS DE GESTÃO

- Abrão, J. C. O educador a caminho da roça: notas introdutórias para uma conceituação de educação rural. Campo Grande, Imprensa universitária, 1986.
- Alencar, F. M. A.; Nogueira, J. C. B.; Emmerich, W. Terras do 2º Perímetro de São Roque e suas Características Fisiográficas. Boletim Técnico nº 20. São Paulo: Instituto Florestal, 1976.
- Almeida, Jr. Os objetivos da escola primária rural. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Julho/44.
- Anais do 7º Encontro de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004. Percepção ambiental em unidades de conservação: experiência com diferentes grupos etários no Parque Estadual da Serra do Rola Moça. MG. 7f.
- Araújo, U. F. Temas transversais e a estratégia de projetos. São Paulo, SP: Moderna, 2003.
- Brandão, C. R. Casa de escola: cultura camponesa e educação rural. São Paulo, Ed. Papyrus, São Paulo, 1983.
- Brandão, C. R. O que é Folclore? São Paulo: Brasiliense, 1982.
- Brandão, C. R. O trabalho do saber: cultura camponesa e escola rural. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- Brandão, C. R. Os caipiras de São Paulo. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1983.
- Brasil. 1992. Carta brasileira para Educação Ambiental. Workshop de Educação Ambiental. Rio de Janeiro (MIMEO).
- Brasil. Código Florestal. Lei nº 4.771, de 15/09/1965.
- Brasil. Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007.
- Brasil. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I,II,III, da constituição Federal, Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza e dá outras providencias.
- Brasil. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.
- Brasil. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC, 1998.
- Candido, A. Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo, Livraria duas Cidades, 1997.
- Cascino, F.; Jacobi, P.; Oliveira, J. F. (Org.). Educação, Meio Ambiente e Cidadania: Reflexões e experiências. São Paulo, 1998.
- Companhia Brasileira de Alumínio. 2008. Disponível em www.cia-brasileira-aluminio.com.br. Acesso em 31/10/2008.
- Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade Educação e Conscientização Pública para Sustentabilidade. Educação para futuro sustentável : Uma visão transdisciplinar para uma ação compartilhada - Brasília, Ed. IBAMA, 1999.
- Brasil. Decreto Estadual nº 35.704, de 22 de setembro de 1992.
- Delgado, J. M. 2005. Programa de Educação Ambiental para o Desenvolvimento das Comunidades do Entorno da Reserva Biológica do Lago Piratuba. Relatório da Consultoria. MMA/FUNBIO.
- Dias, F. G. O Surgimento da EA. In: Genebraldo Freire Dias. Educação Ambiental. Princípios e Práticas. São Paulo: Gaia, 1992. p. 24 – 77.

- Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM. Educação Ambiental – conceitos e princípios, 2002.
- Herculiani, S. Caracterização do perfil da população nativa do Parque Estadual do Jurupará. São Paulo, IF/SMA, 1995. Relatório interno.
- Herculiani, S.; Resende, M. A. C. S.; Oliveira, R. C. R. Relatório Técnico Parque Estadual do Jurupará. São Paulo: Instituto Florestal, 2004. Material não-publicado.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). 2002. Roteiro Metodológico de Planejamento.
- Instituto de Natureza do Tocantins. 2002. Plano de Manejo – Parque Estadual do Jalapão. Governo do Estado do Tocantins, TO, 2002.
- Instituto Florestal (IF). 2008. Disponível em www.iflorestal.sp.gov. Acesso em 31/10/2008.
- Instituto Florestal (IF). Plano de Manejo – Parque Estadual Alberto Löfgren. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. São Paulo.
- Instituto Florestal (IF). Plano de Manejo – Parque Estadual Carlos Botelho. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. São Paulo.
- Instituto Florestal (IF). Plano de Manejo – Parque Estadual da Cantareira. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. São Paulo.
- Instituto Florestal (IF). Plano de Manejo – Parque Estadual da Serra do Mar. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. São Paulo.
- Loureiro, B. F. C. ; Azaziel, M. ; Franca, N. (Org.) Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação. Rio de Janeiro, 2003.
- Lüdke, M.; André, A. D. E. M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, 1986.
- Machado, C. C.; Malinovski, J.R.. Rede Viária Florestal. Fupef, 1986.
- Machado, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. 16ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- Marins, C. T. Turismo em Áreas Naturais Protegidas Parque Estadual do Jurupará (Cachoeira do França). São Paulo. SENAC, 2000.
- MEC/Brasil. Carta brasileira para Educação Ambiental. Workshop de Educação Ambiental. Rio de Janeiro, 1992.
- MEC/SEF. Parâmetros curriculares nacionais – convívio social e ética – Meio Ambiente. Versão Agosto. Brasília. 1996.
- Melo, G. P. Educação Ambiental para Professores e outros Agentes Multiplicadores. João Pessoa, Paraíba. 2005.
- Milaré, É. Direito do Ambiente. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- Mittrauds, S. (Org.). Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento sustentável. Brasília: WWF Brasil, 2003.
- Organização das Nações Unidas. Declaração sobre o ambiente humano. Estocolmo, Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, 1972.

- PNUMA, União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), Fundo Mundial para a Natureza (WWF). Cuidando do Planeta Terra: uma estratégia para o futuro da vida. São Paulo: outubro de 1991.
- PNUMA. *Programa de mediano plazo para el medio ambiente a nivel de todo el sistema, 1990-1995*. Nairóbi. 1989.
- PNUMA. Programa internacional de educação ambiental. Belgrado, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), 1975.
- Queiroz, M. I. O campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Vozes/ São Paulo, 1973. (Estudos Brasileiros).
- QUEIROZ, M. I. P. Bairros Rurais Paulistas. Livraria Duas Cidades São Paulo, 1973b.
- Rizzoli, A. O real e o imaginário na educação rural. FEUSP (doutoramento).
- Rodrigues, J. E. R. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. 1ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- Santiago, C. de M. Relatório sobre a Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque. São Paulo: Instituto Florestal, 1992. Material não-publicado.
- São Paulo, Lei 25341/1986. Regulamentos dos Parques Estaduais Paulistas.
- São Paulo. Secretaria do Meio Ambiente. Estudo de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental. RIMA: manual de orientação. São Paulo: 1992a.
- Sato, M. et al. Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental. Brasília, 2001.
- Secretaria do Meio Ambiente. Política municipal de meio ambiente. São Paulo: 1992b.
- Silva, N. A. ; Levenhagen, S. B. (SE/CENP/FEALQ). Fatores sócio-econômicos que afetam a escolaridade na zona rural do Estado de São Paulo. SP, 1981.
- Silva, N. A. ; Levenhagen, S. B. Proposta metodológica para Programa de Educação Ambiental do Parque Estadual do Jurupará. Ibiúna – SP. Julho, 2004.
- Stigliano, B. V.. Visitantes em Unidades de Conservação. O método VAMP aplicado ao Parque Estadual de Campos do Jordão (SP). São Paulo: ECA-USP, 2004.
- Tabanez, F. M. Aprendizagem profissional da Docência: Repercussões de um Projeto de Políticas Públicas em Educação Ambiental. 2007. 298 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 2007.
- Tabanez, F. M. Significado para professores de um Programa de Educação Ambiental em Unidades de Conservação. 2000. 303 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 2000.
- Takahashi, L.. Uso Público em Unidades de Conservação. Cadernos de Conservação, ano 2, número 2/ Fundação O Boticário de Proteção À Natureza. Curitiba, 2004
- UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris, 2003.
- UNESCO.Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular de 1989.>Disponível: www.unesco.org. Acesso em: 30 de abril de 2009.
- UNESCO/PNUMA. *Seminário internacional de acción en matéria de educación y formación ambientales para el decenio de 1990*. Moscou, UNESCO. 1977.

- Vitiello, A. M. Educação e Participação em Áreas Naturais Protegidas: Caminhos e obstáculos no Parque Estadual da Cantareira (SP). 2003. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo.2001.
- Wood, S. D.; Wood, W. D. *Como planificar un Programa de Educacion Ambiental. Instituto Internacional para el Médio Ambiente y Desarrollo el Servicio de Pesca y Vida Silvestre de Los Estados Unidos, 1987.*
- WRI/UICN/PNUMA *Estratégia global para la biodiversidad: pautas de acción para salvar, estudiar y usar la riqueza biótica de la Terra, 1992.*
- Zakrzewski, S. B. B. A dimensão ambiental no desenvolvimento profissional de professoras e professores das escolas rurais. São Carlos, 2001.